



Universidade de Santiago de Compostela
Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais
Departamento de História e Instituições Económicas

Tese doutoral

O BANCO DE OLÍMPIO PÉREZ, 1880-1936

Apresentada por **Joám Lopes Facal**
para optar ao grau de doutor pola
Universidade de Santiago de Compostela

Dirigida polo professor Dr. **Xoán Carmona Badía**

Santiago de Compostela, 2014





Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais
Departamento de História e Instituições Económicas

O Dr. **Xoán Carmona Badía**, Professor do **Departamento de História e Instituições Económicas** da **Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais de Santiago de Compostela**.

CERTIFICA:

Que a presente memória, titulada “**O Banco de Olímpio Pérez, 1880-1936**”, apresentada por **Dn. Xoán Xosé López Facal** para optar ao **Grau de Doutor em Economia**, foi realizada sob a minha direcção na Área de História Económica da Universidade de Santiago de Compostela. Considera, alias, que o referido trabalho reúne todas as condições de qualidade e originalidade para ser defendido como Tese Doutoral perante o Júri correspondente.

E para que assi conste, assino a presente.

Em Santiago de Compostela em 2 de Junho de 2014.



Índice

<i>Introdução e resumo.</i>	9
-----------------------------------	---

I

OLÍMPIO PÉREZ: O BANQUEIRO DA COMPOSTELA MONTERISTA

<i>1.1 Olímpio Pérez, um discreto prócer de estirpe camerana</i>	19
<i>1.2 Compostela, da ruína da urbe barroca ao apogeu da cidade dos dous apóstolos</i>	35
<i>1.3 As ilusões do caminho-de-ferro</i>	48
<i>1.4 A iluminação pública: do gás à electricidade</i>	52
<i>1.5 Santiago em obras: do Palácio de Comunicações de Madrid às exigências do decoro doméstico</i>	57
<i>1.6 A Exposição Regional de 1909: Galiza desde Compostela</i>	68
<i>1.7 Restauração eclesiástica, labor assistencial e negócio: o Manicómio de Conjo</i>	75
<i>1.8 Olímpio Pérez, o final</i>	91

II

SUCESSOR FAMILIAR E NEGÓCIO BANCÁRIO

<i>2.1 Três cenários da casa de banca Pérez. O contexto económico</i>	103
<i>2.2 Manuel Pérez: comércio e banca</i>	123
<i>2.3 Olímpio Pérez: o banqueiro</i>	140
<i>2.4 Marcelino Blanco de la Peña: a casa Pérez do pós-guerra europeu ao franquismo</i>	151
<i>2.5 As contas patrimoniais da casa Pérez: lucros e capitalização, dotações e depreciação da carteira. A rentabilidade da companhia no longo prazo</i>	163

III

A REDE DE CORRESPONDÊNCIAS DE OLÍMPIO PÉREZ E A SUA EVOLUÇÃO

<i>3.1 Contas Correntes com Correspondentes: a rede operativa de Olímpio Pérez em 1907.</i> ..	183
<i>3.2 A evolução da actividade da casa Pérez na conjuntura pós-bélica</i>	217
<i>3.3 O impacto da crise económica dos vinte no sistema financeiro galego</i>	224
<i>3.4 O clima empresarial galego no contexto económico espanhol</i>	236
<i>3.5 Técnicas de gestão contabilística das CCC e condições de liquidação</i>	244

IV

A CARTEIRA DE VALORES

<i>4.1 A carteira de valores: a dimensão especulativa da actividade bancária</i>	255
<i>4.2 O papel da Carteira de valores</i>	261
<i>4.3 Magnitude e composição da Carteira</i>	266

4.4 Valores ultramarinos e valores europeus em carteira	276
4.5 Valores espanhóis e valores galegos em carteira	293
4.6 A política de provisos para depreciação da carteira	325

V

EMIGRAÇÃO E REMESSAS ULTRAMARINAS

5.1 A emigração, um acontecimento colectivo de dimensão histórica	333
5.2 A aventura migratória desde finais do XIX até a guerra civil espanhola. Umha revisom... 341	
5.3 As remessas ultramarinas em perspectiva contabilística. Umha proposta de quantificação para o período 1884-1931.....	366
5.4 A pesquisa nos livros auxiliares de registo de livranças a pagar conservados na casa Pérez	387

VI

O CONTEXTO DO NEGÓCIO: A CASA PÉREZ NO SISTEMA BANCÁRIO GALEGO

6.1 Um breve olhar retrospectivo: dos veleiros de Manuel Pérez às medidas modernizadoras de Olímpio Pérez.....	407
6.2 A banca Pérez no quadro das vicissitudes económicas da época.....	413
6.3 A banca galega no cenário da Lei Cambó. A posição de Hijos de Olimpio Pérez no sistema bancário galego	429
6.4 A banca galega no primeiro terço do século XX. Trajectórias particulares	441
6.5 O perfil corporativo da banca galega no primeiro terço do século XX. Consolidação do protagonismo corunhês, fracasso viguês, declínio compostelano.....	457
Conclusons.....	499
Apêndices relativos aos capítulos.....	505
Fontes.....	623
Bibliografía.....	627

Introdução e resumo





I

O presente trabalho pretende submeter à investigação o banco identificado como *Olímpio Pérez* desde 1902 – posteriormente denominado *Hijos de Olímpio Pérez* – até o sacrifício desta referência tradicional que honrava o autêntico artífice da casa de banca, Olímpio Pérez Rodríguez, pola insulsa redenominação para *Banco de Crédito e Inversiones S. A.*, em 1965, e para *Banco Gallego* mais tarde. O banco pertence actualmente ao *Banco Sabadell*, que o adquiriu por arrematação pública em 2013, na sequência da crise bancária que arrasou o sistema bancário galego e desbaratou em profundidade o espanhol. O banco compostelano fora fundado por Manuel Pérez Sáenz em meados do século XIX e mudara a sua denominação para *Hijos de Pérez Sáenz* aquando do falecimento do fundador, em 1880.

O lapso temporal submetido a exame é dilatado e prolonga-se desde as origens da casa de banca nos tempos de Manuel Pérez Sáenz, pai de Olímpio, e da gerência por parte deste, entre 1880 e 1915, até a etapa posterior ao seu falecimento, que estendemos por conveniência até a guerra civil espanhola. Noventa anos, ao todo, e, em forma mais pormenorizada, com maior atenção posta no lapso de trinta e cinco anos em que o prócer da sociedade, Olímpio Pérez, protagonizou a gestão da casa.

As seis secções ou capítulos em que dividimos o trabalho, junto com os dezassete apêndices, pretendem captar e resumir a singularidade deste banco familiar. A perspectiva adoptada é dupla: *descritiva* e essencialmente expositiva em algumas secções, *analítica* e marcadamente interpretativa noutras. Esta segunda perspectiva contém, provavelmente, os contributos mais substanciais da presente investigação.

A trajetória familiar dos Pérez e os vínculos que mantinha com a sociedade coeva – capítulos um e dois – assim como o esboço contextualizador do fenómeno migratório – capítulo cinco – são abordados em *chave eminentemente descritiva*, narrativa mesmo, embora partilhem este mesmo enfoque outras partes de índole mais técnica, como a descrição da rede de relações bancárias de Manuel Pérez nos tempos iniciais da casa ou o tecido de correspondências com bancos, agências financeiras e clientes particulares estabelecido por Olímpio Pérez. A *abordagem descritiva* que assinalámos está presente também em temas como a formação da carteira de valores ou a estrutura do mapa bancário galego durante o primeiro terço do século XX, e, certamente, ocupa o seu lugar nas passagens dedicadas a contextualizar histórica ou economicamente a conjuntura em apreço a cada momento. A base documental do trabalho de contextualização é de índole bibliográfica que será documentada oportunamente.

O trabalho propriamente analítico, ou *analítico-interpretativo*, alicerça-se num exame pormenorizado dos arquivos históricos da casa, especialmente da documentação contabilística ordinária, tanto de carácter normativo – livros-diários, maiores e de inventários ou balanços – como auxiliar – copiadores de cartas, registo de ordens de pagamento de remessas, livros de contas correntes com correspondentes – além da documentação legal atinente a diversos episódios da trajetória da sociedade familiar e dos seus membros. No tempo em que se desenvolveu este trabalho, a documentação aludida encontrava-se depositada no recinto subterrâneo da sede histórica do banco, na praça compostelana de Cervantes, como também em armazéns documentais de alta capacidade que possuía o *Banco Gallego* nas imediações da cidade da Corunha.

O autor da presente tese reconhece certa propensão pessoal pela focagem contextualizadora de amplo espectro, como tributo ao tempo histórico. Esta inclinação pode dotar de certo sabor ensaístico determinados excertos desta investigação. Outra preferência pessoal que, talvez, seja pertinente explicitar é a procura decidida, sempre que possível, das séries numéricas de longa duração como via interpretativa privilegiada para abordar o comportamento das variáveis interpretativas julgadas importantes, e o seu tratamento gráfico e estatístico descritivo posterior como procedimento para ilustrar um ditame sintético sobre a questão pesquisada. Proceder mediante pequenos modelos explicativos

ad hoc é, em opinião deste investigador, uma perspectiva metodológica de especial utilidade nas investigações de história económica. Descrição mediante focagem em grande angular e inquirição mediante modelos empíricos *ad hoc* configuram, em suma, a base analítica que pretendemos aplicar à nossa indagação. Análise comedida e cifrada inscrita numa perspectiva ampla e sintética, com função contextualizadora, a maneira de contraponto hermenêutico complementar, é a dupla tarefa que enfrenta esse exigente ofício de “funcionário da humanidade” que Umberto Eco estabeleceu como ambiciosa meta a alcançar a qualquer redactor noviço de uma tese doutoral.

A justificação dos excursos de carácter descritivo que coloram algumas secções desta tese assenta na convicção da conveniência de estabelecer pontes entre qualquer indagação histórica de carácter particular e o relato histórico de vocação canónica geral, em construção, que denominamos História da Galiza. Uma história, é escusado argumentar, sempre provisória e em permanente estado de obras. Em tal perspectiva, a indagação dos vínculos da casa Pérez com a sociedade em que desenvolveu a sua actividade, ou o enquadramento do negócio das remessas ultramarinas com a demografia das migrações galegas, som articulações necessárias e mesmo imprescindíveis se pretendemos dotar de sentido genérico à pesquisa parcial e necessariamente fugaz inerente a qualquer relato particular, mesmo de duração alargada, como neste caso.

O esforço empenhado no trabalho propriamente analítico constitui, em todo o caso, o núcleo substantivo deste trabalho de investigação. A focagem adoptada procede, sempre que possível, mediante compilação e posterior avaliação de séries cifradas, designadas para descrever a dinâmica do fenómeno examinado: nível de capitalização alcançado, lucros gerados, relação de correspondentes, magnitude, composição e nível de cobertura da carteira, volume e sequência de remessas ultramarinas, etc. O objectivo consiste, em todo o caso, em interpelar a série com a instrumentação analítica pertinente, mormente mediante as ferramentas oferecidas pela folha de cálculo Excel, para extrair daí consequências significativas.

II

A tese está organizada em seis secções ou capítulos, que pretendem abordar os aspectos mais sobressalientes do curso do negócio do banco, entendido como unidade dinâmica em constante mutação.

Os dous primeiros capítulos tentam descrever o contexto social e familiar em que arregaçou o projecto bancário a meados do século XIX, capítulo 1, e as transformações na orientação do negócio experimentadas no decurso do tempo, durante as três gerações que se fôrom sucedendo no banco, com Olímpio Pérez como figura central, que som tratadas no capítulo 2.

O capítulo 3 centra-se na descrição ordenada da rede de correspondentes bancários e particulares que configuravam o tecido relacional do negócio. Depósitos e créditos, ordens de compra ou pagamentos, subscrição e liquidação de valores, gestão de remessas ultramarinas, conformam umha parte importante da heterogénea prática canalizada através dos correspondentes da casa. O conhecimento desta rede de conexões é inescusável se queremos avaliar correctamente a prática operativa, dimensão e grau de maturidade alcançados polo banco.

A descrição ordenada da complexa rede de relações e do volume de operações canalizadas constituem o repto que tentamos abordar neste capítulo. Para tal fim, foi preciso optarmos por um tratamento sincrónico materializado num corte temporal de duração limitada. Escolhemos o ano de 1907 como representativo do período crucial 1898-1914. A fonte informativa utilizada é a volumosa série de livros-registo das contas correntes com correspondentes, CCC, com encerramento anual, cujos saldos serão transferidos para o livro-maior e o balanço correspondente. A indagação da técnica contabilística utilizada nas CCC permite observar ao vivo o considerável esforço requerido para manter actualizada ao dia a informação precisa para poder liquidar em qualquer momento a conta mútua em questão a requerimento do correspondente. Admira a estrita sistemática aplicada na gestão das referidas contas mútuas com correspondentes. O conhecido como *Método Laffite* era o procedimento habitual seguido na época, como pudemos constatar. Devido ao interesse histórico desta técnica de gestão na era pré-informática, fazemos umha sintética descrição da mesma no Apêndice 31.

Os capítulos 4 e 5 abordam dois temas centrais desta investigação: o nascimento, evolução e composição da carteira de valores, por um lado, e a avaliação do fluxo de remessas ultramarinas em perspectiva secular, por outro.

A análise da evolução da carteira de valores a partir do último decénio do século XIX, tanto em magnitude como em composição, proporciona chaves interpretativas incontornáveis para a adequada compreensão de assuntos tão relevantes como o da emergência de iniciativas empresariais na Galiza do primeiro terço do século XX. O papel desempenhado pelos títulos públicos espanhóis em carteira, como valor refúgio e alternativa à titularidade de valores privados galegos, tem também interesse como estimador do grau de incerteza com que se enfrentava a direcção do banco. Traço que fica patente no rápido crescimento observado destes activos públicos após da guerra europeia. A análise demorada das diversas subcarteiras oferece interessantes sugestões acerca de questões tão significativas como o papel jogado pelos valores sul-americanos em contrapartida das remessas atendidas ou a modesta presença de valores privados espanhóis em comparação com a dos valores privados galegos, como sintoma manifesto do compromisso do banco com a promoção das iniciativas surgidas na Galiza. A atenção dispensada aos títulos emitidos pela nascente indústria eléctrica galega ou a significativa presença de valores ligados à provisão de serviços urbanos são indicadores inequívocos da rápida mudança experimentada pela economia galega no primeiro terço do século XX e do compromisso do banco compostelano com estas iniciativas. O fugaz episódio especulativo dos anos vinte, manifestado no interesse pela aquisição de valores designados em marcos, suscita o assunto, pouco analisado na historiografia económica mas potencialmente importante, do impacto da desvalorização do marco sobre as carteiras detidas pela banca e os particulares no pós-guerra mundial.

Deixámos apenas esboçado um assunto de máximo interesse, embora nos tenhamos visto obrigados a pô-lo de parte por motivos de extensão; referimo-nos aos *saldos em custódia* que o banco mantinha por conta da clientela. Umha referência à sua importância pode ser comprovada no gráfico 403. Os arquivos da casa conservam abundante documentação ao respeito. Um exame demorado da colecção de livros-registo dos valores em custódia revelaria, com certeza, importantes chaves interpretativas

acerca do comportamento financeiro da burguesia galega da época. A presença de títulos americanos ou de valores em marcos nas carteiras de particulares em custódia, abre umha linha de investigação prometedora, se consideramos o importante volume de activos implicados.

A questom da política de dotações e saneamentos praticada pola casa para enfrentar as flutuações de valor a que se vê submetida qualquer carteira especulativa, é objecto de análise demorada, tanto mais justificável quanto que o ritmo das dotações constatado constitui um parâmetro valioso para detectar a emergência de conjunturas de crise e mensurar a sua intensidade.

O capítulo 5 está dedicado á elusiva questom da análise da magnitude, procedência e flutuações dos fluxos de remessas procedentes da emigração ultramarina, questom que recebe a máxima atenção nesta investigação. A razão do empenho reside, obviamente, na importância que devemos conceder a um tema crucial como este na historiografia económica de Galiza. Poucos assuntos podem reclamar maior centralidade na história da Galiza que o fenómeno migratório e as suas causas e consequências. A abordagem por nós proposta parte da estimativa, tam ajustada como possível, do fluxo migratório ultramarino no período 1860-1936. Partimos, como é lógico, das fontes bibliográficas disponíveis, seleccionando, para o caso, aquelas que julgámos mais solventes e completas. O propósito visado é o de estimar umha série razoavelmente fiável da magnitude da emigração ultramarina galega junto com a sua distribuição por países de destino que sirva de elemento de contrastação para a série das remessas pagas e a sua procedência, que é o objecto central do capítulo.

Cremos razoável afirmar que os resultados estabelecidos, tanto para o volume da emigração galega e a sua distribuição por países e destinos como para a série de remessas recebidas pola casa Pérez, som sólidos e consistentes. Baseamos a asserção na congruência de resultados oferecidos acerca da magnitude da emigração galega com as diversas fontes consultadas e na nossa confiança sobre a metodologia com que abordamos a estimação do volume de remessas tramitadas polo banco dos Pérez. A estimativa oferecida dos contingentes de emigrantes galegos para a América é tributária, como já dixemos, das investigações ao respeito que reputamos mais solventes. A avaliação proposta para o fluxo de remessas baseia-se na investigação directa sobre fontes primárias, enquadrando a série quantitativa oferecida na sequência temporal proporcionada pola

conta de *letras a pagar* – leia-se títulos ou livranças – procedente da colecção completa de livros-maiores que guarda o arquivo da casa.

A solidez que ousamos atribuir à nossa estimativa das remessas ultramarinas tramitadas pola casa Pérez no período 1884-1936 deu-nos azo para tentar elevar os resultados a nível de toda a Galiza, a fim de os submetê-la a comparação com as estimações procedentes das fontes coevas disponíveis. Sem deixarmos de reconhecer umha certa desmesura neste exercício de extrapolação, nom parece justo, porém, considerá-la mais arbitrária do que indagações similares abordadas na historiografia económica, como as estimações da composição da balança de pagamentos espanhola em tempos pretéritos, que conta, nom obstante, com ilustres antecedentes. O interesse indubitável de qualquer aproximação a um tema tam relevante na história económica galega como o das remessas ultramarinas recebidas, pode servir talvez de argumento justificativo adicional para o mencionado exercício de extrapolação. Sirvam estas considerações como justificação da extrapolação especulativa efectuada sobre o volume de remessas atendidas polo banco Pérez. O resultado, em qualquer caso, é tam aberto e flexível como o quadro de hipóteses que adoptamos para a sua estimación.

O capítulo sexto, que encerra a tese, tenta enquadrar, finalmente, a evolução da casa Pérez na dinâmica de mutações aberta pola nova regulamentação da atividade bancária em Espanha, nomeadamente a derivada da *Ley de Ordenación Bancaria*, de dezembro de 1921. Dedicámos especial atenção a descrever as trajectórias particulares dos bancos galegos coevos durante o primeiro terço do século XX, com o intuito de contribuírmos a apurar, no possível, a especificidade do banco compostelano no conjunto do sistema bancário galego.

III

O presente trabalho tem algo de repto persoal para um economista de vocação, idoso já, cuja vida profissional se viu submetida a desafios variados, como engenheiro industrial primeiro e economista de empresa depois, tanto na banca privada como nas estratégias públicas de promoção industrial na Galiza. Este economista de longa trajectória *por conta de outrem* experimentou no final da sua vida profissional a necessidade psicológica de enfrentar umha tarefa *por conta própria*. A opção por um tema de investigação de história económica redigido no seu idioma de nascimento e instalação era a única opção razoável para dar cumprimento a dous propósitos pessoais: fazer umha modesta oferta ao seu país de origem e acolher-se ao magistério longamente admirado do professor João Carmona. A escolha de um pequeno banco local, que já tinha sido objecto de meritórias investigações, tem algo a ver com a praça compostelana que acolheu tanto o banco objecto de estudo como ao próprio aprendiz de historiador económico. A escolha do galego como idioma de redacção e, dentro dele, da variante reintegracionista, fai parte das convicções deste redactor, em feliz aliança com a liberdade de opção linguística e ortográfica que pratica com magnanimidade o recinto universitário compostelano.

Devo agradecer ao meu director de tese a cordial transigência e compreensiva liberdade que me concedeu para adoptar determinados enfoques e tratamentos – certos excursos de tonalidade ensaística que desafiam a austera disciplina textual própria de umha tese, por exemplo – compatível com o rigor metodológico e bibliográfico exigido. O seu enciclopédico conhecimento da história económica da Galiza e das suas fontes e arquivos fôrom os alicerces sobre os que pretendim levantar esta investigação. O mais valioso da mesma, daí procede. Da proverbial liberalidade do meu director e da minha reconhecida teimosia persoal, as deficiências.

Finalmente, devo agradecer a paciente colaboração de Jesus Miguel Conde Llinars, excelente conhecedor do galego, linguista de escol e colaborador do Dicionário Electrónico de Issac Alonso Estraviz. A ele devo as mais pulcras soluções idiomáticas às minhas numerosas dúvidas linguísticas. Um contributo inestimável que contribuiu a urbanizar a inhóspita selva de palavras que emanava do meu teclado.

Capítulos





I

Olímpio Pérez: o banqueiro da Compostela monterista





1.1 Olímpio Pérez, um discreto prócer de estirpe camerana

A presente investigação pretende examinar a trajectória económica da casa de banca Pérez, prestando especial atenção ao período em que a entidade foi administrada pelo membro mais reconhecido da família, Olímpio Pérez Rodríguez, filho do diligente negociante camerano radicado em Santiago, Manuel Pérez Sáenz¹. Olímpio Pérez recebia o baptismo no dia 15 de abril de 1841, e morria na sua vivenda familiar e sede permanente do negócio situada na santiaguesa Praça de Cervantes o dia 7 de março de 1915. A nossa indagação pretende centrar a atenção no lapso temporal transcorrido desde o falecimento de Manuel Pérez Sáenz, acontecido no ano de 1880, até o final da guerra civil espanhola². Nom evitaremos as

1 Para todo o referente à genealogia e sucessom familiar, consultar Apêndice 11.

2 Entre as obras de consulta geral atinentes às mutaçons experimentadas polo quadro legislativo e institucional e pola estrutura económica de Espanha durante o período coberto pola nossa análise, queremos destacar:

*González Enciso, A.; Matés Barco, J.M.; coord. (2007): *Historia económica de España*, Editorial Ariel, Barcelona.

*Carreras, A.; Tafunell, X.; (2004): *Historia económica de la España contemporánea*, Editorial Crítica, Barcelona.

*Comin, F.; Hernández, M.; Llopis, E.; eds. (2002): *Historia económica de España, siglos X-XX*, Editorial Crítica, Barcelona.

*Tortella, G.; (1994): *El desarrollo de la España contemporánea*, Alianza Editorial, Madrid.

*Nadal, J.; Carreras, A.; Sudriá, C.; comp. (1994): *La economía en el siglo XX. Una perspectiva histórica*, Editorial Ariel, Barcelona.

*VV.AA. (1998): *España, 200 años de tecnología*, Ministerio de Industria y Energía, Madrid.

No que di respeito ao contexto cultural, consideramos de referência:

referências a anos anteriores e posteriores na medida em que julgemos que o excuro seja conveniente para umha melhor compreensom da trajetória do negócio. Tentaremos prestar maior atençom aos trinta e cinco anos que decorrem entre 1880 e 1915 em que a casa de banca familiar foi gerida com tino por Olímpio Pérez para acabar convertendo a entidade num negócio actualizado sem perder a sua inequívoca marca familiar.

O negócio de banca dos Pérez de Compostela remonta à chegada de Manuel Pérez a Santiago a meados dos anos vinte do século XIX. A crónica familiar redigida em 1947 para comemorar a fundaçom da casa (Apêndice 12, §4), fixa o acontecimento no ano de 1825, data na qual Manuel Pérez tinha menos de vinte anos:

Hacia el año 1825 llegó a Santiago, en compañía de otros riojanos D. Manuel y ofreció sus servicios a Don Francisco Rodríguez Arijón. Todos los muchachos procedían de la tierra de Cameros, provincia de Logroño, Traían cultura comercial y eran especialmente preparados, por maestros idóneos, en contabilidad y caligrafía. Debíó de agradar la presencia del chico a Don Francisco y le admitió enseguida y, aún cuando no consta, es de suponer, dadas las costumbres de la época, fuese al propio tiempo su pupilo. Don Francisco no tenía más que una hija, Antonia (a juzgar por las cartas que se conservan debía también ser lista y redactaba y escribía correctamente).

Foi na igreja de Sam Bieito do Campo, correndo o ano de 1837, onde se celebrou o matrimónio do inquieto agente comercial riojano com Antónia Rodríguez, filha do acomodado comerciante da cidade Francisco Rodríguez Arijón. A família e o negócio dos Rodríguez Arijón - Pérez Sáenz residiria daí em diante na casa familiar da Praça de Cervantes; desde o ano 1842, polo menos. Foi nesse ano quando dom Francisco Rodríguez Arijón

*Abellán, J.L. (1991): *Historia crítica del pensamiento español*, Espasa-Calpe, Madrid. Desta obra, minuciosa e monumental, som pertinentes para a interpretaçom do período por nós examinado os três volumes 5/I, 5/II e 5/III, os dous primeiros atinentes à *crise contemporánea* (1875-1936) e o terceiro para o período rubricado como *da Grande Guerra à guerra civil*.

*Comellas, J.L. (2000): *XIX-XX Gloria y crisis en el cambio de siglo*, Editorial Ariel, Barcelona.

Para um enquadramento histórico geral do curso da economia no período considerado som de utilidade os manuais:

*Aldcroft, Derek H. (1998): *Historia de la economía europea (1914-1990)*, Editorial Crítica, Barcelona.

*Zamagni, Vera (2001): *Historia económica de la Europa contemporánea. De la revolución industrial a la integración europea*, Editorial Crítica, Barcelona.

adquiriu a fermosa casa medieval, posteriormente derrubada, conhecida na cidade como a *Casa da Lámpada* para convertê-la em domicílio familiar. A praça, denominada antigamente Praça do Pam ou do Campo, mudara de nome em 1840 ainda que conservará sempre o seu crucial papel de nó de ligação do tecido urbano da cidade histórica, perto dos grandes mosteiros compostelanos de Sam Martinho Pinário e Sam Paio e da Catedral. A praça guarda até hoje a antiga sede municipal do Concelho de Santiago até a sua transferência para a Praça do Obradoiro já no ano de 1787. A história de Santiago corria devagar no meio dos sobressaltos provocados pela dolorosa vaga de medidas desamortizadoras que já tinham ocasionado a supressom do Mosteiro de Sam Martinho, no ano de 1820³.

Manuel Pérez Sáenz aplicava-se por aqueles anos à gestom activa dos negócios de ceraria e comércio marítimo que iniciara o seu sogro Francisco Rodríguez Arijón. A crónica familiar já aludida dá conta da importância que tinha a cera naquela sociedade pós-setecentista obrigada a valer-se de velas para as actividades imprescindíveis de iluminação doméstica e culto. A elaboração e distribuição de velas de cera fora a base do negócio de Rodríguez Arijón⁴ e o provável alicerce do seu património pessoal onde nom faltavam rendas imobiliárias e foros rústicos.

O autêntico fundador da dinastia bancária dos Pérez, Manuel Pérez Sáenz, falecia no seu domicílio da Praça de Sam Bieito do Campo na primavera de 1880 legando aos seus filhos sobreviventes, Olímpio, Cândido e Celestina, umha saudável herança milionária em pesetas da época e, o mais importante, um sólido negócio mercantil e bancário. Olímpio, cuidadosamente preparado polo seu pai para encabeçar o negócio familiar conduzirá-o com acerto e extrema discrição até o dia mesmo do seu falecimento em 1915. O período intercalar de condomínio do negócio entre Olímpio e Cândido -Celestina, co-proprietária também, tinha falecido em

3 Barreiro Fernández, X. R. (2003): “Da tutela eclesiástica aos inicios da andaina burguesa (1808-1875)” em Portela Silva, Ermelindo (2003): *Historia da cidade de Santiago de Compostela*, Concello de Santiago, Consorcio de Santiago, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago. Pag. 430: “*Por lei de 25 de Outubro de 1820 foi pechado e suprimido o mosteiro de San Martiño Pinario. Máis de cen monxes tiveron que abandonar a súa casa e moitos deles permaneceron na cidade buscando socorro nas casas dos veciños*”.

4 Tivem a oportunidade de consultar ainda um velho tomo caligrafado onde se consignavam com precisom as dévedas paroquiais por subministraçom de cera todo ao logo do amplíssimo arquiépiscopado compostelano

1881- esteve marcado de facto, se nom *de jure*, polo pleno apoderamento de Olímpio Pérez na conduçom do negócio sem prejuízo da assinatura de conformidade em todos os estados contabilísticos e documentos legais da companhia.

O jovem Olímpio foi objecto dos previsores desvelos do seu pai orientados a dotá-lo de umha formaçom adequada que o desempenho do conturbado officio de banqueiro requeria. Manuel Pérez teria seguramente comprovado talvez a especial disposiçom do seu filho varom mais velho para as delicadas tarefas de avaliaçom de riscos e de fixaçom das condiçons de concessom e garantias inerentes ao officio de banqueiro. A crónica familiar recolhe esta preferência selectiva e as providências adoptadas para tal fim.

En tanto trabajaba con algunos empleados, Don Manuel decidió educar a sus hijos en la carrera mercantil y especialmente quiso preparar a su hijo mayor Don Olimpio que, luego de instruirse convenientemente con maestros locales, pasó a Bilbao para hacer estudios de contabilidad bancaria, perfeccionándolos más tarde en Londres, aprendiendo al propio tiempo la lengua inglesa tan necesaria para el intercambio de mercancías al que tanta importancia daba en la Casa. (Apêndice 12, §12)

O exame da correspondência de Manuel Pérez confirma a meticolosa disposiçom do banqueiro comerciante para assegurar umha sucessom competente para a direcçom do negócio. Manuel Pérez era plenamente consciente das exigências técnicas e pessoais que o seu negócio comportava. A estreita relaçom que mantinha com importantes homes de negócios na Galiza e no resto de Espanha teria-o convencido da necessidade de concentrar todos os seus esforços em assegurar umha sólida sucessom a um negócio cada vez mais complexo e mutável. O empenho manifestado na formaçom de Olímpio está fora de toda dúvida. Ignoramos se a predilecçom polo seu primogénito se deveu a motivos de tradiçom sucessória ou às qualidades pessoais adivinhadas no jovem Olímpio.

Foi no ano de 1854 que começou a educaçom mercantil de Olimpio; coincidiu com umha das intermitentes épocas de pânico pola epidemia de cólera que se abatia na altura sobre a Galiza. A correspondência do verao deste ano contém significativas provas da situaçom onde se misturam com encanto as confidências familiares com as informaçons de preços, transaçons projectadas e mercados. A mortalidade infantil e o

medo estendido nas vilas açoutadas pola cólera é o bordon inévitable da correspondência de Manuel Pérez neste período.

Conforme se acerca o inverno de 1854, a presenza da morte por epidemia torna-se mais ameazadora.

“Sres. Dn. Bruno Herce, Coruña:

...Amigo mio, me veo ya en la precisión de desprenderme de Olimpio y con este motivo pedí informes a Burdeos, donde me habian dicho que había buenos colegios, y también a Bilbao. De uno y otro punto hace días recibí contestaciones. Observo que podría ser mejor en el último en varios conceptos y solo esperaba la llegada de V. para informarme más a fondo. Supongo que al optar V. por Bilbao habrá sido después de bien informado y este (es) otro motivo más para mi decisión, y también creo se habrá decidido por la Escuela de Comercio...Tengo además urgencia porque si pasa de este año cumple los 14 y no me lo admiten después”.

Santiago 8 de Agosto de 1.854

Umha carta do dia seguinte, dirigida ao seu correspondente em Bordéus, J. Vázquez e Hijo, é aproveitada por Manuel Pérez para lhe agradecer os relatórios remetidos sobre colégios e residências na cidade francesa ao tempo que o informa da sua intenção de enviar o seu filho a Bilbao polos favoráveis relatórios recebidos a respeito. No mesmo dia 9 de agosto dirige-se a Pablo de Epalza, correspondente da casa em Bilbao, agradecendo-lhe de passagem os bons relatórios e o folheto remetidos e comunicando-lhe a sua intenção definitiva de enviar o seu filho para essa cidade:

Sr. D. Pablo de Epalza, Bilbao.

“...En su virtud he determinado que mi hijo Olímpio Manuel Felipe de 13 años cumplidos reciba en él su educación y enseñanza mercantil, a cuyo fin suplico a V nuevamente tenga la bondad de mandar si todavía (queda) la vacante (sic)...”

Santiago 9 de Agosto de 1.854

Umha carta de Manuel Pérez a Epalza datada de 20 de outubro, posterior à chegada do jovem Olímpio a Bilbao, solicita ao seu correspondente a entrega da carta que se junta para o seu filho Olímpio como também o favor de lhe proporcionar “um plus de cuatro reales, poco más o menos, para el bolsillo, según V. lo halle prudente”. Os preparativos da viagem, (em “silla-correo” de Santiago à Corunha, com reserva posterior de “dos asientos de berlina” na diligência com destino a Valhadolid, som temas que ocupam a correspondência de Manuel Pérez com Bruno Herce nestas mesmas datas.

Os desvelos paternais misturam-se com informações demonstrativas da precariedade dos transportes na época e das dificuldades que comportam os desvelos paternais à distância:

Sr. D. Bruno Herce, Coruña.

“...Olimpio me pide, como pidió a V. Brunito, el estuche de dibujo (...) y matemáticas con los libros franceses. Ignoro que obrita le pedía a V y por si aquí lo hay igual le apreciaré me lo indique... para en tal caso mandársela (sic) todo junto por el primer buque que para allí salga”.

Santiago 13 de Octubre de 1.854.

A fluência migratória deixava-se sentir na Compostela oitocentista com especial presença no artesanato e no pequeno negócio. Investigações recentes⁵ cifram em 7.114 a população de procedência foránea em Santiago à altura de 1894, sobre um total de 21.988 habitantes domiciliados, excluídas ordens religiosas, militares, hospitais e outros excluídos da convivência familiar que somavam em conjunto 1.733 pessoas. A mesma investigadora assinala estarem recenseados nesse mesmo ano 39 varões e 13 mulheres de procedência riojana. Manuel Pérez Sáenz consta no padrom do Concelho como comerciante de 50 anos com três filhos, como também Dionisio Lozano de 72 com filho cónego, um e outro chegados a Santiago muito novos e casados com galegas. Entre as viúvas cameranas destaca Isabel Maria Navarrete, de 42 anos, com três filhos e dedicada ao negócio da cera -igual que o sogro de Manuel Pérez- ou Bruna de la Riva, proprietária de profissom. O segmento social dos riojanos nutria-se, como é fácil observar, de pequenos negociantes com crescente relevância social. É neste segmento social onde se inscreve a família Pérez. A única irmã de Manuel, Lucia Pérez, casara com outro camerano, Mateo Garcia de la Riva, e morava em Vila-Garcia.

A estirpe camerana dos Pérez fai parte do decisivo segmento de burguesia foránea radicada na Compostela oitocentista que ia acabar configurando o eixo da actividade financeira e comercial da cidade. O professor Barreiro Fernández tem chamado a atençom para as qualidades e comportamentos

5 Pernas Oroza, Herminia (1999): “Presencia riojana en Compostela durante el siglo XIX. Un acercamiento a través de fuentes censales”, Berceo 136, Logroño.

sociais que explicam a ampla influência deste afluxo de imigrantes durante o século XIX⁶.

Pro o sector mais forte virá da Rioxa, e mais en concreto dos pobos en torno a Ortigosa de Cameros. En varias oleadas chegan eiqui os De Andrés y García (D. José e D. Pedro) que xa no século XVIII fan unha fortuna extraordinária, maiormente o primeiro, chegando a posuir mais de 10 empresas, mesmo en América. Os De Andrés y García vivían en Santiago e emparentaríanse cós Flórez. Aínda no XVIII chegan tamén procedentes de Ortigosa os Moreno (D. Silverio) e os Torres que axiña emparentaron cos Moreno formando o fortísimo grupo Torres Moreno con casas en Coruña, Santiago, Carril e Ribadeo. Logo ven a saga dos De la Riba e dos Martínez Riba que lograrían emparentar asimesmo cos Torres Moreno e cos García. Xa mais adiante chegarán os Pérez, que emparentarán cos Santamaría e cos Sáenz. Xa adiantado o XIX reaparece unha nova xeración de cameranos, formada por D. Simeón García, Olmedo e Máximo Octavio de la Riva. (Pag. 131, 132, op. cit.)

O capítulo da obra citada, dedicada a indagar a formación da moderna burguesía galega (Barreiros, 1981), é unha fonte importante para a comprensión do decisivo papel das achegas foráneas e os vínculos de parentesco que permitírom configurar a rede de negocios que alicerçou a economía urbana da Galiza oitocentista da qual a familia Pérez é un exemplo conspicuo.

Santiago constitui a tal respecto un exemplo paradigmático de enlaces matrimoniais e patrimoniais:

E tampouco non é casual que en Santiago, onde hai unha burguesía que coñecemos mellor, se uniran os Pérez cos Sáenz, estos cos Cabello, os Cabello cos De la Riva, estos cos Moreno, e os Moreno cos Torres. En medio desta situación lineal había cruces. Os De Andrés García enlazan cos Flórez e cos Moreno e estos, á súa vez, cos García Pan. Decatémonos que de todos estos apelidos soio os García Pan eran galegos. Estas alianzas explican os pequenos impérios que se formárom durante o século XIX. (Pag. 151, op. cit.).

Nada mellor para ilustrar os apontamentos sobre negocio e parentesco do profesor Barreiro Fernández do que unha visita ao recoleto cemitério de Sam Domingos de Bonaval que custodia o eterno descanso das principais linhagens que protagonizárom o poder económico da cidade. Unha rede extensa e enleada onde nom faltan incrustacións do ámbito académico

6 Barreiro Fernández, X. R. (1981): *Historia de Galicia IV. Idade contemporánea*, Editorial Galaxia, Vigo.

compostelano e outros poderes fácticos da cidade. Num pequeno canto do cemitério aludido podemos contemplar o nicho onde repousa Olímpio Pérez Rodríguez (1847-1915) acompanhado da sua esposa Asunción Estesio Irigoyen (1847-1908), junto com dous filhos do matrimónio de nome Olímpio e prematuro falecimento -1877-1891 e 1892-1914- que malograram a ansiada transmissão do respeitado nome do patriarca da família Pérez e contribuíram para assombrar os seus últimos anos⁷.

A vida de Olímpio Pérez foi presidida pela virtude da discrição. Embora presente nas principais instituições da Compostela de finais do XIX, gostou de desempenhar postos de menor importância. A sua presença na vida pública e nas brigas políticas do seu tempo foi praticamente inexistente. Família e negócio parecem ter sido as únicas paixões do prócer.

Encontramos uma surpreendente excepção durante o efémero período republicano federalista ensaiado no sexénio revolucionário de 1868-1874, depois da demissão forçada de Amadeo I (1871-1874). O 11 de outubro de 1872 produziu-se uma insurreição no Arsenal Militar de Ferrol apoiada por operários do centro e polos círculos republicanos da cidade. A breve experiência democrática rematará com a restauração borbónica proclamada pelo General Martínez Campos na pessoa de Alfonso XII no dia 29 de dezembro de 1874. Som anos estes de forte actividade bélica com as hostes carlistas e de marcada inquietude cantonalista. A princípios de 1873, os federalistas catalães intentam proclamar o Estat Català, no mês de julho do mesmo ano proclamava-se de facto o Cantón de Cartagena, seguido de várias réplicas em diversos pontos de Espanha. Foram estas circunstâncias especialíssimas as que animaram o alcaide da cidade de Santiago, José Sánchez Villamarín, a convocar uma reunião popular na Casa do Concelho no dia 22 de junho de 1873⁸. Sanchez Villamarín,

7 A devota Confraria da Nossa Senhora do Rosário é de longa tradição em Santiago. As “Constituciones con que se ha de regir i gobernar la Devota Cofradia de Nuestra Señora del Rosario de la ciudad de Santiago por sus cofrades de Numero” datam de 1890; nelas, fai-se constar a subordinação “en lo espiritual” ao Reverendo Padre General de la Orden de Predicadores y en su Representación al Padre Prior del Convento de Dominicos de la ciudad de Santiago”. O número de confrades limitava-se a 120 que deviam ser vizinhos varons de 21 anos cumpridos, boa conduta, e sem pertença a qualquer outra congregação. A Congregação persistiu imperturbável até o dia de hoje. A fidelidade à congregação das famílias associadas, a boa ordem da Confraria e a sua presença inveterada nas procissões de Semana Santa som parte da tradição compostelana.

8 Pérez Constanti, Pablo (1926): “Los santiagueses proyectando la reorganización de Galicia, en 1873”, en *Notas Viejas Galicianas*, Tomo II, Imprenta de los Sindicatos Católicos, Vigo.

que fora vice-presidente da Sociedade Económica de Amigos do País de Santiago no ano de 1861, foi um destacado representante do federalismo regionalista durante a Primeira República e redactor de umha proposta de Fazenda cantonal galega. Como fruto da convocatória, foi criado um directório federal organizado em comissions ao qual devemos um manifesto “a Galicia” datado de 27 de junho de 1873, cheio de mesurado entusiasmo romântico. Assina-o, como presidente, o alcaide J. S. Villamarín, Vicente Martínez de la Riva e Antonio Casares como vice-presidentes e Pablo González Munín e Pedro Pais Lapido como vogais-secretários. Entre os vogais assinantes aparecem Alfredo Vicenti Rei e Olímpio Pérez. Muito significativo do espírito dos tempos é o escrito remetido com este motivo ao Vigário capitular da Arquidiocese onde se lhe indica com toda correcção que, dada a “situação excepcional” em que se encontra a Igreja espanhola perante a República federal “en cuyos principios fundamentales parece entra el de separarla del Estado” e “a fim de evitar “la odiosidad mutua que engendran siempre las diferentes banderías políticas que nos dividen”, sugere-lhe que o clero nom apareça colaborando no movimento “como clase, sino en concepto de simples ciudadanos”.

Podemos conhecer o jovem Olímpio dos primeiros setentas. Conserva-se umha memorável fotografia, supostamente tirada em 1870, onde aparece Olímpio junto com Simeón García de la Riva, os irmaos Santiago e Juan Harguindey, Lucas de la Riva e outros ilustres próceres locais; todos eles fardados de levita e botim, em sedutora pose romântica⁹.

A estudada moderação da iniciativa e o manifesto era um obrigado tributo à posição política de muitos dos apoiantes, entre eles seguramente do jovem Olímpio, magnates de pouco mais de trinta anos, amigo de todos mas de acendradas convicções religiosas. Entre os assinantes do manifesto encontrava-se, também Alfredo Vicenti Rei (Santiago, 1850, Madrid, 1916). Activo jornalista e amigo de Manuel Murguía, o qual substituiu en La Ilustración Gallega y Asturiana, foi objecto de excomunhão polo cardeal Payá y Rico em 1878. A participação de ilustres catedráticos como Vicente Martínez de la Riva ou Antonio Casares confere-lhe o tom equilibrado e amplamente cívico que caracterizou a efémero movimento

9 Fernández Vázquez, M^a Teresa (2006): “Juan Harguindey Broussain, 1839-1911. O maior fabricante de coiros galego do século XIX” em *Empresarios de Galicia*, Xoán Carmona Badía (coord.), volume I, CIEF, Fundación Caixa Galicia, Santiago.

federalista compostelano; um dos escassos acontecimentos conhecidos de participaçon de Olímpio Pérez em manifestaçoens políticas. Bem é certo que naquela altura o jovem primogénito dos Pérez nom detinha ainda responsabilidades directivas na casa familiar.

Os Pérez eram no último quartel do XIX umha família proeminente bem que nom fizessem parte da lista de maiores contribuintes tributários nem da elite política ou universitária da cidade. Surpreende, com efeito, nom encontrar a família na listagem dos 92 maiores contribuintes da cidade em 1881, que encabeçavam J. Astray Álvarez, Simeón García, P. de Andrés Moreno, V. Rivera Estévez e A. Martínez de la Riva, todos eles com contribuiçoens superiores às 1.200 pesetas anuais e Astray Álvarez com mais de 3.000¹⁰. Fecham a relaçon os contribuintes com 188 pesetas de contribuiçon directa. A anomalia da ausência dos Pérez na listagem dos grandes contribuintes cabe atribuí-la talvez ao facto do falecimento de Manuel Pérez em 1880 com a consequente interinidade da titularidade económica da casa no processo de transmissom aos herdeiros Olímpio, Cândido e Celestina, falecida esta pouco depois, no final de 1881.

A discreta reserva que caracterizou a trajectória vital de Olímpio Pérez nom o impediu, contodo, de participar em todas as instituiçoens de índole cívica ou interesse público de Santiago como era de esperar de um prócer reconhecido na cidade com crescente projecçon regional.

Olímpio Pérez figurava na primeira Junta de Administraçon da *Caja de Ahorros- Monte de Piedad de Santiago*, solenemente inaugurada o primeiro dia de fevereiro de 1880. O primeiro director da entidade será Salvador Parga Torreiro. A sucursal do *Banco de España* em Santiago, de tam destacada importância na modernizaçon do negócio financeiro na cidade, abria as portas em 21 de outubro de 1886. Foi nomeado director da mesma Joaquin Díaz de Rábago e entre os seus Administradores encontramos, naturalmente, Olímpio Pérez, junto com Salvador Parga Torreiro. Interessa destacar a presença dos Pérez Rodríguez entre o conjunto dos accionistas da sociedade. Constam como *Hijos de Pérez*

10 Pose Antelo, José Manuel (1992): *La economía y la sociedad compostelanas a finales del siglo XIX*, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago. A relaçon aludida vem na página 192 e seguintes. A obra, da qual faremos uso frequente nesta secçon, é umha fonte imprescindível para conhecermos a sociedade compostelana da época.

Sáenz com 17 acções e Olímpio com mais 10, as mesmas que possuía Salvador Parga Torreiro. Umha participação exígua se a comparamos com a do industrial asturiano Cristóbal Menéndez Valdés, promotor da iluminação a gás da cidade¹¹, com 115 acções, ou a *Caja de Ahorros-Monte de Piedad* com mais 100 na linha de outros endinheirados vizinhos como Joaquín Díaz de Rábago (24), Simeón García (30), os irmãos García Mouriño (24 cada um) ou Pedro Pais Lapido (26). A presença dos Pérez nas instituições financeiras compostelanas constituía um óbvio imperativo para a família de banqueiros.

Salvador Parga Torreiro (1838-1901), coincidente com Olímpio Pérez em tantas instituições, foi umha importante personalidade da Restauração em Compostela: Catedrático de Direito na Universidade, presidente da Sociedade Económica de Amigos do País de Santiago (1876-1884), Senador do Reino em representação das sociedades económicas do noroeste e promotor activo ou directivo das principais instituições benéficas e financeiras da cidade como a *Caja de Ahorros-Monte de Piedad de Santiago* (1886-1901), a sucursal do *Banco de España*, a *Cocina Económica*. A ele se deve também a vindicação pública do sufrágio feminino.

Encontramos Olímpio também na promoção de instituições de caridade pública como a *Cocina Económica* de Santiago. A inauguração tinha lugar no dia 24 de julho de 1891 sob o patrocínio do arcebispo José Martín de Herrera. Entre os seus promotores figuravam, além de Olímpio Pérez, importantes personalidades da época entre as que não podia faltar Salvador Parga Torreiro junto com outros catedráticos de corte liberal, como Joaquín Díaz de Rábago, ou de convicções conservadoras como Salvador Cabeza de León e Alfredo Brañas. Tinham presença também conhecidos negociantes sem cujo concurso seria mais difícil a persistência de umha instituição que se nutria de subscrições mensais (50 céntimos) e doações.

Figura também Olímpio Pérez na Junta Directiva da Cámara de Comercio de Santiago, criada em 1889. Exercia de tesoureiro desta entidade Simeón García de la Riva, pouco antes do seu falecimento produzido neste mesmo ano, (30-05-1889). Como presidente honorário, figurava Montero Ríos no apogeu da sua influência.

¹¹ Em 1871, o gerente da sociedade Menéndez Valdés y Cia de Gijón apresentava na Casa do Concelho o caderno de encargos para a instalação de um sistema de iluminação a gás.

O associacionismo recreativo nom parece ter sido um âmbito de predilecção dos Pérez. Ser sócio do *Casino de Santiago* nom era certamente assunto de livre escolha para as personalidades locais. Os Pérez figuram em pleno na relação de sócios de 1870, tanto Manuel Pérez como os seus filhos Olímpio e Cândido, este último com apenas vinte e três anos e Olímpio com apenas mais seis. A relação de sócios disponível (Pose Antelo, 1992) constitui umha evocadora imagem da sociedade compostelana do Sexénio Revolucionário nos meses prévios à chegada de Amadeo I a Madrid. Nom figuram os Pérez, em troca, em nengumha das sucessivas Juntas Directivas até 1900. Encontramos, si, de novo Olímpio fazendo parte de outro círculo de sociabilidade no ano de 1879: o *Recreo Artístico Industrial de Santiago*, aquele na Rua do Vilar, este na Rua Nova. Podemos deduzir da listagem de aderentes ao Recreio um carácter mais popular e transversal que o do Casino. Outro âmbito de relação, em qualquer caso, claramente funcional para umha sociedade regida ainda por um marcado sentido do ritual da convivência.

Olímpio Pérez pertencia por direito de nascimento e capacidade económica ao sector mais selecto da sociedade a título de banqueiro e comerciante com o que figurava, igual que o seu pai, na listagem de sócios do Casino. A sua relevância social e área de influência nom terminavam aqui. Olímpio tivo muitos filhos, doze segundo a nossa informação. Alguns morrerom prematuramente ou muito novos, os outros (a nom ser Maria, da qual nom encontrámos referências) contraírom matrimónio, mormente com cônjuges de manifesta relevância social. Celestina Pérez Esteso, casou com o advogado Marcelino Blanco de la Peña que acabaria assumindo por consenso a direcção do banco aquando da morte de Olímpio Pérez em estreita colaboração com Julián Pérez Esteso. Este contraiu matrimónio em 1919 com Carmen Armada Quiroga, filha de Carmen Quiroga e do conde de Canalejas, Ramón Armada y Fernández de Heredia que tinha exercido de Tenente de Alcaide no Concelho de Santiago polo partido maurista. Narcisa Pérez Esteso desposou Andrés Díaz de Rábago y Aguiar, industrial conserveiro de Ribeira, filho do ilustre sociólogo e economista Joaquín Díaz de Rábago. Outra filha de Olímpio Pérez, Carmen, casou com Felipe Gil Casares, filho do catedrático de Ciências Ramón Gil Villanueva e neto polo lado materno do eminente catedrático e químico Antonio Casares. O seu irmao Miguel foi um prestigiado catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Santiago e senador por esta

cidade. Felipe Gil Casares foi catedrático de Direito Civil em Santiago e fugaz alcaide da cidade por ocasião do golpe de Estado de Primo de Rivera e, posteriormente, desde finais do ano 1930 até o mês de abril de 1931. Desempenhou também o cargo de Reitor da Universidade de Santiago entre 1936 e 1939 em consonância com as suas convicções da direita espanhola mais comprometida. Outro enlace afortunado dentro dos círculos de classe em que se moviam os Pérez foi o de Ramona Pérez Esteso com Angel Sáenz-Diez de la Riva, filho de Isabel García Blanco e neto em consequência de Simeón García. Ángel constituiu o nexos entre as duas famílias de banqueiros e ele mesmo teve um significado protagonismo na filial viguesa da sua família, *Hijos de Simeón García y Compañía de Vigo*. Rematemos esta revisão dos vínculos familiares com os seus pares em preeminência e influxo social lembrando ainda os enlaces de Santiago Pérez Esteso com Maria Curbera Vicuña, de Antonia com Antonio de la Riva Lara, de Manuel com Maria Blanco Ituarte e de Miguel com Maria Cabeza Sierra que asseguravam conexões com famílias de semelhante estatuto social.

Muito tinha mudado o ambiente económico e legislativo do banco desde Manuel Pérez. Os anos centrais do XIX fôrom decisivos na criação do quadro regulatório da actividade bancária. Em 1855, promulgava-se a Ley de Desamortización civil de Madoz que abria oportunidades de investimento fundiário à burguesia e aos negociantes. Também é o ano da Ley General Ferroviaria que convocava o capital estrangeiro a um negócio daquela em auge. Em 1856, vêem a luz duas leis fundamentais para o futuro da banca: a Ley de Bancos de Emisión e a Ley de Sociedades de Crédito. A primeira contribuirá ao nascimento dos bancos de emissão, como o da Corunha (25 de novembro de 1856) e o posterior de Santiago, já em 1864. O novo quadro regulatório propiciará também o nascimento das duas entidades bancárias que lideram hoje o sector em Espanha: o Banco de Santander (1857) e, quase simultaneamente, o de Bilbao¹².

12 Além da bibliografia geral de consulta de carácter básico que já foi citada, cremos oportuno destacar algumas referências bibliográficas específicas referidas ao enquadramento da regulação e evolução da actividade bancária.

*Tedde Lorca, P. (2001): “El sistema financiero en la España del siglo XX”, em Morales Moya, A., (coord.): *Las transformaciones económicas. Las claves de la España del siglo XX*, Sociedad Estatal España Nuevo Milenio, Madrid.

A Ley de sociedades de crédito de 1856 abriu passo definitivo ao capital internacional interessado no investimento imobiliário e ferroviário. Foi a hora dos Pereire (*Sociedade General de Crédito Mobiliario Español*), dos Rothschild (*Compañía General de Comercio e Industria de España*) e dos Prost (*Compañía General de Crédito de España*), todas elas legalmente constituídas no mesmo ano de 1856. A historiografia económica espanhola assinala a existência de umha expansiva onda dos negócios financeiros no período 1856-1858 que se prolongará com algumas vicissitudes até o ano de 1864.

Quando Olímpio Pérez assume os labores directivos no ano de 1880, o cirieiro que presidira os negócios do pai começava a fazer parte da história. Em 1881, os estaleiros ferrolanos lançam o primeiro barco de casco de aço e em dezembro de 1909 começam a construir o primeiro couraçado da Armada Espanhola que será lançado em fevereiro de 1912 em presença de Alfonso XIII e da rainha Victoria Eugenia.

Em 1885, via a luz o libro de lembranças de Manuel Murguia, “*Los Precursores*”. Inaugurava a Biblioteca Gallega de Andrés Martínez Salazar. O capítulo dedicado ao seu amigo prematuramente morto Aurélio Aguirre é muito revelador das opiniões da juventude rebelde compostelana de meados do XIX. A lembrança do amigo serve de ocasiom a Murguia para impostar o tom em louvor dos *provincianos vascongados* -a estirpe comum de Aguirre e Murguia- em que concentra a suposta simpatia da sociedade galega da época em estridente contraste com a mençom denigratória reservada à tropa dos ávidos cameranos:

“...Aquí, allí, en las ciudades, en el campo, los provincianos hallaban siempre el cariño de sus nuevos amigos, la protección de sus paisanos.

*Arroyo Martin, J.V. (2003): *La banca española en el período de entreguerras, 1920-1935. Un modelo de modernización y crecimiento*, BBVA Archivo Histórico, Bilbao.

*Parejo Barranco, A.; Sánchez Picón. A. (2007): *La modernización de España (1914-1939)*, Editorial Síntesis, Madrid. O capítulo 6 fornece umha síntese bibliográfica actualizada sobre a mutaçom experimentada polo sistema monetário e financeiro.

*Martin Aceña, P. (1991): “Desarrollo y modernización del sistema financiero, 1844-1935”, em Sánchez-Albornoz (comp.): *La modernización económica de España 1830-1930*, Alianza Universidad, Madrid.

*Martin Aceña, P. (2005): “La conformación histórica de la industria bancaria española”, *Mediterráneo Económico*, nº 8, Caja Rural Intermediterránea, Cajamar.

Las fábricas de curtidos les pertenecian por completo. El comercio estaba casi en su poder, pues aun no había sufrido Galicia esa bárbara irrupción de cameranos ávidos, inútiles, terre à terre, y sin mas Diós que el dinero, que por nuestra desgracia vinieron a sustituir a los vascongados, quienes desde la primera guerra civil parece como que olvidaron el camino de nuestro país ¹³

Se bem que o desprezo polo negociante vulgar e inculto seja um lugar comum das hostes universitárias românticas da Europa que tam bem representa o círculo de Murguía e Rosalia e embora podamos reconhecer nas palavras de Murguía ecos do seu admirado Heine em contra dos *filisteus* e do *filisteísmo*, o certo é que o *ex abrupto* de “*Los Precursores*” constitui umha confidência reveladora do menosprezo -tingido talvez de um certo ressentimento- dos jovens literatos compostelanos rebeldes de meados do XIX polos laboriosos comerciantes cameranos e maragatos que daquela ocupavam a cidade. No caso de Murguía, a aversom estaria agudizada ainda pola insalvável distância ideológica existente entre as suas inveteradas convicções liberal-progressistas e o marcado conservadorismo que caracterizava as honestas famílias de negociantes em plena ascensom. O fugaz comentário tem o interesse adicional de proceder dos tempos moços de Murguía em Compostela e da especial circunstância de partilharem vizinhança os Pérez e os Murguía nas proximidades da praça de Cervantes.

1.2 Compostela, da ruína da urbe barroca ao apogeu da cidade dos dous apóstolos

A Compostela de começos do XIX era umha cidade decadente, carregada de história e monumentos que já tivera o seu apogeu em meados do XVIII quando as rendas dos mosteiros da cidade e o Voto a Santiago faziam afluir à cidade perto de 2.500.000 reais cada ano, os quais permitiam suportar o esplendor do cabido catedralício e das noventa e nove casas religiosas masculinas e femininas existentes na Galiza da altura, várias delas na própria cidade¹⁴.

13 Murguía, Manuel (1885), *Los precursores*, Latorre y Martínez Editores, Biblioteca Gallega, nº 1, La Coruña, página 46.

14 Portela Silva, Ermelindo (coord.), VV.AA. (2003): *Historia da cidade de Santiago de Compostela*, Concelho de Santiago, Consorcio de Santiago, Universidade de Santiago de Compostela. Consultar especialmente as secções III e IV para umha revisom actual e documentada da idade moderna e contemporânea.

Em 25 de outubro de 1820, foi clausurado por lei o mosteiro de Sam Martinho Pinário e mais de cem monges se vírom obrigados a vagar à procura de abrigo em casas particulares da cidade. Os exclaustrados nom fôrom autorizados sequer a enterrar o último abade do extinto mosteiro, frei Angel Ruibamba, falecido no dia 28 de fevereiro de 1821. Em 1837, fôrom nacionalizadas as opulentas rendas que sustentavam o mosteiro: 226.942 reais percebidos nos celeiros de Santiago, além das percebidas através da rede de priorados da casa. Igual transe se abateu sobre os mosteiros de Sam Domingos, Santo Agostinho, Sam Lourenço, dos mercedários de Conjo e de Sam Francisco, embora este conseguisse licença de reabertura acolhendo-se à sua condiçom de casa de formaçom para missionários de Terra Santa. Os mosteiros femininos da cidade -Sam Paio, Santa Clara, Belvis, Carmelitas, Mercedárias- nom fôrom objecto de expropriaçom e conservárom as suas comunidades até hoje.

Também a poderosa Igreja compostelana vai ver-se despojada da maior parte dos seus quantiosos ingressos: 2.052.646 reais de toda a procedência no ano de 1806. Em 1823, as receitas nom superavam os 160.239 reais, (Barreiro Fernández, 2003). O recorde das exclaustraçoms e as suas severas consequências deveu comover a cidadania compostelana durante anos. Pérez Constanti lembra nas suas *Notas Viejas Galicianas* o esvaziado das torres sineiras dos mosteiros masculinos da cidade para a venda dos seus sinos. O relato do despojo dos sinos de Sam Martinho, Sam Francisco, San Domingos, Santo Agostinho e Sam Lourenço no dia 19 de janeiro de 1838 para o seu transporte para o porto da Corunha deve ter causado amargura numha cidade habituada a viver ao compasso do seu som. O Alcaide da cidade dava conta à Junta de Alheamento de bens dos mosteiros suprimidos da liquidaçom das despesas da operaçom: 3.352 reais por gastos de desmontagem mais 180 adicionais percebidos polos nove carreiros condutores. A deduzir 2.060 reais por 1.940 libras de ferro de despojos vendidas a nove quartos cada umha. Também se informa de que dous sinos estavam partidos; um deles procedente do mosteiro de Sam Francisco que fora atirado ao chao por nom alcançar a maroma; outro de Sam Martinho, já lanhado previamente e que terminou por partir.

A sensaçom de afliçom colectiva polo implacável despojo do património e da memória íntima da cidade culminará com a expropriaçom da preeminência institucional que detinha Compostela como centro

simbólico da Galiza e sede da poderosa jurisdição eclesiástica. Se bem é certo que a Corunha era a sede da Capitania Geral, da Real Audiência e da Real Intendência, Santiago superpunha à sua condição de cabeceira da Província de Santiago as prerrogativas de capital religiosa e universitária. Em pleno Triénio Liberal (1820-1823) constituía-se nas Cortes umha Comissom encarregada de elaborar um projecto definitivo de divisom provincial. Na sessom de 10 de outubro de 1821, regista-se umha intervençom do deputado Joaquin Fondevila Vaamonde, (Barreiro Fernández, coord, 2001) informa-nos que Joaquin Fondevila era filho de Pedro Francisco Varela Fondevila, Regedor perpétuo da cidade de Santiago e de Manuela Vaamonde e Barrio de Figueroa. Pertencia à fidalguia rural e era sobrinho de Juan Varela Fondevila, bispo auxiliar de Santiago. Na sua intervençom, o deputado Joaquin Varela expom o facto de Santiago ter sido sempre capital da Galiza, além de sede episcopal e universitária; concorda o deputado com a “benéfica aboliçom do voto” aproveitando a ocasiom para trager à memória a confiscaçom de Sam Martinho Pinário -“tal vez o mais rico da Ordem de Sam Benito”, comenta- e o impacto negativo das medidas na cidade e talvez, assegura, na Província.

Todas aquellas reformas que privaron a aquella ciudad de los millones que anualmente entraban en ella y circulaban entre sus habitantes, las vieron y sufren con la mayor resignación que, aunque debida y justa, sólo es dada a pueblos de eminentes virtudes. Lo cierto es que por esta causa ha quedado Santiago del todo arruinado.

(...) Y será posible que...se despoje a aquella ciudad de la consideración de capital que ha tenido hasta aqui, sin ventaja, antes bien con perjuicio de la Provincia..?

A resposta do General Antonio Quiroga (Betanços: 1784-Madrid: 1841) a esta intervençom encerrou a questom. A posiçom do militar que protagonizara com Rafael del Riego o levantamento liberal de 1820 contra Fernando VII que deu início ao Trienio Liberal era, sob a óptica liberal, irrefutável. No seu turno qualificou o antigo mosteiro de Sam Martinho Pinário como magnífico edificio ganhado para a cidade, mesmo como digno alojamento militar, e, quanto à sede da capital, nom ocultou as suas preferências: “Debe ser preferida La Coruña por ser puerto de mar, por estar mas en el centro (???), por su población y por razones políticas que son bien conocidas a todos los gallegos y a la Nación”, (Barreiro Fernández, coord, 2001).

Conectado com as lojas maçónicas da época, António Quiroga é um representante exemplar da militância liberal. Ascendido a general no Triénio Liberal combateu posteriormente as tropas francesas do duque de Angulema enviadas em auxílio de Fernando VII. Em 1823 viu-se obrigado a capitular perante o exército francês na Corunha para passar a exilar-se em Londres durante a Década Ominosa (1823-1833) para retornar em 1834, já na Regência de Maria Cristina.

Santiago trocava via degradada a sua condição de capital de província à de cabeça de Partido Judicial. O desdém dos círculos liberais pela cidade episcopal foi manifesto como corresponde a uma época de tam viva contenda ideológica. Temos uma prova adicional da consideração que merecia a cidade de Santiago aos magnates do movimento liberal do XIX na descrição comparativa da Corunha e Compostela no Dicionário de Pascual Madoz (1806-1870). Nos volumes dedicados à Galiza no magno *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar* (1846-1850), não oculta Madoz a animadversão da intelectualidade liberal perante o *fanatismo* atribuído à velha sede episcopal compostelana em aberto contraste com o temperamento democrático e a abertura comercial que caracterizava a cidade da Corunha. O agudo contraste entre ambas as cidades inspira ao político navarro comentários altamente reveladores. Só nos acontecimentos de 1846 reconhece virtudes a uma cidade condenada a purgar o seu inveterado conservadorismo -reverdecido em datas não tam recuadas na militância no movimento carlista- no altar das liberdades cívicas¹⁵. A aventura carlista compostelana

15 Madoz Ibáñez, Pascual, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico*. A referência de Madoz aos acontecimentos de 1.846 aparece impregnada de fé liberal: “En 23 de Abril de 1.846, presenció la ciudad de Santiago un combate encarnizado entre tropas todas liberales y bizarras, conducidas a la lid por los trastornos civiles que tantas víctimas han dado que lamentar a la nación”. Na entrada dedicada à Corunha, não esquece Madoz a pugna com Santiago pela sede da Audiência: “Hasta nuestros días llegó esta competencia que quedó relegada con la publicación del decreto de arreglo de tribunales de 1835 que fijó definitivamente la residencia del tribunal superior en la ciudad de La Coruña”. As causas do declive compostelano são apontadas com agudeza: “El comercio de Santiago había estado reputado por los inteligentes como igual con poca diferencia al de La Coruña...Pero la extinción del voto y del diezmo, la supresión de las comunidades religiosas y la desamortización de los bienes del clero secular, por cuyos conceptos entraban en aquella ciudad anualmente tantas riquezas debieron refluir en el comercio y hacerle bajar una tercera parte, que es en lo que próximamente se calcula la pérdida que ha sufrido la masa general de ellas”. Não perde ocasião Madoz de fazer manifestas as suas simpatias. Aproveitando uma reflexão circunstancial sobre o espírito mercantil e especulativo e a “*afición al contrabando*” que observava na Corunha

permanecia bem viva na enciclopédica memória do ilustre político liberal por mais que o seu apogeu se tivesse produzido um quarto de século antes da redacção do seu *Diccionario*.

O carlismo compostelano prosperou no terreno propício do ressentimento derivado da desconsideração política pela preeminência que ostentava a cidade no Antigo Regime. A aventura carlista compostelana fincou as suas raízes no obscuro conúbio político de duas personalidades foráneas: o resolutivo Capitão-General da Galiza, Nazario Eguia (1824-1832) e o veemente bispo de Compostela, Frei Rafael Vélez (1824-1850). Biscainho o primeiro, malaguenho o segundo. Rafael Vélez foi nomeado bispo de Santiago pelo papa León XII sob proposta de Fernando VII. Umha das obras mais influentes deste frade capuchinho integrista, *Apología del Trono y del Altar* (1918) pode ser traída à lembrança como símbolo da plena comunhão de ideias entre as duas instâncias de poder. Ao arcebispo Vélez deve Santiago a criação do primeiro seminário conciliar em 1829. Os primeiros anos de Vélez em Santiago até a morte de Fernando VII em 1833 pareciam colmar todas as aspirações da reacção absolutista. Em 29 de dezembro de 1824, Fernando VII decidia nomear Capitão-General da Galiza o Marechal de Campo Nazario Eguia. Recém-chegado à Corunha, Eguia procedeu a trasladar a Capitania Geral e a Real Audiência para Santiago situando-as no Palácio dos marqueses de Santa Cruz de Ribadulha, na Rua Nova. O seu sucessor na Capitania foi o general Pablo Morillo, nomeado pela rainha regente Maria Cristina, que procederá a repor na Corunha as instituições expropriadas. Vélez, imune aos poderes humanos, teimará no seu ideário apostólico integrista que lhe valerá detenção, julgamento sumaríssimo e posterior desterro para Mahón no ano de 1835 sob a acusação de apoio à sedição carlista. O confinamento durará nove anos e só rematará com a subida ao trono de Isabel II em 1844, ano em que será reposto na sede episcopal compostelana.

O longo episcopado de Vélez alcançou a contemplar o episódio da revolta cívico-militar que remataria nos fuzilamentos de Carral de 1846 que tantas esperanças concitara na mocidade revolucionária compostelana do momento. As escaramuças finais cruzadas entre o Marechal de Campo

e Ferrol concluía: “(estas ciudades) y otras, próximas a la costa, propagan la ilustración al resto de la provincia mejor que pudo hacerlo Santiago cuando, si bien con una Universidad, encerraba dentro de sus muros un foco de fanatismo opuesto a las luces de la civilización moderna”.

Solís e o General Concha tiveram o seu episódio decisivo na batalha livrada em Cacheiras no dia 23 de abril de 1846 que culminará em confrontamentos nas ruas de Santiago com umha testemunha excepcional: Manuel Murguía. O exemplar de *La Voz de Galicia* de 23 de abril de 1885 insere um artigo de Murguía comemorativo daquele episódio onde ecoa a intensidade evocativa dos treze anos com que contava na altura o jovem Manuel Murguía, vizinho e residente na cidade no Canto de Sam Bieito, contíguo à praça de Cervantes. A imagem evocada do cadáver do “joven y gallardo teniente de Cazadores” comovia ainda a selectiva memória do historiador. A crónica familiar dos Pérez, redigida em 1947 por ocasião do primeiro centenário da fundação do negócio, nom regista a menor referência a aqueles acontecimentos que tanto excitaram a imaginação da juventude romântica que transitava a urbe nos anos centrais do XIX. Os Pondal, Aguirre, Rosalía; o próprio Murguía.

Olímpio Pérez fazia nove anos em 1850, o ano do falecimento do bispo Vélez. Em setembro de 1868 começava em Cádiz a Revolução de 1868 que obrigou Isabel II a abdicar e que inaugura o Sexénio Revolucionário 1868-1874. O carlismo continuou inspirando o pensamento conservador compostelano como saudosa referência de umha sociedade submetida a um processo de mudança política acelerada. Os ecos desta ideologia som perceptíveis ainda na intelectualidade tradicional da segunda metade do XIX em personalidades como Salvador Cabeza de León (1864-1934) ou o seu mestre e inspirador Alfredo Brañas (1859-1900). Catedráticos ambos da Universidade de Santiago, Cabeza de León chegou a ser alcaide de Santiago, Brañas umha figura indiscutível do pensamento regionalista galego. O substrato ideológico que ambos cultiváram tem as suas raízes no historicismo tradicionalista e na idealização de ordem ancestral prévia à ilustração liberal e aos conflitos de classe e, por cima de todo, na mais resoluta fidelidade à doutrina da Igreja. Eram estas posições firmemente estabelecidas em amplos estratos da sociedade galega, presentes também em personalidades contemporâneas como Juan Barcia Caballero (1852-1926) e o tudense Manuel Lago González (1865-1925) que chegaria a ser bispo de Santiago.

A simpatia da família Pérez por estas posições é patente. No mês de junho de 1931, apresentava-se no Governo Civil da Corunha o pedido de inscrição de Acción Nacional, que passaria a denominar-se depois por

imperativos legais Acción Popular e finalmente Confederación Española de Derechas Autónomas (CEDA). A iniciativa, nascida em Madrid, tinha como promotor na Galiza o catedrático de Direito Político da Universidade compostelana, Carlos Ruiz del Castillo. Foi este, junto com três destacados aderentes aos círculos da militância católica, os assinantes do requerimento: o industrial Ricardo Bermejo Pena, o arquitecto Jesus López de Rego Labarta e Julian Pérez Esteso¹⁶. A inquietude provocada na família Pérez pola declaração da República deveu ser mais que notável. Como sabemos, umha irmã de Julian, Carmen, estava casada com o catedrático de Direito Civil da Universidade, Felipe Gil Casares. Felipe Gil exerceu fugazmente de alcaide de Santiago desde o golpe de Estado de Primo de Rivera em 1923 até janeiro de 1924 e de novo desde finais de 1930 até o mês de abril de 1931. Foi também aderente à Acción Popular e posteriormente à CEDA, coligação pola que foi eleito deputado provincial pola Corunha nas eleições de 1933 e 1936. Em 1936 foi nomeado Reitor da Universidade compostelana.

O conservadorismo social impregnava amplos sectores da sociedade galega do tempo. Narcisa Pérez Esteso era casada com o industrial conserveiro Andrés Díaz de Rábago y Aguiar, filho do ilustre economista Joaquín Díaz de Rábago. Andrés e o seu irmao Jacobo eram grandes amigos de ValleInclán, cujo carlismo de cariz finalmente estético é bem conhecido. Andrés participará na criação do Sindicato Agrario Católico da Póvoa do Caraminhal em 1919, no qual figurava também como directivo ValleInclán.

O Sexénio Revolucionário (1868-1874) oferece umha conjuntura histórica propícia para a emergência dos movimentos de cariz liberal e progressista presentes sempre na Galiza, com epicentro em Corunha e Ferrol e entre estudantes, profissionais e funcionários públicos. A agitação do período foi suficiente para propiciar a improvável presença de Olímpiо Pérez numha convocatória do alcaide federalista de Santiago José Sanchez Villamarín em 1873 onde nom podia faltar Alfredo Vicenti, futuro chefe de redacção de El Liberal (1896-1916). Foi esse o ano da abdicação de Amadeo I de Sabóia, aquele fugaz monarca propugnado polo general Prim,

16 Grandío Seoane, Emilio (1997): “Organización y poder en la CEDA gallega”, em Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, t. 10, pág. 223-249.

amigo fiel de Montero Ríos que chegara a Espanha na fragata Numância um 30 de dezembro de 1870 acompanhado dos restos mortais de Pascual Madoz que partira para a Itália com a missão de conduzi-lo para o seu reino de acolhimento. O primeiro acto do monarca foi, como se sabe, a visita aos restos mortais do seu valedor, o general Prim, morto em atentado.

Eugénio Montero Ríos (1832-1914) é um filho político do Sexénio Revolucionário. Catedrático com vinte e oito anos, consegue o traslado para a Universidade da sua cidade natal inaugurando o ano lectivo de 1861 com um provocativo discurso -*Ultramontanismo y cismontanismo en la historia y en la ciencia*- que conseguiu escandalizar os sectores mais conservadores da cidade. O bispo na sede compostelana era Miguel García Cuesta (1851-1873), sucessor no sólio de Rafael Vélez e intransigente debelador das medidas secularistas das Cortes constituintes de 1869.

Montero é eleito deputado por Ponte Vedra na legislatura de 1869-1871, junto com Francisco Riestra Villaure, precursor da poderosa estirpe liberal dos Riestra, e de Pedro Mateo Sagasta, camerano, engenheiro e irmão de dom Práxedes, o fundador do partido liberal. Montero acedeu de novo ao Parlamento durante a legislatura de 1886-1891, desta vez como deputado por Santiago. Dom Eugénio ostentará duas vezes o cargo de Ministro de Gracia y Justicia, a última, no derradeiro Governo de Amadeo I. O político compostelano não retornará à política activa até 1885, morto já Alfonso XII, o monarca que encabeçara a restauração borbónica. Montero Ríos é nomeado ministro de Fomento no Governo Sagasta, primeiro gabinete da Regência de Maria Cristina, e, novamente, em 1892. Montero chega a encabeçar brevemente a Presidência do Conselho de Ministros em 1905, cargo que abandona por desacordo com a exigência de Alfonso XIII de pôr fim às burlas antimilitaristas, a raiz de um célebre incidente provocado pela revista satírica catalã ¡Cu-cut!. Catedrático, Ministro em várias ocasiões, Senador Vitalício e fugaz Presidente do Governo, Montero Ríos acumulou poder, influência e respeito que soubo canalizar em favor da sua base clientelar na Galiza.

Em Santiago, Montero foi muito mais. O professor Villares qualificou em referência afortunada a Compostela do seu tempo como “a cidade dos dous apóstolos” em irónica referência comparativa com o apóstolo da tradição

secular¹⁷. A desenfadada assimilação honorífica procede de “La Casa de la Troya” (1915); o romance estudantil de tonalidade tardoromântica que tanto contribuirá para fixar no imaginário de várias gerações a imagem saudosa e desenfadada da Compostela universitária.

A rede *monterista* contou com unha nutrida base social em Santiago que lle permitiu assegurar poder e hegemonia social e garantir o controlo permanente do goberno municipal durante o período de 1891-1905: Cleto Troncoso Pequeño (1891-93, 1893-95), Ramón Sanjurjo Pardiñas (1895-97, 1897-99, 1899-1903), Lino Torre Sánchez Somoza (1903-1905) fôrom os seus adiantados maiores na gobernação de Compostela.

Madrid foi a sede do poder político de Montero Ríos, Louricám o seu centro de descanso e irradiación galaica e Santiago o objecto dos seus desvelos. Montero conseguiu tecer em torno à sua figura uma extensa rede de influencia que acabou transferindo ao seu genro Manuel Garcia Prieto.

O *monterismo* afundou as suas raíces na própria família do prócer num intrincado desenho de relacións de influencia social que se inicia com o seu próprio irmao, José Montero Ríos (1830-1890). José Montero chegou a desempeñar a cátedra de Patologia Geral e Anatomia Patológica na Universidade de Madrid e o decanato da Facultade de Medicina de Madrid para aceder depois ao cargo de reitor da Universidade de Santiago durante o Sexénio Revolucionário e à reitoria da Universidade de Havana. Foi também deputado eleito e senador pola Galiza em várias ocasións.

Cinco fôrom os fillos sobreviventes dos oito que nascérom do matrimonio de Eugénio Montero Ríos com Avelina Villegas Rubiños.

Eugénia Montero Villegas casou com Benito Calderón Ozores, fillo primogénito e sucesor do poderoso Conde de San Juan, Vicente Calderón Orosó, e de Carmen Ozores Mosquera, filha do Señor de Rubiáns e Grande de España. Um cunhado de Eugénia, Joaquín Calderón Ozores era casado com uma filha de Manuel Bárcena Franco, conde de Torrecedeira, alcaide de Vigo, senador, promotor da *Caja Municipal y Monte de Piedad de Vigo*, e anfitriom de Jules Verne em 1878. A sua cunhada Carmen

17 Villares, Ramón (2003): “A cidade dos dous apóstolos. 1875-1936” em *Historia de cidade de Santiago de Compostela*, Concello de Santiago, Universidade de Santiago de Compostela.

Calderón Ozores casara com José Riestra López, primeiro marquês de Riestra, banqueiro, deputado em várias legislaturas e senador vitalício. Dona Eugénia Montero Villegas casou finalmente em segundas núpcias com Eduardo Martínez del Campo, político burgalês que chegaria a ser ministro da Gracia y Justicia durante o reinado de Alfonso XIII, além de senador vitalício e presidente do Tribunal Supremo. Umha brilhante carreira matrimonial a de dona Eugénia que em nada desmerece a empreendida na política polo seu pai.

Outra filha de dom Eugénio, Dolores, casou com Eduardo Vincenti Reguera (1857-1924), deputado liberal por Ponte Vedra desde 1886 até o seu falecimento, alcaide de Madrid (1905-1906), Vice-presidente primeiro do Congresso e ilustre publicista de convicções regeneracionistas.

Dous filhos varons de dom Eugénio, Eugenio (1873-1917) e Andrés Avelino (1875-1925) figérom carreira política em Madrid como deputados em sucessivas legislaturas, desde 1898 o primeiro e como deputado e senador o segundo.

María Victoria Montero Villegas casou com o astorgano Manuel García Prieto (1859-1938), futuro Marquês de Alhucemas que foi também jurisconsulto formado na escola do seu sogro que lhe serviu de mestre tanto na profissom jurídica como na política. García Prieto acedeu ao exercício activo da política como deputado polo Partido Liberal polo distrito de Astorga em 1887 para passar depois a representar Santiago entre 1893 e 1911 por ocasiom da morte do seu cunhado Benito Calderón. Em 1905 foi nomeado Ministro da Governação no governo que presidia o seu sogro Montero Ríos. A carreira de García Prieto foi mais brilhante se cabe que a do seu sogro e mentor. Depois de ocupar várias pastas ministeriais, recebeu o título de Marquês de Alhucemas como reconhecimento ao êxito das negociações que dirigiu na qualidade de Ministro do Estado sob a presidência de Canalejas com a República Francesa para a pacificação de Marrocos. Foi designado para presidir o Senado em 1914 e 1917, ano em que chegou a presidir um governo de concentração. Em 1918 desempenhou ainda a pasta da Governação sob a presidência de Antonio Maura. Garcia Prieto dirigiu o último governo constitucional da monarquia de 1922 e ainda tentou deter sem êxito o golpe de Primo de Rivera de 13 de setembro de 1923.

Montero foi cabeça e factótum de umha potente rede política na Galiza da Restauração borbónica (1874-1923). A paulatina retirada do cenário político a partir da sua demissão em 1905 e a sua desapareição em 1914 nom fôron óbice para a persistência do *monterismo*: A rede política tecida no seu círculo integrou-se sem aparente dificuldade na que promoveu o seu genro Manuel Garcia Prieto. A sua trajetória e ligações nom desmerecerom as do seu sogro. Na rede clientelar de Garcia Prieto formavam o seu irmão Álvaro como deputado por Castela e dous dos seus genros: Manuel Sáinz de Vicuña y Camino, casado com Avelina García-Prieto y Montero-Ríos, deputado por várias circunscrições galegas, e Carlos Albert Despujols, deputado por Ortigueira em 1923.

O *monterismo* constitui um caso exemplar do sistema de turnos pactuados e redes clientelares de âmbito territorial que servírom de base ao imperturbável mecanismo de sucessom da Espanha da Restauração. O forte enraizamento do sistema na Galiza e a viçosa emergência de lideranças locais a que deu lugar pouco tenhem a ver com um imaginário viés antropológico da sociedade galega e muito com a situação de excentricidade, atraso social e falta de perspectivas profissionais dos jovens quadros universitários e dos renovos da burguesia ou fidalguia urbana em procura de um destino condigno. Um fenómeno que dista de ser peculiar da Galiza e que foi objecto da perspicaz atenção de António Gramsci nos textos dos seus Cadernos do cárcere dedicados a analisar as características da sociedade meridional italiana¹⁸.

Santiago foi o feudo de Montero e este o seu valedor indefectível. Nada resume melhor o idílio da cidade com o seu devoto filho com mando na capital do Estado que o candeeiro que Montero Ríos ofereceu à Catedral e a estátua com que a cidade lhe retribui reconhecimento permanente. O imenso candeeiro -três metros e meio de altura por dous e meio de diâmetro e dous mil quilogramas de peso estimado- foi umha doação especial de Montero Ríos à Catedral, o coração simbólico da sua cidade natal. Procedia a luminária do Senado e a doação da mesma coincide com a presidência de Montero na alta instituição. Conserva-se ainda no arquivo da Catedral a acta da cessom, datada de 14 de janeiro de 1895. O candeeiro, construído em bronze, situou-se na nave central acompanhando a outra luminária

¹⁸ Gramsci, Antonio (1974): *Antologia*. Selección, traducción y notas de Manuel Sacristán. Siglo XXI Editores, Madrid. Cfr. “Algunos temas de la cuestión meridional”. Fragmentos: Outono de 1926; 2000 I, 797 ss.)

singular: o grande lustre ou aranha de vidro oferecido à Basílica pelo cónego Pedro Méndez Acuña em 1855¹⁹. O reconhecimento da Catedral de Santiago e da Igreja e do Mosteiro de Sar como Monumentos Nacionais (1896) é umha prova mais da especial atenção de Montero com a hierarquia episcopal compostelana. Um caminho óptimo para conquistar as simpatias de umha sociedade piedosa e conservadora pouco proclive ao liberalismo, mesmo na versom finalmente temperada como a praticada polo seu ilustre freguês. Governava daquela os destinos da Igreja compostelana José Maria de Herrera y de la Iglesia (1889-1922). No início de 1897 será nomeado cardeal romano e em 1900 celebrará as suas bodas de prata episcopais. Além disso, Herrera foi, como é sabido, o máximo impulsor das peregrinações jacobéias que conseguírom situar Santiago no mapa da cristandade primeiro e da Europa depois.

Em 1906 rematavam as polémicas obras de reforma do antigo edifício da Universidade de Santiago que iniciaram no ano de 1894. A inauguração teria lugar no seu flamante Paraninfo. Entre os bustos que decoram a cornija que percorre a sala nom podia faltar Montero Ríos formando congregação com as ilustres personalidades que dérom vida e glória à sábia instituição, presidida pola deusa Minerva acompanhada polas alegorias da Razom, as Ciências e as Artes.

A estátua, que a cidade dedicou ao seu ilustre filho é obra de Mariano Benlliure e foi erigida no ano de 1916, dous anos depois da morte do político compostelano. A situação inicial escolhida foi nada menos que a Praça do Obradoiro, até o ano de 1928 em que foi deslocada para a Praça de Maçarelos nom sem antes ter sido objecto das burlas de Castela em algum dos seus populares desenhos de denúncia anticaciquil.

Estátuas e alegorias. Talvez nom seja impertinente anotar o gosto por comemorações e resgate de tradições e identidades que caracterizou a sociedade que viveu dom Olímpio. Estava no espírito da época.

No mês de maio de 1891 tinha lugar a transferência dos restos mortais de Rosalia Castro do cemitério de Adina (Padrom), onde repousavam

¹⁹ Pedro Méndez de Acuña foi cónego da Catedral nos tempos do Arcebispo Vélez, e consta como “Administrador del Colegio de Huérfanas de esta ciudad” segundo o *Guia del Estado Eclesiástico seglar y regular de España en particular y de toda la Iglesia Católica en General para el año 1826*, impresso em Madrid em ano que nom podem precisar.

desde a sua morte (1885), para Sam Domingos de Bonaval, em Santiago. A recuperação definitiva da memória de Rosalia deve muito à comunidade galega de Havana. Não é sem motivo que o poemário *Folhas Novas* (1880) esteja dedicado a «os señores da Xunta Directiva e mais individuos que compoñen a Sociedade de Beneficencia dos naturales de Galicia na Habana». Rosalia era já um símbolo em Havana no ano em que morria Manuel Pérez Sáenz. Dali surgiu a iniciativa de lhe erigir um monumento funerário em Adina, oportunamente transformado no projecto de transferência dos restos da poetisa para a sua cidade natal. O artífice da proposta foi Joaquín Díaz de Rábago, Presidente da Sociedade Económica de Amigos do País de Santiago.

A memória de Méndez Núñez, herói nacional indisputado nos anos finais do XIX, tivo o seu reconhecimento público em Santiago na estátua erigida em 1885. A iniciativa não pode estranhar; a canonização da história pátria fazia parte da cultura da época, amante de ícones e culto à tradição mesmo recente. É mais que significativo que entre as pertencas do legado de Manuel Pérez se encontre nada menos que a *Historia de España* de Lafuente, com um valor estimado, junto com “otras obras y varios mapas”, de 1.200 reais de velhom. Em 1898, levantava-se também umha estátua em memória do ilustrado eclesiástico compostelano e coetâneo do bispo Rajoy, Ventura Figueroa. Montero Ríos contará também com a sua estátua como dixemos em 1916, um ano depois da de Rosalia (Francisco Clivillés y Serrano, 1869-1920) em 1917. Um ano depois (1918) inaugura-se o monumento comemorativo do resolutivo promotor da Exposição Regional de 1909 Pais Lapidó que morrera um ano antes, em 1917 (José Mateo Larrauri, 1885-??).

Santiago acumulava ícones da memória colectiva como parte desse empenho geracional intersecular de autoidentificação que assenta as suas raízes na demorada construção da *Historia de Galicia* de Murguía (1865, Tomo I; 1866, Tomo II; 1888, Tomo III; 1891, Tomo IV; 1911, Tomo V) e da reivindicação de Rosalia como poetisa nacional e mito fundacional promovida pola colectividade galega de Havana. Um vigoroso movimento de construção nacional que tem nas colectividades ultramarinas os seus mais entusiastas valedores²⁰.

20 Anderson, Benedict (2006): *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, Fondo de Cultura Económica, México. O enfoque da obra tem carácter pioneiro (1983) e especial interesse no caso da recuperação da identidade colectiva galega por quanto

A cidade de Olímpio Pérez tem o seu guia minucioso e intemporal. Referimo-nos ao *Guia de Santiago y sus alrededores* que via a luz em 1885, com licença eclesiástica. A obra fora redigida por dous ilustres catedráticos da Universidade²¹ como corresponde a tam académica urbe. O guia propunha excursõs às atracçõs próximas julgadas de maior interesse: Padrom, A (sic) Ulla, o bosque de Cernadas (Porto-Mouro), as Torres de Altamira. Como vias de acesso recomendava a linha férrea de Madrid a Monforte até alcançar Cúrtis, ponto no qual umha diligência levaria o viajante a Santiago “em pocas horas”. Para os viajantes procedentes do sul, os autores recomendavam viagem de comboio através de Portugal até chegarem a Tui desde onde podiam alcançar Ponte Vedra. Para os do norte, sugeria-se o acesso por barco até a Corunha ou Carril. Nom é preciso lembrar que Carril tinha conexom ferroviária com Santiago desde 1873 e que a conexom Ponte Vedra - Carril teria que esperar ainda até o ano de 1899 para se fazer praticável. A conexom Corunha-Santiago demoraria ainda até 1943. Nom era tarefa nada fácil chegar a Santiago no século XIX.

1.3 As ilusõs do caminho-de-ferro

O trem foi, como sabemos, umha obsessom do século XIX como cifra e símbolo de progresso económico. Contar com serviço ferroviário era a aspiraçom que unia políticos, industriais, jornalistas e arbitristas de toda a índole como pode comprovar-se nos debates de imprensa da época sobre a matéria. A paixom polo traçado do caminho-de-ferro alcança os anos trinta do século XX como pode observar-se nos trabalhos jornalísticos de crítica económica de Eloi Luís André ao interminável projecto ferroviário Samora-Ourense-Corunha.

permite conectar o independentismo *criollista* americano com o despertar dos nacionalismos de raiz vindicativo-lingüística na velha Europa.

21 Fernández Sánchez, José M; Freire Barreiro, Francisco, Catedrático de la Universidad (1885): *Guia de Santiago*, Imprenta del Seminario Conciliar, Santiago. Os autores fornecem interessantes apontamentos acerca da vida na Compostela dos anos finais do XIX. Como hospedagem, os autores recomendavam a Fonda Suíça pola sua proximidade à Catedral e às dependências dos correios e telégrafos. Preços: 28 rs. (24 para viajantes de comércio) com 2 rs. o chocolate, 12 o almoço, 14 a comida e 8 a ceia. A Fonda tinha sucursal na rua das Orfas. Estende-se o Guia com entusiasmo no calendário e descriçom das festas religiosas e dos horários de culto junto com umha série de encantadores avisos para viajantes e visitantes. Os anúncios do comércio local insistem no ramo da alimentaçom com algum excuro ao ornato doméstico.

Tem certo interesse traçar à memória o processo que conduziu à inauguração da linha férrea Santiago-Carril em 15 de setembro de 1873. Confluem neste precursor projecto de fomento a incapacidade do capital local para lhe fazer frente, o imprescindível concurso do capital foráneo que dela se deriva e a longa mão de Montero Ríos para assegurar a sua conclusão. Os antecedentes da conexão ferroviária de Santiago com o seu porto tradicional remontam à *Ley General de Ferrocarriles* de 3 de junho de 1855 se bem que não tenha sido até 25 de fevereiro de 1860 quando se constitui uma junta promotora presidida por Joaquín Caballero Piñero, com participação do Concelho de Santiago e da Sociedade Económica de Amigos do País. No ano seguinte era aprovada no Congresso dos Deputados a concessão da linha ferroviária Santiago-Ponte-Cesures com posterior adjudicação a Domingo Fontán, Inocencio Vilardebó e Joaquín Caballero. Em 1863, os promotores decidem confiar o desenvolvimento da iniciativa a John Stephenson Mould²² e este traslada a redação do projecto ao engenheiro inglês Thomas Rumball que opera sobre a Carta

22 J.S. Mould era filho de George Mould, promotor e financiador da linha Santander-Alar del Rey, denominada *Ferrocarril de Isabel II*, que tinha por objeto conectar com o porto de Santander como alternativa a Bilbao. Teresa Tortella (2000): *A Guide to Sources of Information on Foreign Investment in Spain 1780-1914*, Section of Business and Labour Archives of the International Council on Archives, International Institute of Social History Amsterdam, 2000. O trabalho documenta o projecto da conexão com Santander e as suas dificuldades.

A estirpe dos Mould guarda um anedotário tão excêntrico e surpreendente como demanda qualquer biografia digna de qualquer autêntico aventureiro britânico.

George Mould teria sido amante da rainha Isabel II segundo fontes britânicas não de todo inverosímeis: http://www.cumberlandnews.co.uk/railman_george_darling_of_the_spanish_queen_1_509962?referrerPath=features/past_present

A fonte citada acrescenta: *Few other references were made to George Mould until his death was announced in the Pall Mall Gazette in 1874, "on June 18 at Padron, Galicia, aged 61". The Journal also noted his demise: "Intelligence has been received in England of the death in Spain from apoplexy of George Mould, railway contractor... well known in Carlisle where he resided for some years."*

This was not the last mention in the newspaper because in 1877 was the marriage "at the Consulate, Corunna, Spain, on December 26, John Stephenson Mould, only son of the late George Mould, to Janet, only daughter of the late John Blyth of Warrington".

Cuellar Villar, Domingo (2009): "Y Stephenson dijo no: los capitales británicos en los ferrocarriles españoles", Working Paper 07/2009, Universidad Autónoma de Madrid, Fundación de los Ferrocarriles españoles, I.S.S.N: 1885-6888.

Díaz Fernández, José António (2007): *El sistema de transportes y comunicaciones terrestres en el desarrollo regional de Galicia*, Tese doctoral dirigida pelo professor Rubén Lois González, Universidade de Santiago, apartado 10.2. "Evolución histórica de la construcción del trazado ferroviario regional".

Geométrica de Galicia de Domingo Fontán. O capital que foi possível arrecadar entre investidores locais e emigrantes cubanos foi escasso e obrigou J. S. Mould a recorrer a fontes alternativas de financiamento externo através de um compatriota, Mr. Stone, e de um investidor italiano, Camilo Bertorini. Os transtornos políticos acumulam dificuldades sobre o projecto. Em 1868, produz-se o pronunciamento da esquadra em Cádiz seguido do exílio e posterior abdicação de Isabel II. Inicia-se nesse momento o Sexénio revolucionário. John Stephenson Mould conseguia entretanto um novo empréstimo da companhia *Credit Foncier*, que não impediu o abandono do projecto pela rejeição das pretensões do promotor sobre o controlo e gestão do empreendimento. Nos começos do ano de 1871, reiniciam-se as obras. Finalmente, no dia 15 de setembro de 1873 tem lugar o acto inaugural da linha férrea presidido por dom Eugenio Montero Ríos. O seu protagonismo no acto não carecia de justificação. O patrocínio de Eugenio Montero Ríos sobre o intrincado projecto foi decisivo na sua fase final. Em julho de 1870, a ponto de se iniciar a fase final das obras, Montero, presidente na altura da *Compañía del Ferrocarril Compostelano*, conseguia um subsídio de 5.270.000 reais que permitiram retomar e concluir finalmente estas.

A linha Santiago-Carril não cumpriu as expectativas nela depositadas de abrir um eixo de crescimento entre a cidade e as rias ainda que tenha contribuído para preservar as relações comerciais tradicionais na comarca do Sar, melhorando também a comunicação de Santiago com o sul da Galiza, graças à posterior conexão ferroviária Carril - Ponte Vedra concluída em 1899. Houve que esperar ainda quase sessenta anos até à inauguração da conexão ferroviária Santiago-Corunha no ano de 1943 para poder aceder desta maneira a Madrid desde aquela cidade e até 1958 para poder fazer uso do comboio directo via Ourense. O porto de Carril foi, no entanto, a porta de comunicação de Santiago não só com a Corunha por via marítima como também com Madrid via Lisboa²³. O viajante podia fazer uso também da dupla ligação Monforte-Ponte Vedra e Ponte Vedra-Carril desde 1884. A alternativa aos acessos a Madrid pelo sul era

23 Em Pose Antelo (1992: 141), já citado, lemos em nota a rodapé que a ligação por comboio Carril-Santiago -acessível quer por barco desde Lisboa ou Porto quer por via terrestre Valença-Ponte Vedra quando esta variante ficou disponível- era a rota preferida para chegar a Santiago nos anos finais do XIX e era a utilizada por Montero Ríos nos seus deslocamentos entre Madrid e Santiago.

o uso do comboio Madrid-Corunha que comportava a incomodidade de ter que recorrer à diligência Cúrtis-Santiago para aceder ao mesmo. A via lisboeta foi de facto a preferida por Montero Ríos em muitos dos seus deslocamentos à Galiza (Pose Antelo, 1992, pag. 139 e seguintes).

A conexom Santiago-Madrid mediante a linha ferroviária Corunha-Madrid foi motivo de conflito frequente entre Santiago e Corunha. No *Plan General de Ferrocarriles* de 1864 contemplava-se a criação de uma linha de ligação Santiago-Coruña. O projecto permaneceu, notwithstanding, envolvido em polémicas que apenas cobriam a falta de recursos e de vontade política. Descartado um novo projecto de via estreita redigido polo engenheiro Juan Manuel Fernández Yañez, devemos a este técnico um ponderado relatório, publicado na *Revista de Obras Públicas* em 1882, no qual procedia a avaliar três variantes da conexom Santiago-Corunha. Uma qualificada como *directa*, outra que discorreria *por la parte occidental de la provincia y país de Bergantiños*, que favorecia a vila do Carvalho, e finalmente a denominada *variante da Tieira* “en cuyo punto empalmaría con el ferrocarril de la Coruña á Ponferrada”²⁴.

A intrincada polémica, uma de tantas que balizam a tortuosa história das conexons ferroviárias galegas, deu lugar a uma acesa disputa entre os interesses contrapostos de Santiago, que tomava partido pola variante da Tieira, e de Betanços. Interessa destacar a decidida implicação de Olímpio Pérez na solução preferida pola comarca compostelana. Na incipiente carteira de valores e investimentos da banca Pérez do ano de 1885, que mal superava as 250.000 pesetas, podemos comprovar o contributo da casa Pérez à plataforma para a defesa da variante da Tieira por valor de 2.965 pesetas. Um saldo finalmente residual e inútil que chegou a coexistir nos registos contabilísticos com os restos das aventuras marítimas de Manuel Pérez como os $\frac{3}{4}$ do *quechemarim* muradám “Manuel”, de importância

24 O engenheiro optava pola primeira opção sem duvidar, aduzindo como motivos:

“1.º Que el trazado directo de la Coruña á Santiago corta y sirve á los Ayuntamientos de la Coruña, Oza, Arteijo, Culleredo, Laracha, Carballo, Cercada, Tordoya, Ordenes, Trazo, Oroso, Enfesta, Conjo y Santiago, cuya poblacion en total alcanza á 129.594 habitantes y la riqueza, imponible á 4.794.065 pesetas.

2.º El trazado desde Santiago á la Tieira, para empalmar con el ferrocarril de Lugo, atraviesa y presta servicio á los Ayuntamientos de Santiago, Conjo, Enfesta, Pino, Oroso, Frades, Mesia y Cesuras, cuya poblacion y riqueza imponible es de 56.277 habitantes y 1.995.275 pesetas..

similar: 2.708 pesetas. O saldo em reserva para o projecto ferroviário da Tieira permaneceu na carteira dos Pérez desde 1885 a 1911 que atingiu um valor máximo de 10.019 pesetas.

1.4 A iluminação pública: do gás à electricidade

A sensibilidade de Olímpio Pérez perante os imperativos da modernização económica é manifesta. Em tal sentido, a iluminação pública foi objecto da sua maior atenção, como aconteceu, aliás, em todos os consistórios desde meados do século.

A Coruña tiene en 1850 un moderno alumbrado por gás en sus principales calles, y Pontevedra será a partir de 1888 el primer núcleo urbano de Galicia que disponga de alumbrado público eléctrico, mientras que estos adelantos técnicos llegarán a la vieja Compostela con un cuarto de siglo de retraso.

Um comentário de Tojo Ramallo (2009) revela o atraso de Compostela na dotação dos serviços públicos urbanos que reclamava a incipiente modernidade dos tempos. A escuridade nocturna de Santiago, só interrompida pela melancólica ladainha do *Coquim* ou *Mullidor* reclamando umha oração pelas almas do Purgatório e polo arcebispo Alonso de Fonseca, benfeitor da cidade, é a evocadora estampa romântica compostelana recolhida nas *Notas Viejas Galicianas* do insigne arquivista Pérez Constanti (1857-1937) que ecoa ainda em *La Casa de la Troya*. Outra estampa da memória compostelana tem a ver com a iluminação. Na noite de dous de abril de 1851, o catedrático de Química da Universidade de Santiago, Antonio Casares Rodríguez (Monforte, 1812 - Compostela, 1888), leva a cabo umha experiência com arco voltaico no pátio da Universidade, convertido em relato por outro insigne catedrático da Universidade compostelana, Armando Cotarelo Valledor (1880-1950): “*A noite está varrida da terra, exclamou o bibliotecário*²⁵”.

Em 1874, a cidade de Santiago estreava iluminação pública a gás nalguns dos seus pontos. A fábrica de gás e a concessão da sua distribuição eram propriedade da sociedade asturiana *Menéndez Valdés y Cia*. O acesso ao fornecimento eléctrico demoraria ainda em Santiago

25 VV. AA. (2001): *A noite está varrida da terra, 150 aniversario da utilización da luz eléctrica en Santiago de Compostela por primeira vez en España*, Unión Fenosa, Consello da Cultura Galega, Universidade de Santiago de Compostela.

até o início do novo século. Madrid inaugurara a iluminação eléctrica da Puerta del Sol no ano de 1878; e só dez anos depois -abril de 1888- Ponte Vedra se somava a tal avanço. Nesse mesmo ano tinha lugar em Santiago umha trágica explosom na fábrica de gás que acabava com a vida de três operários da factoria. O acontecimento provocou grande consternaçom pública e decidiu ao Concelho a promover sem demora a instalaçom de abastecimento eléctrico. Em maio de 1895, a corporaçom municipal outorgava autorizaçom ao industrial prateiro compostelano Miguel Bruzos Cimadevila para o abastecimento eléctrico da cidade polo prazo de doze anos e em junho do mesmo ano se constituía a *Sociedade de Gas y Electricidad de Santiago*. O concessionário exibiu para a ocasiom umha concessom a seu favor da Administraçom Central que o autorizava para aproveitar um salto de água para a geraçom eléctrica. No mesmo ano e quase simultaneamente, a nova sociedade procedia a adquirir a concessom e instalaçons de *Menéndez Valdés y Cia*, facto que justifica a inclusom do gás na razom social do empreendimento²⁶. A SGES iniciou sem demora a construçom da nova “fábrica da luz” situada num rápido do rio Tambre na paróquia cercana de Sam Joám de Fecha, a doze quilómetros da capital. Finalmente, a Central Eléctrica era inaugurada no mês de outubro de 1901. A potência da central e os avanços técnicos incorporados fôrom no seu tempo orgulho da comarca. Contava com duas turbinas *Francis*²⁷ de 180 CV cada umha que moviam dous alternadores Siemens e Halske de 125 kW²⁸. Os visitantes da Central ficavam maravilhados ante a insólita modernidade: turbinas submersas, volantes de inércia, dínamo destinado

26 Martínez López, Alberte; Mirás Araujo, Jesús (2009): “Empresas y Ayuntamientos en la industria del gas en Galicia, 1850-1936”, Revista *Transportes, Servicios y Telecomunicaciones*, diciembre 2009, num.16, pp. 132 a 154. O artigo contém informaçom precisa sobre a problemática com que se enfrentavam as subministradoras gasistas e as corporaçons municipais e os motivos em favor e em contra da substituiçom desta fonte de subministraçom pola energia hidroeléctrica.

27 O Museo Eléctrico de Fenosa na Corunha contém, segundo descriçom recente, parte da instalaçom: “*También está instalada en este museo la doble turbina “Francis”, con cámara inundada, que perteneció a la central de fecha, fluyendo de 4 metros de altura de salto hidráulico, que surtió de energía eléctrica a Santiago de Compostela y a otros pueblos de sus alrededores, con las primeras líneas de 10,000 voltios en Galicia, en el año 1901*”.

28 Se aceitarmos o factor de conversom habitual 1 CV = 0,735 kW, 180 CV equivalem a 132 kW; podemos aceitar o resultado de 125 kW tendo em conta o factor de potência e perdas. Constatámos algunha incongruência entre a potência instalada e a energia subministrada, segundo as diversas fontes consultadas.

a mover um regulador centrífugo de velocidade, bomba de óleo a 20 atmosferas, iluminação interior por arco voltaico. Um autêntico manifesto de modernidade como proclamação do novo século.

A luz eléctrica e a *Sociedad de Gas y Electricidad* de Santiago tiveram a sua quota de protagonismo na Exposição Regional de 1909. Com tal ocasião, a SGES procederá a instalar um cabo de alimentação específico de um dos seus transformadores até o recinto da Exposição. A companhia participará na Secção Contemporânea da Exposição exibindo material eléctrico moderno, acompanhada para o evento pela *Laforet y Cia* que apresentava umhas mostras de carboneto de cálcio. Estes contributos, junto com as mostras de ferro fundido de *Wonenburguer*, procedentes da Corunha, constituíam as escassas contribuições para a imagem industrial da Galiza, além de umha modesta selecção de produtos alimentares. Modesta ostentação de capacidade industrial para um país escassamente desenvolvido na altura.

Infelizmente, a *Sociedade de Gas y Electricidad de Santiago* nom nascia no contexto mais propício. O abastecimento eléctrico de umha cidade como Santiago, de escassa procura e com um orçamento municipal em permanente aperto, nom era o cenário mais idóneo para o desenvolvimento da companhia. Por nom falar da ausência de autênticos sumidoiros de energia como podiam ser na altura as electro-indústrias do carboneto (*Sociedad Eléctrica Gallega, Fábrica de Carburos Laforet*: Arcade, 1899 e a *Hidroeléctrica do Pindo*: Cee, 1904) ou os electro-transportes urbanos que tanto haveriam de contribuir a dinamizar a procura de electricidade a partir dos anos dez: Corunha, 1913; Vigo, 1914 e Ponte Vedra-Marim, 1924²⁹.

A trajectória da Sociedade nom foi fácil. A procura de gás experimentou atrancos crescentes que alcançárom um ponto crítico em 1916 em consequência do corte no abastecimento de carbom británico devido à declaração da Primeira Guerra Mundial. Em abril desse ano, a sociedade comunicava ao Concelho que se via obrigada a cortar o abastecimento de gás propondo-lhe em troca a instalação de lâmpadas eléctricas de incandescência. As inovadoras lâmpadas *Nitra* da casa alemá Osram que vinham substituir os veneráveis arcos voltaicos de eléctrodos de carvom.

29 Fraga Rodríguez, Xan (2000): *Pontevedra-Vigo. Tranvías e trolebuses (1889-1989)*, Espiral Maior, Corunha.

O empreendimento inicial da central de Sam Joám de Fecha tinha sido orçado no ano de 1894 em 264.301 pesetas²¹; ignoramos o montante final da instalação da central e da rede de distribuição mas si sabemos que no ano de 1910 a SGES se viu obrigada a dirigir-se ao Concelho para lhe reclamar a dívida acumulada que se elevava na altura a 156.520 pesetas. O Concelho, sempre escasso de recursos, tentou salvar a situação com a transferência do terreno da sua propriedade que ocupava a fábrica de gás. Ainda aceiteada a permuta, o Concelho ficava em posição devedora por valor de 25.250 pesetas. Não vai ser este o último transtorno financeiro da sociedade por incumprimento dos compromissos da corporação municipal. O incerto futuro da sociedade continuará sujeito a novos incumprimentos agudizados em seguida com a ameaça derivada da aparição de um novo competidor: a *Sociedad Cooperativa Santiaguesa S.A.* criada no decurso da Primeira Guerra Mundial³⁰ pelo empreendedor Juan Manuel Tilve³¹.

Olímpio Pérez converterá-se em protagonista destacado da *Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago* desde o princípio. A escritura pública que dá nascimento à SGES foi outorgada a 29 de junho de 1895; o capital social foi fixado em 400.000 pesetas, sendo em 1902 aumentado para 1.000.000, coincidindo com a entrada em funcionamento da central de Sam Joám de Fecha. O capital social experimentou novas ampliações em 1904 e 1908 até alcançar neste último ano a quantia de 1.750.000 pesetas³². Olímpio Pérez Rodríguez foi presidente da sociedade entre 1895 e 1904 sendo substituído neste ano pelo genro de Simeón García, Acisclo Sáenz de la Riva até a morte deste em 1905. Entre 1908 e 1923, a presidência recaiu novamente

30 A *Sociedad Cooperativa Santiaguesa S.A.* foi constituída em 1917 com um capital social de 1.000.000 de pesetas e finalmente incorporada na *Sociedad General Gallega de Electricidad* em 1926.

31 Advogado, concelheiro e fundador do diário católico *El Compostelano* fazia parte dos círculos mauristas da capital, o segmento social de oposição ao monterismo. Desde 1915, funcionava um Centro Maurista, presidido por Felipe Gil Casares, cunhado do Marquês de Figueroa e futuro alcaide de Santiago na Ditadura de Primo de Rivera e esposo de Carmen Pérez Esteso, filha de dom Olímpio.

32 Estes dados procedem, como a informação relativa às tensões suscitadas pela disputa entre as tecnologias rivais do gás e a eletricidade e das empresas em competição pelo abastecimento da cidade de:

Alberte Martínez (coord.); Mirás Araujo, J; Lindoso Tato E. (2009): *La industria del gas en Galicia: del alumbrado por gas al siglo XXI, 1850-2005*, LID, Fundación Gas Natural. Consultar em especial o capítulo 7 da obra: “Las presiones municipales para el fin del monopolio energético en Santiago, 1857-1936”.

na casa Pérez representada por Marcelino Blanco de la Peña. A composição do Conselho de Administração da SGES do ano de 1902 oferece uma amostra significativa do poder económico imperante na cidade a princípios do século e das estreitas relações entre as duas casas de banca da cidade: os Pérez e os Simeón. Formavam no Conselho, para além de Olímpio Pérez -em representação ainda de *Hijos de Pérez Sáenz*- e de Manuel García Blanco -em representação de *Viuda e Hijos de Simeón García*-, os irmãos Ramón e Joaquín García Mouriño, clientes destacados de Olímpio Pérez que voltaremos a encontrar como financiadores do Manicómio de Conjo junto com dom Olímpio e com Juana Blanco Navarrete, viúva de Simeón. Do círculo do banco Simeón, figuram também no Conselho, além do citado Manuel García Blanco, Acisclo Sáenz Díaz de la Riva, esposo de Isabel García Blanco, filha de Simeón García e pais ambos de Angel Sáenz-Diez de la Riva que acabaria casando com Ramona, filha de Olímpio Pérez. Também figurava no Conselho o advogado tudense Ricardo Blanco Cicerón (1844-1926), destacado personagem da época. Ricardo Blanco, de acendradas convicções religiosas e ideologia carlista, foi procurador do banco Simeón García e representante da sua viúva nos actos mercantis que lhe eram vedados pela sua condição de mulher. Foi o caso da constituição do Manicómio de Conjo. Ricardo Blanco Cicerón casara ademais com Herminia García de la Riva, prima ou irmã, talvez, de Simeón. Ricardo Blanco Cicerón, apaixonado coleccionista de fotografias e antiguidades, foi membro destacado da Sociedade Económica de Amigos do País e da Real Academia Galega. Foi também vice-presidente da secção arqueológica na Exposição Regional Galega de 1909 em razão dos seus amplos conhecimentos arqueológicos.

Uma revisão dos investimentos em carteira no sector eléctrico, realizados por Olímpio Pérez nos anos seguintes à entrada de Olímpio Pérez na *Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago* é altamente ilustrativa do seu marcado interesse pelo sector. Chama a atenção a frequência do recurso à emissão de títulos de renda fixa por parte das empresas eléctricas, mesmo de pequena dimensão. A longa maturação deste tipo de projectos e a magnitude do investimento inicial faziam especialmente útil esta fórmula que protegia os investidores de eventuais flutuações, vantagem vedada ao investimento em participações accionárias.

A proximidade do investimento de Olímpio Pérez à data fundacional das sociedades é uma prova manifesta da proximidade do banqueiro

aos promotores das mesmas. O investimento consignado da *Cooperativa Santiaguesa* nunca passou de bom propósito, como se pode observar, nom obstante figurar nominalmente em carteira. A infortunada trajectória do projecto impediu qualquer desenvolvimento.

QUADRO 101

INVESTIMENTO EM CARTEIRA NO NEGÓCIO DE ABASTECIMENTO ELÉCTRICO

Olímpio Pérez: investimentos em elétricas		Ano fundaçom	1910	1911	1912	1913	1914	1915
Gas y Electricidad Santiago	(ac+ob)	1885	131.000	106.500	94.500	81.000	90.000	113.000
Carburos “Laforet y Cia.	(ac)	1899	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000
General Gallega Electricidad	(ob)	1900	8.250	3.125	1.925	4.000		27.500
Electra Industrial Coruñesa	(ac)	1900	11.875	12.500	12.500	12.500	15.000	16.250
Electra Popular Vigo y Redondela	(ac+ob)	1903	156.375	155.475	149.825	272.875	293.975	329.725
Hulla Blanca	(ac+ob)	1910	220.800	220.800	245.000	245.000	299.000	302.750
Cooperativa Santiaguesa		1917						
Luz Eléctrica Carballiño	(ob)					11.750	12.500	12.500
Saldo do investimento em pesetas			598.300	568.400	573.750	697.125	780.475	871.725

1.5 Santiago em obras: do Palácio de Comunicações de Madrid às exigências do decoro doméstico

O feitio da cidade do XVIII perdurou com poucas modificações através do século XIX. Derrubam-se arcadas -Azevicharia nos finais do XVIII, Porta do Caminho, Porta da Pena... até a proibição definitiva para a construção de arcadas adoptada polo governo do Concelho em 1868. Vam caíndo também as portas da velha muralha medieval -Sam Roque, 1822; Porta do Caminho, 1835; Porta Fageira, 1871- a teor das necessidades acrescentadas do trânsito urbano³³. A cidade espreguiça-se

33 Buján Costa, Pablo; Morenos Aydillo, Julián, (1989): *Desenvolvimento urbano, outra*

na sua decadência polo impulso das exigências do século das revolucións liberais.

Contava Santiago en 1800 con 17.695 habitantes recenseados que baixam a 14.705 en 1824. En 1850 a poboación non superaba aínda os 18.867 habitantes, prova evidente da profunda letargia que aturava. A partir de meados do século, a cidade comeza a crecer até os 24.120 habitantes que alcanza en 1900³⁴.

A Compostela de Montero foi pródiga en proxectos construtivos e novas dotacións urbanas. A cidade aspirava a sacudir o atraso urbanístico e irrelevancia económica e institucional a que se vía condenada pola concorrência crescente de Vigo e da Coruña. Contava pola primeira vez para tal obxectivo na virada do século con un sólido valedor político e unha rede de cumplicidades que coñecemos como *monterismo*. A sombra do *monterismo*, confirmada na rede de lealdades en favor de García Prieto, tivo efectos benéficos para as aspiracións da cidade³⁵. Barral Martínez, (2008) resume o programa modernizador acometido pola cidade sob o alto patrocínio da rede *monterista* nos seguintes marcos de referencia:

De todas las concesiones, cinco de ellas tuvieron una relevancia especial, tanto por su significado para el futuro de la ciudad como por la “dimensión” de las mismas. Cuatro de estas concesiones vinieron a consolidar la promoción de la instrucción pública.

1. La reforma del Edificio de la Universidad (1.893-1.906), actual Facultad de Geografía e Historia.
2. La Escuela de Veterinaria (1.903-1.915), actual sede del Parlamento de Galicia.
3. El Colegio regional de Sordomudos y Ciegos (1.910-1.925), actual sede de la Xunta de Galicia.

arquitectura. Santiago 1.850-1.950, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago.

34 Pernas Oroza, Herminia (2001): *Las clases trabajadoras en la sociedad compostelana del siglo XIX*, Consorcio de Santiago, Nigra Imaxe, Santiago.

35 Barral Martínez, Margarita (2007): *Montero Ríos e Compostela. Un feudo clientelar*, Consorcio de Santiago, Editorial Sotelo Blanco. Da mesma autora, ver tamén o prólogo do opúsculo conmemorativo do centenario da Exposición Regional Galega abaixo mencionado.

Barral Martínez, Margarita (2008): “La condición monterista en Santiago de Compostela durante la Restauración (1886-1914)” en “Acción Colectiva y clases acomodadas (Burguesías y clases medias”, Asociación de Historia Contemporánea. Para o programa de obras públicas acometido en Santiago con o decidido apoio de Montero Ríos é útil consultar tamén:

Conde Gómez, Diego (2008): “La Escuela de Veterinaria de Santiago de Compostela (1882-1924)”, Revista Información Veterinaria, Organización Colegial Veterinaria Española.

4. La Facultad de Medicina y Hospital clínico (1.910-1.928).

Una quinta concesión fué destinada a la promoción de la comunidad en el resto del Estado, la Exposición Regional Gallega de 1.909, situada en el Colegio de San Clemente (hoy Instituto de Enseñanza secundaria Rosalía de Castro) y al fondo del Paseo de la Herradura, donde hoy se encuentra parte del actual Campus Sur de la Universidad, delante de la Residencia universitaria.

Embora os empreendimentos evocados nom tenham relação directa com o banco de Olímpio Pérez pola simples razom da sua dependência fundamental das dotações orçamentais públicas, nom parece impertinente umha breve aproximação às mesmas como exemplo do contexto de mudança que caracterizou a cidade na virada do século. O papel singular ostentado pola Universidade e a Sociedade Económica neste processo de modernização é manifesto e a todo-poderosa mao de Montero Ríos, determinante.

A segunda metade do XIX foi um período decisivo na história da Universidade compostelana. Na sequência da viagem do reitor Juan José Viñas a Paris, o gabinete científico de que dispunha enriqueceu-se enormemente. A celebrada experiência com arco voltaico do insigne professor Antonio Casares Rodríguez no dia dous de abril de 1851 alcança hoje a consideração de data inaugural da prática científica na Universidade galega. Foi no ano lectivo 1870-1871 quando o professor de Direito Político e Administrativo da Universidade, Salvador Puga Torreiro, defendeu o sufrágio universal enquanto o titular de História Natural, Augusto González de Linares, expunha a teoria darwinista no seguinte ano numha conferência proferida na Faculdade de Medicina. O sucesso contribuiu para abrir um apaixonado debate ciência-religião em anos sucessivos. Durante o século XIX, a obra de Darwin ficaria excluída da biblioteca e do ensino universitário. Nos anos setenta, começava a leccionar aulas de física o catedrático compostelano Ramón Gil Villanueva, pai do catedrático de Direito Civil Felipe Gil Casares, genro este de Olímpio Pérez. Felipe Gil Casares era neto, ademais, de Antonio Casares Rodríguez polo lado materno.

O velho edifício que albergava a Universidade datava de finais do dezoito e o seu desenho e distribuição, devidos a Ferro Caaveiro e Ventura Rodríguez, pareciam claramente insuficientes e inadequados para as novas necessidades. O reitor Antonio Casares tomou a decisão de iniciar a

ampliação da mesma em 1886. Oportunamente, por diligência de Montero Ríos, ministro na altura da Graça e Justiça, encomenda-se a redacção de um projecto de reforma ao reconhecido arquitecto Velázquez Bosco, que foi finalmente concluído em 1889. O orçamento das obras fixou-se em 830.826,72 pesetas. A sua execução esteve rodeada de acesa polémica que misturava a partes iguais argumentos estéticos e antagonismos políticos. Montero Ríos apoiava os impulsores e o presidente da Deputação corunhesa, Enrique Fernández Alsina, os detractores. Finalmente, em 1906 começaram as aulas de Direito na obra já reformada e dêrom-se por rematadas as obras do magno Paraninfo ornado de evocadoras alegorias e retratos de próceres e precursores, entre os que nom podia faltar Montero Ríos.

A primeira iniciativa para erigir unha Faculdade de Veterinária nasce em 1881 por iniciativa da Deputação da Corunha, do Concelho de Santiago e da Sociedade Económica de Amigos do País de Santiago. O apoio de Madrid instrumentava-se em torno do elenco de senadores e deputados galegos coordenados por Montero Ríos, deputado na altura, e do seu irmao José, senador pola Universidade de Santiago, Conde Gómez (2008). Em 1882, conseguem incorporar aos Orçamentos do Estado umha verba suficiente para começar a operar nesse mesmo ano no Colégio de San Clemente, em espaço partilhado com a Sociedade Económica e com a Escola de Artes e Ofícios. Os problemas suscitados pola escassa matriculação alcançada ameaçárom a vida da Escola, que correu um sério risco de encerramento com transferência das instalaçõs para Barcelona. A ameaça foi conjurada por Montero Ríos mediante recomendação ao presidente da Deputação da Corunha, Enrique Fernández Alsina, marquês de Loureda e amigo de Olímpio Pérez³⁹, para tomar em consideração a possibilidade de conceder bolsas de estudo capazes de estimular a matrícula e defender desta maneira a permanência da Escola. A ominosa ameaça conseguiu agitar a opinião pública e as instituições políticas galegas com o resultado de impulsionar a promoção de umha sede adequada para a Escola, com instalaçõs experimentais complementares, a fim de impedir a clausura pretendida. Em 1894, o reitorado enviava um requerimento ao Concelho da cidade reclamando a construção da Faculdade e quatro anos depois decidia-se a construção do edificio académico e de umha estação pecuária anexa sobre planos do arquitecto municipal Antonio Bermejo Arteaga. Reactivado o processo, em 25 de março de 1903 colocava-se a primeira pedra em presença

do deputado Eugenio Montero Ríos. O investimento orçamentado da obra ascendia à muito considerável quantia de 1.237.397,40 pesetas (Barral Martínez (2007: 211). A inauguração de *Veterinaria* teria lugar finalmente no dia 19 de março de 1903 com a magnificência que o acto requeria. A cerimónia converteu-se numha autêntica festa maior do *monterismo* que descreve com viveza Barral Andrade (2007: 215 e seguintes). A entrada em actividade da flamante Escola deverá esperar ainda, segundo Conde Gómez (2008) até o ano de 1915 e só desenvolverá a missom docente para a que fora criada até o ano de 1924 em que o Directório de Primo de Rivera a transformou em quartel.

O Colégio de xordos-mudos nascera por iniciativa do reitor da Universidade de Santiago, o eminente químico Antonio Casares, em 1885. Tentava-se resolver a péssima situação que se viam obrigados a enfrentar os infantes cegos e xordos-mudos acolhidos à beneficência pública. A iniciativa nom progressou, apesar da alarmante degradação do serviço de assistência aos necessitados. Em 1905, o ano final da vida pública de Montero Ríos e, segundo opiniom verosímil, por iniciativa sua, foi finalmente apresentado um projecto arquitectónico com orçamento do Ministério do Fomento. Em 1910, autorizou-se a construção, autorizada por assinatura real, sendo ministro da Instrução Pública o conde de Romanones e subsecretário do mesmo departamento Eduardo Vincenti, genro de dom Eugénio. O orçamento, que duplicava amplamente o das obras da Escola de Veterinária, ascendia a três milhons de pesetas. A boa nova chegava a Santiago mediante telegrama remetido de Louriçám por Montero Ríos. Levantava-se, contodo, um grave problema para o início das obras: a aquisição do generoso terreno necessário que superava os 45.000 metros quadrados e correspondia dotar ao Concelho de Santiago. O seu preço alcançava as 40.000 pesetas. Perante a incapacidade do Concelho para fazer frente ao desembolso, a *Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Santiago*, presidida na altura por Olímpiop Pérez, comprometeu a concessom de um crédito por valor de 50.000 pesetas.

A nova Faculdade de Medicina e o Hospital Clinico fôrom dotações de tramitação mais tardia. O projecto arquitectónico das obras fora encomendado polo Reitorado da Universidade em 1905, ano em que Montero Ríos presidia ao Conselho de Ministros. No final de 1909, celebrada já a Exposição Regional, o reitor da Universidade, Cleto

Troncoso Pequeño, e o alcaide da cidade, Francisco Piñeiro López, decidem tramitar a petição de construção de um edifício para o fim proposto, em consonância com as exigências da docência e as demandas dos novos tempos. Montero participou desde o seu retiro orientando trâmites e negociações. A execução complica-se extraordinariamente por diversas circunstâncias sem que falte mesmo um afamado litígio judicial. Finalmente, no início de 1910, fai-se pública a subasta da obra por valor de 2.709.000 pesetas. O início das obras non contou com a presença de Montero, recolhido já no seu retiro de Louricám e com a saúde debilitada. Morreria quatro nos depois, em 1914, com as obras que concentraram os seus últimos desvelos por rematar. Haverá que esperar até ao ano de 1928 para que estas alcancem a sua culminação.

Santiago deve a Montero um apoio indefectível comprometido na dotação de instalações docentes e assistenciais à altura da sua preeminência simbólica na Galiza. Foi em certa maneira o tributo do liberalismo restauracionista à redenção do vexame que lhe infligira o liberalismo combativo dos anos quarenta que Pascual Madoz Ibáñez resumia com desinibida desenvoltura no seu Dicionário:

Santiago, si bien con una Universidad, encerraba dentro de sus muros un foco de fanatismo opuesto a las luces de la civilización moderna.

Pascual Madoz morria em Génova em 1870 no desempenho da encomenda de oferecer a vaga do Reino de Espanha ao Duque de Aosta, futuro rei Amadeo I. Eugénio Montero foi ministro de Amadeo e leal súbdito do monarca até o momento mesmo do seu exílio via Lisboa no ano de 1873, para onde o acompanhou fielmente. Madoz interpretava Santiago desde as convicções políticas, Montero desde a vivência pessoal. Foi, nom obstante, a política, arraigada nos modos clientelares da Restauração, a que permitiu a Montero intervir em favor da sua cidade natal sempre que foi possível. Foi a grande hora de Compostela.

A trajetória de Olímpio Pérez foi compostelana por querença e instalação, a de Eugénio Montero madrilena, por vocação e capacidade de irradiação. Houvo, contodo, um episódio peculiar de sinal madrileno no percurso profissional de Olímpio Pérez. De indiscutível êxito, diga-se de passagem. Referimo-nos à construção do Palácio de Comunicações, actual sede da Casa do Concelho de Madrid.

O Palacio de Correos y Comunicaciones de Madrid (1907-1909) -A Nossa Senhora das Comunicações, em qualificação irónica e certa atribuída a Trótski por ocasião da sua passagem pola cidade durante o seu exílio- é uma obra de raiz galega por iniciativa, concepção e financiamento. Galego foi um dos seus promotores principais, Luís Harguindey Pérez, galego foi também o banco financiador, a casa de banca de Olímpio Pérez, e galego finalmente um dos seus arquitectos: António Palacios Ramilo (Porrinho, 1874-Madrid, 1945), que desenhcou a obra em colaboração com o seu inseparável colega Joaquín Otamendi Machimbarrena (San Sebastián, 1874-Madrid, 1960). Os dous arquitectos colaborariam novamente em 1910 na construção de outro edifício emblemático de Madrid: a sede do Banco Español del Río de la Plata, residência actual do Instituto Cervantes. Os motivos decorativos da fachada e do interior do Palácio de Comunicações som obra de um escultor pós-romântico ou, mais precisamente, simbolista: Ángel García Díaz, colaborador habitual de António Palacios.

A sociedade promotora do Palácio de Correios figurava inscrita como “Torán y Harguindey”. O segundo apelido referia-se ao engenheiro Luís Harguindey Pérez, associado para a iniciativa com um colega de profissão: Dámaso Calixto Torán. Luís Harguindey era filho, com toda a probabilidade, do eminente industrial curtidor Juan Harguindey Broussain³⁶ e de Concepción Pérez, matrimónio muito ligado a Olímpio Pérez e família como é fácil comprovar na documentação contabilística e paracontabilística da casa. A crónica familiar -Apêndice 21, §25- fai referência à operação deixando transparecer tanto a familiaridade existente com Luís Harguindey como a sua “apreciável” rentabilidade. A manifesta vocação empreendedora do engenheiro Harguindey confirma-se no empreendimento do Palácio de Comunicações de Madrid. A amizade do seu pai com Olímpio Pérez aparece documentada na encantadora fotografia dos primeiros setenta do XIX, acima referida.

Da implicação profissional de Harguindey com a Galiza fica algum vestígio, como um projecto de tranvia eléctrico Santiago-Corunha. A *Gaceta de los Caminos de Hierro* de data de 1 de março de 1919 inseria, sob o titular Tranvía de Santiago a Coruña, a seguinte informação:

36 Fernández Vázquez, M^a Teresa (2006): “Juan Harguindey Broussain, 1839-1911. O maior fabricante de coiros galego do século XIX” em *Empresarios de Galicia*, Xoán Carmona Badía (coord.), volume I, CIEF, Fundación Caixa Galicia, Santiago.

“Según parece, se considera decidida la construcción de una línea de tranvía con tracción eléctrica entre Santiago y La Coruña, empresa que se dice va a acometer el Sr. Fernández Garra, conocido hombre de negocios de Villagarcía, que formará sociedad con el ingeniero de Caminos D. Luis Harguindey que tiene hace tiempo hecho el estudio y proyecto correspondiente. Relaciónase con este asunto el haber adquirido últimamente el Sr. González Garra, en precio de 500.000 pesetas, un salto de agua en sitio próximo a Santiago”.

O empreendimento do Palácio de Correios inicia-se no dia 15 de dezembro de 1902 com a constituição em Madrid da sociedade “Torán y Harguindey” dos engenheiros já mencionados com prazo de vigência previsto de cinco anos. O seu objecto era a construção por empreitada, quer contratada com administrações públicas quer com particulares. Umha escritura datada de treze de setembro de 1907 prolongava a vida da sociedade por mais seis anos. Nos arquivos da casa Pérez em poder do *Banco Gallego* podem consultar umha cópia da escritura de compra do terreno. O acordo fazia constar que os associados adquiriam um terreno de “15.383, 95 piés” a Tomás Rodríguez Rodríguez na rua Villamejor nº 3 com intenção de levantar “una casa con arreglo a los planos (...) de los arquitectos Sres. Palacios y Otamendi”. O preço consignado para o terreno foi de 92.303,7 pesetas, (6 pts/pé). O proprietário do terreno concordava em emprestar aos empreiteiros da obra 300.000 pesetas a um juro de 4,5 % para construir a casa projectada com o propósito de a destinar posteriormente ao arrendamento. A redacção transmite a impressom acentuada de tratar-se de umha operação simulada, talvez por motivos fiscais ou de protecção face a possíveis concorrentes. Mediante carta de 22 de janeiro de 1908, “Toran y Harguindey” confirmam a Olímpio Pérez ter recebido dele a quantia de 350.000 pesetas em numerário, entregues polo seu genro dom Marcelino Blanco nas condições acordadas em contrato particular: taxa de juro de 5 % e prazo de devolução de cinco anos. Conseguim localizar ainda um rascunho do referido contrato datado de 11 de maio de 1908 onde consta terem-se recebido efectivamente as 350.000 pesetas destinadas a continuar as obras da Dirección General de Correos y Telégrafos. Quer dizer, o objectivo manifesto do projecto ficava agora claro e a calculada imprecisom dos objectivos sociais declarados na escritura pública de constituição da sociedade promotora adopta o aspecto de reserva propositada de intenções. No documento privado, “Toran y Harguindey” reconhecia a Olímpio umha participação de 11,76 % das utilidades líquidas alcançadas, sinal manifesto de que a operação envolvia

umha formulação do tipo *joint venture* dos empreendedores com Olímpio Pérez. Umha anotação posterior de 26 de setembro de 1911 confirma a percepção do principal mais os juros acordados por parte do banqueiro. Finalmente, mediante carta de 31 de dezembro de 1913, Luís Harguindey comunica a Olímpio Pérez a culminação da liquidação definitiva da operação com resultado de umha utilidade líquida de 95.000 pesetas. Encerrava-se o processo examinado com umha carta manuscrita de Olímpio Pérez a Luís Harguindey dando-lhe conta da cobrança de 11.083,33 pola participação final nas utilidades líquidas atingidas e umha felicitação expressa pola “brillantísima” operação com promessa de máxima descrição no tratamento e na contabilização da mesma. O compromisso foi cumprido escrupulosamente, ao ponto de me não ter sido possível detectar o menor rasto contabilístico da operação nos registos e datas correspondentes. Tanto os primórdios desta como as cautelas registais na fase do seu lançamento, como, sobretudo, a opacidade contabilística com que a operação foi protegida levantam interrogantes que não alcançamos a entender de todo. Não deixa de ser intrigante o comportamento observado tratando-se de umha operação credora de prestígio público tanto em favor dos promotores como da entidade financiadora.

Não houve, pelo contrário, a menor intenção de ocultar a participação financeira da casa nas operações urbanísticas que beneficiaram o Santiago da época monterista para dotar a cidade de instalações docentes e assistenciais. A implicação de Olímpio Pérez na promoção e financiamento da vaga de instalações e edifícios públicos que engrandeceram Santiago tem algo a ver com o sentido da respeitabilidade burguesa tão própria de época e, no caso dos Pérez, com o imperativo de ostentação de solidez e solvência patrimonial, tão conveniente à imagem bancária. Estamos, convém não esquecer, na época em que bronzes, palmetas, grifos e esfinges são parte habitual da imagem de poder e sumptuosidade familiar ou comercial. É o tempo em que as deusas e heróis da Agricultura, a Indústria, o Comércio ou a liberdade engalanavam sedes públicas e sociais e eram inevitáveis em impressos e folhetos comerciais.

A afeição pola obra sumptuosa e representativa devia ter o seu alicerce na imagem pública da própria vivenda familiar: umha morada ostentosa para um negócio sólido. Foi, talvez, este sinal dos tempos que animou os irmãos Pérez a iniciarem a construção de umha vivenda familiar e sede bancária

condignas da sua condição patricia. O local escolhido para o edifício projectado nom modificou o lugar de residência tradicional da família: a Praça de Cervantes, onde tinham nascido vivenda e negócio meio século antes. A Memória comemorativa do centenário da casa nom se esquece de mencionar o episódio da compra, demolição e posterior reconstrução acometida polos irmaos Pérez entre 1888 e 1890 das seis casas da praça de Cervantes “que de antiguo poseian” a fim de levantar no seu lugar:

...dos magníficas casas gemelas construidas con materiales ricos y con una amplitud y comodidad capaces de llamar la atención de los santiagueses que desde el siglo dieciocho, época de los grandes palacios compostelanos, no habían visto levantar mansiones semejantes. La instalación de agua con manantiales propios era en aquellos momentos completamente desconocida en nuestra ciudad. Se pensó preferentemente en acomodar en los bajos un local digno de la Banca y así desde aquel momento tuvieron un aspecto moderno y propio las oficinas (Apêndice 12, § 18).

A licença municipal de obras foi outorgada em finais do ano de 1886. A nova morada dispunha, como a crónica destaca com justificada ufania, de serviço de água corrente procedente de uns terrenos situados no bairro elevado da Almacéga, consignados ainda no testamento de Olímpio Pérez.

A posse das casas de Cervantes acabaria transmutando-se em insígnia dos Pérez, umha vez adquiridas as casas contíguas ao primitivo domicílio familiar por parte de Olímpio e Cândido³⁷. Corriam os anos finais do século XIX e a ostentação de respeitabilidade era um imperativo social, como Olímpio Pérez terá tido ocasiom de comprovar nas suas estadias juvenis em Bilbao e Londres.

37 O arquiteto Pereiro Alonso, na sua monografia sobre o seu bisavó, arquiteto também, Pereiro Caeiro, afirma que o novo edifício promovido polos irmáns Pérez substituíra as casas, números 16 a 20, ambas incluídas, todas elas adquiridas por Olímpio e Cândido exceto a correspondente ao número 17 -a casa palácio gótica do século XV dos viscondes de Torres Novaes- que lhes fora legada polo pai e onde este iniciara os seus negócios em 1847. Posteriormente, teriam adquirido o número 15 para ampliar o projecto inicial aos oito ocos que conformam o edifício da autoria de Pereiro Caeiro.

As anotações nos balanços inventário de *Hijos de Pérez Sáenz* correspondentes ao período 1886-1990 confirmam a construção sobre o terreno das seis casas 15 a 20, se bem que as adquiridas polos dous irmáns titulares do negócio seriam quatro, dado que os números 14 e 16 (nom a casa palácio, como afirma Pereiro Alonso) aparecem registadas na relação de bens legados por Manuel Sáenz. Posteriormente, os filhos de Olímpio Pérez promoveriam outra vivenda com fachada nobre no número 14, já no ano de 1919. O arquiteto desta, Jenaro de la Fuente Alvarez, propom um edifício neobarroco com certo ar *revivalista* que se descreve em Costa Buján e Moreno Aydllo (1989).

Se bem que existam discrepâncias na numeração das casas derrubadas, segundo as fontes, o certo é que Olímpio e Cândido convertêrom o conjunto habitacional num edifício que Otero Pedrayo qualificou com evidente reserva de “severa y aparatosa morada de buenos soportales aunque muy poco compostelana”. A crítica profissional contemporânea é mais indulgente com a obra, na qual encontra influências da arquitectura finissecular francesa, sem por isso deixar de lamentar a destruição das fermosas casas soportaladas que veu substituir, nomeadamente a casa palácio do século XV dos viscondes de Torres Novaes³⁸ e ³⁹. O arquitecto Manuel Pereiro Caeiro, amigo e vizinho pessoal de Olímpio Pérez, deu em projectar um sólido edifício que já superou o seu primeiro século “perfectamente integrado en la escena urbana de la ciudad”, na opinião de J. L. Pereiro Alonso, arquitecto descendente daquele e encarregado da sua recente restauração.

O opulento empreendimento imobiliário dos dous filhos sobreviventes de Manuel Pérez seguiu em poucos anos ao falecimento da única irmã viva, Celestina, à maneira de lançamento simbólico da razão social *Hijos de Pérez Sáenz* que associava Olímpio e Cândido na direcção do negócio familiar. A operação imobiliária, de considerável envergadura para a época, tem pontual registo nas contas de imobilizado dos balanços da casa enquanto durou a obra e o posterior acondicionamento das duas moradas gémeas destinadas a acolher os dous irmãos associados.

No ano de 1886, sob a rubrica “Edificacion de las casas: planos y algunos gastos para la edificación de las casas nº 15 al 20 de la Plaza de Cervantes”, regista-se o assento inicial da operação imobiliária por valor de 3.347,65 pesetas. O saldo activo imobiliário correspondente à operação irá crescendo ano após ano até alcançar um valor máximo de 278.626,40 pesetas no ano de 1890, subdividido em duas parcelas, uma relativa à edificação, por 90 % do valor, e outra destinada ao acondicionamento das vivendas, por 10 % do saldo. A importância do primeiro subtotal,

38 Pereiro Alonso, José Luís (1996), *Rincones de Compostela. La obra de Manuel Pereiro Caeiro*, Editorial Ronsel, Consorcio de Santiago, Santiago de Compostela.

39 Costa Buján, Pablo e Moreno Aydillo, Julián (1989), *1850-1950, Santiago de Compostela. Desenvolvimento urbano, outra arquitectura*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago. Nesta obra podemos contemplar a fotografia da arcada que sustinha a casa gótica do século XV, exposta primeiro na Exposición Regional Gallega de 1.909 e actualmente no Colégio Sam Clemente que acolhe o Instituto Rosalia Castro.

“Edificación de dichas Casas”, foi ascendendo até 253.313,93 pesetas, financiadas mediante crédito concedido polo próprio banco. A quantia restante, por valor de 25.312,47 pesetas, é descrita como “Muebles para dichas Casas, por los que han venido de Barcelona por cuenta de dichos Olímpio y Cándido”. As importâncias constantes desta conta diferenciam-se para um e outro irmão segundo as suas particulares preferências no equipamento doméstico.

O valor total do empreendimento é considerável para a época, mormente considerando que o saldo inventariado em 1886 nom inclui o valor das seis casas derrubadas. O saldo máximo alcançado em 1890 mantém-se sem modificação até o ano de 1893, em que começa o processo de amortização progressiva da dívida contraída, através de pagamentos efectuados por contrapartida dos dividendos percebidos por Olímpio e Cándido. Parece verosímil suspeitar que a operação estivo isenta de cargas financeiras que acrescentariam a factura efectiva do empreendimento em prejuízo temporal dos lucros.

1.6 A Exposição Regional de 1909: Galiza desde Compostela

Nom obstante a sua querença por Amadeo I, o monarca de Prim e dos revolucionários de 1868, Montero adaptou-se sem grandes traumas à Restauração borbónica. Destacado promotor da Institución Libre de Enseñanza, da qual que foi nomeado reitor em 1877, Montero Ríos acedeu à pasta de Fomento em 1885 e à da Gracia y Justicia, novamente em 1892. Presidiu mais tarde a delegação espanhola que negociou o Tratado de Paris após a guerra com os Estados Unidos (1898) e chegou a presidir o Conselho de Ministros em 1905 até a sua renúncia irrevogável ao cargo. A sociedade compostelana foi bem consciente do alto valor que tinha contar com valedor tam influente e fiel em Madrid como o ilustre jurisconsulto, como ele sabia melhor do que ninguém o valor de contar com umha rede clientelar galega com base na sua cidade natal, Barral Martínez (2007).

A sombra de Montero projectou-se sobre a pródiga e viçosa sucessom de iniciativas que tanto contribuírom para ampliar a qualidade urbana e o protagonismo de Santiago como centro simbólico da Galiza. A concessom da Escola de Artes e Ofícios, instalada em princípio no Convento de Santo Agostinho (1886), a reforma do Edifício da Universidade (1893-1906), a

Escola de Veterinária que serve de sede actual ao Parlamento da Galiza (1903-1915), a Exposição Regional Galega (1909), o Colégio de Xordos-mudos e cegos, sede actual da Junta da Galiza (1910-1925), a Faculdade de Medicina (1910-1928) e a dotação das secções de Filosofia e Letras e de Ciências som todas iniciativas do seu tempo.

Nom é assunto central nesta investigação a análise das circunstâncias que presidirom à mencionada vaga de obras que marcárom a vida de Santiago na virada de século. Interessa-nos, si, assinalar a participação circunstancial de Olímpiop Pérez em alguma delas. Olímpiop Pérez manteve-se afastado e pouco envolvido, ao que parece, nos fastos populares e institucionais da cidade. Nom conhecemos vínculos especiais da família Pérez Rodríguez com o *monterismo*, circunstância que talvez caiba atribuir, além dos traços de carácter apontados, à diferença de coordenadas ideológicas que separavam o banqueiro -obsequioso amigo de todos por imperativo do ofício- dos segmentos sociais comprometidos com o *monterismo* directamente involucrados na sua promoção e aproveitamento prático. Em qualquer caso, como já assinalámos, nom era grande a margem aberta à cooperação na vaga de iniciativas de renovação urbana ao tratar-se de projectos sujeitos a financiamento público e submetidos, em consequência, à disciplina e canais de financiamento, quer do Estado, quer do Concelho ou da Deputação Provincial. Nada que interpelasse directamente o discreto banqueiro da cidade. Olímpiop Pérez nom refuga fazer-se presente nos casos em que se lhe requer financiamento. O veterano banqueiro ofereceu participação especialmente activa aquando da Exposição Regional Galega de 1909. A implicação da casa prolongou-se circunstancialmente mesmo no apoio prestado à construção do Campus Sul da Universidade de Santiago (1926-1964), já falecido Olímpiop Pérez. A memória histórica da casa do ano quarenta e sete, §25, rememora o encadeamento imprevisto de uma e outra iniciativa:

Más que para hacer un negocio por amor a Santiago, compró terrenos en las proximidades del Paseo de La Herradura en compañía de cuatro o cinco amigos para que allí pudiese instalarse la Exposición Regional de 1909, produciéndole este importante Certamen una importante pérdida que el dio por bien empleada por servir a la ciudad. Y mayor hubiera sido su satisfacción si hubiese alcanzado la memorable fecha en que, merced a la cesión que de dichos terrenos se hizo a la Universidad Literaria, pudo recabarse de los Gobiernos el apoyo para fundar la gran Residencia que hoy ocupa aquellos lugares y a la que tanto impulso ha dado el actual Ministro de Educación Nacional.

A Exposição Regional foi um evento memorável que visava situar a Galiza no mapa simbólico do progresso e Santiago como capital simbólica do país. As magnas Exposições que balizam o século XIX a partir da celebrada em Londres no ano de 1851 e seguidas pelas quatro que tiveram lugar em Paris entre 1855 e 1889 que culminaram com a erecção da Torre Eiffel neste último ano terminaram por chegar a Espanha com a Exposição de Barcelona de 1888. Os diversos certames e exposições de cariz agrícola e pecuário que se sucederam na Galiza desde meados do século XIX podem interpretar-se como antecedentes significativos da magna Exposição Regional de 1909. Todas elas tentavam proclamar o progresso técnico alcançado e fazer ostentação da capacidade comercial e modernidade imperantes. O latente desejo de emular Barcelona e Saragoça (1908) e de projectar a imagem da Galiza no exterior acabou por coalhar numa iniciativa que teve o seu acto fundacional numa reunião celebrada em 1907 no Palácio episcopal e presidida pelo cardeal Martín de Herrera, com assistência de conotadas personalidades de extração *monterista* (Barral 2007, pag. 259). Galiza experimentava por aqueles anos os benefícios do afluxo de remessas ultramarinas e os efeitos benéficos da recente inauguração das principais conexões ferroviárias externas. Em 1 de setembro de 1883, inaugurava-se a linha Corunha-Madrid, em 1885 ficava conectado Vigo com Monforte e um ano depois entrava em serviço o comboio-correio Madrid-Corunha/Vigo.

Foi considerável o esforço consagrado à organização da Exposição de 1909. Em perspectiva económica, o projecto conseguiu superar, a todos os títulos, uma receita total de 647.307,37 pesetas que não alcançavam a satisfazer a totalidade das obrigações contraídas que ascenderam a 812.821,49 pesetas, (Barral, 2007). O défice teve de ser assumido em primeira instância pelos responsáveis económicos do evento, Pedro Pais Lapidó e Olímpio Pérez Rodríguez. A magnitude do mesmo pode ser qualificada de notável. A equivalência actual da diferença resultante de 165.514 pesetas não baixa dos oitenta milhões, em pesetas do ano 2000⁴⁰, um gravame considerável, remanescente dos quatrocentos milhões de pesetas do ano 2000 a que teriam ascendido as despesas do evento.

40 Utilizamos para a nossa estimação o índice deflator que é possível deduzir de:

Prados de la Escosura, Leandro (2003): *El progreso económico de España (1850-2003)*, Fundación BBVA, Bilbao. Fazemos uso, concretamente, do quadro A.11.9, página 614 e seguintes. O multiplicador proposto aproxima-se a 500: (Índice deflator do PIBcf 2000) / (Índice deflator do PIBcf 1909) = 113,86/0,24 = 474,4

A mobilização das forças vivas em favor do projecto que visava a promoção da Galiza e sobretudo de Santiago lega-nos umha instantânea precisa das influências que moviam as forças vivas da cidade a princípios do novo século. A iniciativa contava com excelentes mediadores em Madrid, Montero, naturalmente, mas também o seu poderoso genro Manuel Garcia Prieto, ministro da pasta de Fomento na altura, junto com o ponte-vedrés Augusto González Besada, que ostentava a da Fazenda. O orçamento inicial beneficiou de um remanescente subsídio de 500.000 pesetas procedentes do ministério da Fazenda, que constituiu, como é óbvio, a base económica da iniciativa. Consta ainda um subsídio complementar de importância similar destinado a saldar de forma definitiva o défice final remanescente, (Barral Martínez, 2007, pag. 278).

A implicação de Olímpio Pérez foi firme e decidida. Olímpio detinha a presidência do Comité da Fazenda do evento como prova do prestígio de que gozava na cidade e no resto da Galiza. O banqueiro enviuvara pouco tempo atrás, a sua esposa, Asunción Estesio Irigoyen, falecera uns meses antes, em 3 de novembro de 1908. Um lutuoso acontecimento familiar que veu somar-se ao falecimento do irmão Cândido em 1901.

A aventura da Exposição saldou-se, como é sabido, com um avultado défice que aflorava no mês de julho de 1909, obrigando Pedro Pais e Olímpio Pérez a abrirem umha conta pessoal conjunta na sucursal do *Banco de España* no valor de 250.000 pesetas. Em janeiro do ano seguinte, a conta pudo ser cancelada mediante umha operação de refinanciamento por 175.000 pesetas garantida polos mesmos junto com o catedrático de Farmácia Maximino de la Riva Garcia, que exercera de secretário-geral do certame e por Armando Cotarelo Valledor, catedrático da Faculdade de Filosofia e Letras. O crédito, com natureza manifesta de empréstimo intercalar de carácter transitório, apresentava ainda no mês de abril de 1911 um saldo vivo de 170.000 pesetas, a que havia que somar já mais 10.810,6 pesetas a título de juros e encargos. Os fiadores faziam frente ao compromisso a título pessoal. Finalmente, o novo subsídio de 500.000 pesetas livrou-nos dos encargos generosamente assumidos, com o compromisso claramente cosmético do Concelho de organizar um concurso agropecuário. Um arranjo simulado bem revelador dos apoios com que contava a cidade na retaguarda madrilena.

A dívida transitória assumida por Olímpio Pérez e os demais fiadores durante quase dois anos estava longe de ser umha questão de somenos. Tanto a sua importância como a incerteza do calendário de regularização mostram um firme compromisso dos fiadores, mormente de Olímpio Pérez, único financeiro dos três com solvência creditícia. É verdade que os benefícios consignados pelo banco em 1909 atingiam um máximo decenal de 204.707 pesetas. Porém, é preciso tomar em consideração o facto de que os benefícios de 1906 tinham caído para o volume mínimo do decénio, com 47.144 pesetas, num contexto descrito na contabilidade do banco como de “gran quebranto en las cuentas extranjeras”. Umha situação que obrigou a sociedade a aplicar a quase totalidade do saldo acumulado no Fundo de Previdência para flutuação de valores para cobrir o prejuízo que chegou a atingir as 50.000 pesetas. Eram anos, além disso, de profunda melancolia de dom Olímpio, provocada pela morte da sua esposa, segundo a memória familiar redigida por ocasião do centenário da casa. Coincide com o momento em que o banqueiro decidiu mudar a razão social em vigor pela de *Olimpio Pérez e Hijos, S.R.C.* em previsão de umha sucessão que pressentia próxima. A mudança referida comportou importantes efeitos de índole patrimonial e retributiva. Em 1910, Olímpio decidiu reduzir o capital social das 1.827.935 pesetas com que encerrava o ano de 1909 para 1.000.000 de pesetas com que encerrou o exercício de 1910, ao mesmo tempo que procedia a reembolsar-se o saldo do Fundo de Reserva que ascendia a 109.314 pesetas no final de 1909. Com estes arranjos, o banqueiro dava entrada a todos os seus filhos e a Marcelino Blanco tanto no capital como no regime de remunerações anuais regradas a que só ele tinha acesso desde o falecimento do seu irmão Cândido em 1901. Eram tempos de inquietação para dom Olímpio por mais que a casa aparecia instalada num bom momento e o prestígio do banqueiro alcançava o seu máximo.

O Comité Executivo da Exposição Regional e as diversas Comissões sectoriais constituídas ilustram bem a rede de influências e complicitades que figérom possível o êxito da operação. A presidência honorária foi reservada a Manuel García Prieto e a efetiva a Pedro Pais Lapido, que se fazia acompanhar em tal empenho de três catedráticos da Universidade: Eduardo Vilariño Magdalena, que era, além disso, director da Sociedade Económica de amigos do País, Armando Cotarelo Valledor e Maximino de la Rua, junto com o Tenente Coronel Miguel Castro Aizcun, que presidia

à Liga de Amigos de Santiago. Nas diversas comissões, Organização, Propaganda, Obras, e Fazenda destacavam personalidades conhecidas. A de Propaganda incorporava os directores dos principais jornais compostelanos, *Gaceta de Galicia* (1879-1918), *Correo de Galicia* (1900-1919) e *El Eco de Santiago* (1896-1938). A de Obras estava presidida polo catedrático de História Natural no Instituto Geral e Técnico da cidade, Cándido Ríos y Rial, figurando como vogal Juan Harguindey Pérez. A presidência da de Fazenda recaiu em Olímpio Pérez, acompanhado na Vice-Presidência por Domingo Carro Botas e por Jacobo Díaz de Rábago e Joaquín Otero Bárcena como vogais.

Surpreende o marcado localismo que orienta a comissão de Propaganda com a flagrante ausência de meios de comunicação social como *La Voz de Galicia* e *El Faro de Vigo* numha exposição que se pretendia galega. Nom vai ser o único sinal de tensões, ou simples manifestações de desinteresse ou desleixo que cabe atribuir a pugnas de carácter localista que operavam na retaguarda:

“Hay que decir la verdad, por muy amarga que resulte, del desprecio que mereció la exposición de Santiago a los industriales más poderosos de Galicia, nos referimos a los industriales conserveros”

O comentário, inserido no número de novembro de *Vida Gallega*, alvejava a indústria das conservas viguesa pola pretensa atitude de indiferença perante o evento, em claro contraste com a implicação atribuída aos empresários arousanos, sempre próximos a Santiago. Comentava-se também a falta de comparência da indústria das bebidas⁴¹.

É um pouco surpreendente a ausência de iniciativas de um promotor de sucesso como Luís Harguindey Pérez, cujo currículo incluía a recente construção do Palácio de Comunicações de Madrid, prestes a ser rematado naquele ano, e que contava entre os organizadores, se a nossa hipótese de filiação é correcta, com a participação activa do seu irmão Juan

41 Albarelos, Enrique (2009): *Santiago, 1909. Centenario da Exposición Rexional Galega*, Albarelos Editora, Consorcio de Santiago. O plano geral da Exposição continha, para além dos espaços genéricos ou de carácter oficial (Palacio principal, Pavellón del Comité, Pavellones del Ministerio de Fomento y de Marina), um palacete do Centro Galego de Havana e umha Galeria de Industrias; o resto de quiosques e pavilhões tinha um encantador carácter festivo muito do tempo: Cinematógrafo, Skating, Espectáculos, Tiro al blanco, Tio vivo, Circo equestre, Kiosko de flores e tabaco...e, naturalmente, um Kiosko de necesidad e um Restaurante.

Harguindey Pérez e do mesmo Olímpio Pérez, mormente se consideramos que o seu colega em Madrid, António Palacios Ramilo, foi o encarregado de projectar um dos pavilhões mais sobressalentes: o Pavilhão do Recreio Artístico e Industrial.

O conteúdo da exposição foi mais do que modesto, se tentamos medi-lo em termos de projecção exterior do estado das artes manufatureiras na Galiza e da sua capacidade comercial. É óbvio que o carácter da exposição foi mais exibitório do que promocional e mais historicista do que modernista e menos ainda futurista. O plano geral da exposição continha um conjunto de edificações mais próprios de umha grande feira de promoção turística do que de umha apresentação da potencialidade económica do país e da pujança dos seus sectores de actividade mais representativos. Aos olhos de hoje, é difícil deixar de esboçar um sorriso clemente sobre a dotação e usos dos espaços e instalações³⁹. A densidade de catedráticos no comité organizador e a ausência de industriais e comerciantes de relevo som indicadores infalíveis da orientação e limites da iniciativa.

Uns meses antes da abertura da Exposição galega em 25 de julho de 1909, tivera lugar a inauguração da Exposición Regional de Valência: 22 de maio de 1909. O contraste entre ambos os certames nom pode ser mais rechamante. O organizador da Exposición valenciana foi Tomás Trénor Palavicino, presidente do Ateneo Mercantil de Valência e do presidente da Cámara de Comercio, Industria y Navegación da cidade, Ramón de Castro. A família dos Trénor era umha importante dinastia industrial de Valência com interesses na indústria química e de fertilizantes e também na de sacos de juta e embalagens de muita procura polo sector frutícola exportador da região.

Cinco sectores industriais contárom com pavilhões próprios na Exposição: quatro dedicados à indústria do papel (dous de papel de fumar, outro de papel de uso e outro de cartas de jogar) além do pavilhão dos Trénor⁴².

42 Há disponíveis na Rede dous excelentes estudos da Exposición valenciana e o seu contexto económico:

Sánchez Romero, M. Ángel (2009): *La industria valenciana en torno a la Exposición Regional de 1909*, Tese doutoral, Universidad Politécnica de Valencia, Departamento de Proyectos de Ingeniería. O relevo industrial da família Trénor na economia valenciana da época é patente. É significativo que a sociedade *Trénor y Cia.* mantivesse relações de correspondência com Olímpio

O orçamento da Exposição valenciana alcançou os seis milhões de pesetas, incluídas duzentas mil pesetas dedicadas à publicidade: sete vezes e meia o custo do certame galego.

1.7 Restauração eclesiástica, labor assistencial e negócio: o Manicó-mio de Conjo

A cidade de Santiago é umha criação da tradição religiosa medieval. Crescida em torno à lenda jacobea à volta da catedral e rodeada de mosteiros, Compostela viu-se obrigada a defrontar-se nos começos do século XIX a umha autêntica crise existencial. A cidade oitocentista tentou acomodar-se ao impacto da legislação laicista, às exaltações, à perda do poder temporal e à progressiva incorporação do discurso racionalista e liberal a todos os estamentos sociais. As inelutáveis circunstâncias tinham alcance geral mas o seu impacto sobre a cidade foi especialmente oneroso dada a sua condição de símbolo e baluarte do Antigo Regime perante o avanço inexorável das forças de renovação. A difusão dos ideais revolucionários de 1789 comportou amargas consequências nas estruturas hierárquicas da Igreja Católica que se viu obrigada a ceder o poder temporal do papado na Itália ao mesmo tempo que assistia ao esvaziamento dos mosteiros e ao abandono das dilatadas extensões de propriedade rústica. Um regime de propriedade qualificado de maos-mortas que devia entrar no tráfego comercial e ficar sujeito ao direito comum como demandavam os princípios emergentes de organização social.

A governação da Igreja em tam difícil situação recaiu sobre dois papas romanos e três bispos da Igreja compostelana. Foram estes os papas Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), e os bispos Miguel García Cuesta (1851-1873), Miguel Payá Rico (1874-1886) e José María Martín de Herrera (1889-1922) com o fugaz episcopado de Victoriano Guisasola (1886-1888) intercalado entre estes dois últimos⁴³. O antecessor de todos eles na sede catedralícia compostelana fora Frei Rafael Vélaz (1824-1850),

Pérez; a firma aparece nos livros de Cuentas Corrientes con Corresponsales de 1.907 com remessas de cobrança sobre Santiago e Betanços.

Martínez Gallego, Francesc-Andreu (2010): “Publicidad y Turismo: La industria del forastero en la Exposición Regional de Valencia de 1909”, *Revista Ámbitos*, Nº 19, año 2010, pp. 161-182.

43 García Oro, José (coord.), (2002): *Historia de las Diócesis españolas. Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid.

fundador do Seminário de Santiago, carlista por militância e integrista por condição.

Os dois papas que cobriram a segunda metade do século XIX defendêrom a primazia absoluta da Igreja sem admitir limitações. Correspondeu a Pio IX o amargo papel de ter que ceder os Estados Pontifícios ao Reino de Itália em 1870. O papa nunca chegou a aceitar a perda dos domínios e declarou-se “prisioneiro do Vaticano”. Além disso, foi o papa do Concílio Vaticano I (1869-1870), do Syllabus e da Imaculada Conceição. O seu sucessor, Leão XIII, é o pontífice do Coração de Jesus e o impulsor do Ano Santo romano de 1900 —o anterior remontava a 1825— em significativa sintonia com a revitalização coetânea dos anos jacobinos compostelanos a que em seguida aludiremos. Leão XIII foi, como o seu antecessor, um pontífice antimoderno; aceitou, no obstante, a apadrinhar Alfonso XIII, malgrado a manifesta oposição à Constituição de 1876 e ao tímido liberalismo restauracionista que o inspirava que mantinham amplas camadas do fundamentalismo católico. Leão XIII foi, além disso, o promotor da encíclica *Rerum Novarum* (1891), dedicada à condição operária e origem do *pensamento social* da Igreja. O documento é fonte de inspiração de que emanaram os círculos e organismos de doutrinação e organização da classe operária como preservativo do influxo crescente do movimento socialista.

É oportuno lembrar a importância do impacto que teve a perda das propriedades do papado nas camadas mais inquietas da sociedade compostelana. Devemos ao Murguía finalizar a crónica retrospectiva das esperanças da estudantada progressista da época. A reunificação da Itália e a resistência que a tal fim opôs a *questão romana* foram episódios que excitaram o interesse e a memória da juventude académica da altura.

O clima de rebeldia juvenil tem o seu acto inaugural na celebração do Banquete de Conjo (1856) e na subsequente intervenção episcopal para ajuizar o comportamento de dois dos seus mais prestigiados participantes: Aurélio Aguirre e Eduardo Pondal. Rememorava Murguía o acontecimento em 1885 em *Los Precursores* aludindo ao episódio com medidos circunlóquios acerca do comportamento da hierarquia eclesiástica e dos recentes acontecimentos da libertação da *Italia serva*. A memória retrospectiva de *Los Precursores* reserva um capítulo específico a um garibaldino compostelano: Leonardo Sánchez Deus.

Fue con motivo de la revolución de 1854, que tantas esperanzas hizo concebir... Tempestad de verano que agitó un momento la superficie del lago, al cual el golpe de estado de 1.856 devolvió la habitual tranquilidad...En una ciudad de Obispo se había hecho notar por espíritu anticlerical: tenía pues que apartarse y desaparecer... La guerra de Italia tuvo a su hora un aire de renacimiento para Europa, apenas comprensible al presente. Ni el mismo 1.848, con sus supremas convulsiones y catástrofes, se presentó más lleno de esperanzas. Pudo decirse el despertar de los pueblos dignos de la libertad...La libertad de Europa recibía su agua lustral en los campos de la *Italia serva*...

Nom desaproveita a ocasiom Murguia para tomar partido face às posiçons teolóxicas em vigor.

Para Aguirre el mejor teólogo del mundo era Lamennais; Las palabras de un creyente, el más profundo de los libros religiosos.

O bispo protagonista do requisitório contra Aguirre e Pondal era o sucesor de Vélez, Miguel Martínez Cuesta (1861-1873), o destinatário das divagações religiosas do ilustre polígrafo regionalista, Miguel Payá Rico (1874-1886).

A oposiçom frontal ao liberalismo, radical em Pio IX, mais comedida em Leom XIII, tivo raíces profundas em Espanha que servírom para alimentar as diversas correntes do carlismo. Interessa recordar a tal respeito o caso dos Nocedal pola intensa influéncia ideolóxica que exercêrom sobre o clero galego. Cándido Nocedal (Corunha, 1821; Madrid, 1885) foi o fundador de *El Siglo Futuro* que dirixiria posteriormente o seu fillo Ramón Nocedal (Madrid, 1842-1907). Foi lectura assídua de muitos párcos galegos, e, através deles, um órgao privilegiado de difusom do pensamento fundamentalista neocatólico. Cándido Nocedal fora, além disso, deputado pola Galiza entre os anos 1853 e 1858.

Os antecedentes apontados tentam contextualizar um acontecimento decisivo da história contemporánea de Compostela e do seu renovado protagonismo: o redescobrimiento e exaltaçom dos restos conxecturados como pertencentes ao apóstolo Sam Tiago. Servem também para evocar as circunstancias que propiciárom e reanimaçom dos movementos neocatólicos na cidade e na confirmaçom da ideologia conservadora que lhes servia de suporte, sem prejuízo das amplas lealdades que suscitava o *monterismo*.

A *inventio* jacobea que alcançara o seu esplendor em tempos de Gelmires foi o poderoso talismám que alicerçou o poder da Igrexa compostelana e

permitiu encher de mosteiros a cidade. O Voto a San Tiago, base do poder secular do cabido catedralício, tivo longa pervivência e foi capaz de resistir todos os intentos de anulação até a sua definitiva derrogação polas Cortes de Cádiz. O século das revoluções liberais foi inclemente com Santiago e o poder episcopal respondeu-lhe com a mesma aversom e beligerância. O episcopado de Frei Rafael Vélez (1824-1850) pode servir de exemplo. A decadência do poder catedralício nom se limitava à perda de receitas, influência e desafecto social. A catedral perdera também a memória do talismám que fundara a sua grandeza. O cabido nom guardava memória da localização dos restos apostólicos que justificavam a preeminência da sede e confirmavam o seu valor. O episódio que provocou tam funesto esquecimento é atribuído, com razom ou sem ela, à incursom de Francis Drake mesmo no ano seguinte ao fracasso da Armada Invencível. Em 1589, o corsário inglês assolou Corunha primeiro e Vigo depois. Na altura, exercia a dignidade episcopal em Santiago o cordovês Juan de Sanclemente, fundador do Colégio do mesmo nome que haveria de acolher mais tarde a Sociedade Económica de Amigos do País de Santiago e também o Colégio das Orfas. O bispo decidiu ocultar, conforme a tradição, os restos da sua memória da fúria herética do destemido marinheiro británico. Foi atribuído a tal facto a decadência das peregrinações jacobeias, embora a verdade seja que estas se tinham interrompido à altura do século XIV.

Quase trescentos anos tinham decorrido desde a perda da memória dos restos apostólicos até o ano de 1875 em que Miguel Payá Rico assumia a sede compostelana. Payá intervinhera no Concílio Vaticano I com umha alocução em favor da dogmatização da infalibilidade papal. O momento coincidia com a restauração monárquica na pessoa de Alfonso XII. O “prisioneiro do Vaticano” nom se enganou com a escolha. Payá conseguiu elevar de imediato o seminário compostelano à dignidade de Seminário Pontifício, decidia promover o Manicómio de Conjo e estender a sua protecção aos asilos de Santo Agostinho e Carretas e ao denominado Colégio das Orfas da cidade. A memória perdurável do astucioso prelado deve-se, porém, ao seu êxito maior: a procura obstinada, seguida do empenho em conseguir o processo de certificação e posterior confirmação vaticana. Os restos apostólicos reabilitados voltavam desta maneira a cumprir o papel legitimador da eminência singular de Compostela.

A nova cripta apostólica foi inaugurada com todo o esplendor no Ano Santo extraordinário de 1885. Pio IX nomeou Payá cardeal romano em 1877 e Leom XIII exaltou-o a arcebispo de Toledo em 1886, umha vez confirmada a autenticidade dos restos apostólicos por meio da bula emitida em 1884. Santiago renascia nos anos oitenta do século XIX confortado com o reconhecimento do seu poder eclesiástico e simbólico. Neste contexto, é mais fácil entender a progressiva aproximação da Igreja ao liberalismo temperado da Restauração e interpretar episódios de tanta carga simbólica como a instalação na Catedral do candeeiro procedente do Senado doado por Montero Ríos em 1895. Em dez de abril de 1889, tomava posse da sede compostelana José Martín de Herrera; a reorganização e formação do clero e a promoção das devoções modernas e associações piás entre os fiéis iam orientar os seus esforços. Foi durante o seu episcopado quando tiveram lugar os mais esplêndidos Anos Santos que tanto contribuíram para confirmar a singularidade de Compostela. Foi este labor de promotor da imagem da cidade, mais do que o seu zelo organizativo e pastoral, que lhe valeu a homenagem pública que lhe tributou a cidade em 1915, de que guarda memória a placa comemorativa da autoria de Mariano Benlliure que luz na Praça das Pratarías.

Na altura, as ameaças à grei católica e à boa ordem social nom procediam já dos cenáculos carbonários senom do incipiente movimento socialista e operário. Em 1878, coincidindo quase com a chegada de Payá à sede episcopal compostelana, concluía os estudos de Direito Alfredo Brañas (1859-1900). Ele ia representar melhor do que ninguém a aliança do pensamento católico-tradicionalista, com o regionalismo e a defesa apaixonada da harmonia social contra a conflitualidade de classes e a deserção popular das práticas religiosas. Catedrático por oposição pola Universidade de Oviedo, nom demora o seu regresso à de Santiago onde já tinha exercido de professor. Em 1889, publica *El Regionalismo* que adquire logo a condição de obra de referência do movimento regionalista. Nom nos interessa ponderar agora a trajetória política precursora de Brañas⁴⁴, centraremos-nos antes nas perspectivas que a sua posição abre à sociedade compostelana do momento. Umha cidade atravessada por veladas fendas

44 Maiz, Ramón (1983): *Alfredo Brañas*, Editorial Galaxia, Vigo. A biografia do professor Maiz explicita com rigor analítico a ideologia e os pressupostos políticos que orientaram a sua obra e trajetória pessoal.

ideológicas que nom impediam, contodo, um convívio civilizado. Brañas leu um poema em honra de Montero Rios numha homenagem que a ele foi oferecida em 1887, também participa em outra homenagem a Murguía em 1892 por motivo da sua designaçom como bibliotecário da Universidade de Santiago. As discrepâncias com os homenageados eram manifestas, as que mantivo com Murguía explicam mesmo o fracasso da *Asociación Regionalista Gallega*, que fora promovida por ambos.

É de notar o papel de Brañas como artífice ou promotor das organizaçoms de inspiraçom religiosa de orientaçom social promovidas pola Igreja em Santiago em aplicaçom das directrizes do papado. Brañas foi um dos principais animadores do *Ateneo León XIII* da cidade (1896), onde desempenhará os cargos de Vice-Presidente e Secretário-Geral e também do *Círculo Católico de Obreros de la Sagrada Familia de Santiago* (1896), ambas iniciativas na esteira da Encíclica *Rerum Novarum*. Faziam parte daquelas tribunas de educaçom cívica catedráticos como Salvador Cabeza de León e Juan Barcia Caballero que uniam prestígio profissional e firmes convicçoms religiosas e regionalistas.

O último decénio do século foi tempo de efervescência social e conflitualidade. A tensom social latente acumulada podia dispor pola primeira vez de instrumentos de organizaçom e reivindicaçom colectiva nascidos ao abrigo das leis democratizadoras promulgadas polo segundo governo Sagasta (1885-1890): Ley de Asociaciones (1887), Ley del Jurado (1888) e Ley del Sufragio Universal (1890). Em 1888, nascia em Madrid a U.G.T., em Barcelona, num congresso celebrado em coincidência com a Exposiçom Universal.

Nos primeiros anos da década de noventa, regista-se umha intensa actividade associativa inaugurada com a criaçom da *Agrupación Socialista* em 1891, a que seguírom umha mao-cheia de sociedades de resistência de âmbito gremial em anos sucessivos. Em 1898, nascia a *Asociación de Maestros y Jefes de Talleres* de Santiago com objecto de praticar o “auxilio mutuo y la proteccíon recíproca de los asociados en caso de huelga o paro de trabajos de la clase obrera”. Um manifesto do patronato deste mesmo ano propugna o princípio de que “los ataques a un patrono se considerarám ataques a todos los demás” ao mesmo tempo que advoga pola harmonia entre o capital e o trabalho e pola promoçom de sindicatos mistos de patronos e operários e qualifica qualquer convocatória de greve de acto de

cegueira e loucura contrários “a toda razón y lógica”, (Pose Antelo, 1992, pp. 271 e seguintes).

Em maio de 1890, é declarada a primeira greve de importância em Santiago com a reclamação principal da limitação do horário de trabalho a dez horas no verão e a oito no inverno. O epicentro da protesta foram as dez fábricas de curtumes que rodeavam a cidade. Entre os patronos, encontramos os Harguindey -Juan, José, Santiago- Eleicegui, Bernardo Maiz e Manuel Pol, entre outros. O descontentamento que provoca a mobilização operária não remete e rebenta com força em janeiro de 1896. Desta vez com centro no setor da construção em pleno auge daquela. A faísca que acendeu o conflito foi o despedimento de dois operários que trabalhavam nas obras de reforma da Universidade contratadas pelo construtor Juan Bouzón Figueroa, adjudicatário dos principais empreendimentos do período: o acondicionamento da Universidade, as obras de Veterinária, a faculdade de Medicina. O movimento estendeu-se logo às fábricas de curtumes. Foi contratada mão-de-obra portuguesa que acabou solidarizando-se com os grevistas, com a subsequente intervenção da Guarda Civil e detenções. O alcaide da cidade, Ramón Sanjurjo Pardiñas, aristocrata por estirpe, casamento e designação real (1890), adoptou uma posição marcadamente parcial contrária aos grevistas, em claro contraste com a atitude de Cleto Troncoso na greve de 1890. A sociedade compostelana pôde de modo agudo experimentar os efeitos da conflitualidade social, como prólogo do século que se anunciava. A hierarquia eclesiástica adoptou nesta conjuntura crucial uma atitude de rejeição liminar das aspirações do proletariado emergente. O prelado da catedral compostelana, Martín de Herrera, fazia pública no mês de janeiro de 1898 uma *Carta Pastoral contra el Socialismo* onde se proibia aos seus diocesanos a pertença a associações cujos estatutos não incluíssem expressamente o respeito “a la Religión católica y a la Autoridad pública”, bem como também a assistência a reuniões e a leitura de imprensa ou folhetos que propagassem os erros da doutrina socialista. Eram estes os limites da política da *Rerum Novarum* e da capacidade de adaptação da Igreja a uma situação que entendia como ameaçante e hostil. A cidade estamental, conservadora e adversária das reformas liberais onde tinha nascido a casa de banca dos Pérez mudara inexoravelmente de pele durante a segunda metade do século para acolher as novas aspirações e obediências.

A irradiação do Palácio episcopal concorria agora com o *monterismo* temperado em luta aberta com o *maurismo* emergente⁴⁵ e bem logo com propostas da direita muito mais crispadas e militantes à medida que se aproximava o final da Restauração e a monarquia. Existiu em Santiago um Centro Maurista desde o ano de 1917, presidido por Felipe Gil Casares (1877, 1953). Felipe Gil Casares, casado com Carmen Pérez Esteso, era neto do eminente químico Antonio Casares Rodríguez, artífice da mítica experiência que conseguira *varrer a luz da terra* no claustro da Universidade compostelana em 1851 e filho de Ramón Gil Villanueva, catedrático de ciências. Felipe Gil Casares desempenhou a cátedra de Direito Civil da Universidade de Santiago e ainda exerceu de efêmero alcaide da cidade durante a ditadura de Primo de Rivera (1930-1931) para acabar representando a CEDA como deputado nas Cortes (1933-1936, 1936-1939) ao tempo que desempenhava o cargo de Reitor da Universidade de Santiago (1936-1939).

Olímpio Pérez guardava com certeza lealdade ao mesmo segmento ideológico conservador, antes talvez pelas suas profundas convicções religiosas do que pela sua particular filosofia social, porventura mais cautas e temperadas como a sua natural discrição e a sua profissão de banqueiro demandavam. A crónica familiar chega a apelidar o seu comportamento de autêntica aversão à política.

Durante esta etapa y ya anteriormente se ocupó Don Olimpio de asuntos sociales y aun a veces, a pesar de su aversión a la política, aceptó, casi a la fuerza algunos cargos públicos; pero su principal mérito fue el dedicar todos sus afanes a la familia y a sus actividades mercantiles. Fuera de su profesión tomó con especial cariño solamente algunas obras benéficas, especialmente la Caja de Ahorros y Monte de Piedad, la Cocina Económica, el Manicomio de Conjo y también los Asilos a los que procuraba favorecer en todo lo posible. (Apêndice 12, §26)

45 Cabo Villaverde, Miguel e Míguez Macho, Antonio (2009): “El maurismo en Galicia. Un modelo de modernización conservadora en el marco de la Restauración”, *Hispania*, Revista de Historia, vol. LXIX, num. 213.

Barral Martínez, Margarita (2008): “El ocaso del monterismo en el distrito de Santiago de Compostela (1909-1919)”, IX Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea, Universidad de Murcia.

Em todo o caso, a *aversom* teria cariz conservador. Outro dos seus genros foi Andrés Díaz de Rábago y Aguiar, filho do reputado economista liberal Joaquin Díaz de Rábago (1837-1898) e fundador da empresa conserveira *La Onza de Oro* no ano de 1908. Andrés era, da mesma maneira que o seu irmão Jacobo, amigo íntimo do primeiro Valle-Inclán e foi ele, junto com o incomensurável dom Ramón, quem promoveu o *Sindicato Agrario Católico* da Póvoa do Caraminhal. Valle ostentava a presidência e Andrés a tesouraria da organização à data de 17 de setembro de 1919. Temos feito referência já ao compromisso de Julian Pérez Esteso com a CEDA nos anos trinta. Do ponto de vista ideológico, a família Pérez formou sempre entre as forças de ordem da cidade, radicalizadas talvez à medida que progredia a conflitualidade de classe.

A influência do Palácio episcopal compostelano nom se limitou ao labor de restauração das estruturas eclesiásticas e às actividades pastorais. Sem descuidar o influxo desenvolvido na orientação de consciências e na promoção de associações designadas para incidir na *questom social*, tanto Payá como Herrera assumiram um decidido papel promotor no âmbito da assistência social. A reinvenção das peregrinações como fenómeno de massas e a promoção do Hospital Manicómio de Conjo som, com certeza, os frutos maiores do episcopado compostelano na conjuntura da virada do século.

O projecto do Manicómio de Conjo tem a sua origem numha iniciativa do episcopado do cardeal Payá mas a génese da iniciativa remete a raízes humanísticas e laicas. Os primórdios do que hoje conhecemos como Hospital Psiquiátrico de Conjo remontam à muito ilustre corunhesa Juana de Vega (1805-1872), amiga de Concepción Arenal (1820-1893) e de Emilia Pardo Bazán (1851-1921). Figuras proeminentes, todas elas, do pensamento liberal corunhês.

Juana de Vega era viúva do general liberal Espoz y Mina, que falecera em Barcelona no ano de 1836 quando se dispunha a iniciar o seu exílio voluntário em França. Juana de Vega, condessa de Espoz y Mina, foi nomeada camareira pessoal da rainha Isabel II (1833-1868) durante a Regência de Espartero. De volta para a Galiza, a condessa dedicou a sua vida à promoção da beneficência pública e à teimosa custódia da memória do general. Em 1858, por ocasião de umha visita da rainha a Santiago, Juana de Vega propujo-lhe criar um estabelecimento para *dementes*, como

daquela eram denominados os doentes mentais⁴⁶. Isabel II transmitiu a encomenda ao presidente do Conselho, o General O'Donnell. O lugar designado para acolher a nova instituição era o Mosteiro de Conjo, desamortizado por Ordem emitida em 1862. Como era habitual, o projecto ficou esquecido, por tal motivo:

...La Real Sociedad de Amigos del País de Santiago (de carácter liberal y masónico), hizo una llamada a los poderes públicos para que se acelerasen las obras, pero esta Sociedad de carácter liberal-laico, no era del agrado del Cabildo catedralicio, lo que hizo que le cardenal Payá y Rico, quien rigió la diócesis compostelana entre 1.856 y 1.886, tomara a su cargo la negociación con Don Ramón de la Sagra, que presidía la Diputación de A Coruña, para que esta institución culminase las obras. (Gago Perez e Gago Ageitos, 2010, pag. 12).

Dom Ramón de la Sagra si pertenceu em tempos à maçonaria. A anedota anterior resulta reveladora por mais que a atitude do cardeal Payá deva ser atribuída antes ao programa restauracionista que promovia o cardeal do que a um simples prurido ideológico referido ao círculo promotor da ideia original.

A habilidade de Payá conduziu-o a esgrimir os direitos da Igreja sobre o Mosteiro, baseando a sua argumentação em que o Decreto de dissolução das ordens religiosas de 1835 isentava aquelas que se dedicassem a reger Hospitais, reclamando, em consequência, a isenção da Ordem mercedária da referida disposição legal. A Ordem tinha habitado o Mosteiro de Conjo durante quatro séculos no exercício de labores assistenciais, era o argumento central do episcopado. A pugna resultou em polémica entre partidários e opositores à instalação do psiquiátrico e entre a Ordem das Mercês, que queria fazer valer os seus direitos, e o episcopado, empenhado em promover e gerir directamente o estabelecimento. O conflito resolveu-se finalmente mediante a reabertura de um noviciado mercedário adjunto em 1882. A 19 de julho de 1885 era inaugurado finalmente o magno estabelecimento assistencial pelo bispo sucessor de Payá, Victoriano Guisasola Rodríguez (1886-1888).

46 Gago Pérez, J. Andrés; Gago Ageitos, Ana M^a (2010): *El hospital de Conxo: una historia de la psiquiatría*, Fundación Pfizer, Imprenta La Ibérica, Santiago. O opúsculo tem interesse, para além de proporcionar informação pormenorizada de antecedentes um tanto esquecidos do projecto, pela exposição das correntes científicas dominantes na época e das controvérsias em vigor sobre as doenças mentais.

A opinión pública santiaguesa acabou reconhecendo o protagonismo da mitra compostelana. O encantador e piedoso guía contemporáneo da cidade (Fernández Sánchez e Freire Barreiro, 1885) fai-se eco da *inmensa alegría de los católicos santiagueses* polo retorno dos mercedários *después de casi medio siglo de desamparo* em consecuencia de *los tiránicos decretos de 1.835* aínda que nom fose possível reparar *ya la triste soledad y ruinoso abandono* do mosteiro. Quanto ao establecemento psiquiátrico, o comentário do redactor magnifica o generoso compromiso do episcopado:

La mayor parte de la Fábrica ha se transformado en *manicomio*, gracias a la caridad del Emmo. Cardenal D. Miguel Payá y Rico, que compadecido de la triste suerte de tantos infelices para quienes, privados de su razón, hay que buscar alivio, si no remedio, á tan terrible mal en lejanas provincias, no ha vacilado un momento en invertir cuantiosas sumas en prepararles aquí un albergue, con las mejores condiciones posibles, el primero y único en Galicia. Las obras tocan a su término; y ya las Hermanas de la Caridad hace meses que esperan allí el momento de dar principio a su ministerio de abnegación y heroísmo.

Com efecto, umha soma considerável. A história do financiamento do Hospital espera aínda talvez a monografía que faga justiça à envergadura do empreendimento, à luta pola preeminência e à procedência dos capitais comprometidos. Aspectos todos que abrem interesantes perspectivas à interpretación. O Hospital de Conxo interessava à Igreja como instrumento de consolidación da súa preeminência ideológica e social mas também como activo económico numha corporação como a eclesiástica tam sobrada de propiedades imobiliárias como escassa de fontes de receita.

A dimensom económica do empreendimento é indiscutível. Dous estudos recentes de Torres Cubeiro elaborados sobre fontes documentais da mesma etapa fundacional do Hospital manicómio ofrecen información precisa e sugestiva a respeito^{47, 48}.

En 1.885 el Arzobispo de Santiago de Compostela Miguel Payá inaugura el Manicomio de Conxo nombrando como Director Médico a Timoteo Sánchez Freire. Unos años después, en 1.892, su sucesor J.M. Martín firma una hipoteca

47 Torres Cubeiro, Manuel (2010): *Equivalentes funcionales: Catolicismo, Banca y Psiquiatria privada. La fundación Manicomio de Conxo en Santiago de Compostela (1885-1931)*, IES Campo San Alberto, Grupo Compostela Estudios de los Imaginarios Sociales, Universidade de Santiago de Compostela. Disponível na Rede.

48 Torres Cubeiro, Manuel (2010): “Cuentas del Manicomio de Conxo: 1885-1924. Historia de un préstamo hipotecario”, *Revista Siso/Saúde*, nº 50, 2010.

para la ampliación del Establecimiento que tiene como prestamistas al propio Cabildo Catedralicio, al director médico y a cuatro representantes de la Banca Santiaguesa, entre ellos Juana Blanco Navarrete, viuda y heredera del fundador del Grupo Simeón. Entre 1893 y 1924 el Manicomio triplica los fondos aportados por los prestamistas tras convertirlos en accionistas. (Torres Cubeiro, 2010).

Juana Blanco Navarrete era a viúva e herdeira, junto com os seus filhos, de Simeón García após o falecimento deste, produzido em 30-05-1889. Com eles, viria a constituir a sociedade *Viuda e hijos de Simeón García*, escriturada no dia 31 de dezembro de 1894. Isabel García Blanco, umha das duas filhas de Juana Blanco Navarrete, acabaria casando com Acisclo Sáenz-Díaz, outro negociante camerano, dando nascimento a Angel Sáenz-Díaz García, promotor dos negócios do grupo Simeón en Vigo, (Facal, 2006). O outro investidor fundacional de referência foi Olímpio Pérez, aparentado, aliás, por via indirecta com a família de Juana Blanco Navarrete através do casamento da sua filha Ramona Pérez Esteso com Ángel Sáenz-Díez de la Riva, irmao de Acisclo, (Facal, 2006). Isabel era, portanto, cunhada de Ramona Pérez Esteso.

Depois de explicitar as circunstâncias que pugérom em maos do episcopado compostelano a promoçom do Manicómio, Torres Cubeiro (2010), documenta o esquema de financiamento adoptado por Martin Herrera, segundo a escritura pública de 27 de julho de 1892:

El arzobispo José María Martín firma un crédito hipotecario de hasta 900.000 pesetas con garantía al valor del edificio y terrenos, tasados en 100.000 pesetas, dando entrada a cuatro accionistas privados.

.....

Como representante del Banco Viuda de Simeón e Hijos, Juana Blanco Navarrete aporta en 1.892 una sexta parte del préstamo hipotecario al Cabildo de la Catedral de Santiago de Compostela del que antes hablábamos: veinte mil pesetas el día de la firma de la hipoteca, y en los plazos establecidos hasta un total de 150.000 pesetas en 1.897.

Juana Blanco nom tinha capacidade de exercício de direitos para assinar em razom do sexo, segundo a legislaçom em vigor na altura, sendo substituída para tal efeito polo seu representante legal, o advogado Ricardo Blanco Cicerón.

Junto al futuro Banco Simeón otros tres accionistas privados, además del Cabildo y del propio Arzobispo (sin aportar dinero directamente al préstamo hipotecario),

entran a formar lo que será el Patronato del Manicomio de Conxo: el primer socio, es el Director Médico del Establecimiento Timoteo Sánchez Freire; el segundo, el banquero Olimpio Pérez Fernández (sic) ... y una última parte, un capitalista privado: José García Mouriño, al parecer un emigrante retornado cliente de Olimpio Pérez. El cabildo aporta 300.000 pesetas y cuatro partes del sector privado de (sic) 150.000 cada una.

En el acta notarial de la hipoteca (AHDS legajo 444) se tasa la finca y edificio del Monasterio por un valor de 100.000 pesetas que se ofrecen como garantía de un préstamo inicial de 600.000 que llegará finalmente a ser de 900.000 pesetas para la remodelación y ampliación del Manicomio. La hipoteca firmada ante notario en 1.892 establece las bases de un futuro acuerdo que convierte años después a los prestamistas en accionistas de la Fundación Manicomio de Conxo. Se establece que al final de cada año los prestamistas reciban un seis por ciento de interés mientras se termina la reforma (1.893-1.897), y posteriormente se repartan los beneficios del Establecimiento: una séptima parte para cada uno, tras dejar un 10 % de fondo de garantía para el propio asilo.

O esquema de financiamento adoptado sustenta-se, portanto, polo que se deduz, em quatro quotas iguais de 150.000 pesetas cada umha de procedência privada, complementadas com outra de 300.000 como contributo do arcebispado. A transcriçom dos termos do acordo escriturado em 1892 levanta algunha dúvida, polo que se sugere, sobre a materializaçom efectiva do contributo do episcopado. Um quadro adjunto como ilustraçom por Torres Cubeiro (2010), referente à remuneraçom do empréstimo de 150.000 pesetas avanzado por Juana Blanco Navarrete aponta a umha sequência de desembolso de quatro quotas anuais iguais de 20.000 pesetas de 1892 a 1895 mais duas finais, umha de 40.000 e outra de 30.000, em 1896 e 1897 respectivamente.

Nom é a nossa intençom estender-nos demasiado na análise da operaçom, nom obstante o interesse sociológico que suscita a configuraçom do grupo promotor e a notável envergadura da operaçom; a nossa intençom é a de contextualizar o enquadramento social de um negócio como este onde a participaçom de Olímpio Pérez revela os laços de cumplicidade que uniam o Palácio episcopal e as duas sedes bancárias da cidade.

O convénio adoptado polo Cabido Compostelano, a casa Simeón, o Director Médico do Establecimiento Timoteo Sánchez Freire e a casa Pérez constitui o núcleo promotor. As personalidades extraeclesiásticas do núcleo promotor eram parte destacada do segmento social mais próximo à Igreja em Santiago. Torres Cubeiro (2010) sublinha a vinculaçom de

Timoteo Sánchez Freire (1838-1912) com o carlismo. Rememorando os antecedentes do director médico, aponta a sua passagem pelo Seminário de Mondonhedo antes de iniciar os brilhantes estudos de Medicina que o iriam conduzir a ganhar as cátedras de Patologia Geral (1871) primeiro e de Patologia Cirúrgica (1872) depois para acabar ingressando finalmente na selecta nómina da que acabou por ser conhecida como Escola Médica Compostelana. Umha galeria de ilustres personalidades, entre as que figuram, junto com José Varela de Montes (1796-1868), personalidades como Vicente Martínez de la Riva y de Andrés (1808-1888), Maximino Teijeiro Fernández (1827-1900) Timoteo Sánchez Freire (1838-1912), Francico Romero Blanco (1838-1918), Ramón Varela de la Iglesia (1845-1922), Gerardo Geremías Devesa (1847-1890) e Angel Martínez de la Riva Vilar (1852-1929). Nom podiam faltar entre os citados *monteristas* como Maximino Teijeiro e Gerardo Geremías, casado este último com umha sobrinha do político compostelano. Timoteo Sánchez Freire foi umha figura singular, um tanto valleinclanesca. Reputado em vida como modelo de “caballero cristiano”, relata-se que decidiu vestir-se de etiqueta para receber o Viático. A coincidência de competência profissional e profundas crenças religiosas marcou a orientação do manicómio de Conjo. O sucessor de Timoteo Sánchez na direcção do centro foi Juan Barcia Caballero (1852-1926), médico titular do Seminário Diocesano e de todos os conventos de clausura da cidade, além de médico pessoal do arcebispo cardeal Martín de Herrera. Barcia desempenhará também a cátedra de anatomia na Faculdade de Medicina. É conhecida a sua adscrição ao sector conservador do movimento regionalista que comandava Alfredo Brañas. Barcia Caballero desempenhará o cargo de presidente da Juventud Católica e do Ateneo León XIII além do de arquivista da Sociedade Económica de Amigos do País de Santiago, instituição com a qual colaborou intensamente no período 1882-1884. Foi parte também da Corporação municipal de Santiago e da Real Academia Galega.

A implicação de Olímpio Pérez no projecto hospitalar de Conjo supera a simples participação a título individual. Dous conspícuos clientes da banca Pérez, os irmãos José e Ramón García Mouriño, fôrom atraídos ao empreendimento pelo banqueiro. As relações privilegiadas de Olímpio Pérez com o Director Médico do Estabelecimento, Timoteo Sánchez Freire, som patentes.

No livro de Cuentas con Corresponsales, Tomo II, fólío 137, correspondente ao ano de 1907 que consultámos para comprovar a relación, encontrámos o seguinte assento referido a José García Mouriño:

01/07/1907: Participación en Conjo comprada a Timoteo Sánchez pesetas 32.998,56.

Na páxina 130 do mesmo volume están registadas as contas de Ramón García Mouriño e do seu irmao, ambas com assentos muito semelhantes, onde nom falta o de “participación en Conjo comprada a Timoteo Sánchez” com a mesma data e valor. Seria interessante rastejar a trajectória seguida por estas subscriçõs precursoras e a evolución do seu valor e rendimentos, mas, o que agora nos ocupa é a ampliação do círculo promotor a dous conspícuos correspondentes da casa. Os irmaos García Mouriño de Santiago eram, segundo opinión geral, retornados com importante fortuna e notável actividade financeira como demonstra a subscriçom de activos financeiros como títulos de dívida pública espanhola e americana, açõs de *La Toja*, ou da *Sociedad General Gallega de Electricidad* e mesmo de valores de fora, sempre menos atractivos para o investidor local, bem conceituados na época, como as *Resineras*. Operavam igualmente em praças estrangeiras e mantinham contas em libras e ouro no banco de Olímpio Pérez.

A gestom económica do Hospital estivo orientada, ao que parece, antes por consideraçõs de lucro do que por motivaçõs benéficas e asistenciais.

O emprendimento de Conjo tem umha dilatada presenza nas contas do banco. No “Inventário del activo y pasivo de la casa *Hijos de Pérez Sáenz*”, quer dizer, o balanço de situación em 30 de junho de 1897, podemos observar sob a rubrica de Manicomio de Conjo um saldo de 150.000 pesetas “por lo que hemos desembolsado para este negocio” o qual ascende a 189.750 pesetas no final do mesmo ano. O balanço de *Hijos de Pérez Sáenz* que encerrava o exercício contabilístico de 1900 fazia constar um saldo por esta rubrica de 234.333,33 pesetas. O balanço em 31-06-1902, referido já à razón social “*Olimpio Pérez*”, consigna um saldo devedor do Manicomio de Conjo por valor de 110.290,76 pesetas, mas acompañado de outro assento rubricado como “Segundo empréstito 5% amortizable, por lo desembolsado para subscribir este empréstito” por valor de 260.289,55 pesetas que interpretamos como pertencente à mesma operação. Surpreendentemente, nom conseguimos encontrar assentos

referentes a Conjo nos balanços de *Olimpio Pérez e Hijos* correspondentes aos anos de 1910 a 1914 sem que podamos explicar a anomalia. A posição devedora do Hospital emerge novamente no balanço do encerramento do exercício de 1915 que é um estado contabilístico importante porque serve de base à série posterior ao falecimento de Olímpio Pérez.

A desapareição transitória do registo contabilístico do investimento no Manicómio de Conjo entre os anos 1910 e 1914 talvez guarde relação com o acto de inscrição da nova razão social *Olimpio Pérez e Hijos SRC* efectuada em 29 de dezembro de 1909 vigente até a data da morte do banqueiro. A cessão parcial de 30% da propriedade do banco em favor dos seus herdeiros por parte de Olímpio Pérez, que pode ser constatada na relação testamentária do legado de Olímpio Pérez, comportou, como pode comprovar-se, a reserva a título próprio de certos valores, entre os quais se encontram o Hospital de Conjo e um conjunto de valores eléctricos galegos. A hipótese que podemos sugerir é que os valores descontinuados poderiam ter sido contabilizados em conta de ordem fora de balanço entre as que figuram como Valores Nominales de quantia total muito elevada e cuja investigação fica fora do campo de análise que nos propugemos abordar. Som contas de depósito de valores em custódia e administração da propriedade dos clientes.

A solenidade do cabeçalho escolhido para titular o balanço de março de 1915 põe de manifesto a formalidade que se pretende conferir ao acto de abertura do mesmo a fim de exhibir perante o Registo e a clientela a plena continuidade legal e legitimidade da firma:

“Inventario del Activo y Pasivo de la sociedad mercantil Hijos de Olimpio Pérez, que es la misma sociedad de Olimpio Pérez e Hijos con la única variación del nombre, debida al fallecimiento de nuestro buen Padre (sic) y socio Dn Olimpio Perez (qepd) ocurrida en Marzo de 1915, caso previsto en la escritura social y cuyo Inventario se refiere a las operaciones cerradas en treinta y uno de Diciembre de mil novecientos quince, sexto y primer ejercicio social”.

A rubrica “Préstamo al Manicomio de Conjo, importe de nuestros anticipos al mismo” reaparece com um saldo de 220.333,34 pesetas e já não experimentará modificações até o exercício de 1920. A partir deste ano, o saldo começa a decrescer de forma paulatina como prova do processo de amortização em curso.

A decisom de financiar Conjo e o volume comprometido no projecto constituem umha manifestaçom inequívoca do compromisso pessoal de Olímpio Pérez com a iniciativa. O grau de implicaçom alcançado no negócio assistencial e as suas vicissitudes mereceriam indagaçom complementar. Surpreende comprovar o grau de envolvimento de Olímpio Pérez na concessom de recursos a um empreendimento previsivelmente modesto em resultados dado que excluía à partida qualquer possibilidade de mais-valia futura e mal podia aspirar a outro retorno que nom fosse o simples cumprimento das remuneraçons pactuadas. As demoras constatadas na liquidaçom das mesmas, em consequência da acumulaçom de atrasos nos compromissos de pagamento com as Deputaçons, mostra que nem sempre este objectivo foi satisfeito. O teor económico do testamento de Olímpio Pérez é demonstrativo, para além de qualquer dúvida, do grau de compromisso de Olímpio Pérez com a instituiçom psiquiátrica. Talvez tenham pesado nesta operaçom, tanto ou mais que os motivos de índole crematística, os derivados das convicçons morais.

1.8 Olímpio Pérez, o final

O tom vital de Olímpio Pérez foi decaindo polo peso dos anos e os infortúnios familiares enquanto se ia apagando o seu interesse polo andamento dos negócios. A morte da sua esposa, muito recente ainda aquando da inauguraçom da Exposiçom Regional, foi um duro golpe que decidiu o banqueiro a pôr em ordem a sucessom empresarial da casa.

La muerte de su esposa Doña Asunción Esteso ocurrida en 3 de Noviembre de 1908 fue de un peso tan grande en su ánimo que ya no pensó desde entonces sinó en preparar las cosas de tal manera que, al ocurrir su fallecimiento, pudieran continuar sus hijos desenvolviendo los negocios de la Banca y a tal fin dirigió todos sus consejos y toda su experiencia y, de acuerdo con sus asesores jurídicos, dio en una fórmula maravillosa. Se quedó como jefe supremo al unir a todos sus hijos a los negocios y fue moldeando a su semejanza el criterio de los que le habían de suceder definitivamente algún día. (Apêndice 12, §28)

O golpe definitivo veu com a morte do último Olímpio da família, o seu filho mais novo de apenas vinte e dous anos.

Don Olimpio, que venía decayendo desde la muerte de su esposa, se vió más deprimido en esta época por dos desgracias; una de carácter familiar, la desaparición de su hijo más joven, que levaba su nombre, y fue devorado en pocos días por una terrible fiebre, falleciendo el 7 de Agosto de 1.914; y otra de carácter mundial, la

gran guerra europea que en aquel mismo mes invadía muchas naciones. (Apêndice 12, §36)

Era o final.

Aun seguía atendiendo con su habitual amabilidad a sus antiguos amigos y clientes, poco a poco cedía el trabajo a sus hijos y empleados; y sin especial afección se le vio perder energía y agilidad en principios del año 1.915. Por eso sorprendió mucho que un ataque cerebral extinguiese su vida en el día 7 de Marzo de dicho año. (Apêndice 12, §37).

Olímpio Pérez era na altura umha figura reconhecida na Galiza, mesmo fora dos círculos financeiros. Umha personalidade que ultrapassava o âmbito local. O seu falecimento provocou umha natural consternação como premonição do fim de ciclo que preludiava a guerra europeia recentemente desencadeada.

O exemplar de *La Voz de Galicia* da segunda-feira 8 de março de 1915 concedia um destacado espaço à morte na véspera do prócer compostelano. A notícia dividia o interesse informativo com informação económica da República Argentina e com um acto necrológico em honra de Curros Enríquez presidido por “el patriarca de las letras gallegas e historiador ilustre Sr. Murguía”. A coincidência está carregada de ironia histórica. O patriarca das letras era umha testemunha viva dos primórdios empresariais das casas Pérez e Simeón. A obscura estirpe dos comerciantes cameranos fora objecto de frontal desconsideração por parte do jovem cronista da Compostela romántica.

O óbito de Olímpio Pérez foi objecto de destacada atenção na imprensa como correspondia a sua reconhecida personalidade. Reproduzimos polo seu interesse documental no Apêndice 13 a nota necrológica que lhe dedicava *La Voz de Galicia*.

O legado empresarial de Olímpio Pérez -um substancioso balanço bancário alicerçado numha sólida rede de correspondências financeiras- passava agora a maos dos seus descendentes, comandados de facto polo sucessor mais competente: o genro do banqueiro, Marcelino Blanco de la Peña. O legado patrimonial foi distribuído equitativamente entre os sucessores como requeriam as normas consuetudinárias da casa. A importância legada superava os dous milhons de pesetas.

A sentida resenha de *La Voz de Galicia* bem pode valer de epitáfio social ao discreto banqueiro da Compostela *monterista*. Consegue transmitir com precisom a comoçom social causada pola notícia do falecimento. A nota necrológica nom esquece assinalar a grande amizade que unia a Olímpio com o Marquês de Loureda, Enrique Fernández Alsina, sobrinho do líder progressista radical corunhês Vicente Selensis. Enrique Alsina era esposo de Elvira Herce, filha do comerciante banqueiro Bruno Herce⁴⁹. O marquesado de Loureda fora-lhe concedido a Alsina pola fidelidade demonstrada a Amadeo I de Saboia, o venerado monarca de Montero Ríos. A amizade com Bruno Herce procedia da estreita vinculaçom de correspondência que tinha unido ao negociante corunhês com o fundador da casa e pai de Olímpio, Manuel Pérez. As linhas divisórias entre negócios e política e, dentro desta, entre ideologias encontradas eram tam fluidas na época como pode observar-se. Olímpio Pérez conseguiu finalmente concentrar reconhecimentos cruzados dentro da limitada rede das notabilidades oitocentistas que formavam a trama social das forças vivas do país.

A nota necrológica de *La Voz*, nom esquece mencionar que o derradeiro deslocamento do banqueiro compostelano à Corunha tinha sido em automóvel. O automóvel que conduziu a Olímpio Pérez e o cortejo que o acompanhava à Corunha era o *Daimler* da casa valorado no balanço de 1915 em 10.000 pesetas. O carro figurava já no balanço de 1910 por valor de 23.575 pesetas em cifra que se irá reduzindo por efeito da amortizaçom. O balanço de 1921 registará um novo activo de 70.000 pesetas polo valor atribuído a dous automóveis, *Hudson* e *Buick*. Umha homenagem de pós-guerra ao feitiço norte-americano. As notas da casa permitem observar o papel instrumental de valioso bem comum que desempenhava um automóvel nos vinte. Sem prejuízo de os veículos serem propriedade do banco, autorizava-se o seu uso particular aos sócios familiares, que dizer, os filhos de Olímpio Pérez, mediante abono de umha tarifa pactuada de 0,65 pesetas/km.

O deslocamento em trem entre Santiago e Corunha nom foi possível, como sabemos, até o ano de 1943, com o qual, a posse de um automóvel

49 Barreiro Fernández, X. R. (coord.), Tomo I, (2001): *Parlamentarios de Galicia. Biografías de Deputados e Senadores (1810-2001)*, Parlamento de Galicia e Real Academia Galega, Santiago. Para as biografías de Vicente Alsina Selensis e de Enrique Fernández Alsina, cfr. pp. 47 e 237 e seguintes.

até essa data distava de ser um assunto anedótico. Além da necessidade de poder dispor de um meio de transporte para as viagens a Corunha ou para apanhar o trem a Madrid desde essa cidade, o imperativo de prestígio impunha obrigações que não podiam ser desatendidas. Sabemos hoje que em 1900⁵⁰ só havia três veículos automóveis matriculados em Espanha e que na altura de 1930 apenas circulavam por Espanha 190.000 automóveis: 8 por cada mil habitantes (10 por mil na Alemanha empobrecida de Weimar), 36 em França, 38 em Grã-Bretanha, 222 nos E.U.A.⁵¹. A crescente necessidade de meios de auto-transporte na Galiza, tanto para atender à dispersão da rede de vilas de certa entidade como para conectar estas com as contadas linhas de ferro-carril disponíveis, dá lugar já na altura a um projecto industrial singular como foi o promovido por José Barro Polo. Carmona (2005) documenta a invulgar iniciativa de José Barros de estabelecer uma linha de transporte em automóvel para conectar toda a franja norte luguesa com a estação de Baamonde que permitia o acesso à linha ferroviária Corunha-Madrid. A linha começava a operar em 1906 com um ómnibus de 12 praças e marca *Dion Boutom*. Uma proeza empresarial para o tempo.

Os sucessores de Olimpio Pérez apressaram-se a informar do falecimento do banqueiro à ampla rede de correspondentes da casa, como também da continuidade da firma. Um impresso circular de 20-03-1915 aproveita a comunicação pública da perda “de nuestro muy amado padre” para informar à rede de correspondentes da mudança de denominação para a substituta de *Hijos de Olimpio Pérez* em aplicação de cláusula novena da escritura social outorgada perante o notário Jesús Fernández Suárez o dia 29-12-1909. A nova firma fazia partícipes aos clientes que “no obstante el irreparable vacío producido por la falta de nuestro venerado jefe” esta ia seguir operando sob a direcção dos três sócios gerentes que vinham gerindo a sociedade: Manuel com Julian Pérez Esteso e Marcelino Blanco de la Peña, cujas assinaturas se ajuntavam para geral conhecimento.

Especialmente significativas foram as resenhas publicadas nalguns dos diários sul-americanos de maior importância. Eram anos de auge do tráfico de remessas ultramarinas. Assim, *El Diario Español*, “órgano de los

50 García Delgado, José Luís (2002), *La modernización económica en la España de Alfonso XIII*, Colección Austral, Editorial Espasa Calpe, Madrid. A referência aparece na página 51.

51 Ministerio de Industria y Energía, C.D.T.I. (1988): *España, 200 años de tecnología*, Talleres Gráficos Hostench, Barcelona.

españoles en Uruguay”, como rezava o cabeçalho do diário, reproduzia com data de 7 de julho de 1915 a circular da nova direcção junto com umha breve resenha informativa da casa bancária compostelana “ampliamente conocida en toda Galicia, España y aun en América”.

O testamento de Olímpio Pérez permite-nos conhecer com precisom o património pessoal do finado, assunto um tanto árduo a priori devido a unha certa imprecisom na delimitaçom da achega patrimonial via fundos propios com a procedente de certos activos e contas de propriedade privativa do banqueiro dispersas nos balanços de *Olimpio Pérez e Hijos SRC*. O saldo íntegro da participaçom no manicónio de Conjo era, por exemplo, de titularidade exclusiva de Olímpio Pérez,.

Reunidos com ocasiom do acto de partilha os dez filhos herdeiros do finado concordárom a valoraçom que em seguida oferecemos. As partidas mais relevantes figuram no balanço cerrado a 31-12-1914.

QUADRO 102

Legado hereditário de Olimpio Pérez Rodríguez e da sua esposa.
Segundo a valoraçom realizada polos seus herdeiros em 19/06/1915
(Valores em pesetas)

I	Participaçom em “Olimpio Pérez e Hijos, S.R.C.”			868.171	42,9
	Em capital (70%)	700.000			
	No Fundo de Reserva (70%)	112.114			
	No Fundo de Previsom (70%)	56.057			
II	Haveres em efectivo			133.234	6,6
	Saldo em c/c a 31/12/1914	133.234			
III	Valores nominativos			242.658	12,0
	Empréstimos ao Manicómio de Conjo	220.333			
	10 açons do “Banco de España”	22.325			
IV	Valores ao portador			239.501	11,8
	100 açons preferentes de “Electra Popular de Vigo y Redondela”	50.000			
	100 açons ordinárias de “Electra Popular de Vigo y Redondela”, à par	50.000			
	19 obrigaçons de “Electra Popular de Vigo y Redondela”	9.500			

	118	ações da “Sociedad General Gallega de Electricidad”	59.000		
	89	ações da “Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago”	44.500		
	50	ações da “Sociedad Electro Hidráulica del Turia”	25.000		
	3	obrigações da “Sociedad Electro Hidráulica del Turia”	1.500		
	4	ações de “Minas de San Pedro”, em Lugo	1		
	39	ações de “Minas del Sar”			
V		Imóveis		507.342	25,1
		Imóveis em Santiago	297.200		
	2	casas nº 15 e 16 da Praça de Cervantes. Anexos em Rincones de Sam Miguel. Terreos na Almaciga para o serviço de água	250.000		
	1	casa nº 3 da rua de Fonterrabia	37.000		
	4	choupanas e dous branqueadores de cera na Costanilha do Monte	3.200		
	2	casas na rua do Rosário	1.250		
		participação nos terreos da Exposição Regional de 1909	5.750		
		Imóveis em Vila Garcia	195.142		
	1	casa adquirida a M. Casulleras, com o seu enxoval, no Bairro da Prosperidade	80.000		
	1	casa adquirida a Florentina Carril, no Bairro da Prosperidade	20.000		
		participação nos terreos de “Villagarcía Industrial”	95.142		
		Imóveis em Cessures	15.000		
		Armazem chamado da Factoria	15.000		
VI		Mobiliária e jóias	31.000	31.000	1,5
Total		Legado paterno, pesetas:		2.021.906	100,0
		Legado paterno reinvestido no negócio bancário		1.618.171	80,0
		Capital (70%):	700.000		
		Fundo Reserva (70%):	112.114		
		Fundo Previsom (70%):	56.057		

Valores nominativos:	242.658		
Imóveis:	507.342		
Legado paterno disposto polos herdeiros		403.735	20,0
Efectivo:	133.234		
Valores ao portador:	239.501		
Mobília e jóias:	31.000		
Legado materno reinvestido no banco na sua totalidade:		372.073	
Em capital (30%)	300.000		
No Fundo de Reserva (30%)	48.049		
No Fundo de Previsom (30%)	24.024		
Capital reinvestido em H.O.P. (S.R.C.) polos 10 herdeiros:		1.990.244	83,1
Património reembolsado aos herdeiros:		403.735	16,9
Caudal íntegro herdado de ambos os progenitores:		2.393.979	100,0

Tem interesse especial comprovar a nítida distinción patrimonial dos haveres achegados por vía paterna dos procedentes por vía materna.

A escritura de constituición de *Olimpio Pérez e Hijos, Sociedad Regular Colectiva*, razón social que vinha a substituír á precedente de *Olimpio Pérez*, adoptada por ocasión do falecemento de Cándido a começos de 1901, tem data de registo de final de 1909, pouco despois portanto do falecemento de dona Asunción Esteso e em pleno proceso de negociación das resultas da Exposición Regional.

Do caudal íntegro legado, mui próximo aos dous millóns catrocentas mil pesetas, atribuíam-se-lhe a dona Asunción Esteso Irigoyen o 30% dos fondos propios da compañía, por importe de 372.073 pesetas.

Outra circunstancia de índole persoal que merece ser mencionada é a revelación do papel protagonista de Marcelino Blanco de la Peña, esposo de Celestina Pérez Esteso, como herdeiro de pleno dereito na sucesión familiar em razón da cesión dos dereitos efectuada por Celestina com

conformidade expressa do resto dos irmãos. Marcelino confirmava assim o seu liderado tácito na companhia em reconhecimento explícito do papel de *primus inter pares* que vinha ostentando. A escritura de 3-05-1957 na que culmina a transformação da sociedade familiar em sociedade anónima reconhecerá-lhe a Marcelino Blanco a presidência do Conselho de Administração e Gerência do *Banco Hijos de Olimpio Pérez S.A.*, outorgando a Julián Pérez Esteso a Vice-Presidência, e Gerência a título solidário.

Marcelino Blanco não era um recém chegado ao negócio. Umha circular de 1º de janeiro de 1902 timbrada como *Olimpio Pérez, Santiago* e assinada por este, comunicava-lhe à clientela a dissolução de *Hijos de Pérez Sáenz* por “fallecimiento de mi socio y hermano Don Cándido Pérez Rodríguez” confirmando a assunção a título pessoal da totalidade dos direitos e obrigações da sociedade dissolta e a sua pretensão de continuar o negócio “por mi cuenta y bajo mi nombre”. Com tal ocasião fazia público dom Olimpio o nome dos seus apoderados:

He conferido poder amplio y general a mi sobrino y apoderado de la extinguida sociedad Dn Manuel de Andrés Pérez y a mi hijo político Don Marcelino Blanco de la Peña para que indistintamente me representen.

Ambos assinavam a carta como apoderados com Olimpio Pérez para geral reconhecimento.

O citado Manuel de Andrés Pérez era filho de Celestina, a irmã falecida de Olímpio Pérez e co-herdeira do negócio fundado por Manuel Pérez Sáenz. A aptidão de sobrinho para a actividade financeira parece ficar confirmada pela predilecção que mostrava por ele Olímpio Pérez em estrita paridade com Marcelino Blanco.

Breve deveu ser o efeito do apoderamento de Manuel de Andrés Pérez na firma que encabeçava o seu tio. Em 1909 o sobrinho decidia abandonar a colaboração privilegiada que mantinha com a casa Pérez para abrir a *Sociedade Regular Colectiva Perez y de Andrés, banqueros*. A existência da nova razão social com sede na mesma Praça de Cervantes 18, 19 e 20 pode comprovar-se nos anúncios inseridos na imprensa local, como *El Eco de Santiago*. A companhia acabaria quebrando finalmente em 1921, vítima do fatídico contexto contractivo dos anos vinte.

A herança de Dom Olimpio tem um manifesto viés empresarial se esquecemos a presença marginal, embora significativa, de bens raízes por

importe do 25% do património legado. Entre estas pertenças merece a pena observar a persistência das instalaçõs de procedência paterna, como o armazém chamado da Factoria, em Ponte-Cessures, e ainda mesmo a de bens procedentes do seu avó, o cereiro, como som as choupanas e branqueadores de cera na Costanilha do Monte e das casas da rua do Rosário, a carom mesmo do Cemitério de Sam Domingos. Outras propriedades como a participaçom nos terrenos de *Villagarcía Industrial* ou na Exposiçom Regional de 1909 tinham propósito mercantil ou talvez parcialmente promocional. Em qualquer caso, a destacada componente imobiliária revela as raízes económicas da casa e a persistência de activos, e talvez critérios, tradicionais no desenvolvimento do negócio. Mais da metade dos activos imobiliários concentrava-se, porém, na mansom familiar e as suas construções adjectivas onde nom faltam as instalaçõs de abastecimento localizados no bairro da Almaciga -relativamente afastados da residência domiciliária- que asseguravam o abastecimento de água à vivenda. A valoraçom asignada de 250.000 pesetas ilustra bem a importância deste activo, comparável em importe à carteira persoal de valores ao portador legados polo banqueiro: 239.501 pesetas, concentrados em empreendimentos relacionados com a economia industrial emergente na Galiza da época. A marcada implicaçom da casa na economia regional intensifica-se no caso da iniciativa ter sinal compostelano. O crédito concedido para a construçom do Manicómio de Conjo alcançava no momento do falecimento de Olímpio Pérez a cifra de 220.333 pesetas.

A distinçom implícita entre activos de propriedade do banco, quer dizer financiados pola totalidade do passivo, e activos propriedade dos sócios proprietários, distava de ser nítida e aponta a umha certa discricionalidade contabilística. O critério mais razoável seria o de limitar o património familiar aos fundos próprios do banco, excluídos talvez os fundos de previsom, ligados por natureza às perspectivas valorativas dos activos possuídos. Também formariam parte do património, como é natural, os saldos representativos das contas credoras de cada membro da família, em especial os depósitos netos de créditos dos que estes desfrutavam. Os restantes activos atribuídos a título persoal aos sócios proprietários deveriam ser objecto de registo em contas de ordem, de igual maneira que os valores em custódia de propriedade dos clientes da casa. Nom sempre se respeitárom estes princípios sem que tal facto diga nada em contra do rigor na contabilizaçom geral.

Além do contido económico, a herdança de dom Olimpio abre alguma perspectiva interessante sobre o novo cenário do banco e os equilíbrios que impunha aos novos sócios e gestores.

A primeira cláusula dos acordos da sucessom estabelece o destino do caudal herdado. Os fundos próprios do banco prévios ao falecimento de Olimpio Pérez ascendiam a 1.240.244 pesetas: 1.000.000 em capital, 160.163 pesetas em saldo do fundo de reserva e 80.081 pesetas do de previsom, segundo o balanço cerrado a 31-12-1914. Os herdeiros decidiam incrementar os fundos próprios do banco até 1.940.244 pesetas mediante umha ampliação de capital de 750.000 pesetas.

A decisom dos herdeiros de destinar a capitalização 750.000 pesetas suplementárias, demonstra um notável grau de implicação dos sócios no futuro da companhia, alentada talvez polos desafios e soçobras dimanantes da conflagração europeia. Os dez herdeiros reservavam-se a título persoal 403.735 pesetas, soma do saldo em efectivo legado por dom Olímpio, por importe de 133.234 pesetas, mais o importe dos valores ao portador, valorados em 239.501 pesetas, mais a mobília e jóias, por importe taxado em 31.000 pesetas.

A cláusula segunda do pacto estabelecia umha remuneração do 5% aos depósitos dos sócios encarecendo-lhes a conveniência de que “procuren conservar en sus cuentas corrientes los fondos que tengan”. Para o caso de precisarem recorrer ao crédito, a cláusula terceira do acordo estabelece que a dívida contraída nom deve superar as 25.000 pesetas e o tipo a aplicar seria do 5%, coincidente portanto com a taxa de remuneração concedida aos depósitos.

As cláusulas quarta, quinta e sexta fam referência à gerência da sociedade. Pola quarta modifica-se a norma de remuneração por gerência estabelecida na escritura fundacional de *Olimpio Pérez e Hijos, S.R.Colectiva* de 29-12-1909 que fixava esta em 25.000 pesetas. A partir do dia um de janeiro de 1916, acordou-se retribuir por importes iguais de 10.000 pesetas a Manuel, Julián e Marcelino Blanco na qualidade reconhecida de gerentes e com 5.000 pesetas aos “sócios y futuros gerentes”, Santiago e Miguel Pérez Esteso, totalizando em conjunto 40.000 pesetas anuais em retribuições em conceito de gestom. Para o ano em curso, a remuneração fixava-se em 25.000 pesetas distribuídas na proporção de 7.500 pesetas para os três primeiros e 1250 para os dous últimos.

A quinta e sexta cláusulas do testamento delimitavam as competências dos gerentes. A primeira delas autorizava-os a aceitar valores dos sócios em pagamento por imóveis ou para cancelaçon de dêvedas; a segunda concedia-lhes autorizaçon para contraírem e cancelarem hipotecas sobre os bens da sociedade. As eventuais transacções entre sócios, de carácter corrente ou *mortis causa*, valorariam-se segundo os preços que figuravam no inventário da herdança.

Umha impresom geral de estrito igualitarismo impregna o desenho da transmissom e futura gerência social nom obstante a manifestação preeminência concedida a Marcelino Blanco. O imperativo de equidade familiar parece ter prevalecido em qualquer caso sobre o de autonomia e incentivos inerentes à função gerencial

Na cláusula sétima os sócios referendavam todos os acordos consignados no Livro de Actas da sociedade *Olimpio Pérez e Hijos*, que precedera à nova razão social. Nom nos foi possível achar o livro original de actas, talvez por ter sido utilizado para a confecção da Memória do centenário e separado em tal ocasião do arquivo comum.

Finalmente, os sócios referendam o quinhom individual íntegro correspondente a cada um dos dez sócios: 239.397, 96 pesetas, décima parte das 2.393.980 pesetas em que tinha sido valorada a totalidade do legado de dom Olimpio.

Umha nota manuscrita de 18 de junho de 1915 acrescenta mais algum preceito de interesse. O confortável edifício familiar da Praça de Cervantes e dependências, valorado para a ocasião em 250.000 pesetas, é submetido a um gravame por renda anual de 300 pesetas os andares primeiro e terceiro “que habitarán María y Julián” e de 200 para o segundo e quarto, reservados para “Marcelino con su familia”. A renda fixada incluía os gastos de calefação e porteiro mas nom o consumo de electricidade para cujo controlo se previa a instalação de três contadores, incluído o correspondente à planta baixa e sótao ocupados polo escritório do banco. Non se consigna aluguer para este espaço ainda que si se contempla o conceito. No suposto de este ascender a 500 pesetas a totalidade do edifício suportaria um gravame de 1.000 pesetas anuais, 4% do valor do imóvel, inferior em todo caso ao rendimento habitual das contas correntes. As obras de acondicionamento acordadas para as três vivendas familiares fôrom-lhe imputadas á sociedade, o mesmo que os gastos de conservação.

As de melhora seriam já por conta dos inquilinos segundo se acordou. Menção especial merece a referência ao automóvel *Daimler*, propriedade da sociedade mas de uso colectivo: um sinal prezado dos tempos. Um flamante *Daimler* aparece referenciado do balanço de 1910 da casa compostelana com um valor de 23.574,85 pesetas que se arredonda até as 24.000 pesetas no exercício seguinte. A falta dos balanços de princípio de século, ignorámos a data exata da aquisição do veículo, que nom consta no balanço de 1902. Em 1915, ano da morte de dom Olimpio, o veículo, por efeito das amortizações sucessivas ostentava umha valoração de 10.000 pesetas que se mantém até 1917 em que sobe até 15.000 pesetas e, um ano depois, a 20.000, valor que conservará nos sucessivos balanços até 1920.



II

Sucessom familiar e negócio bancário





2.1 Três cenários da casa de banca Pérez. O contexto económico

Qualquer tentativa de analisar magnitudes económicas anteriores ao ano de 1954 tem o inconveniente de se tratar de um período carente de um enquadramento macroeconómico preciso, uma vez que é nesse ano que se inicia a moderna Contabilidade Nacional de Espanha, como recorda Prados de La Escosura (2003)¹ na sua introdução aos antecedentes históricos da estimação do PIB na Espanha. Contudo, não estamos desprovidos de referências macroeconómicas para datas anteriores graças a trabalhos econométricos estimativos da renda e outras magnitudes no período pre-estatístico, como demonstram os trabalhos de reconstrução das séries macroeconómicas espanholas, entre as que queremos destacar a oferecida por Carreras e Tafunell (2005)², obra da qual faremos uso e menção oportuna no nosso trabalho, especialmente em relação com a série de deflactor do PIB.

As magnitudes económicas cifradas em termos monetários que ilustram oportunamente a trajetória da casa Pérez requerem habitualmente um labor de contextualização prévio a qualquer tentativa de interpretação. Abordamos este problema recorrendo, quando preciso, a índices comparativos de uso habitual no trabalho historiográfico do tipo de salários imperantes, custo das subsistências ou preço de determinados fornecimentos industriais.

1 Prados de la Escosura, Leandro (2003): *El progreso económico de España (1850-2000)*, Fundación BBVA, Bilbao. Ver Prólogo.

2 Carreras, Albert; Tafunell, Xavier (coord.), (2005): *Estadísticas Históricas de España. Siglos XIX-XX*, Fundación BBVA, Bilbao, Volume III, Renta y Riqueza. Ver Presentación, pag. 1299. Esta segunda fonte desloca a fronteira pré-estatística para o ano de 1958

Umha problemática ligeiramente diferente é a que suscita a descrição da conjuntura geral dos negócios, tarefa na qual é obrigado recorrermos a indicadores descritivos da actividade comercial e financeira. É um assunto ao qual prestámos especial atenção, pola sua utilidade como contributo específico para um conhecimento mais apurado e preciso do nosso passado económico. Talvez, queremos crer, alguma das séries descritivas do longo percurso histórico tracejado pola casa Pérez podam ser de alguma utilidade para a delimitação das ondas conjunturais que afectárom o desenvolvimento económico da Galiza.

Quanto à problemática aberta pola necessidade de descrever a conjuntura dos negócios em que se viu envolvida a casa Pérez, figemos uso circunstancial e esperamos que pertinente dos indicadores ilustrativos da dimensão social da actividade económica, como a evolução da população urbana ou comarcal, a periodificação dos contingentes migratórios de saída e algum outro. Constituem pequenos desvios colaterais do nosso relato principal justificados, na nossa opinião, nom só polo imperativo de enquadrar adequadamente a evolução da actividade financeira da casa como pola sua utilidade para geral para complementar o simples relato cifrado que resume a sua trajetória.

Parece inescusável tentarmos situar o longo percurso do negócio familiar dos Pérez na conjuntura económica que lhe serviu de suporte em cada circunstância. Os períodos de crise e descontinuidade no clima dos negócios condicionam, em forma com frequência decisiva, o desempenho do negócio e a sua capacidade para aproveitar as oportunidades abertas ou contornar os perigos inerentes à situação. É no jogo entre o acidentado progresso da economia espanhola e a sua tradução numha economia excêntrica como a galega, por umha parte, e a capacidade de adaptação à mesma, onde se dirime o sucesso de um empreendimento económico de longa duração como o descrito pola casa Pérez. Infelizmente, nom é tarefa fácil, embora pretendemos superá-la da melhor maneira possível tentando situar o curso dos negócios na série de acontecimentos históricos mais marcantes, como foi a perda das últimas colónias, a evolução da legislação comercial e bancária, as vagas industrializadoras, a melhoria nas comunicações, a estabilidade dos preços ou a competitividade nos mercados externos.

Nom esta fora do lugar fazermos umha breve revisão da história das crises mais memoráveis que se abatérom sobre a economia galega e que

presidirom às primeiras etapas da casa, isto é, as crises de subsistência de meados do XIX. A escassez é com frequência um factor propício para a especulação comercial e para o uso lucrativo do capital.

O século XIX apresenta-se-nos pontuado por crises de subsistência, desnutrição e epidemias. A *Great Famine* que se abateu sobre a Irlanda no período 1845-1849 devido ao contágio dos cultivos de pataca polo fungo *Phytophthora infestans* tivérom o seu paralelo em muitos outros lugares e, naturalmente, na Galiza, embora o castigo da mortandade e o êxodo apocalípticos nom tenham chegado a alcançar na Galiza a dimensom que caracterizou a grande crise irlandesa.

Taboada Moure (1982)³ evoca os motins de 1835-1836 e a posterior crise de 1847 provocados pola conjunção dum conjunto de factores concomitantes onde se misturam más colheitas, práticas especulativas e situação de desabastecimento agudizado pola prática de acumulação de existências e os fluxos exportadores.

A dimensom global em que se inscrevem estes acontecimentos foi bem compreendida polos protagonistas mais informados da altura. O facto está bem documentado nas crónicas e relatórios da época. Sirva de exemplo o relatório dirigido ao Ministério da Governação polo chefe responsável pola administração política da Ponte Vedra no ano de 1847:

...cuando el hambre y la miseria cubren de luto la Irlanda, las orillas del mar Negro, algunos departamentos de Francia y otros países de Europa, preciso es que el gobierno cuente con los datos necesarios.

A mesma sensação de alarme pode ser vista em diversas publicações da época, como o Guia de Comercio de Madrid no seu número do mês de junho de 1847.

Relatórios oficiais sobre a situação de carestia dos graos, em aberta contradição com a bonança das colheitas, som habituais em 1847, como documenta Taboada Moure. As subidas imoderadas do preço das subsistências e os subseqüentes motins som atribuídos com toda a lógica à especulação comercial e à magnitude dos contingentes embarcados com destino à exportação.

3 Revista Grial, Anexo 1, Historia (1982), Editorial Galaxia, Vigo

É inevitável pensar na actividade comercial de Manuel Pérez e na importância adquirida polo porto de Carril durante todo o século. Nom foi sem motivo que a linha Santiago-Carril tenha finalmente constituído o acontecimento inaugural da rede ferroviária galega.

Citando como fonte de procedência a informação facilitada polo Administrador da Aduana de Carril, insere Taboada Moure a seguinte comunicação:

Los buques ingleses, el Mary, Enma, y Lagleque están cargando tranquilamente con el auxilio de la tropa que llegó desde Santiago y desde entonces hasta la fecha tienen a bordo el primero 4.600 ferrados de maíz, el segundo 2.200 y el tercero 2.000, siendo el cargador D. Manuel Pérez Sáenz del comercio de la ciudad de Santiago.

Foi este o contexto que presidiu aos primeiros anos da casa Pérez, junto com a muito diligente dedicação ao tráfego de cabotagem com posterior extensom do mesmo para os mercados americanos. O milho era na altura, por condições climatológicas e edafológicas, o cereal rei na Galiza, sem por isso descartarmos o centeio e o trigo, mercadorias de especial importância no tráfego do porto viguês, especializado em movimentar os excedentes do interior das províncias de Ourense e Ponte Vedra. O tráfego viguês tinha em Francisco Tapias Ferrer um destacado agente. Na altura, Tapias era um destacado correspondente da casa Pérez.

Maior ressonância alcançará a crise de subsistência de 1853-1856, devida neste caso à abafante penúria das colheitas de pataca e vide⁴. Umha conjuntura extremamente adversa que chegou a provocar motins que alcançárom a máxima intensidade no verao de 1855. A persistente memória que guardamos daquela dolorosa penúria alimentar chega a nós por via literária. O ano de 1853 passou à história como o *ano da fame* por ter sido imortalizado por Murguía no conto *Ignotus*, incluído em “Los Precursores” (1885). A ficção, descrita em tom marcadamente romântico, narra o encontro com um rapaz da aldeia que, assediado pola fame, baixa da montanha para Compostela. Quer a ficção murguiana que a narradora anónima da história seja a própria Rosalia.

4 Ver Rodríguez Galdo M. X. na Revista Grial, Anexo 1 antes citada: “Os efectos demográficos da crise de mediados do século XIX en Galicia”

A fome, o êxodo em massa e a mendicância fôram as consequências da situação de inanição generalizada. O ano de 1857 registrará novamente os efeitos da penúria alimentar maciça. A *Junta de la Caridad de las Cuatro Provincias de Galicia* remete um memorial à rainha Isabel II em 1857, onde expom:

Multitud de pueblos quedaron desiertos; no ya los mismos braceros, sino que cultivadores de una riqueza relativa para las condiciones del país, abandonaban sus hogares; solo la muerte y la desolación habitaba en ellos; legiones de mendigos asaltaban las poblaciones de alguna importancia; las raíces de los campos suspendían por algunos momentos los temibles efectos de la inanición; en tropel emigraban a provincias y reinos extraños, sembrando por donde transitaban el germen de la epidemia que el hambre había desarrollado en ellos, y los caminos públicos servían de lecho mortuario a más de un desgraciado⁵

A sequência de desabastecimento, auge do negócio comercial e de fretes com destino a mercados externos presidiu à primeira etapa da casa de banca e comércio de Manuel Pérez. A sua inevitável companhia foi a intermitente e sombria sequência de episódios de peste e de cólera que assoláram o tráfego marítimo e chegaram por vezes a desarticular a própria convivência urbana na Galiza. O do ano 1854 foi especialmente angustioso como em seguida veremos.

Barreiro Fernández, (1981)⁶ relaciona oportunamente as penalidades derivadas das crises periódicas de abastecimento que assediavam a população com o início da emigração em massa numa equação de resposta demográfica à crise alimentar que também experimentou a Irlanda. Referindo-se à gravidade da crise de 1855, que chegou a provocar escritos de protesto de numerosos municípios galegos perante o Congresso dos Deputados contra a impertérrita manutenção de gravames fiscais sobre uma sociedade “extenuada”, aponta Barreiro Fernández: “A partir desta derradeira grande crise de subsistências escomenza unha intensísima emigración a América (...) Esta crise pecha en certa maneira un período, o

5 *El Iris de Galicia*, 22-VII-1857. Citado por Carlos Sixirei (1999), Universidad de Vigo: “Los galegos en Cuba en el siglo XIX: cultura y regionalismo”, Revista de Historia Contemporánea, número 19, Universidad del País Vasco.

http://www.historiacontemporanea.ehu.es/s0021-con/es/contenidos/boletin_revista/00021_revista_hc19/es_revista/indice.html

6 Barreiro Fernández, X. R. (1981): *Historia de Galicia. IV: idade contemporánea*, Editorial Galaxia, Vigo. Ver “As crises agrarias e a conxuntura económica”, pág. 67 e seguintes.

desartellamento da economia tradicional galega, incapaz xa de cumpri-lo seu cometido”.

Na periodificação proposta por Barreiro Fernández, a crucial conjuntura do ano de 1855 inscreve-se numha segunda onda da economia oitocentista galega por ele denominada *a grande depressom* (1817-1856) que teria as suas raízes numha outra prévia provocada polo esgotamento do modelo agrário do XVIII e posterior prolongaçom nos episódios de crise de subsistência emergentes a partir do primeiro decénio do XIX. A periodificação e perfil específico das sucessivas ondas seculares admitem interpretaçons discordantes. O profesor Eiras Roel (1996)⁷ optou por dividir a primeira onda em duas fases: “Gran bache finisecular y revolucionario” (1790-1812) e a “Cubeta depresiva de fin del antiguuo régimen” (1812-1818)”. Mais surpreendente é a proposta de periodificação subsequente: “Recuperación decimonónica poscrisis” (1819-1838) e “Estabilización central del siglo (1840-1850) y -seguida de- crisis 1853-54”.

Como queira que decidamos ordenar o relato histórico, um facto parece prevalecer: a expediçom e tráfico marítimo de produtos alimentares e o posterior negócio de transferência de remessas ultramarinas assentam firmemente sobre as desventuras da economia popular galega no tempo de Manuel Pérez (*circa* 1847-1880).

Se a história inaugural do banco assenta nos recorrentes episódios de carestia, especulaçom e peste que pontuárom a história económica da Galiza anterior a 1855, a sua etapa de maturidade protagonizada por Olímpio Pérez a partir de 1880 inscreve-se no processo de modernizaçom do negócio bancário presidido polo protagonismo do *Banco de España* confirmado polo privilégio do monopólio de emissom de bilhetes (1874) e posterior desenvolvimento das suas competências monetárias com o estabelecimento do “billete único” e o serviço de transferências que acabou por sentenciar o protagonismo da letra comercial como instrumento de câmbio⁸. A extensom da rede de sucursais do Banco de España na Galiza: Corunha, 1874;

7 Eiras Roel, Antonio (1996): *La población de Galicia, 1700-1860*, Fundación Caixa Galicia, Santiago. Cfr. pag. 485.

8 Para as transformaçons derivadas da adopçom do bilhete único e a generalizaçom da operativa de transferências através da rede de sucursais do Banco de España seguimos de perto: Castañeda, Lluís (2.001): *El Banco de España (1874-1900). La red de sucursales y los nuevos servicios financieros*, Banco de España, Servicio de Estudios. Cfr. Especialmente pág. 87 e seguintes.

Vigo, 1885; Santiago, Lugo, Ourense e Ponte Vedra, 1886. delimitáron o novo campo de jogo no procedimento de satisfacção de dévedas com consequências imediatas no tráfego cambiário mediado pola banca. Som mudanças decisivas que marcam umha nítida fronteira entre a índole do negócio e *modus operandi* de Manuel Pérez e do seu filho Olímpio Pérez.

O terceiro cenário do negócio familiar dos Pérez abre-se com o falecimento de Olímpio Pérez em 1915, e vem marcado pola promulgaçom da Lei Cambó em 1921, que serve de preâmbulo a umha profunda transformaçom da estrutura e operativa do negócio bancário, com a progressiva homologaçom das condiçons operativas e do formato requerido para a documentaçom contabilística e nomeadamente das exigências de dimensom e solvência a que se vírom submetidos os estabelecimentos bancários.

A Lei Cambó abre a história da casa de banca Pérez posterior à morte de Olímpio Pérez na conflituosa conjuntura económica provocada polo fim da guerra europeia que finalizará em Espanha com umha guerra civil seguida por um experimento autárquico.

A crise pós-bélica europeia irrompe em Espanha em 1920 com a falência do Banco de Barcelona, seguida em 1925 pola de três importantes instituições bancárias do País Basco: *Crédito de la Unión Minera*, *Banco Vasco* e *Banco Agrícola de Bilbao*. As consequências na Galiza fôrom também agudas, mesmo no banco dos Pérez, que se viu abalado nos vinte por um incómodo episódio de perda de confiança na solvência da casa. Foi este contexto o que provocou a promulgaçom da *Ley de Ordenación Bancaria* de 29 de dezembro de 1921 e da lei de *Suspensiones de Pagos* de 26 de julho de 1922.

Nom parece evidente, polo contrário, até onde sabemos, qualquer repercussom na Galiza da conjuntura do boom da bolsa de valores conhecido na Catalunha como *fiebre d'or* (1881-1882) seguido pela depressom de 1882 com as suas seqüelas contractivas sobre os negócios e o tráfego comercial. O relativo atraso da economia industrial e financeira galega e a sua precária articulaçom económica com o resto do Estado terám talvez contribuído para a preservar das flutuaçons referidas.

A ditadura de Primo de Rivera (1923-1930) enlaça a conjuntura pós-bélica europeia com a crise do vinte e nove e posterior proclamaçom da

Segunda República e guerra civil. As contas de *Hijos de Olimpio Pérez* experimentarão uma severa erosão na sua liquidez e solvência que acabará superada pelo manto protector do denominado *statu quo* bancário que transcorre desde o imediato pós-guerra civil até o ano de 1962. Um período este já de carácter epigonal na trajectória da casa que comportou a progressiva desnaturalização do projecto de banca familiar que fica já fora do âmbito da nossa investigação.

O *continuum* temporal que une Manuel Pérez Sáenz com Marcelino Blanco de la Peña, passando por Olímpio Pérez Rodríguez, percorre três cenários e contextos económicos de características específicas balizados pelos anos 1880 e 1915. Constitui precisamente este lapso temporal de trinta e cinco anos o episódio central da casa protagonizado por Olímpio Pérez. Tanto o carimbo pessoal que Olímpio soubo imprimir ao negócio familiar como a sua capacidade de adaptação perante as profundas mudanças acontecidas neste período intersecular de trinta e cinco anos em que dirigiu a firma merecem esta consideração.

Três são provavelmente as principais mutações na prática económica e comercial que contribuíram para transformar em profundidade o negócio dos comerciantes banqueiros em que se inscrevia a actividade de Manuel Pérez: a generalização da moeda fiduciária e as transferências por conta bancária que sentenciam o enleado sistema de tráfego de letras comerciais e moedas metálicas como contrapartida das operações comerciais, a generalização da prática de aquisição e especulação com títulos da Dívida Pública que deu passo progressivamente à negociação com títulos empresariais de renda fixa e variável que serviu de base à expansão do negócio bolsista e, finalmente, a generalização das transferências ultramarinas à volta da virada do século, em consequência da consolidação de colónias ultramarinas de emigrantes e a extensão da prática da corresponsabilidade bancária tanto nacional como internacional. Todas estas inovações serão exploradas a fundo por Olímpio Pérez e servirão de base para a modernização do negócio familiar.

Contornaremos de momento o exame das mudanças ligadas à generalização do tráfego de títulos, valores e dos fluxos transferenciais que serão objecto de análise em capítulos à parte. Consideramos, porém, pertinente, deter-nos agora brevemente na questão da radical diminuição dos *custos de transacção* entre os agentes económicos que se deriva

da generalizaçom do bilhete único e da transferência por conta como procedimentos de compensaçom ou extinçom de dêvedas porque constitui, na nossa opiniom, umha autêntica linha divisória entre a prática bancária de Manuel e a do seu filho.

Já aludimos à concessom do monopólio de emissom de dinheiro ao *Banco de España* em 1874 e o sucesso alcançado polo seu *billete único* impulsionado pola extensom da rede de sucursais do banco emissor, que alcançou as cidades galegas entre 1874 e 1886, Castañeda (2001).

Os bilhetes ao portador do *Banco de España* eram tecnicamente notas promissórias, pagáveis à vista, a favor do portador, imediatamente convertíveis em dinheiro a requerimento deste. O direito era garantido polo Banco emissor através das suas reservas em moeda. O nascimento deste instrumento financeiro remonta ao Decreto de 19 de março de 1874 elaborado polo ministro da Fazenda José Echegaray, o qual concedia ao *Banco de España* o monopólio de emissom. Esta atribuiçom singular ao Banco central do sistema vinha a estabelecer a circulaçom irrestrita do *bilhete único* apoiada na densa rede de sucursais que pretendia cobrir a totalidade do território do Estado a fim de assegurar a circulaçom monetária sem travas na totalidade do território.

Houve que esperar, porém, quase um decénio ainda para culminar o pleno desenvolvimento do sistema de pagamento e assegurar a sua completa operatividade. Conseguiria-se esta, finalmente, com o estabelecimento do *serviço de transferências* através da rede de sucursais do *Banco de España*, que acabou conectando a totalidade das capitais de província num circuito único que garantia a circulaçom fiduciária interior.

O *bilhete* do Banco de Espanha e a sua plena mobilidade resolviam, entre outros problemas, o muito oneroso do transporte de moeda metálica que tantos quebrantos suscitara nos negociantes oitocentistas pola dificuldade de gestom das existências de moeda, os inevitáveis atrasos na satisfaçom de dêvedas e a frequência de perdas e roubos que é possível rastejar na correspondência comercial de Manuel Pérez.

Surpreende contemplar com a perspectiva actual as enormes dificuldades que devia enfrentar a operativa bancária relativa à actividade comercial —cobranças, pagamentos, gestom de créditos— em comparaçom

com o automatismo e segurança inerente ao serviço de transferências movimentadas pela rede de sucursais do *Banco de España* com base no bilhete único.

Veja-se, como exemplo, uma carta de pedido de ajuda de Manuel Pérez ao seu correspondente na Corunha Bruno Herce.

Sr. D. Bruno Herce, Coruña:

....

“Amigo, según decía a V. ayer me ha venido la orden de entregar aquí unos 2.000 \$⁹ y por separado me han dado buenos alcances a la Caja, amén de lo que me piden remesar en metálico a Villagarcía para atender la libranza de Buenos Ayres, de manera que me veo en un conflicto verdadero sin haber por desgracia a donde acudir y con valores en cartera para los que si hubiera tomadores me iría remediando en parte, pero no hay dinero para nada.

En este momento se me presenta D. José Antonio Fernández por quien confiaba hubiese V. podido remesarme los 30 o 40 Φ rs. que le pedía aunque por el corto tiempo desde la llegada del correo hasta la salida de este para acá no era fácil conciliarlo. Estimaré a V. que aunque sea por la silla correo, pero no por la del Poniente en falta de sugeto de confianza, [me envíe] hasta unos dos mil duros, a saber los 30 Φ rs de mi cuenta y el resto de la de V. En la posada de Ynsua debe estar D. Ramón Caula de esta, talvez saldrá para acá mañana, y si fuese posible podría aprovechar esta ocasión, ya que es a quién debo entregarle dicha cantidad con [carta de factura?], y fue a negociar papel sobre Bilbao y Ferrol.

Santiago 3 de Marzo de 1.854

Em carta de 9 de maio do mesmo ano, Manuel Pérez agradece o recibo de “*Ron. 30.000 cuyo paquete acabo de recibir por el mayoral a quién entregué un resguardo... para satisfacer a V. y le pagué el porte, los mismos que dejo a V. abonados en cuenta*”

O incessante tráfico de letras que caracteriza a prática comercial do XIX tem a sua causa imediata na escassez de numerário e nas dificuldades

⁹ Leia-se 40.000 reais. O símbolo \$ era de uso frequente na correspondência da época para figurar o *peso fuerte*, *peso de duro* ou *real de a ocho* com valor de 20 *reais de velhom* (dez moedas de 2 *reales de a dos* ou um *duro*: cinco pesetas de a quatro reais). Manuel Pérez solicita ao seu amigo nesta carta 40.000 reais, quantia que confiava ter recebido por meio de J.M. Fernández e que insiste em reclamar: 30.000 com cargo ao seu saldo credor -segundo interpreto- e os 10.000 restantes a crédito. Um símbolo semelhante a Φ é usado com frequência na correspondência comercial para representar milhares.

inerentes à provisão e transporte de moeda metálica. Sirvam um par de exemplos mais tirados da correspondência de Manuel Pérez do ano de 1854. Os descontos de papel comercial eram difíceis mesmo entre Santiago e Padrom, já para não falarmos de pagamentos ou reembolsos sobre Londres.

Sr. D. Bruno Herce, Coruña:

“...no suele presentarse aqui papel sobre Padrón, cuyo aprovecharía yo también para reembolsar algunos fondos a los amigos de la Riva y Sobrinos de Padrón y por lo mismo no es fácil lograr los 16 Φ rs. [*leia-se milhares de reais*] que V desea para ellos pero si casualmente apareciera alguna lo aplicaría a V. hasta dicha cantidad”

Santiago 12 de abril de 1.854

Com data de 3 de março, Manuel Pérez acusa a recepção a Herce de duas letras sobre Londres por valor conjunto de 590 libras. As letras, emitidas com vencimento de 60 dias, haviam-lhe sido endossadas por Herce com cargo a uma sociedade inglesa. No mesmo escrito, Manuel Pérez lamentava a falta de tomadores “para toda clase de papel...para girar a Barcelona que ya se ha hecho a 1% de daño y probablemente no tardará en perder mas”. Finalmente, vê-se na obriga de devolver as letras recebidas em endosso.

Sr. D. Bruno Herce, Coruña:

... Faltando aqui tomadores para Londres devuelvo a V. las £ 590 en 2/l que me remitió en 3/cte a fin de que anulando los endosos a m/o los negocie en esa anulando los endosos...pués yo ninguna ejecuté”

Santiago 7 de março de 1.854

O transporte físico de numerário para cancelar operações comerciais instrumentadas em papel representava um inconveniente maior que se agudizava pelas dificuldades de provisão e transporte de moeda metálica com os riscos inerentes de perda e roubo.

A este respeito, revelam-se muito significativas as cartas cruzadas entre Manuel Pérez e dois dos seus correspondentes mais significados na Galiza, Bruno Herce da Corunha e Francisco Tapias de Vigo entre os dias cinco e dez de abril de 1854. Em carta de cinco de abril, Manuel Pérez informava Tapias que já tinha atendido o seu filho, junto com o seu irmão

José Tapias, portadores ambos de umha carta pessoal do negociante viguês. Manuel Pérez confirma no escrito ao seu correspondente a entrega por esse meio de 83.000 reais ouro que contabiliza por conta de “ese amigo, Mariano Pérez...para que me hagan favor de entregar” [*a importância de 10.000 reais*], debitando a diferença até o total a Tapias [*polos 73.000 reais restantes*], enquanto espera receber umha remessa de Herce por conta dos Tapias que permitiria saldar a posição.

No dia 10 de abril, Pérez acusava a recepção de umha carta de Tapias em que este lhe comunicava o recibo dos 73.000 rs. em numerário [*quer dizer, em ouro*] e o conseqüente crédito na conta. Aproveita o ensejo para informar que finalmente decidira nom passar para desconto a Herce [*em posição devedora com os Tapias nesta ocasião, segundo interpretamos*] à espera de umha remessa em dinheiro procedente daquele a cargo dos senhores Tapias por valor de 40.000 reais: “...puedo remediarme mientras me remesa los 40.000 rs por el amigo Melgares u otro, siendo por, lo mismo lástima sufrir quebrantos pues *abunda cada dia mas* [*el papel*] s/ *Coruña sin tomadores*”.

No mesmo dia 10 de abril, Manuel Pérez confirma a Herce a recepção de 40.000 reais em ouro noutra carta, redigida nesse tom desinibido e amigável tam habitual entre ambos, onde se mistura em forma encantadora o ouro com a anedota familiar sem solução de continuidade:

Sr. D. Bruno Herce, Coruña:

...por tener a Celestina con un gran flemón no pensaba escribir a Vd pero habiéndome entregado el encargado de la silla Sr. Rioja un paquete de parte de Vd que contenía en oro 40.000 ron que suponiendo sean los consabidos por cuenta de los Sres Tapias...se los abono a estos en cuenta...

Santiago 10 de abril de 1.854

Em carta do dia seguinte dirigida aos senhores Tapias de Vigo, Manuel Pérez informa—os da recepção dos 40.000 reais remetidos por Herce esperando confirmação da posição devedora de Herce com Tapias a fim de poder creditá-los na conta deste. Finalmente, comunica-lhe que acaba de receber a confirmação da posição mútua que mantém com Herce, motivo para lhes creditar na conta 39.960 reais, deduzidos 40 reais de portes. O custo do transporte de numerário em silha-correio Corunha-Santiago comportava um gravame, como pode observar-se, de 1 %, comissom

considerável para umha simples operação triangular sem quase demora nem risco.

O impacto da rede de sucursais do *Banco de España* sobre a intrincada maranha de troca de cartas, reconhecimento de dêvedas, descontos por serviços e transferências de dinheiro metálico foi imediato e permanente. As sucursais das praças qualificadas de *bancables* adquirirom um papel protagonista em forma imediata como consequência do abaratação das transações através das mesmas. Outras consequências modernizadoras na prática operacional som as derivadas da oferta do serviço de arrecadação tributária por conta das Administrações e a simplificação das operações interbancárias devido à progressiva unificação das taxas de juro em operações de activo e de passivo na rede bancária. A classificação da solvência dos comerciantes da praça praticada polo *Banco de España* contribuiu também para homogeneizar os mercados financeiros e para os dotar de padrons de classificação e de critérios homologados.

Contodo, a vantagem talvez mais importante derivada da extensom da rede bancária pública foi o abaratação radical das transferências de dinheiro entre localidades e praças de toda Espanha. A circulação geral de bilhetes impulsionada polo *Banco de España* abriu um processo irreversível de simplificação balizado polo estabelecimento do bilhete único de 25 pesetas em 1882 e de 250, 500 e 1.000 em 1884. A pressom dos comerciantes e banqueiros madrilenos em favor da entrada em vigor imediata do bilhete único foi crescente, como assinala Castañeda (2.001, p.p. 93, 94); devido ao desejo imperioso que sentiam de travar a saída de moedas de ouro que serviam de contrapartida às volumosas aquisições de fornecimentos de todo o género procedentes do resto de Espanha em detrimento do lucrativo negócio de exportação do metal nobre.

A geral aceitação alcançada polo novo instrumento fiduciário de pagamento em todo o território do Estado facilitou extraordinariamente a circulação comercial tanto pola eliminação da necessidade de transportar moeda metálica entre localidades como pola radical vantagem de poder cruzar operações de cobrança e pagamento através das respectivas contas bancárias com compensação entre estas através do *Banco de España* tal como explica Castañeda (2001: 98):

Quando un cliente de una sucursal queria enviar una transferencia a un tercero, con domicilio y cuenta corriente en otra localidad, lo primero que se efectuaba era un

adeudo por el importe de la transferencia en la cuenta del librador, entregándole a cambio un resguardo que podía enviarse al beneficiario o librado. La sucursal que creaba el mandato de transferencia compensaba el adeudo al cliente con un abono a la cuenta corriente que mantenía con la oficina central, y no con la sucursal receptora. La sucursal receptora abonaba la cantidad del mandato de transferencia en la cuenta del cliente beneficiario y adeudaba a Madrid. (Castañeda, 2001, p. 98).

A liquidação automática de dévedas mediante operações em contas correntes de carácter mútuo permitirom pôr fim aos custos derivados da falsificação de letras, furto de moeda metálica, erros por desconhecimento da localização geográfica de destino das remessas de moeda metálica para compensar posições em bilhetes e dificuldades semelhantes. As vantagens das operações de compensação mediadas polo *Banco de España* experimentárom melhorias ainda com a autorização da simples troca de bilhetes entre praças determinadas — assi, Corunha-Oviedo, em 1880 — enquanto o valor facial dos bilhetes em circulação foi progredindo rapidamente: 25 pesetas em março de 1882, de 50 e 100 em maio do mesmo ano, de 250, 500 e finalmente 1.000 desde fevereiro de 1884.

A abertura da sucursal do Banco de Espanha em Santiago no ano de 1886, foi o princípio do final do tráfico de letras e moeda metálica pola banca da cidade.

A intermediação bancária de letras requeria umha complexa rede de informação e compromissos mútuos que se tornava agora desnecessária. Os saldos figurados em balanço de *letras a cobrar*, (para cobranças na praça própria), *a negociar* (endossadas à nossa ordem para serem cobradas em praça alheia) e de *letras a pagar* na própria praça prévia aceitação começam a declinar. A excepção a tal declínio fôrom, como era de esperar, as *letras a pagar* que embora conservem a sua função de satisfação de dévedas por conta de outrem (endossos sob a fórmula *meu giro a seu cargo*) vam deixando lugar progressivamente ao seu uso como meio de transferência a favor de familiares residentes na comarca santiaguesa emitidas desde outras praças, cada vez mais das grandes colónias galegas de além-mar.

A mudança experimentada no tráfico de letras registado pola casa Pérez a partir de 1886 é espectacular. Examinemos a evolução dos saldos líquidos consignado nos balanços de fim de ano. A análise da magnitude

dos movimentos no ano nos livros maiores seria com certeza mais surpreendente ainda.

QUADRO 201

Impacto da modernização bancária promovida pelo *Banco de España* no tráfego cambiário da casa Pérez. Saldos em balanço no fim de ano

Saldos	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898
A pagar	94.687	98.165	52.556	88.126	46.132	81.752	116.397	158.852	110.386	149.772	178.466	200.838	340.346
A cobrar ou negociar	359.168	330.926	328.228	145.837	70.908	95.804	126.666	89.505	108.257	50.327	47.841	74.976	65.669
Rácio	0,26	0,30	0,16	0,60	0,61	0,85	0,92	1,77	1,02	2,98	3,73	2,68	5,18

Nota: *Letras a pagar*: saldo passivo; *Letras a cobrar e a negociar*: saldo activo líquido de eventuais saldos passivos de letras a negociar.

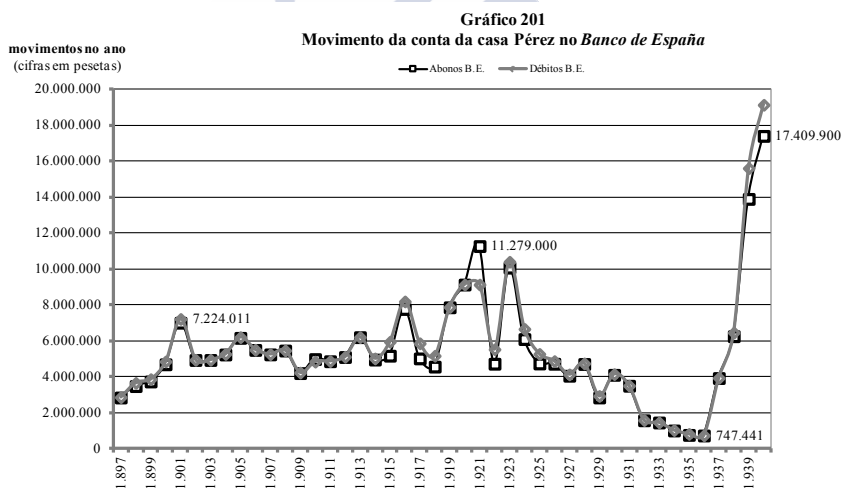
Um exame do Libro número 1: *Efectos a negociar desde el 1º de Enero de 1885 al 2 de Marzo del año 1886*, numerados de 1 a 4.909, permite pôr de manifesto a natureza das letras a cobrar em praça alheia. Trata-se de letras livradas quer na Galiza (Vila-Garcia, Vigo, Corunha...), quer no resto de Espanha (Barcelona, Madrid, Burgos...) e mesmo no estrangeiro (Londres, Birmingham, Manchester, Liverpool, Sheffield... Lyon, Paris, Berlim, Génova, Nápoles... Buenos Aires, Valparaíso...) à ordem de *Hijos de Pérez Sáenz* ou de outros banqueiros, remetidas mediante endosso (*José Pastor y Cia*, *Simeón García*, *Banco Franco Español*, *Crédito Español*...) ou através de correspondentes comerciais e financeiros da casa santiaguesa (*Vidal Quadras* ou *Jover y Cia.* de Barcelona, *C. Jaquet* de Bilbao, *Herce y Cia* da Corunha, etc.). Os livrados destas letras eram devedores por vários motivos situados em praças espanholas ou estrangeiras. As operações de endosso sucessivo podiam dilatar mais ou menos a cadeia de transmissom e cobrança. Foi este tráfego o que experimentou umha involucom precipitada em virtude dos novos serviços financeiros que oferecia o *Banco de España*.

A utilização da sucursal do *Banco de España* em Santiago por parte da casa Pérez foi imediata e crescente em intensidade. Os movimentos creditados na sucursal do banco público por conta da casa Pérez originados por remessas enviadas para desconto ou por pagamentos procedentes da liquidação das mesmas cresceu em forma rápida até 1901 em que a soma de movimentos debitados ou creditados alcançou os 7 milhons de pesetas. Segue-se depois um período de estabilização de nível mais baixo, que flutua entre 4 e 6 milhons, até o início da Primeira Guerra Mundial, momento em que os movimentos se amplificam de novo remontando até

os 10 ou 11 milhões para ir caindo a continuação em forma sistemática até 1936. Neste ano, o conjunto de operações anuais debitadas ou creditadas nom chega a alcançar já as 750.000 pesetas. Quantias todas consignadas em pesetas correntes. A guerra civil disparou finalmente as transações através do *Banco de España* até níveis insólitos.

Interessa destacar que os movimentos de débito e crédito da casa Pérez na sucursal do *Banco de España* resenhados no gráfico 201 e procedentes dos correspondentes livros maiores da casa Pérez, guardam uma estreita correlação mútua que aponta para a imediata compensação de débitos e abonos a fim de evitar a acumulação de saldos significativos como exige um uso eficiente dos recursos.

GRÁFICO 201



Que nível de actividade desempenhava a Galiza no conjunto da economia espanhola no novo serviço de transações do *Banco de España*?

Castañeda (2001: 119, 120), proporciona as séries que permitem visualizar tanto o peso da Galiza nas transações do *Banco de España* como a contribuição de cada uma das sucursais galegas. Julgamos relevante a informação para efeitos de caracterizarmos a potência económica relativa da Galiza nos anos finais do XIX.

A preeminência da Corunha sobre Vigo é manifesta nesta primeira fase da implantação do serviço de transferências, como também a de Santiago

sobre Lugo, Ourense e Ponte Vedra. Talvez o peso das transferências corunhesas pudesse estar potenciado pela concentração dos fluxos orçamentais públicos naquela cidade. Quanto à ponderação da Galiza nos movimentos transferenciais do conjunto de Espanha talvez possa correlacionar-se com o seu peso em termos de produto económico gerado a finais do XIX. Surpreende constatar a elevada ponderação atingida nos anos posteriores a 1897, relacionada talvez com o fenómeno de repatriação de capitais ultramarinos.

QUADRO 202

Transferências transmitidas pelas sucursais do Banco de Espanha na Galiza
(Valores em milhões de pesetas)

Ano	Corunha	Santiago	Lugo	Ourense	Ponte Vedra	Vigo	Galiza	Espanha	% G/E
1884	9,2						9,2	539,7	1,70
1885	12,5					3,9	16,4	849,9	1,93
1886	12,3	1,0	0,3	1,1	0,3	8,2	23,2	989,5	2,34
1887	17,7	5,8	2,1	6,5	2,5	10,4	45,0	1.076,8	4,18
1888	18,7	7,4	2,6	5,7	2,8	13,5	50,7	1.198,3	4,23
1889	22,4	10,9	3,8	7,2	4,4	15,9	64,6	1.463,2	4,41
1890	24,8	11,2	3,6	7,0	3,9	21,0	71,5	1.674,6	4,27
1891	24,4	11,0	3,9	7,4	3,6	16,6	66,9	1.665,1	4,02
1892	25,2	10,8	4,5	6,5	3,3	13,4	63,7	1.576,5	4,04
1893	25,6	12,7	5,7	8,1	5,3	13,9	71,3	1.653,4	4,31
1894	28,5	13,2	6,2	8,3	6,7	15,9	78,8	1.646,8	4,79
1895	30,1	14,9	6,7	2,1	6,5	16,4	76,7	1.797,5	4,27
1896	42,3	15,7	7,0	8,8	8,3	18,2	100,3	2.015,0	4,98
1897	93,8	15,6	7,7	10,4	9,7	18,1	155,3	2.328,2	6,67
1898	58,7	16,5	8,0	11,1	11,1	21,0	126,4	2.772,5	4,56
1899	59,3	19,4	10,0	13,6	11,8	25,1	139,2	2.957,1	4,71
1900	58,7	21,1	10,3	14,2	13,4	30,6	148,3	3.330,6	4,45

Fonte: Castañeda (2001). Elaboração própria.

Reservámos aos capítulos correspondentes o tratamento de outros sinais de mudança de indiscutível importância para a caracterização do grau de modernização atingido pela economia galega. Em tal sentido, faremos alguma referência à revolução operada nos transportes, desde o veleiro que servia de veículo comercial a Manuel Pérez até o vapor que propiciou a emigração maciça e em definitiva ao posterior afluxo

de remessas que marcou a gerência de Olímpio Pérez (Capítulo V), e naturalmente, à mutação normativa na prática bancária introduzida pela Lei de Ordenação Bancária promovida pelo ministro da Fazenda Francesc Cambó no de 1921 (Capítulo VI).

Resumimos brevemente no seguinte quadro os marcos biográficos, linhas de força que orientáram a gerência em cada período e contexto económico que lhe serviu de envolvente.

QUADRO 203

A casa Pérez, um esquema sintético da sua trajectória.

Gestor	Razom social	Núcleo do negócio	Contexto
Manuel Pérez Sáenz [29-05-1807→12-03-1880]	<i>Manuel Pérez Sáenz</i> [1847→1880]	1850-1880: Comércio de cabotagem e ultramarino. Financiamento operações, veleiros, especulação sobre mercadorias.	Leis de relações comerciais ultramarinas de 1882. Concessão do privilégio de emissão ao <i>Banco de España</i> (1874) e extensão da sua rede de sucursais e dos serviços de transferência.
Olímpio Pérez Rodríguez [≈15-04-1841→7-03-1915]	<i>Olímpio Pérez</i> [1-01-1902] <i>Olímpio Pérez e Hijos, S.R.C.</i> [1-01-1910]	1880-1915: Tráfego de remessas ultramarinas. Abertura do 1º Livro registo de remessas (1885). Começo dos investimentos em carteira. Em 1884 abre sucursal em Compostela o Banco de Espanha. Instalação da câmara couraçada Fichet (1906).	E.U.A.: Bill McKinley de 1890. Perda das colónias. Crise finissecular. Grande Guerra europeia. Emigração maciça. Intensificação do fluxo de remessas..
Marcelino Blanco de la Peña & Julián Pérez Esteso	<i>Hijos de Olímpio Pérez</i> [20-03-1915] <i>Hijos de Olímpio Pérez, S.R.C.</i> [1-01-1919]	1915-1957: Fortes investimentos em carteira. Custódia de valores. Problemas conjunturais e cambiários derivados do pós-guerra europeu.	Crescimento industrial, electrificação. Crise pós-bélica europeia. Guerra civil espanhola. Autarquia: 1939-1959. Acentuação da excentricidade económica da Galiza.
Rafael Gil Casares	<i>Hijos de Olímpio Pérez, S.A.</i> [3-05-1957] <i>Banco de Crédito e Inversiones S. A.</i> [27-12-1964]	1959-1964: Adaptação passiva ao estatuto de banco local.	Perda de relevância da firma no mapa bancário espanhol contemporâneo.

2.2 Manuel Pérez: comércio e banca

A primeira etapa da casa decorreu sob a direcção de Manuel Pérez Sáenz durante o período 1847-1880, se atendemos à tradição familiar que decidiu celebrar o centenário da sociedade no ano de 1947, como podemos comprovar na Memória comemorativa redigida por tal ocasião.

Os primeiros trinta ou quarenta anos da companhia protagonizados por Manuel Pérez têm um sinal inequivocamente comercial que permitem caracterizar Manuel Pérez como um típico comerciante-banqueiro. A actividade bancária era, de facto, uma emanção ou actividade de apoio à actividade comercial, à maneira de suporte financeiro em momentos em que o comércio de certa envergadura se via confrontado com as tarefas de cobrar, assegurar, assegurar crédito circulante e descontar e negociar letras como servidão necessária do negócio de compra e venda e arbitragem de preços entre praças mais ou menos afastadas.

Parece oportuno ensaiar um breve relato do período de nascimento da casa Pérez para contar com uma melhor perspectiva das mudanças sobrevindas no último quartel do século e a sua virada para o XX que é a etapa que protagoniza Olímpio Pérez.

Começamos a revisor com uma breve olhada a dois balanços representativos do negócio de Manuel Pérez nos anos centrais do XIX. O primeiro, ilustrativo da primeira etapa do negócio —uma década posterior apenas ao casamento do negociante camerano com M^a Antonia Rodríguez Arijón, em 15 de maio de 1837— e o segundo já assente o negócio sob a exclusiva responsabilidade de Manuel Pérez depois de falecida a sua esposa a 6 de fevereiro de 1852. O lapso decorrido entre ambos os momentos demonstra o franco crescimento experimentado pelo negócio naqueles tempos de penúria que Manuel Pérez tinha aprendido a manejar com inegável sucesso.

QUADRO 204
Balanços de Manuel Pérez

Balanços: Saldos, em reales de vellón	31-12-1844		31-12-1858	
Dinheiro em Caixa	55.326		66.059	
Papel-moeda no meu poder	1.456			
Papel-moeda em Guardamino de Madrid	9.053			
Bilhetes (letras desde 1857) a receber			415.895	
Devedores por contas	80.313		426.908	
Acções sociedades			10.687	
<i>Mercadorias gerais (*)</i>	18.719		45.000	
Mercadorias ambulantes e expedições			438.213	
<i>Barcos, dinheiro e grossa ventura para os mesmos</i>	32.709		389.783	
Imóveis	50.000		253.102	
Mobiliário, alfaia, roupa, joias	27.695		74.919	
Bilhetes (letras) a pagar				314.640
Credores por conta		38.663		1.774.293
Capital matrimonial (**)		127.051		
Utilidades líquidas acumuladas (***)		109.556		31.633
Total	275.270	275.270	2.120.566	2.120.566

(*) Em posse de Rodríguez, de Ponte-Cessures, durante os primeiros exercícios

(**) “De mi esposa”, a partir de 1852

(***) “Mi capital liquidado”, a partir de 1852.

O saldo registado em 1844 como “papel-moeda em Guardamino de Madrid” consistia em títulos de dívida pública e alguns cupons avaliados a preço de cotação. Podemos considerar o assento como antecedente da carteira de valores que tanta importância estava chamada a cobrar a partir do início do século XX. As letras a receber som um activo em franco crescimento nos anos cinquenta do século XIX, como é possível observar.

Embora as linhas mestras do negócio se mantenham — armazém de mercadorias gerais, barcos a *grossa e ventura*¹⁰ e conceitos semelhantes —

¹⁰ O empréstimo a *la gruesa ventura* — do latim *nauticum Fœnus* — é um contrato de mútuo pelo qual o prestamista entrega dinheiro ou fornecimentos a um armador para realizar um transporte

a dimensom do empreendimento experimenta umha notabilíssima taxa de expansom nos catorze anos decorridos, próxima a 50 % anual¹¹.

Chama a atençom a brusca contracçom aparente experimentada polo capital comprometido no negócio: 236.607 *reales de vellón* em 1844 para suportar uns activos de 275.270 r.v. (cobertura de 86 % dos activos possuídos) contra apenas 31.633 r.v. (cobertura de 1,5 % dos activos) em 1858; umha estrutura financeira, esta última, altamente alavancada e de manifesta fragilidade. A razom da aparente descapitalizaçom da companhia reside na rubrica *credores por conta* e mais precisamente na contribuiçom para o negócio do sogro e da esposa de Manuel Pérez. A partir de 1856, Manuel Pérez acede à herança integral da sua esposa com a única restriçom de preservar o quinhom correspondente aos seus filhos, Celestina, Olímpio e Cândido. Como sabemos, depois de ter ficado viúvo, Manuel Pérez decidiu casar de novo com umha sobrinha sua, Ramona García Pérez, da qual nom tivo descendência¹². O apoio do seu sogro, Francisco Rodríguez Arijón, no florescente negócio familiar nom admite dúvida; dele procede em em última instância o capital do *start-up* do próspero empreendimento.

marítimo com a obrigaçom de o titular da nave pagar ao prestamista o *preço do risco* — *pretium periculi* — se a viagem conclui felizmente; caso contrário, por naufrágio ou por qualquer outro motivo, o prestamista perde capital e juros.

11 $2.120.566 = 275.270 \cdot (1 + 14 \cdot \alpha) \rightarrow \alpha = 0,48$

12 García López, Alfonso (2003): *La actividad bancaria en Galicia. Desde el catastro del Marqués de la Ensenada a la Ley Cambó*, Editorial Lex Nova, Valladolid. Da obra, fonte imprescindível de informaçom notarial relativa às casas de banca galegas, obtivemos o dado de que o segundo matrimónio de Manuel Pérez se celebrou a 4 de junho de 1865 quando ele contava 58 anos e a jovem esposa 26. Ramona García Pérez morreu em 20 de março de 1883, três anos depois de Manuel Pérez.

QUADRO 205

Participação de Rodríguez Arijón e a sua filha no financiamento inicial de Manuel Pérez.

Ano	Contributos da família política		Conta de credores	%
	Esposa	Sogro		
1845			38.663	
1846		56.897	208.306	27,3
1847		176.000	307.355	57,3
1848		59.000	136.368	43,3
1849		320.000	1.357.424	23,6
1850		360.678	2.518.055	14,3
1851		445.548	955.136	46,6
1852		410.923	1.081.984	38,0
1852		410.000	905.704	45,3
1853		437.282	1.172.646	37,3
1854		500.000	836.717	59,8
1855		500.000	1.028.868	48,6
1856		652.934	1.098.462	59,4
1856		652.686	1.195.067	54,6
1857	333.266	649.042	1.738.131	56,5
1858	333.266	648.721	1.774.293	55,3

O exame da composição dos activos possuídos por Manuel Pérez no início da sua actividade de comerciante-banqueiro oferece uma boa perspectiva da estrutura do negócio. Examinemos a composição das existências em armazém assim como do capital comprometido nas embarcações que constituíam a base logística do mesmo.

A essência do negócio estribava na adequada gestão do valioso capital circulante ou corrente comprometido nas operações comerciais em curso — cereais, azeite, feijão, cera, álcoois, xabão, farrapos — movimentado através da frota mercante disponível em regime de propriedade. O sucesso da estratégia financeira do banco residia na sua habilidade para detectar margens de comercialização prometedores entre

praças com capacidade de procura confirmada e especialmente no mais cuidadoso manejo do fluxo de adiantamentos e cobranças.

QUADRO 206

Activos comerciais de Manuel Pérez. Ano 1844

Mercadorias gerais	Barcos, dinheiro e <i>gruesa ventura</i> para os mesmos
14 <i>fardos de bezerrihos</i> em poder de Conradi	<i>Gruesa a ventura</i> no Brillante
<i>Azeite</i> , 2 pipas	Gastos para viagem
<i>Azeite</i> , 5 1/2 pipas	Brillante , Queche (5/8 → 31/12/51: 1/2)
<i>Cereais</i> em poder de Obaya: Cessures	Bergantim San Agustín , a minha oitava parte
Embarcadas: mercadorias no mar	Seguro viagem a Havana
Embarcadas: 200 barris <i>farinha</i> , Corveta M ^a	A minha metade na <i>gruesa</i>
Victoria, despachadas Fco Díaz, consignadas	San Agustín, Bergantim
Havana	Quechemarim Tres Hermanos , (1/3)
Embarcadas: 250 barris <i>farinha</i> , Corveta San-	<i>Gruesa a ventura</i> no Tres Hermanos
tander, despachadas Fco Díaz, consignadas	Tres Hermanos, Quechemarim (1/3). Perdido em Se-
Havana	túbal (31/12/1851)
Embarcadas: 822 3/4 <i>ferrados feijom</i> , Queche	Bergantim Olimpio , a minha metade
Tres Hermanos (a 14 1/2)	<i>Gruesa a ventura</i> no Olimpio
<i>xabom</i> Málaga, 40 Caixas em poder do mesmo	Olimpio, bergantim, (1/2). Naufragou em Sitges
Mercadorias várias, existências	(20/02/1851)
<i>Milho</i> em poder de Fedrico Huth y Cia, Lon-	Tigre , galeom, de Cessures, (1/2)
dres, em participaçom com Bruno Herce, (1/4)	Tigre , bergantim, (5/8 mais <i>gruesa</i>)
<i>Milho</i> em poder de Guimerá, Tenerife	Esperanza , quechemarim, (1/2 → 3/4 desde 1855)
<i>Milho</i> , 2400 <i>ferrados</i> em poder de Díaz de	Alerta , quechemarim (1/2). Destruido exercício em
Santiago	1851, valor dos restos
<i>Papel contínuo</i> , 100 remessas	Leon , bergantim (1/4, em propriedade desde 1857)
<i>Papel de Tolosa</i>	Celestina , bergantim-goleta, (1/2)
Quatro meias pipas vazias em poder Rodri-	Joven Celestina , (1/2)
guez, Cessures	M^a Victoria , corveta, (1/6)
Sacos usados, para feijom, 145 (a 4 1/2)	
<i>Trapo</i> , 532 @ galegas, em Cessures a 19 ron/@	
<i>Trigo</i> , 674 1/4 <i>ferrados</i> em Cessures	
<i>Mercadorias gerais</i> : 838 3/4 @ cera, a 7 3/4	
<i>Mercadorias gerais</i> : 130 dúzias de <i>fraldas de</i>	
<i>algodom</i>	
<i>Mercadorias ambulantes</i> : 54 <i>pipas</i> & 8 <i>novas</i>	
<i>vazias</i> polo Brillante	
<i>Mercadorias ambulantes</i> : 31 <i>pipas aguardente</i>	
& 1 vazia, em poder Obaya	
<i>Mercadorias gerais</i>	
Expediçõs (passageiros e mercadorias)	
<i>Mercadorias ambulantes</i>	

A aventura empresarial de Manuel Pérez desenvolve-se no convulso período que vai da decretada maioria de Isabel II em 1843 ao sexénio revolucionário 1868-1874 que acabará desembocando na restauração monárquica em favor de Alfonso XII promovida por Martínez Campos um ano depois da abdicação de Amadeu de Saboia em 11 de fevereiro de 1873.

Economicamente, o quadro que emoldura a trajetória do comerciante banqueiro gravita em torno à regulação e progresso do comércio de cabotagem¹³, e a intensificação do tráfego ultramarino. O primeiro como mecanismo de articulação progressiva dos mercados regionais espanhóis, o segundo como prolongação do tradicional tráfego colonial. Como mercados estrangeiros mais próximos, os de França e Inglaterra nunca deixaram de manter o seu atractivo para uma economia aberta ao mar como era a galega. O acesso aos mercados americanos adaptava-se ao quadro regulatório promulgado nos primeiros oitenta para reger as relações comerciais com as “províncias de Ultramar”¹⁴. A legislação em vigor, que tentava preservar as vantagens da metrópole no tráfego comercial ultramarino, logo se viu ameaçada pelo conhecido como Bill McKinley (1890) e encontrou o seu fim definitivo com a perda das últimas colónias em 1898. A América perdia rapidamente o destacado papel que detinha no tráfego comercial externo de Espanha para adoptar o de fornecedora de remessas. O negócio do bergantim transformou-se logo no negócio da emigração, como chegou a ser conhecido.

Galiza gozou de um estatuto notável na distribuição do tráfego comercial de cabotagem. Galiza, certamente, não fazia parte do núcleo central da rede portuária espanhola, mas, contudo, a sua presença pode considerar-se proporcionada ao grau de desenvolvimento que tinha na altura. O tráfego de cabotagem constituía no tempo um imperativo inescusável da actividade comercial, dada a extrema precariedade das rotas mercantis alternativas como a estrada e o ferrocarril.

13 Frax Rosales, Esperanza (1981): *Puertos y comercio de cabotaje en España, 1857-1934*, Banco de España, Servicio de estudios, Estudios de Historia económica, n 2. Com documentação sobre movimento em portos galegos.

14 Torrejón Sánchez, Juan (2007): “El comercio exterior y las políticas proteccionistas” assim como “El nuevo comercio colonial español en el siglo XIX” em González Enciso, Agustín e Matés Barco, J.M. (coord.), (2006): *Historia económica de España*, Ariel, Barcelona, capítulos 10 e 11.

Carente de carvom e de indústria algodoeira — como o norte de Espanha ou Catalunha — os portos da Corunha, Vigo, Ferrol, Vila-Garcia e Riba d'Eu nom conseguírom certamente alcançar um posto destacado nos fluxos espanhóis de cabotagem mas si manter umha desafogada posiçom proporcionada à capacidade comercial da sua área económica no período 1857-1920 com umha quota de 7,17 %¹⁵ A posiçom da Galiza no tráfego de cabotagem mede-se bem com a das Astúrias — Gijon, Avilés, San Esteban de Pravia — que detêm quota de 4,34 %— ou com a da área vasco-cantábrica — Bilbao, Santander, Donóstia, Pasaia, Zumaia — que detinha na altura 9,10 %. Naturalmente, nem o peso económico nem a excentricidade da Galiza em relaçom com os mercados de oferta e destino das mercadorias permitirom que os portos galegos pudessem competir em importância com os da Catalunha (22,7 % de quota), Levante (19,5 %) ou Andaluzia (22,25 %). Em todo o caso, o facto de Vila-Garcia manter um volume de tráfego de cabotagem significativo a partir de 1857 constituiu um factor relevante no desenvolvimento do negócio mercantil de Manuel Pérez, como é possível confirmar na sua correspondência comercial.

O comércio exterior de Espanha durante o XIX inscreve-se nas tortuosas vicissitudes da política arancelária do país, sujeita à constante polémica entre proteccionistas e livre-cambistas e às necessidades arrecadatórias do erário público, inveteradamente insuficiente, assi como aos vaivéns das alianças internacionais. As travas ao tráfego comercial por via marítima nom se limitárom, como é óbvio, às restriçoms derivadas de imperativos normativos ou políticos; as mudanças experimentadas pola tecnologia do transporte no mapa dos fluxos comerciais internacionais através das mutaçoms exercidas sobre os padrons de oferta e procura tivérom também importância decisiva. A referência imediata que vem à mente a este respeito é a mutaçom experimentada no mapa de fluxos comerciais internacionais referentes ao comércio de gado vacum. Galiza, que contava com umha provada capacidade de oferta e boa localizaçom geoestratégica, aproveitou quanto pudo estas vantagens comparativas para abrir umha janela de

¹⁵ Frax Rosales, Esperanza (1981), pág. 46. Para os grandes portos peninsulares, cfr. Frax Rosales, Esperanza. (1987): *El mercado interior y los principales puertos, 1857-1920*. Banco de España. Servicio de Estudios. Estudios de Historia Económica, nº 15, 1987. Madrid

negócio com a GramBretanha. O professor Carmona Badía¹⁶ abordou o seu estudo que permite demonstrar que o negócio que remontava ao ano de 1842 atinge a maturidade no período dos sessenta aos noventa do século XIX, com picos da actividade que chegam a alcançar as 60.000 cabeças em 1877.

A crónica familiar dos Pérez fai referència pontual a este fenómeno cem anos depois do seu início sem esquecer o seu contexto e impacto financeiro:

En el año 1847 el incremento fue notable, acaso comenzó entonces la exportación de ganados a Inglaterra que dió algunas pérdidas pero fue una de las causas mas determinantes del depósito bancario y por tanto de las operaciones inherentes a este negocio. En efecto, para comprar reses se enviaban por las aldeas “trinquillones” que concertaban el precio y conducían los animales al puerto de Carril, pero el cobro lo efectuaban los aldeanos en Santiago. Como muchos no querían ir cargados de dinero -en bastantes años monedas de oro- preferían dejarlo en poder de Don Manuel, que extendía los correspondientes resguardos, terminando por emplear los fondos en valores del Estado.

A procura británica de vacum procedente do sul tivo um porto de referência em Carril e também no Porto, cujas docas canalizavam remessas de gado procedentes da faixa sul da Galiza. Nos anos 90, morto já Manuel Pérez, interrompeu-se este fluxo por causa do desenvolvimento do tráfego marítimo entre a Argentina e a GramBretanha, potenciado polas inovações introduzidas no comércio de ultramarinos e a adopção das técnicas frigoríficas nascidas na França e desenvolvidas à escala continental nos Estados Unidos da América (Chicago).

A correspondência comercial de Manuel Pérez com os seus parceiros americanos abunda em referências a transacções em produtos de procedência pecuária, como o *tasajo* (*charque*) e os coiros. A progressiva especialização dos Pérez em actividades estritamente financeiras, paralela ao abandono das operações de arbitragem comercial, tem muito a ver com a reestruturação das redes de abastecimento e da tecnologia do transporte produzida nos últimos decénios da virada do século XIX para o XX.

A actividade comercial de Manuel Pérez, tanto peninsular como ultramarina, baseava-se na arbitragem em mercadorias a partir da cuidadosa ponderação dos preços imperantes entre as diferentes praças.

¹⁶ Carmona Badía, Xan (1982): “Sobre as orixes da orientación exportadora na produción bovina galega. As exportacións a Inglaterra na segunda metade do século XIX”, Grial Anexo 1, Editorial Galaxia, Vigo.

Produtos alimentares como o *tasajo* — carne salgada e fumada à maneira de *cecina* (*carne de sol*) — farinhas, álcoois, café, fôrom objecto de comércio activo com os países sul-americanos desde meados do XIX. O sucesso da arbitragem comercial dependia da avaliação dos preços relativos entre a praça de expedição e a de destino mas também do eficiente aproveitamento das cargas de retorno. A dificuldade de contar com informação precisa sobre qualidades e preços imperantes superava-se com um diligente labor de pesquisa através da rede de correspondentes e informadores situados nas principais praças comerciais espanholas e portos americanos. A instrumentação das operações de arbitragem obrigava com frequência a organizar complexas transacções de sinal triangular que implicavam habitualmente uma praça espanhola — imprescindível para garantir o retorno — e uma ou duas americanas para aproveitar diferenças de preço mediante operações de arbitragem.

Nos anos quarenta do século XIX, Manuel Pérez dispunha de uma frota de veleiros de variado género financiados e geridos mediante contas participadas com destacados comerciantes das rias especializados no tráfego de cabotagem. O livro maior, com data de abertura de 14 de dezembro de 1841, que documenta o lapso temporal 1845-1847, dá conta de embarcações como o bergantim *San Agustin*, “mi octava parte”, comprado a um certo Agustín Rodríguez de Cádiz, dos *quechemarins Brillante*, “mi cuarta parte” e *Tres Hermanos*, “mi tercera parte” ou de um galeão participado com Antonio Rodríguez Obaya de Cessures, avaliado em 3.000 reais de velhom. O *bergantim Olimpio*, avaliado em quase 5.000 reais de velhom, estava partilhado a 50 % com Martínez e Hijo. Consta também um saldo devedor com Bruno Herce da Corunha por valor de 697 reais e 17 maravedis por um seguro de viagem a Cuba com retorno. As contas de armazém rubricadas como “Mercancías generales en mi poder” ou “Mercancías en el mar y ambulantes” som suficientemente expressivas da índole do negócio.

O tráfego comercial ultramarino alcançou uma notável grau de sofisticação nas técnicas de arbitragem e selecção de praças de destino com objecto de otimizar as expedições. Examinemos algumas operações correspondentes ao ano de 1854.

Um exemplo singular é uma operação triangular com mercadorias procedentes do Brasil destinadas a Marselha e submetidas a direitos

alfandegários portugueses e trocas de informação pertinente acerca dos preços em vigor e da conjuntura comercial. Uns parágrafos da carta de 6 de março de 1854 dirigida por Manuel Pérez a *Aranaga y Bryan* do Rio de Janeiro podem servir de exemplo.

“...Quedo también impuesto de su determinación, de acuerdo con el Capitán del *Tigre*, de fletar este a L 4 y 5% de capa por tonelada para llevar a Marsella un cargamento de café, del cual tenía ya a bordo unos 800 sacos...”

“...A pesar de lo subidos que están los vinos en los puntos productores, siempre deben dar en ese mercado un florido resultado...”

“...Los cueros van escaseando cada día más y, por lo mismo, el primer cargamento que llegue conseguirá fácil colocación sobre 4 reales libra”.

No mesmo dia, o diligente negociante camerano remetia carta a *Forlades e Companhia* de Lisboa, solicitando-lhe o envio de “*los aranceles vigentes de importación y exportación del imperio de Brasil*” a fim de “*poder calcular con más acierto y ver si me anima a aprovechar ese mercado como deseo*”. Imediatamente, comunicava a sua intenção a *Aranaga y Bryan* em carta expedida no mesmo dia.

As operações desenhadas implicavam com frequência a mais de um país americano e comportavam o estabelecimento de convénios de financiamento-ponte em praça inglesa. Podemos encontrar exemplos deste tipo de operações nas cartas trocadas nos meses de março e maio de 1854 com correspondentes sediados em Montevideu — *Cruzet y Fernández* — Buenos Aires — *Jaime Llavallol e Hijos* — Havana — *Antonio de la Forriente* — e Liverpool como praça financeira de compensação ou *clearance* e asseguração das cargas.

Por carta de Manuel Pérez dirigida ao seu correspondente em Montevideu, o senhor Cruzet, de 6 de março, o negociante compostelano comunicava ao montevidiano que o valor debitado, fruto da expedição do *Pedro Antonio*, deveria ser saldado mediante o envio de *tasajo* para Havana ou em papel sobre Londres. Aproveitava Manuel Pérez a carta para se congratular pelo preço alcançado pelos vinhos na praça de Montevideu, circunstância que poderia animá-lo a empreender alguma operação apesar dos altos preços imperantes em Espanha e da desproporcionada escalada no custo dos fretes. Queixava-se, porém, o banqueiro, do elevado preço dos coiros em Montevideu, facto que obstaculizava na sua

opiniom a eventual importaçom lucrativa dos mesmos, nom obstante o desabastecimento observado em Espanha. Lamentava finalmente Manuel Pérez a carestia das carnes na capital uruguaia, que o obrigava a ponderar a possibilidade de cobrir margens comerciais, no caso de umha eventual remessa para Cuba.

As conjunturas bélicas faziam sempre parte do cálculo comercial. Numha carta de 3 de abril dirigida ao seu correspondente em Havana, o senhor Forriente, aproveitava Manuel Pérez para lhe transmitir interessantes consideraçons sobre os preços da farinha em Santander e sobre a sua intençom de vender o *bergantim Leon*; a tal fim demanda ao seu correspondente a informaçom requerida sobre o preço do *tasajo* em Havana a fim de analisar a viabilidade de umha possível expediçom de tal produto desde Montevideu, em combinaçom com a firma *Cruzet y Fernández*. Caso de ser preciso instrumentar a hipotética operaçom em forma de liquidaçom a prazo “*se servirá Vd hacer el descuento para emplearlo en retorno de azucar pués, por lo que dejo dicho de los sucesos de Oriente de la inminente guerra, prefiero este medio al de Londres y Paris en letras...*”

O avisado negociante compostelano era plenamente consciente das previsíveis consequências da guerra da Crimeia¹⁷, que ameaçava enfrentar na altura franceses, britânicos, piemonteses e sardos junto com os contingentes do próprio Império Turco numha frente comum contra o Império dos Románov em 1854-1856. Espanha vai experimentar, como sabemos, os efeitos estimulantes do conflito em forma de demanda acrescentada de exportaçons de trigo¹⁸, com os correspondentes lucros extraordinários nos meios cerealistas. Fôrom aquelas circunstâncias, que acabariam provocando, aliás, o desabastecimento no mercado interno e o incremento dos preços de consumo, as que iriam despoletar um clima de profundo mal-estar popular e revoltas sociais. Apesar disso, foi o tempo dourado dos interesses cerealistas, que acabariam cunhando o adágio: “*Agua, sol y guerra en Sebastopol*”.

17 Menchén, M^a Teresa (1983): “La neutralidad española ante la guerra de Crimea”, *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n^o 4, Editorial Universidad Complutense, Madrid. “Entre 1853 y 1855, la exportación de granos españoles pasó de 431 millares de quintales métricos de los años 1849-1852 a 1.737 en el período de 1853 a 1856”, p. 108 op. cit.

A carga de carne curada de Montevideu acabaria sendo remetida finalmente para Havana, segundo comunicação de Manuel Pérez a *Antonio de la Forriente* em carta de 2 de maio. Na missiva, informava o seu correspondente na Ilha da saída do bergantim *Amistad*, capitaneado por Manuel Ascorra, com 4.500 q.q. de *tasajo* “*de mi cuenta, a consignación de Vd según lo tenía prevenido*”. Aproveita Manuel Pérez o ensejo para elogiar a qualidade do produto e a excelência da embarcação com recomendacom expressa de tomar “*este mi encargo con todo interés, incluido el retorno en los términos indicados*” acompanhada de comentário circunstancial perante as perspectivas certas de confrontaçom bélica: «*Con los asuntos de Oriente se perjudica mucho el comercio por lo que todo está en expectativa de lo que luego sucederá entre los países beligerantes próximos a entrar en campaña...*”

O apoio operativo das praças británicas ao comércio ultramarino constituía umha prática habitual. Umha carta de Manuel Pérez a *E. Zuilchembart y Cia* de Liverpool, datada em 21 de abril, informava o agente da iminente operação de remessa de 4.500 quintais de carne de *tasajo* de Montevideu para Havana por valor de 19.000 \$ (pesos), estimados em 4.000 £ (libras esterlinas). Manuel Pérez comunicava ao seu agente inglês a intençom de liquidar a diferença entre os 19.000 \$ de valor da remessa e os 13.500 \$ que o seu consignatário cubano lhe devia —“*unos 5.700 \$, equivalentes a 1.000 ou 1.200 libras*”— em própria estimaçom, através da conta corrente que mantinha com o agente, a cujo efeito o instruía de que “*...llegado este caso se sirva acoger los giros con cargo a mi cuenta y aviso para (mi) gobierno*”. A operação quadrangular Montevideu-Havana-Liverpool-Santiago de Compostela rematava com um pedido de informaçom ao seu agente britânico sobre preços e condiçons do asseguramento de envios, caso de serem intermediados pola sua agência.

O ambiente dos negócios era hostil e conturbado, nom só polas incertezas inerentes à navegaçom distante como também polo castigo das pandemias da cólera-morbo que se abatérom sobre Espanha ao longo de todo o século XIX, com especial incidência no litoral e cidades portuárias¹⁹.

¹⁹ Os primeros casos da doença fôrom detectados em Vigo em janeiro de 1833. Em Barcelona, está documentado um surto quase simultâneo. Pouco depois, a pandemia iria espalhar-se por toda Espanha. De Vigo, a peste se propagou pola faixa costeira da provincia. A ilha de Santo Antom acolheu, junto com a adjacente de Sam Simom, as tripulaçons suspeitosas, de quarentena,

O negócio comercial ultramarino nom estava isento de contratempos. Sirva de exemplo a carta de 18 de fevereiro de 1854 remetida à razão social *Viuda de Francisco Díaz*, de Santander. No escrito, Manuel Pérez requer a mediação da negociante cántabra em nome próprio e do comum amigo de ambos, José Ignacio Eleízegui, com vistas à possível venda de um *bergantim* aproveitando a sua aportada em Santander:

Hace tres años que en unión de otro amigo de Santa Eugenia construimos a todo coste el bergantín nombrado León cuyo porte aproximado es de 250 toneladas aunque no consta registrado mas que por 208, forrado y empernado en cobre. Este buque salió el 5 crte de Vigo para ese puerto con azucar...

O banqueiro compostelano prossegue a sua exposição:

Habiendo sucedido la desgracia de morir en ese viaje en La Habana el Capitán que lo mandaba, a cuyo fin se había construido por las buenas propiedades y honradez que le distinguían, siendo además hijo del principal armador, el indicado amigo de Santa Eugenia, de acuerdo con el mismo hemos dispuesto aprovechar la ocasión de la ida a ese puerto para ponerlo en venta pues teniéndolo a la venta no dudamos que tanto por sus buenas propiedades, su hermosura, solidez y buen equipo...

Mas os mais dolorosos infortúnios que ameaçavam a casa de banca compostelana e qualquer morada familiar na Galiza daquele tempo eram as epidemias de cólera-morbo, de ocorrência imprevisível e efeitos devastadores. O copiadador de cartas examinado, identificado com o número 17 na coleção da casa, tem data de encerramento a 7 de novembro de 1854. Conforme este livro copiadador se aproxima do final, o terror da cólera varre qualquer outra preocupação até se converter em tema obsessivo da correspondência.

Muito significativa do clima de medo imperante pela ameaça de umha temida vaga de cólera é a carta de Manuel Pérez a Bruno Herce de 25 de abril deste ano. Alude às “alarmantes notícias de Pontevedra” enquanto confia em que “estos fuertes vientos del nordeste nos preserven de tan

especialmente navios em rota americana. As instalações chegaram a converter-se em facto diferencial e vantagem competitiva para o porto viguês. O terror desatado em Espanha pela epidemia chegou a provocar matanças de frades acusados de causar a doença por envenenamento das águas e suspeitas generalizadas sobre médicos, boticários e aguadeiros. A epidemia de 1855 afectou amplas zonas do interior da península com devastadoras consequências. Algumas cidades como Madrid procedêram a renovar o seu sistema de saneamento de águas. Foi este contexto o que impulsionou o Canal de Isabel II.

molesto huesped”. Dous dias depois, em 27 de abril, comunica-lhe que na vila de O Grove “pasan de 80 enfermos y veintitantos muertos” e que “llega el coche de Pontevedra huyendo de aquella desolación...”. No dia 3 de junho transmite a Bruno Herce a perda de “el mas pequeñito de mis niños, en poco mas tiempo que 24 horas, de un ataque cerebral”. Nos seguintes dias, rememora com obsessiva frequência a morte de “mi paquito, el mas pequeño de mis niños”.

Umha carta de 30 de julho a Bruno Herce — destinatário privilegiado das confidências pessoais do comerciante camerano nestes dias funestos — comenta Manuel Pérez a força da cólera em Santa Uxia de Ribeira e arredores, “pero hasta ahora parece que solo se ceva en los infelices miserables, tal vez por la mala calidad de los alimentos.”

Aproveita Manuel Pérez a carta de 9 de outubro dirigida ao mesmo correspondente para o informar da visita que acabava de realizar a Bilbao, onde tivera ocasiom de ver o “Brunito” junto com “Ricardito Jubes y el mio, ya uniformados”. “Su aspecto y robustez — comenta com satisfação — no podían ser mejores”. Pouco durou o encantamento. Chegado à Galiza, Manuel Pérez, tivo de passar a noite no Portazgo, evitando entrar na Corunha, sem quase poder conciliar o sono — segundo confessa ao seu amigo — devido às notícias recebidas “más acá de Lugo, por un amigo que entró en el coche”. As notícias aludiam à declaração da “terrible epidemia” na Corunha. No dia seguinte, 10 de outubro, Manuel Pérez remete outra carta ao seu amigo lamentando a notícia recebida de que um sobrinho de Bruno Herce fora atacado pola epidemia: “Las noticias que han ido llegando son muy tristes y desconsoladoras, asegurándose que ayer hubo más de cien casos... Por aqui a Dios gracias seguimos sin novedad pero con temor por lo que ahí pasa, así que no hay ánimo para nada ni se piensa en otra cosa”.

As cartas dos dias seguintes ponhem a Herce ao tanto da morte por cólera de amigos comuns na vila de Melide aonde se tinham deslocado fugindo da epidemia.

A correspondência de finais do mês de outubro abunda em notícias de apressadas fugas para aldeias próximas de famílias inteiras que fugiam da peste. Fisterra, Camarinhas, Bergantinhos nom foram alcançadas ainda. “Me han dicho hoy — comenta Pérez ao seu amigo Herce em carta de 24

de outubro, com a esposa de este já encamada — que el Sr. Atocha y el Sr. Loriga se han retirado con sus respectivas familias a unas aldeas y que se les manda por coche diariamente las provisiones, hasta el chocolate...”.

Manuel Pérez oferece a sua casa aos Herce. No dia 27, informa-o da sua intenção de abandonar Santiago com toda a família e as ordens que tinha decidido transmitir a Bilbao para que, no caso de se estender até ali a epidemia, levassem o seu filho para o interior da província. A cólera, como as mercadorias, viajava polo mar.

A carta de Manuel Pérez do dia 30 de outubro vai dirigida já ao seu prezado amigo Eduardo Santos:

Antes de leer la estimada de V. de ayer ya presentí su fatal contenido... me hizo verter lágrimas abundantes (....) Lo mismo sucedió a mi familia, especialmente a mi hija Celestina que no pudo contener sus sollozos (...) todavía abrigaba la esperanza (...) al ver llegar el coche en el parador donde estábamos esperando a nuestros queridos huéspedes y hallarme sin ellos ya concebimos (sic) que la hora fatal había llegado pues ni carta siquiera venía, y preguntado a uno de los pasajeros (sic) me aseguró que, efectivamente, había sucedido esta mañana la catástrofe.

Tratava-se da morte da esposa de Bruno Herce. O sentimento que impregna a missiva tem o tom inequívoco da sinceridade comovida, do pânico e da impotência ante a desgraça omnipresente. Nunca como entom a prosa mercantil dos livros copiadores de cartas voltou a aparecer tam tingida de desânimo e terror.

Em 1880, falecia Manuel Pérez legando a sua fortuna aos três filhos que lhe sobreviveram. Ficava excluída do acervo hereditário a metade do património particular gerado com posterioridade ao falecimento da sua primeira esposa, dona Antónia Rodríguez Arijón. A parte excluída da transmissom devida aos seus filhos — deduzida da corrente afluente à continuidade do negócio familiar — constituía o quinhom da sua segunda esposa, a camerana Ramona Garcia Pérez que ficava viúva e sem descendência. A massa patrimonial legada em herdança por Manuel Pérez aos três filhos sobreviventes, tanto por via materna como paterna, alcançava um valor total próximo das 700.000 pesetas. Delas, 227.277 procediam de Antónia Rodríguez Arijón. A viúva de Manuel Pérez ficava, no entanto, com 326.719 pesetas, quantidade superior, como pode comprovar-se, à afluente a cada um dos três filhos herdeiros do falecido.

As setecentas mil pesetas com que reiniciava a actividade bancária a segunda geração dos Pérez encabeçada por Olímpio Pérez constituía um capital suficiente, embora não possa ser apelidado de esplêndido se comparado com o milhom e quatrocentas mil pesetas com que Manuel Pérez operava nos seus últimos anos. O capital de reinício com que contava o relevo geracional estaria ainda sujeito à diminuição decorrente do falecimento de Celestina (1881) e, anos depois, de Cândido (1901), que deixavam herdeiros próprios com direitos sobre o património familiar.

QUADRO 207

Herança de Celestina, Cândido e Olímpio procedente dos seus pais, Manuel Pérez Sáenz e Antónia Rodríguez Arijón e do seu avô materno Francisco Rodríguez Arijón
(Valores em pesetas de 1880)

Testador	Data falecimento	Valor	Conceito	Manuel Pérez Sáenz (*)	Celestina P. R.	Cândido P.R.	Olímpio P.R.
M^a Antónia Rodríguez. Arijón	6-II-1852	42.745 346.545	Dote e património próprio Comunhão de bens adquiridos com M.P.S.	10.686 216.591	10.686 43.318	10.686 43.318	10.686 43.318
Francisco Rodríguez. Arijón	10-II-1856	307.706	Património próprio		102.569	102.569	102.569
Capital afluente de Antónia Rodríguez Arijón		696.996	Partilhada e distribuída em 8/05/1836	227.277	156.573	156.573	156.573
Sáenz Manuel Pérez	12-III-1880	227.277 472.304	Por herança do primeiro matrimónio Por património acrescentado, líquido				
Capital afluente por via paterna (**)		699.581	Inventariado em 12/03/1881		233.194	233.194	233.194
Capital legado por ambos os progenitores		1.396.577			389.767	389.767	389.767

(*) O quinhom de Manuel Pérez Sáenz procedente do seu matrimónio com Ramona Rodríguez Arijón incorpora a herança do seu filho Francisco, morto depois do testamento da sua mãe e avô.

(**) O capital líquido legado aos seus filhos por Manuel Pérez Sáenz por ocasião da sua morte tinha a seguinte origem e cargas:

- Procedente do seu matrimónio com Antónia Rodríguez Arijón
227.277
- Acrescentado até o seu segundo matrimónio
153.027
- Bens adquiridos no seu segundo matrimónio com Ramona García Pérez (653.438/2)
326.719
- Total antes de impostos
707.023

- *Imposto de sucessons e legados*
7.441
- *Massa líquida a distribuir entre os três filhos sobreviventes*
699.581 pesetas

Manuel Pérez era um autêntico milionário para a época. O seu inventário de bens e direitos contém, porém, claras reminiscências tradicionais. A avaliação dos bens efectuase, ainda, em reais de velhom, que se acompanha pola equivalência em pesetas mediante divisom por quatro. No inventário de bens, podem observar-se ainda rendas forais de 27 ferrados de trigo, estimadas em 280 reais anuais por ferrado, por valor de 7 560 reais. Umha importância semelhante alcança a baixela de prata de 374 arrobas e 4 onças. Manuel Pérez conserva, ainda, umha participação num *quechemarim* de matrícula muradana, resíduo do venturoso ou aventureado comércio à vela que tanta soçobra lhe tinha acarretado.

Estamos perante o património de um rico comerciante-banqueiro. Do total dos ativos legados, 84,7 % temhem carácter financeiro: 56,1 % em “créditos e açcons” (580.309 pesetas), 16,7 % de valores públicos (172.423 pesetas), 11,9 % em numerário (123.589 pesetas). O valor da participação que detinha ainda no negócio da navegação — três quartas partes no *quechemarim Manuel*, matrícula de Muros, estimadas em 3.750 pesetas — apenas atingia 0,4 % do acervo hereditário. O resto da propriedade legada materializava-se em joias, 0,5 % (5.585 pesetas), mobília e existências, 1,1 % (11.726 pesetas) e, sobretudo, bens de raiz, que ascendiam a 13,3 % do legado (136.890 pesetas).

A importância dos bens de raiz é limitada; Manuel Pérez nom parecia apreciar muito a renda rústica, apenas circunscrita aos bens possuídos na imediata paróquia do Sar, polos quais recebia 27 ferrados de trigo cada ano. O seu interesse nos bens de raiz orientava-se, antes para os prédios urbanos do casco urbano compostelano, susceptíveis de arrendamento e revalorização. As casas 5 e 7 da praça de Cervantes pola numeração antiga — 14 e 16 pola nova, segundo especifica a relação de bens — e as três casas que possuía na rua de Altamira, bem perto da praça de Cervantes, constituíam o grosso das propriedades urbanas do banqueiro. Um armazém em Sam Juliám de Requeixo, Valga, — remanescente provavelmente da sua actividade comercial polo grosso — completa a relação desta parcela patrimonial.

A relação de joias e mobiliário de Manuel Pérez tem o interesse de mostrar a imagem de autoestima, decoro e respeitabilidade própria de um patricio endinheirado de finais do XIX, por mais que o seu peso patrimonial seja bastante modesto no conjunto dos bens. Os 34 quadros resenhados, por valor de 500 reais, nom oferecem demasiadas dúvidas a respeito do moderado entusiasmo e sensibilidade artística do proeminente home de negócios. Trataria-se de obras de circunstâncias e carácter decorativo, tam habituais nas casas burguesas até bem entrado o século XX.

Nom faltam, contodo, na relação de bens legados por Manuel Pérez, obras como o Dicionário de Madoz ou a Historia de España de Lafuente, junto com “vários mapas” que caberia atribuir a inquietações culturais requintadas um tanto incongruentes com o espírito pragmático que devemos atribuir ao seu proprietário. Si parecem próprios do afortunado banqueiro objectos como a encantadora caixa marchetada com insectos do Brasil, procedente talvez de algum presente ou oportunidade proveniente das actividades comerciais ultramarinas que tanta dedicação tinha requerido de parte do comerciante banqueiro. O grosso das partidas de acessórios e acondicionamento doméstico estava formado polos inevitáveis aparadores guardalouças, cómodas, baixelas, cadeiras de madeira nobre e mesas, sem faltar a tradicional máquina de coser. Surpreende um tanto a inclusom dentro da mobília de certas mercadorias descritas como de manufactura galega; objectos talvez de apreço especial ou de restos porventura caducos já de actividades comerciais pretéritas: varas de ferro, teias de fio, estopinhas, linho fiado, lenço.

A imagem transmitida pola mobília e enxoval é a de umha família burguesa bem abastada, preparada para receber em casa mas, inequivocamente mais virada para o negócio do que para o gasto suntuário. Respeitabilidade social e parcimónia no gasto som virtudes de banqueiro com fortuna, atento a transmitir umha imagem de solvência mas movido em última instância por critérios de solidez patrimonial e rentabilidade comercial.

2.3 Olímpio Pérez: o banqueiro

A morte de Celestina em 12/09/1881, que seguiu de perto a do seu pai em 19/03/1880, deixava o banco em regime de condomínio a Olímpio e Cândido com um capital conjunto nom superior às 470.000 pesetas por

todos os conceitos. De comum acordo, decidírom dotar para capital social 250.000 pesetas, valor que se vai manter inalterado até a morte de Cândido em 1901. Livre já de condicionantes familiares, foi este o momento inaugural do novo século em que Olímpio Pérez pudo finalmente fazer-se cargo do banco a título individual. A primeira medida que adopta, depois de liquidados os direitos societários dos sucessores de Cândido Pérez, foi iniciar umha forte recapitalização da sociedade.

O salto experimentado polo negócio nos trinta anos que separam os primórdios da gerência de Olímpio Pérez em comandita com o seu irmão do seu final é patente. Só as contas patrimoniais, que reflectem o valor do banco em livros, se multiplicam por oito.

QUADRO 208

A expansom do negócio sob a direcçom de Olímpio Pérez

Balanços sintéticos	1885	1915
Activo	837.941	5.552.422
Caixa e Bancos	227.584	1.258.097
Carteira	610.357	2.769.520
Créditos		827.164
Imóveis		492.253
Contas correntes com correspondentes, saldo		205.387
<i>Valores em depósito, c/c</i>		43.275.902
<i>Valores em poder de correspondentes</i>		2.820.827
Passivo	837.941	5.347.034
Capital e Reservas	250.000	1.983.240
Fundo Previsom		116.620
Credores	493.254	2.445.513
Contas sócios		169.693
Depósitos à vista	493.254	2.358.267
Depósitos a prazo		122.941
Outros passivos	94.687	801.660
Carteira de Efeitos a pagar e negociar	94.687	320.739
Cupons e dividendos		480.921
<i>Valores em depósito, c/c</i>		43.275.902
<i>Valores em poder de correspondentes</i>		2.820.827

Tanto ou mais significativo som as mudanças experimentadas pelas contas de carácter relacional, quer dizer, as “Contas correntes com correspondentes” que registam no balanço o saldo final de cada ano das transacções em curso com os correspondentes financeiros da casa, como também as “Contas nominativas” que reflectem o saldo de valores em custódia de propriedade dos clientes da casa.

O saldo de *contas correntes com correspondentes* incluídas no activo do ano 1915, por valor de 205.837 pesetas, resulta das transacções de sinal devedor registadas no activo por montante de 2.574.630,28 pesetas e as de sinal credor registadas no passivo por valor de 2.369.242,98 pesetas. Som estes movimentos do livro maior, mais que o saldo final no balanço, os que dam a verdadeira medida da expansom experimentada polo negócio e, em consequência, serão objecto da atençom que merecem no próximo capítulo desta investigação.

Quanto às contas nominativas, quer dizer, as registadas *fora do balanço*, habitualmente conhecidas como *contas de ordem* em técnica contabilística, alcançárom um saldo muito significativo de mais de quarenta e três milhons de pesetas no ano de 1915. Referem-se a valores em depósito; o nível alcançado polos mesmos demonstra às claras o notável progresso na capacidade de aforro das classes médias urbanas.

Outra notável inovaçom na trajectória do banco no período em que esteve confiado à direcçom de Olímpio Pérez é a apariçom de importantes saldos de carteira no activo do banco como forma de colocaçom dos fundos excedentários do tráfico corrente da firma de receitas e pagamentos, quer dizer, como investimento financeiro de longo prazo. A importância deste ponto ilustrativo da estratégia de capitalizaçom do banco justifica o seu tratamento diferenciado, que acometeremos no capítulo quarto. Como resumo de tal análise, pode ser pertinente examinar brevemente a radical transformaçom que experimentou a carteira da casa em magnitude e composiçom no período considerado.

QUADRO 209

Estratégia de expansom e diversificação da carteira de valores de Olímpio Pérez

Carteira de valores:	1885	1915
Títulos públicos	226.614	148.298
Acç. Banco España		168.350
Cédulas Bº Hº España		246.450
Dêveda Sul-americana		120.244
Valores Europeus		70.108
Valores Sul-americanos		178.571
General Gallega Electricidad		27.500
Gas y Electricidad Santiago		113.000
Electra Industrial Coruñesa		16.250
Electra Popular Vîgo y Redondela		329.725
Hulla Blanca		302.750
Carbueros “Laforet y Cia. S. Cmta.”		70.000
Banco Vîgo		10.980
Abastecimiento Aguas de Vîgo		5.000
Tranvias		3.333
Guisasola y Cia.		86.000
La Toja		40.000
Cia. Gallega de Navegación		50.000
Villagarcía Industrial		79.300
Valores galegos vários	5.683	19.501
FF. CC. Espanhóis	12.200	50.765
Bº Hispano Americano		28.000
Cia. Arrendataria de Tabacos		1.383
Rio Tinto	6.692	
Unión Vidriera Española		2.840
Soc. General Azucarera		5.897
Electro Hidráulica del Turia		41.900
Unión Resinera Española		4.301
Industria Agrícola de Epila		25.000
	251.189	2.245.446

Queremos chamar a atençom para a evidente preferência polos títulos públicos, tanto espanhóis como sul-americanos, incluídos nestes os emitidos pola banca, e também a predilecçom polos valores privados

emitidos pela indústria galega da época. Os valores privados do resto do Estado mantêm-se, em comparação, em valores extremamente discretos.

Umha revisom dos balanços quinquenais representativos da gerência de Olímpio Pérez sinteticamente formulados ²⁰ permite destacar a evolução das principais rubricas do activo e do passivo.

QUADRO 210
Evolução dos balanços durante a gerência de Olímpio Pérez

Balanços quinquenais	1885	1890	1895	1900	1910	1915
Activo	837.941	1.598.068	2.219.798	3.857.374	5.742.353	7.921.665
Caixa e Bancos	227.584	86.044	133.563	277.042	287.151	1.258.097
Carteira	610.357	1.233.398	1.836.921	3.298.827	2.434.771	2.769.520
<i>Efeitos a cobrar e negociar</i>	359.168	116.017	47.841	145.169	191.945	524.074
<i>Carteira de valores</i>	251.189	1.117.381	1.789.080	3.153.658	2.242.826	2.245.446
Devedores			156.000	278.005	2.924.462	3.401.795
<i>Créditos, cupons dividendos</i>			156.000	278.005	750.259	827.164
<i>Correspondentes, c/c devedoras</i>					2.174.203	2.574.630
<i>Outros activos, imobilizado</i>		278.626	93.314	3.500	95.970	492.253
Valores nominativos					<i>33.494.316</i>	<i>46.096.729</i>
Passivo	837.941	1.598.068	2.219.798	3.857.374	5.742.353	7.921.665
Capital e Fundos Reserva	250.000	295.721	273.273	383.241	1.051.166	2.099.861
<i>Capital</i>	250.000	250.000	250.000	250.000	1.000.000	1.750.000
<i>Reservas</i>		45.721	23.273	133.241	34.111	233.240
<i>Fundo Previsom</i>					17.055	116.620
Credores	493.254	1.177.191	1.768.059	2.823.041	3.867.375	5.020.144
<i>Contas correntes e a prazo</i>	493.254	1.177.191	1.768.059	2.823.041	2.330.709	2.650.901
<i>Correspondentes, c/c credoras</i>					1.536.666	2.369.243
Outros passivos	94.687	125.156	178.466	651.092	823.812	801.660
<i>Letras a pagar e a negociar</i>	94.687	101.965	178.466	566.964	500.582	312.438
<i>Cupons e dividendos e outras</i>		23.191		84.129	323.230	489.223
Valores nominativos					<i>33.494.316</i>	<i>46.096.729</i>

²⁰ Nom nos foi possível encontrar os correspondentes aos exercícios de 1880 e 1905.

O tráfico e custódia de valores que se manifesta no espectacular crescimento das contas nominativas resenhadas no balanço a partir do princípio do século XX tem o seu prólogo e data fundacional na instalação na sede da Praça de Cervantes da câmara couraçada *Fichet* no ano de 1906 que libertam Olímpio Pérez do recurso aos serviços de custódia oferecidos pela sucursal do *Banco de España*, ganhando desta maneira autonomia operativa e prestígio. A câmara *Fichet* é o emblema da emergência definitiva dos activos financeiros como instrumento de materialização do aforro e dos saldos precautórios por parte das classes médias em substituição dos bens de raiz e empréstimos entre particulares que vigoraram até bem entrado o século XIX.

Examinaremos o quadro anterior em termos percentuais para pôr em destaque as mudanças estruturais experimentadas nos balanços. Excluimos de cómputo os valores nominativos em custódia por não fazer parte do balanço em sentido estrito nem afectar, em consequência, o valor patrimonial da sociedade.

QUADRO 211

Evolução dos balanços durante a gerência de Olímpio Pérez

Balanços quinquenais	1885	1890	1895	1900	1910	1915
Activo	100	100	100	100	100	100
Caixa e Bancos	27	5	6	7	5	16
Carteira	73	77	83	86	42	35
Efeitos a cobrar e negociar	43	7	2	4	3	7
Carteira de Títulos	30	70	81	82	39	28
Devedores			7	7	51	43
Créditos, cupons dividendos			7	7	13	10
Correspondentes c/c devedoras					38	33
Outros activos, imobilizado		17	4	0	2	6
Passivo	100	100	100	100	100	100
Capital e Fundos R e P	30	19	12	10	18	27
Capital	30	16	11	6	17	22
Reservas		3	1	3	1	3
Fundo Previsom						1
Credores	59	74	80	73	67	63
Contas correntes e a prazo	59	74	80	73	41	33
Correspondentes c/c credoras					27	30

Balanços quinquenais	1885	1890	1895	1900	1910	1915
Outros passivos	11	8	8	17	14	10
Letras a pagar e a negociar	11	6	8	15	9	4
Cupons e dividendos e outras		1		2	6	6

O florescente negócio do tráfico de remessas e gestom de valores por conta dos seus clientes permitiu incrementar notavelmente o movimento das contas correntes com correspondentes até alcançar o que poderíamos qualificar um óptimo de nível baixo, o próprio de um banco local bem gerido, mas sem aspirações expansivas polo que comporta de risco e incerteza. Esta visom, que já temos apelidado de *psicologia de rentista*, foi também um legado de Olímpio Pérez aos seus herdeiros, que estes nom quigérom ou soubérom alterar. De decisom singular cabe apelidarmos a abertura da única sucursal com que contou a casa até bem avançado o século XX. Quase no fim do ano de 1910, decidia o senhor Olímpio Pérez abrir sucursal em Vila-Garcia, opçom mais que razoável dado o volume do tráfego financeiro canalizado com a vila e a sua comarca²¹. A imperturbável vocaçom local de Olímpio Pérez contribuiu para impedir a abordagem e umha política de expansom regional que começavam a praticar daquela a banca galega²².

O património directo legado por Olímpio Pérez aos seus dez sucessores superava os dous milhons de pesetas, dos quais mais de 70 % se

21 Umha carta circular de 29/12/1909 assinada por Olímpio Pérez, junto com os seus filhos Manuel e Julián e o seu genro Marcelino Blanco de la Peña, todos eles em qualidade de gerentes, comunica à clientela o início de operaçoms de *Olimpio Pérez e Hijos* como sociedade regular colectiva, ao tempo que a informa da imediata abertura de umha sucursal em Vila-Garcia: “en breve estableceremos una sucursal en Villagarcía, lo que oportunamente comunicaremos”. Um relatório

22 Sirva como contraste o exemplo do malogrado *Banco de Vigo* (1900-1925), de inequívoca orientaçom local sem merma da sua vocaçom galega. Na Memória anual da firma correspondente ao ano 1919 o banco viguês assinalava a marcha progresssiva da sua Agência de Vila Garcia e os beneficios gerados por esta ao tempo que afirmava: “*El Consejo, alentado por muchos accionistas, abrigaba hace tiempo el proyecto de establecer Sucursales y Agencias en varias poblaciones de Galicia, tanto para obtener mayores redimientos como también para responder mejor a los fines de nuestra institución. Aspiramos a que la acción bienhechora que ejerce esta ciudad por razón de su gran puerto sobre una importante zona de Galicia, sea paralela a otra acción económica que intensifique en ella los negocios y las relaciones, y para ello creímos conveniente comenzar por Orense, ciudad de gran importancia comercial y centro agrícola de primer orden. Se arrendó un local para la instalación de nuestra citada Sucursal, y si bién no fue posible dar a las obras el impulso que el Consejo deseaba, por causas ajenas a nuestra voluntad, creemos que en el próximo mes de Marzo podrá realizarse la inauguración*”. En 1923, dous anos antes da sua crise final, a Memória do banco viguês registrava três Sucursais (Pontevedra, Ourense e Santiago) e catorze Agências (Vila Garcia, Monforte, Noia, Marim, Ribadavía, O Carvalhinho, Celanova, Verim, Chantada, O Barco de Val de Orras, A Estrada, Tui, A Póvoa do Caraminhal, A Guarda).

materializavam em activos financeiros incorporados aos balanços: contas patrimoniais no passivo, além de valores e investimentos vários reflectidos no activo, entre os quais o montante em dívida de 220.333 pesetas anexo ao empreendimento do Manicómio de Conjo. A herança legada confirma que a participação de Olímpio Pérez nas contas patrimoniais do banco — capital social mais fundos de reserva e previsom — era de 70 %, correspondendo os restantes 30 % à sua esposa já falecida, dona Asunción Estesio Irigoyen, a título de bens adquiridos pelo casal. Por tal conceito, o capital legado aos dez filhos vivos do matrimónio acrescentava-se em mais 372.073 pesetas, perfazendo um total de 2.393.980 pesetas, que foi o valor patrimonial transmitido à descendência. A comparação do conteúdo do legado de Olímpio Pérez com o do seu pai é bem ilustrativo das vicissitudes experimentadas pelo negócio no período 1880-1915, como também das diferenças de temperamento entre pai e filho. Este, menos dado certamente a aventuras ultramarinas e muito mais preocupado pela responsabilidade social que comportava o negócio e, especialmente, por preservar e garantir a harmonia familiar.

O valor do património integral legado aos sucessores é o seguinte:

QUADRO 212

Legado hereditário de Olímpio Pérez Rodríguez e da sua esposa
Segundo a avaliação realizada pelos seus herdeiros em 19/06/1915
(Valores em pesetas)

Ia	Património paterno na “Olímpio Pérez e Hijos, S.R.C.”			868.171	42,9
	Em capital (70 %)	700.000			
	No Fundo de Reserva (70 %)	112.114			
	No Fundo de Previsom (70 %)	56.057			
II	Haveres em numerário			133.234	6,6
	Saldo em c/c a 31/12/1914	133.234			
III	Valores nominativos			242.658	12,0
	Empréstimos ao Manicómio de Conjo	220.333			
10	ações do “Banco de España”	22.325			
IV	Títulos ao portador			239.501	11,8
100	ações preferentes da “Electra Popular de Vigo y Redondela”	50.000			
100	ações ordinárias da “Electra Popular de Vigo y Redondela”, à par	50.000			
19	obrigações da “Electra Popular de Vigo y Redondela”	9.500			

	118	ações da “Sociedad General Gallega de Electricidad”	59.000			
	89	ações da “Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago”	44.500			
	50	ações da “Sociedad Electro Hidráulica del Turia”	25.000			
	3	obrigações da “Sociedad Electro Hidráulica del Turia”	1.500			
	4	ações da “Minas de San Pedro”, em Lugo	1			
	39	ações da “Minas del Sar”				
V		Imóveis			507.342	25,1
		Imóveis em Santiago		297.200		
	2	casas nº 15 e 16 da Praça de Cervantes. Anexos em Rincons de Sam Miguel. Terrenos na Almacéga para o serviço de água	250.000			
	1	casa nº 3 da rua de Fonterrabia	37.000			
	4	choupanas e dous branqueadores de cera na Costanilha do Monte	3.200			
	2	casas na rua do Rosário	1.250			
		participação nos terrenos da Exposição Regional de 1909	5.750			
		Imóveis em Vila-Garcia		195.142		
	1	casa adquirida a M. Casulleras, com o seu enxoval, no Bairro da Prosperidade	80.000			
	1	casa adquirida a Florentina Carril, no Bairro da Prosperidade	20.000			
		participação nos terrenos de “Villagarcía Industrial”	95.142			
		Imóveis em Cessures				
		Armazém chamado da <i>Factoria</i>	15.000	15.000		
VI		Mobiliária e joias	31.000		31.000	1,5
Total		Legado paterno, pesetas:			2.021.906	100
Ib		Património materno na “Olimpio Pérez e Hijos, S.R.C.”				
		Em capital (30 %)			300.000	
		No Fundo de Reserva (30 %)			48.049	
		No Fundo de Previsão (30 %)			24.024	
Total		Legado materno, pesetas:			372.073	
Total		Herança recebida pelos dez filhos Pérez Esteso			3.393.979	

O primeiro problema que tiveram de enfrentar os herdeiros foi o de assegurar a correcta capitalização do banco por meio da limitação do direito à livre disposição dos recursos afluentes por via de herança. O consenso familiar optou por manter incorporadas ao negócio as contas patrimoniais de procedência paterna e materna (rubricas Ia e Ib), os valores nominativos (III) procedentes de Olímpio Pérez e o património imobiliário comum (V). Ao todo, quase dous milhons de pesetas: 1.990.244. Os sucessores decidírom libertar e destinar à livre disposição as parcelas restantes (II, IV, VI) que importavam 403.735 pesetas. O capital distribuído a título de livre disposição vinha a somar-se às 170.000 pesetas aproximadamente que já mantinham os irmaos em contas pessoais depositadas no banco, em consequência do seu acesso parcial à propriedade do mesmo propiciado por Olímpio Pérez com a criação da *Olimpio Pérez e Hijos, S.R.C.* no primeiro de janeiro de 1910. As contas particulares dos filhos de Olímpio Pérez experimentárom um perceptível crescimento depois de distribuída a herança, como se pode supor.

A primeira decisão adoptada polos herdeiros enquanto gestores comanditários da sociedade em ausência do seu pai, foi a de reforçar o capital através da subscrição por quotas iguais de um aumento de 750.000 pesetas, que situou este em 1.750.000 pesetas elevando os fundos próprios para 1.990.244 pesetas. Umha decisão prudente perante a incerteza dos tempos que se avizinhavam.

QUADRO 213**Contas correntes familiares permanentes do balanço social**

	31/12/1910	31/12/1911	31/12/1912	31/12/1913	31/12/1914	31/12/1915	31/12/1916	31/12/1917
Olimpio Pérez Rodríguez	3.510,62	6.819,47	67.814,45	72.717,96	133.234,31	<u>(7/03/1915)</u>		
Manuel Pérez Esteso	1.608,15	3.908,03	14.092,02	-6.363,39	-12.106,24	-5.187,76	23.014,63	34.290,68
Julián Pérez Esteso	5.004,65	7.248,78	5.945,59	1.793,66	419,83	8.872,83	49.052,13	12.576,19
Santiago Pérez Esteso	2.711,63	6.043,26	10.252,22	8.680,69	4.161,41	6.091,44	<u>(27/07/1916)</u>	
Miguel Pérez Esteso	2.711,63	6.043,26	10.252,22	13.180,69	17.192,51	21.889,06	72.627,29	53.143,26
Olimpio Pérez Esteso	2.711,63	6.043,26	10.252,22	13.180,69	<u>(7/08/1914)</u>			
Ramona Pérez Esteso	4.211,65	9.043,28	14.872,26	19.300,73	25.249,55	9.556,30	95.247,17	117.166,39
Antonia Pérez Esteso	4.211,65	9.043,28	14.471,56	8.900,03	9.021,33	36.458,03	80.508,85	80.853,87
María Pérez Esteso	2.711,64	6.043,27	10.252,23	14.167,40	15.176,27	29.948,27	100.464,29	105.222,38
Narcisa Pérez Esteso	4.211,65	9.043,28	14.872,26	19.300,73	27.249,55	32.213,55	85.725,92	39.201,89
Carmen Pérez Esteso	4.211,65	9.043,28	12.168,94	12.590,76	10.956,96	12.996,16	77.566,31	38.542,25
Celestina Pérez Esteso (*)	-21.230,14	-6.427,69	-31.860,03	-42.774,56	-7.966,44	11.666,88	28.926,03	457,01
Saldo Conjunto	16.586,41	71.894,76	153.385,94	134.675,39	222.589,04	164.504,76	613.132,62	481.453,92

(x/x/x) Data do falecimento

(*) Consta em nome de Marcelino Blanco de la Peña

Nota: Os saldos negativos representam saldos devedores (créditos).

O património afluente a Celestina foi gerido em seu nome pelo esposo Marcelino Blanco de La Peña, que procedeu a liquidar de imediato o saldo de crédito que tinha contraído com o banco. Também liquidou a sua posição devedora Manuel Pérez Esteso por tal ocasião.

No mês de julho de 1916, falecia em fatal acidente Santiago Pérez, deixando viúva María Curbera Vicuña e orfos Olimpio e María Pérez Curbera. A viúva procedeu a recuperar por tal circunstância a sua alíquota de 10 % no capital social e fundos de reserva e previsom em uso dos direitos transmitidos pelo seu esposo por um montante de 209.986 pesetas:

175.000 pesetas a título de capital e 23.324 e 11.662 pesetas adicionais pola sua alíquota nos fundos de reserva e previsom respectivamente.

O falecimento de Santiago deixava a casa em maos dos nove irmaos sobreviventes — Manuel, Julián, Miguel, Ramona, María, Narcisa e Carmen — aos quais se somava Marcelino Blanco de la Peña em representaçom de Celestina Pérez Esteso. Marcelino confirmou logo o papel protagonista de que vinha desfrutando até o momento mesmo de transformaçom da sociedade familiar em sociedade anónima. Na escritura fundacional da *Hijos de Olimpio Pérez S.A*, outorgada em 3-05-1957, Marcelino Blanco figurará como presidente do Conselho de Administraçom e Gerente, acompanhado por Julián Pérez Esteso no papel de VicePresidente e Gerente a título solidário.

Marcelino Blanco estava chamado a conduzir a *Hijos de Olimpio Pérez, S.R.C.*, através do proceloso período pós-bélico europeu, a transiçom da monarquia para a república e a guerra civil. A *regulamentaçom corporativa*, como denomina Faus Mompert (2001: 130 e seguintes) à instaurada polo regime vencedor da guerra civil espanhola, e a consolidaçom do *statu quo* bancário que se estende desde 1940 até 1964 aconselhárom os gestores a transformarem a S.R.C. em S.A. no ano de 1957, dando nascimento ao *Banco Hijos de Olimpio Pérez, S.A.* que acabará por abandonar qualquer referência à raiz secular da firma com a criaçom do *Banco de Crédito e Inversiones, S.A.* em 31-12-1964, já no limiar do salto definitivo à modernizaçom da economia espanhola. A substituiçom do popular *banco do senhor Olímpio* dos compostelanos para *Banco de Crédito e Inversiones* marca simbolicamente o ponto final da trajectória secular da casa Pérez da qual o período protagonizado por Olímpio pode ser considerado com todo o direito o de plena madureza e início da sua involuçom por incapacidade manifesta de adaptaçom às radicais mudanças que anunciava o fim da Primeira Guerra Mundial.

2.4 Marcelino Blanco de la Peña: a casa Pérez do pós-guerra europeu ao franquismo

Os sucessores de Olímpio Pérez na gestom do banco vírom-se obrigados a fazer frente ao panorama de turbulência e mudança económica provocada pola conflagraçom bélica europeia e as suas imediatas consequências.

A especulação com valores e divisas, a bocha transitória de fretes e exportações seguida do seu colapso no fim da Grande Guerra marcou o cenário que se prolongou de facto com maior ou menor intensidade até a guerra civil espanhola através da crise dos anos vinte e trinta.

As dificuldades financeiras surgidas após a guerra europeia alcançam na Galiza, com a quebra do *Banco de Vigo* uns anos depois, a sua manifestação mais marcante. O exame que pudemos abordar da imprensa económica da época conduziu-nos a um testemunho de indiscutível interesse para a caracterização da conjuntura económica da Galiza imperante nos momentos prévios à declaração de guerra europeia. A instabilidade económica era patente já em tal cenário. No mês de novembro de 1914, a *Revista de Economía y Hacienda* inseria umha comunicação de “uno de nuestros suscritores, que ocupa una posición preeminente en los negocios de Galicia” em palavras da *Revista de Economía y Hacienda*²³

23 A “Revista de Economía y Hacienda” foi adquirida em 1898 pelo empresário e político catalão Emili Riu i Periquet (1871-1928). Em 1916, o inquieto editor fundou a “Revista Nacional de Economía” com o intuito manifesto de abordar questões de interesse nacional sob umha óptica independente e científica. Em ambas as revistas, Emili Riu procurou a companhia em postos da máxima responsabilidade editorial do fascinante sociólogo e publicista ourensano Eloy Luís André. Nos números da R.N.E. correspondentes ao ano de 1919 que consultámos pudemos comprovar que a capa é partilhada *ex aequo* entre “Emilio Riu, Senador del Reino y Ex Subsecretario de Hacienda” como Director e “Eloy Luis André, Catedrático y publicista” como Chefe de Redacção.

Pela importância destas publicações no seu contexto histórico, achamos interessante mencionar a seguinte referência:

«The war had stimulated economic nationalism in all the belligerents, and the *idea also gained popularity in Spain after 1914. Among the leading publications devoted to this theme was the Revista Nacional de Economía, founded in the spring of 1916 and associated with Emilio Riu, Eloy Louis André, and Vicente Gay. These men were the intellectual heirs of such regenerationist thinkers as Macías Picavea, Ganivet, Maura, and Costa and were thus trying to understand not only the sources of Spain's decadence but the means by which it could be overcome. One of their most articulate spokesmen was Eloy Luis André, an eloquent and prophetic champion of the nationalizing of Spanish society and the forcing of close, paternalistic links between a 'new society' in which the talents and energies of the masses would be unleashed and the new 'National State' which he envisioned. He hated British and French capitalism for its domination of peninsular economic life, for its close nexus with Spanish oligarchies, and—as he believed—for keeping Spain underdeveloped and in perpetual economic infancy. [...]» (Gerald H. Meaker, «A Civil War of Words: The Ideological Impact of the First World War on Spain, 1914-18», in Hans A. Schmitt, *Neutral Europe between war and revolution, 1917-23*, UP Virginia 1988, pág. 18-19.)*

Como também Janué i Miret, M; Universitat Pompeu Fabra (2007): “Subdesarrollo y ética económica. La mirada de un científico social alemán a la España de entreguerras”, *Revista Arbor*, CLXXXIII 726 julho-agosto, 2007. Disponível na Rede.

para se referir a Marcelino Suárez²⁴. No seu papel de cronista accidental, o empresário descrevia resumidamente a situação da economia galega a uns meses do início da conflagração em termos altamente pessimistas (ver Apêndice 22):

Crisis de crédito- (...) El pánico y la alarma, exagerado e irreflexivo, hizo cundir en avalancha sobre las ventanillas de las Casas de banca, Cajas de Ahorro (...) pasando los fondos rápidamente en parte al Banco de España y el resto a las gabetas de sus dueños(...).

La industria conservera- (...) pasan de *cien* las fábricas de conservas de sardinas y otros pescados (...) El valor de su producción excede de *cien millones de pesetas* al año, exportándose más de un 60 % (...) enorme tráfico comercial, todo el paralizado, porque tratándose de una industria exportadora, ni puede cobrar lo que acredita de las naciones beligerantes, ni encuentra quien le facilite numerario para seguir trabajando.

Otras industrias- (...) Los balnearios que tienen aquí gran importancia se han visto muy poco concurridos este año.

La minería, que empieza a tomar incremento en Galicia (...). Por su carácter de industria exportadora ha tenido que paralizar por completo sus trabajos, en contrándose en este caso las minas de Vivero, La Rúa, San Clodio y Monforte, y están a punto de cesar su explotación las de Villadrid, en cuyo caso el cese será total.

Navegación- La que aquí se hace tráfico con Inglaterra, Francia, Holanda, Noruega, y América siguen su curso casi normal; únicamente está interrumpida la de Alemania y Bélgica. Así que esta industria es la que menos afectada resulta (...).

Conclusiones- (...) **Las causas fundamentales de esta crisis son las siguientes:**

1ª La desaparición súbita del crédito en los Bancos.

2ª La falta simultánea del dinero de América.

24 Marcelino Suárez González, empresário de origem asturiana a quem se deve a entrada em exploração da *Caleras de Valdeorras*, no Barco do Vale de Orras, vide (Carmona, Nadal, 2005, pag. 230) foi também cofundador da *Antracitas de Brañuelas* (1911, 1 milhom de pesetas de capital) e mantinha também negócios no comércio do carvão e da consignaçon de navios. Ignoramos se a *Marítima Suárez*, fundada em Vigo em 1919 ou 1920, pode ter relação com o inquieto industrial. Podem consultar-se referências a este empresário em:

Carmona, X., Nadal J. (2005): *El empeño industrial de Galicia. 250 años de historia, 1750-2000*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Corunha. Ver páginas 230, 231.

Há também referências em Lindoso Tato, Elvira (2006): *Los pioneros gallegos. Bases del desarrollo empresarial (1820-1913)*, LID Editorial empresarial, Madrid. Consultar páginas 158 e 286.

3ª La paralización casi absoluta de la industria conservera y de la minería.

4ª La reducción del tráfico, y en consecuencia del trabajo y de los jornales.

As alegações, tam precisas como contundentes, concluem com umha série de recomendações e um apelo à responsabilidade a “el actual Ministro de Hacienda, Sr. Bugallal “gallego ilustre”.

A informação económica da *Revista de Economía y Hacienda* contém naquela altura numerosas alusões e notícias referentes ao denominado “problema de las subsistencias” com agudas e documentadas intervenções de Eloy Luis André. Anos de escassez, portanto, pouco propícios para os negócios a julgar polo testemunho de um conhecedor bem informado.

A ponderação das vantagens e inconvenientes sobre a actividade económica em Espanha derivados da sua neutralidade no conflito é ainda um assunto controverso. As dificuldades da indústria pesqueira espanhola nos anos iniciais da conflagração fôrom severas ainda que transitórias. Em todo o caso, parecem superadas em 1918 com o início de um período expansivo em linha com a hipótese mais habitual dos supostos efeitos benéficos da confrontação sobre a economia espanhola²⁵.

A adversa situação descrita, unida às recentes desgraças familiares suportadas, pesou no ánimo de Olímpio Pérez, como recolhe a crónica comemorativa do centenário da casa:

Fuerte impresión produjo el gran conflicto bélico que hasta entonces resultaba el mayor de la historia. Fondos que teníamos en el extranjero nos fueron reembolsados con gran dificultad por lo que respectaba a Francia, no así Inglaterra que nos reintegró todo cuanto le pedimos. Los Bancos franceses se acogieron a la moratoria que les concedió su gobierno y con ello se produjo una contracción monetaria que

25 Para contextualizar o decisivo período da confrontação bélica europeia e os seus antecedentes e sequelas, as nossas referências fundamentais som as recolhidas na escolha historiográfica básica resumida na nota a rodapé que encabeça o capítulo I, junto com um contributo de referência, sob a óptica da balança de pagamentos, oferecido em Sudriá, Carles (1990): “Los beneficios de España durante la gran guerra. Una aproximación a la balanza de pagos española, 1914-1920”, em *Revista de Historia Económica*, año VIII, nº 2, 1990, pág. 363-396. Este trabalho constitui umha indagação marcante na linha aberta polo trabalho pioneiro de Joan Sardá relativo à balança de pagamentos de Espanha durante o século XIX, que será objecto de comentário no capítulo VI desta investigação. Também é pertinente citar:

Giráldez Rivero, Jesús (1997): “Las bases históricas de la actividad pesquera en España”, *Papeles de Economía Española*, nº 71.

afectó a España, pero particularmente a los que teníamos importantes sumas en el Mercado parisién. Esto se agravó con la suspensión de pago de los cupones de los Empréstitos de las Repúblicas Americanas emitidos en libras. Aunque de tiempo inmemorial nuestro padre había dividido el riesgo de inversiones entre valores nacionales y extranjeros y había recomendado la misma política a sus clientes, el público, sin embargo, halagado por el mayor interés que producían los títulos del exterior, había convertido gran parte de sus ahorros en esta clase de deudas. Adicta la clientela supo soportar y comprender que por nuestra parte hacíamos cuanto nos era posible para cobrar los cupones en alguna parte. Varios de los Empréstitos eran Diplomáticos y por tanto se podía acudir a varias capitales europeas, pero la guerra corrió por todo el continente y hasta Suiza, en cierto modo, quedó bloqueada, con lo que se complicaron las transferencias internacionales y en unos años no se percibieron los réditos de los títulos extranjeros. Este contratiempo se salvó porque los tenedores eran poseedores, a la vez, de valores españoles y generalmente terratenientes y agricultores que veían acrecentadas las cotizaciones de sus productos. (Apêndice 12, §34)

A marcada instabilidade da situação nom deixou de se fazer notar na actividade ordinária da firma:

También dentro de nuestra zona tuvimos que restringir los créditos y pedir letras que pudieran ser descontadas, libradas y aceptadas por nuestros deudores. No se trataba solamente de salvar el momento sino de prevenir el futuro. Quienes no habían presenciado las horribles catástrofes que conmueven a la humanidad actualmente, era natural que viesan con pánico indescriptible el comienzo de la guerra europea, anunciada en tantos años de paz, sí, pero de continuo y ascendente rearme de las principales naciones del mundo. (Apêndice 12, §35)

Os efeitos positivos da neutralidade espanhola marcárom também presença naquela complexa conjuntura:

Al subsanarse los inconvenientes de la guerra y posguerra, vimos crecer grandemente las cifras de nuestro Balance y el movimiento general ascendía extraordinariamente y en los giros de América alcanzamos el máximo en los años 1919, 1920 y 1921. Luego la crisis de Cuba inició un descenso en este importante capítulo no recuperado todavía en los momentos actuales. Proporcionado a tal ingreso de dinero extranjero crecieron los depósitos de Libretas y las inversiones en títulos, aumentando también de este modo los Resguardos de valores nominales de nuestra clientela. La compra-venta de oro tuvo un gran movimiento en los ejercicios 1917 y 1918 y siguientes, llegando a circular a la par las monedas de España. Lamentamos con este motivo no poder exhibir el monetario que tenemos depositado en el Banco de España, de Madrid, en cumplimiento de disposiciones oficiales. (Apêndice 12, §41)

Instabilidade, oportunidades e desafios configuram umha conjuntura que demanda conjugar cautela e capacidade de antecipação.

Era este o cenário que presidiu à transmissão do negócio de Olímpio Pérez aos seus sucessores.

En 1º de enero de 1916 pasaron a Gerentes también nuestros hermanos Santiago y Miguel, dándolo a conocer por circular el mismo día. Por desgracia, nuestro querido hermano Santiago apenas si llegó a la plenitud de su ejercicio, pues en 17 de julio de 1916 entregó su alma a Dios, víctima de un terrible accidente. (Apêndice 12, §39)

O reconhecimento da autoridade gerencial de Santiago e Miguel deve ser interpretada a teor dos equilíbrios familiares, os autênticos gerentes que a crónica nem sequer se vê obrigada a sublinhar som Marcelino Blanco de la Peña, que contava com procuração da sua esposa Celestina Pérez Esteso, e o irmão desta, Julián.

A instabilidade pré e pós-bélica desembocou finalmente numha conjuntura de crise nos anos vinte que deflagra em 1925 numha vaga de desconfiança sobre a casa Pérez e crises bancárias encadeadas. A crónica familiar recolhe assi o episódio:

En el año 1921 se presentó una crisis local, a causa de determinadas quiebras, que nos trajo gran trastorno y preocupación que salvamos fácilmente. Más dura fue la campaña insidiosa y concreta contra nuestro crédito del año 1925, pues en toda la historia de la Casa no se recuerda nada análogo. Por providencia de Dios, nuestros propios elementos y la cooperación de todas clases aportada por amigos y casas comerciales, triunfó en lance tan desagradable nuestra Casa. (Apêndice 12, §42)

O exame das contas permite apontar as causas da debilidade sobrevinda. No primeiro semestre de 1920, a gerência reconhece perdas em valores do Estado, em ações de sociedades de navegação e em operações de compra e venda de ouro. O reconhecimento contabilístico da situação através de ajustes de valor da carteira foi provavelmente incompleto devido à debilidade do negócio ordinário da entidade e a prioridade concedida ao quinhom de dividendos na formulação dos resultados da sociedade.

O alarme estendido sobre a solvência da *Hijos de Olimpio Pérez* despoletou finalmente com extrema dureza umha severíssima crise de confiança relativamente à solidez e solvência da casa (Apêndice 23).

O alarme financeiro que se estendeu pola rede de correspondentes da casa Pérez na primeira metade dos vinte prolongou os seus efeitos desestabilizadores até obrigar a casa a mobilizar todos os seus recursos de convicção sem excluir a demanda de apoio público à rede de clientes e notáveis locais. A

mobilização materializada numha espécie de campanha de imagem legou-nos umha notável instantânea do círculo de solidariedade mais imediato da casa naqueles anos²⁶. Nom demasiado incontestável talvez para as grandes entidades bancárias com relações de correpondência com a casa.

A atmosfera de suspeita a que se viu submetido o banco contaminou alguns dos seus mais conspícuos correspondentes. Umha carta de 26 de agosto de 1921, remetida à sucursal sevilhana do *Banco Hispano Americano*²⁷ mostra a grave desconfiança espalhada na rede de relações do banco, mal disfarçada polas habituais fórmulas de cortesia comercial:

“...manifestádoles que tampoco nosotros contábamos con que nos pidiesen Vds reembolso por telégrafo en la forma que lo han hecho y con la palabra URGE que lo encabezaba, de ahí que nos apresurásemos a...”

26 “*El capital escriturado de nuestra sociedad es de pesetas, 2.000.000 (dos millones), com 886.511,87 (ochocientas ochenta y seis mil quinientas once con cincuenta, en Reservas y Previsión). A pesetas 1.500.000 (un millón quinientas mil) [asciende el] importe del capital privado de los socios, consistente en propiedades urbanas y rústicas, valores públicos e industriales y saldos en cuenta corriente. Todo ello valorado muy bajo pues podemos afirmar que excede con mucho de los dos millones*”. Comunicavam os gestores ao *The Royal Bank of Canada* de Barcelona em carta de 11 de abril de 1922.

Um escrito da época, sem data, sem dúvida promovido pela própria casa e os seus amigos incondicionais, afirmava em tom tam dramático como requeria a ameaçadora tempestade que se abatia sobre o ativo mais prezado de um estabelecimento bancário: a confiança (o crédito, em definitivo): “*Si algo significan para usted nuestra modestas firmas y como nosotros se considera usted obligado a restablecer el imperio de la justicia, llevando de paso la tranquilidad a aquellos de sus convecinos que, de algún modo, estén ligados a la mencionada casa “Hijos de Olímpio Pérez”, encarecidamente demandamos su apoyo valioso para contrarrestar la injusta y a todas luces tendenciosa campaña -tan perjudicial para toda la región- ofreciendo a todos la seguridad y garantía de que sus intereses están salvaguardados absolutamente*”.

Assinavam o escrito:

Hijos de Simeón García y Cia., Riva Hermanos, Segundo García de la Riva, Lalinde Martínez y Cia., Domingo Carro y Cia., Ventura Villar, Daniel Sáenz de la Riva, Pedro Santos, Juan Harguindey Pérez, José Cotos, José Harguindey Pérez, Ramón Mosquera, Dolores Iglesias, Cimadevila y Porto, Ricardo Bermejo, Ildefonso Gallego, Raimundo López Pol, Andrés García Boo, Eloy Artime, Pino Rodríguez y Cia., Esteban Ceinos, Manuel Garabal, Jaime Pardo, Eduardo Fernández, Lesmes Gutiérrez, Luís Rodríguez, Ignacio Leiceaga, Manuel Neira Torrado, Peregrina Neira Torrado, Francisco Ron Mato, Felipe García y Cia., Alejandro Labarta, Ildefonso Tristán, Buján y Cia., Viuda e Hijos de Bacariza, Secundino Cebreiro, José María Carreira, Manuel Ignacio González, Gerardo Puertas, Antonio Pérez Serrano, José Vázquez Pérez, Manuel Vázquez Pérez, Andrés Mosquera Codesido, Jesús Raposo Rivadulla, Elias García y García, Antonio Rius, Jesús Gamallo, Daniel Lozano, Víctor González, José Ortiz, Eloy González, Marcelino Núñez, Modesto Daviña, Vicente Martínez, Benito Pérez Corral

27 Livro Copiador de cartas e telegramas número 51, agosto-setembro de 1921.

Podemos asegurar a Vds que teniendo buenísimas relaciones con todas las sucursales de esa respetable institución, ninguna ha utilizado, ni antes ni ahora, el telégrafo para pedir los reembolsos que siempre atendimos el mismo día en que recibimos las cartas pidiéndolos.

No les puede parecer nada extraño por lo dicho que nos hubiéramos colocado en esta actitud...”

O epicentro da onda de desconfiança acabou por se instalar no *The Royal Bank of Canada*. Umha carta de 13 de agosto de 1921, procedente do livro copiador acima referido e dirigida à sucursal barcelonesa do banco canadiano, deixa transparecer, sob um estilo estudadamente sossegado, a crescente sensação de desamparo e inquietação que experimentava a casa de Cervantes:

“...Debitamos en cta/v hoy ptas. 1525,00 s/g, n/c n/nº 139246/50.

Desde hace una temporada hemos observado que Vds. no nos avisan giros a cargo de n/corresponsales. Si la comisión les parece excesiva, les rogamos nos lo indiquen para remitirles un listín modificado para que Vds. puedan destinarnos la mayor parte de sus avisos indirectos.”

A desconfiança manifestada polo *The Royal Bank of Canada*, com sede central em Montreal, deveu provocar extrema inquietação na casa Pérez polo seu potencial desestabilizador da imagem internacional da casa como agente fiável no comércio de remessas. A ameaça de excluir a casa do florescente negócio das transferências era tam ominosa como difícil de refutar. A carta do banco canadiano de 6 de abril de 1922 (Apêndice 23) estava redigida em termos claramente cominatórios:

Desde hace bastante tiempo venimos confirmando a Vds. Un número muy importante de giros a su cargo emitidos por nuestras Sucursales en Cuba y en otros puntos de las Américas Central y del Sud.

Nuestra Oficina Central en Montreal nos ha pasado instrucciones recientemente a fin de que las libranzas sobre España sean limitadas únicamente a las que van a cargo de un número de Bancos relativamente reducido y residentes en las principales plazas, no figurando el nombre de su apreciable firma en la lista propuesta. No obstante es muy probable que nuestra Oficina no tendrá ningún inconveniente en que continuemos con el arreglo que tenemos con Vds. si es que pueden facilitarnos una información relativa a su posición financiera y lo consideraríamos como favor especial s con la mas estricta confianza nos remitieran copia del último balance efectuado por Vds., detallando el Activo y Pasivo así como también el capital empleado en sus negocios.

A resposta dos Pérez foi imediata. A 11 de abril, o banco respondia com umha missiva dirigida à sucursal barcelonesa do *Royal Bank*, em que fazia explícita a magnitude do património familiar extra-balanço que respaldava a solvência da casa, embora nom contribuísse a prestar solvência legal ao negócio. O capital mais os fundos de reserva de todo o tipo atingiam na altura os 2.886.512 pesetas, o património familiar em *propiedades urbanas y rústicas, valores públicos e industriales y saldos en cuenta corriente* era avaliado pola casa em 1.500.000 adicionais (Apêndice 23). O agudo sobressalto que abanava a imagem de solvência da entidade — factor essencial do negócio bancário — nom parece ter arrastado consequências posteriores na política de capitalizaçom da casa. O saldo do capital comprometido manteve-se inalterado no valor de dous milhons de pesetas em que fora fixado por ocasiom da morte de Olímpio Pérez.

A decadência em forma de perda de oportunidades de desenvolvimento que é possível detectar no volume do negócio canalizado através da rede de correspondentes a partir do ano de 1923 tem a sua origem no contexto das turbulências pós-bélicas dos primeiros anos vinte, de que o episódio do *Royal Bank* representa apenas um acontecimento precursor. No próximo capítulo, dedicado a avaliar a evoluçom da actividade da firma medida pola importância anual dos movimentos das contas da casa com os seus correspondentes, teremos ocasiom de medir o impacto e a sua persistência.

Devemos reconhecer contodo que *Hijos de Olimpio Pérez* soubo esquivar com habilidade os perigos decorrentes da desordem monetária e bolsista consequência da Grande Guerra. A instintiva prudência dos critérios de gestom da casa, embora tenham contribuído a esterilizar as possibilidades de crescimento e expansom, teriam também ajudado a preservá-la dos perigos maiores que dérom cabo de outras instituições bancárias na época.

Si alguna vez hemos ido a alguna operación de riesgo lo hemos hecho en pequeña cuantía y parece que Dios nos hizo ver que era camino equivocado aun en pequeñas proporciones, porque afortunadamente hemos perdido la totalidad de nuestras aportaciones y nos sirvió de norma para no repetir la suerte. Cuando en los años de la guerra europea se especuló tanto con los marcos, tuvimos siempre cuidado de cubrir las posiciones de los clientes, y así tuvimos tranquilidad y cumplimos nuestro deber profesional, aunque hayamos dejado de ganar mucho dinero. (Apêndice 12, §48)

A boa conjuntura que favoreceu de modo transitório a cotação das companhias de navegação e a reactivação do mercado de fretes propiciou uma afortunada operação dos Pérez, relacionada com a venda de dois navios que mantinha a casa em consequência de uma adjudicação por falência de um credor. O memorial de 1947 refere com satisfação a reanimação do tráfico económico devida ao contexto bélico europeu manifestado no extraordinário incremento experimentado nas operações em moeda estrangeira “em cheques, billetes y monedas de oro” a partir de 1913 (Apêndice 12, §32), e a afortunada operação de trespasse das embarcações.

Fueron tiempos de grandes progresos en la industria pesquera y originó este desarrollo la concesión de muchos créditos y algunos muy importantes que nos dieron por largo espacio no pocas preocupaciones y temores. Afortunadamente muchos de ellos se aseguraron con fincas rústicas y urbanas, que no cubrieron en muchos casos la totalidad de los saldos deudores. Hubo, no obstante, importantes compensaciones con las ventas de labradíos y pinares verificadas en época reciente y sobre todo, aunque esta partida no procedía de conservas pero sí de negocios análogos, la hipoteca de barcos mercantes que pesaron a (sic) nuestro activo por adjudicación del crédito de una casa que dio en quiebra. Como en el año 1914 estalló la guerra europea dio lugar este suceso tan trágico a la elevación de los fletes y sobre todo tomaron tal valor los barcos que los vendimos con gran utilidad cobrando tantas veces el importe en que nos habían sido adjudicados que no tuvimos negocio más brillante hasta el presente. Sobre este asunto y sobre otras incidencias no es oportuno dar detalles pero es curioso anotar como este negocio vino providencialmente a nuestras manos, pues teníamos especial interés y era deseo de nuestro padre vender los barcos a quién los quisiera por solo el valor del crédito y, a pesar de que concurrieron a la subasta algunos navieros de fuera de la región, nadie quiso cubrir el tipo desinteresado que se había puesto. (Apêndice 12, §33)

Nom deixa de surpreender a cautelosa satisfação que revela o relato familiar da venda de duas embarcações adquiridas em execução de hipoteca, apesar da discreta quantia da operação.

En el año 1917 vendimos los barcos “Arosa” y “Vigo” que, como decimos anteriormente, nos dieron el negocio más lucrativo hasta el presente. (Apêndice 12, §44)

A manifesta satisfação da casa pela culminação da mencionada operação poderia estar relacionada com o facto de os gestores se terem negado a transmitir com anterioridade os barcos, à espera de uma melhor oportunidade que finalmente se apresentou. A operação resultou, segundo

interpretamos, em 475.000 pesetas, com umha mais-valia de 8.000 pesetas que, embora nom pareça tam brilhante, parece ter satisfeito as expectativas dos gestores.

O impacto da contracção económica pós-bélica sobre o sistema bancário espanhol está bem documentado. Em 1920, tinha lugar a falência definitiva do *Banco de Barcelona*, seguida no ano 1925 pola de três importantes instituições bancárias do País Basco: *Crédito de la Unión Minera*, *Banco Vasco* e *Banco Agrícola de Bilbao*²⁸.

A severidade dos desarranjos experimentados pola banca na década de vinte provocou umha vigorosa resposta institucional materializada no desenho de um novo quadro regulatório da actividade financeira, com a promulgação de duas leis decisivas para o futuro do setor: a de *Ordenación Bancaria* de 29 de dezembro de 1921 e a de *Suspensiones de Pagos* de 26 de julho de 1922.

O dia sete de novembro de 1947, *Hijos de Olimpio Pérez Sociedad Regular Colectiva* decidia comemorar o primeiro centenário da fundação da casa de banca familiar. As razons da escolha deste ano como data fundacional estão longe de ser evidentes. É possível que a data faça referência a algum evento difícil de precisar. Existem provas documentais abundantes da incansável actividade de Manuel Pérez em anos anteriores a 1847. Exemplo significativo disso é o Livro Inventário com data de registo oficial de 14 de dezembro de 1841, onde podemos encontrar os inventários relativos ao período 1845-1858, incluído o do ano de 1852 em que Manuel Pérez anota pontualmente ao pé das contas a notícia do falecimento de “mi amada esposa D^a Antonia Rodríguez Arijón acaecido en 6 de febrero último”.

28 Além das referências bibliográficas específicas acerca da regulação e evolução da actividade bancária citadas em nota de rodapé nº 12, capítulo 1, consideramos pertinente citar:

Muñoz, J. (1988): *El fracaso de la burguesia financiera catalana. La crisis del Banco de Barcelona*, Ediciones Endymion, Madrid. A obra contém umha minuciosa análise do caso e do contexto em que se produziu. O sonado episódio proporciona interessantes sugestões para compreendermos as dificuldades transitórias do banco Pérez e o fracasso definitivo do *Banco de Vigo*, bem que neste último caso tenham operado factores específicos como tentaremos apontar no capítulo final deste trabalho, dedicado ao contexto bancário galego do primeiro terço do século XX.

Em todo o caso, a celebração do centenário serviu de ocasião propícia para redigir um memorial ordenado, em perspectiva financeiro-familiar do máximo interesse para explicar os primórdios e desenvolvimento da firma até alcançar o estatuto de respeitabilidade financeira e social conseguido nos seus cem anos de vida, depois de superadas tam difíceis circunstâncias como a crise dos vinte, o sobressalto republicano e a guerra civil. É um excelente documento de história-relato²⁹.

O ano de 1947 nom parece o mais propício nem para a vida nem para os negócios. Recente a retirada geral de embaixadores em Madrid, advinda da recomendação da ONU, e a subsequente assinatura do Protocolo Franco-Perón de abril de 1948, que dotava o Regime vencedor da Guerra Civil do seu único apoio ultramarino, 1947 é um ano que apenas evoca umha ordem social imperturbável. Virtude, em todo o caso, muito apreciada pola profissom bancária e altamente estimada por umha família de tam profundas convicções patrióticas e religiosas como a dos Pérez:

Y de un modo especial hemos cooperado con donativos de muchas clases y con el oro de nuestras cajas y de nuestras alhajas al Gran Movimiento Nacional. No es este el lugar de detallar todos los sacrificios de sangre a que hemos contribuido con todos los varones de las familias que estaban en edad competente, porque tratamos de una entidad bancaria y otros muchos abnegados españoles han dado su sangre y su vida a esta noble tarea. Sin embargo, nos parece oportuno hacerlo constar como demostración de que, lo mismo nuestros antecesores que los que hoy componemos esta entidad, hemos puesto siempre los intereses materiales a aquellos otros intereses espirituales que nuestra fe de católicos y españoles nos obliga a defender primordialmente. (Apêndice 12, §50)

Pouco tinha a ver o contexto do quarenta e sete com o de 1847 que lhe servia de referência comemorativa. Inscrito em plena década moderada, 1844-1854, o ano de 1847 foi o da Segunda Guerra Carlista, recente ainda a comoção levantada na Galiza polo fuzilamento de Solís e de vinte e cinco dos seus seguidores. Os primeiros quarenta fôrom em toda Espanha anos de isolamento e precariedade, mas também de ordem social e unanimidade patriótica que a burguesia urbana saudou com alívio e talvez com gratidom. A crónica do centenário, impregnada, trinta anos após a

29 Apêndice 12. Nom me foi possível consultar o Livro de Ouro original, que parece encontrar-se em Madrid, em poder da alta direcção do *Banco Gallego*. Finalmente, conseguimos fazer-me com umha fotocópia por amável deferência de um antigo empregado do banco que mantinha a cópia como lembrança pessoal.

sua morte, da devoção polo patriarca da casa, Olímpio Pérez, remata com umha breve jaculatória à laia de resumo da longa história familiar: *Laus Deo*. Poderia ter sido escolhida polo próprio Olímpio.

2.5 As contas patrimoniais da casa Pérez: lucros e capitalizaçom, dotaçons e depreciaçom da carteira. A rentabilidade da companhia no longo prazo

Fixaremos agora a atençom no rendimento do negócio no longo prazo desde a assunçom da gerência da casa por Olímpio Pérez, por ocasiom da morte do seu pai, até o imediato pós-guerra espanhol.

A título de enquadramento, procederemos a revisar as contas da companhia nos cinquenta anos centrais da mesma, 1885-1935. O período demarcado, 1885-1935, compreende as sucessivas denominaçons *Hijos de Pérez Sáenz S.R.C* (1885-1902), de condomínio da firma por parte de Olímpio e Cândido até o falecimento deste em 1901; *Olímpio Pérez* (1902-1910), sob a plena potestade deste; *Olimpio Pérez e Hijos, S.R.C.* (1910-1915), que reflecte a prudente denominaçom da firma posterior ao falecimento da esposa de Olímpio Pérez e a parcial incorporaçom dos filhos à gestom da firma, e finalmente *Hijos de Olimpio Pérez S.R.C.*, a razom social adoptada em 1915 e persistente até o ano de 1957, em que a firma decidia adoptar o formato de sociedade anónima.

O grau de capitalizaçom do negócio, capital social e fundos de reserva de todo o tipo, a expansom da carteira de valores e a composiçom das contas de passivo exigível, especialmente os depósitos, som aspectos especialmente significativos da evoluçom da firma. Outros saldos que merecem especial atençom som os das contas correntes com correspondentes como indicador privilegiado da actividade bancária da casa. Este assunto será tratado com a extensom que merece no seguinte capítulo. Finalmente, as contas à ordem, de carácter nominativo, som também de especial relevância por quanto proporcionam um excelente indicador da evoluçom dos activos financeiros em custódia, quer dizer, da progressiva preferência social polos activos financeiros como instrumento de reserva do aforro.

QUADRO 214

Evolução dos balanços da casa Pérez: 1885-1935

Balanços sintéticos	1885	1890	1895	1900	1905	1910	1915	1920	1925	1930	1935	Δ 1885-1930
Activo	837.941	1.598.068	2.219.798	3.857.374		5.742.353	7.921.665	19.466.451	25.703.209	28.738.556	28.919.889	28.081.947
Caixa e Bancos	227.584	86.044	133.563	277.042		287.151	1.258.097	643.396	1.438.772	1.279.787	1.247.491	1.019.907
Carteira de valores	251.189	1.117.381	1.789.080	3.153.658		2.242.826	2.245.446	5.494.004	12.458.870	14.914.830	14.231.470	13.980.281
Carteira de efeitos	359.168	116.017	47.841	145.169		191.945	524.074	718.765	1.509.430	1.924.341	1.252.657	893.489
Créditos	0	0	156.000	278.005		750.259	827.164	854.865	5.023.548	6.985.787	8.576.035	8.576.035
Outros activos	0	278.626	93.314	3.500		95.970	492.253	596.140	1.708.931	1.712.531	1.640.531	1.640.531
Contas correntes com correspondentes	0	0	0	0		2.174.203	2.574.630	11.159.281	3.563.657	1.921.280	1.971.704	1.971.704
<i>Contas de ordem, valores nominativos</i>	0	0	0	0		<i>33.494.316</i>	<i>46.096.729</i>	<i>68.929.988</i>	<i>72.044.073</i>	<i>76.109.527</i>	<i>65.481.078</i>	<i>65.481.078</i>
Passivo	837.941	1.598.068	2.219.798	3.857.374		5.742.353	7.921.665	19.466.451	25.703.209	28.738.556	28.919.889	28.081.947
Capital	250.000	250.000	250.000	250.000		1.000.000	1.750.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	1.750.000
Fundos de Reserva	0	45.721	23.273	133.241		34.111	233.240	591.008	837.841	1.200.206	1.413.500	1.413.500
Fundos de Previsom	0	0	0	0		17.055	116.620	295.504	418.921	600.103	662.942	662.942
C/C credoras à vista	1.421.164	1.676.877	2.406.892	2.823.041		1.943.551	2.527.959	8.157.277	3.255.639	4.940.604	3.982.013	2.560.849
C/C devedoras, no activo	-927.909	-499.685	-638.833	0		0	0	0	-269.007	-1.315.456	-2.050.828	-1.122.919
Contas a prazo e outros credores						887.740	435.379	2.098.957	12.409.299	16.099.029	16.504.352	16.504.352
Outros passivos	94.687	125.156	178.466	651.092		323.230	489.223	421.652	26.424	136.302	18.990	-75.697
Contas correntes com correspondentes						1.536.666	2.369.243	5.902.052	7.024.093	5.077.768	6.388.920	6.388.920
<i>Contas de ordem, valores nominativos</i>	0	0	0	0		<i>33.494.316</i>	<i>46.096.729</i>	<i>68.929.988</i>	<i>72.044.073</i>	<i>76.109.527</i>	<i>65.481.078</i>	<i>65.481.078</i>
Dimensom nominal balanço (1900 = 100)	21,7	41,4	57,5	100,0		148,9	205,4	504,7	666,3	745,0	749,7	
Deflactor PIB (1900 = 100) *	113,0	100,0	91,3	100,0	108,7	100,0	121,7	213,0	191,3	187,0	195,7	
Dimensom real do balanço (1900 = 100)	19,2	41,4	63,0	100,0		148,9	168,7	236,9	348,3	398,5	383,2	
Índice de dimensom (1885 = 100)	100	216	328	520		775	878	1.233	1.813	2.074	1.994	
% Fundos Próprios/Passivo	29,8	18,5	12,3	9,9		18,3	26,5	14,8	12,7	13,2	14,1	

Nom nos foi possível localizar o balanço de 1905

(*) O índice deflactor foi elaborado a partir das *Estadísticas Históricas de España: Siglos XIX-XX; 4777* (Carreras e Tafunell coord., 2005)

Em perspectiva sintética, vale a pena reparar no notável ritmo de crescimento da casa nos cinquenta anos considerados. Em termos nominais, a magnitude do balanço multiplica-se por 34,5 e por 20 em termos reais.

O grau de solvência da firma, polo contrário, ressent-se ao descer do nível atingido em 1885, com quase 30 % de coeficiente de capital sobre o passivo, até o de 1930, em que mal supera 14 %. O mínimo de capitalização alcança-se em 1900, com 10 % de cobertura, que tentou remediar o aumento de capital para 1.000.000 de pesetas empreendido na altura.

Prestemos atenção ao tema crucial da capitalização e ao concomitante da geração e distribuição dos lucros. Nesta perspectiva, revestem todo o interesse tanto a evolução do património comprometido no banco e materializado em forma de capital de reservas assim como as suas vicissitudes por motivo da herança e sucessom, como também a capacidade de geração de lucros e o esquema de distribuição adoptado entre dividendos e as reservas destinadas a reforçar a solvência do negócio.

QUADRO 215

Evolução e composição dos fundos próprios da firma

Ano	Capital	F. Reserva	F. Previsom	Fundos próprios
1885	250.000			250.000
...
1897	250.000	74.705		324.705
1898	250.000	63.438		313.438
1899	250.000	97.086		347.086
1900	250.000	133.241		383.241
1901				
1902	1.107.656	19.485	19.485	1.146.626
1903	1.261.779	38.750	38.750	1.339.279
1904	1.338.405	48.328	48.328	1.435.061
1905	1.396.603	55.603	55.603	1.507.809
1906	1.435.952	60.317	8.684	1.504.953
1907	1.553.728	75.038	5.210	1.633.976
1908	1.664.170	88.844	19.015	1.772.029
1909	1.827.935	109.314	39.486	1.976.735
1910	1.000.000	34.111	17.055	1.051.166
1911	1.000.000	65.364	32.682	1.098.046

Ano	Capital	F. Reserva	F. Previsom	Fundos próprios
1912	1.000.000	103.148	51.574	1.154.722
1913	1.000.000	131.038	65.519	1.196.557
1914	1.000.000	160.163	80.081	1.240.244
1915	1.750.000	233.240	116.620	2.099.860
1916	2.000.000	290.646	145.323	2.435.969
1917	2.000.000	385.132	192.566	2.577.698
1918	2.000.000	466.541	233.271	2.699.812
1919	2.000.000	560.979	280.490	2.841.469
1920	2.000.000	591.008	295.504	2.886.512
1921	2.000.000	627.151	313.576	2.940.727
1922	2.000.000	670.450	335.225	3.005.675
1923	2.000.000	721.617	360.809	3.082.426
1924	2.000.000	783.697	391.849	3.175.546
1925	2.000.000	837.841	418.921	3.256.762
1926	2.000.000	898.549	449.275	3.347.824
1927	2.000.000	966.393	483.197	3.449.590
1928	2.000.000	1.037.005	518.503	3.555.508
1929	2.000.000	1.122.111	561.056	3.683.167
1930	2.000.000	1.200.206	600.103	3.800.309
1931	2.000.000	1.249.837	598.289	3.848.126
1932	2.000.000	1.290.552	761.148	4.051.700
1933	2.000.000	1.330.053	631.904	3.961.957
1934	2.000.000	1.368.294	743.519	4.111.813
1935	2.000.000	1.413.500	662.942	4.076.442
1936	2.000.000	1.424.535	668.460	4.092.995
1937	2.000.000	1.065.917	668.460	3.734.377
1938	2.000.000	967.068	10.202	2.977.270
1939	2.000.000	1.500.000		3.500.000
1940	2.000.000	1.750.000		3.750.000

Nota: Nos anos de 1937 e 1938, consignámos o saldo ajustado do Fundo de Reservas (1.065.917 e 967.068, respectivamente), ignorando os saldos efectivamente registados no balanço (as mesmas 1.424.535 pesetas de 1936) por terem excluído as perdas registadas num e outro ano (358.618 e 98.849, respectivamente) por causa da imagem.

O exame das contas patrimoniais da casa pom de manifesto a parcimónia dos gestores no reforçamento dos fundos próprios que constituem a base da solvência do negócio. Em 1901, o capital da companhia mantinha-se nas 250.000 pesetas dotadas por ocasiom da fundaçom da *Hijos de Pérez*

Sáenz, S.R.Colectiva por Olímpio e Cândido nos dias finais de 1884, nom obstante se ter triplicado a dimensom do negócio no período. A morte de Cândido no início de 1901 abriu um processo de rápida capitalizaçon que permitiu situar o capital social em 1.827.935 pesetas já em 1909. Em 1910, abalado ainda polo pesar provocado polo falecimento da sua esposa em finais de 1908, Olímpio toma a decisom de partilhar a propriedade e beneficios da firma bancária com os seus filhos e em tal sentido procede a promover *Olímpio Pérez e Hijos, S.R.Colectiva*. Nesta circunstância, o banqueiro procedeu a reduzir o capital comprometido até 1.000.000 de pesetas e a recuperar o resto a título persoal.

Morto o senhor Olímpio, os seus descendentes procedêrom a reajustar a cifra de capital até duplicarem a sua importância desde as 1.000.000 de pesetas com que encerrava 1914 até as 2.000.000 com que encerrou o ano de 1916. A incerteza dos tempos terá contribuido a aconselhar tal decisom. Surpreende, em todo o caso, que a importância ampliada nom tenha experimentado variaçon até 1940, nom obstante as ominosas turbulências desatadas no cenário económico. É verdade que as dotaçons sucessivas para a conta de reserva permitirom reforçar em alguma medida o bloqueio observado no processo de dotaçon a capital. O apressado relatório de bens familiares remetido ao *The Royal Bank of Canada* em 1921, a título de linha de solvência potencialmente mobilizável, nom parece ter comovido os critérios inveterados dos gestores da casa quanto à conveniência de incrementar a dotaçon de capital. A conjuntura da guerra civil provocou finalmente a extinçon das reservas constituídas que só o final do conflito permitiria recomear.

A comparaçon do nível de capitalizaçon do banco compostelano com a banca regional coetânea confirma a insuficiência dos fundos próprios. O *Banco de Vigo* nasceu em 1900 com um capital social de 5 milhons de pesetas, 3 dos quais integralmente realizados, sem que esta base tenha impedido a falência da sociedade em 1925, antes, repare-se, de ter culminado integral realizaçon do capital. O *Banco de La Coruña* fundava-se em 1918 com um capital social de 5 milhons, 2 dos quais integralmente realizados. Em 1921, tinha completado a realizaçon do capital fundacional elevando simultaneamente a sua quantia até os 10 milhons de pesetas, dos quais só restavam por realizar 3,5 milhons no final da guerra civil espanhola. A conversom do Banco Pastor em sociedade anónima em 1925 partia de um

capital de 17 milhões com reservas que ascendiam a 700.000 pesetas. Se bem é verdade que neste caso os activos financiados multiplicavam por cinco os consignados nos balanços dos sucessores de Olímpio Pérez.

A criação do Fundo de Previsão para fazer face à depreciação dos valores teve lugar em 1902, quando a carteira ultrapassava sobejamente os 3 milhões de pesetas. O grau de cobertura dos riscos dos valores em carteira também não foi especialmente generoso. O máximo grau de cobertura mal superava os 7 % em 1918, recém-concluída a guerra mundial. Taxas de cobertura dos 3 aos 4 % foram habituais. A razão reside decerto mais na relutância dos gestores a subtrair recursos gerados para dotar esta conta de reserva cautelar do que na convicção de que os riscos potenciais da carteira estivessem adequadamente cobertos.

A plena compreensão das contradições em que se debateu a firma, entre os imperativos contraditórios de manutenção de um fluxo adequado de remuneração ao capital e as exigências de capitalização e preservação da solvência da sociedade, leva-nos directamente à questão do esquema de distribuição dos lucros gerados. O exame das operações de encerramento de fim de ano na série de livros maiores do período 1885-1940 serve-nos de base para a investigação. O escasso grau de discriminação contabilística acerca da natureza das receitas e despesas registadas impede aprofundar na análise das causas determinantes da magnitude do lucro gerado e a sua dinâmica temporal. A conta de Ganhos e Perdas recolhe receitas e custos, incluídas mais-valias e menos-valias, sem classificação dos contributos de receitas e despesas segundo o seu carácter. Quer segundo a sua índole — receitas ou despesas ordinárias ou extraordinárias — quer pela sua natureza: receitas por prestação de serviços (custódia ou gestão de valores, por exemplo) receitas de carácter financeiro (dividendos de participações, juros, variações nas taxas de câmbio) e o mesmo polo lado das despesas, segundo seja o seu carácter operativo (pessoal, serviços) ou financeiro, e a sua natureza. Este desleixo analítico, ao qual nos temos referido mais de uma vez, não é incompatível, reiteramos, com uma mais que notável precisão no registo e tratamento das diferentes operações, mesmo através do recurso a livros de contabilidade auxiliares como os destinados a resumir o dia-a-dia do tráfego de remessas ultramarinas. A meticulosa contabilização das operações mascara, em suma, a manifesta deficiência na direcção estratégica da companhia que, na falta do fluxo de

informação imprescindível para a tomada de decisões pertinentes, houve de ser confiada ao bom senso e à intuição. Questões como a evolução das diferentes rubricas nos gastos de funcionamento, as rebaixas nas taxas de juro em vigor ou as flutuações do rendimento dos valores em carteira ficavam inevitavelmente excluídas da imprescindível avaliação *a posteriori* que exigiria uma adequada gestão de cariz analítico.

Passemos a considerar a série dos lucros gerados e a sua distribuição.

QUADRO 216

Geração e distribuição dos lucros

Ano	Lucro	A capital	A reservas	A previsom	A dividendos	Imposto	Ajustes
1897	187.907		38.791		169.116		-20.000
1898	-112.674		-11.267		-101.406		
1899	336.486		33.648		302.838		
1900	361.546		36.155		325.391		
1901	190.689		-133.241		190.689		133.241
1902	194.851	61.914	7.739	7.739	136.499		-19.040
1903	192.654	154.123	19.265	19.265	89.439		-89.439
1904	95.781	76.626	9.578	9.578	83.469		-83.469
1905	72.678	58.199	7.275	7.275	63.791		-63.861
1906	47.144	39.349	4.714	3.081	82.900		-82.900
1907	147.218	117.776	14.721	14.721	86.388		-86.388
1908	138.052	110.442	13.805	13.805	118.315		-118.315
1909	204.707	163.765	20.471	20.471	87.893		-87.893
1910	170.453		34.111	17.055	119.287		
1911	156.268		31.254	15.627	109.388		
1912	188.917		37.783	18.892	132.242		
1913	139.451		27.890	13.945	97.616		
1914	145.625		29.125	14.563	101.938		
1915	365.387	750.000	73.077	42.145	255.771		-755.606
1916	403.649	250.000	57.406	40.365	282.554		-226.676
1917	472.430		94.486	47.243	330.701		
1918	407.046		81.409	40.705	284.932		
1919	472.187		94.437	47.219	330.531		
1920	150.146		30.029	15.015	105.102		
1921	180.718		36.144	18.072	126.503		
1922	216.492		43.298	21.649	151.545		

Ano	Lucro	A capital	A reservas	A previsom	A dividendos	Imposto	Ajustes
1923	255.838		51.168	25.584	179.087		
1924	310.398		62.080	31.040	217.278		
1925	270.718		54.144	27.072	164.503	25.000	
1926	303.542		60.708	30.354	184.479	28.000	
1927	339.223		67.845	33.922	209.456	28.000	
1928	353.057		70.611	35.306	227.140	20.000	
1929	425.531		85.106	42.553	272.871	25.000	
1930	390.474		78.095	39.047	248.332	25.000	
1931	248.156		49.631	188.525		10.000	
1932	203.573		40.715	162.859			
1933	197.505		39.501	158.004			
1934	191.206		38.241	152.965			
1935	226.029		45.206	80.824	100.000		
1936	16.553		11.035	5.518			
1937	-358.618		-358.618				
1938	-98.849		-98.849				
1939	324.215		75.465		208.750	40.000	
1940	695.854		250.000	10.531	355.323	80.000	
	9.820.213	1.782.193	1.354.186	1.472.531	6.430.650	281.000	-1.500.346

Nota: O déficit de 20.000 pesetas de 1897 procede de umha devoluçom persoal de Cândido e Olímpio à firma lançada na conta de Ganhos e Perdas, para resolver umha disposiçom anterior. Em 1915, os dez sócios herdeiros realizárom umha entrada de capital de 750.000 pesetas, tendo Marcelino Blanco contribuido com quantias adicionais para os fundos de reserva e previsom a fim de equiparar a representaçom na sociedade da sua esposa, Celestina.

A morte de Cândido em 1901 provocaria a distribuiçom das reservas acumuladas no final do ano anterior (133.241) entre os descendentes deste e de Olímpio Pérez. Nos anos seguintes, podem observar-se divergências entre os lucros gerados e as aplicaçoms efectuadas, os recursos suplementares procedem em todo o caso de cargos directos lançados na conta de Ganhos e Perdas em favor das contas familiares e em prejuízo dos lucros formulados.

Em 1916, efectua-se um aumento de capital por valor de 450.000 pesetas com devoluçom simultânea da décima parte (175.000 pesetas) a María Pérez Curbera, esposa de Santiago Pérez, falecido a 8-03-1915. O capital situa-se, portanto, em 2.000.000 por quotas iguais dos nove sócios restantes: Manuel, Julián, Miguel e Marcelino Blanco, junto com Ramona, María, Antonia, Narcisa e Carmen. A viúva e filhos de Santiago resgatam igualmente 10 % do saldo dos fundos de reserva e previsom correspondentes a 1915.

Nos anos de 1937 e 1938, o banco nom só desiste de qualquer dotaçom a fundos de reserva como também sofre avultadas perdas de 358.618 em 1937 e de mais 98.849 no seguinte.

A curva de geraçom de lucros registados no período 1897-1940 aponta para a existência de três ondas de rendimento acrescentado e perfil irregular com máximos em 1889-1900, 1915-1919 e 1927-1929. Poderíamos

denominá-las onda de *repatriaçom de capitais* aquando da perda das colónias, ciclo de *bonança bélica* 1915-1919 e onda de *recuperaçom posterior ao colapso de 1920*. Cada umha delas vai seguida de um vale contractivo que adquire características de colapso no cenário da iminente guerra civil espanhola.

Um traço especialmente significativo é a natureza dos critérios que presidirom à política de distribuiçom de lucros destinada a retribuir o capital familiar comprometido. A proporçom de lucros apropriados — restados em consequência do tráfico comercial — foi de 90 % até a morte de Candido, em 1901; Olímpio decidiu diminuir a dotaçom a dividendos até 70 % dos lucros gerados, proporçom que a gerência resolveu manter durante o período 1910-1925 para a deixar cair depois até que chegou a anular-se com o advento da República.

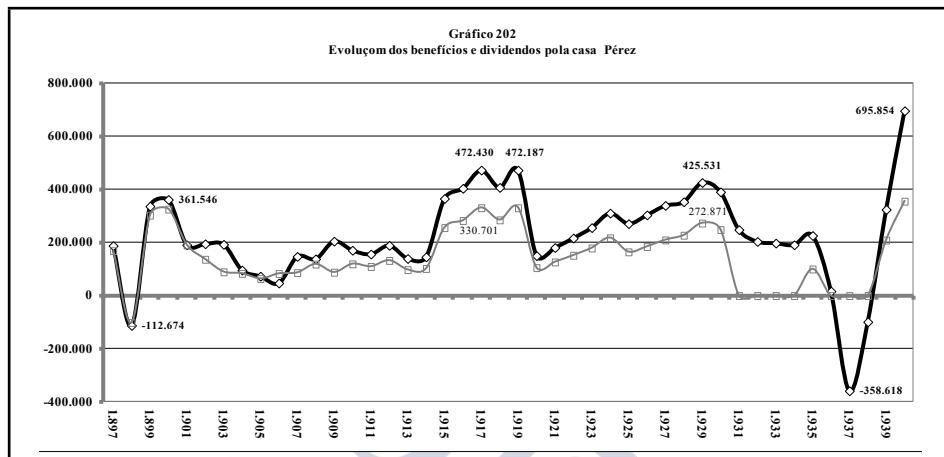
Depois da morte de Olímpio Pérez em 1915, a regra de destinar a dividendos 70 % dos lucros gerados torna-se a norma de distribuiçom que se completava com o destino dos 20 % restantes a reservas mais 10 % ao fundo de previsom. Em 1925, será incorporada a dotaçom para a previsom do imposto sobre utilidades, que desaparecerá em 1932 e voltará a aparecer em 1939. A conversom da Tarifa III da Contribuiçom de Utilidades em embriom do futuro imposto sobre a renda das sociedades a partir do ano de 1920³⁰ tem a sua confirmaçom nas contas da companhia, como também o tivo o colapso da arrecadaçom que parece ter dominado o período republicano.

Um exame minucioso do encerramento das contas dos sucessivos livros maiores permite concluir que a dotaçom ao Montepio para auxiliares, quer dizer, para o pessoal subalterno excluída a gerência, tem como data inicial o ano de 1909, em que se aplica umha dotaçom inaugural extraordinária de 24.420 pesetas. A política de dotaçons prolonga-se até 1923 com contributos muito mais moderados à volta das 1.500 às 1.700 pesetas anuais até 1917, que sobe logo depois até as 2.100 ou 2.800 pesetas até extinguir-se definitivamente em 1923, segundo as nossas indagaçons. Umha nota marginal isolada à dotaçom ao Montepio parece apontar a que o fundo se materializava em títulos de dêveda pública interior, quer dizer, em títulos de máxima segurança em detrimento da sua rentabilidade.

30 Comín, Francisco (1996), *Historia de la Hacienda Pública, II. España (1808-1995)*, Editorial Crítica, Barcelona, pág. 83.

GRÁFICO 202

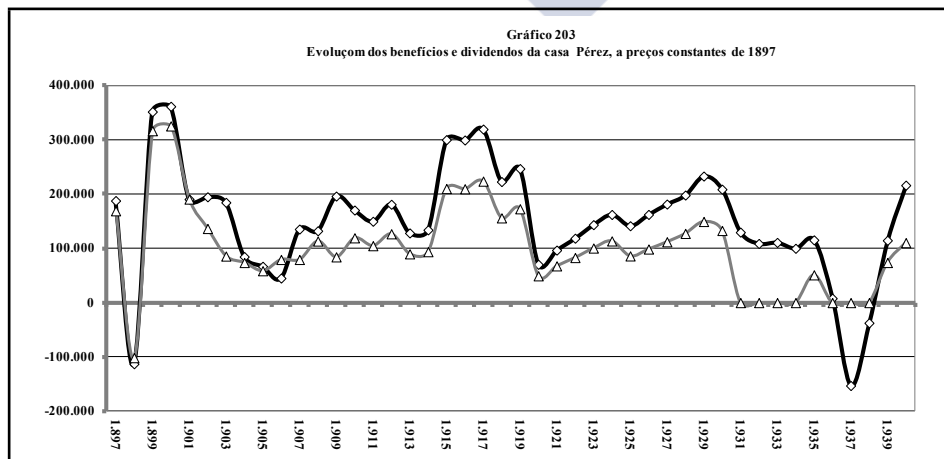
Evolução dos lucros gerados e dividendos distribuídos pela casa Pérez
(Valores em pesetas correntes)



Interessa destacar que o perfil evolutivo de lucros e dividendos nom experimenta mudanças significativas caso operarmos a preços constantes. Julgamos pertinente esta contrastação por quanto toca a um ponto importante nesta investigação como é o da resposta do negócio dos Pérez às mudanças experimentadas pela conjuntura económica em perspectiva de longo prazo.

GRÁFICO 203

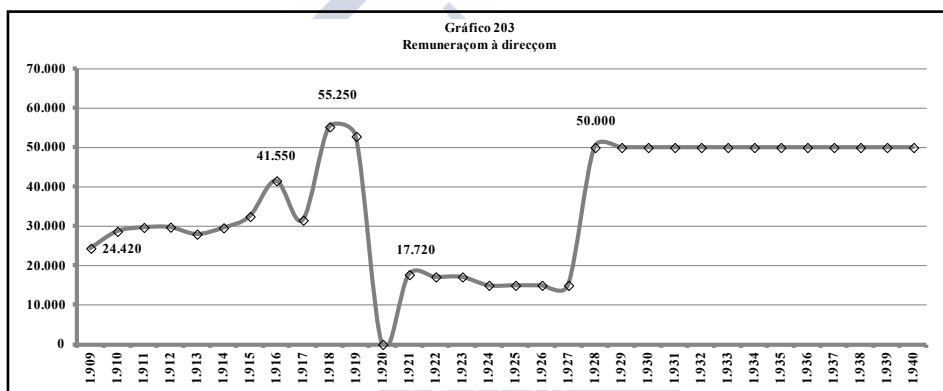
Evolução dos lucros gerados e dividendos distribuídos pela casa Pérez
(Valores em pesetas constantes)



A remuneração à gerência representou uma verba considerável. Estabelecida no tempo de Olímpio Pérez por valor de 30.000 pesetas anuais, acabará subindo até 50.000 pesetas para desaparecer na crise de 1920 e ser recuperada a seguir, já por um valor mais modesto, atingindo novamente o nível das 50.000 pesetas nos anos seguintes.

O colapso experimentado pelas remunerações à gerência na década dos vinte é altamente significativa das dificuldades que atravessou a casa nestes anos críticos para o negócio bancário.

GRÁFICO 204
Remuneração anual à direcção do banco
(Valores em pesetas correntes)



Parece pertinente formular a questão da rentabilidade do negócio familiar no longo prazo, antes da sua conversão em sociedade anónima, no lapso que decorre entre a perda das últimas colónias e o final da guerra civil espanhola. Pode considerar-se satisfatória a rentabilidade alcançada pela casa Pérez em comparação, digamos, com o rendimento da dívida pública?

A técnica de avaliação que adoptaremos é a mais simples, baseada na *taxa de rendimento interno* do negócio, TIR. Operaremos simultaneamente em pesetas correntes e constantes a fim de eliminarmos ou comprovarmos o efeito do véu monetário que poderia invalidar qualquer dos resultados referentes a um prazo tão dilatado no tempo e monetariamente instável. Os quarenta e três anos submetidos a exame requerem contraste com uma série deflactora adequada. Optámos pelo deflactor do PIB 1850-2000 oferecido por Prados de la Escosura, (2003).

A hipótese de partida para o cálculo do TIR é simples: reduzir o negócio dos Pérez a um esquema de fluxos de entrada e saída, sendo estes as entradas de capital e aqueles os retornos a título de dividendos e outras retribuições retiradas cada ano³¹. Excluem-se, como é natural, os movimentos internos de fundos por dotação ou aplicação das contas de reserva de qualquer tipo. Finalmente, será conceituado como retorno conclusivo o valor final dos fundos próprios existentes no ano de 1940 por montante de 2.000.000 de pesetas de capital mais 1.750.000 de reservas. Ambos os saldos representam o valor patrimonial do negócio como diferença entre o montante do Activo e do Passivo exigível, em coincidência com o valor de liquidação da companhia na hipótese de nom existirem mais-valias ou menos-valias latentes no Activo. Podemos adoptar esta hipótese como realista uma vez que as menos-valias terão sido objecto de cancelação progressiva por meio das reservas de previsom em anos precedentes. Nom pode descartar-se, contodo, que na altura de 1940 persistissem ainda menos-valias latentes que a sociedade

31 A técnica de avaliação TIR (taxa interna de retorno) consiste em assimilar qualquer empreendimento económico a umha *caixa negra* alimentada polos sucessivos desembolsos de que o negócio precisar (capital aplicado, empréstimos ou adiantamento de fundos), afectados por sinal negativo, e, como contrapartida, umha série de retornos (dividendos, juros por empréstimos comprometidos, património final recuperado) capaz devolvidos ao empreendedor como justificação dos desembolsos comprometidos. Podemos sintetizar o modelo como um *fluxo de caixa* $[Q_0, Q_1, \dots, Q_n]$ onde os sucessivos $[Q_i]$ som maiores, iguais ou menores de zero e nem todos eles nulos, que decorrem através de um calendário preciso, $[0, 1, \dots, n]$, sendo “0” o momento inicial e “n” o final do empreendimento projectado.

Do ponto de vista financeiro, quer dizer, ao atribuímos um valor ao decurso do tempo, o valor do *fluxo de caixa* no momento inicial “0” é: $V_0 = \sum_{j=0}^n \frac{Q_j}{(1+j)^j} = 0$, sendo “j” a *taxa de desconto* considerada adequada, quer dizer, a exigida polo empreendedor. A taxa de juro da dívida publica a dez anos acrescentado numha prima de risco adequada á incerteza inerente ao projecto representado polo fluxo de caixa suposto marca o espectro dos “j” de desconto pertinentes.

A óptica TIR consiste finalmente em substituir a focagem clássica: “j exigido $\rightarrow V_0 =$ prêmio adicional conseguido” por outra mais simples, que é a de avaliar a taxa máxima que suporta o fluxo de caixa suposto e, como tal, implica: $V_0 = 0$. A vantagem desta focagem ao cálculo do rendimento global esperado é nom requerer qualquer hipótese sobre a taxa pretendida. Finalmente, é bom acrescentar para efeitos de interpretação que a taxa TIR característica do projecto reduz a sua avaliação a umha escala anual de compreensom imediata: $1_{1 \text{ janeiro}} \rightarrow (1+\text{TIR})_{31 \text{ dezembro}}$.

se resistisse a saldar com reservas ordinárias para nom prejudicar a sua imagem patrimonial.

Os fluxos de entrada e de saída contabilizados para o cálculo da TIR procedem basicamente das operações de distribuição de lucros enumerados no quadro 216 mas nom só. Em determinadas circunstâncias os proprietários do negócio procedêrom a acometer contributos ao capital e a recuperações parciais. Som significativas em tal sentido as operações de reconfiguração de capital executadas em 1901 e 1902 com ocasiom da morte de Cândido, a reapropiação exercitada em 1909 prévia à elevaçom do capital social a 1 milhom de pesetas e as operações de capitalizaçom de 1915 e 1916 para compensar à viúva de Santiago Pérez Esteso pola sua exclusom da firma. Com todos estes elementos elaboramos o quadro 217 para avaliar a rentabilidade histórica da firma.

QUADRO 217

Entradas e retornos: rentabilidade secular do negócio familiar

Ano	Fluxo Saída	Fluxo Entrada	Fluxo de Caixa	Deflactor (1995=100)	Fluxo deflactado de Caixa
1897	-324.705	169.116	-155.589	100	-155.589
1898		101.406	-101.406	100	-101.406
1899		302.838	302.838	96	316.603
1900		325.391	325.391	100	325.391
1901	383.241	190.689	573.930	100	573.930
1902	-1.045.742	136.499	-909.243	100	-909.243
1903		89.439	89.439	104	85.713
1904		83.469	83.469	113	73.838
1905		63.791	63.791	109	58.687
1906		82.900	82.900	104	79.446
1907		86.388	86.388	109	79.477
1908		118.315	118.315	104	113.386
1909	976.735	112.313	1.089.048	104	1.043.671
1910		147.987	147.987	100	147.987
1911		139.088	139.088	104	133.293
1912		162.012	162.012	104	155.262
1913		125.616	125.616	109	115.567
1914		131.538	131.538	109	121.015
1915	-750.000	288.251	-461.750	122	-379.294

Ano	Fluxo Saída	Fluxo Entrada	Fluxo de Caixa	Deflactor (1995=100)	Fluxo deflactado de Caixa
1916	-215.014	324.104	109.090	135	80.938
1917		362.251	362.251	148	245.052
1918		340.182	340.182	183	186.290
1919		383.363	383.363	191	200.394
1920		105.102	105.102	213	49.334
1921		144.223	144.223	187	77.142
1922		168.687	168.687	183	92.376
1923		196.217	196.217	178	110.073
1924		232.278	232.278	191	121.418
1925		179.503	179.503	191	93.831
1926		199.479	199.479	187	106.698
1927		224.456	224.456	187	120.058
1928		277.140	277.140	178	155.469
1929		322.871	322.871	183	176.811
1930		298.332	298.332	187	159.573
1931		50.000	50.000	191	26.136
1932		50.000	50.000	187	26.744
1933		50.000	50.000	178	28.049
1934		50.000	50.000	191	26.136
1935		150.000	150.000	196	76.667
1936		50.000	50.000	204	24.468
1937		50.000	50.000	235	21.296
1938		50.000	50.000	265	18.852
1939		258.750	258.750	283	91.558
1940	3.750.000	405.323	4.155.323	322	1.291.519
TIR, tanto por um:			0,590		0,604

A rentabilidade interna do negócio durante os quarenta e três anos considerados alcança uma taxa interna de retorno de 59 % a 60 %, apenas afectada, como pode observar-se, pelo efeito da inflação. Não deve surpreender o moderado impacto desta sobre a rentabilidade do negócio; a razão estriba na baixa inflação que caracteriza o primeiro período temporal da companhia, cujo peso é determinante no cálculo da rentabilidade e ao severo efeito provocado pelo desconto financeiro sobre os movimentos correspondentes aos anos trinta que encerram o cômputo.

A redução do complexo historial da companhia para um modelo de fluxos de entrada e saída submetidos ao procedimento de avaliação TIR permite assimilar o historial a uma simples operação de depósito a prazo de um ano na qual os titulares da conta entregam 100 unidades monetárias no dia primeiro do ano e obtêm 160 no dia final em que procedem a liquidar a operação.

Os resultados alcançados pelos proprietários do negócio mediante a sequência de entradas de capital (fluxo de saída) e de remunerações retiradas (fluxo de entrada) podem qualificar-se de óptimos para o investidor. Baste considerar que o rendimento habitual em operações com clientes mediante colocação dos aforros em dívida pública não ultrapassava normalmente os 5 %: $TIR = 0,05$. O conservadorismo gerencial da companhia, tantas vezes aludido, assegurou-lhe um indiscutível sucesso no empenho em maximizar os rendimentos familiares. O banco da Praça de Cervantes constituiu um excelente negócio familiar embora resultasse um modesto empenho do ponto de vista empresarial, como demonstra a incapacidade da companhia para crescer no cenário descrito pela economia espanhola no século XX.

O rendimento histórico alcançado pelos proprietários da casa Perez é indiscutivelmente brilhante. Uma taxa TIR, descritiva do rendimento do negócio bancário num lapso temporal superior aos 40 anos, à volta dos 60 %, equivale a investir uma unidade monetária no primeiro de janeiro e conseguir 1,6 unidades monetárias no final de ano. Acharmos razoável sustentar que este foi, com efeito, o rendimento atingido e mesmo que tal resultado pode ser qualificado de verossímil, vistas as condições das colocações financeiras alternativas na altura. Recorremos às Estadísticas Históricas de España de Carreras e Tafunell, coord. (2005). Embora comprovemos que o rendimento da dívida perpétua interior a 4 % medida em termos TIR oscile entre os 3,74 % de 1909 e os 5,53 % de 1931, é fácil constatar também rendimentos TIR em títulos de dívida pública superiores aos 10 % e mesmo aos 15 % durante o século XIX. Este nível de rendimento é amplamente superado pelo da dívida pública ou as obrigações emitidas pelas empresas eléctricas a partir de 1950. Como quer que seja, registos de rendimentos da dívida pública interior de até 18 % no decurso do século XIX, como é possível contemplar, dotam, na nossa opinião, de plena verossimilhança à hipótese de que a rentabilidade de um banco local de

perfil conservador poda chegar a atingir rendimentos da ordem do triplo ou do quádruplo do alcançado por aplicações sem risco como os títulos da dívida pública em vários anos do século XIX.

No modelo de fluxo de caixa que sustenta o cálculo da TIR, os pagamentos e cobranças com os seus respectivos sinais compõem uma sequência na qual destaca a entrada de 250.000 pesetas em 1897, subscritas a 50 % por Cândido e Olímpio, acrescentada em 74.705 pesetas em forma de reservas. Este valor do capital atingirá finalmente os 2.000.000 de pesetas em 1916, mantendo-se inalterado até 1940, ano em que contabilizamos 1.750.000 pesetas adicionais a título de reservas. O fluxo de saídas a capital finaliza com a sua recuperação por valor de 3.750.000 pesetas, a que ascendia o património da sociedade em 1940.

O fluxo de entradas em favor da propriedade recolhe a totalidade de dividendos e das remunerações aos gerentes, da mesma maneira que o de saída resume os desembolsos destinados a capitalizar a companhia.

2.6 Um epílogo tardio: a conversão da sociedade familiar em sociedade anónima

A decisão de alterar o formato societário de responsabilidade colectiva, S.R.C., para sociedade anónima marca o ponto final do negócio como empreendimento estritamente familiar e constatação dos limites que comportava. Corria o ano de 1957 em que o Regime vencedor da guerra se via obrigado a dar entrada ao primeiro governo tecnocrata do pós-guerra espanhol, em reconhecimento implícito do esgotamento do modelo autárquico. Faltava apenas um ano para a integração de Espanha na OECE e dois para a promulgação do Decreto de Ordenación Económica que seria conhecido como Plan de Estabilización.

A mudança empreendida era de grande envergadura porque supunha o abandono do formato societário personalista que comportava, entre outras exigências, a plena responsabilidade dos sócios perante as obrigações da sociedade para outro despersonalizado e de responsabilidade limitada. Como contrapartida, a opacidade que tinha velado até o momento a estratégia e resultados da firma dava entrada à exigência de transparência diante dos accionistas e ante a própria clientela.

O quadro regulatório das sociedades anónimas que estabeleceu as condições requeridas para uma sociedade operar sob a forma de sociedade anónima tem a sua origem em data tão extemporânea como a do ano de 1951 em que se promulga a lei de 17 de julho de 1951 sobre regime jurídico das sociedades anónimas. Antes desta data, o funcionamento deste tipo de sociedades, às quais o preâmbulo da lei reconhecia como “la pieza maestra de la economía industrial moderna”, se encomendava aos vinte e quatro artigos dedicados a este tipo de sociedade no venerável Código de Comércio de mil oitocentos e vinte e nove numa demora devida a “un mal entendido concepto de la libertad”, segundo interpretava do referido preâmbulo. A lei francesa de sociedades anónimas datava de mil ochocientos sesenta e nove. A lei de 1951 era relativamente laxa quanto a exigências de transformação de uma sociedade preexistente em sociedade anónima mas estabelecia a obrigatoriedade para as de responsabilidad limitada ou comanditária por ações quando o capital social tivesse superado os cinco milhões de pesetas. A norma afectava a *Hijos de Olimpio Pérez, SR Colectiva* já nos primeiros cinquenta.

O património bancário da família Pérez, medido pelos fundos próprios registados no balanço de encerramento de 1957, aumentara notavelmente desde os 3.750.000 pesetas com que encerrava o ano de 1940 (2.000.000 de capital mais 1.750.000 de reservas) até os 36.000.000 de pesetas consignados no balanço confeccionado no ano de 1957 por ocasião da sua transformação em sociedade anónima. O capital da companhia no final do ano de 1955 situava-se em 12.500.000 pesetas, por simples adaptação ao processo inflacionário subjacente no período. Segundo o deflactor oferecido por Escosura (2003), 100 pesetas de 1940 equivalem em poder de compra a 550 de 1957. A decisão da companhia de duplicar o capital até os 26.000.000 que adopta em 1956 pode interpretar-se como um flagrante reconhecimento de que a casa compreendia finalmente que tinha chegado a hora de reparar a progressiva inadaptación do negócio às exigências do momento.

No momento em que se produzia o trânsito da sociedade para sociedade anónima, as suas contas patrimoniais ofereciam o perfil seguinte:

QUADRO 218**Valor patrimonial de Hijos de Olimpio Pérez nos anos da sua conversom em Sociedade Anónima.**

Capital e reservas constituídas	31/12/1955	31/12/1956	30/04/1957
Capital	12.500.000	12.500.000	26.000.000
Aumentos de capital		11.250.000	
Fundo de Reserva	5.000.000	6.000.000	7.000.000
Fundo de Previsom	4.750.000		
Reserva especial (Ley de 30-12-43)	794.600	794.600	794.600
Reserva Legal (art. 43 Ley de Ordenación Bancaria)	2.250.000	2.250.000	2.250.000
Fundos Próprios	25.294.600	32.794.600	36.044.600
Reserva para fins sociais		70.000	
Reserva para impostos	43.418		

Por escritura de 3/05/1957, *Hijos de Olimpio Pérez, SR Colectiva* procedeu à sua liquidaçom e transformaçom simultânea em *Banco Hijos de Olimpio Pérez S.A.* com um capital social de 30 000 000 de pesetas.

O pacto familiar implícito na operaçom de conversom da firma em sociedade anónima configurou o retrato de família da dinastia,

um verdadeiro emblema da persistência dos equilíbrios e lealdades familiares que constituiu o autêntico alicerce do negócio desde 1880.

Os sete filhos sobreviventes que transmitiam o vínculo familiar eram acompanhados agora polos respectivos esposos e cunhados que completavam umha densa rede que incluía viúvas e netos, já graúdos. O esquema da atribuiçom de quotas acordado para configurar a flamante sociedade anónima configura um primoroso bordado de sujeitos de direito onde nom faltam sequer os fiéis servidores da casa.

Comprovámos como o capital social se distribui em quotas significativamente iguais entre os sete irmãos vivos com sub-rogação da participação de Celestina no seu esposo, Marcelino Blanco. Contemplavam-se também os direitos das cunhadas viúvas e especialmente de todos dos netos de Olímpio Pérez, sujeitos a prudente e intrincada ponderação. O pessoal de confiança é premiado com unha regalia próxima aos 12 % do valor patrimonial atribuído. A família até o final.

A flamante sociedade anónima passava a ser gestionada por um Conselho de Administração integralmente ocupado por membros da família. O pessoal de máxima confiança, Ramón Castromil Casal e Antonio Rios Pérez, receberia as respectivas Direcções Gerais, encomendando, ainda, a Direcção da sucursal de Vila-Garcia a um filho de Manuel Pérez Esteso: Manuel Pérez Blanco. A gerência continua em mãos de Marcelino Blanco e Julián Pérez Esteso.

QUADRO 220

Conselho de Administração de H.O.P.S.A.

Conselho de Administração da Hijos de Olimpio Pérez S.A.	
Presidente	Marcelino Blanco de la Peña
Vice-Presidente	Julián Pérez Esteso
Vogais:	Antonio de la Riva Lara
	Andrés Díaz de Rábago y Aguiar
	Rafael Gil-Casares Pérez
	Angel Sáenz-Díez Pérez
Secretário	Javier Pérez Cabeza
Gerentes Solidários:	Marcelino Blanco de la Peña
	Julián Pérez Esteso

Umha sociedade anónima, à partida, peculiar, projectada talvez mais por motivação de simplicidade jurídica ou fiscal de umha família cada vez mais complexa do que por umha irrefreável necessidade de a submeterem a um processo de abertura e captação de capitais. Afinal, apenas tinham decorrido dez anos desde a redacção da Memória do centenário, documento que explica melhor do que qualquer outro a firmeza das convicções nas virtudes da banca familiar em condomínio.

III

A rede de correspondências de Olímpio Pérez e a sua evolução





3.1 Contas Correntes com Correspondentes: a rede operativa de Olímpio Pérez em 1907.

A série das CCC registadas pelo banco Pérez tem data de início de 30 de junho de 1904 e continuidade até o ano de 1940. A série de livros de CCC ocupava um considerável espaço nos sótaos da sede central do Banco Gallego da Praça de Cervantes, só ultrapassado pela série de livros diários e maiores conservada integralmente para o período 1837-1940 no momento da nossa pesquisa. O opulento arquivo da casa Pérez parece sujeito a um duro fado de incertas consequências. Disperso no período da minha investigação entre um armazém nas Marinhãs corunhesas e a sede histórica da casa da Praça de Cervantes, a documentação custodiada nesta era transferida no início do ano de 2010 para o armazém corunhês devido à transformação da sede compostelana em Centro Social de Nova Caixa Galicia, decisão esta imediatamente fracassada por causa da crise que se abateu sobre a NCG, na qual se debate ainda.

Com a denominação de *Banco Olimpio Pérez*, (1902-1910), a casa Pérez alcançava a maturidade sob a direção do senhor Olímpio. Falecidos os seus irmãos Celestina e Cândido, Olímpio decidia empreender a tarefa de dotar a banca familiar de dimensão e novas capacidades sem interferências indesejadas. A finais do ano de 1908, o falecimento da sua esposa iria cobrir de sombra as perspectivas de futuro do banqueiro até decidir-lo a mudar a denominação da sociedade para a de *Olimpio Pérez e Hijos, S.R.C.* O dia primeiro de Janeiro de 1910, o banco começou a operar com a nova denominação a fim de preparar uma transição que o banqueiro pressentia próxima.

A procura de um conhecimento mais cabal da banca Pérez neste período de maturidade conduze-nos a examinar a dimensão alcançada pelo negócio nessa altura mediante um exame minucioso da rede de correspondências em que este se inseria. O exame da rede de relações estabelecidas pelo banco no primeiro decénio do novo século é a tarefa que pretendemos empreender agora. A via escolhida é o estudo do livro de *Cuentas Corrientes con Corresponsales*, adiante designado por C.C.C., correspondentes ao ano de 1907, que descreve em contas individualizadas as operações cruzadas com os principais correspondentes da casa nesse ano. A série de livros auxiliares C.C.C. tem início no ano de 1904 como sinal inequívoca não só da intenção de Olímpio Pérez de imprimir uma gestão mais rigorosa ao negócio familiar, agora que podia proceder a geri-lo com plena autonomia, mas também do grau de maturidade e complexidade alcançados pelo banco nas relações com a sua rede de correspondentes de todo o tipo. Até o momento, as contas eram geridas sem ordem nem sistema nos Livros-Maiores. Os dois volumes que configuram as C.C.C. de 1907 constituem a quarta anuidade de série. Nos dias finais do ano de 1906 procedia a registar Olímpio junto do juiz municipal de Santiago o primeiro livro registo do ano de 1907, seguido por um segundo no mês de julho de 1907 para completar a anuidade. É oportuno lembrarmos que 1906 foi também o ano da instalação da câmara couraçada Fichet nos sótãos da vivenda. Um momento de esperança, portanto, de cariz expansivo.

Os livros de registo de Contas Correntes com Correspondentes¹, têm carácter evidentemente auxiliar, não submetidos às exigências da contabilidade comercial e constituem, em tal sentido, uma prova da sua necessidade funcional para a boa gestão contabilística da casa. Não é outra a razão pela qual a casa mantinha também abertos os livros de *Letras a pagar* relativos ao tráfico de remessas ultramarinas. Trata-se, num e noutro caso, de uma prova da boa ordem contabilística imperante na casa seja qual for a crítica a que podemos submeter a qualidade ou deficiências dos registos de contabilidade.

¹ Os livros objecto de análise levam gravado na capa: *Olímpio Pérez, Santiago, Cuentas Corrientes Corresponsales, Año 1907, N.º 1 ou 2*, segundo o semestre, junto com o carimbo da sociedade fornecedora: *Sociedad bilbaína de Artes Gráficas, Fábrica de libros rayados*, Bilbao. A sua dimensão é de 45x31x6 centímetros e o seu peso considerável: 7,2 quilogramas cada volume.

Como introduçom, pode ser conveniente examinarmos sucintamente as operaçoms tipo que enchem o historial de cada correspondente. Som típicas operaçoms do teor seguinte, que consignamos com a concisom própria do registo contabilístico.

QUADRO 301

Operaçoms típicas do registo das CCC

Deve (D)	Haver (H)
Pagamentos	Cobranças
m/entrega a “A”	s/entrega a “B”
s/ giro m/cargo	m/ giro s/cargo
m/remessa s/Madrid	s/remessa s/Santiago
Custo de valores solicitados	s/remessa cupons <i>Azucareras</i>

Com variantes nos casos em que se decidia abrir dupla conta: m/cta (na sede do correspondente), s/cta (na sede compostelana).

Alguns assentos particulares cobram especial interesse polo seu carácter peculiar. Transcrevemos algum.

QUADRO 302

Francisco Santamaria Cáceres (CCC, ano 1907, volume II, fôlio 176)

data	Deve		Haver		data
10-07	<i>Pagado por pension de 1 nicho</i>	3,50	Liqdo cups segun nota	3.504,00	22-11
22-11	m/r 1/ch Sevilla 8156	3.493,50			
22-11	Comisión y tbre.	7,00			
Saldo		=		=	

O correspondente, um indivíduo de Cáceres, neste caso, é debitado polo aluguer de umha sepultura, pola disposiçom de um cheque sobre Sevilha e por comissoes e timbres. Como único abono em conta, o correspondente é creditado por umha cobrança de cupons a seu favor. A conta salda-se em equilíbrio.

QUADRO 303

Llaguno y Cia de Madrid (CCC, ano 1907, volume II, fôlio 91)

data	Deve		Haver		data
2-08	m/intervción	81,00	Saldo anterior	*	
31-12	m/r 1/abc	2.700,00	s/r Santiago	67,00	14-08
			<i>Varios cobrado pensión figueroista</i>	2.501,00	
Saldo		=		213,00	

Omitimos mencionar o saldo de abertura e liquidação final da conta para a transferência ao livro maior a fim de eludirmos os problemas que comporta a liquidação de juros mútuos, a que faremos mais adiante referência, para concentrarmo-nos na operativa. A conta em apreço tem carácter de conta mútua com encerramento recíproco de juros creditados e debitados cuja técnica será objecto de exposição no Apêndice 31. O correspondente, neste caso umha sociedade madrilena, admite débitos por umha operação de intervenção de Olímpio Pérez por umha remessa creditada na conta em Madrid. Como créditos, Olímpio Pérez computa-lhe a recepção de umha remessa sobre Santiago e a satisfação por parte do correspondente madrileno de umha pensão *figueroísta*. Trata-se de um venerável rasto documental do regime de ajudas à educação instituído em 1784 em execução do testamento do ilustre benfeitor compostelano, o cardeal Manuel Ventura Figueroa Barreiro (1708-1783). As pensões estavam destinadas a facilitar o acesso aos estudos dos familiares do cardeal e descendentes destes, com especial cobertura no caso de os beneficiários serem orfas. É umha das mais antigas fundações de que se tem memória².

QUADRO 304

Cayetano Atán de Cruzeiro de Roo (CCC, ano 1907, volume II, fôlio 159)

data	Deve		Haver		data
31-08	Costo P. 2000 Interior	1.660,75	Saldo anterior	14.615,57	1-07
18-09	m/entrega	429,82	s/r efectivo	1.675,00	31-08
23-09	10 redenciones del S.M.	15.075,00			
26-12	1 redención del S.M.	1.510,00			
26-12	1 redención del S.M.	1.510,00			
Saldo				3.875,00	

2 O ilustrado cardeal compostelano, que foi coetâneo de Fernando VI e Carlos III, alcançou as maiores responsabilidades e dignidades do seu tempo. Patriarca das Índias, Vigário Geral dos Exércitos, Auditor do Tribunal da Rota, Embaixador em Roma. No seu testamento, lega a sua biblioteca à Universidade de Santiago e destina as quatro quintas partes dos seus bens a serem investidas com objecto de aplicar os seus rendimentos em favor dos seus parentes e a ajudar as orfas e os estudantes sem recursos. As cláusulas fôrom convertidas polos seus testamenteiros (Floridablanca, Campomanes) na admirável Fundação cujos benéficos chegaram a beneficiar personalidades tam conhecidas como Bouza Brey, Cunqueiro, Filgueira Valverde e a mae de Mariano Rajoy, Olga Brey.

A um ceense de nação, como é o meu caso, a figura de Figueroa nom pode deixar de lhe trazer à memória a de Fernando Blanco de Lema (1796-1875), que legou a sua fortuna, 750.000 pesos ouro, para a edificação intelectual dos seus paisanos e conterrâneos e que tivo como testamenteiro em Espanha o insigne matemático luguês Vicente Vázquez Queipo.

Neste caso, podemos observar as relações com um correspondente que investia em valores públicos e se ocupava, entre outros negócios, de tramitar títulos de redenção do Serviço Militar. No ano de 1906 a que nos estamos a referir, iniciara Espanha o processo de penetração no norte de África, amparada pela Conferência de Algeiras de 1906, posteriormente confirmada com o Tratado Hispano-Francês de 1912. Foi a base diplomática para proceder à divisão das áreas de influência de ambos os países no norte de África. Foi nestas circunstâncias, numha Espanha em convulsão, em que doze conscritos da ria de Muros compraram o direito à isenção de alistamento. O resgate não era baixo. O salário diário da categoria laboral máxima em Barcelona no ano de 1907 – um tecedor de seda ou fiandeiro – não superava as 5 pesetas e o de caixista impressor, 4,40 pesetas, ambos por dia³. Estamos a falar, portanto, de quantias que superam a remuneração anual da aristocracia laboral barcelonesa. Não será até 1912 quando uma nova lei de recrutamento termine desterrando o privilégio do resgate. Cayetano Atán não só teria dispensas de conscrição entre os seus clientes particulares, como também era activo investidor em Dívida Pública, através do banco de Olímpio Pérez. Costumava saldar as suas posições devedoras, como podemos observar, mediante entregas em dinheiro por carência de papel a negociar.

A maioria dos assentos consignados carece do aroma vivencial ou histórico que acabamos de observar. A sua índole centra-se mais habitualmente no tipo genérico de transacções comerciais entre empresas ou particulares. São especialmente significativas as transacções ligadas à actividade exportadora das vilas costeiras da área de influência de Compostela, como também as relativas ao tráfico de valores. Tomemos como exemplo um extracto da conta de uma conhecida família de negociantes da indústria pesqueira e conserveira das rias.

3 Maluquer de Motes, J.; Llonch, M.: “Trabajo y relaciones laborales”, volume III, capítulo 15, 1177 em Carreras, A.; Tafunell, X. coord.. (2005): *Estadísticas históricas de España. Siglos XIX-XX*, Fundación BBVA

QUADRO 305

Salvador Colomer y Hermana de Palmeira (CCC, ano 1907, volume II, fólho 102)

data	Deve		Haver		data
1-07	m/r Palmeira	80,75	Saldo anterior	14.705,89	1-07
2-07	m/r efectivo	5.005,65	s/r Bordeaux, frc 2.130,20	2.398,60	30-07
...	s/r Paris, frc 3.375,85	3.868,70	30-08
...	s/r Londres, L 15-16-00	451,10	3-09
...	s/r Bordeaux, frc 466,35	531,65	9-09
...
Saldo		6.219,96			

Chamamos a atençom, sobre a dispersom das praças involucradas no tráfico comercial. A conta inclui títulos à cobrança sobre as praças referidas, assi como sobre Sevilha e Palência, junto com outras classificadas como *abe* ou *abc* (talvez “*abonarê*” ou creditado em conta). Os assentos em moeda estrangeira – libras, francos – incluem a importância nominal na divisa específica da transaçom, junto com a sua equivalência em pesetas. Como podemos observar, o banco de Olímpio Pérez tentava compensar as transaçons recorrendo a remessas a receber sobre Palmeira a fim de minimizar o movimento de numerário. A conta dos Colomer de Palmeira atinge um importante movimento anual. Sirva como ilustraçom o facto de o montante dos assentos devedores (D) ascender, no ano, a 64.680,82 pesetas, e o dos credores (H) a 70.900,78 pesetas, com um saldo credor resultante de 6.219,96 pesetas que figura como saldo da conta para a posterior transferência a Maiores e Balanços.

Examinemos agora um exemplo das transaçons involucradas nas relaçons com a banca estrangeira. Dado o volume de operaçons canalizadas, seleccionámos nesta ocasiom algumas operaçons representativas em sequência nom consecutiva. As transaçons consignam-se normalmente em libras, xelins (1/20 de libra) e pénis (1/240 de libra): X-X-X. O câmbio aplicado era de 28,45 pesetas/libra, tal como fai constar umha nota anexada ao assento. Também se registam operaçons em marcos (Berlim) e francos (Burdeaux).

QUADRO 306**Credit Lyonnais de Londres (CCC, ano 1907, volume II, fôlios 11, 194, 221, 247)**

data	Deve		Haver		data
1-07	Saldo anterior	161.058,40	Costo L 9.095-02-06 v/ clases, 4.777-13-10	134.747,70	9-07
8-07	Cupón julio, Venezuela, Para- guay y Portugués, 276-00-00	7.755,60	Gasto envío valores, 2-16-13	79,40	12-07
29-07	m/r Londres, 620-18-06	17.693,59	Custodia valores en su poder, 6-13-00	189,50	17-07
18-09	Amortización de L 100 Japonés, 102-11-11	2.914,10	Costo L 100 Venezuela, 80 Brazil (sic), y 2.180 Argentino, 3.203-05-06	91.028,80	3-08
18-09	Cupón 1º julio de L 197-15-00 Ruso, 1-19-07	55,65	Costo póliza de seguros, 30-02-06	863,95	19-08
27-09	m/r New York, 80-16-02	2.250,00	Traspaso de s/c, 153-05-08	4.371,60	29-09
16-10	Cupón 1º de (?) de Brazil (sic) y consolidado en s/p, 27-00-08	604,08	1/g c/ S. Harguindey, 1.196- 01-02	33.504,00	30-10
9-11	m/r en 1 billete de 100 Dollars, 20-06-03	569,50	s/entrega a Luis Maroñas, 40-03-00	1.700,80	30-10
18-11	m/r Berlin, mcs 1000	1.140,50	Costo L 1.200 Venezuela y 593, 5% Ruso, 957-10-01	27.305,00	21-11
11-12	m/r Bordeaux, frc 12.140,85	13.736,90	m/g s/c 8332-35, 1.031- 16-09	29.615,65	26-12
18-12	Liquido L 700 Japoneses amortizados, 717-05-08	20.349,00	Suscripción al “Financier” fra 1.908, 2-12-00	70,00	28-12
Saldo credor a final de ano		72.605,36			

O saldo desta conta com a sucursal londrina do Credit Lyonnais encerrava o ano com sinal credor de 72.605,36 pesetas a favor da entidade francesa; mais significativo é o volume de operações registadas no exercício: 1.437.070,36 pesetas. Surpreende a variedade e dispersom geográfica dos valores negociados, como também a frequência das operações por conta de particulares tramitadas pelo banco compostelano. Merece menção ainda o esmero na contabilização das operações em divisas e a atenção dispensada pela casa à qualidade da informação precisa para documentar a estratégia da gestão de valores. A subscrição ao *Financier* é ilustrativa a tal respeito. Os pagamentos ao *Credit Lyonnais de Londres* por entregas em numerário a clientes de Olímpio Pérez ou por títulos satisfeitos em Londres som claro

indício do grau de internacionalização comercial alcançada na época e da marcada preferência dos aforradores por emissões de dívida pública forânea, quer como reserva de valor, quer como instrumento especulativo. É óbvio constatar que o tráfico bancário de Olímpio Pérez com o estrangeiro atendia uma clientela eminentemente local. É fácil detectar nas contas os clientes locais – os Harguindey, Maroñas... – como titulares eminentes do tráfico com valores estrangeiros e efeitos comerciais – Japom, Brasil, Rússia, Repúblicas sul-americanas – negociados sobre praças variadas como Berlim ou Londres. As operações tramitadas incluíam serviços de apoio ao tráfico comercial, como subscrição de apólices de seguros e autorizações várias.

A compra e negociação de valores constituía uma linha de negócio habitual da casa com numerosos clientes do banco, não só empresários envolvidos em negócios de exportação, como também outros de perfil eminentemente rendista entre os que não faltam alguns com residência em América. A preferência pelo investimento em valores constitui uma prática financeira cada vez mais estendida entre aforradores de classe média e retornados. A passagem da posse de foros e activos reais para a constituição de carteiras é um traço altamente significativo da modernização das relações económicas, como demonstra o volume crescente das *contas de ordem* anexas aos balanços da sociedade. A câmara Fichet era o seu reservatório e ícone de referência.

A análise sistemática da rede de relações com os correspondentes do banco relativos ao exercício de 1907 aconselha a propor um esquema tipológico sintético que facilite e melhor compreensão analítica das operações e uma apresentação adequada dos resultados. Duas perspectivas parecem convenientes para efeitos de segmentação das diversas contas registadas: a geográfica e a institucional. A primeira para medir a dispersão espacial dos correspondentes e a segunda para caracterizar a índole dos correspondentes segundo a nacionalidade ou identidade funcional: societária ou particular. O padron sugerido gera, em conjunto, dez celas analíticas.

A dupla perspectiva geográfica e institucional remete para uma grelha conceptual do seguinte tipo:

QUADRO 307

Grelha analítica para descrever a tipologia das CCC em 1907

Sede da titularidade dos correspondentes	Bancos e agências financeiras implicadas		Correspondentes nom financeiros		Perspectiva geográfica
	Espanhóis	Estrangeiros	Sociedades	Particulares	
Galiza		Non há sucursais			Subtotais
Resto Estado					
Resto mundo	Nom há sucursais				
Perspectiva institucional	Sub-totais		Sub-totais		Total

Concedemos especial importância às celas representativas das operações com correspondentes bancários, tanto com entidades de titularidade espanhola –incluída, naturalmente a banca galega– como estrangeira. Quanto a estas últimas, concederemos especial atenção a comprovar o volume de transacções canalizadas pelas suas sucursais em Espanha em comparação com o volume captado pela banca estrangeira nas suas sedes ou sucursais fora do território espanhol.

Por economia expositiva, limitaremos-nos a examinar os assentos devedores das CCC, quer dizer, aqueles que podemos reduzir à fórmula: “O correspondente registado nesta conta X passa a dever-me Y pesetas na data adjunta em conceito da operação Z”. O valor agregado da totalidade dos assentos devedores registados no ano de 1907 ascendeu a 20.362.340 pesetas, muito representativo do nível de actividade alcançado pela casa nos anos iniciais do século XX. Mais precisamente, 20.362.340 é o *balanço de somas* resultante de adicionar a totalidade dos débitos com correspondentes no ano 1907, que tem a sua contrapartida nas 20.449.022 pesetas que figuram por agregação dos créditos consignados no mesmo ano. Um e outro saldo som os registados no livro maior do ano 1907 que resumimos no quadro 317.

É conveniente lembrar que no ano de 1907 a banca estrangeira nom contava ainda com nenhuma sucursal aberta na Galiza. O *Banco Español del Rio de la Plata*, primeiro em abrir delegação na Galiza, nom se instala no País até a abertura da sucursal viguesa em 1910, seguida da corunhesa no ano seguinte. Em 1918, abria sucursal em Vigo o *Anglo-South American Bank of London* e entre ambas as datas abriria igualmente

sucursal na Corunha o *Credit Lyonnais* (Abreu, 2002; Lindoso, 2006). O *Banco Olímpio Pérez* desempenhava, em consequência, um papel de interlocutor destacado da banca estrangeira envolvida em operações com a Galiza.

A informação extraída do livro das CCC de 1907 na grelha conceptual proposta oferece os seguintes resultados.

QUADRO 308

Distribuição dos assentos devedores das CCC em 1907.

Débitos no ano		%	Galiza	Resto Espanha	Mundo
Banca espanhola	5.387.894	26,53	1.999.109	3.388.785	
Banca estrangeira	6.154.542	30,20		2.848.125	3.284.968
Sociedades	2.442.930	12,03	1.268.712	1.174.218	72
Particulares	6.324.812	31,25	6.244.600	80.211	21.377
Pesetas	20.310.178		9.512.422	7.491.339	3.306.417
%		100	46,84	36,88	16,28

O volume de débitos consignados no quadro anterior por todos os conceitos, 20.310.178 pesetas, mostra uma ligeira discrepância com os 20.362.340 que figuram debitados no quadro 317 no ano de 1907. Esta última é, por certo, a correcta por proceder do livro maior da companhia; as cifras do quadro 308 som apenas uma boa aproximação, derivada da nossa análise das CCC e da sua agregação posterior. A discrepância observada pode ser atribuída ao facto de termos prescindido de tomar em consideração as operações de encerramento de contas de final de ano, referidas à estimação de juros e comissões mútuas para a sua posterior transferência ao livro maior e, em definitiva, ao balanço da sociedade.

Prestaremos, em seguida, atenção ao contido dos aludidos ajustes praticados a final de ano nas CCC para apurar algo mais a compreensão das condições em que se desenvolvia o tráfico bancário entre correspondentes no primeiro decénio do século XX. Vale a pena frisar também que o montante dos apontamentos devedores e credores das CCC guarda uma grande similitude, que revela a intenção mútua de compensar operações devedoras e credoras a fim de minimizar o custo de manutenção de saldos credores persistentes em prejuízo do lucro. A consequência desta política é a modéstia dos saldos das CCC transferidos para o ano seguinte em comparação com o montante de fundos movimentados ao longo do

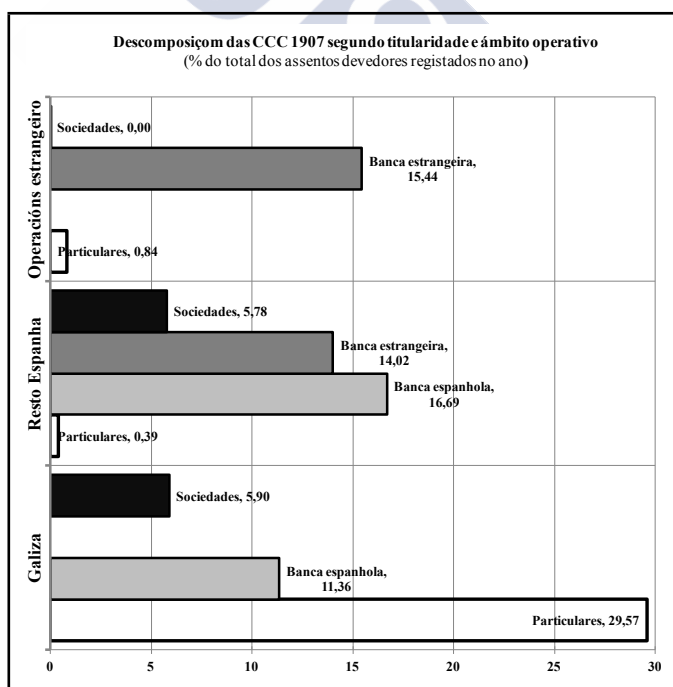
ano. Som fáceis de observar no fluxo de assentos contáveis operações de compensação destinadas a evitar um crescimento desmedido dos débitos no parceiro correspondente; o envio de remessas compensatórias em numerário ou valores é o procedimento habitualmente praticado.

Umha leitura em vertical do quadro anterior permite comprovar o decisivo peso das operações de âmbito galego nas relações de correspondência do *Banco Olímpio Pérez*: 47 %. Em leitura horizontal observamos que os 57 % dos débitos eram canalizados através das relações bancárias.

Recolhemos no gráfico a seguir a distribuição percentual dos saldos devedores em CCC segundo a destinação tipológica proposta no quadro 308.

GRÁFICO 301

Distribuição percentual dos assentos devedores das CCC



Apuremos mais um pouco o conhecimento da rede de correspondentes de Olímpio Pérez, tanto no relativo à identidade particular dos parceiros como à sua distribuição geográfica. Esta última faceta é especialmente útil porquanto permite lançar luz sobre o perímetro geográfico da rede do

banco na Galiza e sobre a dimensão da rede de relações com o estrangeiro, quer directa, quer através das sucursais da banca estrangeira em Espanha.

Qualquer tipologia comporta problemas de escolha. As rubricas colectivas que permitem identificar a titularidade e referência geográfica das contas suscitam problemas interpretativos – a identificação da titularidade da conta e a sua referência geográfica nem sempre é unívoca – que aconselham certa flexibilidade interpretativa e amplitude classificatória. Por concretarmos, a fronteira conceptual entre um correspondente particular e uma sociedade familiar está longe de ser manifesta. Nos começos do século XX, não era infrequente, como também hoje está longe de o ser, a existência de pequenas firmas comerciais ou manufactureiras em vilas do litoral de carácter marcadamente familiar cuja operativa misturava com frequência os âmbitos comercial e pessoal. Denominações do tipo “XYZ e Hijo”, “XYZ y Hermano”, “Viuda de XYX”, são frequentes e apontam na direcção aludida. Também não é fácil discernir, às vezes, a diferença entre entidades de carácter estritamente bancário e meras agências de titularidade pessoal dedicadas a operações de intermediação financeira sem excluirmos actividades comerciais e de representação. Uma atenta leitura do tipo de movimentos resenhados e a própria denominação ou rubrica que individualiza o titular constituem normalmente indicadores fiáveis quanto ao perfil económico do correspondente. Existe também um grau de imprecisão maior ou menor quanto à localização dos correspondentes. Salvadas as contas identificadas com a sua localização geográfica, “XYZ de Muros”, “Banco BCD, Londres m/cta”, etc., ou aquelas que oferecem orientações precisas através dos assentos consignados, não é tarefa fácil atribuir uma localização precisa a alguns dos correspondentes. Deixando constância destas reservas de carácter metodológico, empreendemos o exame e tipificação da rede de sucursais que serão relacionadas por extenso no Apêndice 32.

Em perspectiva geográfica, e tal como pode observar-se no quadro 308 e gráfico 301, os negócios intermediados pelo banco de Olímpio Pérez concentravam-se no alvorecer do século XX na Galiza, seguidos das transacções com o resto do Estado e, em menor medida, ainda que em volume significativo, as de correspondência forânea, em proporções de 46,84%, 36,88% e 16,28%. Em perspectiva institucional, é destacável o protagonismo da banca que absorvia 57% das transacções: 26,53% a

banca espanhola e galega e 30,20% a estrangeira, quer através das suas sucursais espanholas, quer em operações fora de Espanha. Os restantes 43% eram distribuídos entre operações com particulares, 31,25%, mormente residentes na Galiza, e com empresas, 12,03%.

Nom pode surpreender a forte ponderação da banca internacional na rede de correspondências. A economia galega da época tinha dous eixos proeminentes no tráfico financeiro: as remessas ultramarinas e o movimento comercial de empresas exportadoras, especialmente as conserveiras. Também nom podemos esquecer a crescente importância do tráfico de valores e divisas como contrapartida compensatória às operações de remessa e exportação. Quanto ao tráfico derivado da gestão de remessas, o protagonismo institucional ostentava-o o *Banco Español del Rio de la Plata*, BERP. No entanto, o pólo geográfico de atracção das exportações era naquela altura a França. A julgar pela magnitude do negócio, o *Credit Lyonnais* desempenhava um papel crucial na altura. A forte presença da banca estrangeira constitui, aliás um indicador certo do relativo atraso da banca espanhola nos princípios de século⁴.

Nom é difícil explicar a forte ponderação da banca internacional na rede de correspondências. A economia galega da época tinha dous eixos proeminentes no tráfico financeiro: as remessas ultramarinas e o movimento comercial de empresas exportadoras, especialmente as conserveiras. Nom podemos esquecer ainda a crescente importância do tráfico de valores e divisas como contrapartida compensatória das operações de remessa e exportação. Quanto ao tráfico derivado da gestão de remessas, o protagonismo institucional correspondia ao *Banco Español del Rio de la Plata*, BERP. O pólo geográfico de atracção das exportações era, na altura, a França. A julgar pela magnitude do negócio, o *Credit Lyonnais*

4 Martín Aceña, P. in Sánchez-Albornoz, N. comp. (1985), *La modernización económica de España 1830-1930*, Alianza Editorial S. A., Madrid. No capítulo 6º da obra citada, "Desarrollo y modernización del sistema financiero, 1844-1935", Martín Aceña achega informação valiosa acerca do patente grau de subdesenvolvimento do sistema bancário espanhol a princípios de século. Em 1913, a banca privada espanhola concentrava apenas 848 milhões em activos, de um montante total de 4.279 dos quais o Banco de España ostentava o 66,5%. A ratio de activos totais das instituições financeiras sobre Renda Nacional no mesmo ano nom superava o 33% em Espanha, muito por debaixo de Itália (97%) e, naturalmente, dos países europeus centrais. Bibliografia adicional referente à evolução do sistema financeiro e bancário espanhol foi já citada na secção 11 do primeiro capítulo deste trabalho.

desempenhava um papel destacado a este respeito. A forte presença da banca estrangeira constitui um indicador certo do relativo atraso da banca espanhola nos princípios do século⁵.

A banca galega *stricto sensu* e o resto da banca espanhola presente na Galiza canalizavam no ano examinado 9,84% das operações de Olímpio Pérez, por volta dos dois milhões de pesetas. O valor, embora modesto, aponta para um apreciável desenvolvimento da rede bancária galega. A ocupação capilar do território que lhe era própria permitia-lhe desempenhar um destacado papel no tráfico comercial e de remessas. Nesta perspectiva, nom devemos deixar de trazer à memória o caso da agência bancária local *Manuel Miñones Barros*, da vila marítima de Corcubiom. A reconhecida figura local que deu nome a esta casa de banca regia um estabelecimento que parece estar atravessando umha onda de prosperidade a princípios do século, se fazemos memória das reformas efectuadas na residência familiar, que era a mesma do negócio, no período da virada de século 1899-1902. A pequena vila da ria do mesmo nome, cabeça do exíguo município da Costa da Morte onde a casa assentava, contava apenas com 1.551 moradores e 460 fogos no ano de 1900, segundo dados extraídos do censo municipal. A estreiteza do contorno económico circundante nom foi óbice para o banqueiro ornamentar o seu cartom de identificação pessoal e inserçons publicitárias da época com os pomposos títulos de “*banquero y corresponsal del Banco de España, Administrador subalterno de Tabacalera, Subdelegado para la venta de cerillas en todos los pueblos del partido de Corcubión, consignatario de empresas navieras, agente de seguros marítimos y terrestres*”, sem esquecer os de “*intermediário para la compraventa de valores públicos y letras sobre todos los pueblos de España y principales plazas del extranjero*” e de agente especializado no “*pago y cobro de giros en Mugía, Molinos, Puente del Puerto, Corcubión, Cée, Finisterre y El Pindo*”. Um amplo catálogo de

5 Martín Aceña, P. in Sánchez-Albornoz, N. comp. (1985), *La modernización económica de España 1830-1930*, Alianza Editorial S. A., Madrid. No capítulo 6º da obra citada, “*Desarrollo y modernización del sistema financiero, 1844-1935*”, Martín Aceña proporciona informação valiosa acerca do patente grau de subdesenvolvimento do sistema bancário espanhol a princípios do século. Em 1913, a banca privada espanhola concentrava apenas 848 milhões em activos, de um montante total de 4.279, dos quais o Banco de España detinha 66,5%. A ratio de activos totais das instituições financeiras sobre a Renda Nacional no mesmo ano nom superava os 33% em Espanha, muito por baixo da Itália (97%) e, naturalmente, da dos países europeus centrais.

habilitações desempenhadas por um modesto agente financeiro local cuja virtude principal residia, seguramente, nas conexões que mantinha com os circuitos financeiros e as administrações públicas, apesar da sua excêntrica localização. O perímetro da área de influência directa de *Manuel Miñones* estava circunscrito às rias de Camarinhas e Corcubión. Manuel Miñones⁶ figura como correspondente no livro das CCC de Olímpio Pérez, como também nos de registo de títulos a pagar por remessas ultramarinas. Quer dizer, e o caso não devia ser infrequente, que Miñones remetia a Olímpio Pérez remessas ultramarinas enviadas por naturais da ria de Corcubión com destino à comarca compostelana.

Examinemos mais de perto e listagem dos correspondentes financeiros de Olímpio Pérez sob uma óptica quantitativa. Classificamos a tal fim a totalidade das operações debitadas nas CCC de 1907 em quatro listagens correspondentes às distintas procedências atribuídas segundo a seguinte tipologia: operações de procedência galega, do resto Espanha, da banca estrangeira estabelecida em Espanha e da banca estrangeira operante desde o exterior. Cada uma das quatro listas é ordenada pelo importe debitado na conta desde o valor inferior até o superior. Segmentamos cada lista em quatro partes sensivelmente iguais ou *cuartis*, limitados pelos respectivos valores de corte. Procedemos a contar a continuação o número de operações incluídas em cada *cuartil* e a calcular o importe total registado em cada *cuartil* que podemos assimilar a giros e remessas a pagar pelo banco *Olímpio Pérez* e outros cargos assumidos pelo banco compostelano por ordem dos seus correspondentes.

A tipologia de procedências e segmentação propostos configuram dezesseis subdivisões que permitem descrever adequadamente a estrutura do fluxo de compromissos assumidos pelo banco *Olímpio Pérez* por conta dos seus correspondentes em 1907.

6 A referência a Manuel Miñones, além de ilustrativa, enquadra-se na vila histórica imediata ao meu lugar de nascimento, a paróquia de Toba. Manuel Miñones foi pai do desventurado José Miñones Bernárdez, nado precisamente em 1900, aluno de bacharelato da benemérita Fundação Fernando Blanco de Lema de Cee e posteriormente da Escola de Comércio da Corunha e da Faculdade de Direito. Pepe Miñones, como era conhecido na comarca, foi colaborador de revistas e jornais, incluído "El Sol" de Madrid e participou na criação da "Electra Popular Coruñesa, S. A." Em 1933, foi eleito deputado pelo Partido Radical para terminar integrando-se posteriormente em Unión Republicana. Em 1936, foi fuzilado sem piedade na cidade da Corunha pelos agentes do bando vencedor da guerra civil.

O quadro 309, que resume a informação, procede do esvaziamento dos dous volumes de registo de CCC do ano 1907. O volume de débitos registrados no ano ascende a 20.310.178 pesetas, sem contar os débitos assentes por operações de cerramento e ajuste de final do ano. As 286 contas consignadas no quadro som as que registam débitos no ano, a estas haveria que somar 32 que apenas registárom créditos. A distribuição por quartis mostra o peso relativo e importância dos diversos itens.

QUADRO 309

Segmentação por quartis dos assentos debitados nas CCC 1907
(Cifras em pesetas)

Distribuição das operações debitadas em CCC 1907 e importes tramitados por quartis				
Número de assentos compreendidos em cada quartil				
Procedência do débito em CCC	Galiza	Resto Espanha	Banca estrangeira em Espanha	Banca estrangeira no exterior
Quartil inferior, até 25%	45	17	3	7
Quartil médio baixo, 25% até 50%	45	16	2	7
Quartil médio alto, 50% até 75%	45	16	3	7
Quartil superior, 75% até 100%	46	17	3	7
286	181	66	11	28
%	63,3	23,1	3,8	9,8
Valores de corte dos sucessivos quartis em que se divide a listagem ordenada dos débitos assentados nas CCC 1907				
Procedência do débito em CCC	Galiza	Resto Espanha	Banca estrangeira em Espanha	Banca estrangeira no exterior
Valor mínimo	17	7	6	20.300
Valor corte 25%	4.550	2.310	990	30.499
Valor corte de 50%	15.760	9.877	2.508	98.515
Valor corte 75%	54.923	39.626	27.151	164.692
Valor máximo	600.724	1.129.769	1.364.465	1.416.263
Valor transferido em cada quartil				
Procedência do débito em CCC	Galiza	Resto Espanha	Banca estrangeira em Espanha	Banca estrangeira no exterior
Valor mínimo	79.677	16.988	65.878	2.063
Valor corte 25%	425.116	77.823	87.124	11.348
Valor corte de 50%	1.437.503	309.801	371.093	93.636
Valor corte 75%	7.570.126	4.238.601	2.324.030	3.199.370
20.310.178	9.512.421	4.643.214	2.848.125	3.306.417
%	46,8	22,9	14,0	16,3

É imediato observarmos a baixa quantia média das transacções de âmbito galego em rechamante contraste com a elevada magnitude média dos valores debitados nas contas de titularidade da banca estrangeira operante em Espanha. As contas que registam um volume maior de débitos no ano chegam a superar o milhom de pesetas: *Banco Hispano Americano, Madrid, conta/mútua*, 1.129.769 pesetas (correspondentes do Resto do Estado); *Credit Lyonnais, Londres, m/cta*, 1.364.465 pesetas (Banca estrangeira) e *Banco Español del Río de la Plata, Madrid, s/cta*, 1.416.263 pesetas (Banca estrangeira a operar em Espanha). A conta mais activa no âmbito galego é *Hijos de Francisco Deza, de Vila-Garcia*, que acumulava débitos por valor de 600.724 pesetas.

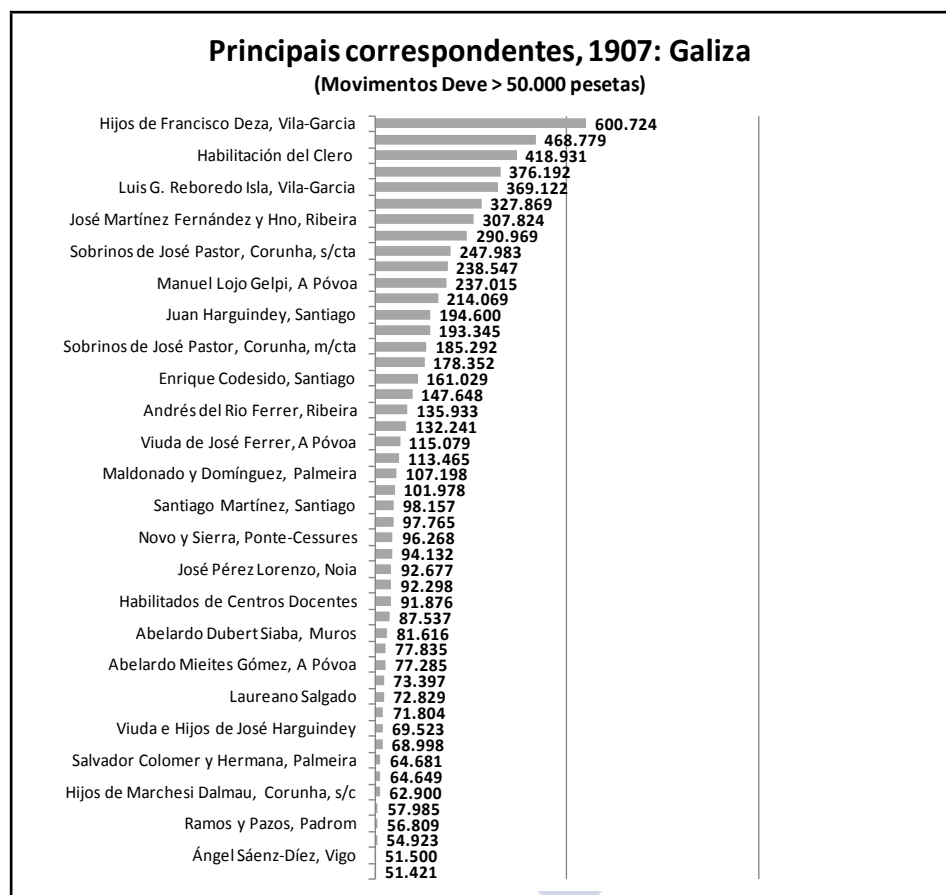
Observemos a sequência ordenada das principais contas de correspondentes com volume debitado no ano superior às 50.000 pesetas.

- ***Os correspondentes da rede galega***

A relação de correspondentes na Galiza com saldo debitado superior às 50.000 pesetas é a seguinte:

GRÁFICO 302

Principais correspondentes da banca Pérez na Galiza, 1907



Umha simples inspeção da relação revela o perfil do negócio do *Banco Olímpio Pérez* na Galiza: bancos e agências financeiras (*Deza*, *Martínez Fernández*, *Pastor*, *Marchesi*), gestom de transferências públicas (*Habilitação do clero* e de centros docentes como também a administração do Hospital, que nom figura na listagem por registar um saldo inferior às 50.000 pts.) junto com muitas pequenas empresas e negócios familiares nas rias de Muros, Noia e Arousa, sem excluir algunha empresa especialmente vinculada à casa, como a *Electra Popular de Vigo* y *Redondela*, que encerra a relação com 51.421 pesetas debitadas em conta no ano de 1907.

Considerámos de especial interesse indagar a área geográfica de influência da casa Pérez e a rede de vilas onde gravitava a sua actividade. Somámos, a

tal fim, os saldos debitados conforme a localização expressa ou estimada de todos os correspondentes galegos, tendo obtido o seguinte resultado.

QUADRO 310

Área de influência da banca Pérez em Galiza, 1907.

Assentos debitados nas CCC de cada vila

Valores em pesetas

Áreas de influência	Débitos 1907	Subtotais	%
Santiago	2.108.628	2.746.165	28,9
Ponte-Cessures	478.150		
Padrom	138.512		
Briom	14.934		
Negreira	5.942		
Vila-Garcia	1.072.306	3.297.462	34,7
Ribeira	1.075.464		
Póvoa	852.468		
Palmeira	212.224		
Dena	40.935		
Cabo da Cruz	40.653		
Rianjo	3.413		
Muros	398.244	724.862	7,6
Noia	190.442		
Portosim	80.150		
Esteiro	27.649		
Cruzeiro de Ró	20.186		
Porto Doçom	8.192		
Corunha	604.299	1.787.882	18,8
Ponte Vedra	611.657		
Vigo	500.057		
Ferrol	32.852		
Lugo	26.577		
Ourense	12.441		
Caldas de Reis	67.907	114.779	1,2
Corcubiom	28.964		
Riva d'Ávia	8.308		
Ponte d'Eume	4.550		
Riba d'Eu	3.983		
Betanços	1.067		
Outros	841.255	841.255	8,8
Total	9.512.405		100

A imagem que oferece a rede de correspondências do Banco Olímpio Pérez em 1907 é congruente com a história do banco, orientado desde os seus primórdios para as rias de Arousa e Muros além da comarca de Santiago; estas três áreas concentram mais de 70% do negócio da companhia que ascende até os 90% se acrescentamos as relações com as grandes urbes galegas. Outras localidades como Caldas e, mais surpreendentemente, Corcubión jogam um destacado papel nas transações financeiras da entidade. Caldas, mormente pela influência de Laureano Salgado e Corcubión pelas relações da comarca fisterrana com a compostelana mediadas pela casa de banca José Miñones Bernárdez.

Nom pode surpreender a decisão de Olímpio Pérez de abrir sucursal em Vila-García em data próxima a esta relação, como é o ano de 1910. Será esta, como sabemos, a única abertura que empreenderá a sociedade até bem avançado o pós-guerra espanhol.

Reservámos o Apêndice 32 para resenhar a listagem completa dos douscentos correspondentes que compunham a rede galega do banco na época.

Nesta listagem, encontraremos umha grande quantidade de empresas de índole familiar. Reputámos como tais firmas como *José Martínez Fernández y Hno*, *Emilio Colomer*, *Ferrer Hermanos*, *Portals Hermanos y Sobrinos*, *Novo y Sierra*, *J Caamaño y Cia*, *Salvador Colomer y Hermana*, *Hijos de Juan A. Dans y Cia*, *Martínez Fernández y Cia*, *Antonio Salgado López y Cia*, *Soler e Hijos*, *Viuda e Hijos de Juan Goday*, *Hijos de José García Reboredo*, *José M^a Artola en liquidación* ou *José M^a Artola en liquidación*. Trata-se, nos últimos casos referidos, de sociedades em trâmite de mutação por herança. Também nom faltam na relação companhias colectivas claramente reconhecíveis, como é o caso da *Electra Popular de Vigo y Redondela*, *Sociedad de Gas y Electricidad*, *Laforet y Cia*, *M. Bárcena y Franco*, *La Necesaria*, *Villagarcía Industrial*, *Azucarera Gallega*⁷, *Arcillas de Dena* ou *Aguas del Lérez*.

As entidades de carácter especificamente financeiro merecem atenção especial. Contámos na actualidade com importantes trabalhos

⁷ A malograda *Azucarera Gallega*, inactiva já em 1907, figura sem movimentos nas CCC de 1907 mas apenas com um saldo de cerramento por importe a seu favor de 128,13 pesetas remanescente talvez da sua actividade passada. Sobre a fugaz existência das açucareiras galegas, cfr. Carmona, X.; Nadal, J. (2005: 212 a 215).

demonstrativos do notável grau de desenvolvimento da pequena banca familiar galega e a rede de agências financeiras que a complementava. O mapa bancário galego da época começa a oferecer umha imagem reconhecível, fruto de investigaços recentes como as de Arroyo Martín baseadas nos fundos documentais do Arquivo Histórico do BBVA ou as proporcionadas por um selecto elenco de investigadores galegos contemporáneos⁸ sem faltarem monografias de âmbito mais restrito como as referidas a entidades particulares⁹.

Qual a imagem que podemos tirar, a este respeito, a partir do exame da rede de correspondentes de Olímpi Pérez no ano de 1907? As casas de banca e agências ocupam um destacado lugar na rede galega da banca Pérez, embora sejam os clientes particulares os autênticos protagonistas do tráfico bancário na rede.

8 Arroyo Martín, José Victor (1999): *Banca y mercados en España 1920-1960: Galicia*, Archivo Histórico Banco Bilbao Vizcaya, Bilbao.

Arroyo Martín, José Victor (2000): *La banca privada en la cornisa cantábrica entre 1920 y 1935*, Archivo Histórico Banco Bilbao Vizcaya, Bilbao.

García López, Alfonso (2003): *La actividad bancaria en Galicia. Desde el Catastro del Marqués de la Ensenada a la Ley Cambó*, Editorial Lex Nova, Valladolid.

García López, Alfonso (1999): *La historia de la banca española a través de sus documentos*, Editorial Lex Nova, Valladolid.

9 Facal Rodríguez, M^a. J: *El efecto de las leyes bancarias de 1856 en Galicia: el caso del Banco de Emisión de La Coruña 1857-1875*, tese lida na Faculdade de Ciencias Económicas e Empresariais de Santiago, o 17 de Julho de 2003.

Arroyo Martín, José Victor (2001): *El Banco de La Coruña entre 1918 y 1970*, Archivo Histórico Banco Bilbao Vizcaya, Bilbao.

Merecem especial mençom as investigaços de referência sobre os primórdios das entidades financeiras galegas contidas em:

Lindoso Tato, E.; Vilar Rodríguez, M.; Maixé Altés, J. C. (2003): *El ahorro de los gallegos. Orígenes e historia de Caixa Galicia (1876-2002)*, Fundación Caixa Galicia, CIEF.

Lindoso Tato, E. (2006): *Los pioneros gallegos. Bases Del desarrollo empresarial, (1820-1913)*, Editorial LID, Madrid. Em especial o último capítulo da obra, “La empresa y la oferta de capital”.

Lindoso Tato, E.; Vilar Rodríguez, M.: “La supervivencia de los comerciantes banqueros coruñeses en un marco de creciente competencia. Estratégias y resultados (1840-1936)”, *Revista Galega de Economía*, vol. 17, núm. 1 (2008), pp. 217-248.

QUADRO 311

Correspondentes bancários galegos do banco Olímpio Pérez em 1907
(Valores em pesetas)

Firmas	Assentos devedores	Assentos credores	Localizaçom
Hijos de Francisco Deza	600.723,53	535.328,52	Vila-Garcia
José Riestra, s/c	468.778,64	482.939,74	Ponte Vedra
José Riestra, m/c	40.765,21	32.915,66	Ponte Vedra
Banco de Vigo	327.869,47	344.135,84	Vigo
José Martínez Fernández y Hno, Ribeira	307.824,43	347.390,05	Ribeira
José Martínez Fernández y Cia., Ribeira	739,00	27.869,49	Ribeira
Sobrinos de José Pastor s/cta	247.983,19	242.707,95	Corunha
Sobrinos de José Pastor, m/cta	185.292,01	197.760,63	Corunha
Hijos de Marchesi Dalmau	62.899,99	64.093,77	Corunha
Manuel Miñones Bouzas	28.963,61	26.315,62	Corcubiom
Herce y Cia	18.342,85	18.372,10	Corunha
Hijos de Simeón García y Cia	12.440,52	12.298,42	Ourense
Viuda e Hijos de Carlos de Casas	3.983,31	1.446,45	Riva d'Eu
Hijos de A Núñez	1.067,16	619,91	Betancos
Entidades e agências bancárias	2.307.672,92	2.334.194,15	20,53
Sociedades	1.198.695,77	1.155.660,92	13,76
Particulares	6.006.052,75	6.277.335,26	65,71
Total	9.512.421,44	9.767.190,33	100

Abordaremos em breve as circunstâncias que concorrerom no estrepitoso colapso da casa *Deza* de Vila-Garcia no contexto da crise pós-bélica dos anos vinte. As relações financeiras de Olímpio Pérez com esta casa eram importantes nesta altura, como corresponde ao destacado papel económico dos portos de Carril e Vila-Garcia na economia da comarca compostelana. No ano de 1907, a cautelosa estratégia de Olímpio Pérez nom o decidira ainda a abrir sucursal em Vila-Garcia, nom obstante o carácter central desta praça. *Hijos de Francisco Deza* canalizava, em consequência, umha grande parte do tráfico bancário com a ria de Arousa. O destacado papel de *Riestra* e de *Sobrinos de José Pastor* é também sobressaliente. Olímpio Pérez mantinha naquela altura contas com estes correspondentes, que canalizavam um elevado número de operações. É destacável o facto da frequente coexistência de contas dúplices com um mesmo correspondente, rubricadas como *m/cta* (a minha conta) e *s/cta* (a sua conta). As contas rubricadas como *m/cta* hospedavam-se no banco do correspondente e as rubricadas como *s/cta* na sede compostelana. As primeiras eram geridas polo correspondente com posterior comunicação a Olímpio Pérez para conhecimento do saldo e resultados a trespassar ao livro maior e balanço correspondente. As segundas geridas integralmente

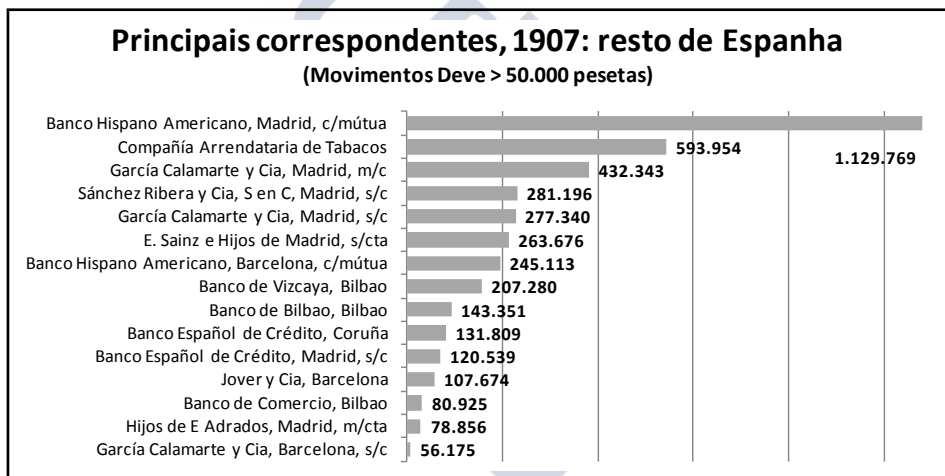
polo banco Pérez. No caso de *José Riestra*, evidencia-se umha elevada actividade na conta localizada em Santiago em aberto contraste com a moderada movimentação da conta dos Pérez na Ponte Vedra. Podemos interpretar o facto como um indicador da maior densidade do fluxo de ordens de cobrança e pagamento ordenadas polos Riestra para a sua materialização em Santiago.

• *Correspondentes no resto do Estado*

A relação de correspondentes mais relevantes do banco Pérez com sede no resto do Estado é a oferecida a continuação.

GRÁFICO 303

Principais correspondentes da banca Pérez no resto do Estado, 1907



A rede de correspondentes no resto do Estado tem, como era de prever, umha inequívoca orientação interbancária. Deixando de parte os correspondentes bancários de titularidade estrangeira, que abordaremos em seguida, a orientação das operações da banca Pérez fora de Galiza concentrava-se em operações mediadas pela banca em muita maior medida que as cruzadas com particulares e empresas. Os valores, já avançados no quadro 308, som os que figuram a continuação. Exluímos dos débitos os relativos à banca estrangeira estabelecida em Espanha, que ascendérom no ano a 2.848.125 pesetas e si figuram no quadro 308. Acompanhamos, desta vez, o volume de apontamentos creditados no Haver das CCC como comprovação do cuidadoso equilíbrio mantido com os correspondentes entre débitos e créditos com objecto de minimizar os juros a liquidar.

QUADRO 312

Tipologia das relações de correspondência em Espanha.

Valores em pesetas

Tipologia dos correspondentes	Número	Assentos (D)	Assentos (H)	%
Entidades e agências bancárias	36	3.388.784,52	3.414.476,49	73,12
Sociedades	20	1.174.218,43	1.151.614,21	25,00
Particulares	18	80.211,01	95.498,94	1,89
Total	74	4.643.213,96	4.661.589,64	100,00

Ainda excluindo o efeito da concentração de instituições bancárias estrangeiras em Madrid, a hegemonia financeira da capital do Estado era já esmagadora nestes primeiros anos do século XX. O papel de Barcelona e Bilbao era, em comparação, extremamente modesto. A preeminência do papel desempenhado por Madrid alicerçava na sua qualidade de intermediário privilegiado das transações de índole administrativa e bolsista.

QUADRO 313

Distribuição geográfica da rede de correspondentes em Espanha de Olímpio Pérez em 1907

(Valores em pesetas)

Localização do correspondente	Assentos de sinal devedor (D)	Assentos de sinal credor (H)
Madrid	2.717.526,04	2.721.813,93
Barcelona	471.612,90	472.732,00
Bilbao	455.170,94	468.094,77
<i>Corunha</i>	<i>131.808,68</i>	<i>136.265,14</i>
Cartagena	45.777,97	47.158,94
San Sebastián	30.032,77	32.931,20
Santander	27.282,84	29.101,04
Málaga	27.198,84	29.115,44
Saragoça	22.805,85	20.522,29
Gijón	22.417,80	21.186,71
Valhadolid	21.144,28	25.733,37
Avilés	20.502,45	17.625,86
Palência	10.886,52	16.062,10
Cádiz	8.867,71	7.624,35
Oviedo	7.738,08	10.809,96
Vitória	7.383,10	8.173,83
<i>Bayonne</i>	<i>5.436,45</i>	<i>9.285,89</i>

Localização do correspondente	Assentos de sinal devedor (D)	Assentos de sinal credor (H)
Burgos	3.745,00	2.407,56
Leom	2.930,80	2.848,10
Córdoba	2.373,04	2.327,05
Jerez	2.289,27	2.065,24
Sabadell	1.465,16	2.255,00
Tarragona	975,64	742,51
Azpeitia	767,80	0,00
Sevilha	28,80	0,00
Valência	17,00	811,38
Granada	0,00	391,70
Localização imprecisa	595.028,23	573.504,28
	4.643.213,96	4.661.589,64

Ainda desconsiderando as operações de atribuição geográfica imprecisa, que provavelmente reforçariam a hipótese da polarização madrilenha dos fluxos, o papel centralizador de Madrid impom-se com toda a evidência. A tomada em consideração do papel das entidades bancárias estrangeiras acentuará tal efeito.

Optámos por incluir na listagem da rede de correspondentes residentes no resto do Estado as praças de Corunha e Bayonne, assi grafada no livro das CCC de 1907. O motivo é que a Corunha mantinha na altura uma sucursal do *Banco Español de Crédito* e a vila basco-francesa mantinha outra de *J. Salzedo Hijo y Cia*. A sucursal corunhesa canalizava um importante volume de operações com o banco *Olímpio Pérez*.

• *Correspondências através das sucursais da banca estrangeira em Espanha e mediante relações directas no exterior*

Dedicaremos o capítulo V desta investigação a indagar o volume e conexões financeiras implicadas nas remessas ultramarinas. Pouco se pode acrescentar a esta questão específica a partir da fonte oferecida pelas CCC. De facto, não é possível singularizar nos livros de CCC as operações segundo a sua índole ao virem referenciadas em forma telegráfica de escassa qualidade informativa.

Dado o interesse que pretendemos conceder a este tipo de operações, talvez seja oportuno tentar detectar o seu rasto mascarado no tráfico financeiro geral registado nas CCC. As remessas objecto de registo nas

CCC que tinham por finalidade solicitar o pagamento pelo *Banco Olímpio Pérez* eram consignadas com simples apontamentos do tipo “s/g, m/c”: seu giro a meu cargo. Em ausência de livros auxiliares para o registo específico das remessas ultramarinas, como os que levava o *Banco Olímpio Pérez*, sob o título de *Letras a pagar*, seria praticamente impossível elucidar a índole de qualquer assento e em consequência analisar a sua índole e procedência.

Podemos assinalar um exemplo manifesto da capacidade de *camuflagem* das transacções ultramarinas no meio do cúmulo de operações concentradas nas CCC. No livro de *Cuentas Corrientes con Corresponsales, año 1907, N° 1; Olímpio Pérez, Santiago, fôlio 41*, encontrámos a operação de abertura de umha conta com um correspondente tam singular como o *Banco Español del Rio de la Plata de Madrid, s/cta*. A abertura iniciase com um saldo devedor prévio: “*Enero 1, a Balance, saldo anterior: 762 pesetas*”. No dia seguinte, 2 de janeiro, Olímpio Pérez assenta as primeiras operações do ano de 1907 com o banco argentino, tanto de sinal devedor (um pagamento de Olímpio por conta do BERP) como credor (um depósito do mesmo correspondente). O primeiro assento, que é o realmente significativo para os nossos propósitos, tem uma formulação tam imprecisa como a seguinte:

Enero 2: “Varios, s/g m/c 51.274/85..... 3.270,95 pesetas

A concisa semântica do assento deve ser interpretada como:

“Anoto um assento de vários giros a meu cargo, que numero com os ordinais 51.274 a 51.285 por um valor total de 3.270,95 pesetas”

A confrontação deste assento com a informação proporcionada polo livro auxiliar de *Letras a Pagar* relativo a essa data¹⁰, especificamente

10 Trata-se, com efeito, de umha feliz coincidência na nossa pesquisa documental. Embora seja relativamente fácil localizar qualquer exemplar dos livros da série “CCC”, dada a sua importância contabilística para a gestão habitual de operações e a confecção dos Livros-Maiores, nom podemos dizer o mesmo dos livros auxiliares, de carácter instrumental, como é o caso dos de “Letras a Pagar”, que incluem as transferências de procedência ultramarina, dos quais apenas fomos capazes de encontrar seis volumes, que serão objecto de análise no capítulo V, os quais cobrem, por sinal, períodos descontínuos na sequência temporária de transferências: 1885, 1890, 1891-92, 1906-07 e 1924-25.

destinado ao registo pormenorizado do fluxo de remessas, permite-nos compreender os pormenores da operação. Em ausência desta série de livros auxiliares, os fluxos de transferências ultramarinas seriam praticamente indetectáveis.

A remissom ao livro de *Letras a Pagar* que cobre informação do ano de 1907 permite examinar com detalhe o registo da CCC. Corresponde a um conjunto de operações de remessa que se remontam ao período de 2 de agosto de 1906 a 26 de janeiro de 1907, a que foi atribuída a numeração sucessiva 46.471 a 51.950. É dessa fonte donde podemos extrair a informação sintetizada no assento de 2 de janeiro de 1907 do livro de registo de CCC, volume primeiro, fólio 41.

As anotações pormenorizadas som.

QUADRO 314

Operações justificativas do assento de 2-01-1907 nas “CCC 1907”, a partir do livro auxiliar “Letras a Pagar 1906-1907”.

Número orden	Número giro	Fecha de giro			Plaza	Librador	Orden	Pesetas
51.274	13.903	Diciembre	3	1.096	Montevideo	BERP	Matías Santos	581,00
51.275	13.923	Diciembre	3	1.096	Montevideo	BERP	José García y García	90,00
51.276	13.928	Diciembre	3	1.096	Montevideo	BERP	Antonio Celso	1.050,00
51.277	13.935	Diciembre	3	1.096	Montevideo	BERP	Josefa Barreiro	57,50
51.278	13.954	Diciembre	4	1.096	Montevideo	BERP	Félix Pombo y Gué	542,05
51.279	13.957	Diciembre	4	1.096	Montevideo	BERP	Pilar Lens	57,80
51.280	13.968	Diciembre	4	1.096	Montevideo	BERP	Dolores Sánchez	58,00
51.281	13.993	Diciembre	5	1.096	Montevideo	BERP	María Suarez	75,00
51.282	14.008	Diciembre	5	1.096	Montevideo	BERP	Francisco Vázquez	185,60
51.283	14.044	Diciembre	6	1.096	Montevideo	BERP	Carmen Villaverde	174,00
51.284	14.048	Diciembre	6	1.096	Montevideo	BERP	María Pomar Noya	350,00
51.285	14.055	Diciembre	6	1.096	Montevideo	BERP	María Freyxas	50,00
Total								3.270,95

O auxiliar “Letras a Pagar 1906-1907” proporciona também os antecedentes das remessas em página anexa.

Por cuenta de	Fecha de aviso			Plazo	Pagado a	Fecha de aviso		
B.E.R.P. Madrid	Diciembre	29	1.096	v/	Matías Santos	1.907	Enero	3
B.E.R.P. Madrid	Diciembre	29	1.096	v/	José García y García	1.907	Enero	7
B.E.R.P. Madrid	Diciembre	29	1.096	v/	Antonio Celso	1.906	Diciembre	31
B.E.R.P. Madrid	Diciembre	29	1.096	v/	Josefa Barreiro	1.907	Enero	5
B.E.R.P. Madrid	Diciembre	29	1.096	v/	Félix Pombo y Gué	1.907	Marzo	16
B.E.R.P. Madrid	Diciembre	29	1.096	v/	Pilar Lens	1.906	Diciembre	21
B.E.R.P. Madrid	Diciembre	29	1.096	v/	Dolores Sánchez	1.907	Enero	3
B.E.R.P. Madrid	Diciembre	29	1.096	v/	María Suarez	1.907	Enero	8
B.E.R.P. Madrid	Diciembre	29	1.096	v/	Francisco Vázquez	1.906	Diciembre	31
B.E.R.P. Madrid	Diciembre	29	1.096	v/	Josefa Iglesias	1.907	Enero	5
B.E.R.P. Madrid	Diciembre	29	1.096	v/	María Pomar Noya	1.907	Abril	5
B.E.R.P. Madrid	Diciembre	29	1.096	v/	María Freyxas	1.906	Diciembre	29

Resulta pertinente apontar a meticulosa precisom da prática contabilística da casa Pérez quanto ao registo de remessas ultramarinas. Nom só consta a data de emissom da ordem, do aviso recebido e da cobrança de cada livrança atendida como também o nome do cobrador, diferente nalguns casos do beneficiário designado na livrança. A matriz de registo dos livros de “Letras a Pagar” tem outras colunas em reserva ainda, normalmente vazias, para a data de aceitação da livrança e de observaçons e incidências a fim de documentar a eventual incomparência do beneficiário ou qualquer outra incidência relacionada com a liquidação da livrança.

A complexidade do registo de livranças ultramarinas aponta um problema metodológico que consideramos pertinente sublinhar. Referimo-nos à necessidade de dar com registos indubitáveis da índole das livranças sob pena de confundir qualquer ordem de pagamento com umha livrança ultramarina. Sem tal cautela, é difícil avançar na estimação da magnitude deste fluxo de transferências tam relevantes na história económica da Galiza.

Passemos agora a considerar a hierarquia das correspondências com instituições financeiras de titularidade estrangeira, tanto com as respectivas sedes matriz no exterior como através das sucursais que mantinham em território espanhol. O volume do tráfico financeiro canalizado com

instituições bancárias estrangeiras era, como sabemos, um capítulo muito importante do tráfico total: 5.983.333 pesetas de um total 20.310.178 debitadas no exercício de 1907, como observamos no quadro 308.

QUADRO 315

Movimento das contas com correspondentes bancários estrangeiros com sede no exterior.

Ano de 1907.

(Valores em pesetas)

Correspondentes bancários de Olímpio Pérez no exterior	Assentos		País
	devedores	credores	
Credit Lyonnais , Londres, m/cta	1.364.465,00	1.437.070,36	Londres
Credit Lyonnais de Paris, m/cta	364.847,17	322.839,65	Paris
Credit Lyonnais de Paris, s/cta	42.954,95	50.245,71	Paris
Credit Lyonnais, Londres, s/cta	20.354,59	20.752,71	Londres
C.L:	1.792.621,71	1.830.908,43	
Comptoir National D'Escomptes de Paris, Paris, m/c	1.157.681,57	1.064.208,43	Paris
Comptoir National D'Escomptes de Paris, Paris, s/c	20.329,22	22.180,22	Paris
Comptoir National D'Escomptes, Paris, Londres	10.210,40	6.670,40	Londres
C. N. D'E:	1.188.221,19	1.093.059,05	
Kais Koin Priv Oesterreichische Laenderbank London	61.808,75	48.757,60	Londres
Banco Español del Rio de la Plata, Paris	57.858,41	56.635,35	Paris
Banco Español del Rio de la Plata, Buenos Aires	3.947,30	3.947,30	Argentina
Banco Español del Rio de la Plata de Paris, s/c	1.995,00	1.995,00	Paris
B. E. R P:	63.800,71	62.577,65	
Banco Alliança, Porto	21.883,05	21.152,75	Portugal
José Piñeiro y Cia, Rosario de Santa Fé	149.754,01	143.136,72	Argentina
José Piñeiro Gil, Costa Rica	13.893,75	13.893,75	Costa Rica
Jesus Esparis Castro, La Habana	3.017,50	1.004,50	Cuba
José Esparis Castro, La Habana	1.004,50	1.027,75	Cuba
Salvador Fernández/Benito Brea, Sao Paulo	1.997,75	1.997,75	Brasil
Novelli y Cia, Londres	1.891,20	2.358,37	Londres
Banco Lisboa e Açores, Lisboa	1.833,40	1.833,40	Portugal
Credit Franco Portugais, Lisboa	1.627,00	9,75	Portugal
Badel Freres y Cia, Paris, s/c	999,45	1.014,16	Paris
Badel Freres, Paris, m/cta	472,25		Paris
Juan Tarrio, La Habana	960,00	1.318,05	Cuba
Manuel García Sánchez/Juan Tarrío, La Habana	503,70	1.522,70	Cuba
Jules Gomme y Cia, Bayonne, m/c	72,20		Bayonne
Jules Gomme y Cia, Bayonne		716,03	Bayonne

Correspondentes bancários de Olímpio Pérez no exterior	Assentos		País
	devedores	credores	
R Bickner Efecter, Berlin	43,44		Berlim
Pinto da Fonseca Irmão, Porto	6,00		Portugal
Nefville Freres, Paris	5,77		Paris
Hickman y Cia, Londres		878,02	Londres
Victor Menéndez, Matanzas		1.545,05	Cuba
Alejandro Turnes Barbeito, La Habana		98,02	Cuba
Cupones 3% Uruguay, renovación de hojas		66,00	Uruguai
Total	3.306.417,33	3.228.875,50	

O peso da banca francesa sediada em Londres e Paris, *Credit Lyonnais* e *Comptoir National D'Escomptes*, é determinante. Podemos observar que os movimentos se concentram nas contas abertas por Olímpio Pérez nas praças de fora (m/cta) às quais se encomendavam as operações exteriores de empresários e particulares galegos; em contraste, as contas de titularidade da banca estrangeira em Santiago, (s/cta), tinham muito menor movimento e consignam mais bem fortes transferências de numerário para compensar a relativa escassez de contrapartidas comerciais. Os serviços de intermediação em operações comerciais e de compra e venda e gestom de valores internacionais constituíam umha parte importante das transacções cruzadas. O *Banco Español del Río de la Plata* ostentava, em comparação, umha importância secundária no ano examinado. As operações mediadas por este concentravam-se na sucursal de Paris, com preferência à sede central bonaerense. As contrapartidas às livranças atendidas na Galiza e emitidas em Buenos Aires e noutras cidades argentinas davam lugar a um activo tráfico compensatório em títulos de dívida pública argentina ou acções do próprio banco.

A ponderação das entidades bancárias estrangeiras por transacções realizadas muda radicalmente ao considerarmos o âmbito territorial espanhol. Neste caso, o núcleo operativo central de *Olímpio Pérez* é indiscutivelmente o BERP, enquanto o *CL* desempenha um papel secundário e o *Comptoir* exíguo.

QUADRO 316

Movimento das contas com correspondentes bancários estrangeiros sediados em Espanha. Ano de 1907
(Valores em pesetas)

Correspondentes bancários de Olímpio Pérez através de sucursais espanholas	Assentos		País
	devedores	credores	
Banco Español del Rio de la Plata, Madrid, s/cta	1.416.262,53	1.423.908,15	Madrid
Banco Español del Rio de la Plata, Madrid, m/cta	730.925,84	743.845,36	Madrid
B. E. R P:	2.147.188,37	2.167.753,51	
Credit Lyonnais , Barcelona, s/cta	176.841,66	210.296,79	Barcelona
Credit Lyonnais , Madrid, s/cta	152.542,54	186.167,38	Madrid
Credit Lyonnais , Sevilla	120.036,27	118.158,46	Sevilha
Credit Lyonnais , Madrid, m/cta	98.514,62	98.585,65	Madrid
Credit Lyonnais, Valencia	24.873,26	29.400,70	Valencia
Credit Lyonnais , Barcelona, m/cta	20.299,87	12.315,85	
C.L:	593.108,92	654.924,83	
Guillermo Vogel y Banco Alemán Transatlántico, Madrid, s/c	50.998,56	52.685,04	Madrid
Banco Aleman Transatlático, Barcelona, s/c	36.125,01	40.816,98	Barcelona
Comptoir National D'Escomptes, Paris, San Sebastián	20.704,95	23.188,73	San Sebastián
Total	2.848.125,81	2.939.369,09	

Aparentemente, a índole das operações canalizadas pelo BERP é semelhante à do CL, ou do *Comptoir*. Abundam os assentos devedores do tipo “s/g m/c” ou “m/r abc” -o seu giro a meu cargo, a minha remessa creditada em conta – enfrentados com os assentos que lhes servem de contrapartida, “s/r Santiago” – a sua remessa sobre Santiago – sem que podamos inferir as características das operações de cobrança encomendadas à casa Pérez para a liquidação nesta cidade. O grosso dos assentos devedores registados na conta do *BERP, Madrid, s/cta* alimenta-se das remessas ultramarinas remetidas a *Olímpio Pérez* para o seu pagamento. Como já temos observado, o primeiro assento na conta *BERP, Madrid, s/cta* correspondente ao dia 2 de janeiro de 1907 é um débito por valor de 3.270,95 pesetas a título de remessas aceiteada. No fólio 41 do livro primeiro de CCC de 1907 que dá começo aos registos do ano correspondentes

ao BERP podemos comprovar que o montante dos assentos devedores registados no mês de janeiro de 1907 ascendeu a 92.801,80 pesetas e a 178.545,89 pesetas em fevereiro. Em definitivo, o sobressaliente fluxo de operações canalizadas através do *BERP, Madrid, s/cta*, atribuível na sua prática totalidade ao fluxo de remessas a pagar em Santiago, eram compensadas com envios de papel à cobrança em Santiago: *s/r Santiago*. A conta de Olímpio Pérez em Madrid para operações do seu interesse, *BERP, Madrid, m/cta*, tem muita menor importância e canalizava basicamente operações de compra, venda e tráfico de valores.

As operações com a banca estrangeira no exterior guardam estreita relação com a procedência dos títulos em carteira. Som frequentes, como é de esperar, as remessas de valores ou papel sobre Londres ou Nova Iorque através do *Credit Lyonnais de Londres*; e sobre Bordeaux ou Paris através do *Comptoir National D'Escomptes de Paris*, sem faltarem operações de compensação interbancária como a registada com sinal credor no dia 7 de maio com o *Comptoir National D'Escomptes de Paris, Paris, m/cta*: “Entregó su agencia de Londres al C. L. 111.688, 20 pesetas”.

As operações de compensação interbancária por conta de clientes com actividade empresarial eram objecto habitual da operativa interbancária. Podemos citar como exemplo destas operações de intermediação os lançamentos de débito ao *Credit Lyonnais, Madrid, s/cta*, administrada em Santiago, por pagamentos directos efectuados em Santiago ou por depósitos creditados na conta corrente destes empresários no *Banco de Espanha* em favor de firmas como Leopoldo García Ferreiro, Abelardo Dubert Siabia de Muros, ou J Caamaño y Cia de Noia. Trata-se nestes casos de de provisons de fundos da casa Pérez a clientes do *Credit Lyonnais*. Em sentido contrário, podemos observar os lançamentos a crédito ao *Credit Lyonnais, Madrid, m/cta*, administrada em Madrid, por pagamentos em numerário efectuados por essa entidade a empresários galegos clientes da casa Pérez em viagem de negócios. É o caso dos pagamentos efectuados em francos por esse banco a R. Nimo em diversas praças como Barcelona (fevereiro), Roma, Nápoles e Milão (março), Paris (abril) e Bordeaux (maio). Som habituais também os assentos credores em *Credit Lyonnais, Madrid, m/cta* lançados por subscripção de valores ou de carácter devedor por remessas de dívida pública e cupons ao cobro. É possível comprovar também o papel que jogava a sede central parisiense do *Comptoir National*

D'Escomptes de Paris, m/cta como receptora de quantidades massivas de remessas à cobrança enviadas por Olímpio Pérez sobre Bayonne, Bordeaux e Paris por conta, provavelmente, das empresas conserveiras das rias de Muros e Arousa. Os débitos lançados à conta da casa Pérez em Paris por tal conceito tinham como contrapartida ordens de subscrição de valores encomendadas ao banco francês ou transferências deste a outras contas da casa Pérez como *Credit Lyonnais, Londres, m/cta*. A magnitude e diversidade dos movimentos registados pelas contas da casa Pérez com correspondentes bancários internacionais confirmam o notável grau de internacionalização alcançado pelas sociedades exportadoras galegas com conta aberta na casa compostelana nos primeiros anos do século e a crescente demanda de valores internacionais por parte dos aforradores como instrumento de especulação e reserva.

3.2 A evolução da actividade da casa Pérez na conjuntura pós-bélica.

Abordámos na secção anterior umha análise sincrónica das CCC dirigida a esclarecer a tipologia da clientela de Olímpio Pérez à altura do ano de 1907. Abordaremos agora o exame da totalidade dos livros auxiliares de CCC em perspectiva diacrónica a fim de conhecermos a evolução temporal da actividade do banco mensurada pelas transacções cruzadas entre a casa e os seus correspondentes.

A leitura diacrónica da série CCC cobre um dilatado lapso temporal: 1904-1940. Foi no ano de 1904 quando Olímpio Pérez decidiu iniciar o registo sistemático das contas com os seus clientes permanentes numha série ininterrupta de livros de periodicidade semestral que se prolongou, como mínimo, até finais da guerra civil. A série tem o carácter de registo auxiliar para posterior transferência das contas aos livros-maiores e finalmente aos balanços.

O volume de transacções de débitos e créditos registados constitui, obviamente, um excelente indicador sintético da actividade desenvolvida pela firma. Sem excluir outros, como os saldos da carteira de valores, a que dedicaremos o próximo capítulo, ou as contas de ordem, de indubitável interesse descritivo do comportamento social -nom obstante o seu carácter extracontabilístico- por apontarem para umha área da actividade financeira tam significativa como é a do volume de activos financeiros em custódia

por conta da clientela da casa. A série CCC proporciona o fluxo diário de débitos e cobranças, créditos e pagamentos de todo o tipo com a rede de correspondentes do banco que constitui um excelente resumo da actividade genérica da casa. As flutuações observadas no nível de actividade desenvolvida constitui, além disso, um bom indicador da conjuntura económica geral se aceitamos, como parece verosímil, a existência de umha boa correlação entre actividade bancária e clima dos negócios.

Resumimos, a continuação, no quadro 317, a informação relativa às *somas* –volume de transacções efectuadas– e *saldos* –posições credora e devedora a final de ano– das CCC que extraímos dos Livros-Maiores. A série registal de CCC nos Livros-Maiores inicia-se em 1904.

QUADRO 317

Saldos de abertura e movimentos de sinal devedor e credor nas CCC.

(Valores em pesetas)

Ano	Abertura Deve	Transacções Deve	Abertura Haver	Transacções Haver
1.904	2.094.093	18.212.577	1.858.946	18.145.894
1.905	2.090.182	20.463.653	2.023.500	20.083.162
1.906	2.342.752	19.038.341	1.962.261	18.857.437
1.907	1.969.194	20.362.340	1.788.290	20.449.022
1.908	1.917.281	22.103.862	2.003.962	21.417.208
1.909	2.515.112	20.518.122	1.828.458	20.086.554
1.910	1.840.357	26.772.832	1.408.789	26.135.295
1.911	2.174.203	28.025.186	1.536.666	27.362.397
1.912	3.500.364	29.053.037	2.837.575	29.107.807
1.913	2.746.276	32.301.170	2.801.046	32.338.223
1.914	3.295.201	25.423.397	3.332.254	25.116.191
1.915	2.527.865	28.117.994	2.220.659	27.912.607
1.916	2.574.630	38.577.939	2.369.243	36.683.806
1.917	5.483.557	27.332.775	3.589.424	26.810.409
1.918	2.938.205	28.504.558	2.415.839	26.986.117
1.919	4.379.008	54.775.856	2.860.568	52.544.324
1.920	7.474.898	62.278.723	7.474.898	62.278.723
1.921	7.474.898	62.278.723	5.902.052	65.287.710
1.922	12.215.773	59.867.903	9.880.190	59.776.030
1.923	4.760.933	68.186.972	4.669.061	69.799.005
1.924	5.565.702	54.597.576	7.177.735	55.165.568
1.925	4.709.593	38.715.432	5.277.585	42.175.868
1.926	3.563.657	42.604.655	7.024.093	47.188.106

Ano	Abertura Deve	Transacções Deve	Abertura Haver	Transacções Haver
1.927	2.951.683	37.806.994	7.535.134	43.102.471
1.928	1.311.479	33.353.489	6.606.956	37.670.165
1.929	1.549.418	30.331.091	5.896.095	34.657.138
1.930	1.643.434	36.161.685	5.969.481	39.318.172
1.931	1.921.280	33.180.907	5.077.768	37.402.657
1.932	2.256.652	24.714.572	6.478.402	29.656.293
1.933	2.156.253	26.091.079	7.097.975	30.244.857
1.934	2.152.453	26.834.612	6.306.232	31.121.476
1.935	2.047.692	29.893.795	6.334.556	34.311.011
1.936	1.971.704	18.957.007	6.388.920	24.356.083
1.937	1.234.338	13.749.732	663.314	18.009.926
1.938	1.330.158	36.962.741	5.590.351	39.457.079
1.939	1.786.787	48.781.360	4.281.124	49.964.653
1.940	1.273.285	52.930.731	2.456.578	55.392.589
Valor máximo:	12.215.773	68.186.972	9.880.190	69.799.005

O quadro regista em colunas os saldos de abertura do Deve e Haver das CCC assi como os seus movimentos ano por ano. O procedimento contabilístico habitual, conhecido como operação de somas e saldos, que precede o encerramento anual das contas garante que os movimentos registados cada ano no Deve e no Haver mais os saldos transferidos no Haver e Deve proporcionam importâncias idênticas; assi, em 1907: $20.362.340 + 2.003.962 = 20.449.022 + 1.917.281 = 22.366.302$ pesetas.

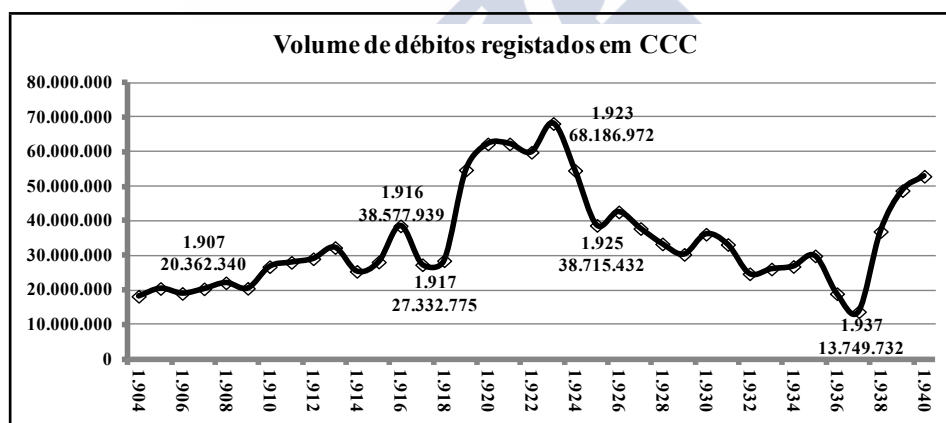
Um mero exame superficial do quadro permite constatar a marcada proximidade na magnitude dos saldos de abertura com sinal devedor e credor, como também a semelhança no volume das transacções registadas em cada exercício com sinal devedor e credor. A estreita correlação responde à *lógica da compensação mútua* que preside às transacções com objecto de *minimizar a exigência de compensações em numerário*. Em qualquer caso, quando um dos correspondentes nom dispunha de suficiente volume de contrapartidas compensatórias, procedia a saldar a diferença mediante transferências em numerário, motivo pelo qual os saldos finais das contas transferidas para o ano seguinte mantinha-se habitualmente dentro de estreitos limites em comparação com o volume das operações cruzadas ao longo do ano.

É este volume de transacções cruzadas o que constitui um bom indicador do nível de actividade desenvolvido pela firma bancária

compostelana. A inspecção da série de transacções anuais realizadas com a rede de correspondentes conduz-nos a umha conclusom incontestável: a actividade bancária da casa cresceu de maneira uniforme até o ano de 1923 para cair depois em forma brusca e ininterrupta até a guerra civil, voltando a continuacòm para umha senda de crescimento rápido. Um exame mais apurado permite comprovar que tanto o crescimento inicial como a queda posterior experimentam umha brusca interrupçom ou soluçom de continuidade no período 1918-1925. Parece razoável atribuírmos esta disrupçom ao afloramento de umha *bolha financeira* iniciada em 1918, que alcança o seu máximo em 1923 e experimenta umha brusca queda em 1925. A conclusom proporciona umha boa confirmaçom da estreita relaçom existente entre transacções financeiras e transacções reais.

GRÁFICO 304

Volume de transacções nas CCC.
(Valores em pesetas)

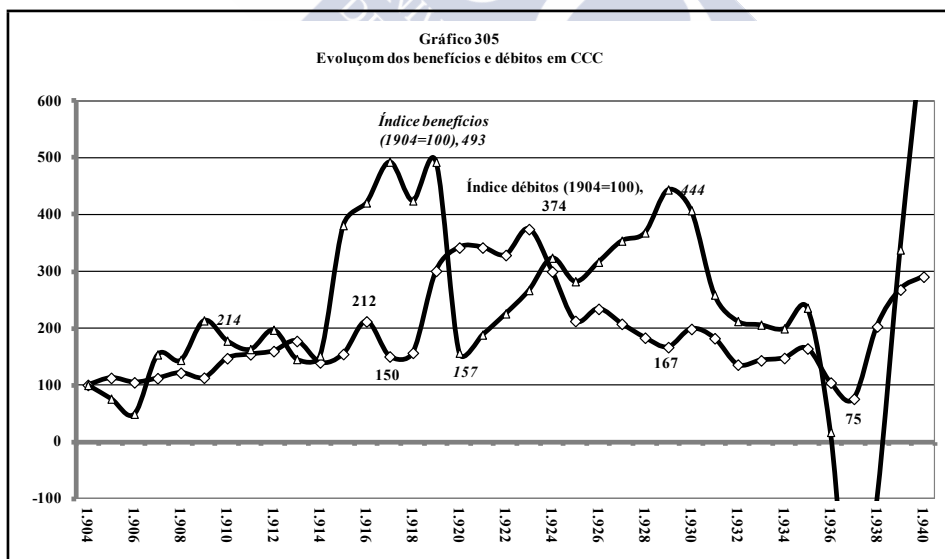


O indubitável valor deste indicador da magnitude anual dos débitos admitidos pola banca Pérez à totalidade dos seus correspondentes nom guarda, porém, umha correspondência unívoca com o volume dos lucros conseguidos polo banco. Além da actividade desenvolvida através da rede de correspondências, outras linhas de negócio podem acentuar ou contrapesar os rendimentos tirados das relaçons com os correspondentes habituais. Pensemos em linhas de negócio como a gestom de patrimónios privados em custódia ou nos resultados da carteira de valores propios, mediados polas condiçons operativas imperantes como as comissoens por serviço ou as mais-valias de realizaçom. A diferencias destas outras linhas

de negócio, o lucro derivado do tráfego financeiro habitual com a rede de correspondentes tinha a sua base lucrativa nas taxas de comissom e juro pactuadas, de escassa efectividade lucrativa devido à prática financeira de compensar débitos e créditos ao objecto de minimizar os custos de transacção implicados. Cremos relevantes estas considerações, com frequência desatendidas, porquanto contribuem a relativizar a suposta correlação entre nível de actividade e grau de rentabilidade. A análise do negócio da emigração, à que dedicamos o capítulo quinto, dará ocasiom de novo a reiterar estas cautelas contra a apressada identificação entre nível de actividade e lucro derivado.

Procederemos a contrastar ambas as séries, actividade transaccional e geraçom de lucros, com vista a tirarmos alguma conclusom complementar. Examinaremos, para tanto, a evoluçom dos índices construídos para compararmos ambas as séries, adoptando para eles o valor básico de 100 no ano de 1904, em que principia o registo sistemático das CCC.

GRÁFICO 305
Volume de débitos registados nas CCC e nível de benefícios



A discrepância observada entre a evoluçom de ambos os índices é flagrante e pom de manifesto a falta de correlaçom entre o contributo das margens comerciais tiradas do negócio habitual em forma de juros e comissoes por transacções com os correspondentes, e, como consequência,

a importância da tomada em consideração de outras fontes de lucro como os juros procedentes das operações de crédito a clientes ou os dividendos ou maisvalias gerados pela negociação com activos financeiros. A deficiente planificação contabilística da conta de Ganhos e Perdas impede aprofundar nos conceitos subjacentes à formação dos lucros anuais e apurar desta maneira na explicação da discrepância entre a actividade bancária corrente e o nível de lucros. A esterilização da capacidade generativa de lucro das operações cruzadas com os correspondentes por causa da diligente prática de compensação de débitos e créditos a fim de minimizar os custos de transacção não restava interesse ao tráfego financeiro com os correspondentes porque este apresentava outro tipo de vantagens não desdenháveis como a ampliação e diversificação do âmbito do negócio e a captação de nova clientela. Em todo o caso, a discrepância entre actividade bancária e nível de lucratividade parece um facto indiscutível e com certeza facilmente quantificável. Podemos pôr de manifesto o grau de discrepância entre ambas as séries recorrendo ao coeficiente de correlação de Pearson entre as mesmas, que nos permite concluir que o grau de correlação mal supera os 40%: $r = 0,42^{11}$.

Temos comentado já o perfil temporal da actividade do banco nas CCC caracterizada pela irrupção de uma fugaz bolha financeira que se desenvolveu no período 1918-1925, quer dizer, no imediato pós-guerra europeu. Chama a atenção constatar que esta onda de actividade acrescentada viu precedida por outra semelhante mas mais intensa nos lucros obtidos durante o período bélico, 1914-1920. A reconstituição do nível de lucros foi bastante lenta a partir de 1920 e só voltou a alcançar um máximo seguido de rápido colapso em 1930, em tempo da ditadura de Primo de Rivera.

Examinada a evolução da actividade de relação dos Pérez com os seus correspondentes nacionais e estrangeiros procederemos agora a comparar

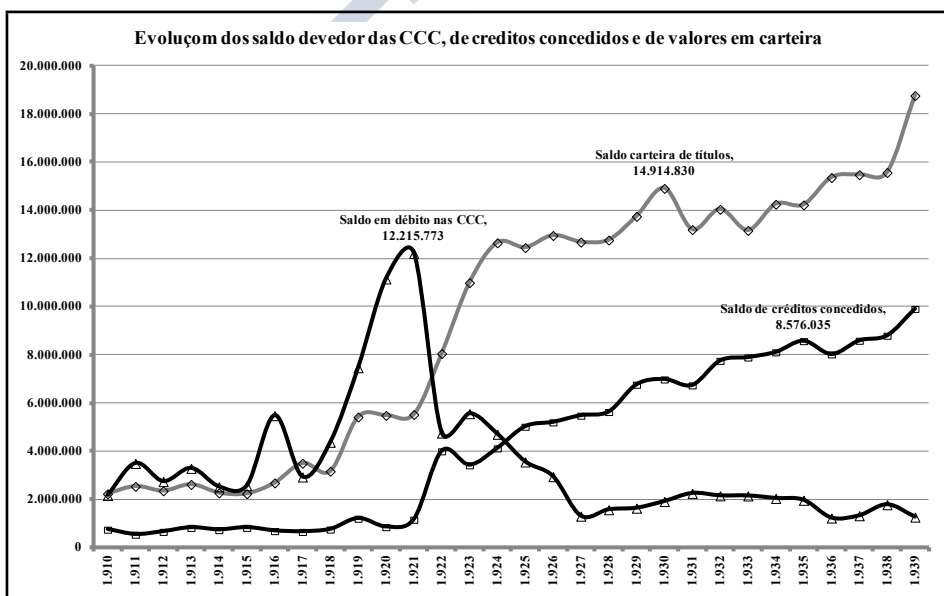
11 Definido como a relação entre a *covariância* entre as duas variáveis (numerador) e o *produto dos desvios-padrão* das mesmas (denominador). A interpretação do coeficiente é imediata: o grau de relação entre as variáveis submetidas à observação será tanto maior quanto o numerador (evolução conjunta em torno à própria média) se aproxime do denominador (evolução independente e particular das variáveis em causa). O coeficiente “r” alcança o valor 1 quando uma série se correlaciona consigo mesma.

$$r = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - x_m) \bullet (y_i - y_m)}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - x_m)^2} \bullet \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - y_m)^2}}$$

os *saldos a fim de ano* que figuram em balanço tanto em conceito de *débitos dos correspondentes* que figuram no cerramento anual das CCC como de outras linhas do negócio como a *carteira de créditos concedidos a clientes* ou a *carteiras de títulos públicos e privados* adquiridos pela casa. Dispomos desta maneira de umha imagem mais completa dos recursos comprometidos pela casa quer em conceito de anticipos concedidos a correspondentes, quer em conceito de créditos a clientes ou de valores lucrativos acumulados.

GRÁFICO 306

Diversificação da actividade da banca Pérez: das contas com correspondentes à actividade bursátil e creditícia.



O saldo devedor de 12.215.773 pesetas concedido aos correspondentes da casa em 1921 nunca foi superado pelo saldo da carteira de créditos concedidos a clientes nom obstante o crescimento uniforme que caracteriza a sua evolução desde os primeiros anos vinte do século XX. Caso diferente é o saldo da carteira de valores que experimenta um salto impressionante entre 1918 e 1924 que tende a estabilizar-se depois até a sua reactivação já nos anos em que se confirma a vitória do golpe militar. Em 1930 constata-se, de qualquer modo, um máximo relativo de perto de 15.000.000 de pesetas. A julgar polos saldos de fim de ano consignados em balanço, o fenómeno mais surpreendente nas três linhas de actividade examinadas é o manifesto

colapso observado nas operações em rede com os correspondentes habituais da casa. Não é fácil emitir uma diagnose sobre as possíveis causas que tenham concorrido neste fenómeno, mormente considerando que as transferências ultramarinas, que alimentáram em grande medida os débitos consignados em CCC, prolongáram o seu auge além dos primeiros anos vinte em que alcança o seu valor máximo o saldo em balanço das CCC. Um correspondente das CCC da importância do *Banco Español y del Río de la Plata*, mantém, por exemplo, um elevado nível de transacções até o ano 1930 e a abertura da sua sucursal madrilenha do mesmo data do ano 1918¹² já a ponto de anunciar o seu declínio o saldo dos débitos das CCC que figuram no balanço.

O quadro 306 permite visualizar o fenómeno social da emergência da pequena burguesia urbana, reflectida na expansão do crédito e na preferência revelada pela tenção de títulos de renda a partir dos primeiros anos vinte. O processo de urbanização em curso nas principais cidades da Galiza e a demanda crescente de serviços urbanos de uso social -rede de subministração de água e energia eléctrica, transporte urbano e peri-urbano- e a apetência pela modernização residencial som fenómenos concomitantes que cabe correlacionar com a expansão do crédito. Nesta perspectiva, a figura de Olímpio Pérez cobra um perfil inequivocamente oitocentista não obstante perspicácia que demonstrou em antecipar as novas exigências do negócio bancário e em preparar a substituição generacional na casa.

3.3 O impacto da crise económica dos vinte no sistema financeiro galego

A instabilidade económica que se abateu sobre a Galiza nos primeiros anos vinte em consequência dos reajustes do período do pós-guerra e a

12 O *Banco Español y del Río de la Plata* fora fundado em Buenos Aires por Augusto J. Coelho em 1886. A entidade não tarda em abrir sucursais em Espanha onde vai luzir como ícone memorável a sede madrilenha projectada por António Palácios Ramilo (O Porriño 1874 – Madrid, 1945) com a colaboração de J. Otamendi (San Sebastián, 1874 – Madrid, 1960). O 29 de abril de 1918 culminava o projecto iniciado no 1910 com a abertura do sumptuoso edifício projectado para acolher a sede central do BERP em Espanha. A presença activa do BERP em Espanha é mui anterior; está documentada a abertura da sucursal de Vigo em 1910 (L. F. Abreu, 2002, pág. 81). A revista quincenal “La emigración española”, fundada por Luís Lucchesi insere já nos exemplares de princípios do século anúncios informativos das sucursais abertas em Espanha: Barcelona, Bilbao, Corunha, Madrid, San Sebastián, Valência e Vigo (15-02-1916, ano IV).

sua transmissão através dos mecanismos de crédito e ajuste patrimonial de inventários cobrou vítimas significativas no sistema bancário galego, além de episódios de instabilidade transitória como o experimentado por *Hijos de Olímpio Pérez*. No mês de agosto de 1921, declarava-se a falência da *Hijos de Francisco Deza*, de Vila-Garcia, umha firma próxima à banca Pérez, de modo especial com anterioridade à abertura da sucursal compostelana em Vila-Garcia, em 1910. Este episódio de falência está longe de ser um caso isolado no tecido bancário galego da época. Em 18 de Outubro de 1922, o Tribunal de Primeira Instância de Ourense proferia um despacho relativo ao pedido de declaração de cessação de pagamentos da sociedade de banca *Pedro Romero y Hermanos*, sucessora desde 1906 do negócio bancário que vinha desempenhando o negociante samorano Pedro Romero Muelas desde finais do XIX. O estabelecimento ourensano nom conseguiu superar finalmente a situação de fragilidade patrimonial em que se viu mergulhado e o processo acabou derivando em liquidação definitiva substanciada no mês de dezembro de 1923¹³. No mesmo cenário de fragilidade bancária, um despacho judicial de 7 de fevereiro de 1923 decretava o início do processo de falência da sociedade *Viuda e Hijos de Juan Fuentes Pérez*, também de Ourense, (García López, 2003, pag. 405 e seguintes).

A comoção provocada pola queda da *Hijos de Francisco Deza* transcendeu os limites regionais devido à importância e conexões financeiras que mantinha a casa. É possível detectar ecos do acontecimento e um rasto de avisos de acautelamento da *Hijos de Olímpio Pérez* dirigidos à sua rede de correspondentes durante os primeiros anos da crise em curso. Este tipo de informação fazia parte habitual do serviço de solidariedade interbancária estabelecida para consensuar critérios de avaliação actualizados e eludir riscos de insolvência imprevistos.

No livro copiador de cartas individualizado com o número 51 e correspondente aos meses de agosto e setembro de 1921 encontramos significativos exemplos da magnitude do alarme gerado pola crise da casa Deza e a premente demanda de informação circulante pola rede de correspondentes.

13 García López, Alfonso (2003): *La actividad bancaria en Galicia. Desde el Catastro del Marqués de la Ensenada a la Ley Cambó*, Editorial Lex Nova, Valhadolid. Para a referência a Pedro Romero y Hermanos, ver pág. 410 e seguintes, op.cit.

Carta de 30 de agosto de 1921 ao *banco London Joint City & Midland Land* de Londres:

Muy Señores nuestros: Acabamos de recibir su telegrama de hoy en que nos preguntan si es verdad que Deza ha suspendido pagos al que hemos contestado con el siguiente:

“RECIBIDO TELEGRAMA ES CIERTA NOTICIA PREGUNTAN” [em maiúsculas no original, J.L.F.] que les confirmamos.

Hacia algunos meses que corrian malos rumores de la casa de los Señores Hijos de Francisco Deza y ultimamente se notaron grandes anormalidades en sus pagos y devoluciones de depósitos. El jueves último día 26 del corriente y más particularmente el viernes ellos mismos se declararon incapaces de cubrir sus compromisos. La suspensión de pagos en forma legal no sabemos que se haya efectuado pero de hecho está declarada. Momentos antes de escribir esta carta llegó a nosotros la noticia de que estaba nombrada una Comisión de acreedores encargada de la liquidación de la Casa de referencia, lo cual aun no hemos podido confirmar.

Es cuanto pueden manifestarles sobre el caso sus afmos. S.S.q.e s.m.

O banco londrino era, na altura, um activo correspondente do banco compostelano especializado no papel de depositário e gestor de valores internacionais a favor dos clientes da casa da Praça de Cervantes.

Dias depois, com data de 5 de setembro e rubrica de CONFIDENCIAL, os banqueiros compostelanos complementavam a informação transmitida com interessantes considerações adicionais bem significativas do teor da deontologia bancária imperante na época:

Muy Señores n/: Contestando a su grata del 1º cte les diremos en primer término que ignorábamos tuvieran Vdes relaciones con la casa de los Sres Deza y como les informábamos en carta anterior la suspensión de pagos no fué oficial. Además como banqueros no tenían en la Región la importancia que Vds le atribuyen.

Hace muchos años les teníamos nosotros en mal concepto mercantilmente hablando, pero el medio en que nos desenvolvemos en estas pequeñas ciudades y sobre todo el haber tenido diferencias muy desagradables con dichos Sres nos obligaron a ser prudentes. Sin embargo nunca hemos dejado de desengañar a quién nos ha pedido informes; a quién no los solicitara sería temerario comunicárselos, y de hacerlo tendríamos que escribir a muchos Bancos y banqueros. Otra cosa sería si por nuestra mediación o recomendación operasen con Vds los Sres Deza. [Sublinhado próprio: J.L.F.]

Hoy diremos a Vds que el desastre de la casa de referencia es tan grande que no se sabe si tienen libros, cual es su activo ni cual es su pasivo, lo único cierto que

sabemos es que está declarado auto de prisión de los dos gerentes por el Juzgado de Santiago y por el de Cambados a cuyo distrito pertenece Villagarcía de Arosa donde radicaba la casa matriz de os Srs Deza.

Esperamos que satisfarán a Vds estas explicaciones y noticias y saben nos tiene a su disposición attos s.s.q.e.s.s.

O caso Deza tinha alcançado ressonância internacional. Em 29 de agosto, os Pérez comunicavam ao *Banco Mercantil de las Américas* de Barcelona, a impossibilidade de atender umha livrança indirecta emitida polo *Banco Mercantil Americano de Cuba* desde Habana, a cargo de *Hijos de Francisco Deza* devido à situação de incumprimento em que se a casa se encontrava: “*Como estos Sres no se lo pagan – diziam aludindo à beneficiária da operação, Carmen Esparís dos Angeles, Briom – y de público se dice que presentarán suspensión...*”

O interesse e implicações do caso Deza gravitavam sobre a rede financeira espanhola dos sucessores de Olímpio Pérez. No mesmo mês de setembro, podemos comprovar um intercâmbio de cartas com o *Banco Vasco* de Bilbao. Na correspondente ao dia dous desse mês, a *Hijos de Olímpio Pérez* comunicava-lhe que umha letra à vista por montante de 9.298,46 pesetas com cargo à *Hijos de Francisco Deza* nom pudera ser negociada por terem deixado de operar “desde hace diez días”. No dia 6, a *Hijos de Olímpio Pérez* comunicava por carta ao *Banco Central*, de Madrid:

“...En este momento hemos recibido por medio de n/casa de Villagarcía su carta de 1º corriente por la que nos participan que los Sres Hijos de Francisco Deza de esta nos entregarán por cuenta de Vds pts. 10.000 cantidad que no hemos recibido por ahora y por lo tanto rogamos anulen el cargo que nos hacen en su citada.

Participamos a Vds que su mencionada fué entregada con fecha de ayer a n/ sucursal por el Sr Juez de Cambados por haberla encontrado al hacer inventario de los Sres Hijos de Francisco Deza...”

A crise financeira que inaugurava a década de vinte em Espanha está bem documentada na bibliografia económica. Umha exposição sintética e precisa da conjuntura depressiva dos vinte e as suas raízes no contexto pós-bélico da Europa pode consultar-se em Muñoz (1988, pp. 41 e seguintes)¹⁴.

14 Muñoz, Juan (1988): *El fracaso de la burguesía financiera catalana. La crisis del Banco de Barcelona*, Ediciones Endymion, Madrid.

Sem negar os efectos do contexto económico pós-bélico europeu e a forma particular com que respondeu a ele a economia espanhola, vítima dos seus próprios problemas estruturais, cremos interessante destacar o seu impacto sobre a economia galega tal como é descrita por um industrial da época tam conhecedor do clima dos negócios na Galiza como foi Marcelino Suárez, fundador de *Antracitas de Brañuelas* e participe no negócio do carvóm baixo a firma *Suárez, Pedregal y Cia*¹⁵. Tal perspectiva inclinaria a recuar as raízes do deterioro económico experimentado na Galiza aos mesmos primórdios da conflagração, 1914, tal como expomos no Apêndice 22.

Um breve folheto¹⁶, vindicativo da solvência e ortodoxia empresarial da *Hijos de Francisco Deza*, redigido por encomenda desta firma contra os seus credores e os seus administradores nomeados no processo de falência declarado em 1921, contém elementos pertinentes para umha interpretação da possível origem da crise da firma arousana.

O folheto – tam parco em avaliações quantitativas e precisom contabilística como exuberante em argumentações muito no estilo da retórica forense – reivindicava a longa experiência comercial da *Hijos de Francisco Deza*, cuja história recuava até o ano de 1898¹⁷.

Quanto à diagnose da conjuntura económica, interessa destacar algunhas afirmações esgrimidas no folheto a favor da tese da origem externa dos problemas que acabárom provocando a falência da sociedade. Extractamos alguns parágrafos.

“Una Casa de Banca que venía funcionando hace un cuarto de siglo, con dos establecimientos altamente reputados, en Villagarcía y Santiago de Compostela,

15 Para uma descrição de esta relevante figura da promoção industrial na Galiza cfr. Gurriarán Rodríguez, R. (2006): “Marcelino Suárez González, 1866-1949: o príncipe dos negócios”, em Carmona Badia, X. (coord.) *Empresarios de Galicia*, op. cit.

16 *Historia de un desastre mercantil. Quiebra de la Sociedad Regular Colectiva “Hijos de Francisco Deza”*. *Defensa de los quebrados en los autos de calificación de la quiebra*. Imprenta de Galicia Nueva, Villagarcía de Arosa. Sem data, trinta e sete páginas. Aparece assinado, em forma um tanto inverosímil com o florido tom da redacção por Epifanio e Valeriano Deza.

17 García López (2003), página 480, alude a umha inserção da *Hijos de Francisco Deza* no diário El Compostelano que contém a informação “... casa fundada en 1850 con oficinas en Villagarcía y Santiago en la Plaza del Toral número 7 de Santiago”. Abreu Sernández (2002), no entanto, regista a fundação em Vila-Garcia da *Hijos de Francisco Deza* em 1900, com um capital social de 30.000 pesetas e objecto social, actividades comerciais.

gozando de enorme crédito y sin tener el menor tropiezo en tan dilatado lapso de tiempo (...) se ve de pronto envuelta por el torbellino de suspensiones de pagos y quiebras que asoló el mundo entero y sembró de ruínas hasta los países más solidamente constituídos y organizados económicamente.

(...) Hágase también memoria de las quiebras bancarias en la Isla de Cuba, que repercutieron en la economía de Galicia y pusieron en peligro la existencia de las diputadas por (reputadas como J.L.F) más sólidas entre todas las entidades bancarias de nuestra Región.

(...) Todavía constituye la preocupación de los hombres públicos y de los grandes financieros la precaria situación del Banco de Barcelona y sangrando están aún las heridas abiertas por las quiebras de Casas consideradas invulnerables y de una solidez a toda prueba, establecidas en Santiago, Lugo y Orense”.

O exuberante estilo impugnatório tem um carácter marcadamente impressionista, pouco preciso quanto à argumentação exposta mas digno de todo o crédito como contributo à interpretação do contexto em que se desenvolveu a crise. A economia europeia comprometeu, com certeza, muito seriamente os equilíbrios económicos e a capacidade produtiva dos países beligerantes durante a confrontação bélica 1914-1918 cuja contribuição para o quadro depressivo pós-bélico é difícil negar. Só pudérom escapar ao impacto directo da reconfiguração pós-bélica e, em todo o caso, com evidente dificuldade, os países neutrais, entre eles Espanha. Um conjunto de países, entre os que se encontravam a Gram-Bretanha, os EUA e a Suécia, procederam a praticar já em 1920 umha política económica restritiva que contribuiu para aprofundar o impacto depressivo em benefício final dos EUA e do Japom¹⁸.

Cuba desempenhou provavelmente, polo contrário, um papel económico estabilizador sobre o conjunto da economia espanhola e a galega em particular no período que decorre entre a descolonização e o abrupto colapso da indústria açucareira sobrevivendo em 1929 e anos sucessivos (Moreno Friginals 2001, pág. 486 e seguintes)¹⁹ O crescimento da Ilha é qualificado de espectacular no lapso temporal 1900-1925 quando a produção de açúcar escalou de 300.000 a 4,5 milhões de toneladas, com

18 Alcroft, Derek H. (1997): *Historia de la economía europea (1914-1990)*, Crítica, Madrid, pp. 15-74.

19 Moreno Friginals, Manuel (2001): *El Ingenio. Complejo económico social cubano del azúcar*, Editorial Crítica, Barcelona.

Santamaría García, A.; García Álvarez, A. (2004): *Economía y colonia. La economía cubana y la relación con España (1765-1902)*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.

deslocamento simultâneo dos cultivos para as comarcas de Camagüey e Oriente. A onda industrializadora concomitante requereu a importação massiva de mão de obra: 322.878 imigrantes entre 1902 e 1911, 77,26% dos quais de procedência espanhola.

Um exame da correspondência da *Hijos de Olímpio Pérez* do ano de 1921 – livro copiador de cartas rubricado sob o número 51 – permite constatar um notável afluxo de transferências de procedência cubana no verão desse ano em chocante contraste com a escassez de envios por parte das comunidades do Rio de la Plata. O mês de agosto de 1921 é especialmente pródigo em avisos de recepção de remessas cubanas. Os cheques “sobre/esta” para serem creditados em contas de depósito à taxa anual de 4% são frequentes. Muitos dos avisos de livranças emitidos na república antilhana tramitavam-se através de entidades espanholas como o *Banco Hispanoamericano* de Madrid. O afluxo de livranças mostra notável regularidade no verão de 1921. São operações cujo montante se conta às vezes por milhares de pesetas e nalgum caso chegam a alcançar valores elevados para a época. Sirvam como exemplo as 14.438,85 pesetas enviadas por Pedro Quinteiro, desde El Vedado, Havana, segundo carta de confirmação de 13-08-1921, ou a livrança de José Mesejo y Mesejo, do Hotel Inglaterra de Havana, mediante cheque de 35.000 pesetas. Em casos como estes, podemos pensar em operações de repatriação de capitais ou talvez na participação nalgum empreendimento de certa envergadura.

Sem negarmos a presença de possíveis fontes de actividade financeira compensatória, como as remessas ultramarinas, a contracção da actividade económica em consequência da finalização da guerra europeia parece um factor indiscutível para explicar as dificuldades que teve de enfrentar o sistema financeiro nos anos vinte. O defensor da casa Deza aponta nessa direcção no seu relatório.

“Fijemos un momento la atención en lo que para unha Casa de Banca que tenía comprometidos cuantiosos intereses en la navegación habrá significado el terrible y fulminante descenso de los fletes, la enorme desminución (sic) del valor de la tonelada a flote, la baja del precio del carbón acopiado, la perturbación de los cambios y la alteración del valor en las sumas comprometidas en construcciones navales y en operaciones a plazo, y, añádase a eso la súbita paralización del tráfico por falta de mercados, la ruína de la industria conservera, las trabas

impuestas a la exportación de pinos, la desaparición u ocultación de numerario, la adquisición temeraria de divisas extranjeras, la restricción del crédito y la relativa y fatal insolvencia de deudores y clientes...”

O diagnóstico parece, nesta ocasião, certo. O perímetro de risco da *Hijos de Francisco Deza* ultrapassava amplamente o negócio bancário. No curso do processo de liquidação da casa, aduziu-se a sua participação num conjunto de negócios que, talvez, podam ter contribuído para precipitar a crise do banco e mesmo para a evasão de fundos objecto de reclamação através de uma série de sociedades, entre as que estavam o *Lloyd Galaico*, *La Cooperativa Santiaguesa*, *La Aserradora Gallega*, *Astilleros de San Felipe*, e embarcações como o *Vapor Villagarcía*, o *pailebot Lobeira* e o veleiro *Petra*, citados na argumentação esgrimida no folheto vindicativo que comentámos. A relação constitui um bom exemplo da orientação dos negócios das famílias mais abastadas da ria da Arousa. A participação no negócio dos seguros marítimos e terrestres e a posse do vapor *Villagarcía* som indicadores inequívocos da exposição dos interesses da casa aos perigos mais devastadores da contracção pós-bélica. Sobre o vapor, o folheto vindicativo nega o montante de 800.000 pesetas aceite pela administração da falência como lucro de “*un solo viaje al Pireo en Octubre de 1918*”. “*Ignora al parecer la sindicatura* – argumenta o defensor dos direitos dos Deza – *a cuanto ascendió el flete bruto del vapor; e ignora igualmente que no iba totalmente cargado, y que ya en aquella fecha no se realizaban aquellas exportaciones que tanto provecho dieran en anteriores años, ni los fletes alcanzaban ya los tipos de antes*”. Transparece no argumento a clara consciência da queda total do negócio de fretes, seguros e exportações posterior ao armistício de onze de novembro de 1918. A exposição ao risco contractivo seria mais elevada, como é lógico, nas actividades empresariais ligadas ao tráfico marítimo e menor, em princípio, nas restantes.

Merece uma breve consideração a possível contribuição ao desencadear da crise a posse de saldos de moeda estrangeira. A especulação com divisas goza de ampla evidência na contabilidade bancária da época e na banca Pérez. A notável presença de valores alemães e austríacos na carteira do banco aponta nessa direcção. Valores para especular e para atender a demanda dos clientes. No verão do vinte e um, abundam as operações em marcos e as comunicações postais com bancos alemães relativas a operações com valores. Miguel Pérez Esteso, de Santiago, filho

de Olímpio, e Antonio de la Riva, de Santander, filho político do mesmo com dilatada trajectória empresarial²⁰, constam como clientes significativos do banco santiagoês em operações instrumentadas em valores alemães. Em 19 de agosto de 1921, será remetida carta ao primeiro deles em que se lhe confirma um débito de 5.136-00 marcos na sua conta pola subscrição de ações novas da *Badische Anilin Soda*, com simultâneo crédito de 1.440-00 marcos pola venda dos direitos de subscrição de 600 ações da mesma sociedade a 240%. Outra carta do mesmo dia dirigida a Antonio de la Riva, Santander, informava-o de uma operação semelhante por valor algo diferente. Seguem-se, pelos mesmos dias, diversas cartas dirigidas a correspondentes em Santiago, Ribeira, Padrom e outros lugares, por operações de subscrição de ações desta sociedade de química industrial com venda simultânea de direitos. A coincidência das iniciativas e a qualidade de algum dos seus titulares som prova manifesta da existência de movimentos especulativos em valores e divisas no círculo mais próximo aos banqueiros da praça de Cervantes. A especulação com valores alemães não se limitava à negociação em ações e direitos de subscrição. Sirvam como exemplo duas cartas de 25 de agosto de 1921 comunicando a três clientes da área compostelana – de Santiago, Ames e Roxos, concretamente – dos respectivos débitos em conta de 2.425 pesetas pola compra de 25.000 marcos “a s/o”, disponíveis em cheque sobre Berlim. A prática especulativa em valores e moeda alemães deveu estar amplamente estendida na Galiza dos primeiros vinte e terá, com certeza, a sua parte de responsabilidade na desvalorização de activos e deterioração patrimonial que contribuíram a fragilizar a economia.

O banco Pérez contava na época com correspondentes na Alemanha. Uma carta de 19 de agosto dirigida à sociedade *Disconto Gesellschaft* de Berlim confirma esta conexão e permite-nos conhecer que os Pérez utilizavam a entidade alemã como cofre-forte de valores denominados

20 Aachamos possível poder tratar-se de Antonio de la Riva Lara, casado com Antonia, filha de Olímpio, e conspicuo partícipe no pacto familiar de distribuição do capital da *Hijos de Olimpio Pérez* na sua conversão em sociedade anónima em 1957. Ver quadro 220, capítulo II.

Maria Jesús Facal Rodríguez, da Universidade de Vigo, anota no seu trabalho *Los orígenes del Banco Simeón: Evolución de los negocios de Simeón García de Olalla y de la Riva (1857-1983)*, o pacto subscrito em 1909 entre *Hijos de Simeón García*, HSG, e Antonio de la Riva Lara para constituírem a companhia *Hijos de Simeón García y Compañía* em Santander, apontando ser este sócio, ao que parece, “el elemento que impulsa la constitución de nuevas sociedades a partir de 1930”.

em marcos. O período 1921-1923 coincide como sabemos com o processo hiper inflacionário desencadeado na República de Weimar que arruinou o valor da moeda e desbaratou as taxas de juro e de câmbio. O troco do *papiermark*, que cotava a 1 dólar por marco em outubro de 1918 passava a 22,76 em outubro de 1921, ficava fora de controlo em 1922 (74,78 no mês de julho, 482,36 no mês de outubro) e alcançava cotas absolutamente desmesuradas em 1923²¹. A avidez pelo numerário, alimentada pela generosa política de emissão praticada e o défice comercial crónico, acabaram por provocar o afundamento do marco. A dinâmica da hiperinflação disparou a cotação do signo monetário superando-se qualquer medida em novembro de 1923. Foram estas circunstâncias que aconselharam adoptar a nova denominação monetária de *rentenmark* que contribuiu a propagar por Alemanha a sombria imagem do agiota norte-americano ou do judeu sugando o sangue do bom povo alemão. Um cenário óptimo para o ascenso do nazismo e os seus deletérios efeitos.

Os movimentos especulativos na moeda e valores alemães contam-se, com certeza, entre as causas imediatas da crise dos vinte e trinta ao contribuírem para precipitar a crise pós-bélica latente. Já temos feito referência à declaração de falência da *Hijos de Francisco Deza* em 1921, como também ao assédio experimentado pela casa dos Pérez nos primeiros anos da década. A falência do *Banco de Vigo*²² em 1925 foi o episódio mais conhecido da situação aludida.

Pode ser pertinente insistirmos na inadequação das práticas contabilísticas habituais naquela altura como elemento coadjuvante das crises financeiras desastrosas. cremos que um certo desleixo no reconhecimento das menos-valias experimentadas pelas contas de devedores e nos valores em carteira foi uma prática habitual adoptada para

21 Kindleberger, Ch. P. (1988): *Historia financiera de Europa*, Editorial Crítica, Barcelona. A hiperinflação alemã e as suas vicissitudes e consequências está amplamente tratado no capítulo 17 da obra.

22 A hipótese aconselha, contudo, a uma investigação mais demorada nos arquivos da época, sem excluir os privados. O impacto da desordem monetária e financeira da República de Weimar sobre a banca espanhola e os patrimónios familiares é um tópico altamente verosímil mas de incerta quantificação. Talvez seja pertinente relatar que, nos meus intentos exploratórios nos arquivos do Banco de Vigo, em poder da extinta Caixanova, em procura de uma informação, infelizmente perdida por desleixo, pude comprovar a existência de maços de marcos – austríacos, se bem me lembro – à maneira de restos de naufrágio de alguma carteira aniquilada pela hiperinflação da segunda metade dos vinte.

minimizar as exigências de provisons a fim de preservar o nível habitual dos lucros. As perdas acumuladas acabárom por minar tanto a solvência como a liquidez do negócio até obstaculizarem ou mesmo impedirem o cumprimento das obrigações. A ausência de qualquer exigência normativa de auditoria de contas, mormente em casos como os do banco Pérez de carácter familiar e mesmo em sociedades com formato de anónimas como o *Banco de Vigo*, impede qualquer avaliação do grau de deterioração alcançado pelas respectivas carteiras.

Voltando ao processo de falência dos Deza como caso revelador da situação de fundo que atravessava a economia financeira galega da época, resulta ilustrativo um breve exame do folheto apologético em favor da firma dado à luz naqueles momentos.

O folheto pretendia exculpar os Deza das imputações da administração da assembleia de credores. As acusações eram graves, a começar pela falta de livros oficiais de contabilidade, mesmo de balanços, e da exclusom dolosa de operações de crédito nos registos quotidianos. A denúncia do caos contabilístico da firma foi umha peça importante do descrédito e posterior afundamento da casa vila-garciana, como demonstra a carta da *Hijos de Olímpio Pérez* de cinco de setembro dirigida ao *London Joint City & Midland Land* de Londres: “*el desastre de la casa de referencia es tan grande que no se sabe si tienen libros, cual es su activo ni cual es su pasivo...*”. O folheto de defesa dos Deza reconhece a negligência contabilística da firma mas esgrime a sua inocuidade e mesmo a legalidade das práticas de registo denunciadas. Nas secções do folheto dedicadas a esta questom – *COMO LLEVÁBAMOS LOS LIBROS E IRREPROCHABILIDAD DE LOS LIBROS DE LA SOCIEDAD QUEBRADA* – o redactor argumenta que os únicos livros imprescindíveis para a correcta gestom contabilística de um negócio som o Diário e o Maior, desculpando o facto, compreensível, na sua opinião, de nom terem transferido as contas do Maior para o livro de Inventário e Balanços com a periodicidade semestral requerida. A argumentação defensiva é mais do que indulgente com os falidos e levanta dúvidas insuperáveis sobre o rigor da gestom das operações e a correcção dos resultados anuais formulados.

O rigor contabilístico do banco de Olímpio Pérez e sucessores é inquestionável e mesmo exemplar quanto à diligência e precisom no assento de operações e no carácter sistemático do conjunto de livros

de registo, mesmo aqueles de carácter auxiliar. A sua debilidade, como temos assinalado mais de umha vez, reside na deficiente classificação das contas de resultados em prejuízo do seu adequado seguimento e também, naturalmente, na política de dotação de insolvências e depreciações, onde podemos supor umha certa elasticidade na avaliação, em linha com as práticas contabilísticas da época. Esta deficiência pode ser muito perigosa em períodos caracterizados por processos de forte depreciação como o que seguiu à Primeira Guerra Mundial e o período republicano e bélico posterior. No caso dos Deza, o desleixo na formulação de resultados alcançou limites autenticamente letais, um deplorável comportamento do qual nom se librárom outras entidades financeiras da época na Galiza, como o *Banco de Vigo*. No capítulo VI, tentaremos esboçar umha aproximação à sua trajectória e às razons que podem explicar o seu fracasso final.

A orientação genérica e sintética²³ que caracterizou a prática contabilística da casa Pérez dificultou a delimitação por naturezas da demonstração dos resultados, como aconselha um enfoque analítico das contas de gestom necessário para compreender a origem e evolução dos resultados. Tal deficiência técnica pudo obstaculizar a adopção de decisons correctoras em conjunturas delicadas como a dos anos vinte. É verdade que a adopção de técnicas contabilísticas mais actualizadas, de orientação analítica, nom garantem sem mais umha gestom mais rigorosa, como demonstra o caso do *Banco de Vigo*. Este, como o *Banco de la Coruña* e o *Banco Pastor* a partir da sua conversom em sociedade anónima, dispunha de um plano contabilístico moderno e actualizado sem que isso impedisse práticas contabilísticas deficientes ou excessivamente indulgentes na avaliação das depreciações experimentadas. O caso do *Banco de Vigo* é paradigmático a

23 Ballester, Enrique (1974): *El balance: una introducción a las finanzas*, Alianza Editorial, Madrid.

O livro, já antigo, proporciona umha introdução sintética ao controlo contabilístico de um negócio com base na experiência docente do autor. O enfoque adoptado baseia-se no tratamento sintético do processo de geração de lucros e do valor patrimonial de qualquer empresa a partir do balanço da sociedade e das variações por ele experimentadas. As referências a assentos diários e maiores som mínimas. O capítulo 5 do livro sublinha mesmo o carácter secundário e auxiliar das contas de gestom (receitas e despesas que configuram os lucros) resumidas na formulação de Ganhos e Perdas. Era esta óptica, digamos, primitiva, que confere toda a centralidade ao balanço, a que presidiu à concepção contabilística de comerciante-banqueiro de Manuel Pérez Sáenz e foi transmitida aos seus sucessores. É obvio, nom obstante, que a crescente complicação da operativa bancária demandava um enfoque mais analítico e específico na planificação contabilística da firma.

este respeito, como tentaremos pôr de relevo na análise posterior do sistema bancário galego do primeiro terço do século XX.

3.4 O clima empresarial galego no contexto económico espanhol

O negócio bancário inscreve-se, como é evidente, no contexto económico geral dos negócios. Consideramos pertinente concluirmos o exame da trajectória da banca Pérez na etapa protagonizada por Olímpio Pérez e os seus sucessores com umha referência, sequer sintética, ao clima dos negócios na Espanha contemporânea, onde a Galiza se inseria como parceiro excêntrico e menor.

No primeiro terço do século, Espanha debatia-se na conjuntura depressiva pós-bélica, agudizada por um cenário histórico convulso. Nom é preciso lembrar a agudização do processo de esgotamento do modelo político da Restauração e a conflitualidade social que o acompanhou. Em 1921, caía assassinado em atentado anarquista Eduardo Dato e produzia-se a catástrofe de Annual. Dous anos depois, em 1923, eram repatriados os prisioneiros espanhóis da guerra de Marrocos mediante entrega de um avultado resgate de quatro milhões de pesetas. No mesmo ano, era assassinado o arcebispo de Saragoça, o cardeal Soldevilla, às maos de anarquistas, e no mês de setembro, Primo de Rivera decidia encabeçar um golpe de Estado. Em 1930, viu-se obrigado a resignar, ao mesmo tempo que se produzia a sublevação republicana de Jaca. Em 1931, instaurava-se a II República.

Nom podemos descartar a influência do clima económico e social imperante em Espanha na contracção observada na actividade de *Hijos de Olímpio Pérez* a partir do ano de 1923 nas operações com correspondentes. Em contraste, a potenciação que podemos observar na actividade creditícia e bolsista aponta para um acrescentado protagonismo e expansom das classes médias urbanas.

A fim de precisarmos o contexto económico que tivo de enfrentar a casa Pérez no longo período coberto pola série CCC, procederemos a revisar algumas séries que julgamos pertinentes para pulsar o clima económico da época. Procedem todas elas das *Estadísticas históricas de España*, volume II²⁴.

24 Carreras, Albert e Tafunell, Xavier, coords. (segunda edição revista e ampliada, 2005):

A dinâmica corporativa é a primeira das séries que propomos.

QUADRO 318

Demografia corporativa: criação de sociedades em Espanha

Ano	Sociedades constituídas	Capital fundacional, valores nominais (10 ⁶ pesetas)	Capital fundacional valores constantes (1995=100)
1898	944	116,0	511,7
1899	1.180	368,2	1.637,8
1900	1.317	540,3	2.321,3
1901	1.357	878,9	3.835,1
1902	1.371	339,8	1.487,9
1903	1.286	379,7	1.558,8
1904	1.268	205,3	795,5
1905	1.260	229,7	912,9
1906	1.176	341,6	1.403,5
1907	1.229	341,5	1.385,6
1908	1.190	310,4	1.316,7
1909	1.166	216,6	913,7
1910	1.157	253,6	1.085,5
1911	1.149	308,3	1.301,8
1912	1.198	278,7	1.145,6
1913	1.291	197,3	791,1
1914	1.272	163,4	644,9
1915	1.313	130,9	471,7
1916	1.684	236,1	770,1
1917	2.143	767,5	2.267,5
1918	2.556	800,6	1.926,8
1919	3.016	722,3	1.633,2
1920	3.085	1.468,5	3.023,5
1921	1.947	907,1	2.101,7
1922	1.431	703,1	1.669,4
1923	1.641	634,9	1.531,4
1924	1.452	930,8	2.119,6
1925	1.191	532,4	1.210,1
1926	1.187	458,0	1.063,6
1927	1.061	628,7	1.479,2
1928	1.138	813,0	1.979,2

1929			
1930	1.028	793,7	1.832,4
1931	930	448,3	1.026,0
1932	995	364,1	855,3
1933	1.090	570,7	1.375,5
1934	948	450,4	1.017,4
1935	956	434,0	969,6
1936	671	311,0	661,3
1937	197	92,1	171,3
1938	383	223,6	366,8
1939	818	359,6	552,6
1940	1.552	1.044,3	1.407,2

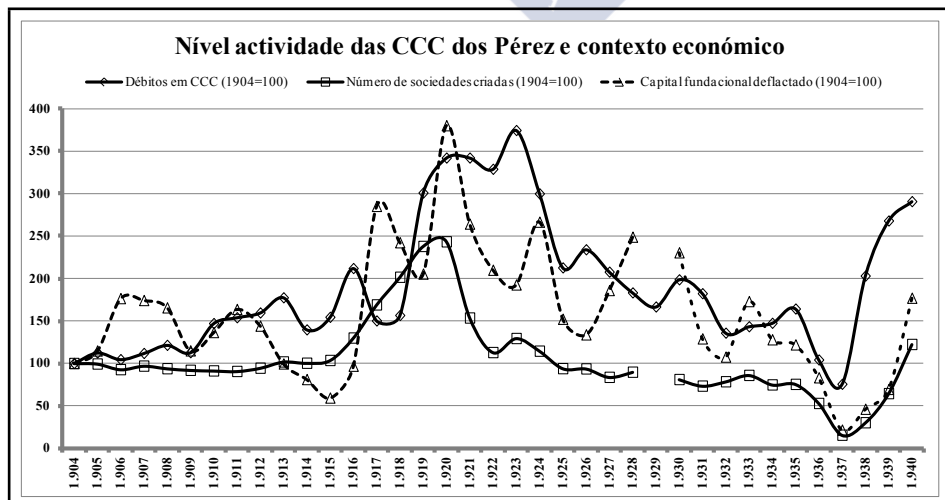
Fonte: Estadísticas históricas de España. Siglos XIX-XX. Volumen II, Quadro 10.3, pág. 768. Albert Carreras e Xavier Tafunell (Coords.)

É possível postular algum género de concordância entre a demografia corporativa da economia espanhola descrita no quadro anterior e o volume de transacções da casa Pérez com os seus correspondentes?

Para facilitarmos a comparação entre as séries, procedemos à sua calibração mediante números índice com base em 1904, que foi o ano escolhido por Olímpio Pérez para iniciar o registo sistemático das transacções nas CCC, (valor relativo a 1904 \rightarrow 100).

GRÁFICO 307

Nível de actividade nas CCC e demografia empresarial em Espanha.



Como podemos observar no gráfico 307, parece existir um certo grau de concordância entre o nível de actividade bancária dos Pérez medida polos débitos registados nas CCC e a demografia corporativa geral registada na economia espanhola que adoptamos como indicador do clima de negócios imperante. Em torno ao ano de 1920, a criação de sociedades comerciais experimenta, em todo o caso, umha flagrante reanimação estimulada pelo desenvolvimento da Primeira Guerra Mundial, logo seguida por umha sistemática diminuição dos indicadores de actividade até a guerra civil.

Tivemos ocasiom de comprovar no gráfico 305 a discordância aparente entre a actividade desenvolvida polo banco Pérez nas CCC e os lucros gerados pola H.O.P. O coeficiente de dispersom de Pearson²⁵ entre ambas situava-se em 42%. A concordância melhora quando adoptamos como elemento de comparação o índice de criação de sociedades em Espanha ao capital fundacional comprometido nas empresas de nova criação medido a preços constantes.

QUADRO 319

Correlação entre actividade e rentabilidade da H.O.P.

Coeficientes de correlação da actividade em CCC da H.O.P. e a conjuntura económica espanhola:	
Lucros H.O.P. ↔ Actividade nas CCC própria baeficios gerados	0,42
Actividade nas CCC da H.O.P. ↔ Sociedades constituídas em Espanha	0,50
Actividade nas CCC da H.O.P. ↔ Capital fundacional das sociedades constituídas	0,52

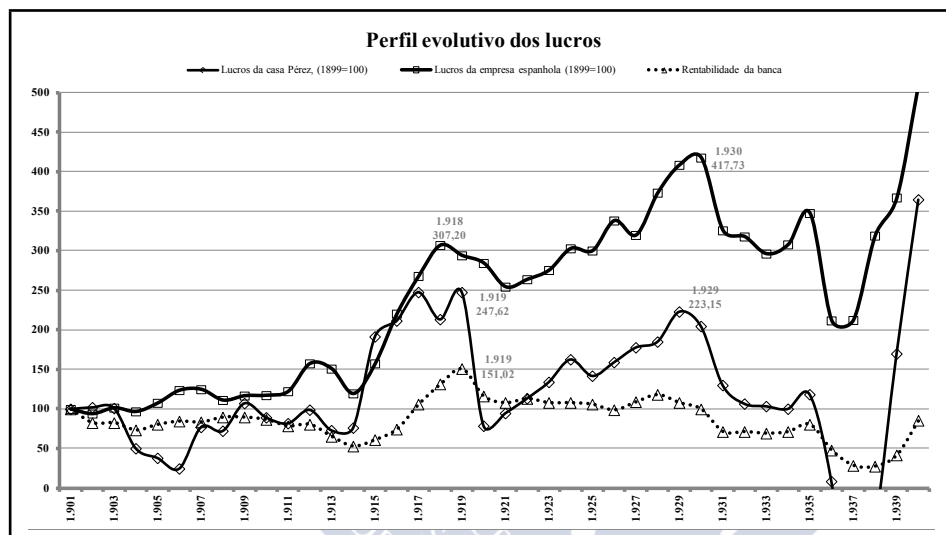
Pode ter interesse indagar no grau de concordância que poda existir entre a série de lucros formulados pola casa Pérez e um indicador da evolução secular dos lucros da empresa espanhola e da rentabilidade da banca expressada em termos percentuais, como indicador da capacidade de adaptação à conjuntura económica da casa compostelana. Os indicadores de referência procedem das Estadísticas Históricas de España de Carreras e Tafunell (2005, quadro 10.27: 811 e seguintes). Confrontámos as séries

²⁵ Para a interpretação do coeficiente de correlação de Pearson, ver nota 11.

para o período 1901-1940 por ser o ano 1901 o de início da série de rentabilidades da banca espanhola.

GRÁFICO 308

Grau de concordância dos lucros registados pola casa Pérez com a rentabilidade da empresa espanhola



Interessa destacar o grau de concordância genérica observada entre os lucros da banca Pérez com os representativos da empresa espanhola e a rentabilidade do negócio bancário: onda de prosperidade da Primeira Guerra Mundial, queda pós-bélica com recuperação progressiva até 1930 e implosão final, embora a intensidade seja particular em cada caso. De um ponto de vista empírico, podemos dizer que o coeficiente de correlação de Pearson da série de lucros da casa Pérez é de 0,52 com o índice de lucros empresariais e de 0,58 com o da rentabilidade do sistema bancário. Não deve perder-se de vista que o índice de rentabilidade reflete os lucros relativos, quer dizer, em relação com o capital comprometido. A introdução do índice de rentabilidade na comparação incorpora, em definitiva, uma variável relativa, de carácter adimensional, que permite revelar as flutuações efectivas do rendimento implícito no negócio. Em todo o caso, as três séries submetidas a comparação permitem reconhecer um padrão de comportamento similar embora a seu grau de correlação empírico seja modesto.

Mais difícil é indagar a possível correlação da trajectória do banco dos Pérez com indicadores tirados da conjuntura dos negócios na Galiza, muito mais inexplorados nom obstante os importantes esforços desenvolvidos na moderna historiografia económica galega. À parte das indagações em áreas como a demografia histórica ou a análise dos níveis de preços agrários, que contam com notáveis contributos, a análise quantitativa seriada relativa ao mundo empresarial está menos desenvolvida, embora conte com contributos já valiosos entre os que destacam os referidos às comarcas corunhesa e viguesa²⁶. Infelizmente, a primeira obra, de maior densidade informativa e referida à província corunhesa, centra a sua análise no século XIX, polo qual pouco pode ajudar ao enquadramento da actividade do banco Pérez a partir do ano 1904 em que a casa decide abrir o registo auxiliar seriado das CCC.

As séries do capital fundacional comprometido nas sociedades constituídas no entorno das cidades da Corunha e de Ponte Vedra e Vigo publicadas por Lindoso Tato (2006) e Abreu Sernández (2002)²⁷ venhem resumidas em Carreras y Tafunell, Coord. (2005) de onde tiramos a informação resumida no gráfico 309. Para a confecção do gráfico decidimos prescindir dos dados aduzidos por ambas as autoras prévios ao ano 1886 por pertencerem a um período onde o registo de sociedades nom era ainda preceptivo e o seu valor empírico, em consequência, menor. A obrigatoriedade registal foi estabelecida, como é sabido, por Real Decreto de 22 de agosto de 1885, publicado na Gaceta de Madrid de 16 de outubro de 1885, que estabeleceu o Código de Comercio, o qual dedica o seu Título II a regular o Registro Mercantil. É a partir de 1886 quando podemos contar, portanto, com escritórios oficiais de Registro Nercantil em cada capital de província. O artigo dezessete do referido Título estabelece a obrigatoriedade de inscrição das sociedades e a mantém potestativa para estabelecimentos comerciais de particulares.

26 Abreu Sernández, L. Fernanda (2002): *Iniciativas empresariales en Vigo entre 1866 y 1940*, Universidade de Vigo, Vigo.

Lindoso Tato, Elvira (2006): *Los pioneros gallegos. Bases del desarrollo empresarial (1820-1913)*, LID Editorial Empresarial, Madrid.

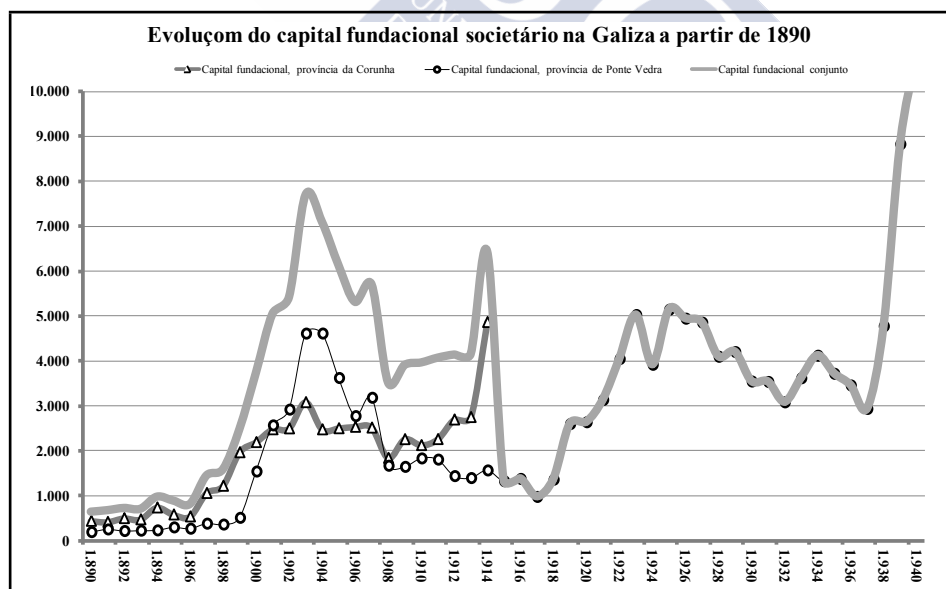
27 Carreras e Tafunell (2005: volumen II, pág. 772 e seguintes) aludem à tese doutoral de Lindoso Tato como fonte informativa.

A superposição das séries corunhesa e viguesa proporciona umha aproximação útil da dinâmica societária na Galiza durante o século XX que pode servir de elemento de contrastação adicional para julgar o clima empresarial em que se desenvolveu a actividade bancária coetânea.

A fim de destacar a *tendência subjacente* às séries de capitalização empresarial na Galiza procedemos a agregar os dados por *médias móveis quinquenais* de maneira que o dado que figura em 1890 é o médio do período 1886-1890. Devemos observar também que a série corunhesa conclui em 1914 enquanto a ponte-vedresa se prolonga até 1940. Os valores agregados, representativos da capitalização no conjunto da Galiza no período 1915-1940 coincidem, em consequência, com os da província de Ponte Vedra. Umha cautela metodológica obrigada se atendemos à marcada discrepância exibida pólas séries corunhesa e ponte-vedresana no período 1907-1914.

GRÁFICO 309

Evolução do capital fundacional das empresas constituídas na Galiza.
(Valor agregado em milhares de pesetas correntes, médias móveis quinquenais)



A tendência geral apontada no ritmo de capitalização empresarial nos últimos anos do século XIX e primeiros do século XX é de forte expansão até 1904 seguida de umha marcada queda até o final da Primeira Guerra

Mundial (área viguesa) e de umha franca recuperaçom a partir de 1908 (área corunhesa). O comportamento posterior da empresa do litoral sul galego aponta para a reanimaçom da dinâmica capitalizadora no período 1918-1925 que decairá depois até os anos finais da guerra civil.

Em perspectiva secular, cabe detectar dous afloramentos na demografia empresarial galega, um primeiro que principia com o século XX e alcança valores máximos entre 1903 e 1905 com umha queda rápida em 1908 e umha breve reanimaçom entre 1911 e 1914, e outro segundo que só pode ser confirmado na província da Ponte Vedra nos anos vinte, com máximo em 1925.

As ondas de optimismo empresarial só guardam umha relaçom parcial com o canalizado através das contas com correspondentes na Corunha e Vigo, onde se concentrava o grosso das iniciativas e o negócio empresarial; o seu peso sobre as transaçoms da casa é discreto, como podemos comprovar nos quadros 310 e 311. Outra cousa é a sua influência sobre a formaçom da carteira de valores da casa Pérez. A marcada preferéncia da casa polos valores galegos permite visualizar a sua presença em numerosas operaçoms de criaçom e lançamento de novas sociedades, como teremos ocasiom de comprovar no capítulo dedicado a esta faceta de actividade.

Participaçoms como as de *Carbueros Laforet y Cia, S.C.* (1899), no *Banco de Vigo*, ou mesmo *Hijos de Francisco Deza*, (1900) iniciam umha série que tem a sua prolongaçom num conjunto significativo de sociedades anónimas que fõrom surgindo com o decorrer do novo século. Sociedades anónimas como a *S. A. de Abastecimiento Aguas de Vigo* (1902), *La Toja* ou *Electra Popular de Vigo y Redondela* (1903); *La Hulla Blanca, J. Valverde y Cia*, *Guisasola y Cia* (1910); *Tranvias Eléctricos de Vigo* e *Sindicato Hispano-Americano* (1912); *Riestra y Cia*, *Gándara, Haz, Rábago y Cia* (1923) ou a *Distribuidora Gallega de Electricidad* (1935).

Especial mençom merece a ligaçom dos Pérez com entidades bancárias estrangeiras que fõrom estabelecendo sucursal em Vigo nutrindo-se do negócio da emigraçom. É o caso do *Banco Español del Rio de La Plata* (1910) ou do *Anglo-South American Bank of London* (1918). Sem esquecermos as relaçoms financeiras inevitáveis com o elenco mais ilustre do empresariado da ria de Vigo: os Barreras, Massó, Curbera, Bolívar, Tapias, Babé... bem representados, todos eles, nas CCC.

3.5 Técnicas de gestom contabilística das CCC e condições de liquidação.

Abordamos agora com a devida brevidade alguns aspectos da técnica contabilística utilizada nos assentos das CCC. Além do interesse histórico de um assunto com este, decisivo para a adequada gestom de um material tam delicado como os activos financeiros, cremos conveniente expor algumas das suas peculiaridades para melhor compreender a natureza do tráfico com a clientela mais exigente dos bancos, objecto dos registos nas CCC. Em perspectiva actual nom pode por menos de admirar o ímprobo esforço aplicado à confecção dos livros auxiliares de contabilidade como a colecção que contém as CCC. É possível topar ainda intermináveis apontamentos manuscritos, cálculos e comprobações em folhas auxiliares para certificar a correcção das cifras de saldos e juros acreditados ou debitados nas contas da extensa rede de correspondentes da casa. O que estava em jogo era nom só o controlo de receitas e despesas e em definitiva dos lucros do ano, mas também o prestígio da sociedade perante os seus pares, base do crédito e a solvência que mutuamente se reconheciam. Dificilmente se entenderia senom a magnitude do esforço aplicado numha época, escusado lembrar, preinformática onde a tarefa devia ser confiada à esperteza e dedicação dos especialistas em matéria de contabilidade.

A falência já comentada da *Hijos de Francisco Deza* ou a do *Banco de Vigo*, que abordaremos no capítulo final desta investigação, ponhem de relevo a importância crucial de contar com instrumentos adequados de registo e de instâncias de controlo, mormente em tempos anteriores à Lei Cambó de 1921 e o seu desenvolvimento, onde as práticas contabilísticas e os procedimentos de ajuste de avaliação se guiavam polo Código do Comércio de 1885, quando nom por práticas tradicionais ou considerações de conveniência circunstanciais.

O registo contabilístico cobra umha especial complexidade no caso das CCC, submetidas a variados tipos de liquidação segundo a importância do correspondente e os pactos mútuos estabelecidos no início. A correspondência com entidades estrangeiras ou a frequência dos assentos em moeda estrangeira acrescenta-se à dificuldade da avaliação das operações na divisa correspondente, que deve ser referida à taxa de câmbio imperante na ocasiom. Em todo o caso, a necessidade de computar os interesses mútuos, devedores ou credores segundo o sinal do assento,

incorpora a exigência ineludível de submeter a cálculo todos e cada um dos assentos registados por ordem temporal a fim de proceder à liquidação final segundo a taxa acordada e sujeita a posterior aprovação.

O primor empenhado na confecção dos livros de contabilidade, tanto de uso obrigatório como auxiliar e voluntário, como som os de CCC, é a prova mais eloquente da relevância da selecção de um plano contabilístico ajustado às necessidades da firma. É difícil exagerar o esforço empenhado no registo e cálculo contabilístico num contexto pré-informático. A presença casual de fólios perdidos nos livros de CCC, repletos de cálculos aritméticos e de comprovações, som um bom exemplo da responsabilidade e dificuldade que recaíam nos encarregados pelo registo e liquidação das contas.

O objecto final da gestão de cada conta era duplo: fixar a magnitude e sinal do saldo resultante, devedor ou credor, do conjunto de operações registadas no período, por um lado, e avaliar as receitas ou gastos a imputar pelas mesmas, especialmente em razão dos juros correspondentes, por outro. O carácter auxiliar das CCC comporta que tanto os saldos como os juros e outras cargas (comissão, gasto de transacção, etc.) a favor ou contra serão transferidos para os livros-maiores.

Resumimos no Apêndice 31 o procedimento de liquidação das contas mútuas com correspondentes que eram as de gestão mais complexa²⁸. A técnica de contabilização era objecto de estudo minucioso nos manuais da época e fazia parte do acervo de técnicas comerciais imprescindíveis para o exercício da profissão bancária. Os convénios de correspondência em vigor estabeleciam o compromisso de mútuo reconhecimento de liquidações segundo o carácter da conta: “m/cta” (da H.O.P. na sede do correspondente), “s/cta” (de um correspondente na sede da H.O.P.), no

28 *La Partida Doble* de Emilio Oliver, excelente manual de luxuosa apresentação editado em Barcelona em torno a 1900, dedica ao tratamento contabilístico deste tipo de operações na secção “De las cuentas corrientes con interés”, páginas 405 a 436 do Volume I. Justifica o uso deste tipo de contas para o registo de operações entre comerciantes que “están en relación de negocios, y por la índole o circunstancias de estos, convienen en abonarse o cargarse mutuamente intereses sobre sus respectivas entregas y desembolsos”. Chama, ainda, a atenção sobre a possibilidade de um correspondente poder ser “deudor nuestro en capitales y resultar acreedor en intereses o viceversa, como se ve todos los días”. A observação é oportuna por que é o calendário e não só o valor da operação o que influi no cálculo dos juros creditados ou debitados.

caso de contas de carácter individual e ordinário ou contas de carácter recíproco na qual débitos e créditos tenham a consideração de créditos e débitos mútuos com liquidação periódica e comprovação conjunta.

As condições oferecidas à contraparte na relação mútua estabelecida seguia pautas variáveis segundo praça e importância do correspondente e eram objecto de correspondência postal cruzada e frequente. Sirva como exemplo a carta de 24-08-1921, procedente do livro copiador de cartas e telegramas número 51, correspondente aos meses de agosto e setembro de 1921; nesta, informa-se um cliente de Conjo (Antonio González Botas) da recepção de uma remessa de fundos em numerário mais uma remessa de letras a descontar. O banco compostelano informa: *“El cambio aplicado a su grata remesa es el que tenemos fijado para nuestros corresponsales, Ordenes, 0,25; Lalin, 0,55; Padron, 0,15 y luego los timbres que importan pts 0,90”*. As grandes firmas bancárias eram objecto de especial cortesia e consideração. Podemos examinar no livro copiador citado uma carta de 27-08-1921, remetida ao *Barclays Bank Ltd* de Londres, que faz patente a satisfação da casa Pérez pelas perspectivas de colaboração que se abrem: *“...desde luego quedan Vds autorizados a incluir nuestro nombre en su lista de corresponsales. También pueden poner nuestra sucursal de Villagarcía (...) Separamos lista de las firmas autorizada y specimen de la carta de crédito y de los demás documentos relativos a este servicio (...) en cuanto tengamos ocasión de utilizar sus servicios nos será muy grato comunicárselo”*. O interesse do banco por configurar uma rede de correspondentes extensa, capaz de atender sem demora e a preço ajustado qualquer operação desde as imediações de Compostela até Londres, é manifesto. A procura das melhores condições faz parte da prática habitual. Uma carta remetida em 22 de Agosto de 1921 a um potencial correspondente domiciliado no município limítrofe de Ames comunica a este: *“Sírbase debitarnos la diferencia que hemos abonado de menos por remesas enviadas a Vd para el cobro. Mucho hemos de agradecer a Vd nos envíe una nota con las plazas (en) que Vd puede cobrar el papel, indicándonos a la vez la comisión correspondiente”*.

Alguns pedidos deixam transluzir uma atitude de cautela ou desinteresse mais ou menos manifesto. É o caso da resposta a Francisco Pérez Carnicero, de Bandeira, de data 17-08-1921, incluída no livro copiador mencionado: *“...agradeciéndole el ofrecimiento que nos hace*

para ser nuestro corresponsal en esa plaza, que aceptamos y desde luego puede enviarnos una lista con las plazas y cambios a que nos liquidaría nuestras remesas. También le rogamos nos diga la comisión que cobraría por n/r s/esa plaza por giros a su cargo, librados por nosotros y nuestros corresponsales (...)” Nom demorárom os Pérez em marcarem distâncias com este comissionista interessado no serviço de cobrança ou pagamento de letras e livranças na comarca. A carta de 26-08-1921 é significativa a este respeito: “(...) *La comisión que nos fija nos parece algo excesiva, así que veríamos con gusto rebajase algo con objeto de poder afinar nosotros a nuestros corresponsales para, de esta forma, poder dedicar a Vd todas las operaciones que tengamos sobre esa y (otras) plazas que Vd nos señale (...)*”. O escasso interesse polo serviço numha comarca próxima, seguramente bem atendida, anima a H.O.P. a forçar as suas exigências.

O relato memorial do centenário da casa legado polos sucessores de Olímpio Pérez, *Notas históricas de la fundación y proceso de la Casa de Banca Hijos de Olimpio Pérez. 1847-1947*, deixa lugar a poucas dúvidas quanto ao rigor aplicado por Olímpio Pérez na sua operativa comercial. Referindo-se aos primeiros anos do século XX, afirma o relatório:

Se consideraba feliz con verse rodeado de su familia y nunca fue ambicioso en sus ganancias, fijando siempre normas de prudencia y austeridad en las comisiones. Sin embargo, rechazaba con energía cualquier sugerencia de abaratamientos vergonzosos que algunas veces formaba (sic) la competencia y no tenía reparo en decir a sus clientes se fuesen a buscar las ventajas propuestas, ya que “no trabajo para perder”. Este equilibrio de generosidad y justicia elevaron su prestigio profesional y moral a tal altura que en todas las clases sociales de Santiago y en la Región era estimado como una de las personas más competentes y discretas que podían resolver dudas y problemas económicos a las entidades y sobre todo a las familias

A técnica de contabilização das CCC em 1907 requeria umha árdua tarefa de comprovaçom e cálculo, como pudemos comprovar nas numerosas folhas auxiliares que acompanham os livros de registo. Milhares de operações aritméticas e comprovaçoms para nom incorrer em erro sob pena de perda do prestígio e eventual reclamaçom do correspondente. Nom estavam também isentas de dificuldades o resto de actividades desempenhadas polo banco, como a gestom de valores (remessas de cupons à cobrança, direitos de subscriçom, cotaçoms, câmbios de divisas) ou a prestaçom de serviços que comportavam presença multitudinária no escritório de banca, como era o caso no pagamento de remessas ultramarinas.

Titulares tam considerados pola casa como o *Credit Lyonnais* ou o *Comptoir National D'Escomptes* exigiam umha especial aplicação. A fixação e actualização da tabela de condições aplicáveis aos juros debitados ou suportados, comissões e corretagens, gastos de correio ou gastos de devolução de remessas nom atendidas exigiam atenção constante. Com frequência, era preciso discriminar as condições prevalentes no mercado conforme a qualidade do correspondente e as flutuações da situação económica e das condições aplicadas pola concorrência. Lembremos as cartas cruzadas com aspirantes à correspondência com a casa na comarca compostelana ou o oferecimento dirigido ao *The Royal Bank of Canada* para revisar as tarifas de serviços aplicados a fim de tentar fidelizar o vínculo de correspondência no meio das turbulências financeiras dos primeiros vinte.

Vale a pena aludirmos, sequer brevemente, aos diferentes procedimentos de registo e contabilização das CCC da série 1904-1940. O objectivo último dos registos era, além de determinar o saldo credor ou devedor das operações, o cálculo dos juros imputáveis a favor ou contra o banco. Nom surpreende a atenção prestada as técnicas de contabilização nos manuais de uso na profissão comercial²⁹.

Três som os tratamentos utilizados segundo a índole e importância da conta em apreço. As contas mais exigentes em requerimento de tempo e precisão na avaliação eram as de carácter recíproco, onde cada assento devedor ou credor gerava direitos e obrigações a favor do banco ou do correspondente. Este tipo de contas admitia, ainda, três procedimentos de contabilização alternativos: o método *directo*, o *indirecto* ou por interesses complementares conhecido como método Laffite e o método *hamburguês* ou de saldos contínuos. O mais habitual era o método Laffite porquanto permitia proceder à liquidação em qualquer momento e dispensava a obriga de fixar, *a priori*, a data da liquidação. Era por tal motivo o preferido no continente europeu e o utilizado polo banco dos Pérez e os seus correspondentes. Resumimos o procedimento no Apêndice 31.

29 Oliver Castañer, Emilio (1898?): *La partida doble. Estudios teórico prácticos de contabilidad comercial al alcance de todos*, Tipografía y Casa Editorial de Viuda de Luís Tasso, Barcelona, dous volumes. Para a liquidação das contas mútuas com juros recíprocos, cfr. “De las cuentas corrientes con interés”, Volume I, pág. 405 e seguintes.

Para umha história da contabilidade em Espanha, tem notável interesse o artigo:

González Ferrando, José María (2006): “Baluceos y primeros pasos de la historia de la contabilidad en España”. *Revista Española de Historia de la Contabilidad*, número 5, diciembre 2006.

Um segundo grupo de correspondentes operavam sob a fórmula conhecida nos manuais da época como procedimento de *conta única*³⁰, fácil de reconhecer porquanto se organiza em dupla coluna de débito e dupla coluna de crédito. Umha das colunas recolhe os registos diários da casa e a outra os assentos registados e comunicados polo correspondente. Neste procedimento é habitual a coexistência de duas contas com o correspondente, umha delas rubricada “s/cta” localizada em Santiago e outra rubricada como “m/cta” localizada na praça do correspondente. O procedimento pode ser qualificado de *contabilização em dupla coluna* e regista cada operação e o saldo e resultado final mediante acordo de partida sobre as condições mútuas a aplicar.

Podemos comprovar, ainda, um terceiro grupo de contas bastante numeroso de correspondentes que nom merecia a aplicação de métodos de seguimento e controlo tam exigentes como os anteriores. Neste caso, as contas mediante simples diferença entre débitos e créditos na data de encerramento, sem imputar sequer despesas de gestom, circunstância, esta, bastante frequente. É o caso, por exemplo, de contas de *Habilitación del Clero*, *Habilitados de Centros Docentes*, *Entregas de Subalternos de Tabacos*, *Convento de la Enseñanza de Vigo* e outras similares, de índole claramente transitória e administrativa, mas também de outras susceptíveis de imputação de juros devidos e débitos implícitos de umha ou outra parte mas que, por qualquer motivo, nom se procede à sua avaliação e liquidação. Funcionam como contas de registo meticuloso, sem por isso implicar liquidação de direitos e obrigações recíprocas. Nom conseguimos explicar a manifesta cessom de direitos implícitos. É o caso, por exemplo, de dous conspícuos aforradores compostelanos que acompañhárom Olímpiop Pérez em aventuras empresariais tam selectas como as da *Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Santiago*, da *Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago*, ou do *Hospital Manicómio de Conjo*³¹. Referimo-nos aos irmaos

30 Ramos de Antonio, José: *Teneduría de Libros*, 3ª edición corregida y aumentada, Instituto Reus, Madrid, 1930. Na pág. 104 descreve brevemente o procedimento de gestom por conta única. O libro contém em contrapartida a relação de titulares das 326 praças obtidas polo Instituto Reus nas “últimas oposiciones celebradas en El Ministerio de Hacienda”; entre eles, figura Alejandro Bóveda, o desventurado perito em questons económicas do Partido Galeguista.

31 Torres Cubeiro, Manuel, “Equivalentes funcionales: Catolicismo, Banca y Psiquiatría privada. La fundación Manicomio de Conxo en Santiago de Compostela (1885-1931)”. Manuel Torres Cubeiro1, IES Campo San Alberto; GCEIS2; USC. Disponível na Rede: Sociales. www.gceis.net

José e Ramón García Mouriño. Nom deixa de surpreender o aparente desinteresse dos dous afortunados irmaos no rendimento das contas que mantinham na relação de CCC de Olímpio Pérez, aparentemente com saudáveis saldos credores.

Para começar, ambos os irmaos operavam através de três contas diferentes no banco dos Pérez; unha de carácter geral denominada em pesetas e outras duas, unha delas em libras esterlinas e a outra em ouro.

Resumimos a de José Mouriño, de 1907, muito parecida em composição, movimentos e saldos com a do seu irmao.

QUADRO 320

José García Mouriño, Santiago. CCC 1907, Volumes I e II, fólío 131

Data	Débitos	pesetas	Data	Créditos	pesetas
04/02/1907	Costo P 5000 Interior, vendí a A.R. de Ames	4.135,00	01/01/1907	Saldo anterior	54.017,21
09/02/1907	Costo 2000 Amortizable, vendí a Vda de Maroñas	2.009,00	29/01/1907	Liq. cupones s/nota	974,30
15/02/1907	Su carta orden a m/c	5.000,00	18/03/1907	s/entrega	8.053,80
27/04/1907	s/g m/c	15.000,00	03/04/1907	Liq. 47 cups. Toja	470,00
19/06/1907	Costo P 500 N.E.	409,20	19/04/1907	Cupón 1ª marzo, 5% Argentina	350,65
			03/05/1907	s/r Londres L 270-17-0 y mitad L 673-5-9	16.949,07
			28/05/1907	Obligaciones N.E. amortizadas	541,70
			21/06/1907	s/endoso s/Londres L 270-17-00	6.762,25
			21/06/1907	Cupón nº 3 Oblig. Electra	920,00
			30/06/1907	Saldo cta L. E.	2.372,80
			30/06/1907	Cupón 1º Diciembre 11.500 \$ Argentino	337,00
			30/06/1907	Liq. cupones s/nota	993,95
			30/06/1907	Liq. cupones s/nota	9.517,00
01/07/1907	Participación en Conjo comprada a Timoteo Sánchez	32.998,56	04/07/1907	Cupón 40 Resineras	489,00
15/07/1907	Dchos reales por dicha participación	1.469,21	04/09/1907	Id. 1º Junio \$ 11.500 Argentino	349,75
30/08/1907	s/g m/c	15.000,00	04/09/1907	Id. 1º Julio 40 oblig. Soc. General Galllega	475,00
			15/10/1907	Id. 1º Sept. \$ 11.500 Argentino	342,85
			31/12/1907	Liq. cupones s/nota	8.442,00
			31/12/1907	Liq. cupones s/nota	1.345,20
Saldo s/favor		37.682,56			
		113.703,53			113.703,53

O comportamento financeiro dos irmãos Mouriño pode servir de paradigma da operativa típica do rentista urbano e da amplitude da informação implicada na gestão da conta. Os Mouriño manifestam um destacado interesse pelos valores públicos tanto espanhóis como estrangeiros, sem descuidarem a atenção pelas emissões privadas de índole empresarial. Um e outro manifestam-se como investidores activos que operavam nos mercados primário e secundário, tanto no âmbito local – como a referência à viúva de Maroñas por de relevo – como em praças estrangeiras, como a de Londres. A sua proximidade às sugestões de Olímpio Pérez em matéria de investimentos por-se de manifesto na sua participação no empreendimento do Manicómio de Conjo. A operação concretizou-se mediante aquisição de uma quota-parte ao Director Médico do Estabelecimento, Timoteo Sánchez Freire, intermediada por Olímpio Pérez. Uma operação especialmente significativa dado o âmbito restrito em que se moveu a captação de sócios. O contexto social desta operação e a sua história foram já objecto de atenção no capítulo primeiro da presente investigação.

O aspecto que pretendemos destacar aqui é que dois dos mais eminentes sócios de aventuras financeiras locais como os irmãos García Mouriño, mantinham as suas contas no banco dos Pérez em regime de simples administração de movimentos de débitos e créditos, sem aparente interesse por contabilizar os juros gerados pela sua condição de afortunados aforradores. Não é difícil pôr de manifesto a dimensão deste chocante desleixo. Procederemos a computar a tal fim o volume de juros cedidos pela aparente renúncia ao apuramento dos direitos implícitos na sequência de créditos e débitos do ano de 1907, na conta resumida no quadro 320.

QUADRO 321**Liquidação dos Juros gerados no ano de 1907**

Data assento	Juros débitos	Juros créditos
04/02/1907	186,92	2.693,46
09/02/1907	89,44	44,84
15/02/1907	218,49	317,74
27/04/1907	509,59	17,51
19/06/1907	10,93	12,30
03/05/1907		561,87
28/05/1907		16,10
21/06/1907		178,78
21/06/1907		24,32
30/06/1907		59,81
30/06/1907		8,49
30/06/1907		25,05
30/06/1907		239,88
01/07/1907	827,22	12,06
15/07/1907	34,01	5,65
30/08/1907	252,74	7,68
15/10/1907		3,62
31/12/1907		0,00
31/12/1907		0,00
	2.129,36	4.229,18
Saldo juros s/favor	2.099,82	

A conta encerra-se no final do ano com um saldo credor a favor do cliente de 37.682,56 pesetas, sem qualquer consideração do juro gerado. Umha simples operação de desconto dos fluxos de débitos e créditos na conta a umha taxa habitual de 5% recíproco (0,0137% diário) leva à conclusão de que José García Mouriño podia ter reclamado os juros gerados por valor de 2.099,82 pesetas. A conta do seu irmão, muito semelhante, arrojaría um montante de juros cedidos por quantia ainda maior: 2.579,76 pesetas. Deixamos constância da nossa perplexidade ante tal comportamento em financistas decerto versados no cálculo financeiro.

Os dous parâmetros que contribuíam a alimentar os lucros do banco na sua conta de Ganhos e Perdas eram, como é óbvio, os juros que gravam o capital emprestado registado nos sucessivos débitos dos seus correspondentes e as comissões obtidas por serviços de intermediação.

Nas contas de carácter recíproco o cálculo dos juros que a sequência de assentos vai gerando requer um procedimento como o Laffite. As contas submetidas a este tipo de cálculo pertencem, como é de esperar, aos correspondentes mais importantes. Trata-se de clientes como *Credit Lyonnais*, *Guillermo Vogel* e *Banco Alemán Transatlántico*, *Comptoir National D'Escomptes*, *Badel Freres y Cia*, *Banco Español del Rio de la Plata*, e da totalidade das instituições bancárias espanholas correspondentes como *Sobrinos de José Pastor da Coruña*, *Banco Hispano Americano*, *Banco Español de Crédito*, *Banco Guipuzcoano de San Sebastián*, *Banco de Préstamos y Descuento de Barcelona*, *Banco Asturiano de Industria y Comercio de Oviedo*, *Banco de Crédito de Zaragoza*, *Banco de Sabadell*, *Banco de Castilla* junto com um dilatado elenco de casas de banca de carácter familiar ou de direcção personalista, como *E. Sainz e Hijos de Madrid*, *Jover y Cia*, *García Calamarte y Cia* de Madrid, *Hijos de Pastor Ojero y Cia* de Madrid, *C. Jacquet e hijos* de Bilbao, *Masaveu y Cia* de Oviedo, *J Salzedo Hijo y Cia*, *Vidal Quadras Hermanos*, *Sánchez Ribera y Cia* de Madrid etc. Entre os correspondentes galegos podemos citar firmas como *Hijos de Marchesi Dalmau* da Coruña, *Herce y Cia*, *Ventura Ferrer Casellas* da Póvoa, *Silverio Pereira* ou *Vilas Colomer Martínez* de Ribeira ou a *Electra Popular de Vigo y Redondela*, entre outras.

Quanto à taxa aplicada, a sua dispersão entre os correspondentes abrange um amplo espectro. O leque de taxas mútuas acordadas compreende 5,5 % (*Hijos de Marchesi Dalmau*, Coruña, s/c), 5 %, e, muito mais frequente, (*Sobrinos de José Pastor*, Coruña, s/cta; *Banco Guipuzcoano*, San Sebastián; *Banco de Crédito*, Saragoça; *Banco de Sabadell*, Sabadell; *Hijos de Pastor Ojero y Cia S en C*, Madrid, s/c; também imperante nas relações com muitos clientes galegos: *Silverio Pereira*, Ribeira; *Francisco Blanco*, Muros; *Ventura Ferrer Casellas*, Póvoa; *Salgado y Cia*, Caldas de Reis, a família *Harguindey* de Santiago... A taxa de juro pode descer até 1 % praticado em contas com correspondentes tam reconhecidos como *Credit Lyonnais de Paris*, s/cta e também com as sedes em Londres e Madrid; *Banco Español del Rio de la Plata*, Madrid, s/cta; *Banco Hispano Americano*, Málaga ou Saragoça, s/c, etc. Passando por taxas de 4,5 %, 4 %, 3 % com correspondentes significativos, em cada caso. Parece pertinente chamarmos a atenção para a relativa irrelevância da taxa mútua acordada, dado o compromisso implícito bem documentado que adquiriam ambos os correspondentes para impedirem desvios excessivos do saldo devedor ou

credor flutuante. Caso diferente é o de correspondentes aforradores netos com elevada liquidez e parcos em operações de colocações financeiras, como no caso examinado dos irmãos García Mouriño ou de *Marchesi Dalmau* da Coruña, que parecem ter concertado implícita ou explicitamente isenção no cálculo dos juros.

A aplicação e leque de variação das comissões aplicadas por serviços financeiros prestados é muito mais imprevisível e variável conforme o cliente e tipo de operação. Regra geral, a comissão aplicava-se sobre o soma de débitos assentados cada semestre com uma taxa de $1/800$, sem considerar a data do assento. A tarifa aplicada podia subir até $1/400$ ou baixar a $1/1000$. No caso de correspondentes activos no tráfico de livranças e remessas, as condições admitiam formulações mais apuradas: $1/2000$ s/livranças directas e $1/400$ sobre as indirectas, que entendemos fora da praça onde o correspondente tinha a sede, por exemplo. Este tipo de condições diferenciadas segundo a índole da operação eram frequentes em relações com bancos estrangeiros importantes. Neste caso, era frequente que a cobrança habitual de comissões sobre débitos fosse desdobrada para considerar também comissões sobre créditos, em justa reciprocidade. Não faltam também contas isentas de comissão. Não é fácil reconhecermos uma pauta regular ou tipologia genérica, que seria ajustada, provavelmente, às exigências e características do correspondente, sem que seja possível extrair um padron tipológico geral. O exame das CCC põe de manifesto, em definitivo, um notável grau de flexibilidade nas condições imperantes na relação mútua estabelecida.

IV

A carteira de valores





4.1 A carteira de valores: a dimensão especulativa da actividade bancária

Umha olhada sintética aos balanços da casa de banca fundada por Manuel Pérez em meados do XIX permite diferenciar três âmbitos de negócio que fôrom polarizando sucessivamente a sua actividade financeira. O estádio bancário-comercial que ocupou ao fundador da dinastia, o tráfego com correspondentes, transferências ultramarinas e investimentos selectivos protagonizados por Olimpio Pérez e, finalmente, o investimento em carteira e a actividade especulativa junto com a consolidação da carteira de empréstimos a particulares e das contas de depósito destes, que orientou a terceira etapa e se prolonga até a transformação da entidade em sociedade anónima. Todo este processo se inscreve, como é natural, no contexto de modernização económica que é o que permite explicar em última instância a expansão das carteiras de valores, do crédito privado e dos depósitos em mans de particulares.

A primeira fase do negócio, centrada nas transacções comerciais que ocupa o segundo quartel do século XIX desenvolve-se num contexto económico geral caracterizado por umha deficiente articulação do mercado interno espanhol de bens e serviços e a precariedade das comunicações físicas e dos instrumentos disponíveis para negociar e cancelar dévedas. Estamos em plena época da vela, da carrilana e do carro de bois, num país de minguada densidade urbana e esmagadora presença camponesa. Coincide a etapa, como dixemos, com a gerência do fundador da casa, Manuel Pérez (1847-1880). O negócio comercial potenciado com reforço bancário comportava notáveis exigências de informação relativa aos preços em vigor das mercadorias objecto de transacção e a sua previsível

evolução, assi como acerca da disponibilidade de meios de transporte e conexom oportuna entre os mercados de origem e destino. O grosso dos produtos objecto de transacção era de índole alimentar: cereais, carnes, álcoois, açúcar, sem faltarem, porém, os de uso industrial ou doméstico, como coiros em cru de procedência sul-americana ou a cera para velas. Quando Olímpio e Cândido acedem à gerência por falecimento do pai, o comércio devinha já em actividade económica em franca regressom, quase história já quando Olímpio assumiu por fim em solitário a direcção da casa em 1901, por ocasiom do falecimento de Cândido.

A actividade comercial, baseada na compra e venda de mercadorias de consumo e fornecimentos industriais apoiava-se numha notável rede operativa própria constituída por armazéns, embarcações próprias ou em regime de comadita e numha rede de firmas de correspondência comercial distribuídas por Espanha e algumas praças assinaladas da Europa e América do Sul, conectadas por um fluxo epistolar minucioso e permanente. Nele, circulava informação actualizada sobre preços do tasalho de carne e dos coiros, dos frutos secos e dos álcoois, sem esquecer as perspectivas imediatas de evolução e a conjuntura dos mercados de destino. Esta era a base do negócio comercial de Manuel Pérez Sáenz durante o terceiro quartel do XIX, ainda que as suas raízes alicerçassem nos anos trinta ou quarenta do século. A data fundacional da casa consagrada por tradição familiar é a de 1847, como temos apontado. A letra de câmbio comercial e a conta em participacção em aventuras comerciais partilhadas – empreendimentos em regime de *risco e ventura* – irám perdendo progressivamente o papel central que desempenhavam em favor do giro e a transferência bancária, ao tempo que se acrescenta o interesse pola posse e negociação de valores, quer em interesse da própria casa ou por demanda da clientela mais próxima.

O abandono do tráfego comercial físico e os seus instrumentos financeiros em favor do tráfego cambiário sobre remessas ultramarinas vai-se desenvolvendo estimulado pola progressiva maturidade do mercado interno espanhol, a melhoria das comunicações e dos instrumentos financeiros de liquidaçom de dévedas e também, de maneira muito especial nas principais regions emissoras de fortes contingentes migratórios, polo peso crescente das operações cruzadas com as colónias estabelecidas nas Antilhas e no Rio da Prata. Já reiterámos a importância que tem a modernizaçom do tráfego financeiro impulsionado polas

inovações promovidas pelo *Banco de España* na articulação da economia espanhola. A generalização de instrumentos de câmbio e cobrança baratos e seguros e a progressiva interconexão dos circuitos atendidos pela banca local constituíram o autêntico alicerce de um mercado interno espanhol integrado. A instauração do *bilhete único* (1874) constitui um marco decisivo em tal sentido. O estabelecimento da rede galega de sucursais do Banco de Espanha (1874-1886) junto com a consequente generalização e barateamento do serviço de transferências representaram outro elemento decisivo para a eliminação dos obstáculos que travavam o intercâmbio comercial e a circulação acrescentada de valores e activos financeiros. É pertinente salientarmos que as transformações aludidas coincidem em tempo e circunstância com a transmissão do negócio de Manuel Pérez aos seus filhos. Boa parte do prestígio de Olímpio Pérez no historial da casa é devido ao papel por ele desempenhado como agente introdutor do novo instrumental financeiro. As contas correntes com os correspondentes da casa, CCC, a gestão de remessas e transferências ultramarinas e a crescente atenção prestada ao investimento em carteira e à participação em empreendimentos industriais emergentes calham no período em que o senhor Olímpio dirigiu a casa: 1880-1915.

Abordamos nesta secção o estudo da carteira de valores da casa Pérez na sua estrutura e evolução. A exploração da série de livros maiores que custodia o arquivo da casa e a série de balanços de situação – de localização algo mais problemática – confirmam a progressiva importância da carteira de títulos no activo da sociedade. É possível comprovar, de passagem, a crescente atenção prestada pela casa aos boletins de Bolsa, relatórios bancários de conjuntura e informação periódica proporcionada por revistas de economia e correspondentes bem informados ao acervo instrumental preciso para a adequada tomada de decisões. Pudemos encontrar mesmo algum exemplar destas fontes informativas auxiliares perdido entre os papéis dispersos que guarda o arquivo.

A estrutura mutante do porta-fólio de títulos em carteira revela o empenho dos gestores em se adaptarem às oportunidades abertas pelo progresso económico e, mais especificamente, nas que se apresentavam no mercado de valores, quer cotados em bolsa, quer nom. A actividade de compra e venda de valores tinha por objecto, como é natural, a detecção de oportunidades de geração de mais-valias e a detecção precoce das

potenciais menos-valias na realização dos títulos possuídos, tanto em benefício próprio como da crescente clientela interessada em activos de renda fixa ou variável que confiava à casa a sua custódia e gestom. A crescente importância dos saldos de contas nominativas registadas como contas de ordem, adjacentes aos balanços, confirma a progressiva popularidade desta nova modalidade de aforro e investimento.

O nascimento e expansom da carteira de valores dos Pérez guarda umha certa correlaçom com o volume de movimentos das bolsas espanholas, especialmente da madrilena. A bolsa barcelonesa experimentou um primeiro período formativo (1830-1914) que desembocou numha segunda etapa de plena consolidaçom, que podemos datar no ano de 1915, coincidindo com a constituiçom da Bolsa Oficial de Comercio de Barcelona, que ficava submetida à regulamentaçom geral estabelecida para este tipo de estabelecimentos¹. A Bolsa de Bilbao, no entanto, nascia em 1890. Quer dizer, o desenvolvimento da actividade bolsista em Espanha é estritamente contemporânea com o período de gerência de Olímpio Pérez (1880-1915).

A fase de maturidade da Bolsa de Madrid coincide com o período 1898-1936, sendo muito incipiente o nível de transacçoms anteriores à queda dos restos coloniais. A descolonizaçom de Cuba, Porto Rico e Filipinas em 1898 tivo como consequência imediata umha severa contracçom no ritmo de contrataçom e do nível de cotaçom, sinal contractivo que foi remetendo no início do novo século graças à afluência de capitais repatriados. Em 1900, cotavam apenas 63 empresas na bolsa madrilena, 101 em 1915, ano do falecimento de Olímpio Pérez, e 184 em 1931, no ano da proclamaçom da Segunda República. A turbulenta década de vinte tem espacial relevância porquanto coincide com o acesso das grandes empresas eléctricas à cotaçom, junto com algum banco e importantes empresas industriais. Bancos como o *Hispano*, *Banesto*, *Central*, empresas industriais como *Explosivos*, *Duro Felguera*, *Azucarera* ou *Altos Hornos*. A finais dos anos vinte, a contrataçom de valores privados superava já sobejamente a negociaçom de títulos de dívida pública.

1 Hortalà i Arau, Joan (2006): *Crisis y auges en la Bolsa de Barcelona: 1830-2006*, Cuadernos de Economía. Vol. 29, 005-068.

Moreno Castaño, Begoña (2006): *La Bolsa de Madrid. Historia de un mercado de valores europeo*, Universidad de Cantabria, Santander.

Hoyo Aparicio, Andrés (2007): *Economía y mercado de valores en la España contemporánea. La evolución de la Bolsa antes del big bang español, 1831-1988*, Universidad de Cantabria, Santander

A extensom progressiva da preferência social pola detençom e tráfego de títulos de valor marca um novo contexto financeiro que Olímpio Pérez abordou e incorporou ao leque operativo da casa. A montagem da câmara couraçada Fichet em 1906, com persoal especializado vindo de Paris, é um sintoma manifesto do novo tempo.

Quanto à carteira dos Pérez, a atençom concedida aos títulos de dêveda pública espanhola – autêntico valor de refúgio perante situaçoms de incerteza – é um traço manifesto, como também é a progressiva presença de títulos emitidos polas repúblicas sul-americanas como consequência das operaçoms de compensaçom captadas como contrapartida do pagamento de remessas ultramarinas. Mais adiante, podemos observar a presença de títulos emitidos polos países europeus contendentes na Primeira Guerra Mundial e, a todo o momento, a persistência de umha selecçom dos valores privados mais atractivos em cada momento na Bolsa de Madrid. Especial consideraçom merece a presença de valores privados galegos e a sua evoluçom na carteira como indicador relevante do surgimento de iniciativas industriais impulsionadas pola onda de provisom e melhoria dos serviços públicos urbanos que acompanhou o processo de modernizaçom da sociedade galega durante o primeiro terço do século XX. O impacto da perda das últimas colónias, o clima especulativo provocado polos preparativos da Primeira Guerra Mundial e a instabilidade financeira que a seguiu em forma quase ininterrupta até a guerra civil som episódios que pautam a evoluçom e composiçom da carteira de títulos da casa e conectam esta com o decurso e vicissitudes históricas que abalárom o país.

4.2 O papel da Carteira de valores

É fácil compreender a funçom desempenhada polo investimento em carteira na estratégia gerencial da casa. De activo de reserva para a colocaçom de excedentes de tesouraria procedentes do giro comercial e financeiro como objectivo central da gerência no último quartel do XIX, o investimento em carteira irá ganhando progressivamente peso a instâncias da clientela investidora – pensemos nos irmaos Garcia Mouriño – e também do interesse da própria casa na funçom de activo de reserva para a colocaçom de excedentes de liquidez em ausência de demanda suficiente de crédito por parte de empresas e famílias.

O banco de Olímpio Pérez oferecia aos seus clientes não só informação actualizada sobre o curso dos valores e as suas perspectivas de evolução mas também um amplo catálogo de serviços de gestão de carteira para cobrir a demanda de aconselhamento na compra e venda de valores, cobrança de dividendos, representação em assembleias, liquidação de direitos e cargas fiscais e outros. Para estas funções, contava com uma rede de agências colaboradoras sediadas em Madrid e nas principais praças financeiras europeias, como Londres e Paris. Os serviços de gestão de valores foram ganhando importância ao longo do último quartel do XIX até alcançarem a sua consagração simbólica com a instalação da câmara coraçada Fichet em 1906, o que permitiu acrescentar aos serviços oferecidos o da guarda de valores. A crescente demanda de serviços de gestão de carteira foi ganhando complexidade com a crescente diversificação na procedência dos valores – como os emitidos nas repúblicas americanas e nos grandes países europeus – e a concorrência de clientes de residência estrangeira, que exigiam a adaptação da oferta de serviços de gestão ao âmbito internacional. A representação em Assembleias Gerais, a demanda de informação sobre perspectivas de cotação e taxas de câmbio, a cobrança de dividendos e cupons, constituíam funções que era necessário atender em forma adequada e esta exigência – relacionada em muitos casos com o tráfego de remessas ultramarinas – explica em boa medida o desenvolvimento alcançado pela rede de correspondentes da casa Pérez. Abunda nos livros copiadores o rasto remanescente das cartas cruzadas com clientes de residência ultramarina interessados no tráfego de valores.

Pode ser oportuno prestar atenção à tipologia mais frequente das operações implicadas no tráfego de valores. Limitaremos-nos a resenhar algumas operações que figuram no livro copiador de cartas do ano de 1916, recém-falecido Olímpio Pérez.

É destacável o elevado grau de internacionalização alcançado no tráfego e gestão da carteira de títulos num ano como este que pode ser considerado normal, a despeito da possível influência da conflagração europeia em curso que, em todo o caso, podemos supor bastante limitada no âmbito operativo de uma pequena casa de banca familiar como a dos Pérez.

- ***Compra e depósito de valores***

A compra e depósito de títulos públicos americanos contratados através da filial espanhola de um banco mediador sul-americano é objecto de umha carta de 2-02-1916 na qual se ordena a aquisição e custódia em origem de 2.000 pesos nominais de Cédulas uruguaias a 6 %. Solicita-se se debite a operação na conta aberta em “su casa de Madrid”. O banco correspondente, neste caso, era o *Banco Español del Río de la Plata* com sede em Montevideu.

Nom faltam transacções cruzadas entre a carteira de propriedade do banco *Hijos de Olimpio Pérez* e algum cliente particular. É o caso da carta remetida para Antónia Pérez Esteso de la Riva, filha de Olímpio casada com António de la Riva Lara, residente na altura em Santander. A carta tem data de 31-03-1916. No escrito, confirmava-se à “estimada cliente” a execução da baixa solicitada na sua carteira particular de onze acções da *Sociedad Gallega de Electricidad*, por valor de 5.500 pesetas mais cinco adicionais da *Electro Hidráulica del Turia*, por valor de 2.500 pesetas, com alta simultânea por transferência para a carteira própria do Banco que passava a adquirir os valores.

- ***Aconselhamento para a instrumentação e colocação de capital repatriado***

Umha carta de 10-03-1916 dirigida a Luis Casal, residente em Havana, informa-o da recepção do cheque por ele enviado e emitido por *Digón Hermanos* e endossado pelo mesmo Sr. Casal à ordem de *Hijos de Olimpio Pérez*. O cheque, por valor de 1.104,25 pesetas, foi-lhe depositado na conta a título de “primera partida de la misma”, por valor de 1.102 pesetas, umha vez deduzidos os timbres pertinentes. A mencionada carta conclui: “*No nos parece el mejor momento para emplear dinero en valores del Estado y, de hacerlo, lo emplearíamos en Obligaciones del Tesoro al 3%, pues si bien el interés que produce es pequeño, tienen la ventaja de que, probablemente, no sufrirá en su cotización y hace que el capital aquí invertido pueda retirarse en cualquier momento que uno lo necesite para otra inversión*”. Solicita-se-lhe umha decisão a respeito, a fim de proceder a colocar o valor remetido. A ponderação entre as alternativas de um rendimento nominal – julgado escasso – e a perspectiva de possíveis menos-valias potenciais, caso de optar por valores mais voláteis, é nítida e aponta para

a disjuntiva básica de qualquer operação especulativa: segurança versus rendimento, que o cliente terá talvez agradecido.

Outro interessante texto que incide na mesma questão é a carta enviada com a mesma data a Jesus Garcia Blanco, residente também em Havana, informando-o da ausência de quaisquer dificuldades para adquirir papel do Estado à vontade: “*Con varios residentes de esa, antiguos amigos nuestros, estamos haciendo operaciones de esa naturaleza*”. A carta passa a resenhar depois os diferentes valores públicos cotados na Bolsa espanhola para terminar informando ao cliente que “*la libreta del Banco Español*”² *no nos serviría porque tendría que darnos poder para hacer uso de su depósito, y esto ocasiona gastos*. Umha nota final informa: “*Los centenes tienen aquí un premio sobre la plata de 1 a 1½ %*”.

Nalguns casos, a transferência de capital instrumenta-se em depósitos a prazo na própria sede compostelana. É o caso da carta de 9-03-1916, remetida a Manuel Pérez Rodríguez Mata residente da província de Santa Clara, Cuba, na qual se lhe confirma a recepção de um giro a seu cargo remetido à ordem de *Hijos de Olimpio Pérez* por valor de 550 pesetas. Comunica-se ao cliente ultramarino que o valor será depositado numha conta a 3 % por prazo de um ano. Remete-se-lhe por carta o correspondente comprovativo.

- ***Cobrança de cupons de títulos públicos americanos denominados em moeda americana ou divisa europeia.***

Para além da gestão de títulos públicos e privados espanhóis confiados pelo banco compostelano a instituições correspondentes com sede na capital de Espanha, a casa Pérez geria também na própria sede activos financeiros da sua propriedade junto com outros em regime de custódia por conta da sua clientela, consignados em contas nominativas extra balanço.

Umha carta de *Hijos de Olimpio Pérez* ao *Banco Español del Rio de la Plata* de data 4-04-1916 confirmava o envio de 940 cupons “*en pliego declarado por pts. 500 y asegurado en la Foncière*” composto por diversos

² Poderia tratar-se da entidade herdeira do *Banco Español de la Isla de Cuba* que operava na época colonial. Nem temos constância de que o *Banco Español del Rio de la Plata* tivesse sucursais em Cuba em tal ano, segundo os boletins coetâneos da entidade bonaerense que pudemos examinar.

títulos de dívida pública argentina para proceder à sua cobrança e posterior depósito em conta pola importância líquida resultante.

Som habituais operações de cobrança de dividendos na moeda do país sulamericano emissor. É o caso da carta dirigida à sede do *Banco de Galicia y Buenos Aires* datada de 28-03-1916, na qual H.O.P. confirma a recepção do depósito em conta por valor do “*dividendo número 12 correspondiente a 100 acciones de ese Banco que tenemos depositadas en esa y de cuyo importe pueden reembolsarnos por mediación de los Sres. Sobrinos de José Pastor*”. A intermediação do Pastor na gestão das remessas ultramarinas e operações compensatórias derivadas é muito frequente na época.

A cobrança de cupons de dívida emitida em libras por qualquer país confiava-se normalmente à sucursal londinense do *Crédit Lyonnais*. Assim o comprovámos na carta de 28-03-1916 remetida por essa entidade, na qual se lhe confirmava a expedição de 1.681 cupons de títulos públicos de diversos países denominados em libras, tanto de procedência americana (Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia, Paraguai, Venezuela, Chile, Cuba) como de outras (China, Japão, Portugal, Grécia). O valor total remetido ascendia nesta ocasião a 2.409-12-4 libras esterlinas. A generalização de emissões na divisa britânica parece manifesta neste ano, apesar do submetimento desta às incertezas derivadas do curso da guerra.

A gestão das emissões em francos franceses eram encomendadas habitualmente ao *Crédit Lyonnais* de Paris, como podemos ler na carta de 3-03-1916 dirigida a esta entidade onde, “bajo pliego asegurado por ptas 5.000” a casa remetia-lhe 281 cupons de títulos de dívida russa (emissões de 1889, 1893, 1906 e 1909) por valor de 6.247,5 francos. *Hijos de Olimpio Pérez* ordenava ao seu correspondente na França o depósito em conta da cobrança requerida. O *Crédit Lyonnais* era, como observámos, a entidade de referência de H.O.P. na altura para operações financeiras no âmbito continental europeu.

• **Representação nas Assembleias**

Umha carta dirigida a Julian Aragón, Recoletos 14, Hotel, Madrid, de data 8-03-1916 confirmava a este cliente o envio de umha autorização pessoal para poder representar o banco compostelano perante a Assembleia Geral Ordinária de accionistas do *Banco Hispano Americano* como

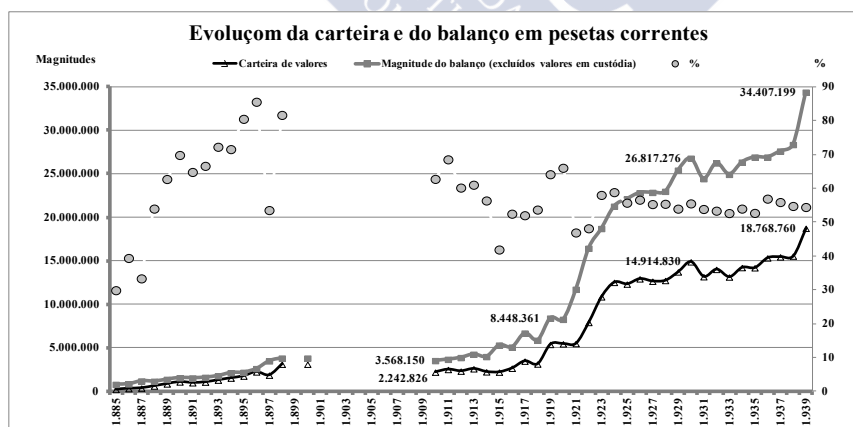
procurador das 200 ações que estavam depositadas naquela entidade e instrumentadas em dois extractos de inscrição de 100 ações cada um que comprovavam pertencerem a H.O.P Santiago e a H.O.P. Vila-Garcia.

4.3 Magnitude e composição da Carteira

Interessa compreender o peso relativo dos activos em carteira em relação com a totalidade dos activos. A fim de podermos ponderar a sua importância patrimonial relativa, procederemos em tal sentido a determinar o peso dos activos em carteira sobre o conjunto do balanço a partir do ano de 1886 ³.

A ponderação da magnitude da carteira de valores sobre o totalidade de activos possuídos em balanço é extremamente elevada no período que vai de finais do XIX até a Grande Guerra. A partir do seu final, abre-se um processo em que a dinâmica de crescimento do activo supera amplamente o crescimento da carteira. Esta evolução relativa acentuará-se até 1929, ano em que a divergência se estabiliza para dar lugar a uma expansão desmedida do conjunto do balanço no final da guerra civil.

GRÁFICO 401
Peso da carteira de títulos no conjunto dos activos



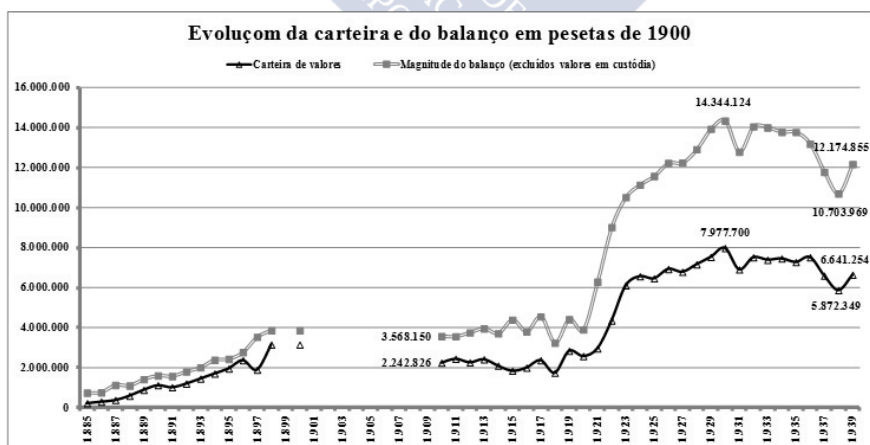
³ Aproveitámos a série de inventários (balanços) 1885-1896 que nos foi possível localizar para continuar depois sem interrupção a série completa que tem o seu início em 1910. A informação que pudemos recolher relativa ao período 1896-1910 é fragmentária. A série de livros maiores que conserva o arquivo histórico da casa está, porém, completa. Constitui esta a fonte fundamental utilizada para abordar a análise da carteira e a sua composição.

O Gráfico 401 ilustra claramente o comportamento progressivamente divergente do volume dos títulos em carteira em relação com a totalidade do activo em balanço no lapso temporal considerado. O exame do peso relativo da carteira em termos percentuais revela que a fortíssima ponderação desta no balanço nos anos finais do XIX e iniciais do século XX foi reduzindo-se até situar-se na faixa dos 50 % a 60 % segundo avançava o século XX. O quadro recolhe a magnitude do balanço e da carteira nalguns momentos da trajectória para poder julgar a sua crescente dimensão.

A imagem anterior incorpora o efeito da inflação subjacente, tam notável no período da Primeira Guerra Mundial e da guerra civil espanhola. O exame da evolução da magnitude do balanço e a carteira em pesetas constantes repete, em qualquer caso, o comportamento já visto moderando, porém, o crescimento avançado para os períodos 1914-1920 e posterior a 1935. Para a elaboração da imagem em termos reais fizemos uso do deflactor do PIB da economia espanhola 1850-2000, elaborado por Prados de la Escosura, (2003)⁴. Na perspectiva de preços reais, o valor máximo da carteira e dos activos em balanço alcança-se no ano de 1929, facto que parece confirmar o forte crescimento da entidade nos anos vinte apesar dos flagrantes desajustes experimentados pela banca no final de Grande Guerra.

GRÁFICO 402

Peso da carteira de títulos no conjunto dos activos a preços constantes



4 Prados de la Escosura, Leandro (2003), El progreso económico de España (1850-2000), Fundación BBVA, Bilbao. Extraímos a série do Quadro A.11.9, página 614 e seguintes, normalizando-a ao valor 1900 ↔ 100.

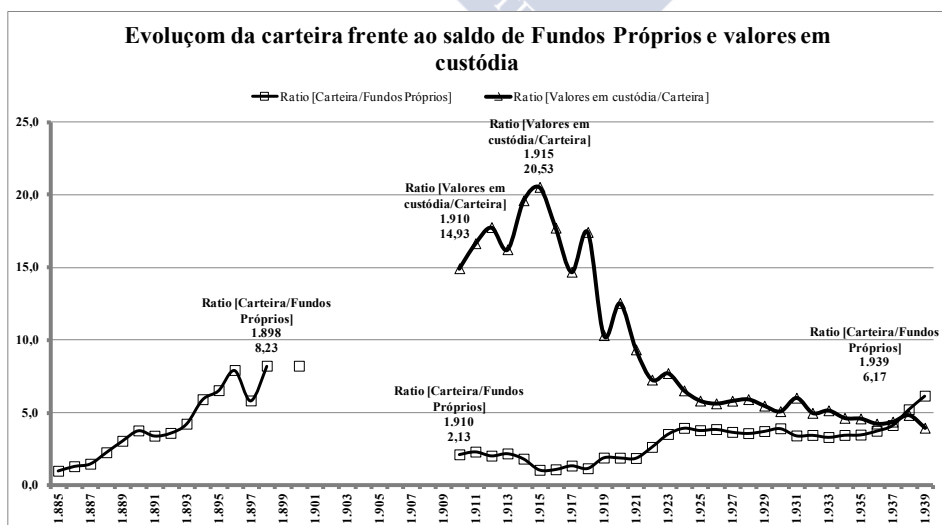
Além do tamanho e ponderação da carteira de valores, duas perspectivas adicionais permitem calibrar melhor o seu papel na estratégia gestora da casa Pérez e o significado social da crescente preferência pelos valores de renda revelado nos balanços dos Pérez. Referimo-nos concretamente à relação entre o volume da carteira e dos Fundos Próprios da entidade e da relação daquele com o volume dos valores em custódia por conta dos clientes particulares da casa. As questões que pretendemos esclarecer som, em breve:

- Que proporção dos Fundos Próprios acumulados pelo banco, em definitivo, o património familiar empenhado no próprio banco, se materializava em títulos de renda?
- Que relação existiu entre a preferência pela acumulação em títulos de renda por parte dos gestores da casa Pérez e a manifestada pela clientela compostelana coetânea?

Resumimos ambas as questões num único gráfico elaborado em termos correntes, uma vez que a análise em termos de rácios previne em grande medida a eventual distorção provocada pelo impacto da inflação sobre as magnitudes submetidas a consideração.

GRÁFICO 403

A evolução da carteira face ao valor patrimonial do banco e às contas de valores em custódia



A primeira questom admite resposta imediata, a casa materializava em valores em carteira recursos que chegárom a multiplicar por oito o valor da entidade, medida polo volume dos seus Fundos Próprios, aquando da queda dos restos do império colonial espanhol, em 1898. O peso da carteira foi-se contraindo até situar-se no dobro do valor da companhia familiar em balanço. O rácio foi crescendo, aliás, aproximandose do valor de 5 vezes, que será superado no final da guerra espanhola.

O dia primeiro do ano de 1910, o banco dos Pérez passa a denominar-se *Olimpio Pérez e Hijos, S.R.C.*, denominação social que conservará até o mês de março de 1915, quando se verá alterada para *Hijos de Olimpio Pérez*, em aplicação das instruções sucessórias previstas polo próprio Olimpio. No exercício de 1910, o banco iniciou umha nova série de balanços, o primeiro dos quais foi rubricado como “primer ejercicio social”, em proclamação do carácter definitivo que se pretendia atribuir à nova série. Entre as novidades introduzidas na nova série destaca a incorporação das contas de ordem anexas ao balanço que recolhem o saldo dos valores nominativos confiados polos clientes à casa Pérez, incluídos os pertencentes a título particular aos membros da família Pérez. Resulta altamente significativo observar o considerável volume de valores nominativos em custódia, sinal manifesto do franco progresso do património financeiro que os particulares decidiam manter como forma de aforro nos anos precedentes e imediatamente posteriores à Grande Guerra. As contas de ordem chegárom a acumular nom menos de 20 vezes o valor da carteira de valores da casa. A contracção sistemática que se seguiu fala muito do carácter circunstancial do fenómeno, embora nom chegue a situar-se nunca por baixo de 5 vezes a carteira que detinha a casa, que era de notável magnitude. Este exame aponta certamente para o desencadeamento de umha certa loucura especulativa em torno a 1914, alimentada, talvez, por remessas ultramarinas, mas, sobretudo, é umha manifestação do processo de modernização em curso na sociedade galega do século XX e da emergência das classes médias urbanas como fenómeno social.

A carteira registada em contas de ordem em custódia no ano de 1910 ascendia a 33.494.316 pesetas, o que multiplicava praticamente por quinze o valor da carteira de valores da casa Perez, 2.242.826 pesetas. Em 1919, recém-concluída a guerra europeia, o saldo de valores em custódia ascendia a 56.076.313 pesetas, enquanto a carteira própria se situava em 5.427.124 pesetas. No ano de 1931, os respectivos saldos fôrom de 79.615.571 e 13.205.405 pesetas. Finalmente, em 1939, recém-concluída a guerra civil

espanhola, os respectivos saldos registados situavam-se em 74.381.875 e 18.768.760 pesetas, o que demonstra um notável grau de fidelidade à detenção de valores, a despeito das circunstâncias.

Para além da questão crucial do perfil evolutivo da carteira como sinal do progresso da economia especulativa na prática bancária e social, a sua composição é um assunto que merece especial atenção tanto na sua perspectiva geográfica como institucional. Quer dizer, tanto do ponto de vista da procedência dos activos como da índole pública ou privada dos emissores dos activos financeiros objecto de tráfego.

Para efeitos de análise, optámos pela classificação dos valores em quatro subcarteiras, segundo a procedência: espanhóis, galegos, europeus e sul-americanos, subdivididas, por sua vez, todas elas, em duas epígrafes, segundo o carácter público ou privado do emissor. Acrescentámos, finalmente, uma epígrafe, que denominámos mundo, para aqueles valores, de carácter muito residual, não compreendidos nas rubricas anteriores. Nove itens ao todo, portanto.

O exame da evolução da magnitude da carteira e a sua mutável composição proporciona uma imagem precisa da orientação da casa Pérez à oferta de activos financeiros disponíveis nos mercados.

Prescindimos do período 1897-1910 porque exigiria uma reconstrução da carteira a partir dos livros maiores e inventário da casa que entranharia especial dificuldade devido à dispersão dos dados requeridos e à descontinuidade dos balanços conservados correspondentes a esse lapso temporal.

QUADRO 401
Magnitude e composição percentual da carteira de títulos

Anos	Espanha		Galiza		Ibero-América		Europa		Mundo	Carteira
	públicos	privados	públicos	privados	públicos	privados	públicos	privados	total	
1885	90,5	7,3	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	258.588
1886	89,5	6,5	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	3,4	0,0	357.422
1887	89,4	7,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8	0,0	410.637
1888	<u>94,4</u>	3,5	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	645.287
1889	94,0	4,4	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	888.642
1890	82,7	7,4	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	9,6	0,0	988.325
1891	78,9	8,9	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	11,9	0,0	904.825
1892	72,3	7,5	0,0	0,3	2,1	0,0	7,9	10,0	0,0	1.097.682
1893	76,2	6,3	0,0	0,2	1,6	0,0	6,9	8,7	0,0	1.325.373
1894	80,2	5,6	0,0	0,2	1,2	0,0	5,6	7,2	0,0	1.559.615
1895	76,6	9,7	0,0	0,2	1,5	0,0	5,3	6,7	0,0	1.789.080
1896	75,5	10,5	0,0	0,1	1,8	0,0	4,7	6,5	0,9	2.268.514
1910	34,5	7,9	0,0	38,8	8,7	5,0	0,0	4,2	1,0	2.242.826
1911	37,2	6,3	0,0	33,1	8,4	<u>11,7</u>	0,0	3,1	0,2	2.549.380
1912	32,6	8,0	0,0	36,0	10,7	8,8	0,0	3,2	0,6	2.360.542
1913	33,7	5,7	0,0	38,2	<u>11,7</u>	6,1	0,0	4,6	0,0	2.626.878
1914	32,0	6,5	0,0	45,7	5,5	6,8	0,0	3,5	0,0	2.276.770
1915	25,1	7,1	0,0	51,5	5,4	7,8	0,0	3,1	0,0	2.245.446
1916	21,3	6,8	0,0	<u>52,3</u>	4,9	8,9	3,4	2,5	0,0	2.692.245
1917	11,5	7,5	0,0	42,4	3,6	10,6	<u>17,8</u>	5,6	1,0	3.507.838
1918	17,0	12,5	0,0	48,6	2,9	6,4	2,8	7,1	2,7	3.175.922
1919	33,7	9,0	0,0	36,6	2,5	8,0	1,4	6,0	<u>2,8</u>	5.427.124
1920	27,8	11,0	<u>0,9</u>	39,6	3,7	7,5	1,5	7,4	0,6	5.494.004
1921	39,6	6,7	<u>0,9</u>	40,4	1,4	5,7	0,3	4,5	0,5	5.530.906
1922	54,5	6,7	0,6	33,1	0,6	1,5	0,0	3,1	0,0	8.061.150
1923	65,9	5,1	0,5	25,4	0,8	0,5	0,0	1,9	0,0	11.004.260
1924	65,4	6,2	0,5	23,1	0,2	0,4	2,3	1,5	0,4	12.656.455
1925	65,5	7,1	0,5	23,7	0,5	0,2	0,9	1,2	0,4	12.458.870
1926	63,5	8,9	0,5	25,0	0,7	0,2	1,1	0,1	0,0	13.060.050
1927	62,2	12,0	0,5	23,7	0,5	0,2	0,8	0,2	0,0	12.786.750
1928	62,5	12,6	0,7	22,9	0,7	0,4	0,0	0,2	0,0	12.872.580
1929	57,7	12,6	0,6	27,2	0,5	0,5	0,7	0,2	0,0	13.855.850
1930	55,8	13,0	0,6	28,9	0,4	0,5	0,7	0,2	0,0	15.014.830
1931	55,4	<u>14,9</u>	0,6	27,7	0,1	0,5	0,8	0,0	0,0	13.305.405
1932	53,0	13,7	0,6	31,4	0,1	0,5	0,7	0,0	0,0	14.147.460
1933	54,9	8,6	0,4	35,4	0,1	0,5	0,0	0,0	0,0	13.271.535

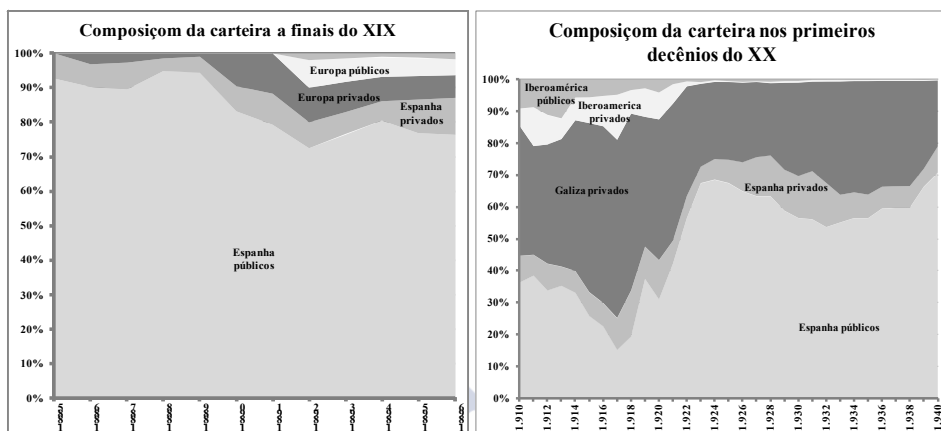
Anos	Espanha		Galiza		Ibero-América		Europa		Mundo	Carteira
	públicos	privados	públicos	privados	públicos	privados	públicos	privados	total	
1934	56,3	8,0	0,4	34,8	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	14.358.805
1935	56,3	7,4	0,4	35,5	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	14.331.470
1936	59,3	6,8	0,4	33,1	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	15.466.175
1937	59,6	6,8	0,4	33,0	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	15.583.425
1938	59,6	6,7	0,4	32,9	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	15.674.490
1939	66,2	5,6	0,3	27,5	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	18.868.760
1940	70,6	8,3	0,2	20,7	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	25.392.360

A dinâmica de crescimento da carteira – própria ou em regime de custódia – constitui um interessante observatório da tendência e descontinuidades experimentadas no processo de investimento especulativo que caracteriza o novo século. O exame da sua composição permite apurar a análise num aspecto tam significativo como o da diversificação da oferta dos títulos e a resposta da casa. A base fundamental da carteira foi no longo prazo o porta-fólio de valores públicos espanhóis, o qual foi partilhando atractivo com os valores privados emergentes, e dentro destes e em forma muito destacada, dos títulos emitidos por empresas galegas.

A fim de compreender em forma sintética as mudanças experimentadas na composição da carteira no meio século longo submetido a consideração, salvado o lapso 1897-1909 polas razons antes expostas, procederemos à sua apresentação gráfica. É imediato observar a preferência polos títulos da dívida pública espanhola que caracterizou a política investidora nos últimos anos do XIX, complementados por umha selecta presença de valores privados da mesma procedência. A série do século XX admite um corte operativo: 1910-1920 e 1920-1940; o primeiro subperíodo constitui a época dourada dos valores privados galegos impulsionados pola onda de iniciativas empresariais que afluíam na altura; no segundo, os valores emitidos no resto do Estado voltam a ganhar apreço na preferência investidora, embora nom consigam encurrular a presença de títulos galegos, nunca ausentes da atenção da casa.

GRÁFICO 404

Decomposição da carteira dos Pérez em perspectiva de longo prazo

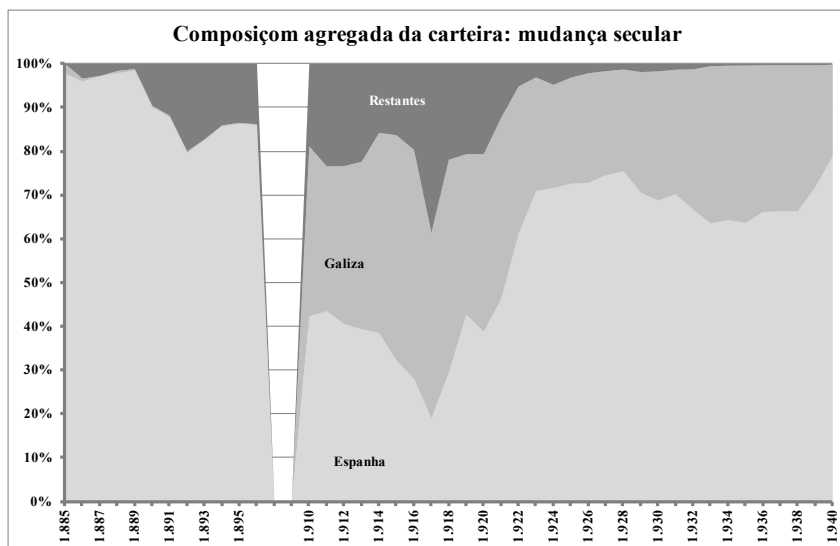


Em 1915, falecia Olímpio Pérez, legando aos seus sucessores uma marcada preferência pela participação em projectos empresariais com origem na Galiza que Marcelino de la Peña conservará embora reorientando-a para iniciativas industriais mais prometedoras, especialmente o sector eléctrico.

Altamente significativo, mais pela qualidade que pela magnitude, é a presença de títulos de valor estrangeiros: europeus de carácter público nos anos finais do XIX e privados – emissões bancárias e dívida pública – de procedência americana, segundo avança o primeiro quartel do século XX. Quanto ao peso alcançado pelos valores em carteira segundo o âmbito de procedência, pode ser orientador apontar que, nos anos 1911 e 1912, alcança o seu máximo a carteira de valores americanos públicos e privados com um peso de 20% sobre o total; quanto aos galegos, ultrapassam amplamente 33% do valor da carteira no período 1910-1923, chegando a superar os 50% nos anos de 1915 e 1916. A carteira responde fielmente ao período de franco optimismo que saúda o novo século pela conjugação de uma onda de prosperidade relativa nos países americanos e de intensificação das iniciativas urbanas e empresariais na Galiza que o após-guerra europeu viria frear.

GRÁFICO 405

A composição da carteira dos Pérez em perspectiva de longo prazo.



A dívida pública espanhola chega a absorver mais de 94 % do investimento em carteira a finais do XIX (1888) para decair depois com força no cenário aberto pela Primeira Guerra Mundial (11,6 %, em 1917) e acabar recuperando-se parcialmente até o nível de 60% no período pós-bélico europeu, 1922-1928, com um máximo de 65,9 % em 1923. Cabe interpretar esta viragem em termos de reacção defensiva perante as turbulências financeiras desencadeadas no final da conflagração. A instauração da República acarretou uma nova vaga de desconfiança perante os valores públicos que o final da guerra civil acabou revertendo. O grosso dos valores da carteira pública espanhola concentrou-se historicamente em títulos de dívida interior, obrigações do Tesouro, cédulas do Banco Hipotecário e, a partir de 1887, um pacote relativamente importante de acções do Banco de España. Também registámos bilhetes hipotecários de Cuba, em emissões de 1886 e 1890.

Os valores privados espanhóis não foram nunca objecto de especial predilecção da casa Pérez. A máxima ponderação alcançada na carteira por este tipo de valores não superou os 15% no ano de 1931, não obstante a enorme vantagem que lhes concedia a cotação em bolsa e, em consequência, a sua imediata realização. A bolsa espanhola não parece ter suscitado a atenção dos gestores da casa Pérez e cabe suspeitar mesmo

que a sua presença em carteira poderia estar de facto relacionada com umha demanda potencial por parte da clientela da casa.

Salvada a quebra informativa 1896-1910, que nom conseguimos preencher, a presença de valores privados galegos alcançou, por contraste com os títulos privados espanhóis, umha ponderaçom privilegiada na política investidora da companhia. É pertinente assinalar em tal sentido a ampla presença da carteira privada galega nos anos dez: 38,8 %, quase 870.000 pesetas em 1910; 52,3 %, quase 1.407.000 pesetas em 1916. O peso percentual foi cedendo a continuaçom ainda que nom o seu volume, assim, no ano de 1928, a ponderaçom nom superou os 22,9 % mas o volume atingiu neste momento as 2.950.000 pesetas. A hipótese que cabe deduzir é a da reanimaçom das iniciativas empresarias na Galiza nas primeiras décadas do século XX, em seguida interrompida pola guerra europeia para emergir de novo no período republicano.

Fenómeno de muita menor entidade patrimonial, se bem que significativo, da conjuntura dos negócios é a evoluçom tracejada polos valores europeus. No que di respeito aos de carácter público, é manifesto o efeito da bolha especulativa e transitória sobre divisas europeias, na perspectiva da iminência do fim da guerra europeia. A carteira dos Pérez respondeu elevando o peso de títulos europeus até os 17,81 % da carteira, 625.000 pesetas, aproximadamente, no ano de 1917. Os valores privados europeus alcançavam, todavia, o seu máximo atractivo na volta do ano de 1890, como podemos observar no quadro 401. Os europeus de procedência pública concentravam-se na altura em torno ao empréstimo consolidado inglês, a 2,75 %, do qual a casa subscrevia 3.000 libras em 1892. Quanto aos valores privados europeus de finais do XIX, orientam-se preferentemente para obrigaçons ferroviárias francesas (*L'Est de France*, *Paris-Lyon-Méditerranée*, *Norte de França*, *Orleans*), assi como para outras participaçons clássicas na altura, como as do Canal de Suez e o Canal de Panamá, às quais se somarám a partir do ano de 1896 participaçons accionariais no *Crédit Lyonnais*. Quanto aos valores alemáns, a guerra dirige o interesse especulativo para valores como *Deutsche Bank*, *A.E.G.*, *Minas de Rheim Nassau*, *Badische Anilin & Soda Fabrik* e *Chemische Werke Albert*.

4.4 Valores ultramarinos e valores europeus em carteira

Como já foi apontado, os valores ibero-americanos mantêm um certo protagonismo no período intersecular prévio ao após-guerra europeu, coincidindo com o afluxo maciço de remessas ultramarinas cuja análise abordaremos no próximo capítulo.

As emissões de valores ibero-americanos iam destinadas, mormente, ao mercado financeiro internacional, motivo pelo qual era habitual a sua denominação em libras esterlinas no caso de emissões públicas e em francos franceses as de carácter privado, estas últimas procedentes, em boa medida – se havemos de julgar pela carteira da casa Pérez – da banca ultramarina de matriz francesa: *Banco Francés del Rio de la Plata* ou *Société Foncière de L'Argentine*, por exemplo. A banca privada autóctone emitia os seus títulos normalmente em moeda nacional: *Banco Español del Rio de la Plata*, *Banco de Galicia y Buenos Aires*, *Crédito Hipotecario de Chile*, *Banco Hipotecario de Uruguay*, *Banco Hipotecario Nacional de Argentina*, *Banco Central Mexicano*.

Como explicar a notável presença de valores públicos e privados americanos na carteira da casa Pérez? A hipótese da procedência por afluxo procedente da repatriação de activos financeiros imigrantes retornados é verosímil, embora difícil de verificar. A sua contrastação mediante o exame da documentação bancária requereria o esvaziamento da correspondência bancária conservada nos livros copiadores de cartas; umha tarefa pouco gratificante. Maior grau de verosimilhança merece, em todo o caso, a hipótese de que a subcarteira americana procedesse das operações de compensação da banca ultramarina emissora dos giros ultramarinos que se pagavam na Galiza. A intensa actividade desenvolvida entre a casa Pérez e os seus correspondentes financeiros de além-mar, mediada pelo fluxo ininterrupto de giros a pagar, guarda umha estreita relação com a onda investidora que podemos constatar na carteira da casa em títulos de procedência sul-americana.

Para além dos valores públicos e privados americanos, a carteira dos Pérez regista também valores denominados em francos, quer procedentes de empresas hispano-francesas radicadas em Espanha – como no caso das obrigações a 3 % do *F.C. do Norte de Espanha* ou de outros valores como acções e obrigações de *Rio Tinto* que o banco mantém em carteira até bem

entrado o século XX – quer de títulos emitidos naquele país para financiar os grandes empreendimentos transnacionais acometidos, como as obras do Canal de Suez e do Canal de Panamá.

A avaliação da carteira denominada em moeda estrangeira comporta um duplo motivo de variabilidade: o inerente à cotação específica do valor e a relativa à taxa de câmbio⁵ da divisa suporte. Umha e outra variável fôrom objecto de minuciosa atenção por parte dos gestores do banco, como podemos observar nos breves apontamentos que acompanham o apontamento contabilístico dos títulos possuídos nas operações valorativas de encerramento do balanço. As aludidas notas marginais explicativas proporcionam umha interessante fonte de informação acerca do curso da peseta, de notável interesse para compreender as flutuações monetárias na conjuntura implicada.

Seja qual for o motivo das flutuações entre o valor de aquisição do título e o constatado por ocasiom do encerramento dos sucessivos balanços da casa – taxa de câmbio da divisa ou taxa de cotação – a exigência valorativa impunha a ineludível tarefa de examinar a origem da variabilidade da qual dependia, em definitivo, o sinal do valor de encerramento do título em carteira: mais-valia ou menos-valia que havia de ser incorporada ao resultado do exercício. As menos-valias constatadas comportavam, além disso, a aplicação de um duro procedimento de ajuste valorativo como era a cobertura da depreciação detectada com a correspondente provisão contra o Fundo de Flutuação constituído. As dotações requeridas para a provisão destas perdas de carácter latente – só seriam manifestas em caso de venda do título depreciado – obrigavam o banco a dotar sem interrupção o Fundo de Flutuações contra resultados, em detrimento da rentabilidade pretendida. Mais-valias e menos-valias,

5 O valor dos títulos designados em moeda estrangeira admite a formulação, $V = n \cdot u \cdot c \cdot q = N \cdot c \cdot q$, onde n , *número* de títulos, e u , *valor unitário facial* expressado na divisa correspondente e $N = n \cdot u$ o valor nominal dos títulos possuídos. Por exemplo: $V = n \cdot u \cdot c \cdot q = (10 \text{ títulos}) \cdot (5 \text{ pesos/título}) \cdot (7 \text{ pesetas/peso}) \cdot (40/100) = 140 \text{ pesetas em carteira, em valor actual.}$

A *taxa de câmbio da divisa*, c (pesetas/divisa), e a *cotação actual* do valor, q (tanto por um) completam a fórmula e permitem formular a relação V/N entre o valor *corrente* outorgado ao pacote possuído, expressado em pesetas, V , e o seu valor *de emissom* expressado na divisa correspondente N : $(V/N) = c \cdot q$. Assi: $(V/N) = c \cdot q = 2,8 \text{ pesetas/peso nominal consignado.}$

Infelizmente, nom é sempre possível obter toda a informação precisa para discernir a influência dos parâmetros c (tipo de câmbio) e q (tipo de cotação) que determinam o valor actual dos títulos possuídos a partir do seu valor facial. Por este motivo, limitaremo-nos habitualmente a constatar a evolução conjunta dos valores polo efeito conjunto de ambas as fontes de variação: $c \cdot q$.

lucros extraordinários ou necessidade de provisão som a essência mesma do negócio especulativo em que descansa o investimento em carteira. Em tempos turbulentos como os que servem de cenário à carteira em exame, o sucesso ou falência da firma dirimia-se, em grande medida, neste conflituoso terreno de jogo. Mais adiante, analisaremos a importante questão da correcta estimação do valor patrimonial da casa Pérez. É escusado avançarmos o interesse primordial do fluxo temporal de dotações e disposições do Fundo de Flutuações na dinâmica de capitalização que descreveu o negócio dos Pérez. A cobertura das perdas latentes em carteira era uma punção aos resultados que a casa devia manter sob controlo se queria contornar o risco de falência que acabou por dar cabo de entidades tão importantes como o Banco de Vigo. A atenção prestada pelos gestores bancários aos boletins bolsistas e às revistas financeiras é a manifestação da importância concedida pelos gestores à valoração da carteira e o esclarecimento das permanentes flutuações que a ameaçavam. Tivemos a oportunidade de dar nos arquivos da casa Pérez com exemplares avulsos e ordens de assinatura a revistas especializadas de informação bolsista e de actualidade financeira. As tabelas de taxas de câmbio e cotação de valores eram objecto da atenção permanente, como pom de manifesto a presença documentada de boletins da banca sul-americana sediada em Espanha, como o *Banco Español del Río de la Plata*. Mais dificuldade entranhava o controlo do valor em carteira dos valores não cotados, como os das empresas privadas galegas; neste caso, o único procedimento possível passava pela estimativa do valor contabilístico das sociedades participadas, uma tarefa complexa porquanto dependia da qualidade da informação contabilística proporcionada.

Não obstante a provável resistência da casa a aplicar uma rigorosa política de provisões em épocas de forte erosão de activos, como foi a dos anos trinta, o rigor valorativo – medido em termos de dotação de provisões às menos-valias detectadas – parece ter sido uma norma geralmente respeitada pelos gestores. Podemos observar, por exemplo, que os ajustes valorativos aplicados às acções do *Banco de Atenas* (denominadas em francos) foram mais severos que os aplicados às acções dos *FF. CC. del Norte de España*, também denominados em francos. A razão que explica esta diferença de tratamento provém, com certeza, da divergência constatada pelos gestores no curso das respectivas cotações. A informação em poder da casa Pérez ter-lhe-ia permitido detectar no caso

do *Banco de Atenas* um *factor de cotação*, **q**, inferior, dado que a *taxa de câmbio*, **c** (pesetas/franco) era idêntica em ambos os casos. Por regra geral, os critérios de ajuste manejados parecem ter seguido um procedimento valorativo bastante rigoroso.

Oferecemos, a título informativo, o seguinte quadro que permite comprovar o notável grau de concordância existente entre as taxas de câmbio que pudemos observar nos apontamentos valorativos aplicados por *Hijos de Olimpio Pérez* e os vigentes na altura segundo a informação proporcionada por Aixelá Pastó (1999).

QUADRO 402

Taxas de câmbio aplicadas nos ajustes valorativos de fim de exercício

Ano	Taxas de câmbio de referência: Aixelá Pastó:		Taxas de câmbio aplicadas por H.O.P.		
	pta./LE	pta./100 FF	pta./LE	pta./FF	pta./DM
1880	24,92	99,93			
1881	25,07	99,54			
1882	25,65	101,83			
1883	25,58	101,56			
1884	25,47	101,11			
1885	25,71	102,07			
1886	25,70	102,04			
1887	25,45	101,04			
1888	25,62	101,70			
1889	25,99	103,19			
1890	26,31	104,27			
1891	26,92	106,69			
1892	29,02	115,35	29,50	1,18	
1893	29,96	118,93	31,00		
1894	30,11	119,65	28,25		
1895	28,89	104,59	30,00	1,20	
1896	30,39	120,69	31,60	1,26	
1897	32,61	129,61			
1898	39,24	154,16			
1899	31,42	124,59			
1900	32,56	129,54			
1901	34,78	138,32			
1902	34,14	135,83			
1903	33,99	135,14			

1904	34,66	137,73			
1905	32,91	130,88			
1906	28,41	112,88			
1907	28,09	111,55			
1908	28,39	113,02			
1909	27,15	110,10			
1910	27,10	107,14	27,10		
1911	27,24	108,32	27,50	1,08	
1912	26,97	106,95	27,00	1,07	
1913	27,09	107,43	26,70	1,06	
1914	26,08	104,83	25,00	1,00	
1915	24,90	94,06	25,00	1,00	
1916	23,93	85,21	24,00	0,90	
1917	21,17	77,05	22,50	0,80	0,80
1918	19,86	74,45	23,00	0,85	0,80
1919	22,40	72,66	23,00	0,70	0,35
1920	23,30	43,88	26,49	0,70	0,15
1921	28,51	55,21	27,93	0,60	0,16
1922	28,60	52,95	28,72	0,50	0,00
1923	31,77	42,08	32,60	0,42	1,75
1924	33,14	39,16	33,29	0,40	1,61
1925	33,66	33,31	34,01	0,30	1,68
1926	32,84	22,00	30,81	0,24	
1927	28,51	23,04	28,47		
1928	29,33	23,68	29,00		
1929	33,17	26,80	37,02		
1930	41,93	33,77	46,02		
1931	47,64	41,36	40,00		
1932	43,70	48,93	40,95		
1933	39,98	47,07	39,79		
1934	37,19	48,41	36,00		
1935	37,10	48,40	36,00		
1936	42,00	39,95	52,50		
1937	42,45	29,00	52,50		
1938	42,45	23,80	53,00		
1939	39,60	22,45	43,00		
1940	40,01	22,68	43,00		

Aixalá Pastó, José (1999); *La peseta y los precios. Un analisis de largo plazo (1868-1995)*. Prensas Universitarias de Zaragoza.

Se excluirmos as subscrições de empréstimos de guerra franceses, britânicos e alemães, transitórios por natureza e de quantia modesta, o grosso da carteira denominada em francos e libras corresponde a títulos de dívida pública sul-americana. Som títulos normalmente emitidos em libras, a diferença das emissões de ações e obrigações da banca sul-americana que optavam habitualmente pelo franco. Uns e outros valores eram objecto usual de tráfego como fluxo de contrapartida das remessas ultramarinas recebidas pela casa. Por volume, eram Buenos Aires e Montevideo as praças protagonistas deste fluxo transferencial que alcançou o seu auge nas primeiras décadas do século XX.

A crescente solidez da libra no decorrer do século contribui a estabilizar as oscilações das cotações dos títulos públicos em carteira com esta denominação. Um comportamento oposto pode ser observado no curso seguido pelos valores denominados em francos. Este sinal monetário passou de de umha cotação 20 ou 30 % por cima da peseta no período intersecular a experimentar umha desvalorização sistemática que se acentua no imediato após-guerra mundial até acabar situando-se em 75 % do seu valor primitivo relativo à peseta na volta do ano de 1925, como podemos comprovar no quadro 402.

A evolução do marco –umha divisa sujeita a intensa especulação durante a guerra e após-guerra europeus de 1914-18– merece especial atenção. A radical depreciação experimentada pola divisa germânica provocou fortes depreciações no património financeiro tanto bancário como familiar.

A carteira sul-americana da casa Pérez alcançou notável importância nas duas primeiras décadas do século XX, como pom de manifesto o quadro 401 devido à intensificação do fluxo de remessas que eram compensadas habitualmente mediante transferências em conta no *Banco de España*, mas também mediante cessom de valores públicos ou privados emitidos com frequência polo próprio banco americano emissor dar ordens de giro.

Que valores destacam na carteira pública americana? Predominam, como é de esperar, os valores argentinos designados em libras esterlinas, tanto os emitidos pola República: emissões de 1884 e 1866 a 5 %, de 1897 a 4 %, de 1888 e 1900 a 4 %, de 1907 a 5 %, entre outras emissões sem data certa como pola província de Buenos Aires: diversas emissões a 3 %,

3,5 %, 4 % e títulos de *Buenos Aires Funding* a 5%, entre outros. Também se registam emissões em pesos argentinos, remunerados normalmente a uma taxa superior; é o caso das Cédulas Argentinas a 6 %. Não faltam também valores brasileiros denominados em libras: Brasil 1888 a 4,5 %, Brasil 1895 a 5 %, *Brasil Funding* a 5 %, Brasil 1910 a 4 %, 1911 a 4 %, 1913 a 4 %, 1914 a 5 %, e algumas emissões mais. Figurava também na carteira dos Pérez dívida uruguaia, chilena, colombiana, guatemalteca, mexicana, salvadorenha e venezuelana. Entre as instituições responsáveis por emissões públicas figuram, ainda que com menor frequência, ações bancárias do *Banco Central Mexicano* e do *Banco Nacional de México*; aquelas emitidas em pesos mexicanos, estas em francos franceses.

Chama a atenção a notável diversidade observada dos títulos em carteira; este traço reforça a hipótese da origem circunstancial dos valores designados em divisas. A origem de muitos deles deve ser atribuída a operações de compensação interbancária ou mesmo aos efeitos da repatriação de capitais. Esta é a melhor explicação porquanto permite explicar a disposição da casa a admitir custos derivados da necessidade de reforçar as funções de contabilização e controlo de valores tão díspares.

A ampla oferta de títulos públicos emitidos pelas repúblicas sul-americanas tem a sua origem na insaciável necessidade de financiamento externo num contexto como o intersecular pródigo em episódios de auge e depressão, ligados às variações da procura internacional. É um capítulo da história económica de considerável interesse para a análise do contexto económico da emigração que só podemos tratar em forma muito sucinta. Seleccionámos, pela sua relevância, o caso argentino.

O paradigma da desmesura na procura de financiamento externo foi o caso argentino em relação com a Grã-Bretanha. O desmesurado endividamento em que incorreu a República Argentina deixou o seu traço na carteira dos Pérez em forma especialmente intensa nos anos precedentes à Grande Guerra europeia. Só a conjuntura pós-bélica permitiu reverter o processo.

O saldo estimado da dívida externa argentina em circulação a 31 de dezembro de 1900 ascendia a 388.771.615 pesos ouro: 77.754.333 libras esterlinas à taxa de câmbio de 5 pesos ouro/libra⁶. O saldo subirá ainda para

6 Para as referências à dívida argentina: Galasso, Norberto (2002), *De la Banca Baring al FMI*.

as 78.064.000 libras em 1904 (a um câmbio de 8,74 \$ ouro argentinos/libra), durante o governo de Roca: 1898-1904. A dívida continuou a aumentar ainda através das sucessivas presidências até alcançar as 121.240.000 libras em que se estimava o endividamento à altura do ano de 1916, com umha paridade já de 11,5 \$ argentinos ouro/libra esterlina. O saldo da dívida circulante descenderá algo durante o mandato de Yrigoyen, 1916-1922, para se situar nos 101 milhões de libras e terminar elevando-se até os 143 milhões em 1928, ao final da presidência de Alvear, 1922-1928, a umha taxa de câmbio estimada de 11,5 pesos ouro/libra. Os trinta primeiros anos do século XX saldárom-se, em definitivo, com a duplicação da dívida em circulação e também da taxa de câmbio peso ouro/ libra. Quer dizer, a carga da dívida multiplicou-se praticamente por quatro no decurso do primeiro quartel de século XX.

A avidez financeira do mítico “graneiro do mundo”, umha das principais economias agro-exportadoras da época, e os perigos que esta situação comportava eram explicados polo professor francês Gaston Reze em 1923 perante o “distráido público” da Faculdade de Ciências Económicas de Buenos Aires – segundo qualificação de Galasso (2002, pág. 125), que seguimos – da seguinte forma:

Si la balanza (de pagos) acusa de forma permanente saldo deudor, entonces la situación (del país) se torna peligrosa. Puede suceder que (durante) uno o más años se llegue, mediante venta de títulos o mediante empréstitos extranjeros, a impedir la caída de los cambios, (pero) el hundimiento final es inevitable...

En lo que se refiere a los créditos de la Argentina sobre el extranjero, no existe sino uno muy variable de un año para otro, a saber, las exportaciones de productos argentinos: trigo, carne, cueros, lanas, etc. Argentina no dispone de esa multitud de créditos importantes que tienen otros países (fletes de navíos, intereses de capitales, gastos de turistas). Por el contrario, en lo que se refiere a las deudas, su número es considerable (...) Ante todo, las importaciones (...) En segundo lugar, la remuneración de todos los capitales invertidos en diversas formas en Argentina, el servicio de la deuda...los dividendos e intereses...de ferrocarriles y otras sociedades por acciones... En tercer lugar, los fletes de todas clases, pagados a las compañías de navegación extranjeras, así como a las compañías de seguros extranjeras. En cuarto lugar, los envíos de dinero hechos por los emigrantes a sus familias del país de origen. En quinto lugar, no hay que olvidar las sumas considerables gastadas en el extranjero por turistas argentinos.

A consequência imediata do reiterado desequilíbrio da balança externa argentina foi o irreversível processo de deterioração do seu sinal monetário.

Umha estimação da balança externa argentina no período 1900-1914 procedente do ultraconservador professor argentino Walter Beveraggi Allende estabelece um exíguo saldo comercial favorável de 770 milhões de pesos ouro (4.820 de exportações contra 4.050 de importações) como única contrapartida para fazer frente a compromissos de pagamento que importavam os 2.625 milhões: 1.650 a título de juros e dividendos, 450 de remessas de inmigrantes, 375 adicionais por gastos turísticos das extravagantes famílias proprietárias portenhas e 250 milhões mais a título de fretes e seguros. Beveraggi Allende admite como cifra a deduzir a esta factura 100 milhões a título de turismo estrangeiro na Argentina. Um esquema de transacções externas como o apontado elevaria o défice acumulado no referido período em 1.855 milhões de pesos ouro⁷. Esta era a conjuntura que encheu de títulos públicos argentinos a carteira da casa Pérez.

Interessa evocar o afortunado processo que poderíamos denominar de resgate indolor que veu oferecer a Primeira Guerra Mundial. A necessidade de alimentos por parte dos países contendentes converteu a República rio-platense em receptora privilegiada de um generoso afluxo de divisas europeias que lhe permitiu abrandar o imperativo ajuste das suas contas externas.

Argentina emergió de la primera guerra mundial con tal cantidad de divisas que concedió Créditos a Francia por 200 millones de pesos para que continuara adquiriendo la cuota tradicional de carnes y cereales. De 1917 a 1922, el servicio de la deuda se mantuvo prácticamente constante, aun cuando otros servicios se incrementaron considerablemente. El balance neto favorable que la Argentina estaba acumulando a su favor, que promediaba alrededor de 100 millones de pesos oro al año, fue utilizado en parte para saldar la deuda externa (58%) y en parte para importar oro⁸.

Umha imagem da mudança de conjuntura experimentado polas contas externas argentinas por ocasiom da guerra europeia é oferecida pola

7 -1.855 milhões de pesos ouro = 770-2.625, Galasso (2002, pág. 109).

8 Galasso (2002, pág. 121). A citação corresponde a Vitale, Luis (1986), *Historia de la deuda externa latinoamericana y entretelones del endeudamiento argentino*, Sudamericana-Planeta, Buenos Aires

estimação da balança de pagamentos proporcionada por W. Beveraggi para o período 1915-1920 ⁹. O saldo comercial favorável acumulado neste período terá ascendido para 1.600 milhões de pesos ouro (4.515 de exportações contra 2.915 de importações) contra umhas obrigações de 1.084 milhões de pesos: 890 milhões a título de juros e dividendos, 150 em remessas de emigrantes, 75 em gastos turísticos, deduzidos 31 milhões, atribuídos a ajustes. Se damos por boa esta estimação, o superávit alcançado no período teria atingido os 516 milhões de pesos ouro – em torno de 100 milhões por ano – que teria permitido repatriar 248 milhões de pesos ouro de dívida (21.565 milhões de libras a 11,5 \$ ouro/libra) e incrementar as reservas do país em 220 milhões de pesos ouro.

Como subproduto das estimações do professor Beveraggi Allende das balanças de pagamentos dos períodos 1900-1914 e 1915-1920 tem especial interesse para nós destacar que as remessas privadas contabilizadas nas transações externas argentinas durante os vinte primeiros anos do século XX poderiam alcançar os 30 milhões de pesos ouro cada ano, com umha cotação peso ouro/libra arredor dos 5 pesos/libra à volta de 1900 que foi ascendendo para 8,74 nos anos prévios à Primeira Guerra Mundial e para 11,5 ao remate da mesma. Galegos e italianos eram os principais beneficiários deste fluxo de transferências.

As vicissitudes da economia argentina, evolução demográfica e cotação da sua moeda som variáveis de especial relevo para enquadrarmos a economia financeira e social da Galiza do último quartel do XIX e primeiro do XX, dada a sua qualidade de cenário privilegiado do negócio da emigração.

Em 1914, ano de início do conflito bélico europeu, a população argentina mantinha-se nos 7,8 milhões de habitantes, mais de 20 % dos quais residiam em Buenos Aires. A província de Buenos Aires concentrava 2 milhões de habitantes, 1,5 deles na sua capital. Nesse momento, a terceira parte da população argentina tinha nascido no estrangeiro e 80 % deste afluxo migratório estava formado por imigrantes posteriores ao ano de 1850 e os seus descendentes. Quanto à composição demográfica da imigração, predominava a de origem italiano com quase 1 milhom

⁹ Galasso (2002, pág. 120)

de habitantes, seguidos de espanhóis, com mais de 800.000, rusos e polacos (94.000), franceses (86.000), turcos, libaneses e sírios (80.000)¹⁰. Se damos por boa a composição da população imigrante que pode deduzir-se para a Argentina, não parece desatinado apontar que 40 % das remessas ultramarinas poderiam ser destinadas a Espanha e, talvez, 1/3 das mesmas, em hipótese prudente, poderiam ter por destino Galiza. A conclusão tentativa desta estimativa circunstancial leva-nos a supor que Galiza poderia ser a destinatária de 13 % ou 14 % da totalidade das transferências argentinas remetidas para Europa durante o período: uns 4 milhões de pesos ouro equivalentes a 8 milhões de pesetas se admitimos o câmbio médio de 2 pesetas/peso ouro¹¹. Esta seria uma fonte privilegiada das remessas recebidas e também das suas contrapartidas em forma de transferências via Banco de Espanha ou de remessas de valores públicos e privados argentinos.

A carteira de valores privados de procedência sul-americana parece menos diversificada que a carteira pública. Só quatro ou cinco valores polarizam a presença deste tipo de títulos na carteira. Trata-se das ações do *Banco Español del Rio de la Plata*, do *Banco de Galicia y Buenos Aires*, do *Banco Francés del Rio de la Plata* e da *Société Foncière de L'Argentine*, instituições todas elas ligadas à casa Pérez pelo negócio de transferência de giros a pagar na Galiza. O pacote de valores privados argentinos complementava-se com cédulas a 6 % denominadas em pesos e emitidas pelo *Banco Hipotecario Nacional de Argentina*. São escassos, em comparação, os valores americanos procedentes de outras repúblicas americanas, ainda que se registem títulos do *Banco Hipotecario de Uruguay*, em cédulas a 6 %, e do *Crédito Hipotecario de Chile* instrumentados em obrigações a 8 %, uns e outros instrumentados na respectiva moeda nacional.

Um aspecto de interesse pela sua correlação com a actividade das colónias galegas ultramarinas e, em definitivo, da sua magnitude, é o

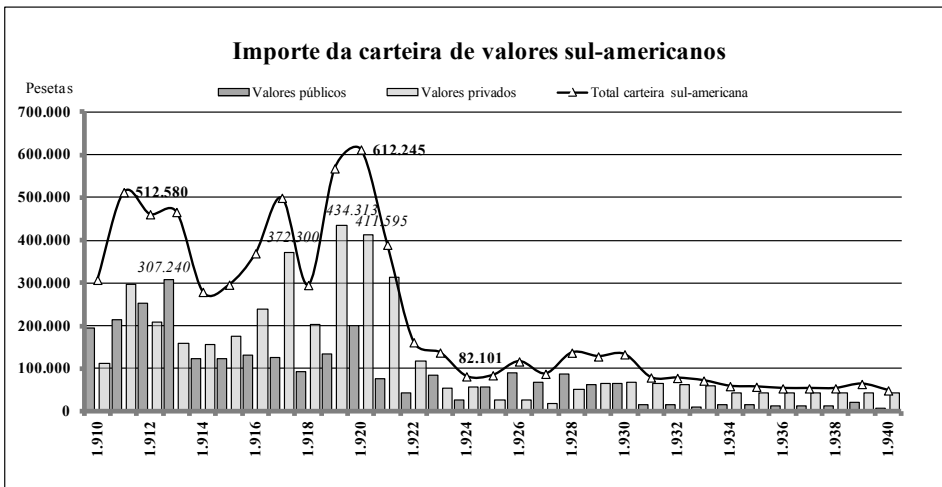
10 $800.000/2.060.000 = 0,39$ segundo as cifras de imigrantes residentes oferecidas por Rock, David (1988), *Argentina 1516-1987. Desde la colonización hasta Raul Alfonsín*, Alianza Editorial, Madrid. As referências demográficas encontram-se na página 221 da edição aludida.

11 Na nota valorativa correspondente ao encerramento do balanço de 1914 de *Olimpio Pérez e Hijos* aponta-se: “2500 \$ nominales en Cédulas Argentinas 6%, valoradas al 90%, los \$ a 2 pesetas, 4500 pesetas” que cabe interpretar, $V = N \cdot c \cdot q = 2500 \$ \cdot 2 \text{ (pta./\$)} \cdot 0,9 = 4500 \text{ pesetas}$. Nesse mesmo ano, o grosso dos valores americanos designados em libras esterlinas valoravam-se a 25 pesetas/libra, o qual aponta para um câmbio implícito de 12,5 \$ ouro argentinos/libra esterlina.

padrom evolutivo da detençom de valores americanos públicos e privados na carteira da casa. A rápida contracçom na detençom de títulos americanos a partir de 1920 é o facto mais destacável. Também interessa assinalar a preferência polos valores privados, acentuada a partir da deflagraçom da Primeira Guerra Mundial.

GRÁFICO 406

Evoluçom da carteira de valores americanos



Examinaremos em forma sucinta agora o investimento em títulos públicos e privados denominados em marcos alemães. A divisa que levantou paixons especulativas no imediato após-guerra europeu em todo o tipo de investidores.

A subscriçom de 60.000 marcos do Empréstimo de Guerra alemão de 1916 a 5 % de interesse é a primeira referência que encontrámos na contabilidade de Olímpio Pérez a esta divisa. A emissom corresponde ao quarto empréstimo contraído pelo Governo alemão, colocado até os 57 % entre 227.000 grandes subscritores, entre os quais se encontraria mais que provavelmente o operador de títulos de *Hijos de Olimpio Pérez*, no mercado alemão, (Kindleberger, 1988, pág. 398)¹².

12 Kindleberger, Charles P.(1988), *Historia financiera de Europa*, Editorial Crítica, Barcelona. A primeira edição, em inglês, é de Allen & Unwin, 1984. Também do mesmo autor, Kindleberger, Charles P.(1991): *Manías, pánicos y cracs. Historia de las crisis financieras*, Editorial Ariel, Barcelona.

A operação, concertada no mesmo ano de 1916, foi valorada pelos gerentes da casa Pérez a final deste ano em 49.140,95 pesetas a uma taxa de câmbio implícita de 0,819 pesetas/marco. Ignorámos se a emissão desfrutava de prémio de emissão como era frequente na altura como chamariz para aumentar o atractivo da subscrição num mercado saturado de títulos sem porém vulnerar o nível de rendimento oferecido para conjurar as indesejáveis consequências de uma possível sanção internacional ao país emissor. Que o título estivesse destinado a ser distribuído entre a clientela próxima recebe confirmação no facto de o saldo nominal ter descido já para 36.000 marcos no encerramento do balanço de 1917. Uma nota marginal faz constar os termos de valoração aplicados: $36.000 \text{ marcos} \times 0,85 \text{ peseta/marco} \times 0,97 \text{ de taxa de cotação} \rightarrow 29.682 \text{ pesetas}$, com uma leve revalorização da taxa de câmbio do marco e uma certa deterioração da cotação relativos ao momento da aquisição do pacote.

Nesse mesmo exercício, constam aquisições do Empréstimo francês de 1917 a 4 % por valor de 72.590 pesetas e quantidades muito superiores de dívida inglesa destinada igualmente a financiar a guerra iminente: *War Loan* de 1917 a 5 %, *War Bonds* de 1917 a 5 % e *Exequer Bonds* a 6 %, totalizam um generoso saldo em títulos britânicos por valor de 522.370 pesetas¹³. Generoso tributo ao país britânico em atenção talvez a uma hipotética anglofilia familiar em lembrança dos anos de aprendizagem do inglês nativo por parte do prócer da família, se hemos de dar crédito à crónica familiar¹⁴. As simpatias conservadoras da descendência de Olímpio Pérez aconselham, em todo o caso, a não tomarmos com certa cautela esta hipótese *ad hoc*.

O período pré-bélico e bélico polarizaram amplamente a opinião pública espanhola coeva contribuindo para delimitar fidelidades e interesses em torno às potências enfrentadas no conflito. Como resultado, agudizaram-se as pressões internacionais para dificultar os fornecimentos tanto de

Mais actual e muito instrutiva, Marichal, Carlos (2010): *Las grandes crisis financieras. Una perspectiva global, 1873-2008*, Editorial Debate, Barcelona.

¹³ As valorações correspondentes som:

Empréstimo francês: $143.000 \text{ francos} \times 0,74 \text{ peseta/franco} \times 0,686 = 72.590 \text{ pesetas}$

War Loan de 1917, 5 %: $223.000 \text{ libras} \times 22 \text{ peseta/libra} \times 0,95 = 4.660.700 \text{ pesetas}$

War Bonds de 1917, 5 %: $2.500 \text{ libras} \times 22 \text{ peseta/libra} \times 1,00 = 50.000 \text{ pesetas}$

Exequer Bonds de 1917, 5 %: $300 \text{ libras} \times 21 \text{ peseta/libra} \times 1,00 = 6.300 \text{ pesetas}$

¹⁴ Cfr. Apêndice I

tipo material como financeiro ao inimigo. Nalgum dos boletins mensais informativos avulsos do *Banco Español del Rio de la Plata* que pudemos consultar aparecem notícias significativas a este respeito. Assi, em março de 1917, o boletim informa da existência de umha nota diplomática austro-alemá sobre o bloqueio da França, Inglaterra e Itália e a ruptura de relações diplomáticas com os Estados Unidos da América decidida pola Alemanha, bem como da escassa repercussom desta medida – segundo assinalava o boletim – nas bolsas de Paris e Londres. No mesmo boletim, e referindo-se ao movimento do porto de Valência, o informador destacava a interrupçom do tráfego de vapores espanhóis com a Inglaterra: “...los fletes han llegado a cotizarse a 12 chelines y 6 peniques por caja [de laranjas, J.L.F.] com pagamento anticipado em Valencia. Los pocos vapores ingleses y noruegos que llegan a esta son cargados inmediatamente y salen abarrotados, hasta con cajas sobre cubierta, aprovechando todos los huecos.”

As medidas de controlo sobre financiamento a países beligerantes faziam parte das preocupaçoms dos gestores bancários polas suas possíveis implicaçoms na rede de correspondências com países hostis. O boletim do *Banco Español del Rio de la Plata* de maio de 1916 facilitava informaçom acerca da recomendaçom do Departamento de Economia Pública aos bancos e sociedades financeiras da Confederaçom Helvética para se absterem de qualquer operaçom de subscriçom de empréstimos estrangeiros ou de concessom de títulos estrangeiros ao público suíço.

Na correspondência de *Hijos de Olimpio Pérez* de 1916 conserva-se umha interessante mostra da política de controlo financeiro que imperava na altura. A carta, dirigida ao *Crédit Lyonnais* de Paris com data de 1/03/1916, tinha por objecto confirmar determinadas transaçoms entre ambas as entidades como um pagamento à entidade francesa de 855,50 francos para compensar um giro de 1000 libras sobre Roma de *Hijos de Olimpio Pérez S.R.C.* junto com outro para satisfazer determinados cargos de comissoes e timbre por gestom de cupons do *Brasil Funding* a 5 %. O parágrafo final mostra significativamente o clima de controlo imperante no momento:

Rogamos a Vds nos digan el motivo porque (sic) preguntan por el domicilio y nombre del cliente que nos entregó los cupones citados, a fin de poder darle una explicación en el momento de preguntarle su domicilio fijo. Si estas señas las desean para cerciorarse de su nacionalidad, desde luego les aseguramos a Vds.

que el dueño de los títulos es Español y ningún trato tiene con ningún súbdito de Naciones que están en guerra con Francia.

Trata-se de umha minúscula operação de liquidação de comissões: 2,70 francos, 2,30 pesetas com o câmbio do momento, que nom impede, nom obstante, o preceptivo escrutínio sobre a natureza da operação.

Os investimentos em valores públicos alemães começam já iniciada a guerra. A primeira operação em dívida pública alemã que pudemos detectar foi, como comentámos, a aquisição de 60.000 marcos do Empréstimo de Guerra Alemão de 1916 a 5 %.

A carteira de valores públicos alemães nom acusa novas aquisições até 1922, com um marco severamente desvalorizado. Comprovámos nesse ano a aquisição de um pacote de obrigações emitidas pela cidade de Berlim a 4 % e, em operações de maior quantia, a subscrição de umha emissão da Vila de Colónia de 1924 e outra de títulos do Empréstimo Austríaco a 6 % por valor, esta, de 100.000 pesetas. Nom constam as condições de compra nem os critérios de valoração porque o assento aparece consignado em pesetas. O activo conservou-se em carteira sem alterações valorativas até o ano de 1932 por falta manifesta de oportunidades de liquidação. O pacote de títulos denominados em marcos acaba figurando em carteira como um resíduo irrelevante.

O investimento em valores privados em marcos é coincidente no tempo com a aquisição dos primeiros títulos da dívida pública emitidos para financiar a guerra. Em 1917, registámos a subscrição de 20.000 marcos na *A.E.G* de Berlim e de 19.000 mais das *Minas do Rheim Nassau*. Os valores cotavam na altura a 230 % e 276 % respectivamente e o marco mantinha um câmbio de 0,8 pesetas/marco. A conflagração bélica provocou o colapso do marco sem que este facto pareça ter afectado à cotação dos títulos emitidos pelas grandes firmas industriais alemãs. A circunstância apontada contribuiu para minorar a depreciação da carteira privada designada em marcos.

No período 1916-1925, a evolução da cotação do marco foi a seguinte, segundo os critérios valorativos aplicados por *Hijos de Olimpio Pérez*:

Ano	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925
Pesetas/marco	0,80	0,80	0,35	0,15	0,16	0,0042	1,75	1,61	1,68

É manifesto o colapso do valor da divisa alemá no ano de 1922, em pleno processo de hiperinflaçom.

A situaçom do marco no ano de 1921 foi descrita por Kindleberger com umha famosa anecdotas: “*segundo a lenda, as salas de jogo de Milwaukee e de Chicago empapelavam-se com obrigaçoms e bilhetes alemáns nos últimos anos vinte*”¹⁵.

No entanto, firmas como a *A.E.G.* viam cair a sua cotaçom a um ritmo muito mais moderado¹⁶ sem por isso conseguirem evitar os efeitos do colapso do marco. O prémio risco-país alcançou valores irrepitíveis com o seu séquito de desabastecimento e desemprego maciço. Umha situaçom que contribuirá para facilitar o ascenso do nazismo.

Vale a pena transcrever a composiçom da carteira no ano de 1922 para constataremos a discrepância manifesta entre o exíguo valor do marco e a cotaçom dos valores industriais objecto de transaçom. É o eco apenas do entusiasmo especulativo que se apoderou do aforro privado espanhol seduzido pola potência industrial germánica como fonte potencial de mais-valias.

Como queira que fosse, o atractivo da tecnologia alemá sobre o aforro disponível na altura pode ter tido outras motivaçoms para além das perspectivas especulativas; vigorava na altura umha germanofilia entusiasta e persistente em sectores mais ou menos amplos da sociedade que vinha a superpor-se à admiraçom generalizada pola sua capacidade industrial. Nom é difícil documentar a consideraçom social de que gozava a tecnologia alemá nas revistas da época. A Alemanha era umha potência admirada e influente. As muito elogiadas instalaçoms da central eléctrica de Sam Joám de Fecha, inauguradas no mês de outubro de 1901 para

¹⁵ Kindleberger op. cit., pág. 435.

¹⁶ A evoluçom da Carteira de títulos de *A.E.G.* mostra o seguinte perfil:

Ano	nominal, marcos	peseta/marco	cotaçom	Valoraçom, pesetas
1917	20 000	0,80	2,30	36 800
1918	20 000	0,80	2,30	36 800
1919	63 000	0,35	2,45	54 020
1920	65 000	0,15	3,20	31 183
1921	2 000	0,16	1,30	415

abastecer a cidade de Santiago, foram fornecidas por *Siemens Halske*¹⁷, um valor persistente na carteira dos Pérez e provavelmente nas dos seus clientes mais selectos nos anos vinte.

QUADRO 403

O atractivo dos títulos alemães nos primeiros anos vinte

Carteira em marcos no ano 1922 ¹⁸	Nominal	Cotação	Valor
	marcos	%	marcos
<i>Empréstimo Alemão, 5 %</i>	36.000	100	36.000
<i>Obrigações Berlim, 4 %</i>	4.000	100	4.000
<i>Berliner Werke</i>	2.000	2.500	50.000
<i>Deutsche Bank</i>	207.600	7.800	16.192.800
<i>Chemische Werke Albert</i>	59.000	16.540	9.758.600
<i>Siemens Halske</i>	28.000	22.000	6.160.000
<i>Badische Anilin</i>	12.000	8.700	1.044.000
<i>A.E.G. ordinárias</i>	51.000	5.975	3.047.250
<i>A.E.G. preferentes</i>	1.000	500	5.000
<i>Erbelfelder</i>	12.000	7.325	879.000
<i>Deutsche Ubersenche Bank</i>	2.000	55.000	1.100.000
<i>S. Schuckert & Co.</i>	9.000	12.300	1.107.000
<i>Phenil Bergbam</i>	6.600	21.500	1.419.000
<i>Deutschwe Erdöl</i>	3.000	38.000	1.140.000
Valor: 166.000 pesetas	433.200	9.682 %	41.942.650

Os quase 42 milhões de marcos em valores alemães em carteira procedentes de emissões privadas dos anos vinte equivaliam a 176.000 pesetas em 1922, a uma taxa de câmbio de 0,42 pesetas por cada 100 marcos, como confirma uma nota marginal valorativa. A elevada cotação dos valores industriais contribuiu a moderar um tanto o efeito do colapso cambiário da divisa alemã nesse mesmo ano.

17 Tojo Ramallo, J.A. (2009): *El alumbrado público en Santiago. Una historia de luces y sombras en la vieja Compostela*, Alvarellos Editora, Consorcio de Santiago. Na nota de rodapé nº 28, descreve uma visita pedagógica dos alunos da Escola Normal à Central Eléctrica de San João de Fecha (Ponte Alvar): "...invitados por el señor maquinista, pasamos al interior del piso principal donde están las máquinas *Siemens y Halske*...

18 A denominação de alguma sociedade poderia estar sujeita a algum erro de transcrição devido à dificuldade de leitura das notas marginais manuscritas anexas aos assentos contabilísticos de H.O.P.

Kindleberger (1988) ¹⁹ nom esquece comentar um facto tam singular na história financeira da Europa.

A criação do *rentenmark* polo ministro da Fazenda Hans Luther, a partir das propostas tentativas avançadas polos seus antecessores, como a de Karl Helfferich com a sua recomendação de emitir o marco-centeio – o *roggenmark* – ou a proposta de Rudolf Hilferding de constituir um banco emissor de marcosouro, contribuiu para estabilizar finalmente a unidade monetária alemá a umha taxa de conversom de 1 *rentenmark* por cada 1.000 milhons de marcos. Os efeitos estabilizadores desta medida farám-se claramente perceptíveis na avaliação dos activos financeiros de *Hijos de Olimpio Pérez* já em 1923. É ilustrativo sublinhar o apontamento de Kindleberger sobre a cómoda coexistência de hiperinflaçom desatada e auge industrial e a sua impossível prolongaçom como consequência do novo regime de disciplina monetária instaurado na Alemanha:

“Stinnes, a companhia produtora de aço, depois de ter experimentado umha etapa venturosa durante a inflaçom, faliu em 1925 sob a estabilizaçom e viu-se obrigada a reorganizar-se. A hiperinflaçom resultou ser um clímax esgotador, mas proporcionou as bases para voltar a começar” ²⁰.

4.5 Valores espanhóis e valores galegos em carteira

A razom que justifica o estudo da carteira do banco de Olímpio Pérez e os seus sucessores é o que permite extrair orientaçons relativas aos condicionantes que operavam sobre o comportamento financeiro dos agentes sociais e as linhas de força presentes na conjuntura económica na altura.

O período da maior actividade investidora da indústria galega parece concentrar-se em torno à Primeira Guerra Mundial, com picos de especial actividade em 1916 e 1918. A onda investidora, segundo revela o ritmo de investimentos evidenciado pola bibliografia económica disponível, parece apontar para um enfraquecimento do investimento industrial no biénio 1923-24 – coincidente com o ciclo aberto polo golpe de Estado de Primo de Rivera – seguido de um efémero ressurgir em 1929 com recaída em 1931 e melhoria paulatina durante o período republicano. A guerra civil abortou finalmente o processo de recuperaçom industrial em curso.

¹⁹ Kindleberger (1988), pp. 441 e seguintes.

²⁰ Kindleberger (1988), pág. 442.

Os primeiros decénios do século XX fôrom qualificados como *idade de prata da economia espanhola* polos historiadores económicos que se tenhem ocupado deste período²¹. O impacto desta hipotética melhoria de fundo recebe umha certa confirmaçom nos movimentos da carteira de valores privados da casa Pérez e a sua progressiva preferência polos valores industriais.

O interesse dos sucessores de Olimpio Pérez polo investimento em valores privados cotados em bolsa ou nom é patente e constitui um indicador útil da conjuntura industrial do momento. Os novos projectos nascidos na Galiza tinham um manifesto atractivo para os gestores da casa, tanto polas vantagens de proximidade e controlo da iniciativa como polos vínculos sociais que propiciavam com o círculo de investidores e empresários neles implicados.

Os gráficos 404 e 405 antes examinados ilustram bem a dinâmica de formaçom e composiçom da carteira de valores privados da casa Pérez, tanto de procedência galega como espanhola em geral. O interesse polos títulos privados espanhóis emitidos manifestado por *Hijos de Olimpio Pérez* pode ser qualificado de moderado se comparado com a marcada atençom prestada às iniciativas empresariais galegas.

Quanto à índole dos sectores económicos objecto de especial interesse, o sector eléctrico, inicialmente ligado às necessidades da iluminaçom pública, destaca sobre todos em preferência. A presença do banco nas fases iniciais do desenvolvimento dos projectos assi o confirma, enquanto as fortes exigências de capital exigido neste tipo de empreendimentos contribui para garantir a progressiva implicaçom dos banqueiros no seu desenvolvimento..

Em perspectiva sectorial, segmentaremos os valores possuídos em carteira nas seguintes rubricas: transporte, electricidade, química e

21 Carreras, Albert e Tafunell, Xavier (2003), *Historia económica de la España contemporánea*, Crítica S.L., Barcelona. O capítulo V da obra aplica este qualificativo ao período 1914-1936. García Delgado, José Luís (2002), *La modernización económica en la España de Alfonso XIII*, Espasa Calpe S.A., Madrid. O capítulo V da obra trata de resumir o perfil dos três decénios de modernizaçom económica do reinado de Alfonso XIII em termos de renda *per capita*, progresso da instruçom pública, formaçom de capital num sentido *desagrarizador*: “*ganando posiciones las actividades más acordes con los nuevos avances de la segunda revolución industrial: el aprovechamiento generalizado de la electricidad, la difusión, junto con el motor eléctrico, del de explosión, ambos con una decisiva incidencia en los transportes, la aparición de novedosos materiales debidos a la química moderna y el despuntar de las telecomunicaciones*”.

actividades assimiladas, navegação, banca, serviços públicos, actividades diversas e alimentação. No Apêndice 41, oferece-se a listagem completa e ordenada da totalidade das sociedades privadas em carteira, tanto galegas como espanholas, junto com os elementos identificadores mais úteis para a sua interpretação.

A comparação das carteiras privadas galega e espanhola mostra diferenças significativas tanto em composição como em dinâmica evolutiva. A empresa eléctrica, que se encontrava em pleno desenvolvimento no primeiro terço do século XX, é o eixo que articula a carteira privada galega do mesmo modo que o investimento em valores ferroviários orienta a espanhola. Em determinados momentos, adquirem peso significativo na carteira galega os segmentos de actividade do transporte e a navegação. Também, a electricidade, a química, a banca e a alimentação cobram importância nalgum momento na carteira de valores privados espanhóis. A divergência na composição das carteiras galega e espanhola reflete, em certo modo, a diferença existente entre as respectivas estruturas produtivas e os modelos de desenvolvimento industrial adoptados num e noutro caso. Assim, a forte presença dos caminhos-de-ferro na carteira privada espanhola não poderia ter paralelismo na Galiza.

Para além das moderadas participações nos empreendimentos de transporte eléctrico urbano, a que faremos referência mais adiante, poucas eram as oportunidades de negócio abertas ao transporte na Galiza. A extrema lentidão na instalação da via-férrea na Galiza abortou o incipiente interesse por esta actividade que parecia apontar no último quartel do XIX. É verdade que a banca gerida por Manuel Pérez não se implicou na histórica linha Santiago-Carril, como também não os capitais locais da cidade em geral. A casa de banca da Praça de Cervantes não figura, aliás, nem como accionista nem como obrigacionista na *The West Galicia Railway Company Limited*, gerida na altura por John Trulock ²². Em

²² Conservam-se no Arquivo Histórico Provincial da Ponte Vedra uma série de Memórias e Balanços (Report and Balance Sheets) da companhia, correspondentes ao período 1901-1918, com dados interessantes do tráfego anual de mercadorias, principalmente madeira de pinho e passageiros. No Report de 28 de Novembro de 1918, sinala-se, em referência ao financiamento da companhia em Espanha e às dificuldades enfrentadas no serviço da dívida em circulação durante a conjuntura bélica europeia: “By consent of the Trustees for the Debenture Stockholders the redemption of Debenture Stock has been suspended for the last two years. Nothing has been charged this year or last year to depreciation or renewals”

contraste, não podemos esquecer a implicação do Banco na projectada “variante da Tieira” e, algo mais tarde, no malogrado projecto de eléctrico Santiago-Noia. Um e outro empreendimentos coincidiam no empenho comum de dotar de centralidade a cidade de Santiago na constelação de cidades galegas. Vocaçom perennne da casa.

Entre os papéis avulsos da casa que pudemos consultar figura um interessante requerimento redigido na cidade de Betanços no ano de 1883 e remetido para a Exma. Deputaçom Provincial da Corunha²³. O citado escrito argumentava as razons e vantagens que abonavam umha soluçom ferroviária próxima ao litoral corunhês, em oposiçom às duas em contenda que pretendiam conectar Santiago com a linha Noroeste que tinha a Corunha como estaçom terminal: umha que propugnava como ponto de conexom a vila de Cambre, apoiada pola cidade da Corunha, e outra que defendia a “variante da Tieira” que apoiavam as forças vivas compostelanas. O escrito redigido em Betanços baseava a sua argumentaçom na conveniência de abordar a construçom de umha linha litoral de carácter transversal como precursora de umha futura linha transcantábrica.

“...que partiendo de la ciudad del Ferrol y cruzando las vías generales del Noroeste y de Vigo a Monforte por Orense va a terminar a la frontera de Portugal en la ciudad de Tuy, después de tocar o aproximarse a ciudades y pueblos de tanta importancia como lo son Puente deume, Betanzos, Santiago, Villagarcía, Pontevedra y Redondela; cuya línea esta además llamada a formar parte del ferro carril de la costa Cantábrica, del que existen algunos trozos en construcción ó en estudio, como son los de Bilbao a Durango y Oviedo a Santander. La importancia de esta línea está reconocida desde el año 1854...”

Depois de desenvolver a fundo o fio argumental do marcado interesse estratégico de Ferrol e da interdependência com Betanços como requisito de garantia de um adequado fluxo de abastecimento de alimentos, abordava o escrito as inegáveis virtudes da comarca de Betanços como ponto de conexom face às alternativas de Cambre e a Tieira, tanto por motivo de populaçom atendida como de riqueza tributável, que o documento estimava em “30 y tantos mil pesos anuales” de contribuiçom comarcal para as contas do Estado.

23 O impresso esta datado em Betanços em 15 de junho de 1883, com o acréscimo “Siguen las firmas que pasan de ochocientas”. No pé de imprensa consta “Coruña: Tipografía Galaica-1883”

As intermináveis polémicas localistas que agitáram a época com o entusiasmo posto em capturar algum dos hipotéticos programas ferroviários públicos – afinal nunca abordados – contáram sempre com o firme apoio da banca Pérez quando o que estava em jogo era qualquer solução favorável aos interesses de Santiago. O episódio da Tieira é significativo a este respeito e chegou a merecer a atenção e apoio dos mais conspícuos notáveis compostelanos em boa parte das duas últimas décadas do século XIX.

A variante da Tieira deixou o seu rasto num assento na carteira de 1885 por valor de só 2.975 pesetas, em que Olímpio Pérez aparece como depositário sob a rubrica: *“Por lo que tenemos puesto para el ferro carril de la Tyeira comprendido en la cuenta de Valores de Sociedades”*. A quantia, muito discreta, em congruência com o seu objectivo meramente promocional, é, contodo, comparável com os pacotes de referência do sector ferroviário incluídos na carteira no mesmo exercício:

“Por 20 acciones de L 10 cada una de las minas de Rio Tinto”
6.691,96 pesetas

“Por ocho obligaciones del ferro carril del Norte del 3%”
2.700,00 pesetas

“Por 10 del 3% y 16 del del 3% del ferro carril de Tarragona a Barcelona y Francia”
9.500,00 pesetas.

O interesse social polo debate sobre os traçados ferroviários é característico da época. Conservou-se sobre este assunto umha carta datada de 23 de março de 1896 em Madrid, dirigida por Lorenzo L. de Rego a Olímpio Pérez, que reflecte bem as preocupações que agitavam o final da centúria. No escrito, especulava o remetente sobre a improbabilidade de que os Estados Unidos da América se decidissem “a favorecer oficialmente la insurrección en Cuba”. Estendia-se, depois, sobre o interesse da “via-férrea transversal” da Galiza – objecto de “brilhantes relatórios” encaminhados a que “puedan vigorosamente ser protegidos sus puertos, con extraordinarias ventajas en la acción militar” – fazendo votos finalmente pola construção da referida linha com o auxílio do Estado. No último parágrafo, o correspondente madrileno de Olímpio, provavelmente ligado à Administração, informava o banqueiro de que:

“El expediente del ferro carril a la Tieira aun está pendiente de la firma del Ministro. Si la Comisión [refere-se à constituida para a defesa da variante da Tieira, J.L.F.] acepta mis opiniones, urge que trabaje sin descanso cerca de las personas de notoria influencia, para que alcancen inmediatamente la aprobación del proyecto, el señalamiento de subvención y el anuncio de subasta”

A provisão de fundos para promover a variante da Tieira figurava contabilizada ainda como “depósito en el banco” em 1911, por valor de 10.019 pesetas.

O debate sobre o traçado da rede ferroviária galega e as suas virtudes encontrou ainda um agudo polemista em Eloy Luís André ²⁴, nos anos da Primeira Guerra Mundial. Luís André, puxo toda a sua paixão regeneracionista convicto em argumentar das páginas da *Revista de Economía y Hacienda* a importância estratégica dos portos atlânticos galegos: “El Atlántico [será] el Mediterráneo del porvenir. El desenlace de la guerra ha venido a darnos la razón” (*Revista de Economía y Hacienda*, fevereiro de 1919). Eloy Luís André tenta argumentar tecnicamente a importância estratégica que teria a abertura dumha linha transeuropeia Algeciras-Paris com conexom directa com Barcelona e com os portos galegos. A sua argumentação estendia-se mesmo a ponderar o valor de umha possível conexom directa Vigo-Paris destinada a comunicar Europa com a América Central e do Norte. Um entusiasmo regeneracionista nos propósitos e inequivocamente arbitrista em estilo impregna tam filosóficos sonhos que nom podem se nom provocar um afectuoso sorriso pola carência de qualquer justificação política e económica para tam ambiciosos projectos. Em todo o caso, nom deveríamos esquecer que o momento era propício para estes sonhos: a Grande Guerra acabava de terminar e a memória da inauguração do Canal de Panamá (1914) contribuía para multiplicar as expectativas.

Umha singular excepção ao minguado panorama do negócio do transporte na Galiza intersecular foi a criação de umha empresa de transporte por autocarro, de carácter misto –pessoas e mercadorias–

24 O lúcido e quase esquecido polígrafo e ensaísta ourensano dedicou agudas e documentadas crónicas ao problema das comunicações ferroviárias galegas, presididas por umha visão estratégica de carácter utópico guiada pola firme convicção nas virtudes competitivas de Vigo como porto internacional. Assi, por exemplo, os artigos na *Revista de Economía y Hacienda* (números de 17/06/1916, 01/02/1919 e 08/02/1919) ou na imprensa galega da época, como no *Faro de Vigo*, 10/05/1925.

chamada a converter-se em sinal colectivo do tráfego interurbano de passageiros na Galiza: *O Castromil*²⁵. A sociedade de transportes colectivos tivo, de facto, dous momentos constitutivos diferentes: o da sua constituição por Evaristo Castromil em 1917, e o da sua conversão em sociedade anónima e consolidação definitiva já em 1929. Foi este o momento da entrada de *Hijos de Olimpio Pérez* na sociedade com um valor económico excepcional na historia da casa: 1.215.000 pesetas de participação. O valor irá incrementándose até superar, largamente, os 2.000.000 de pesetas, através de novas subscrições e revalorizações.

Na sua primeira fase, *O Castromil* atendia à linha Santiago-Ponte Vedra, com velocidades médias de 30 km/h e três tarifas de viagem²⁶. Em 1924, foi constituída a “Union Nacional del Transporte” que estabeleceu o sistema geral de concessão de linhas. *O Castromil* obteve as conexões de Santiago com a Corunha, Vigo e Ourense. Em 1929, visto o auge alcançado pela companhia que dispunha na altura já de uma frota de 43 veículos, o seu fundador decidiu convertê-la em sociedade anónima com capital escriturado de 5 milhões de pesetas. Foi este o momento da entrada de *Hijos de Olimpio Pérez* no capital da companhia. O investimento no *Castromil* pode ser apelidado de afortunado do ponto de vista financeiro. No ano de 1929, a carteira dos Pérez registava a subscrição de 1.215.000 pesetas na companhia de transporte, correspondente a 1.215 ações de 1.000 pesetas cada uma. Quatro anos depois, em 1933, o banco, que já incrementara a sua participação accionarial, estimava o valor dos títulos em 110 % do seu valor nominal, cotação que chegará a ascender até 120 % em 1940. A brilhante trajetória experimentada por esta companhia punha em relevo a irrupção da mobilidade regional irrestrita como novo imperativo do século.

25 Seijas Llerena, D.: “Evaristo Castromil Otero, 1876-1969: O empresario dos coches de liña” em Carmona Badía, X. coord. (2006): *Empresarios de Galicia*, volumen I, CIEF, Fundación Caixa Galicia, Santiago. Evaristo era filho de Ramón Castromil Rey, empregado de confiança de Olimpio Pérez. O mesmo Evaristo e dous filhos seus trabalharam na casa de banca dos Pérez. Por escritura de 03/05/1957, *Hijos de Olimpio Pérez, SR Colectiva* acabou alterando a denominação social para *Banco Hijos de Olimpio Pérez S.A.*, situando-se o capital social da companhia em 30 000 000 de pesetas. A nova sociedade anónima era dirigida por um Conselho de Administração integralmente familiar; os dous empregados de confiança, Ramón Castromil Casal e Antonio Rios Pérez foram reconhecidos na ocasião duas Direções-Gerais. Não pode surpreender que a empresa *Castromil* fosse tutelada pelo banco desde o seu nascimento.

26 Escudero, Eugenia (2000), “Castromil, el primer eje atlántico”, relatório da empresa incluído no colecionável *Grandes Empresas, grandes empresarios de Galicia*, La Voz de Galicia, Corunha.

QUADRO 404
Composição percentual da carteira privada galega.

Galiza	Transporte	Electricidade	Química	Navegaçom	Serviços	Banca	Comércio	Hospedaria	Total
1910	1,13	60,77	8,05	4,16	4,03	1,26	16,05	4,54	869.310
1911	1,19	59,14	8,31	4,27	4,70	1,30	16,34	4,75	842.755
1912	0,00	59,21	9,76	4,23	4,70	1,48	15,92	4,70	850.741
1913	0,33	62,44	11,15	3,56	3,96	1,25	13,32	3,98	1.004.364
1914	0,32	68,27	14,99	4,13	0,48	1,21	6,76	3,84	1.040.715
1915	0,29	69,36	13,50	4,93	0,43	1,17	6,86	3,46	1.155.839
1916	0,24	59,01	22,55	3,80	0,36	0,09	9,49	4,48	1.407.355
1917	0,23	66,46	16,32	2,69	0,34	0,88	8,85	4,24	1.486.270
1918	0,22	64,88	17,02	2,59	0,32	2,03	8,90	4,05	1.542.700
1919	0,00	49,31	12,98	25,15	0,25	2,07	7,09	3,14	1.988.094
1920	0,57	53,71	11,46	22,96	0,23	2,35	5,85	2,87	2.178.050
1921	2,24	53,88	10,67	22,37	0,22	2,26	5,57	2,80	2.235.300
1922	13,10	50,93	8,29	18,72	0,19	1,89	4,55	2,34	2.671.500
1923	12,52	48,31	7,53	17,89	0,18	1,79	9,54	2,24	2.794.500
1924	18,82	43,72	7,20	17,11	0,17	1,71	8,78	2,48	2.922.000

1925	13,54	44,46	7,38	22,47	0,17	1,02	8,51	2,45	2.954.500
1926	14,51	41,17	9,57	20,80	0,16	0,00	8,33	5,47	3.192.350
1927	15,65	35,75	9,63	22,97	0,93	0,00	8,99	6,08	2.958.750
1928	18,16	40,94	10,07	13,18	0,00	0,00	9,24	8,43	2.880.300
1929	48,59	24,77	6,56	5,39	0,00	0,00	6,74	7,94	3.709.250
1930	43,79	30,73	5,61	5,07	0,00	0,00	5,76	9,03	4.338.750
1931	50,96	34,26	4,01	0,00	0,00	0,00	2,71	8,06	3.691.125
1932	59,42	28,38	3,33	0,00	0,00	0,00	2,25	6,63	4.448.275
1933	61,88	26,97	2,76	0,00	0,00	0,00	2,13	6,26	4.702.900
1934	58,10	31,10	2,60	0,00	0,00	0,00	2,00	6,20	5.000.750
1935	57,04	32,21	2,55	0,00	0,00	0,00	1,96	6,24	5.094.100
1936	56,69	32,68	2,54	0,00	0,00	0,00	1,95	6,15	5.125.600
1937	56,58	32,81	2,53	0,00	0,00	0,00	1,95	6,13	5.135.550
1938	56,30	32,65	2,52	0,00	0,00	0,00	2,42	6,10	5.160.550
1939	53,37	35,65	2,50	0,00	0,00	0,00	2,41	6,06	5.194.250
1940	49,65	39,31	2,66	0,00	0,00	0,00	2,38	5,99	5.254.900

A participação de *Hijos de Olimpio Pérez* na histórica empresa de transporte interurbano contém elementos de relação pessoal inevitáveis por tratar-se de duas empresas compostelanas. Ramón Castromil Casal, filho do fundador da companhia, como também Salvador Castromil Fraga, fôrom empregados e homes de confiança do Banco, como pode comprovar-se em diversas notas marginais relativas a distribuiçom de resultados anuais e prémios a empregados de confiança. Em 1957, por ocasiom da conversom de *Hijos de Olimpio Pérez* em S.A., escriturada em 03/05/1957, figura entre os acordos adoptados a decisom de destinar 350.000 pesetas para premiar um grupo de empregados, entre os que se encontram os Castromil. Mais significativa ainda é a cláusula décima segunda do referido acordo, em que é nomeado Director- Geral da sede central o Sr. Ramón Castromil Casal junto com o Sr. António Rios Pérez.

Nom podemos deixar de mencionar pola sua orientaçom inovadora outra participaçom singular na área do transporte: *Wagones Frigoríficos MOB*. A sociedade aparece publicitada no Catalogo de Vigo (*Vigo a través de un siglo*) do jornalista viguês José Cao Moure (PPKO, como foi conhecido na época), reeditado recentemente polo Instituto de Estudios Viguezes²⁷ O anúncio contém a fotografia de um “wagon” da via-férrea “M. O. V. F.” com a legenda: “Fabrica de hielo. Wagones Frigoríficos. Fabrica de Virutilla de Madera. Manuel Otero Bárcena. Arenal 44, Telefono 573, Vigo.” Ignoramos as circunstâncias que dérom lugar ao nascimento desta sociedade²⁸, seguramente relacionadas com o transporte de peixe para o interior da península, mas achamos significativa a decisom de participar no projecto de *Hijos de Olimpio Pérez*. A sociedade *Wagones Frigoríficos* consta da carteira de 1922 com valor de 300.000 pesetas (600 aççons de 500 pesetas) e permanece ininterruptamente na mesma até 1940, igual que o *Castromil*. O investimento em *Wagones Frigoríficos MOB* foi afortunado; em 1927, o valor das 626 aççons possuídas era estimado em 116 %, vendo-se incrementado até atingir os 200 % a partir de 1933. O interesse histórico da

27 PPKO, (2005), *Catalogo de Vigo (Vigo a través de un siglo)*, ediçom facsimilar do original publicado em 1922; editado polo Instituto de Estudios Viguezes, Vigo.

28 Manuel Otero Bárcena tinha o cargo de Vice-Presidente segundo na primeira Junta Directiva do clube de futebol Celta no momento da sua fundaçom (1923). Presidia à Junta Manuel Bárcena de Andrés, conde de Torrecedeira, e formavam na Directiva eminentes apelidos da burguesia viguesa. Manuel Otero Bárcena aparece como promotor em 1921 de umha fábrica de aparas de madeira na Tarroeira, Concelho de Valga. Cfr. Daniel Seijas Llerena D. (2005): “Um caso de demografia industrial de principios Del siglo XX: Las comarcas de Caldas y O Ullán pontevedrés entre los años 1899 y 1921”, Congreso de Historia Económica, Santiago de Compostela, 2005.

companhia reside no seu papel presursor das futuras redes de distribuição frigorífica que alcançariam a sua consagração definitiva com a criação de *Frigsa* (1951) e, nomeadamente, da *Pescanova* (1960).

Examinemos agora a evolução da carteira segundo a sua magnitude e distribuição nas oito rubricas propostas, que complementaremos, junto com alguns apontamentos referentes às circunstâncias que concorrerem nas decisões de participação nalguma das sociedades e o seu calendário. Alguns deles têm um certo interesse para a periodificação das iniciativas industriais que foram emergendo na Galiza.

Parece obrigado assinalar um vazio significativo na carteira da casa Pérez, de alguma maneira anómalo numa firma tão conectada desde a sua origem com as rias de Muros e Arousa. Referimo-nos à ausência de participações na indústria conserveira. A conserva foi um segmento empresarial destacado na Galiza do primeiro terço do século XX²⁹ e a casa compostelana contava com sucursal aberta em VilaGarcia desde 1910.

O aparente desinteresse de *Hijos de Olimpio Pérez* pelo sector conserveiro choca com a tradição dos negócios marítimos desde os tempos de Manuel Pérez, que tiveram prolongação nas participações remanentes em vapores como “La Necesaria”, “Puebla”, “Tres Hermanos”, “Ambos”, “Ribeiriña 1 e 2” ou “Punta Doncella”, que registamos no período 1910-1930.

29 Carmona Badía, Xoán, Nadal Oller, Jordi (2005): *El empeño industrial de Galicia. 250 años de historia, 1750-2000*, Fundación Barrié de la Maza. O capítulo 4 sintetiza com precisão a história do sector conserveiro até a guerra civil.

Abreu Sernández, L. Fernanda (2002): *Iniciativas empresariales en Vigo entre 1866 y 1940*, Universidade de Vigo. Dedicamos a secção 3 do capítulo a 3 a expor a expansão da indústria conserveira da Ria de Vigo no contexto da indústria conserveira do resto de Espanha.

QUADRO 405
Composição percentual da carteira privada espanhola

Espanha	Transporte	Electricidade	Química	Navegação	Serviços	Banca	Comércio	Alimentação	Total
1910	54,71	16,33	2,15	0,00	0,00	16,96	0,00	9,85	176.927
1911	54,83	18,10	2,38	0,00	0,00	18,29	0,00	6,40	159.637
1912	52,85	15,77	1,69	0,00	0,00	14,76	0,00	14,94	189.654
1913	45,38	19,32	2,01	0,00	0,00	14,18	0,00	19,12	149.549
1914	42,33	19,47	1,89	0,00	0,00	14,15	0,00	22,16	148.416
1915	31,71	26,17	1,77	0,00	0,00	17,49	0,00	22,85	160.087
1916	29,46	22,61	1,32	0,00	0,00	25,24	6,86	14,52	182.205
1917	21,41	15,30	0,89	12,55	0,00	35,34	4,97	9,55	261.760
1918	32,37	9,93	0,58	11,58	0,00	30,46	3,27	11,81	397.295
1919	24,61	8,80	0,47	9,59	0,00	40,10	2,65	13,77	490.075
1920	17,68	7,16	5,70	16,91	0,00	29,07	12,54	10,93	601.970
1921	27,29	11,20	12,23	18,49	0,00	0,00	16,20	14,58	370.390
1922	24,80	8,76	40,50	8,61	0,00	0,00	6,90	10,44	536.600
1923	19,13	9,67	38,74	9,80	0,00	0,00	6,36	16,30	558.300
1924	29,31	7,32	26,91	9,71	6,37	0,00	2,67	17,70	785.100

1925	35,18	6,37	26,02	5,61	0,00	0,00	0,00	5,69	21,13	886.970
1926	54,28	4,68	19,61	0,04	0,00	0,00	0,00	4,34	17,05	1.164.300
1927	68,99	3,70	15,03	0,03	0,00	0,00	0,00	1,27	10,98	1.538.600
1928	74,92	3,53	11,67	0,12	0,00	0,00	4,92	1,54	3,30	1.627.400
1929	74,24	4,03	9,80	0,07	0,00	0,00	4,58	2,01	5,27	1.748.600
1930	73,18	2,84	11,14	0,00	0,00	0,00	4,09	3,36	5,40	1.956.100
1931	72,90	2,90	7,72	0,00	0,00	0,00	4,04	1,63	10,81	1.980.075
1932	74,35	2,61	5,71	0,00	0,00	0,00	4,13	2,19	11,01	1.935.815
1933	64,19	4,18	9,63	0,00	0,09	0,09	6,97	4,56	10,37	1.147.075
1934	64,06	4,21	9,55	0,00	0,04	0,04	6,94	4,95	10,24	1.152.000
1935	69,79	4,26	6,62	0,00	0,00	0,00	7,58	5,44	6,30	1.055.100
1936	69,80	4,17	6,48	0,00	0,22	0,22	7,59	5,44	6,31	1.054.500
1937	69,80	4,17	6,48	0,00	0,22	0,22	7,59	5,44	6,31	1.054.500
1938	69,80	4,17	6,48	0,00	0,22	0,22	7,59	5,44	6,31	1.054.500
1939	69,22	4,14	6,27	0,00	0,22	0,22	7,52	6,22	6,40	1.063.250
1940	41,47	6,45	20,93	0,00	2,85	3,81	9,54	14,95	2.102.400	

A flagrante anomalia poderia ter a sua explicação no carácter marcadamente familiar e mesmo endogâmico típico do sector e a sua aversão à participação externa. O financiamento da indústria galega da época é um assunto, pelo que nós podemos saber, pouco explorado. É verosímil supor, em qualquer caso, que as necessidades de financiamento da onda expansiva que experimentou a indústria conserveira galega nas primeiras décadas do século XX³⁰ se limitassem ao crédito comercial para a gestão de circulante e, talvez, a alguma parceria no capital de tipo pessoal. A exclusão de fontes de financiamento como a emissão de ações e obrigações, tão habituais na indústria eléctrica e nos serviços urbanos de transporte e iluminação, parece ter sido uma característica de um sector, como o conserveiro, de marcado carácter familiar e trajetória endogâmica.

Só um comportamento financeiro como o apontado permite explicar a notável escassez de vinculações financeiras permanentes entre a vigorosa indústria conserveira e a banca local nas primeiras décadas do século. A única excepção que temos encontrado na carteira de valores de *Hijos de Olimpio Pérez* foi a de *Gándara, Haz, Rábago y Compañía*, empresa viguesa constituída em 1923 sob a forma jurídica de sociedade limitada, com capital fundacional de 350.000 pesetas. A participação dos Pérez corresponde-se com o ano de fundação da empresa e a sua quantia é considerável em termos relativos: 150.000 pesetas. A participação mantém-se invariável até o ano de 1930 e os títulos experimentam uma moderada revalorização durante o tempo da sua permanência em carteira.

Nom faltam, porém, referências documentais relativas à importância da actividade exportadora da indústria conserveira nos papéis da casa Pérez. Nas notas históricas redigidas por ocasião da comemoração do centenário da casa, (Apêndice 12, parágrafo 23), podemos ler:

“La industria del fomento y conservas de pescado tomó mucha importancia en estos años [refere-se aos de começo do século XX] y como vendían sus productos

30 Evoca também Carmona “El rápido crecimiento de esta industria, que de 6 fábricas en 1882 había alcanzado las 82 en 1905, y que producía en un 90% para la exportación...” “La industria conservera...vivió durante la primera guerra mundial un período de fuerte acumulación de beneficios que le permitieron una política de crecimiento...” “La irrupción del nuevo complejo pesquero-conservero fue para Galicia su pequeña revolución industrial, la irrupción, tardía, de la industria moderna” (p.p. 22, 23):

Carmona Badia, Joam (2001), “Galicia: minifundio persistente e industrialización limitada” en A. German, E. Llopis, J. Maluquer de Motes, S. Zapata (eds.), *Historia económica regional de España, siglos XIX y XX*, Editorial Crítica, Barcelona.

en el extranjero, los efectos de libras y de francos, sobre todo, crearon unos saldos elevados a favor de la Casa en los Bancos de París y Londres. Por correos y por telegramas con clave se hacían transferencias importantes de cuenta de Olímpio Pérez de una a otra capital, interviniendo generalmente el Crédit Lyonnais ya que esta institución tenía sucursales en París, Burdeos y Londres, centros de contratación del mercado de las conservas”.

O caso do *Banco de Vigo* (1900-1925) confirma a desconcertante ausência de participações bancárias em empresas conserveiras. A carteira de valores do efêmero banco viguês concentra-se em muito contadas sociedades da área do fornecimento de serviços públicos locais (electricidade, água, eléctrico) e no negócio dos seguros. Primavam pela ausência, em contraste, as participações na indústria pesqueira, autêntico pulmão económico da cidade durante o período da sua efêmera existência.

O financiamento da rede ferroviária espanhola concentrava o investimento em carteira de valores privados emitidos por empresas espanholas no período 1910-1940, assim como os valores eléctricos polarizavam a carteira galega.

Que valores espanhóis merecem o interesse da banca Pérez? No Apêndice 41, oferecemos a listagem das sociedades que deixaram traça na carteira de valores privados, tanto galegos como do resto do Estado. A relação inclui ainda alguns dados que consideramos pertinentes para enquadrar o investimento efectuado, como são o ano de fundação, o capital fundacional escriturado e o período de permanência na carteira dos Pérez.

Para além de algumas empresas singulares, a que depois faremos referência, damos também os sectores industriais que merecem o interesse dos gestores da casa Pérez: o da geração eléctrica e o dos serviços públicos urbanos. Ambos muito sintomáticos da onda de mudança estrutural que experimentava a Galiza urbana no início do século XX.

❖ *A implicação da banca Pérez na promoção da indústria eléctrica galega*

Um trabalho do professor Carmona (1999) oferece-nos uma útil periodificação da primeira fase da industrialização eléctrica da Galiza³¹.

31 Carmona Badia, Joam (1999): “Galicia en el desarrollo del sector eléctrico español 1900-1982”, en Carreras A., Pascual P., Reher D., Sudrià C. (ed.) *La industrialización y el desarrollo económico de España*, Volum II, Universitat de Barcelona, Barcelona.

Durante a fase de “crescimento lento”, denominação que propom para caracterizar o período que se estende até 1948 e durante o qual o contributo galego à produção espanhola raramente superou os 6 %, podem distinguir-se dous subperíodos bem definidos. Um primeiro de 1903 a 1907, no qual se instalam os primeiros saltos hidroeléctricos, e um segundo que vai de 1928 a 1932, em que entra em funcionamento a Central do Tambre, o maior salto construído na Galiza antes da Guerra Civil. Em 1949, começará umha fase de intenso desenvolvimento que se estenderá sem interrupção até 1970. A produção eléctrica galega, estimada em 4 GWh em 1900 e em 7 GWh em 1903 passa para 23 GWh em 1904 e 36 GWh em 1907 até alcançar finalmente os 100 GWh em 1928 e 146 GWh em 1932.

A *Sociedad General Gallega de Electricidad S.A.* foi o autêntico núcleo matriz na configuração do sector eléctrico moderno na Galiza e a *Fenosa* a sua culminação. A história desta última constitui o prólogo à sua evolução contemporânea. A importância histórica de *Fenosa* na consolidação do sector eléctrico galego e o destacado papel jogado pelo banco Pérez na criação e desenvolvimento da empresa merecem referência específica e explícita, à qual dedicamos o Apêndice 42. *Fenosa* foi, desde o seu nascimento em 1943, o eixo central do desenvolvimento energético galego, balizado nos tempos contemporâneos por dous acontecimentos singulares: a fusão de *Fenosa* com a *Unión Eléctrica Madrileña* materializada em 1982, que deu lugar à *Unión Fenosa*, e a absorção desta sociedade pela catalã *Gas Natural* através de umha oferta pública de aquisição de acções no ano de 2008. Em 2009, a *Unión Fenosa* deixava de cotar definitivamente em bolsa.

Os primórdios da indústria eléctrica galega estão ligados, igual que no resto do Estado, com o empenho na resolução do problema da iluminação urbana. Umha demanda social que se converte em premente a partir do terceiro quartel do século XIX. A primeira fábrica de luz eléctrica fora instalada em Barcelona em 1873 pelo industrial catalão Tomas Dalmau em aliança empresarial com o engenheiro Narciso Xifré. Contava a sociedade com quatro motores de 50 HP que moviam as correspondentes máquinas Gramme de 200 VA, inventadas três anos antes. Em 1874, ambos os sócios estabelecem para a *Maquinista Terrestre y Marítima* a primeira central de uso industrial, ao tempo que principiam os ensaios

de iluminação por arco voltaico³². Em 1881, Dalmau e Xifré fundam a *Sociedad Española de Electricidad* com um capital de 20 milhões de pesetas. Nos anos imediatamente posteriores abriram as suas instalações algumas companhias britânicas e alemãs, como a *A.E.G.*, a *Siemens* e a *Halske* de Berlim. Som companhias que acabaram deixando rasto na carteira industrial de *Hijos de Olimpio Pérez*, já em plena febre do marco.

Os primeiros passos da indústria eléctrica galega estiveram muito condicionados pela instalação precoce de fábricas de abastecimento de gás para fornecer as cidades da Corunha (1854), Santiago (1872), Vigo (1883) e Ferrol. A resistência das empresas concessionárias a partilharem um mercado de carácter eminentemente local propiciou a ampliação progressiva das instalações mediante pequenas centrais a vapor ou gás, a fim de reforçar a oferta de iluminação e força eléctrica. As empresas precursoras da subministração eléctrica tentaram ganhar mercado através a estensom das suas actividades para aquelas vilas ou cidades que não dispunham ainda de serviço, como Ponte Vedra em 1888, Lugo em 1894 e Monforte em 1896³³.

32 Fenosa (1968), *El desarrollo eléctrico en España y en Galicia*, Memória comemorativa do XXV aniversário da fundação de FENOSA, 1943-68.

Para a contextualização da emergência e desenvolvimento da indústria eléctrica em Espanha, constituem obras de referência:

Carreras de Odriozola, A.: "La segunda Revolución Tecnológica. La electrificación" em Nadal, J; Carreiras, A.; Martín Aceña, P. (1988): *España, 200 años de tecnología*, Ministerio de Industria y Energía, Madrid.

Sudriá, C.; Bartolomé, I.: "2.2. La energía hidromecánica y la energía eléctrica" em Nadal, Jordi, director (2003): *Atlas de la Industrialización de España, 1750-2000*, Fundación BBVA, Editorial Crítica, Barcelona.

33 Carmona Badia, J., Pena Espinha, J. (1985), "As origens do sector eléctrico na Galiza, 1888-1936", em *Quatro estudos de história económica de Galiza*, Monográfico n.º 2, *Agália*, Revista da Associação Galega da Língua, Corunha.

QUADRO 406

Carteira de valores eléctricos da Banca de Olímpio Pérez e filhos 1910-1940

Ano	La Hulla Blanca	Gas y Electricidad de Santiago	Electra Popular de Vigo y Redondela	Electra Industrial Coruñesa	Luz Eléctrica Carballino	Fabrica Coruñesa de Gas y Electricidad
1910	220.800	131.000	156.375	11.875		
1911	220.800	106.500	155.475	12.500		
1912	245.000	94.500	149.825	12.500		
1913	245.000	81.000	272.875	12.500	11.750	
1914	299.000	90.000	293.975	15.000	12.500	
1915	302.750	113.000	329.725	16.250	12.500	
1916	302.750	111.000	351.170	17.500	12.500	
1917	302.750	113.500	506.275	18.750	12.500	
1918	306.500	125.500	450.150	18.750	12.500	41.000
1919	306.500	172.500	377.000	20.000	12.500	
1920	314.000	206.000	482.000	25.000	12.500	
1921	314.000	189.000	505.500	26.000	12.500	
1922	314.000	206.000	617.000	25.000	12.500	
1923	314.000			25.000	12.500	
1924	504.000			25.000	12.500	
1925	501.000			25.000	12.500	
1926	495.000			25.000	12.500	
1927	491.000				12.500	
1928	185.000					
1929	183.000					
1930	176.000					
1931	169.000					
1932	149.000					
1933	78.000					
1934	66.000					
1935	53.000					
1936	41.000					
1937	41.000					
1938	41.000					
1939	41.000					
1940	41.000					

Sociedad General Gallega de Electricidad	Pego Negro	J. Valverde y Cia.	Hidraulica Gallega	Distribuidora Gallega de Electricidad	Distribuidora de Electricidad Vigo-Rural	Investimento no sector eléctrico
8.250						528.300
3.125						498.400
1.925						503.750
4.000						627.125
						710.475
27.500						801.725
35.500						830.420
34.000						987.775
46.450						1.000.850
56.900		35.000				980.400
60.400		70.000				1.169.900
57.400		100.000				1.204.400
62.000		124.000				1.360.500
869.000		129.500				1.350.000
580.000		156.000				1.277.500
599.000	20.000	156.000				1.313.500
669.700	20.000	158.750				1.380.950
462.200		158.750				1.124.450
902.050		158.750				1.245.800
637.000		158.750				978.750
818.500		158.750	60.000	51.000	69.000	1.333.250
780.375		178.250		51.000	86.000	1.264.625
785.025		264.250		64.000		1.262.275
823.650		191.750		64.000	111.000	1.268.400
1.124.500		189.750		64.000	111.000	1.555.250
1.136.000		281.100		64.000	106.500	1.640.600
1.188.000		275.600		64.000	106.500	1.675.100
1.187.500		288.050		64.000	104.500	1.685.050
1.187.500		288.050		64.000	104.500	1.685.050
1.346.400		371.550			93.000	1.851.950
1.492.950		434.350			97.600	2.065.900

Carmona e Pena (1985), como também Alonso Alvarez (2000)³⁴ – com alguma discrepância neste caso relativamente ao trabalho prévio de Carmona e Pena – oferecem uma relação precisa das primeiras iniciativas da indústria da geração eléctrica na Galiza: *Compañía de Alumbrado, Fuerza y Calefacción de la Coruña* (1854), *Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago* (1895), *Eléctrica de Pontevedra-Marín* (1888), *Central de Vapor de Pontevedra* (1888), *Eléctrica de Orense e Eléctrica Popular Ferrolana* (1894), *Compañía de Alumbrado, Fuerza y Calefacción de Vigo* (1896). É patente a proliferação de iniciativas nos anos finais do XIX destinadas todas elas a serem absorvidas ou varridas do mercado pela indústria eléctrica emergente nos primórdios do século XX. “A constituição em Madrid, no ano de 1900, da *Sociedad General Gallega de Electricidad* e – significativamente fora também, neste caso em Bilbao – da *Electra Industrial Coruñesa* marcam o início da etapa propriamente industrial da electricidade na Galiza, concluem Carmona Badia e Pena Espinha (1985).

Na série de inventários relativos ao período 1885-1896 que pudemos localizar, falta qualquer referência a empresas galegas de electricidade. Em 1910, os investimentos som, porém, significativos já. As empresas dedicadas à geração e distribuição eléctrica começam a proliferar com o novo século. Constituem qualificados emissores de passivos financeiros destinados ao financiamento das dispendiosas instalações projectadas. Contrariamente ao acontecido no caso do sector conserveiro, estamos diante agora de um sector industrial necessitado de fortes injeções de capital para atender às exigências de imobilizações e à marcada lentidão da maturidade financeira de tal tipo de empreendimentos. O recurso ao mercado de capitais deixará o vestígio público na história da bolsa e, em forma muito mais discreta, nas carteiras industriais tanto bancárias como dos aforradores particulares.

Sintetizamos no quadro 406 a composição da carteira eléctrica galega da casa Pérez. Excluimos da relação a *Cooperativa Santiaguesa*, recolhida, porém, no Apêndice 41, devido ao seu carácter fugaz e marginal.

Carmona e Pena (1985), que indagáram nas relações banca-indústria eléctrica nas empresas constituídas antes do ano de 1905, atribuem ao banco

34 Alonso Alvarez, L. (2000), “El poder empresarial de Galicia en Perspectiva histórica”, introdução ao colecionável *Grandes Empresas, grandes empresarios de Galicia*, La Voz de Galicia, Corunha.

de Olímpio Pérez e sucessores relaons privilegiadas com a *Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago*, em cooperaom com os descendentes de *Simeón Garcia* (Santiago) e com *Laforet y Cia* (empresa excluída da relaom das eléctricas na classificaom que adoptámos). A SGES tem especial interesse no historial da casa Pérez polo seu carácter de nexo com José Riestra (1852-1923), primeiro marquês de Riestra e filho de Francisco António Riestra, cabeça este de umha conhecida dinastia de políticos³⁵, industriais e financeiros pontevedreses³⁶, com quem os Pérez mantivérom estreitas relaons de colaboraom financeira, como é possível comprovar através dos livros de registo de correspondentes e na série de copiadores de cartas.

O nexo da casa com a *Sociedade General Gallega de Electricidad* pode ser atribuído ao *Banco Pastor*, e o da *Electra Popular de Vigo y Redondela* aos Riestra, em cooperaom com a banca dos sucessores de *Simeón Garcia*. A *Electra Industrial Coruñesa* situaria-se, porém, na órbita de *Herce y Cia*, umha família corunhesa muito relacionada com os Pérez por estreitas vinculaons de negócio ligadas a actividades comerciais e de exportaom desde meados do XIX.

A carteira eléctrica galega dos herdeiros de Olímpio Pérez mostra um perfil evolutivo relativamente claro para a complexidade do mapa eléctrico galego na altura. *La Hulla Blanca* (1909), pertencente ao engenheiro caldês Laureano Salgado Rodríguez³⁷, é o valor privilegiado polo banco dos Pérez desde a sua criaom, com destacada e crescente importância até o ano de 1925, seguido de rápido declínio até a sua absorom pola SGGE. Para além deste valor, quatro mais concentrárom o interesse dos banqueiros compostelanos no período 1910-1925: a *Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago* (1895), a *Electra Popular de Vigo y Redondela*

35 Barreiro Fernández, J., López Morán, B., Mínguez Goyanes, X.L. (2001), *Parlamentários de Galicia. Biografías de Deputados e Senadores (1810-2001)*, Parlamento de Galicia, Real Academia Galega, Santiago, Tomo I, página 552.

36 Facal Rodríguez, M^a Jesus, Carmona Badía, Xoán em Carmona Badía, Xoán, coord. (2009): “José Riestra López, Maqués de Riestra, 1852-1923”, em *Empresarios de Galicia*, volume 2, CIEF, Fundación Caixa Galicia, Santiago.

Fortes López, Susana (1974), “Riestra López, José” em *Gran Enciclopedia Gallega*, Silverio Cañada Editor, Tomo 26, Santiago.

37 Sobre esta atraente figura de tecnólogo e emprendedor, cfr. Carmona, X.; Nadal, J. (2005): 212, 226,230) e também Seijas Llerena, D. (2005): Un caso de demografía industrial de principios del siglo XX: Las comarcas de Caldas y O Ullán pontevedrés entre los años 1899 y 1921”, Congreso de Historia Económica, Santiago de Compostela, 2005.

(1902) – da qual foi sócio fundador Olímpio Pérez – junto com a *Electra Industrial Coruñesa* (1901) e *Luz Eléctrica de Carballino*. Com excepção desta última sociedade, de data de constituição incerta, trata-se, em todos os casos, de sociedades de recente constituição, sintoma certo do interesse da casa polos empreendimentos emergentes.

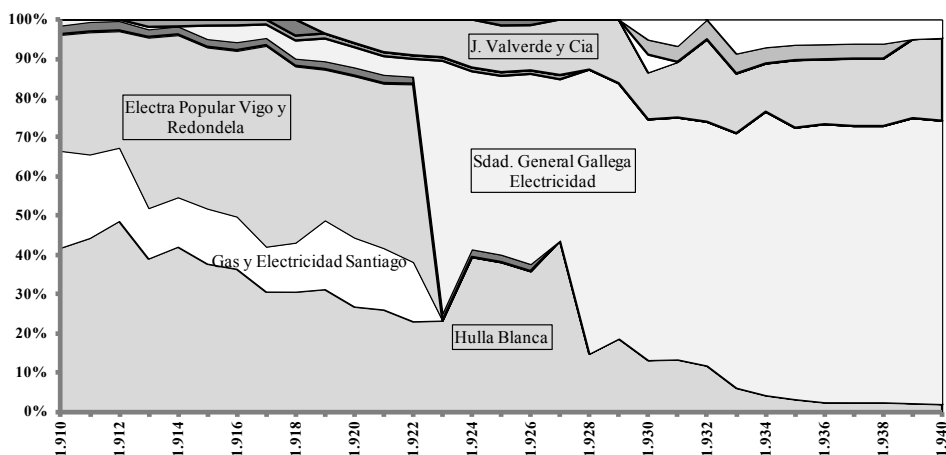
Os saldos das eléctricas em carteira recolhem as posições da entidade financeira compostelana materializadas em acções, obrigações e títulos similares como obrigações ou cédulas, com intenção manifesta de permanência e objectivos implícitos de rentabilidade directa (juros e dividendos) ou especulativa (mais-valias de desinvestimento). A posição de risco assumida polos Pérez com as sociedades que mantinha em carteira desborda a mera relação de financiamento em regime *hands off*. São frequentes as operações de crédito e os adiantamentos de dinheiro, como pode comprovar-se num rastreio na documentação epistolar conservada. Assim, uma carta do banco compostelano de 11/04/1916, conservada no correspondente livro classificador, comunica à *Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago* a concessão de um crédito em conta corrente por valor de 40.000 pesetas “en las mismas condiciones que hemos efectuado esta operación en años anteriores”; tratava-se, portanto, de um crédito rotatório a longo prazo com renovações periódicas de controlo.

A *Sociedad General Gallega de Electricidad* primeiro e *J. Valverde y Cia* depois concentraram a crescente implicação dos descendentes de Olímpio Pérez no sector eléctrico a partir dos anos 20. Tem especial significação o salto qualitativo experimentado no risco financeiro assumido pela casa com a SGGE a partir dos anos 1921-1922 e instrumentado mediante um crédito sindicado de 600.000 pesetas que a eléctrica solicitou conjuntamente a *Hijos de Olimpio Pérez*, *Banco de Vigo* e *Sobrinos de José Pastor*, para iniciar as obras do Salto do Tambre. Os detalhes da operação podem comprovar-se no Apêndice 42, na ficha *Fechas y hechos para una historia de la energía eléctrica en Galicia* procedente de um opúsculo elaborado por *Fenosa* por ocasião do XXV aniversário da sua fundação.

Pode ser esclarecedora uma apresentação gráfica do carácter sintético dos valores predominantes na carteira eléctrica resumidos no quadro 406. A substituição da *Electra Popular de Vigo e Redondela* e a *Hulla Blanca* pela SGGE desde os primeiros anos vinte e a notável persistência de *J. Valverde y Cia* são os traços mais aparentes da estratégia investidora dos Pérez na indústria eléctrica galega da primeira metade do século XX.

GRÁFICO 407

Evolução da carteira eléctrica da banca Pérez, valores fundamentais



Distribuição percentual da carteira eléctrica, 1910-1938

Já foi objecto de comentário reiterado a dificuldade com que se depara qualquer tentativa de análise de resultados do banco Pérez que exija examinar os depósitos contabilizados conforme a sua natureza. A razão tem base na deficiente contabilização das Contas de Resultados, tanto no que respeita às receitas como aos gastos. A operação de apuramento de resultados no final de cada ano permite apenas formular o montante do lucro sem oferecer pistas sobre a sua distribuição conforme a natureza. Tal limitação veda – salvo pesquisa penosa nos livros diários e maiores – o estudo da rentabilidade dos investimentos eléctricos, assunto de manifesto interesse para caracterizar as oportunidades e dificuldades de desenvolvimento do sector antes de 1940. Também temos apontado que o aparente desleixo analítico não obstaculizava o empenho dos gestores em dispor da melhor informação disponível sobre o desempenho dos diversos sectores industriais, como patenteia a atenção prestada a boletins de bolsa e relatórios de especialistas no curso bolsista. A subscrição de uma participação accionista na revista *El Financiero*, patente na carteira desde 1923³⁸, assim o corrobora.

38 Neste ano, em que detectamos o *El Financiero* na carteira de valores, aparece registado *El Economista*, que não consta em anos sucessivos. A confusão aponta, em todo o caso, para um manejo habitual de revistas profissionais.

A exigência de contar com informação adequada para a tomada de posições em operações de investimento em carteira era um assunto problemático no caso de títulos privados nem negociados em bolsa, como era o caso dos valores galegos. As decisões de subscrição ou desinvestimento dependiam fortemente do grau de conhecimento do grupo empreendedor. Além das dificuldades informativas inerentes ao investimento em valores privados nem cotados, outra circunstância adicional concorria na aquisição desse tipo de valores: a dificuldade de comercialização destes activos entre a clientela próxima.

Os critérios técnicos aplicáveis à selecção da subcarteira de valores nem cotados haviam de basear-se nas expectativas razoáveis de rentabilidade esperada, quer em forma de dividendos ou juros – no caso da subscrição de obrigações – quer em forma de mais-valias de alienação por revalorização dos títulos.

A magnitude do compromisso financeiro que uma entidade galega da época tinha que assumir quando decidia entrar no negócio eléctrico comportava um período prévio de consultas a outros investidores a fim de ponderar a solidez do projecto e as suas perspectivas de futuro. Há provas circunstanciais deste tipo de cooperação, como podemos observar no caso de um empreendimento precursor de certa importância como foi o do Salto hidroeléctrico do Pindo, na ria de Corcubión. Sabemos que Olímpio Pérez participou nos primórdios da operação desde 1901, sem que esta aproximação o decidisse a arriscar capital no empreendimento. Corria o ano de 1901 e o projecto do Pindo nem era demasiado diferente do da *Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago*, financiada e mesmo presidida por Olímpio Pérez entre 1895 e 1904. Algum escrito fragmentário que pudemos encontrar mostra as vicissitudes que atravessou a iniciativa e a renúncia de Olímpio Pérez a participar no projecto apesar da informação pontual subministrada por Ricardo Rodríguez Pastor, presidente na altura de *Sobrinos de José Pastor* e impulsor da operação. As relações entre a casa Pérez e Pastor eram tradicionalmente estreitas e foram aumentadas ainda no primeiro terço do século XX estimuladas pelo tráfego de remessas ultramarinas. Resumimos no Apêndice 43 informação relativa a este episódio particular da industrialização eléctrica da Galiza nos inícios do século XX, que deu lugar à domesticação da mítica queda d'água marítima do rio Jalhas.

Algumhas participações remetem para outras precedentes, como é o caso de *Pego Negro*, umha central de geração eléctrica nascida de umha segregação de activos de *La Hulla Blanca* a fim de compensar a Laureano Salgado Rodríguez quando este decidiu separar-se da mencionada companhia, segundo se pode deduzir de umha acta da empresa de data 28/04/1914³⁹. Encontramos Laureano Salgado a partilhar outros empreendimentos com a família Perez, como som o *Sindicato Hispano-Americano* e a empresa de serviços *Villagarcía Industrial*, ambos relacionados com a exploração da actividade portuária em Vila-Garcia.

A intensificação da presença dos herdeiros de Olímpio Pérez na SGGE desde 1921 converteria o banco compostelano em accionista de referência da sociedade. Dous anos depois, em 1923, Marcelino Blanco de la Peña passava a deter a Vice-presidência da Sociedade resultante da fusão da *Electra Popular de Vigo-Redondela* e da *Sociedade de Gas y Electricidad de Santiago* com a *Sociedad General Gallega de Electricidad* potenciada com um aumento do capital social desta última por valor de 20.000.000 de pesetas. A crescente implicação do banco compostelano no sector eléctrico assegurou-lhe, finalmente, a vice-presidência aquando da constituição de Fenosa em 1943⁴⁰

Optámos por excluir a *Sociedade Laforet y Cia, S.C.* da relação de empresas eléctricas em carteira, que classificámos no sector químico, sem por isso negarmos o seu nexó íntimo com o sector eléctrico, dado que umha parte do negócio da companhia procedia provavelmente da comercialização do excedente da energia eléctrica gerada. A produção de carbureto de cálcio, que constituía o objecto fundamental da sua actividade, tinha que fazer face à concorrência da fábrica instalada junto ao Salto do Pindo, no lugar de Brens. A tecnologia, em ambos os casos, baseava-se na fusão de carvão com pedra calcária em forno eléctrico, aproveitando os fortes excedentes de energia⁴¹. Para além das fábricas de Brens e de

39 Arquivo Histórico Provincial de Ponte Vedra, documentação relativa à Administración Central Periférica, Delegaciones de Hacienda de Vigo y Pontevedra.

40 Cfr. Apêndice 61.

41 Nadal, Jordi (2003): *Atlas de la industrialización de España, 1750-2000*, Fundación BBVA, Editorial Crítica, Barcelona. A secção II.5.2 da obra dedica-se à indústria química e o cimento, confirma o uso do gás acetileno obtido do carbureto como fonte para a iluminação com preferência ao gás de hulha. A partir de 1910, a expansão da iluminação eléctrica relegou o acetileno ao

Arcade, a outra referência na industrialização galega impulsionada por excedentes energéticos é a do Barco de Val de Orras, onde se estabeleceu a *Cedie, Cia Española de Industrias Electroquímicas, S.A.* já em 1942, pouco tempo depois de concluída a guerra civil.

Embora Olímpio Pérez tenha recusado participar no projecto do Salto do Pindo, a fábrica de carbureto de cálcio de Arcade foi, em todo o momento, umha opção decidida da casa. Em 1910, constava já em Carteira por 70.000 pesetas, um valor considerável para o momento, e nunca deixou de figurar com saldos crescentes: 90.000 a partir de 1918, 108.000 em 1925 e 125.000 no ano de 1926, até alcançar as 140.000 pesetas em 1940. Ramón Laforet Cividanes, gerente da *Laforet y Cia, S.C.*, aparece no Conselho resultante da fusão da *Electra Popular de Vigo-Redondela* com a *Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago* e a *Sociedad General Gallega de Electricidad*, formalizada em 1923, acompanhante na operação de Marcelino Blanco de la Peña e de um conspícuo cliente do banco compostelano, Emilio Martínez Baladrón.

A tradição de instalar unidades de produção electroquímica para aproveitar excedentes energéticos tem o seu eco actual no complexo de produção de alumina e alumínio na costa luguesa (*Alcoa*) e da fábrica de ferroligas titularidade da *Ferroatlántica* localizada nas veteranas instalações de Brens.

❖ *A implicação da banca Pérez na promoção dos serviços urbanos*

A Galiza que emergia no século XX detinha com orgulho umha recém-estreada urbanidade nas suas cidades maiores, que acabou estimulando umha aguda consciência colectiva de atraso acumulado nos serviços urbanos e um firme propósito de superá-lo sem demora. Vigo e a Corunha principalmente, mas também o resto das cidades galegas, confrontam-se no início do novo século com o empenho irrenunciável da modernização dos serviços colectivos.

Na percepção social da dignidade da própria cidade, tam manifesta na

uso na soldadura autógena. Após umha fase expansiva, 1901-1917, coincidente com o seu uso lumínico, a produção de carbureto reduziu-se. O Atlas assinala, contodo, umha produção de 6.000 toneladas na Galiza (cinco delas no Pindo) no ano de 1935, por umha produção em Espanha de 26.400 toneladas.

Corunha e Vigo, a conexom ferroviária com a rede espanhola concentrava umha parte essencial das aspiraçons colectivas, junto com a luz e o gás. Em 1 de setembro de 1883, a cidade da Corunha engalanava-se para receber o rei Alfonso XIII, que chegava de Madrid, via Palência e Monforte. A conexom de Vigo com Ourense – adjudicada em janeiro de 1861 – adiantara-se-lhe nuns anos: 18 de junho de 1881. Polas mesmas datas, iniciavam-se as obras de conexom Ponte Vedra-Vigo que haveriam de ser inauguradas a 30 de junho de 1884. A uniom Ourense-Monforte, que completava a conexom de Vigo com a rede básica espanhola, tivo que esperar, nom obstante, até o dia 15 de maio de 1885. Nom foi até esse ano que as duas grandes urbes galegas pudérom orgulhar-se finalmente de contar com conexom directa a Madrid. A história ferroviária galega, entretecida de promessas, entusiastas campanhas de sinal localista e peripécias várias, nom admite um relato simples e linear. A versom oitocentista do *Progreso* fazia-se esperar.

Vigo é um caso especial no processo de transformaçom urbana experimentada polas cidades galegas na virada do século XIX para o XX e no primeiro terço deste. Pereiro Alonso (1981⁴²) descreveu com precisom o trânsito social para a modernidade e consequente transformaçom da vila viguesa “en ciudad industrial moderna, es decir en un gran mercado de trabajo”. A configuraçom da cidade tem nos episódios da incorporaçom dos municípios de Bouças, em 1904, e de Lavadores, em 1941, a confirmaçom da sua irresistível capacidade expansiva como “ciudad iman”, tal como a qualificou o arquitecto António Palacios em 1933.

Populaçom municipal de Vigo, com Bouças e Lavadores⁴³.

Populaçom municipal	1900	1910	1920	1930	1940
Vigo	23 259	41 213	53 100	65 012	85 272
Bouças	7 569				
Lavadores	15 085	19 465	25 182	31 694	38 462
Total	45 913	60 678	78 282	96 706	123 734

42 Pereiro Alonso, José Luis (1981), *Desarrollo y deterioro urbano de la ciudad de Vigo*, Publicacións do Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Vigo.

43 López Taboada, J. Antonio (1996), *La Población de Galicia 1860-1991*, Fundación Caixa Galicia, Santiago.

A complexa topografia comarcal viguesa, salpicada de núcleos de população tradicionais em todo o seu perímetro periurbano, conseguiu finalmente conjugar-se com a capacidade atractiva do tráfego marítimo portuário, pesqueiro e comercial, para dar lugar à grande urbe comercial do sul da Galiza.

O crescimento da cidade corunhesa obedece a outros parâmetros. O porto constituía também o coração económico da cidade mas a sua qualidade de cidade sede da representação oficial da Administração central, tanto civil como militar, tingiu de maneira indelével o acontecer e a própria consciência da cidade.

População municipal da Corunha³⁷

População municipal	1900	1910	1920	1930	1940
Corunha	43 971	47 984	62 022	74 132	104 220

Explicava as diferenças entre ambas as cidades em forma tam certaíra como tónica o jornalista viguês Victor M. Vázquez Rodríguez no seu Guia de Galicia do ano 1884⁴⁴:

La Coruña es ciudad de 50 000 o más almas, mientras que Vigo no pasa de las 20 000. La primera tiene Capitanía General, capital de provincia, audiencia, instituto y otros muchos aditamentos que la hacen una ciudad de vida; mientras que la segunda no tiene nada o casi nada de eso que llamamos artificio y solo cifra su porvenir en el comercio (...) En suma, La Coruña es una ciudad viva, pero la auxilia grandemente la parte oficial, mientras Vigo es de mas movimiento comercial y esta entregada a sus propias fuerzas.

A comparaçom entre as respectivas casas consistoriais de umha e outra cidade pode ser umha boa forma de aproximar-se do jeito vital e do sentido do decoro de umha e da outra. A Corunha dedicou os seus melhores esforços à construçom do seu monumental Palácio Municipal (1908-1912); o de Vigo demorou até datas muito recentes em que inaugurou um maciço complexo de serviços municipais que veu a substituir a encantadora casa consistorial oitocentista que achava de pouca graça Vázquez Rodríguez no seu Guia: “no se distingue mas que por su decente mediocridad”.

44 Citado em Gonzalez Martín, Xerardo (1991), *Vigo no espello dos nosos avós*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.

No contexto da modernização urbana de princípios do século, nom pode estranhar a presença na carteira da casa Pérez de empresas fornecedoras de serviços colectivos de âmbito urbano ou periurbano. Vigo estará representada na carteira dos Pérez por: *Tranvías de Vigo*, *Abastecimiento de Aguas de Vigo* e a *Red Telefónica de Vigo*. A cidade da Corunha por *Tranvías de La Coruña*. Sem contarmos as participações já mencionadas nas sociedades de fornecimento de electricidade.

Os investimentos abordados polas principais cidades galegas nos inícios do século XX som altamente significativos do esforço de modernização urbana empreendida e da exigência colectiva que lhe servia de impulso.

A participação nos eléctricos vigueses limitou-se à subscrição de 67 acções de 50 pesetas, só 3.350 pesetas, valor que se manterá entre 1913 e 1918, coincidindo com os primeiros ensaios de arranque da sociedade. Umha quantia simbólica, em qualquer caso, para os 2.000.000 de pesetas com que nascia a empresa. Em 1920, materializa-se a primeira subscrição de acções na sociedade dos eléctricos da Corunha que acabará situando-se em 50.000 pesetas (100 acções de 500 pesetas) em 1940.

Os investimentos em transporte urbano podem ser interpretados como exigência inevitável dos tempos. Em 1889, inaugurava-se o tranvia a vapor Ponte Vedra-Marim que no ano de 1924 passaria a ser movido por tracção eléctrica. Na Corunha, funcionava desde 1903 um tranvia de tracção animal – a entranhável carrilana – que será objecto de electrificação entre 1913 e 1921. O eléctrico de Vigo entrava em serviço no mês de Agosto de 1914 e o de Ferrol, de 1924, já com tracção eléctrica⁴⁵. A impossibilidade de aceder a esta modalidade de transporte urbano constituiu talvez umha frustração para a cidadania compostelana nom, obstante a exiguidade do seu perímetro urbano. A iniciativa de dispor de um eléctrico Santiago-Noia que aparece referido na carteira de *Hijos de Olímpio Pérez* entre os anos 1926 e 1930, foi votado ao insucesso. Nom tivo mais êxito que a variante da Tieira, que tantos esforços merecera no último quartel do XIX. Ficava claro que o precoce antecedente do comboio Santiago-Carril nom teria umha réplica à altura dos tempos.

45 Fraga Rodríguez, Xan (2000), *Ponte Vedra-Vigo. Tranvías e trolebuses (1889-1989)*, Espiral mayor, Corunha.

O caso do eléctrico viguês fai parte inseparável da expansom urbana da cidade e da memória colectiva dos seus habitantes. No ano de 1914, o eléctrico movimentava dous milhons de passageiros. Em 1921, alcançava quase os dez, enquanto os 17 km de percurso que se ofereciam ao público no momento da sua inauguraçom aumentariam até os 30 km em 1930, para além do desdobramento das vias operado.

A empresa *S.A. para el Abastecimiento de Aguas de Vigo* nascia em 1902 com um capital de 1.500.000 pesetas, promovida polo *Banco de Vigo*. A participaçom da de Olímpio Pérez foi, mais umha vez, simbólica, com só 5.000 pesetas (20 açons de 250 pesetas e 100 de 50 pesetas posteriormente) que se mantivérom em carteira entre 1910 e 1926. No ano seguinte, o saldo passou a ser de 27.500 pesetas instrumentadas em obrigaçons a 6 %, que acabaram liquidando-se.

Outras sociedades de carácter misto na carteira de valores galegos guardam relaçom com actividades de natureza comercial muito ligadas ao Porto de VilaGarcia. Especial mençom merece o *Sindicato Hispano-Americano* que, apesar da sua enfática denominaçom, tinha um objecto social muito limitado: “adquirir el proyecto del muelle de Rivera y relleno de Villagarcía de Arosa, cuya concesión tiene solicitada D. Laureano Salgado Rodríguez”. A Sociedade, com sede em Caldas de Reis, tinha um capital de 35.000 pesetas distribuído em 350 participaçons das quais Laureano Salgado subscrevia 66 e Marcelino Blanco de la Peña, 25⁴⁶.

Maior transcendência tivo o empreendimento de *Villagarcía Industrial*, registada na carteira já em 1910 como participaçom accionista (62.180 pesetas) mais um terreno propriedade do banco Pérez com um valor estimado em 77.360 pesetas. O referido empreendimento experimentou várias mutaçons até o ano de 1925 – incluindo umha subscriçom intercalar de obrigaçons – para acabar figurando mais adiante como simples registo do terreno em propriedade – “e casas” tal como se especifica às vezes – razom pola qual o banco procede a classificar o activo nas imobilizaçons

46 Entre os papéis de *Hijos de Olimpio Pérez* que pudemos consultar no arquivo conservado na sede do *Banco Gallego* em Santiago, encontra-se um justificante de participaçom endossável, assinado polo Presidente da Sociedade, Laureano Salgado, e por dous conselheiros da mesma, Marcelino de la Peña e Cândido Pérez Deza, onde se registavam com precisom os pormenores da participaçom.

corpóreas. Decidimos conservar a sua adscrição primitiva à carteira para deixarmos patente a vocação industrial originária. Algumha informação fragmentária que pudemos consultar⁴⁷ permite compreender o papel da companhia de serviços portuários na exploração do ramal ferroviário de carga Carril-Ponte Vedra que tinha o seu cais em VilaGarcia. O carvom de pedra, os fertilizantes, o pinheiro em toradas ou tábuas, os tijolos e material de construção e os alimentos faziam parte destacada do tráfego desta linha complementar da primitiva Santiago-Carril. A concessão da linha fora cedida à sociedade por Laureano Salgado Rodríguez, que fora o adjudicatário original da mesma por R.O. de 24/07/1901. *Villagarcía Industrial*, constituída com um capital social de 600.000 pesetas, tinha como Presidente Lucas de la Riva y Riva e como Conselheiro Gerente Laureano Salgado; entre os vogais figurava Epifanio Deza García. O primeiro exercício social foi o de 1903, segundo deduzimos dos Estatutos da sociedade. A trajetória da companhia parece ter sido sempre problemática e acabou por obrigar os gestores a empreender umha redução do capital de 600.000 para 400.000 já em 1908.

A joia empresarial de serviços turísticos e produtos de toucador presidida polo Exmo. Marqués de Riestra e que possuía o emblemático hotel-balneário da ilha da Toja, inaugurado em 1907, a *Sociedad Anónima La Toja*, foi outra participação da casa Pérez, embora nom pareça ter gozado de especial atractivo para o banco. O hotel-balneário da Toja, que nom tinha a venerável antiguidade do de Mondariz (1873), coincide em idade com o de Guitiriz (1908), mas foi, sem qualquer dúvida, o mais nomeado da Galiza na idade dourada das estações termais devido ao alto apreço de que gozárom as suas águas e lodos que merecérom um certificado de qualidade por parte do eminente Antonio Casares, pioneiro da análise química espanhola, já em 1841. Foi estação de descanso muito prezada na *Belle Époque*, frequentado também por alguns dos membros da família Pérez⁴⁸.

47 Archivo Histórico Provincial de Ponte Vedra, documentación relativa à Administración Central Periférica, Delegaciones de Hacienda de Vigo y Pontevedra.

A informação relativa à Sociedade inclui os Estatutos da Companhia e dados económicos e de tráfego a partir de 1906.

48 Alonso Álvarez, L.; Lindos Tato, E.; Vilar Rodríguez, M. (2011): *O lecer das augas. Historia dos Balnearios de Galicia, 1700-1936*; Editorial Galaxia, Vigo.

Umha análise perspicaz do papel social dos balneários e e as suas causas pode ver-se em:

Vilar Rodríguez, M. (2011): “Balnearios, intereses políticos y desarrollo turístico en el noroeste de España: el caso de A Toxa y Mondariz (1874-1935)”, Cuadernos de Historia Contemporánea,

Contodo, o banco de Olímpio e sucessores nunca chegou a ultrapassar o volume de participação de 154 ações de 500 pesetas, 77.000 pesetas em valor nominal, as quais chegaram a negociar-se a 120 % a partir de ano de 1933. O banco compostelano era também obrigacionista do balneário com um máximo de 195 obrigações de 500 pesetas em 1930, remuneradas a 6 %. Em todo o caso, *Hijos de Olimpio Pérez* nunca chegou a ultrapassar as 174.500 pesetas de investimento na Toja, quantia alcançada no ano de 1930.

O *Hotel Compostela* (1927), do arquitecto Adolfo de Cominges, foi o grande hotel compostelano dos anos finais da Restauração. Promovido por J. Martínez de la Riva e por S. García de la Riva, veu ocupar o lugar que detivera a Casa da Inquisição da cidade, datada de 1730 e que foi demolida em 1918, a qual fazia parte da propriedade da Ordem Beneditina. O Teatro Royalty (1918) acabou ocupando uma parte do espaço livre deixado pela antiga edificação de propriedade monástica⁴⁹. O *Hotel Compostela* tentava satisfazer a imagem de decore de que gozavam instalações semelhantes em outras cidades. O *Compostela* figurará na carteira os Pérez desde a sua mesma gestão. Em 1926, o banco regista já 350 ações de 500 pesetas, desembolsadas a 50 %: 87.500 pesetas. O investimento irá crescendo a teor dos subsequentes requerimentos de desembolso e subscrições adicionais até alcançar as $435 \times 500 = 217.000$ pesetas nominais a partir do ano de 1929. O valor irá conservar-se até o ano de 1940, nom sem antes incrementar a posição credora da casa até as $445 \times 500 = 222.500$ pesetas. Em qualquer caso, a cotação em carteira nunca superará 100 %. O compostelanismo da casa tem uma nova manifestação no seu compromisso com o *Hotel Compostela*, se o comparamos com a sua implicação no famoso balneário da ilha da Toja.

4.6 A política de provisos para depreciação da carteira

Tocamos agora um ponto de especial importância como é o dos ajustes no valor praticados pelo banco sobre a sua carteira a partir de 1901 a fim de fixar o seu valor patrimonial. Os critérios aplicados para a correcta

2011, vol. 33.

49 Costa Bujan, Pablo e Morenas Aydillo, Julian (1989), *Santiago de Compostela, 1850-1950. Desenvolvimento urbano. Outra arquitectura*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago.

avaliação da carteira no fim de cada exercício nom som muito claros, tanto no que repeita às convenções de avaliação adoptadas, especialmente no caso de valores nom cotados, como, sobretudo, na previsível autolimitação dos gestores quanto ao valor máximo a dotar cada ano a fim de preservar o nível desejado de lucros⁵⁰. O processo de avaliação e reconhecimento das perdas latentes em carteira é um procedimento muito sujeito a conveniências do momento em ausência de regulamentação relativa à revisom das contas por parte de umha auditoria externa independente, inexistente na altura. Só o desenvolvimento da Lei Cambó converterá em ineludível tal requisito. É claro que nem *Olimpio Pérez e Hijos* (1910-1915) nem *Hijos de Olimpio Pérez*, e menos ainda os seus antecedentes societários *Manuel Pérez Sáenz, Hijos de Pérez Sáenz e Olimpio Pérez*, se vírom jamais impelidos a confeccionar as suas Contas de Resultados com sujeição a qualquer norma que non fosse o bom critério do comerciante honorável que se proíbe o autoengano sob pena de descontrolo progressivo do valor patrimonial e da perda de todo o seu crédito frente a credores e clientes.

O carácter estritamente familiar do negócio dispensou a família Pérez da obrigação de umha apresentação precisa dos resultados do negócio e dos seus condicionantes, como vemos, diferentemente, nos bancos galegos coetâneos com estrutura de sociedade anónima. Nas memórias anuais destas, abundam as explicações sobre as vicissitudes que enfrentavam as sociedades participadas e as circunstâncias que concorriam e contribuíam a explicar os resultados formulados.

Examinaremos agora a política de dotação de provisons e a sua aplicação ao saneamento de carteira da casa Pérez através da análise sistemática dos correspondentes assentos e notas marginais incluídas nas operações de encerramento anual do livro maior, prévias à sua transferência para o balanço.

Resumimos no quadro 407 a informação relativa às dotações anuais às Provisions para Contingências para depreciação dos valores que os

50 Umha nota isolada trata de justificar a avaliação praticada no ano subordinando esta ao lucro que se pretendia atingir, sem qualquer referência ao valor contabilístico atribuído aos activos em carteira ou a qualquer critério de avaliação objectivo. De facto, a dotação às Provisions para Contingências mantém uma estreita relação com o nível de lucros formulados sem que seja fácil discernir a sua relação com as vicissitudes da carteira.

gestores consideravam apropriadas a fim de manter um nível adequado de reservas provisionadas capaz de assegurar um tratamento conforme com as depreciações constatadas, quer por queda das cotações em bolsa, quer pelas flutuações experimentadas pelas taxas de câmbio no caso dos títulos denominados em moeda estrangeira.

A margem de discricionariedade que parece presidir à avaliação continua a que devia ser submetida a carteira a fim de que o balanço pudesse revelar em todo o momento o autêntico valor patrimonial da sociedade, recebe a sua confirmação na pauta que parece a aplicação das reservas acumuladas nas Provisões para Contingências e a evolução do saldo disponível.

Um manejo ortodoxo das Provisões para Contingências deveria basear-se na dotação contra resultados de qualquer depreciação detectada e a aplicação ao seu sanamento quando esta aflorasse em forma manifesta, por exemplo no caso da sua transmissão. Não é admissível, porém, em boa prática contabilística, a aplicação total ou parcial das reservas acumuladas nas Provisões para Contingências a outros destinos não relacionados com a política de manutenção permanente do valor actualizado da carteira. Um uso espúrio como o apontado não esteve ausente das práticas da casa, embora haja que reconhecer que os casos foram excepcionais e, em boa medida, até compreensíveis, como acontece quando a aplicação se destinou a reforçar um aumento de capital. Reservamos para estes casos mais ou menos admissíveis a rubrica “disposições” no quadro 407.

QUADRO 407
Dotações e saneamentos com cargo às Provisões para Contingências

	Dotações provisionadas	Aplicações		Saldo disponível Provisões	Saldo da Carteira	Grau de Cobertura %
		Saneamento	Ajustes			
1901	11.746			11.746		
1902	7.739			19.485		
1903	19.265			38.750		
1904	9.578			48.328		
1905	7.275			55.603		
1906	3.081	-50.000		8.684		
1907	14.721		-18.195	5.210		
1908	13.805			19.015		
1909	20.471			0		
1910	17.055			17.055	2.242.826	0,76
1911	15.627			32.682	2.549.380	1,28
1912	18.892			51.574	2.360.542	2,18
1913	13.945			65.519	2.626.878	2,49
1914	14.563			80.081	2.276.770	3,52
1915	42.145			116.620	2.245.446	5,19
1916	40.365			145.323	2.692.245	5,40
1917	47.243			192.566	3.507.838	5,49
1918	40.705			233.271	3.175.922	7,34
1919	47.219			280.490	5.427.124	5,17
1920	15.015			295.504	5.494.004	5,38

	Dotações provisionadas	Aplicações			Saldo disponível Provisions	Saldo da Carteira	Grau de Cobertura %
		Saneamento	Ajustes	Disposições			
1921	18.072				313.576	5.530.906	5,67
1922	21.649				335.225	8.061.150	4,16
1923	25.584				360.809	11.004.260	3,28
1924	31.040				391.849	12.656.455	3,10
1925	27.072				418.921	12.458.870	3,36
1926	30.354				449.275	13.060.050	3,44
1927	33.922				483.197	12.786.750	3,78
1928	35.306				518.503	12.872.580	4,03
1929	42.553				561.056	13.855.850	4,05
1930	39.047				600.103	15.014.830	4,00
1931	188.525	-190.339			598.289	13.305.405	4,50
1932	162.859				761.148	14.147.460	5,38
1933	158.004	-287.248			631.904	13.271.535	4,76
1934	152.965	-41.350			743.519	14.358.805	5,18
1935	80.824	-161.400			662.942	14.331.470	4,63
1936	5.518				668.460	15.466.175	4,32
1937	0				668.460	15.583.425	4,29
1938	0		-658.258		10.202	15.674.490	0,07
1939	0		-10.202		0	18.868.760	0,00
1940	10.531		-10.531		0	25.392.360	0,00
Total	1.484.276	-730.337	-697.186				
%	100,0	49,2	47,0				3,8

Para efeitos analíticos, três som as motivações que levaram os gestores da casa a dispor das Provisões para Contingências constituídas para fazer face às depreciações. Som as relativas a *Saneamentos*: aplicações destinadas a cobrir a depreciação constatada na carteira; *Ajustes*: aplicações para corrigir imparidades observadas em determinados valores (1907) em carteira ou nom, e muito especialmente as perdas maciças e generalizadas experimentadas durante a guerra civil, e finalmente as *Disposições*: aplicações que podemos reputar como irregulares e que pretendem fazer face a situações de emergência familiar sobrevindas por causa de morte e herança. Caso singular foi o do esvaziamento do Fundo em 1909 com apropriação por parte de Olímpio Pérez das 39.500 pesetas remanescentes junto com a totalidade dos Fundos Próprios existentes a fim de fazer face à ampla reestruturação da sociedade que iniciou no ano seguinte por ocasião do falecimento da sua esposa.

QUADRO 408

Aplicações com cargo às Provisões para Contingências

	Aplicações			Notas
	Saneamentos	Ajustes	Disposições	
1906	-50.000		→	Por “grande quebranto na contas estrangeiras”
1907		-18.195	→	A papel do Estado para corrigir imparidade de inventários.
1909			-39.486	<i>Disposto por Olímpio, como também Fundos próprios</i>
1915			-5.606	<i>Entregado a Celestina Pérez polos “10 % que lhe correspondem”</i>
1916			-11.662	<i>Disposto a conta por falecimento de Santiago Pérez Esteso.</i>
1931	-190.339		→	Cobertura ações B. de España e B. Exterior, títulos vários, valores americanos.
1933	-287.248		→	Cobertura ações B. Exterior, Cto Local e Hipotecário, Obrigações FF.CC.
1934	-41.350		→	Cobertura ações B. Cto Local, B. Galicia y Bs As, B. Londres y México.
1935	-161.400		→	Cobertura SGGE, B. Cto Local e Exterior, Cia General Carbones, Cia Esp. Colonización, Hullas Coto Cortés, Cia General Corcho
1938		-658.258	→	Saneamento geral de contas de valores
1939		-10.202		
1940		-10.531	→	Amortização de móveis do escritório e outras imobilizações

O ritmo de dotação anual ao Fundo comportava, como é natural, a correspondente detractação do lucro do exercício, enquanto o seu ritmo de aplicação certificava o reconhecimento das perdas latentes na carteira que deviam ser enfrentadas. É a dinâmica de dotação e aplicação a que explica as flutuações observáveis no saldo e o seu crescimento paulatino, mesmo com oscilações, até o seu colapso total nos anos finais da guerra civil. O grau de cobertura da carteira de valores pelo volume de reservas acumuladas disponíveis proporciona um indicador grosseiro mas orientador do seu potencial de depreciação. A discricionariedade no ajuste de valor das perdas potenciais explica o procedimento adoptado por omissão de dotar o Fundo cada ano em forma proporcional aos resultados gerados, à maneira de dotação genérica independente do ritmo de depreciação, variável por natureza. Em todo o caso, as dotações à carteira no lapso 1901-1940 ascenderam a perto de 1,5 milhões de pesetas, como podemos observar. Algo mais de 49 % foram aplicadas à sua finalidade, uma quantia semelhante foi aplicada a ajustes no valor de outras contas de activo diferentes da carteira e, finalmente, só 3,8 % do Fundo foi aplicado a fazer face a arranjos familiares, mormente por causa de herança e sucessão.

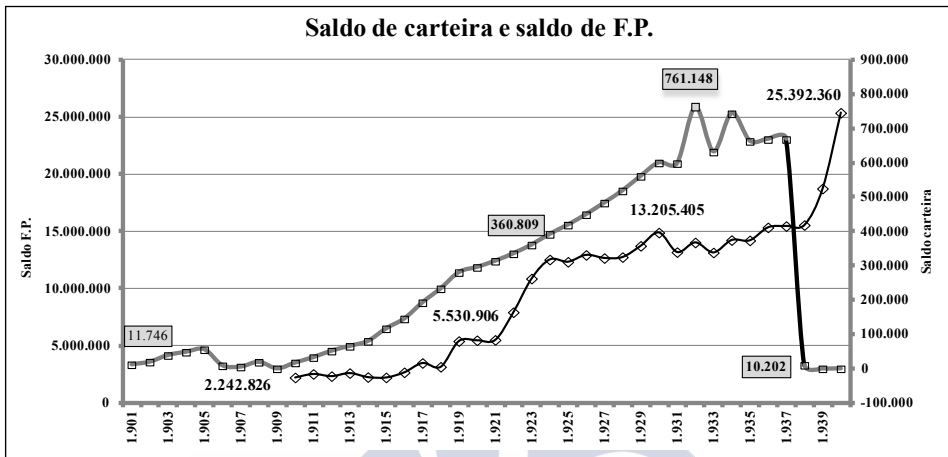
Um exame sintético do meio século referenciado para os movimentos e saldos da carteira e das Provisões para Contingências mostra um crescimento ininterrupto ainda que não uniforme da carteira, com mesetas de estabilidade manifestas nos períodos 1910-1920 e 1925-1937, e um ritmo de crescimento uniforme do fundo de cobertura da carteira até a sua desestabilização e final colapso a partir do ano de 1931. Convém lembrar que, embora contemos com uma série mais dilatada dos saldos da carteira que podemos retrotrair até as 258.588 pesetas com que se inicia a série em 1885, a série apresenta lacunas posteriores e só nos foi possível retomar a série contínua no ano de 1910 quando a carteira alcançava já os 2.242.826 pesetas. As Provisões para Contingências só nasceram, como lembramos, em 1901, com uma dotação que coincide com o seu primeiro saldo de 11.746 pesetas.

A uniformidade observada nos saldos e o ritmo de dotação do fundo de cobertura tem muito a ver com a renúncia dos gestores a castigar o volume de lucros formulados cada ano, como talvez demandaria um exame mais rigoroso da depreciação experimentada por determinados valores. O grau de cobertura dos riscos de carteira foi flutuando em consequência, tal

como mostrado no quadro 407, sem chegar a alcançar em nenhum caso os 7,55 % de cobertura e a taxa de cobertura foi descendo à medida que os desajustes de valor se acumulavam a partir de 1931.

GRÁFICO 408

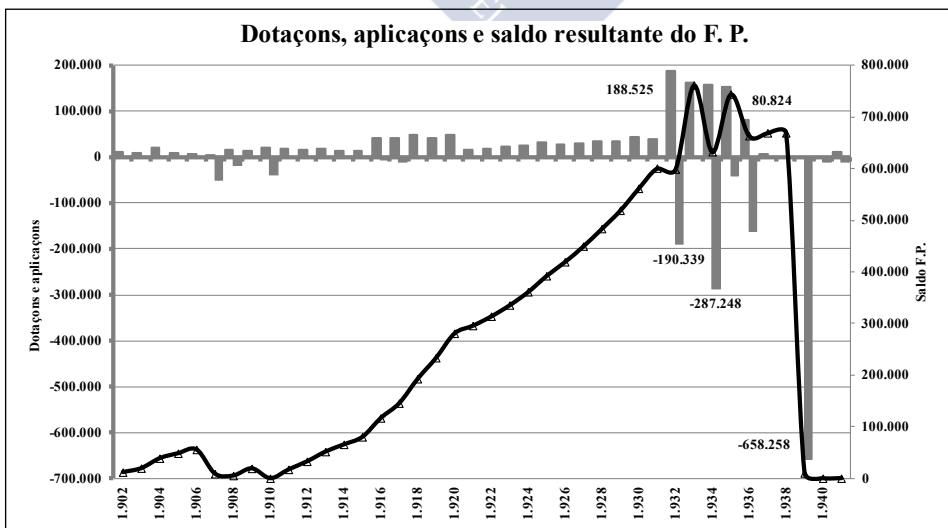
Evolução do saldo da carteira e do fundo de provisons de cobertura



É ilustrativo observar os serôdios esforços de dotaçom empenhados nos anos 30, incapazes de interromper já o acelerado processo de deterioraçom que desemboca na guerra civil espanhola.

GRÁFICO 409

Dotaçons de cobertura, disposiçons e saldo de provisons de cobertura



As dotações para cobertura de contingências (barras em sentido positivo) mostram um comportamento bastante uniforme que só se interrompe no contexto da crise dos trinta, em que podemos observar o empenho decidido do banco por intensificar o volume das dotações disponíveis para fazer face às depreciações. As disposições das reservas de cobertura (barras em sentido negativo) apontam para um comportamento uniforme e discreto que acabará desembocando numa política apressurada de aplicações que pretende atalhar a depreciação acelerada que se estava a verificar. A consequência de ambos os movimentos é o esvaziamento total e definitivo do Fundo durante a guerra civil. Umha crise sistémica incontável que fijo saltar todos os cordons de segurança designados para tempos normais. Onte, como hoje.



V

Emigração e remessas ultramarinas





5.1 A emigração, um acontecimento colectivo de dimensão histórica

O fenómeno da emigração ultramarina guarda numerosas chaves para a compreensão da mudança económica e social na Galiza no período crucial que se estende desde o último quartel do século XIX até a guerra civil espanhola. Qualquer que seja a perspectiva adoptada, económica, sociológica ou cultural, a variável ultramarina detém um papel protagonista na configuração da Galiza contemporânea. A aventura transoceânica foi a autêntica epopeia galega, como a de tantos povos europeus; é o pórtico do acesso colectivo do nosso país ao processo de internacionalização geográfica que tanto tem marcado a nossa comunidade. A raiz de tam massivo fenómeno foi o processo concomitante do desenvolvimento acelerado que experimentáram na altura as repúblicas sul-americanas, unido ao progresso das comunicações e dos transportes a partir dos anos finais do XIX¹.

1 A bibliografia disponível sobre o fenómeno da emigração é extremamente heterogénea em qualidade análítica, enfoque e cobertura tanto temporal como geográfica. Dentro da referente a Espanha queremos destacar:

VV. AA. (1992): *Historia de la emigración española a América*, 2 volumes, Historia 16, Quinto Centenario, Madrid.

Sánchez-Alonso, B. (1995): *Las causas de la emigración española, 1880-1930*, Alianza Universidad, Madrid.

Dentro do catálogo da *Fundación Archivo de Indianos*, (F.A.I.), Colombres, Astúrias, consideramos especialmente relevantes:

Sánchez-Albornoz, N.; Llordén, M., comp. (2003): *Migraciones Iberoamericanas. Reflexiones sobre economía, política y sociedad*, F.A.I, Colombres, Astúrias.

García López, J.R. (1992): *Las remesas de los emigrantes españoles en América. Siglos XIX y XX*, F.A.I, Colombres, Astúrias.

Yáñez Gallardo, C. (1994): *La emigración española a América. Siglos XIX y XX*, F.A.I, Colombres, Astúrias.

Rodríguez Galdo, M.X. (1993): *Galicia, país de emigración*, F.A.I, Colombres, Astúrias.

O carácter massivo do fenómeno migratório, o choque cultural experimentado por emigrantes, de extracção maioritariamente rural, nas grandes urbes americanas de acolhimento; o contraste entre o dinamismo dos países receptores, embarcados em complexos processos de crescimento económico e a secular estagnação que tolhia as condições de vida e as relações sociais nas pequenas paróquias de procedência dos contingentes migratórios, som elementos que acabaram por marcar em forma indelével a consciência do emigrante e o seu círculo familiar. A modéstia da origem social de procedência e a baixa qualificação profissional, junto com as dificuldades suplementares decorrentes do uso de um idioma de acolhimento mal conhecido e mal praticado, agudizáram as dificuldades de integração e ascensão social mesmo em sociedades como as de destino onde nem escasseavam as oportunidades de promoção para os mais decididos e preparados. As penúrias colectivas e dificuldades de adaptação nem conseguíram abafar, contudo, a eclosão de iniciativas colectivas que acabariam por servir de timbre de orgulho e nexo de integração das comunidades de emigrantes com as sociedades de acolhimento. Desventura colectiva e negócio marítimo bancário, o álbum da emigração fai parte inseparável do imaginário colectivo da Galiza. O choque cultural experimentado polo emigrante ao enfrentar-se com um meio desconhecido e hostil estimulou os sentimentos de coesão identitária nos países de destino, traduzidos na promoção de notáveis instituições colectivas aquém e além mar.

A primeira movimentação massiva da emigração transoceânica galega é coetânea com o percurso biográfico de Curros Enríquez (1851-1908). A famosa cantiga do poeta alusiva ao “aleive negreiro vapor” foi composta

Quanto aos contributos galegos debemos citar:

López Taboada, X. A. (1979): *Economía e población en Galicia*, Edicións do Rueiro, Corunha. Em especial, capítulo IV.

Vázquez González, A. (1999): *La emigración gallega a América, 1830-1930*, 2 volumes, Tese de doutorado sob a direcção de Carmona Badia, J., Universidade de Santiago.

Vázquez González, A. (1988): “La emigración gallega. Migrantes, transporte y remesas” em Sánchez Albornoz, N. (comp.): *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*, Alianza Editorial, Quinto Centenario, Madrid.

Villares, Ramón (1996): *Historia da emigración galega a América*, Tórculo, Santiago.

Alonso Álvarez, L. coord. (1992): *Os intercambios entre Galicia e América Latina. Economía e Historia*. Universidade de Santiago de Compostela.

em Madrid no ano de 1869, sendo Curros um jovem estudante². Do ponto de vista tecnológico, não deixa de chamar a atenção a precoce alusão de Curros ao barco de vapor como veículo do fluxo migratório nos tempos do veleiro (cfr. activos comerciais de Manuel Pérez em 1844, quadro 206). A propulsão por máquina de vapor não terá sido um meio habitual de transporte transoceânico a meados do XIX e haverá que esperar até 1880 para contar com uma companhia espanhola dedicada permanentemente a esta actividade. Referimo-nos à *Compañía Trasatlántica Española*, fundada por António López, primeiro Marquês de Comillas, no ano de 1881 como empresa complementar dos seus negócios comerciais com a ilha de Cuba³.

O *Parque dos Passatempos* dos irmãos García Naveira (1893-1914) em Betanços, ou a *Fundação Fernando Blanco* de Cee, inaugurada em 1886, constituem casos singulares entre as dúzias de Grupos Escolares sementados por todo o país graças à generosidade das comunidades emigrantes. Foi este impulso filantrópico que multiplicou as revistas de querença e intenção localista nascidas nas grandes cidades de acolhimento com que os emigrantes pretendiam preservar os vínculos cordiais que os uniam com as suas particulares pátrias nativas.

2 Referências às circunstâncias que presidiram à composição do poema podem consultar-se em: Consello da Cultura Galega (2004): *Actas do I Congreso Internacional “Curros Enríquez” e o seu tempo*, Celta Nova, 13-15 setembro 2001. Em especial, nas comunicações de Elisardo López Varela, Universidade da Corunha, onde se alude a “Manuel Colmeiro Penido (Santiago, 1818-Madrid, 1894), economista e historiador, catedrático de Direito Político e Administrativo da Universidade Central de Madrid. Sobre as margens da lección X da sua Economía Política teria escrito Curros o seu poema “Cántiga” em 1869”.

3 Ministerio de Industria y Energía (1988), Nadal, J., Carreras, A., Martín Aceña, P., Comín, F., Domenech, J: *España, 200 años de tecnología*, ver “Las rutas marítimas y la formación del mercado mundial”, pag. 53 e seguintes: “Navegar por el golfo de Gascuña, el canal de la Mancha, el mar del Norte o el mar de Irlanda es una cosa; cruzar el Atlántico en dirección a América o al Extremo Oriente, otra muy distinta. Las características técnicas de los primeros vapores españoles les hacía inútiles para el segundo cometido. El hispano de 1.860 necesitado de un viaje rápido a las Antillas o la Filipinas no tenía más remedio que tomar un pasaje en el *esteamer* de alguna compañía extranjera.” Em todo o caso, a titularidade estrangeira dos vapores transoceânicos era e será sempre a norma habitual no transporte transoceânico de passageiros.

As grandes companhias britânicas (Cunard Line, Great Western), alemãs (Hamburg-Amerika, Norddeutscher Lloyd), norte-americanas (Ocean Steam Navigation Company), austro-italianas (Österreichischer Lloyd – Lloyd Triestino) ou francesas (Compagnie Transatlantique) disputavam o controlo das rotas do Atlântico e a épicada da velocidade desde os anos quarenta e cinquenta do século XIX. A imagem de algum deles acabaria por navegar nos versos de Curros.

Os Centros Galegos de Havana e Buenos Aires e os seus respectivos cemitérios som, com certeza, a parte mais importante do legado da emigração.. O impressionante Centro Galego de Havana situa os seus antecedentes no mês de janeiro de 1872, em que a colectividade emigrante fundava a “*Sociedad de Beneficencia de Naturales de Galicia*”, incardinado no *Casino Español de La Habana*. Em 1879, alterava a sua denominação para “*Centro Gallego de la Habana*”. Em 1888, o Centro transferia fundos já para a Galiza a fim de contribuir a paliar as desgraças provocadas pelas fortes chuvas que assoláram o País. A promoção de um sistema de saúde, a compra do Teatro Nacional (*Teatro Tacón*) junto com um generoso terreno onde instalar o edifício projectado para simbolizar a presença da Galiza nas Antilhas fôrom as primeiras iniciativas. Em 1906, funda-se umha Caixa de Aforros, que acabará por dar lugar à “*Caja de Ahorros y Banco Gallego*” em 1909. Em 1914, inaugurava-se finalmente o emblemático edifício do *Centro Gallego de la Habana* projectado polo arquitecto belga Pool Berriv.

Ao pouco tempo, nascia o *Centro Galego de Buenos Aires*, na sequência de um desses encontros comemorativos tam gratos à saudade dos desterrados. Neste caso, foi a homenagem ao compositor da “Alborada Gallega” Pascual Veiga que tivo lugar no *Teatro Victoria* em 31 de outubro de 1906. A até entóm errante instituição ocupou locais e moradas mais ou menos impróprios até o ano de 1917, em que foi adquirido o primitivo edifício da rua Belgrano, onde se localiza actualmente. As obras começaram em 1918 e concluírom em 1920. A aquisição progressiva das propriedades adjacentes entre os anos de 1923 e 1938 permitiu inaugurar a nova sede em 1941.

Diferentes fôrom as trajectórias das comunidades galegas cubana e argentina, mais patriótica e exaltadora dos símbolos a primeira, mais dedicada a labores de assistência e sociais a segunda.

A colectividade emigrante cubana propicia a eclosom do protonacionalismo galego coetâneo de Rosalia e Murguia, que dará lugar à *Historia de Galicia* (1865-1911). O livro *Follas novas* (1880) foi dedicado pola autora à *Sociedade de beneficencia dos naturales de Galicia en La Habana* da qual fora nomeada sócia honorária. O *Hino Galego* era estreado na Havana em 20 de dezembro de 1907 e a bandeira branca e azul, será descrita no número de 10 de setembro de 1898 do semanário havaneiro

“*El Eco de Galicia*”, fundado por Waldo Ínsua em 1878. O projecto de criação da *Real Academia Galega*, que tinha os seus antecedentes na proposta formulada por Murguía em tal sentido em 1904, foi desenvolvido em Havana até culminar no acto fundacional, a 30 de setembro de 1906.

O destino acabou por privilegiar na memória colectiva o Centro de Buenos Aires sobre o de Havana. O exílio obrigado e posterior falecimento de Castelao no exílio bonaerense e a edição na mesma cidade do *Sempre em Galiza* (1944), junto com a custódia dos seus restos e legado, acabaram por dotar a instituição bonaerense do verniz patriótico definitivo com que hoje é identificada em toda a Galiza. A edição da enciclopédica *Historia de Galiza* (1962), dirigida por Otero Pedrayo também em Buenos Aires, confirmou a cidade como depósito da memória exilada republicana e nacionalista.

A rede de cumplicidades e relações económicas em que se desenvolveu a epopeia migratória é referida genericamente como o *negócio da emigração*⁴. Dela faziam parte agentes de recrutamento, companhias de navegação, entidades financiadoras da viagem transoceânica – bancos e prestamistas individuais – complementadas pelos mecanismos de solidariedade do círculo familiar e o apoio das redes ultramarinas de acolhimento.

O negócio migratório mobilizou fluxos de dinheiro de considerável dimensão de sinal oposto aos fluxos de retorno remetidos para satisfazer dévedas, financiar operações de compra ou redenção de foros e cargas familiares ou, simplesmente, para subsidiar despesas familiares a fim de aliviar as penúrias da vida na aldeia, nunca ausentes na memória transterrada.

O objectivo principal da nossa investigação no vasto continente das relações económicas originadas pela emigração em massa centra-se no estudo das remessas ultramarinas, magnitude e procedência geográfica, assim como na pesquisa dos circuitos e práticas bancárias implicadas no negócio. A fonte da investigação específica é a dos registos contabilísticos

4 Consideramos muito ilustrativo do contexto histórico e social do *negócio da emigração* e dos interesses que nele concorriam o opúsculo:

Luca de Tena, G. (1993): *Noticias de América. O relato da grande emigración americana na prensa da Galicia e de ultramar*, Editorial Nigra, Vigo.

consignados na série de *livros auxiliares de Letras a pagar* que nos foi possível localizar nos arquivos do banco de Olímpio Pérez e sucessores, custodiados na altura pelo *Banco Gallego* na antiga sede da casa Pérez. O esforço analítico empenhado na tarefa justifica-se, não só pela pertinência do objecto da investigação, como também pela intenção implícita que nos animou a contribuir, sequer modestamente, a formular alguma hipótese razoável sobre o volume agregado das remessas recebidas na Galiza por via de transferência bancária. Este propósito virá inevitavelmente tingido pelo sinal da provisoriedade e a incerteza, devido à incapacidade probatória de qualquer projecção de uma série de dados fragmentários de âmbito local para o conjunto da Galiza. Aceite-se a abordagem empreendida como pequeno tributo a um problema maior da historiografia económica da Galiza, como é o da quantificação do fluxo secular de pessoas e dinheiro que alicerçou a nossa epopeia migratória. A escassez e carácter fragmentário das estimações disponíveis sobre a magnitude e procedência das remessas ultramarinas recebidas constituem um incentivo permanente à participação neste debate necessariamente inconcluso por insatisfatórios que possam ser os resultados da colheita⁵.

A presente indagação baseia-se, como já apontámos, no exame minucioso da totalidade dos registos contabilísticos regulares ou auxiliares

5 Prova significativa do manifesto interesse do tema das remessas e da escassez e fragilidade das fontes documentais esgrimidas para basear qualquer hipótese sobre o seu volume agregado é a estimacção efectuada por Ramón Villares na sua reconhecida tese de doutoramento do ano de 1980 sobre o regime de propriedade da terra na Galiza. De forma circunstancial, aborda Villares no curso do citado trabalho o problema do volume das remessas tramitadas pela Banca Soto de Chantada durante o período 1893-1936. Avalia o professor Villares o volume remetido para o banco chantadino em 55,796 milhões de pesetas durante os 44 anos considerados, com uma média de 1,268 milhões/ano e um máximo de 4,264 milhões/ano durante o decénio 1909-1918. O inegável interesse destas conclusões – que eu julgaria talvez excessivas – fica embaçado por causa da impossibilidade, talvez definitiva, de poder contrastar os dados resenhados. O investigador Alfonso García López manifesta, em nota adjunta ao seu estudo da documentação da Banca Soto de Chantada, na sólida obra que dedica à história da banca galega: “*Se han hecho diversas gestiones ante el actual Banco de Galicia a fin de localizar la documentación que en su día manejó Villares, sin resultado alguno. Los sucesivos cambios de titularidad en la entidad y traslado de oficinas actuaron de máquina destructora*”. Comentário monitório e mesmo ominoso, digamos de passagem, sobre os perigos que ameaçam tanta documentação económica ainda dispersa e talvez desaparecida em boa medida. Vide:

La propiedad de la tierra en Galicia, 1500-1936, Ramón Villares. Siglo XXI de España Editores, Madrid 1982; página 406.

La actividad bancaria en Galicia. Desde el Catastro del Marqués de La Ensenada a la Ley Cambó, Alfonso García López. Editorial Lex Nova, Valhadolid, 2003; nota na página 435.

conservados, referentes ao tráfego de remessas. Mais concretamente, na série completa dos movimentos de débito e crédito de *ordens de pagamento* extraídas da colecção de *livros Maiores*, dos livros auxiliares de *Letra a Pagar*, como fonte ineludível para discernir a procedência geográfica dos pagamentos contabilizados nos *livros Maiores* e, finalmente, na inspecção – mais circunstancial – dos livros de contas correntes com correspondentes, CCC, para esclarecer os procedimentos e termos em que se desenvolvia o negócio na rede bancária implicada. A maior ou menor estabilidade temporal das séries analisadas permitiram-nos modular as nossas conclusões e, eventualmente, formular generalizações hipotéticas.

5.2 A aventura migratória desde finais do XIX até a guerra civil espanhola. Umha revisom

A magnitude e dinâmica dos fluxos migratórios transoceânicos é um assunto que merece atenção na medida em que pode contribuir a enquadrar o problema do volume de remessas transferidas e a sua evolução e procedência. A historiografia disponível para o caso de Espanha está longe, porém, de oferecer umha visom clara e inequívoca do perfil quantitativo do fenómeno migratório, apesar da relativa abundância de investigações sobre o assunto. As flagrantes contradições existentes entre as distintas estimações disponíveis confirmam a dificuldade e complexidade de optar por umha ou outra versom adequadamente documentada e verosímil. Para já, esbarrámos com discrepâncias de princípio sobre o próprio conceito de “emigrante” e a sua delimitação, já para nom falarmos da qualidade e condição de continuidade das séries primárias disponíveis e mesmo sobre a delimitação da rede portuária emissora de contingentes migratórios. Como é sabido, portos franceses e portugueses – fora portanto do alcance dos registos estatísticos espanhóis – jogárom um papel destacado na canalização de contingentes migratórios espanhóis que procurárom estas válvulas de escape para ultrapassar obstáculos variados como os custos e demoras de tramitação, ou as licenças preceptivas sobre o cumprimento das obrigações de alistamento militar. Estám documentadas, por exemplo, expedições migratórias do porto de Bordéus (Yáñez, 1994, pág. 126) e parecem habituais as saídas do Porto de emigrantes procedentes do sul da Galiza.

A contrastação das informações estatísticas dos países emissores – o Estado espanhol, no nosso caso – com a correlativa dos países receptores

tropeça também com sérias dificuldades, além das inerentes à diferente qualidade das fontes. Som bem conhecidas polos especialistas do fenómeno migratório as dificuldades sistemáticas que levanta a existência de fluxos de reemigração entre países de primeira recepção e países de trânsito ou destino definitivo, com o evidente risco da dupla contabilização. Já para nom falarmos das diferenças de critério aplicadas na contabilização dos contingentes validados polos diferentes institutos de controlo estatístico.

Consequência directa destas complicações de carácter sistemático ou accidental som as irresolúveis discrepâncias que surgem do confronto das séries das expedições documentadas na Europa com as estatísticas oficiais dos países receptores que, em teoria, deveriam servir para suprir as deficiências e descontinuidades detectadas nas estatísticas oficiais espanholas. O facto de os registos americanos da imigração de contingentes de procedência espanhola terem sempre exibido valores sistematicamente superiores aos oferecidos pelas estatísticas espanholas levanta dificuldades de custosa interpretação.

A fim de ultrapassar da melhor maneira os obstáculos de natureza metodológica apontados sem ficarmos retidos excessivamente num assunto afinal secundário na nossa indagação, como o dos contingentes migratórios e a sua evolução, optámos finalmente por conceder preeminência à investigação de Yáñez (1994)⁶ para efeitos de quantificar os fluxos migratórios ultramarinos de procedência espanhola e, com base neles, a série descritiva dos fluxos de procedência galega no período submetido a consideração. Como fonte de contrastação da série da emigração galega por nós estimada a partir de Yáñez (1994), optámos por Vázquez González (1999)⁷.

A escolha de Yáñez (1994) como fonte documental básica justifica-se, na nossa opinião, tanto polo minucioso labor de selecção e tratamento das séries estatísticas da emigração espanhola como polo esforço empenhado

6 Yáñez Gallardo, C., *La emigración española a América. Siglos XIX y XX*, Fundación Archivo de Indianos, Gijón, 1994.

7 Vázquez González, A. (1999): *La emigración gallega a América 1830-1930*, Tese de doutoramento inédita apresentada na Universidade de Santiago sob a direcção do professor João Carmona Badia. Do mesmo autor, foi consultado também o trabalho:

Vázquez González, Alejandro (1988), “La emigración gallega. Migrantes, transporte y remesas”, em Sánchez Alborno, N., comp. (1988), *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*, Alianza Editorial, Madrid.

na harmonização destas com fontes europeias e americanas. A separação dos fluxos migratórios, tanto por âmbito geográfico de procedência como de destino, é crucial para os nossos propósitos de contar com um enquadramento amplo do fenómeno migratório galego.

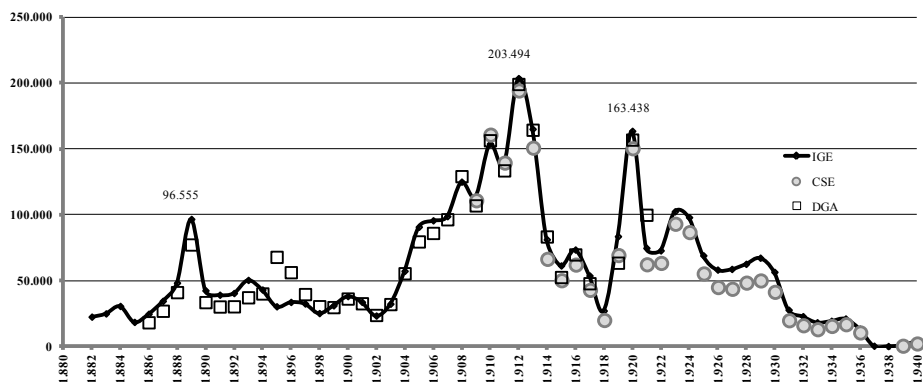
Os registos estatísticos oficiais espanhóis proporcionam uma primeira aproximação à magnitude e flutuações temporais dos fluxos migratórios transoceânicos. A razoável correlação existente entre os valores procedentes dos diversos organismos responsáveis pelo registo de migrações para o período submetido a exame: *Dirección General de Aduanas* (1886-1921), *Instituto Geográfico y Estadístico* (1882-1969) e *Consejo Superior de Emigración e Instituto Español de Emigración* (1909-1988), dotam de verosimilhança a base empírica adoptada.

A série privilegiada é, em qualquer caso, a do *Instituto Geográfico y Estadístico*, corrigida mediante confronto com as séries concomitantes dos países receptores. O perfil das flutuações de intensidade dos fluxos migratórios espanhóis oferecida pela referida série aponta para a existência de três ondas migratórias fundamentais: uma primeira que cobre o lapso temporal 1880-1902, com máximo relativo em 1889, uma segunda de grande intensidade que ocupa o período 1902-1918, com máximo espectacular em 1912 de 203.000 emigrantes, e uma última iniciada em 1918 que atinge o seu auge em 1920 com 163.438 emigrantes e que irá diminuir a partir de 1929. Cai fora do nosso âmbito de investigação a última onda documentada nas estatísticas oficiais espanholas correspondente ao período 1945-1975, que alcança os seus máximos na década 1950-1960. Corresponde, como é sabido, a um fenómeno migratório diferente em motivações e consequências: o do ciclo aberto pelo colapso do regime autárquico e o início do *desenvolvimentismo*.

O gráfico 501, elaborado a partir das séries oficiais espanholas, ilustra o perfil secular do fluxo migratório espanhol para a América do Sul e permite comprovar a relativa concordância existente entre os três registos oficiais no período examinado.

GRÁFICO 501**A emigração ultramarina espanhola nos registos oficiais: 1880-1940****Emigração espanhola transoceânica 1880-1940: saídas registradas**

(Registros oficiais: D.G. Aduanas, Instituto Geográfico Estadístico, Consejo Superior de Emigración)



Onosso interesse dirige-se, na realidade, a estimar umha série descritiva da magnitude da emigração ultramarina galega a partir dos dados compilados por Yáñez (1994) para a emigração espanhola, complementados polos dados fragmentários representativos da contribuição galega. A projecção mediante o procedimento de interpolação do rácio (G/E) e posterior distribuição no continente americano mediante o padrom de destinos da emigração espanhola permitirá-nos elaborar o quadro representativo da emigração galega e a sua distribuição ultramarina que nos vai servir de referência.

Resumimos a informação relevante procedente de Yáñez (1994: 114, quadro 21), destacando em sombreado os lapsos temporais que cobriremos mediante interpolação do parâmetro [$g = (G/E) \%$] a fim de obtermos um quadro da emigração galega em magnitude anual e destino geográfico.

QUADRO 501

Reconstrução da participação galega no fluxo migratório de Espanha para a América,
1860-1936.

Ano	Total Espanha	Argentina	Cuba	Outros	g=%(G/E)	Total Galiza	% sobre população	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	Espanha	Galiza
1860	12.845	930	11.915		20,17	3.284	1,04	1,80
1861	9.674	786	8.888		13,44	1.644	0,78	0,90
1862	9.795	934	8.861		8,84			
1863	9.777	1.092	8.685		5,08			
1864	11.845	1.608	10.237		2,37			
1865	12.647	1.981	10.666		0,63			
1866	12.511	2.074	10.437		0,63			
1867	14.601	3.186	11.415		0,43			
1868	18.087	3.834	14.035	218	0,43			
1869	18.081	3.744	14.005	332	1,75			
1870	17.124	3.388	13.698	38	3,63			
1871	14.944	2.554	11.880	510	5,99			
1872	20.183	4.411	15.045	727	8,73			
1873	23.660	9.185	14.475	0	11,78			
1874	23.250	8.272	14.978	0	15,06			
1875	18.691	4.036	14.616	39	18,47			
1876	16.446	3.463	12.220	763	21,94			
1877	12.783	2.700	10.060	23	25,39			
1878	15.083	3.371	10.783	929	28,72			
1879	19.442	3.422	15.109	911	31,86			
1880	16.442	3.112	12.055	1.275	34,69			
1881	17.440	3.444	11.319	2.677	37,90			
1882	24.386	3.520	13.830	7.036	40,61			
1883	26.933	5.023	16.079	5.831	42,86			
1884	30.417	6.832	10.039	13.546	44,67			
1885	17.457	4.314	7.939	5.204	43,67	6.691	0,87	3,53
1886	28.152	9.895	14.363	3.894	35,50	8.125	1,30	4,28
1887	37.690	15.618	16.654	5.418	44,58	14.810	1,89	7,81
1888	52.318	25.407	18.344	8.567	43,37	18.027	2,36	9,51
1889	111.201	71.151	20.268	19.782	21,97	20.232	5,24	10,68
1890	53.459	13.560	20.239	19.660	34,69	13.057	2,14	6,89
1891	51.069	4.290	20.574	26.205	34,69			

Ano	Total Espanha	Argentina	Cuba	Outros	g=%(G/E)	Total Galiza	% sobre população	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	Espanha	Galiza
1892	48.670	5.650	28.558	14.462	37,90			
1893	78.719	1.100	26.995	50.624	40,61			
1894	45.684	8.122	27.636	9.926	42,86			
1895	39.009	11.288	9.160	18.561	44,67			
1896	49.467	18.051	6.526	24.890	46,09			
1897	52.224	18.316	10.504	23.404	47,12			
1898	35.352	18.716	5.709	10.927	47,81			
1899	43.928	19.798	14.976	9.154	48,19			
1900	47.198	20.383	17.449	9.366	48,28			
1901	46.212	18.066	15.376	12.770	48,11			
1902	30.786	13.911	9.715	7.160	47,71			
1903	41.515	21.917	12.152	7.446	47,12			
1904	67.432	39.851	18.681	8.900	46,36			
1905	112.392	53.122	34.957	24.313	45,45			
1906	130.940	79.517	20.551	30.872	44,44			
1907	126.615	82.606	21.857	22.152	43,35			
1908	168.894	125.497	18.959	24.438	42,20			
1909	134.365	86.798	22.848	24.719	41,03			
1910	190.886	131.466	27.714	31.706	39,87			
1911	182.162	118.723	30.560	32.879	36,95	51.614	7,00	25,01
1912	240.432	165.662	33.391	41.379	36,76	71.481	9,75	34,64
1913	205.330	122.271	35.755	47.304	34,62	52.273	7,57	25,33
1914	95.463	52.186	22.836	20.441	34,64	23.069	3,23	11,02
1915	65.077	25.250	30.371	9.456	41,42	20.857	2,44	9,96
1916	77.689	21.768	41.247	14.674	41,46	25.809	3,01	12,33
1917	58.919	12.499	31.629	14.791	38,03	16.347	2,08	7,81
1918	29.840	9.188	14.771	5.881	39,91	8.267	1,00	3,94
1919	83.825	20.824	48.367	14.634	47,95	33.187	3,35	15,62
1920	171.058	40.722	97.569	32.767	51,17	76.691	7,26	36,10
1921	82.188	40.119	24.729	17.340	48,64	30.355	3,02	14,29
1922	81.467	43.305	22.714	15.448	40,95	26.259	3,00	12,36
1923	114.264	48.428	48.984	16.852	43,38			
1924	103.469	45.691	43.310	14.468	45,80			
1925	78.655	35.852	24.810	17.993	48,22	26.781	2,35	12,00
1926	63.663	33.425	13.694	16.544	51,55	23.291	1,91	10,44

Ano	Total Espanha	Argentina	Cuba	Outros	$g=\%(G/E)$	Total Galiza	% sobre populaçom	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	Espanha	Galiza
1927	65.779	34.627	13.747	17.405	52,09	22.849	1,86	10,24
1928	63.473	38.861	11.616	12.996	53,74	26.093	2,06	11,70
1929	66.921	41.496	11.932	13.493	56,02	28.129	2,13	12,61
1930	57.899	37.669	8.284	11.946	59,36	24.671	1,76	11,06
1931	28.917	14.878	4.195	9.844	40,22	5.773	0,60	2,58
1932	21.311	10.430	3.995	6.886	55,06	5.566	0,42	2,49
1933	17.916	8.337	3.398	6.181	67,81	6.214	0,38	2,78
1934	19.230	9.336	3.870	6.024	45,33	6.022	0,56	2,70
1935	20.758	11.556	3.997	5.205	45,33			
1936	15.143	9.453	3.194	2.496	45,33			
	4.379.569	2.057.868	1.406.999	914.702				
	100	47,0	32,1	20,9				

Fonte: Yáñez (1994), quadros 21 e 55.4.

Notas:

- As colunas (1), (2), (3), (4) contêm a reconstrução da série migratória espanhola de Yáñez (1994) baseada na série migratória do Instituto Geográfico y Estadístico por destinos geográficos, corrigida em alça mediante o confronto destas com as séries oficiais concomitantes da Argentina, Cuba – completada esta última por Yáñez (1994) mediante extrapolação sobre a evolução da produção açucareira cubana para tentar cobrir o período vazio 1862-1881 – e também do Brasil. Vid. Yáñez (1994), quadro 21, pág. 113 e seguintes.
- Os valores nom sombreados registados nas colunas (5) a (8) procedem igualmente de Yáñez (1994: quadro 55.4).
- A coluna (5) propom em sombreado a nossa reconstrução da série % $[G/E]$ obtida por interpolação sobre os dados conhecidos. Para os anos de 1935 e 1936, decidimos conservar a contribuição galega para a emigração espanhola correspondente ao ano de 1934.

Nom deixa de chamar a atençom a magnitude do contributo galego para a corrente migratória espanhola admitido polas fontes estatísticas oficiais, sintetizado no rácio $[g = (G/E) \ %]$. Em datas tam recuadas como o ano de 1860, as estatísticas oficiais espanholas reconheciam um contributo superior a 20 %, proporçom que sobe até 45 % na década dos 80 e alcança valores superiores aos 50 % nos anos vinte do século XX, com valores que chegam a situar-se nos 2/3 nos primeiros anos trinta.

Surpreendente também é a amplitude do fenómeno migratório, geral na Europa, aliás, embora com diversos padrons de comportamento. Reparemos nos obstáculos que se opunham à transmissom da informaçom através dos milhares de aldeias dispersas por toda a Galiza e as dificuldades de todo o tipo que devia superar o aspirante à aventura ultramarina; a começar

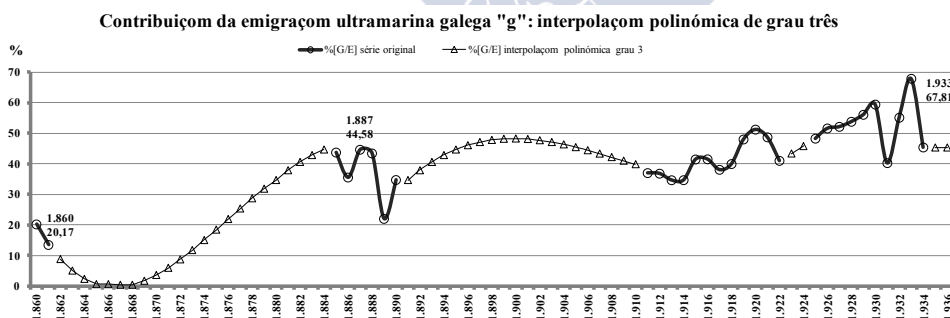
polas dissuasórias cargas financeiras que haviam de suportar as precárias economias agrárias emissoras. Ficam por esclarecer as vias de transmissão específicas da informação operativa que contribuiu para alimentar e regular o fenómeno migratório. A via epistolar jogou, com certeza, um destacado papel, mas não só; a concentração do fenómeno migratório nas regiões costeiras espanholas, como as Ilhas Canárias ou as Astúrias, e a existência de redes de *animadores* implicados no florescente negócio da emigração em conexão com a banca local e regional, os consignatários e agências de viagens, e a imprensa são parte essencial do enleado suporte que alimentava o irresistível impulso para emigrar.

A interpolação da série fragmentária do parâmetro $g = \%(G/E)$, procedente de fontes estatísticas públicas espanholas, não oferece excessiva dificuldade técnica. Optámos por uma interpolação polinómica de grau três fazendo uso dos recursos informáticos disponíveis nas folhas de cálculo.

Representamos o resultado da interpolação no Gráfico 502 e Quadro 502, que permitem observar a série completa do parâmetro em apreço. A operação proporciona-nos uma série completa e verosímil da emigração galega e a sua distribuição geográfica, que validaremos em seguida através de Vázquez (1999: 367, volume I).

GRÁFICO 502

Contribuição da emigração galega para a espanhola.



Os valores numéricos da série "g", reconstruída mediante interpolação representada no Gráfico 502, figuram na última coluna do Quadro 502. A sua aplicação às séries representativas da emigração espanhola e os seus destinos ultramarinos, que figuram nas quatro primeiras colunas do quadro 501, completam o Quadro 502 que adoptamos como estimação razoável do fluxo migratório galego intercontinental e a sua distribuição geográfica.

QUADRO 502

Distribuição quantitativa dos destinos da emigração transoceânica galega:
1860-1936.

Ano	Emigração galega	Argentina	Cuba	Outros	Emigração espanhola	g = % (GZ/ES)
1860	2.590	188	2.403		12.845	20,2
1861	1.300	106	1.195		9.674	13,4
1862	866	83	784		9.795	8,8
1863	496	55	441		9.777	5,1
1864	280	38	242		11.845	2,4
1865	80	12	67		12.647	0,6
1866	79	13	66		12.511	0,6
1867	62	14	49		14.601	0,4
1868	77	16	60	1	18.087	0,4
1869	317	66	245	6	18.081	1,8
1870	622	123	498	1	17.124	3,6
1871	895	153	711	31	14.944	6,0
1872	1.762	385	1.314	63	20.183	8,7
1873	2.788	1.082	1.706	0	23.660	11,8
1874	3.501	1.246	2.255	0	23.250	15,1
1875	3.453	746	2.700	7	18.691	18,5
1876	3.609	760	2.681	167	16.446	21,9
1877	3.245	685	2.554	6	12.783	25,4
1878	4.332	968	3.097	267	15.083	28,7
1879	6.194	1.090	4.814	290	19.442	31,9
1880	5.704	1.080	4.182	442	16.442	34,7
1881	6.609	1.305	4.289	1.014	17.440	37,9
1882	9.903	1.429	5.616	2.857	24.386	40,6
1883	11.543	2.153	6.891	2.499	26.933	42,9
1884	13.588	3.052	4.485	6.051	30.417	44,7
1885	7.624	1.884	3.467	2.273	17.457	43,7

Ano	Emigração galega	Argentina	Cuba	Outros	Emigração espanhola	g = % (GZ/ES)
1886	9.993	3.512	5.098	1.382	28.152	35,5
1887	16.804	6.963	7.425	2.416	37.690	44,6
1888	22.692	11.020	7.956	3.716	52.318	43,4
1889	24.434	15.634	4.454	4.347	111.201	22,0
1890	18.545	4.704	7.021	6.820	53.459	34,7
1891	17.716	1.488	7.137	9.091	51.069	34,7
1892	18.444	2.141	10.822	5.480	48.670	37,9
1893	31.966	447	10.962	20.557	78.719	40,6
1894	19.579	3.481	11.844	4.254	45.684	42,9
1895	17.427	5.043	4.092	8.292	39.009	44,7
1896	22.797	8.319	3.008	11.471	49.467	46,1
1897	24.609	8.631	4.950	11.028	52.224	47,1
1898	16.903	8.949	2.730	5.225	35.352	47,8
1899	21.169	9.540	7.217	4.411	43.928	48,2
1900	22.786	9.841	8.424	4.522	47.198	48,3
1901	22.232	8.691	7.397	6.144	46.212	48,1
1902	14.689	6.637	4.635	3.416	30.786	47,7
1903	19.561	10.327	5.726	3.508	41.515	47,1
1904	31.259	18.473	8.660	4.126	67.432	46,4
1905	51.085	24.145	15.889	11.051	112.392	45,5
1906	58.189	35.337	9.133	13.719	130.940	44,4
1907	54.881	35.806	9.474	9.602	126.615	43,3
1908	71.273	52.959	8.001	10.313	168.894	42,2
1909	55.133	35.615	9.375	10.143	134.365	41,0
1910	76.110	52.418	11.050	12.642	190.886	39,9
1911	67.310	43.869	11.292	12.149	182.162	37,0
1912	88.387	60.901	12.275	15.212	240.432	36,8
1913	71.081	42.328	12.378	16.376	205.330	34,6
1914	33.069	18.077	7.910	7.081	95.463	34,6

Ano	Emigração galega	Argentina	Cuba	Outros	Emigração espanhola	g = % (GZ/ES)
1915	26.953	10.458	12.579	3.916	65.077	41,4
1916	32.212	9.026	17.102	6.084	77.689	41,5
1917	22.405	4.753	12.027	5.624	58.919	38,0
1918	11.910	3.667	5.896	2.347	29.840	39,9
1919	40.195	9.985	23.193	7.017	83.825	48,0
1920	87.534	20.838	49.928	16.768	171.058	51,2
1921	39.980	19.516	12.029	8.435	82.188	48,6
1922	33.365	17.735	9.302	6.327	81.467	41,0
1923	49.562	21.006	21.247	7.310	114.264	43,4
1924	47.384	20.924	19.834	6.626	103.469	45,8
1925	37.924	17.286	11.962	8.675	78.655	48,2
1926	32.817	17.230	7.059	8.528	63.663	51,5
1927	34.262	18.036	7.160	9.066	65.779	52,1
1928	34.110	20.884	6.242	6.984	63.473	53,7
1929	37.489	23.246	6.684	7.559	66.921	56,0
1930	34.370	22.361	4.918	7.091	57.899	59,4
1931	11.629	5.983	1.687	3.959	28.917	40,2
1932	11.734	5.743	2.200	3.791	21.311	55,1
1933	12.149	5.653	2.304	4.191	17.916	67,8
1934	8.717	4.232	1.754	2.731	19.230	45,3
1935	9.410	5.239	1.812	2.360	20.758	45,3
1936	6.865	4.285	1.448	1.132	15.143	45,3
	1.774.621	852.116	531.515	390.990	4.379.569	40,5
	100	48,0	30,0	22,0		

Umha mínima cautela metodológica aconselha submeter a contrastação o fluxo migratório trans-secular do Quadro 502 que decidimos aceitar como estimação adequada do fenómeno migratório galego. Adoptamos para tal fim, devido ao seu rigor documental e amplitude da série temporal oferecida, a tese de doutoramento inédita de Vázquez (1999: 367, volume I) dirigida pelo professor Carmona. A confrontação de ambas as séries

é representada no gráfico 504. A concordância visual é manifesta; a concordância estatística confirma a impressom: o *coeficiente de correlaçom*⁸ entre ambas as séries atinge valores próximos à coincidência, 0,982. É pertinente assinalar que a alternativa ensaiada de interpolaçom linear para os tramos desconhecidos da série “g” proporcionam umha série para o fluxo migratório semelhante ao que foi adoptado finalmente polo procedimento de interpolaçom polinómica de grau três.

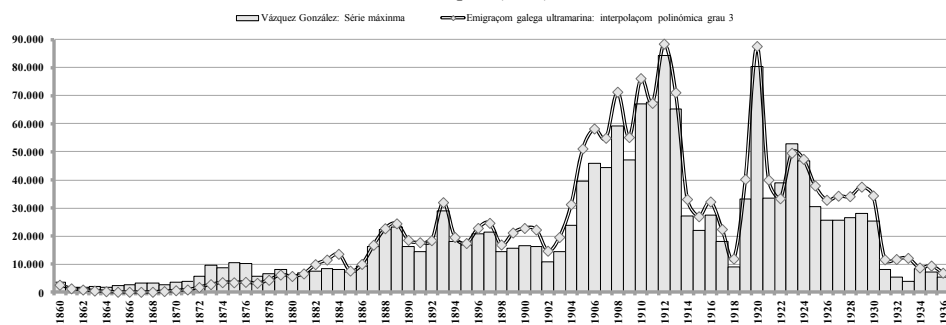
Devemos apontar que a série de Vázquez (1999: 367, volume I) que nos serve de elemento de contrastaçom é a que o autor denomina “série máxima” de saídas, muito semelhante, aliás, às definidas como “série mínima” e série “corrigida”, que excluem os contingentes, nom propriamente migratórios, de funcionários públicos e militares.

O total de saídas que estimámos para o período 1860-1936 ascende a 1.774.621 emigrantes, só superior em 11,4 % aos 1.592.766 propostos por Vázquez para o mesmo período. Representariam, em conjunto, 40,5 % do fluxo migratório do Estado espanhol no período, embora afectado por amplas oscilaçom como se observam no Gráfico 504.

GRÁFICO 504

Fluxo total estimado da emigraçom ultramarina galega e o seu confronto com a de Vázquez (1999)

Fluxo total de emigraçom ultramarina galega, confrontaçom com a estimaçom de Vázquez (1999)



8 Cfr. nota explicativa no Capítulo III. O coeficiente avalia o grau de concordância de duas séries [x,y] através da fórmula:

$$r = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - x_m) \cdot (y_i - y_m)}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - x_m)^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - y_m)^2}}$$

Digamos de passagem que a preferência pola estimação extraída das séries oferecidas por Yáñez (1994) tem a sua razão na sua conexão que permite estabelecer com as séries representativas da emigração espanhola e a possibilidade que em consequência abre para avaliar o peso da emigração galega sobre a espanhola e a distribuição geográfica daquela no continente americano, no suposto de ser homotética com espanhola, como recolhemos no Quadro 502.

Dos 1.775.000 emigrantes galegos para o ultramar em que estimámos o contingente de saídas procedentes da Galiza durante o período de setenta e seis anos decorrido entre 1860 e 1936, 48 % teriam optado pola Argentina, 30 % por Cuba e 22 % por outros destinos como Brasil, República Dominicana ou México.

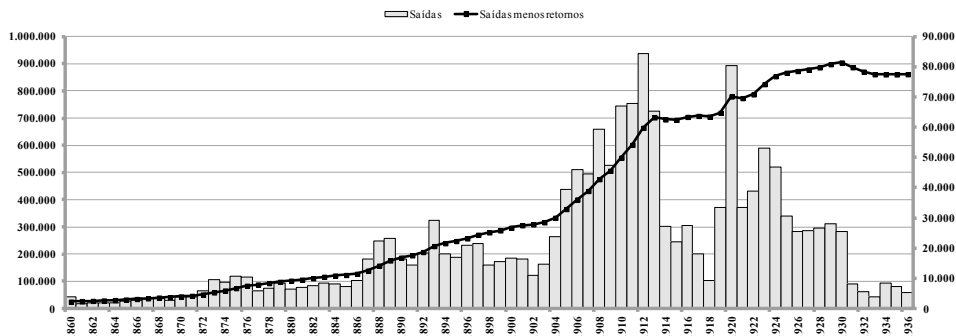
O quadro 502 pretende servir de orientação na questão da procedência geográfica das remessas recebidas pola casa Pérez que em breve abordaremos. Com certeza, não seria adequado postular uma relação directa entre a magnitude e procedência geográfica do fluxo e das remessas e a intensidade das saídas e destinos geográficos recolhidos no Quadro 502. A hipotética correlação entre saídas e remessas recebidas haveria de ser referida à magnitude demográfica das colónias ultramarinas na América que dependem obviamente dos rácios de permanência média e de retorno, este último ligado à conjuntura económica e à percepção das oportunidades de futuro. Poderia ser argumentado também que a magnitude dos envios poderia depender mais da presença de camadas migratórias recentes que do contingente total residente no país de acolhimento. A remessa como tributo à família remanescente na paróquia galega de origem é um fenómeno sujeito a caducidade.

Pode ser pertinente, a este propósito, examinar a evolução de ambas as magnitudes explicativas, os fluxos de saída e o volume de permanência, fornecidas por Vázquez (1999). Afinal, parece mais razoável postular um nexo causal entre saídas e remessas correntes do que baseá-lo em termos de estoque migratório permanente além-mar, hipótese que comportaria um crescimento sistemático do volume de remessas transferidas.

GRÁFICO 505

Fluxo corrente e emigração ultramarina definitiva segundo Vázquez (1999)

Fluxo migratório e emigração definitiva segundo Vázquez (1994)



Em relação com esta questão, Vázquez (1999) propõe valores de 1.592.766 para o conjunto das saídas e de 753.164 para a de retornos – quer dizer, 47 % daquelas – para o período 1860-1936, hipótese que comporta um crescimento contínuo do contingente estabelecido além-mar com carácter permanente da ordem dos 800.000 a 900.000 transterrados definitivos, como podemos observar no Gráfico 505. Sobre este mesmo assunto, Yáñez (1994: 225) aponta a que mais de 35 % teria retornado depois de 2 a 5 anos, à volta dos 28 % depois de 5 ou 10 anos e entre 10 % e 20 % passados 10 anos ou mais.

Os cenários propostos pelo professor Yáñez Gallardo como destinos de preferência para a emigração espanhola no período 1860-1936 som:

- 1860-1884: predomínio do destino cubano, ascendente até o ano de 1870.
- 1885-1904: perda de atractivo de Cuba por efeito da guerra de independência (1895-1898) e ascenso dos destinos sul-americanos: Argentina, Uruguai e o Brasil. Expansão dos fluxos migratórios ultramarinos.
- 1905-1914: período dominante do atractivo argentino com simultâneo crescimento dos destinos cubano e brasileiro. Incremento massivo do fluxo migratório europeu.
- 1914-1918: colapso das saídas como consequência da Primeira Guerra Mundial. Só a demanda de mão de obra requerida para a

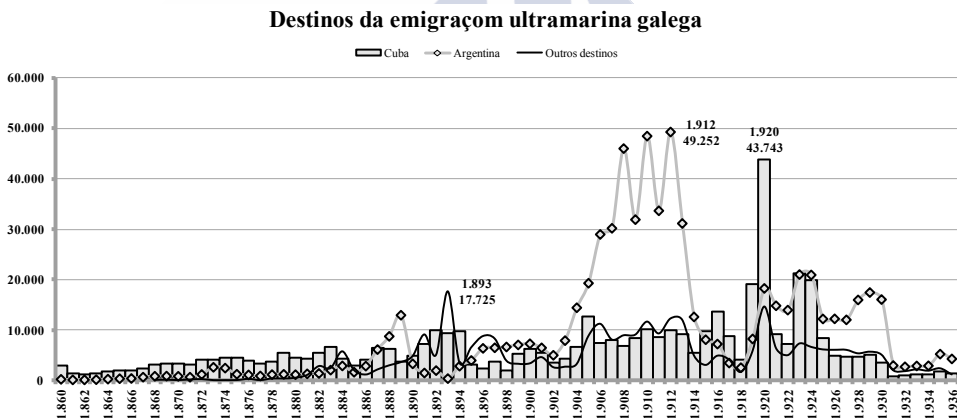
expansom açucareira cubana permite suster o ritmo migratório espanhol neste período.

- 1919-1935: Recuperação e crise dos anos trinta. O final da primeira guerra europeia reactiva as saídas para a Argentina como primeiro país de destino, e também para Cuba, país que regista em 1921 a máxima afluência de emigrantes espanhóis. Desde 1925, é manifesto o enfraquecimento do atractivo ultramarino por efeito da depressom internacional de 1929 e das medidas restritivas à imigração impostas na Argentina, Cuba e Brasil.

Encerramos a análise do fenómeno migratório galego com a apresentação da sua distribuição geográfica, concordante por hipótese com o da emigração ultramarina espanhola em que se baseia.

GRÁFICO 506

Distribuição das ondas migratórias galegas segundo o destino. Estimación.



Seria útil podermos dispor de umha visom sintética das relações entre conjuntura económica nos países de acolhimento e flutuações do fluxo migratório galego. Tentaremos um breve esboço de contextualização.

A Argentina foi, com Cuba, o destino preferido pola emigração galega e espanhola. Os dados ilustrativos do atractivo de ambas as Repúblicas, especialmente da Argentina.

QUADRO 503

Magnitudes básicas das economias americanas na transição secular: 1870-1913.

		Argentina	Cuba	América Latina
(PIB), milhões de \$ de 1990:	1870	2.354		27.897
	1913	29.060		121.681
Habitantes, milhares:	1870	1.796	1.331	39.973
	1913	7.653	2.469	80.515
(PIB/hb):	1870	1.311		698
	1913	3.797		1.511
PIB →..... t.c.a.a %: 1870-1913		6,02		3,48
Habitantes →.....t.c.a.a %: 1870-1913		3,43	1,45	1,64
(PIB/hb) →.....t.c.a.a %: 1870-1913		2,50		1,81

Fonte: Angus Madison, *La economía mundial. Una perspectiva milenaria*. Ediciones Mundi-Prensa, 2002 Madrid. Pag. 193, elaboração própria.

Uns breves apontamentos podem servir para aproximar o cenário de acolhimento do emigrante galego de um período histórico de cariz eminentemente fundacional em todas as Repúblicas americanas.

- ❖ **Argentina.** A Argentina foi um autêntico país de promissom para a emigração espanhola do último quartel do século XIX. O espectacular crescimento económico experimentado polo país austral nesta época pode ser explicado pola conjunção de três factores de crescimento económico, como aponta (Rock, 1988:181)⁹: investimento estrangeiro, comércio exterior e imigração em massa. O ciclo virtuoso da República do Prata decorre entre 1869 e 1915, quando o país passa de 1.736.490 a 7.885.237 habitantes graças à afluência massiva de 5.917.259 imigrantes com retornos restritos a apenas 2.722.384, segundo dados proporcionados por Ezequiel Gallo (J. Lynch et al., 2001: 92)¹⁰.

Em 1874, era eleito presidente de Argentina Nicolás de Avellaneda, que iria ocupar a magistratura até o ano

9 Rock, David (1988): *Argentina 1516-1987. Desde la colonización española hasta Raul Alfonsín*, Alianza Editorial, Madrid. Capítulos 4 e 5.

10 John Lynch, David Rock, R. Cortés Conde, Ezequiel Gallo J. Carlos Torre, L. de Riz (2001): *Historia de la Argentina*, Editorial Critica, Barcelona.

de 1880. Depois de sufocar a sublevação de Mitre e de sustentar a denominada *guerra del desierto* contra os índios aborígenes, empurrando-os para o sul do Rio Negro, o governo da República conseguia abrir finalmente à exploração as imensas pastagens da Patagônia: 35 milhões de hectares que acabariam por converter a Argentina no celeiro e despensa cárnica da Europa. Em 1876, cruzava o Atlântico o primeiro vapor frigorífico a que coubo a honra de abrir o continente europeu ao tráfego comercial da carne a preços imbatíveis. Em 1890, a Argentina contava já com 278 armazéns frigoríficos. Bahía Blanca ficava unida a Buenos Aires por comboio já em 1885, convertendo-se no grande porto exportador do sul. Estes acontecimentos marcaram o final definitivo do negócio de exportação de vacum galego para a Inglaterra, que tanto tinha ocupado os desvelos de Manuel Pérez Sáenz.

Buenos Aires convertia-se em capital da República em 1880. Estimativas verosímeis cifram em 3,3 milhões o número de emigrantes europeus admitidos e em 10.000 milhões de dólares o fluxo de capitais captados pela jovem república durante o período crucial de formação 1860-1913. (Lucena, 2005: 192)¹¹.

Em 1900, a rede ferroviária argentina conectava já 16.000 km do imenso país. Os sucessivos governos de Roca (1880-1886) e Juárez Celman (1886-1890) prosseguíram as reformas sob o sinal de um laicismo moderado. A administração deste último, progressivamente corroída pela corrupção, acabou por desembocar na grande crise económica de 1890, que as estatísticas espanholas de emigração, e galegas, parecem acusar, como podemos comprovar no Quadro 502¹².

11 Lucena, Manuel (2005): *Atlas Histórico de Latinoamérica. Desde la prehistoria hasta el siglo XXI*. Editorial Síntesis.

12 "...como consecuencia [da crise da casa Baring e a desordem financeira que se seguiu, J.L.F.] el paro creció y los salarios reales en Buenos Aires disminuyeron en un 50%. Al aumento neto de 220.000 inmigrantes en 1889 sucedió un aumento de sólo 30.000 en 1890 y una disminución neta de 30.000 en 1891. Durante todo el año de 1890 miles de nuevos emigrantes quedaron desamparados

Em 1890, produzia-se a soada falência da casa de banca britânica *Baring Brothers*¹³, fiel financiadora de todas as grandes operações da burguesia bonaerense com generoso afaçamento do governo argentino (Galasso, 2002: 25 e seguintes¹⁴).

Na altura de 1890, o volume de capital britânico investido na Argentina cifra-se à volta dos 157 milhões, mormente dirigidos para a construção dumha extensa rede ferroviária que em tal ano alcançara já os 8.600 quilómetros, quando mal superava os 10 em 1857. A rede ferroviária movimentava na época 10 milhões de passageiros e 5 milhões de toneladas de mercadorias. Nesse tempo, o volume do comércio exterior medido como fluxo conjunto de importações mais exportações, escalava até atingir os 104 milhões em 1880 e 250 em 1889 quando mal superava os 37 milhões de pesos ouro em 1861. No entanto, a população passava dos 1,1 milhões de 1857 para 3,3 milhões em 1890, Rock (1988: 181).

A crise de 1890 nom tardou em remontar. Em 1896, desapareceram os últimos vestígios da mesma. O preço das exportações cresceu com firmeza ao tempo que se revalorizava o peso e baixava o prémio do ouro sobre a dívida. O produto nacional bruto crescia ao ritmo dos 6 % enquanto a terra de cultivo saltava dos 5 milhões de hectares de 1895 para os 24 milhões de 1914. Nesse ano, a população atingia os 7,8 milhões, dos quais 1,5 milhões residiam na capital, Rock (1988: 219).

en Buenos Aires, sin trabajo, a menudo sin vivienda y financieramente incapaces de buscar refugio en Europa”, Rock (1988: 212, 214).

13 Kindleberger, Charles P. (1991): *Manías, pánicos y cracs. Historia de las crisis financieras*. Ariel Sociedad Económica, Barcelona.

Também do mesmo autor (1998): *Historia Financiera de Europa*. Editorial Crítica, Barcelona. Sobre a falência da casa Baring, figemos já referência a Rock, 1998: 212-114.

14 Galasso, Norberto (2002): *De la banca Baring al FMI. Historia de la deuda externa argentina*. Ediciones Colihue, Buenos Aires.

A base documental do arquivo Tornquist¹⁵ permite a Rock (1988: 233) estimar em 50.000 imigrantes por ano a afluência migratória de qualquer procedência na década dos noventa do século XIX, que experimentaria forte crescimento nos primeiros anos do século XX até atingir valores de 100.000 a 200.000 imigrantes anuais. Avaliações coetâneas do período 1891-1914 apontariam para um fluxo recebido de 4.336.392 imigrantes e de 1.983.533 residentes definitivos nos vinte e quatro anos considerados, para uma população que não superava os 3,3 milhões no ano de 1890.

No período decorrido do ano de 1890 até o início da Primeira Guerra Mundial, a Argentina converterá-se no fornecedor por excelência de matérias-primas da Europa, com Grã-Bretanha como cliente privilegiado. A contrapartida às saídas de cereais, carne e lã serão as entradas de carvão, produtos metálicos, têxteis e ingentes fluxos de capital financeiro destinados ao investimento ferroviário. Em 1914, a rede ferroviária argentina alcançava os 32.150 km de vias com capacidade para mobilizar 42 milhões de toneladas de mercadorias por ano. O investimento britânico acumulado cifrava-se em 1.358 milhões de pesos ouro nos alvares da Grande Guerra europeia. Em 1914, depois de vinte anos de expansão ininterrupta, a Argentina igualava em rendimento per capita a Alemanha e os Países Baixos e superava a Espanha e a Itália. Buenos Aires era a segunda cidade da América, depois de Nova Iorque. Apesar da crise do pós-guerra, a República seguiu crescendo até alcançar em 1929 os 11,6 milhões de habitantes, a despeito dos dois ciclos depressivos sofridos: 1913-1917 e 1921-1924.

15 A firma *Ernesto Tornquist y Cía* fundou a Biblioteca Tornquist no ano de 1916. Desde o início, a Biblioteca especializou-se em assuntos econômicos. No período que vai de 1916 a 1940, adquiriu com regularidade importantes quantidades de livros, folhetos e publicações periódicas. A riqueza da coleção em áreas como a indústria do açúcar, as finanças e a agricultura está vinculada ao envolvimento da empresa nestes campos de atividade. Em 1975, foi oferecida a Biblioteca em doação ao *Banco Central da República Argentina*. O seu acervo compõe um valioso caudal de livros, monografias, publicações periódicas e documentos manuscritos. A coleção Tornquist viu-se enriquecida com a incorporação de aquisições sucessivas que completaram a contribuição inicial. A cobertura cronológica do fundo documental abrange desde o início do século XIX até o ano de 1975, data da sua doação.

Em 1929, tanto a Argentina como a totalidade da América Latina operava já predominantemente na área de influência da economia do dólar, como resultado da reorientação dos fluxos comerciais operados e a progressiva entrada de capitais norte-americanos. Neste contexto, o crack norte-americano de 1929, provocará o afundamento do preço das matérias-primas com efeitos devastadores tanto em países mineiros como Chile (salitre, cobre) como nos de orientação agrícola que assistiram inermes ao derrubamento dos preços do trigo, do algodão, do café e do açúcar. Em termos políticos, a crise de vinte e nove teve efeitos devastadores em toda a América Latina. Não menos de sete golpes de estado se produziram nas repúblicas sul-americanas entre 1930 e 1931, a começar pela destituição de Hipólito Irigoyen na República Argentina. Noutros países, como Cuba, o processo teve características próprias. Em 1933, uma revolução destituía o presidente Gerardo Machado, que acedera à alta magistratura através de um golpe de Estado (Lucena, 2005: 211).

Abria-se a década conservadora 1930-1940, que acabará na Argentina com a tomada do poder por Juan Domingo Perón em 1946. Em Cuba, a ditadura “regeneracionista” de Gerardo Machado – “agua, caminos y escuelas” – que tinha governado o país com mão de ferro desde 1925, caía também em 1933 vítima de uma conjura de suboficiais liderada pelo sargento Fulgêncio Batista, posteriormente promovido a presidente em 1940 e finalmente destituído em 1959 pelo movimento revolucionário encabeçado por Fidel Castro.

- ❖ **Cuba.** Cuba foi sempre caso à parte. A economia escravagista e manufactureira que sustenta o ciclo histórico que se estende entre 1815-1819 e 1838-1842 entra em involução e finalmente em crise aberta por volta de 1870. Inicia-se, então, um ciclo de crescimento industrial com progressiva influência norte-americana que verá o seu fim com a crise de 1929-1933 (Moreno Friginals, 2001: 340)¹⁶.

16 Moreno Friginals, Manuel (2001): *El Ingenio. Complejo económico social cubano del azúcar*. Editorial Crítica, Barcelona.

Durante todo o século XIX, a produção açucareira cubana não ficou mais que crescer até a viragem que pode ser datada em 1875, em que o regime de plantações escravagistas começa a emitir sinais de involução irreversível, que culminará com a abolição da escravidão em 1880, sete anos depois de ter sido proclamada no Porto Rico.

A utilização de mão-de-obra em regime de semiescravidão – escravo “puro”, “contratado”, jornaleiro e escravo “assalariado” som as categorias reconhecidas propostas por Moreno Fraginals – foi o traço definatório da economia cubana até os anos oitenta. Ainda em 1877, próxima já à abolição da escravidão, mais de 70 % da produção açucareira provinha de trabalho escravagista.

Em 1890, Cuba conseguia recuperar a liderança mundial na produção de açúcar com cinco colheitas sucessivas que superaram o milhão de toneladas. No último quinquênio de dominação espanhola, a produção reduziu-se para acabar recuperando a senda de crescimento sustentado a partir dos inícios do novo século. A exploração açucareira cubana concentrava-se em regiões com bom acesso portuário, potenciado desde meados do século XIX por uma boa rede ferroviária. A partir de 1880, os proprietários das centrais açucareiras conseguiram desenvolver e preservar um eficaz fluxo de mão-de-obra imigrante eventual que arribava a Cuba a princípios de janeiro e empreendia o regresso nos finais de abril. Os contingentes procediam mormente das Ilhas Canárias, da Galiza e das Astúrias (Moreno Fraginals, 2001: 481). Em 1929, interrompeu-se bruscamente o negócio do açúcar. Nesse ano, a produção açucareira cubana ultrapassava os 5,3 milhões de toneladas: 19,89 % da produção mundial. Em 1933, a produção caía para pouco mais dos 2 milhões: 9,10 % do total mundial. A última central açucareira construída em Cuba abriu as suas instalações em 1929. Pertencia ao ex-presidente da República (1912-1920) García Menocal, que tinha desempenhado o cargo de Director-Geral da sociedade norte-americana *Cuban American Sugar Co.* Houveram de

transcorrer cinquenta anos para que se abrisse outra central na Ilha.

Depois das tentativas de substituição da mão-de-obra escravagista para o cultivo da cana-de-açúcar e a construção da rede ferroviária por mão-de-obra procedente do subproletariado europeu, irlandesa primeiro, espanhola e de outras procedências depois, a República caribenha tenta atrair força laboral de etnia branca. Entre os fluxos laborais europeus destaca o tenaz campesinato galego.

Moreno Friginals (2001: 256) não esquece mencionar na obra referida um episódio histórico procedente do insigne matemático luguês Vicente Vázquez Queipo. No seu Informe Fiscal correspondente ao ano de 1845, desvenda Vázquez Queipo o vergonhoso episódio de compra de camponeses galegos ao preço de 80 pesos para a sua posterior venda na Argentina¹⁷. A primeira operação de importância de abastecimento de mão-de-obra galega com destino a Cuba teve como agente promotor um deputado em Cortes pela província de Ourense de nome Urbano Feijoo Sotomayor¹⁸. O cobiçoso tribuno dobrado de agente

17 Sobre o papel de Vázquez Queipo como teórico monetarista no período de modernização e mudança institucional operado em Espanha nas décadas de 1840 e 1870, resultam indispensáveis as comunicações apresentadas por P. Tedde de Lorca e por Inés Roldán de Montaud ao VII Congreso da Asociación Española de Historia Económica, celebrado na Galiza em setembro de 2005. Inés Roldán rememora o destacado papel desempenhado por Vázquez Queipo como Fiscal da Superintendencia delegada da Real Audiência de Cuba durante o período 1839-1846, por designação pessoal de Alejandro Mon. Os seus conhecimentos fazendísticos conduziram o matemático à recém-criada Dirección General de Ultramar em 1850. Posteriormente iria fazer parte ainda da Junta Informativa criada pela Unión Liberal em 1866 para estudar as reformas a aplicar nas Antilhas.

Na sua passagem pela Fiscalia deixou duas obras de referência: *Memoria sobre la reforma del sistema monetario de la isla de Cuba*, Madrid, Imprenta de Alegria y Charlain, 1844 e *Informe fiscal sobre fomento de la población blanca en la isla de Cuba y emancipación progresiva de la esclava con una breve reseña de las reformas y modificaciones de las reformas que para conseguirlo convendría establecer en la legislación y constitución coloniales*, Madrid, Imprenta de J. Martín Alegria, 1845.

18 Residiu em Cuba, onde tinha um irmão militar que regentava um *engenho* açucareiro durante os anos de 1844 e 1854. Eleito deputado por Ourense, os seus esforços concentraram-se na procura de instrumentos legais em regime de monopólio que lhe permitissem trasladar famílias galegas para a Ilha de Cuba. Um empenho por ele apelidado de “empresa patriótica”. Em cooperação com os armadores corunheses e vigueses mais importantes da época (Bruno Herce, Braña Abella e Cia, Babé, V. Molins, Curvera e Rovira), organiza uma primeira leva de mil setecentos e quarenta

comercial escravagista conseguia finalmente permissom para empreender o seu ignominioso negócio mediante decreto de 1854 que autorizava a remessa de emigrantes galegos em indignas condições. O soldo estabelecido polo filantrópico deputado galego para os seus compatriotas era de 6 pesos mensais, quando o aluguer de um negro podia chegar aos 20 ou 25, segundo Moreno Friginals. O produto ofertado era “... un hombre inteligente, fuerte, obediente, cuyo trabajo debe ser superior al del esclavo”. Em 6 de Março de 1854, atracava no porto de La Habana o primeiro contingente de colonos galegos que, sob o patriótico lema de “Salvación y progreso para España y Cuba”, arribava à Ilha para oferecer trabalho branco em ínfimas condições.

A lendária imagem tropical de Cuba continuou atraindo levadas de emigrantes espanhóis, embora estes dificilmente terminassem os seus dias desempenhando labores nos engenhos açucareiros. O seu destino habitual eram as cidades nas quais fôrom substituindo a população negra em diferentes ofícios, tanto por proclamadas razões de eficiência como polo inconfessado racismo que caracterizava a burguesia crioula.

Vale a pena reparar, sequer brevemente, na questão da persistente querença espanhola polo destino antilhano, mesmo depois da independência da jovem república. O pavor do predomínio racial negro foi parte irredutível da ideologia das classes dominantes da Ilha. As actitudes e convicções racistas informárom a mentalidade colonial

emigrantes em 1854 (Moreno Friginals, 2001: 257 consigna quinhentos emigrantes). Barreiro Fernández, X.R. (2001): *Parlamentários de Galicia. Biografías de deputados e senadores (1810-2001)*. Parlamento de Galicia, Santiago. Tomo I: 235.

O negócio nom alcançou o sucesso pretendido, tanto pola oposição dos *estancieros* ao monopólio da oferta de mão-de-obra como pola desconformidade dos emigrantes a tolerar as duríssimas condições de vida. Produziu-se de facto umha sublevação e fuga dos galegos, convertidos em *cimarrones*, em procura de trabalho urbano em condições decentes, seguida de rusgas executadas polo exército para defender o direito dos colonos proprietários a tam lucrativa mercaderia. O escândalo chegou às Cortes espanholas e à opinião pública através da imprensa. Como consequência, foi emitido um ditame de 18 de Junho de 1855 que dava liberdade aos emigrantes para rescindir a contrata sob as condições impostas por Feijoo.

e ainda se intensificárom na consciência colectiva da burguesia independentista branca e crioula, e acentuárom logo na elite social dos mandatários e gestores norte-americanos da etapa pós-colonial tutelada que seguiu à dominação espanhola.

Umha recente história de Cuba sublinha o facto de a maioria dos emigrantes espanhóis permanecerem em Cuba depois da independência, em flagrante contraste com o acontecido noutras ex-colónias americanas de Espanha¹⁹. Como argumento explicativo desta peculiaridade afirma Richard Gott:

“Los colonos españoles no sólo permanecieron en la isla, sino que se vieron reforzados durante los siguientes treinta años por casi un millón de nuevos emigrantes procedentes de España. La vieja ambición española de “blanquear” Cuba, elevando la proporción de la población blanca por encima del 50 por ciento, se acaba de conseguir en el momento en que los españoles se retiraron y se hizo permanente con la nueva inmigración del siglo XX, durante las primeras tres décadas del cual llegaron a Cuba mas españoles que en los cuatro siglos de dominio español.

Cuba seguía siendo una típica sociedad colonial en la que los colonos blancos seguían al mando, como en la mayoría de las colonias europeas en África. La política quedaba a cargo de los nacidos en Cuba, pero los españoles controlaban la industria y el comercio mayorista y minorista y estaban bien representados en las profesiones liberales, así como en las instituciones de enseñanza y en los periódicos. El censo realizado por los Estados Unidos en 1899 revelaba la presencia de 113.000 varones blancos extranjeros en la isla, que representaban el 20 por ciento de la población masculina adulta, de un total de 523.000. La mayor parte de este 20 por ciento había nacido en España. Otros 250.000 varones blancos eran definidos como cubanos (nativos) mientras que 158.000 aparecían en la categoría de “hombres de color” (Gott, 2007,179).

Foi este substrato urbano bem instalado o que acabará por desenvolver a memorável aventura cultural identitária da comunidade galega na virada de século.

Fica esquecida num segundo plano na memória reprimida a dureza insuportável do trabalho nos engenhos açucareiros conservada ainda nalguns vestígios lexicais da arqueologia industrial cubana²⁰ ou perdida na crónica

19 Gott, Richard (2007): *Cuba. Una nueva historia*. Editorial Akal S. A., Madrid.

20 Gallego m. “Pieza situada en el conductor de canas a fin de nivelar y repartir la caña, a su

fragmentária do tráfico de negros em competência com o tráfico de brancos mal dissimulado pela precária relação contractual de cariz salarial.

A sociedade cubana procedeu a confiar a presidência da República nos primeiros anos do século XX ao muito norte-americanizado Mario Garcia Menocal (1913-1917 e 1917-1921). Menocal, educado nos Estados Unidos, sócio da *Americam Sugar Corporation* com sede em Nova Iorque, e director da vasta exploração açucareira de Caparra, na província de Oriente, foi o encarregado de saciar o insaciável apetite de adoçante que acometeu as nações europeias enfrentadas em conflito bélico. As receitas por exportações de açúcar quase que duplicaram entre 1914 e 1916. A Primeira Guerra Mundial, conclui Gott (2007: 190), supujo para Cuba “una gigantesca bonanza al ascender meteóricamente el precio del azúcar”. A ruptura da via de abastecimento alemão, baseado no açúcar de beterraba, provocou um auge que derivou em autêntica febre pela decrúa e plantação de cana, o que comportou uma forte expansão da demanda de força laboral de qualquer procedência, sem descartar a recruta temporal de trabalhadores negros de procedência haitiana, apesar da sua proibição por lei desde princípios de século em aplicação da política de branqueamento racial. Não deixa de chamar a atenção a extrema sensibilidade da resposta migratória aos apelos da conjuntura económica dos países receptores. O Quadro 502 assim o evidencia.

Temos feito referência à quantificação dos fluxos migratórios galegos proposta por Vázquez (1999). cremos interessante aludir à caracterização sintética deste movimento secular oferecido pelo mesmo autor num ilustrativo artigo sobre emigração e remessas redigido com anterioridade²¹. Tomando como fonte exclusiva de referência o *Instituto Geográfico y Estadístico*, Vázquez (1988) inscreve o fluxo migratório galego 1880-1930 em quatro grandes ondas migratórias: 1880-1885; 1886-1902; 1903-1918, 1919-1936 que enquadra nas conjunturas de:

“...la crisis argentina...que acaba en 1880 y la que se produce en 1890; la guerra de Cuba y las sucesivas fases de la crisis finisecular española; la buena coyuntura

entrada en el trapiche. Hacia finales del siglo XIX la función de esta pieza la realizaba un bracero blanco, y de ahí el origen del término” (Moreno Friginals, M., 2001:632).

21 Vázquez González, Alejandro (1988), “La emigración gallega. Migrantes, transporte y remesas”, en Sánchez Albornoz, N., comp. (1988), *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*, Alianza Editorial, Madrid.

mundial de principio de siglo, la nueva ley española de emigración y el estallido de la Primera Guerra Mundial y, finalmente, en el fin de la contienda y la crisis del 29”.

É destacável a observação de Vázquez sobre a especialização do porto corunhês nos destinos caribenho e mexicano e do viguês no argentino e brasileiro.

O debate aberto sobre os valores numéricos da emigração ultramarina de Galiza está longe de ter alcançado resultados contrastados e geralmente aceitáveis. Outras abordagens, como o método de saldos intercensuais ou as taxas de feminização, adoptadas por Barbancho (1967), Sánchez (1967) e López Taboada (1979)²², propõem vias alternativas de tratamento do problema.

5.3 As remessas ultramarinas em perspectiva contabilística. Umha proposta de quantificação para o período 1884-1931

A indiscutível importância historiográfica da quantificação da magnitude das remessas ultramarinas transferidas à Galiza, dota de relevo qualquer intento de avaliação. Umha minuciosa procura da informação contabilística pertinente ao caso e o seu posterior estudo e tratamento fôrom, por tal motivo, um dos propósitos que orientárom a nossa investigação. A procura de umha série plurianual precisa do tráfego financeiro da casa Pérez com as comunidades galegas residentes no ultramar e a sua distribuição geográfica orientou umha boa parte do esforço empenhado nesta investigação. Além da documentação arrecadada em fontes secundárias, duas fôrom as fontes informativas abordadas: a série de livros *Maiores* e de livros auxiliares de *Letras a Pagar* conservadas no arquivo dos Pérez. A primeira série estava completa nos arquivos da casa; a segunda, incompleta. Esta segunda série, iniciada polos gestores no primeiro de janeiro de 1885, é imprescindível, porquanto nela se registam e individualizam as ordens de pagamento diário, informação ineludível para analisar ao pormenor a execução das ordens de pagamento registadas nos *Maiores* e as suas vicissitudes desde a recepção da ordem até o pagamento

22 García Barbancho, Alfonso (1967), *Las migraciones interiores españolas. Estudio cuantitativo desde 1900*, Instituto de Desarrollo Económico, Madrid.

Sánchez López, Francisco (1967), *Movimientos Migratorios en Galicia*, Faro de Vigo, Vigo.

López Taboada, Xosé Antonio (1979), *Economía e población en Galicia*, Edicións do Ruedo, Corunha.

ao seu destinatário. Digamos, em breve, que os Maiores permitem fixar com rigor inequívoco o volume dos avisos e pagamentos efectuados cada ano, mas só os livros auxiliares de *Letras a Pagar* permitem desvendar o calendário e composição dos avisos de pagamento. A conjugação da informação contabilística proporcionada polos *Maiores* e a sua exploração cronológica por meio dos livros auxiliares, nos períodos temporais que conseguimos documentar, constituem a base da presente secção.

O cotejo dos *Maiores* com os livros auxiliares de *Letras a Pagar*, permite esboçar, conjuntamente, umha imagem razoavelmente satisfatória sobre o volume e composição das transferências ultramarinas geridas pola casa Pérez no dilatado lapso temporal 1884-1931. Naturalmente, será preciso adoptar determinadas hipóteses simplificadoras, especialmente na delimitação da proporção de ordens de procedência americana sobre o total, ou, o que é o mesmo, das nom procedentes de Espanha ou do resto do mundo.

A abordagem proposta para a avaliação dos fluxos americanos, que conjuga o uso de informação contabilística regular com informação acessória, também seriada, é metodologicamente sólida, na nossa opinião, porquanto tem como referência ineludível os saldos de Maior de letras a pagadas e pendentes de pagamento a final de ano, dos quais haverá que deduzir o volume de ordens de pagamento com origem em Espanha ou no resto de mundo, fora de América. A única alternativa ao cotejo dos saldos e movimentos dos livros *Maiores* e da informação fragmentária proporcionada polos livros auxiliares de registo de pagamentos seria o recurso a procedimentos de amostragem massiva sobre os assentos registados nos livros *Diários* ou *Maiores*, no suposto de estes conterem informação precisa sobre o lugar de emisom, circunstância mais que problemática dado o conteúdo sintético e mesmo telegráfico com que som formulados os assentos. Nom podemos por menos de formular a nossa perplexidade perante qualquer investigação quantitativa sobre o volume de remessas recebidas que se baseiem em procedimentos de amostragem sem submetimento a contrastação com os movimentos anuais da conta correspondente de registo nos livros *Maiores*.

A existência de investigações académicas que contemhem estimações do volume dos fluxos de transferências ultramarinos com âmbito geográfico e temporal bem definido, entre as que é ineludível aludir à oferecida polo

professor Villares para a Terra de Chantada durante o período 1893-1936, oferecem inescusáveis elementos de contrastação. É o caso também, embora agora sem qualquer justificação, das numerosas opiniões reunidas aqui e lá de personalidades coetâneas ao fenómeno.

A quantificação do volume de remessas ultramarinas recebidas na Galiza por via bancária é, em todo o caso, um tema maior da nossa historiografia económica, no qual nos sentimos impelidos a participar, conscientes da dificuldade do empenho. Tentaremos disciplinar com rigor metodológico a informação acesível e submeter a disciplina as hipóteses e projecções que nos vejamos obrigados a adoptar.

A conta de passivo rubricada nos balanços como *Letras a pagar* é o primeiro elemento informativo referido às remessas. A sua escassa utilidade para indagar nas transferências ultramarinas é a de qualquer saldo no balanço: é um saldo de movimentos e não é impossível adivinhar a sua composição, assunto um e outro que remetem para o livro maior. Assi, no balanço de 1910, podemos comprovar que o saldo em passivo de letras pendentes de pagamento ascende a 500.582 pesetas. Tal informação é de escassa utilidade, a questão que realmente nos interessa é: qual foi o montante total pago durante todo o ano e dentro dele de ordens de procedência americana. O exame do correspondente livro maior permitirá-nos comprovar que o volume de avisos alcançou esse ano as 4.694.045 pesetas e o de pagamentos 4.193.463 pesetas, que permitem explicar o saldo. O passo seguinte, muito mais acidentado, é o delimitar, ou estimar a parte de um ou outro fluxo com procedência americana. Nesta aventura, a existência dos livros auxiliares de *Letras a Pagar* é insubstituível.

A problemática das transferências ultramarinas tem o seu ponto central na estimação do volume transferido e a sua procedência particular mas esta tarefa está longe de esgotar as suas implicações. Falta ainda a exploração de uma dimensão tão importante no complexo problema das transferências ultramarinas, como o das compensações recebidas pela banca pagadora, a casa Pérez no nosso caso, como provisão de fundos. As transferências por conta, o envio de remessas à cobrança, a cessão de valores públicos ou privados, constituíam o grosso desse fluxo compensatório. Interessa apontar a circunstância de que as operações compensatórias tinham com frequência carácter triangular, com mediação da banca francesa ou britânica, facto que contribuiu notavelmente para a internacionalização

do circuito financeiro da casa Pérez com efeitos visíveis, por exemplo, na composição da carteira.

O tráfego de remessas da emigração comportava, com frequência, operações de endosso através das quais bancos protagonistas no giro, como o Pastor, ou de tipo local, como a casa Miñones de Corcubióm, transferiam a ordem de pagamento à casa Pérez como agente operadora da comarca compostelana. O âmbito de indagação, neste caso, som as *contas correntes com correspondentes* – CCC – objecto de registo numha série de livros auxiliares que se conserva completa, de decisiva importância para a compreensão da rede de relações do banco dos Pérez. A colecção completa dos volumosos livros de registo CC tem estrutura de livro diário ordenado correspondente por correspondente. Os movimentos de cargo e depósito anual nas CCC serão transferidos posteriormente para os livros maiores e destes para o balanço correspondente. Os livros de registo de CCC som um elemento imprescindível para o estudo das operações compensatórias do fluxo de remessas. Contas como as do *Banco Español del Rio de la Plata*, ou qualquer outra entidade intermediária no fluxo de remessas, constituem fontes informativas imprescindíveis no estudo do negócio da emigração.

Consideramos oportuno descrever as fontes utilizadas, entre as quais ocupam um lugar central a colecção de *Livros Maiores* que nos proporcionam o movimento anual de avisos e pagamentos, revelados na operação de encerramento de contas de cada ano conhecida como operação de *somas e saldos*. Os livros auxiliares de *Letras a pagar* permitem-nos julgar a procedência das ordens de pagamento e lançar como consequência hipóteses generalizadoras razoáveis. Os livros de registo de CCC som o lugar do ciclo contabilístico que permite observar com maior clareza os procedimentos bancários e possibilidades de lucro abertas ao tráfego das ordens de pagamento.

Apresentamos, sem mais delongas, o volume total de *letras a pagar* – livranças, ordens de pagamento – de qualquer procedência, tramitadas pela casa Pérez no período 1885-1936, extraídas dos livros Maiores, assi como os saldos constantes dos Balanços de fim de ano, com os ocos obrigados por Balanços que nom pudemos localizar. Os saldos coincidem, como é lógico, com a diferença entre ordens avisadas e pagas no fim de cada ano.

QUADRO 504
Livranças de qualquer procedência recebidas e pagas pela casa Pérez no período 1884-1936.

Ano	L. a P. antes 1910			L. a P. desde 1910			L. a P. total		Saldo balanços fim de ano
	Pagas	Avisadas	Saldo	Pagas	Avisadas	Saldo	Pagas	Avisadas	
1884	4.806.887	5.059.329	252.441				4.806.887	5.059.329	
1885	946.163	1.040.850	94.687				946.163	1.040.850	94.687,04
1886	1.403.520	1.501.686					1.403.520	1.501.686	98.165,49
1887	1.159.048	1.211.604	52.556				1.159.048	1.211.604	52.556,33
1888	1.390.885	1.479.011	88.126				1.390.885	1.479.011	88.126,28
1889	1.291.824	1.337.956	46.132				1.291.824	1.337.956	46.131,69
1890	1.336.609	1.418.360	81.752				1.336.609	1.418.360	81.751,70
1891	1.161.280	1.277.677	116.397				1.161.280	1.277.677	116.397,18
1892	1.448.718	1.607.570	158.852				1.448.718	1.607.570	158.851,54
1893	1.546.019	1.656.405	110.386				1.546.019	1.656.405	110.385,55
1894	1.837.302	1.987.074	149.772				1.837.302	1.987.074	149.771,90
1895	1.738.261	1.916.727	178.466				1.738.261	1.916.727	178.466,02
1896	1.839.987	2.040.826	200.838				1.839.987	2.040.826	200.838,37
1897	2.043.219	2.383.565	340.346				2.043.219	2.383.565	340.346,19
1898	2.277.251	3.053.256	776.005				2.277.251	3.053.256	
1899	2.342.283	2.845.082	502.799				2.342.283	2.845.082	
1900	2.550.897	3.117.861	566.964				2.550.897	3.117.861	566.963,73
1901	2.886.128	3.501.648	615.520				2.886.128	3.501.648	
1902	2.931.595	3.412.483	480.888				2.931.595	3.412.483	
1903	2.852.752	3.292.538	439.786				2.852.752	3.292.538	

Ano	L. a P. antes 1910			L. a P. desde 1910			L. a P. total		Saldo balanços fim de ano
	Pagas	Avisadas	Saldo	Pagas	Avisadas	Saldo	Pagas	Avisadas	
1904	3.105.111	3.660.485	555.374				3.105.111	3.660.485	
1905	3.549.082	4.238.758	689.676				3.549.082	4.238.758	
1906	3.200.434	3.694.984	494.551				3.200.434	3.694.984	
1907	3.629.936	4.168.106	538.170				3.629.936	4.168.106	
1908	3.903.592	4.282.032	378.440				3.903.592	4.282.032	
1909	3.745.251	4.120.748	375.498				3.745.251	4.120.748	
1910	20.191	75.206	55.015	4.173.272	4.618.839	445.567	4.193.463	4.694.045	500.581,90
1911	2.017	49.540	47.523	4.398.178	4.878.770	480.591	4.400.195	4.928.309	528.113,07
1912	0	46.273	46.273	3.958.403	4.334.032	375.629	3.958.403	4.380.304	421.901,33
1913	1.600	-20.103	24.570	4.501.684	4.741.577	239.893	4.503.284	4.721.474	264.462,61
1914	0	300	24.870	2.386.805	2.565.979	179.173	2.386.805	2.566.279	204.043,43
1915	20.000	0	4.870	3.128.067	3.435.634	307.568	3.148.067	3.435.634	312.437,51
1916	0	0	4.870	5.084.454	5.407.980	323.527	5.084.454	5.407.980	328.396,53
1917	873	0	3.997	1.811.245	1.944.997	133.752	1.812.118	1.944.997	137.749,25
1918	3.716	0	281	2.126.905	2.506.068	379.163	2.130.620	2.506.068	379.163,22
1919				6.392.936	6.875.529	482.593	6.392.936	6.875.529	482.593,29
1920				9.914.696	11.706.781	1.792.085	9.914.696	11.706.781	1.792.085,20
1921				7.547.491	8.243.402	695.911	7.547.491	8.243.402	695.910,83
1922				3.142.193	3.258.195	116.002	3.142.193	3.258.195	116.001,75
1923				3.568.487	3.861.422	292.935	3.568.487	3.861.422	292.934,56
1924				4.457.277	5.061.143	603.866	4.457.277	5.061.143	603.866,26
1925				3.559.797	3.893.065	333.267	3.559.797	3.893.065	333.267,41
1926				2.458.105	2.671.646	213.541	2.458.105	2.671.646	213.540,85

Ano	L. a P. antes 1910		L. a P. desde 1910		L. a P. total		Saldo balanços fim de ano
	Pagas	Avisadas	Saldo	Pagas	Avisadas	Saldo	
1927				1.898.824	2.113.834	215.009	215.009,27
1928				2.283.194	2.442.897	159.703	159.702,50
1929				2.708.496	3.033.430	324.935	324.934,65
1930				2.685.791	2.922.086	236.295	236.294,70
1931				1.817.636	1.941.946	124.309	124.309,15
1932				708.877	771.486	62.610	62.609,81
1933				620.564	666.380	45.816	45.815,87
1934				756.878	799.733	42.855	42.854,82
1935				921.399	1.000.867	79.468	79.467,98
1936				315.750	362.639	46.888	46.888,17
	60.972.429	69.457.834		87.327.405	96.060.355		
				148.299.833	165.518.188		

Notas:

- a) As denominações sucessivas da casa Pérez no período considerado fôrom: 1884-1901: *Hijos de Pérez Sáenz*; 1902-1909: *Olimpio Pérez Sáenz*; 1910-1915: *Olimpio Pérez e Hijos*; 1915, que em diante se designa por: *Hijos de Olimpio Pérez*
- b) O saldo do balanço correspondente ao ano de 1884 nom consta por nom termos sido capazes de localizar o respectivo balanço. O valor que figura foi por nós deduzido a partir do conjunto dos movimentos deve e haver no livro maior. Surpreende o elevado montante dos movimentos registados nesse ano, sem que nos seja possível apontar as causas de tal peculiaridade.
- c) Os movimentos de 1886 e 1902 fôrom deduzidos por impossibilidade de localizar os balanços destes dous anos.
- e) Os movimentos soma das livranças pagas e avisadas de 1886 procedem de umha interpolação congruente com o saldo constante do balanço por nom termos conseguido localizar os livros maiores desse ano
- d) A última coluna, retirada dos respectivos balanços, confirma a correção dos movimentos de aviso e pagamento de todos e cada um dos anos. Nom obstante, devemos chamar a atençom para as discrepâncias que podem observar-se no período 1913-1918. As divergências observadas, embora pequenas, som devidas à reclassificação para resultados do exercício de títulos de transferência considerados inactivos e nom reclamados. Os saldos, a começar polos 4.870 gerados em 1915, constavam do balanço como *aviso nom atendidos* e fôrom objecto de regularizaçom.

A série de movimentos das ordens ultramarinas extraída dos livros Maiores da companhia, nom discrimina por procedência e constitui, em consequência, umha aproximação por excesso a depurar. Contamos para isso com umha série incompleta de livros auxiliares, intitulados *Letras a Pagar*, que descrevem e individualizam com precisom cada título e registam o seu historial particular desde a sua recepção no banco até o seu pagamento. Dedicamos a próxima secção à análise destes livros, por enquanto, limitaremos-nos a assinalar que os anos cobertos polos mesmos na série temporal 1884-1936 som infelizmente escassos. Ilustramos mediante sombreado no quadro 504 os anos total ou parcialmente documentados nos livros de *Letras a Pagar* que nos foi possível encontrar. Nom deve pensar-se, contodo, que a informação extraída dos livros de *Letras a Pagar* seja exígua em extensom e exigências. No quadro 506 infra, comprovará-se que a informação comporta o exame de quase 27.000 ordens de pagamento que fôrom executadas em 1.300 dias. É desta cata parcial de onde pretendemos tirar elementos de juízo ponderado acerca da proporção que cabe atribuir às remessas americanas no total de 148.299.833 pesetas pagas pola casa Pérez em execucom de ordens de pagamento.

É pertinente prestar atencom ao perfil evolutivo das ordens de pagamento atendidas que, muito provavelmente, reproduzem o comportamento quantitativo das ordens de procedência americana que constituíam, com toda a probabilidade, o grosso do fluxo total.

Se esquecemos o período posterior ao ano de 1931, em que o tráfego de ordens de pagamento experimentou umha grave contracção, podemos observar que, durante os quarenta e oito anos decorridos entre 1884 e 1931, inclusive, a casa recebeu um volume de avisos de 161.917.084 pesetas (3.373.273 pesetas/ano de média) e procedeu a efectuar pagamentos no valor de 144.976.365 pesetas (3.020.341 pesetas/ano de média). Os valores extremos de pagamentos efectuados situam-se em 1885 (946.163) e 1920 (9.914.696). A série de avisos e pagamentos totais recolhidos no quadro 504 som a referência mais sólida – embora por excesso – em que basear a indagação do volume de tráfego de transferências de procedência ultramarina²³.

23 Cabe comentar, nesta linha argumental, que os valores oferecidos por M^a J. Facal no seu trabalho *Las remesas de emigrantes en Galicia recibidas en el siglo XIX a través de Manuel Pérez Sáenz e “Hijos de Pérez Sáenz” de Santiago de Compostela* – comunicacão apresentada à reunim

GRÁFICO 507

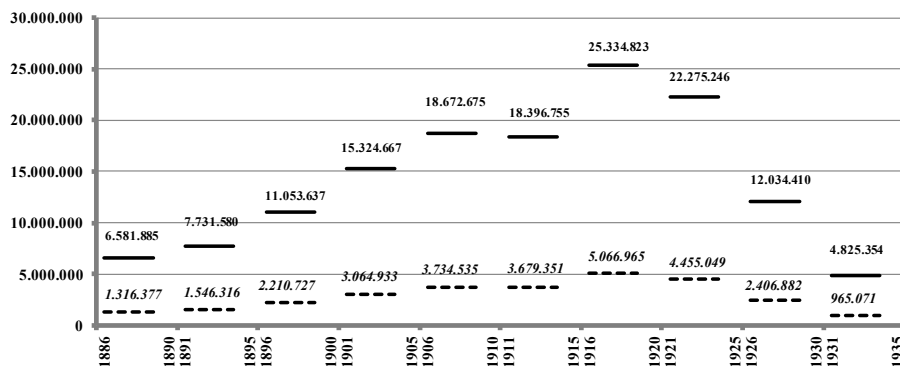
Valor das livranças de qualquer procedência pagos pela casa Pérez
(Valor em pesetas)



Para efeitos de facilitar o exame das oscilações experimentadas no ritmo de pagamentos de livranças aceites pola casa Pérez, complementamos o gráfico anterior com outro representativo das importâncias pagas cada quinquênio mediante o uso de médias móveis: 1886-1890, 1891-1895, etc.

GRÁFICO 508

Evolução das ordens de pagamento de qualquer procedência
Pagamentos quinquenais efectuados (médias móveis) e valores anuais correspondentes



convocada polo Departament d'Història i Institucions Econòmiques (UB), Institut d'Història Jaume Vicens Vives (UPF), Barcelona, 18 de junho de 2004: “Los retornos de América en el siglo XIX: Hombres, dinero, cultura y política”, Barcelona – poderiam ser objectáveis por infringirem esta restrição contabilística. Os valores oferecidos pola autora no *Quadro 1. Giros americanos pagados por MPS e Hijos de Pérez Sáenz entre 1863-1899* poderiam pecar por excesso, porquanto superam amplamente os movimentos da conta de Letras a Pagar constantes dos correspondentes livros maiores. Permitimo-nos expor esta opinião com a maior prudência, dado que deveria ser adequadamente contrastada, mormente considerando a excelente qualidade dos trabalhos de investigação da reconhecida investigadora.

Os pagamentos quinquenais (anuais) aos beneficiários descrevem um arco ascendente que atinge o seu máximo no quinquénio 1916-1920, coincidindo com a conflagração europeia. A actividade irá minguando com rapidez até a sua prática extinção no tumultuoso cenário dos anos trinta.

Depois de termos avaliado o volume de pagamentos de livranças de qualquer procedência, a questão que se suscita é a de avaliar que parte desse volume é de procedência americana. O problema remete para o exame dos livros auxiliares conservados Letras a Pagar.

O tratamento da informação neles contida é uma tarefa tediosa, uma vez que exige transcrever, codificar e reordenar em folha de cálculo os dados relevantes de cada uma das ordens de livrança para proceder ao seu tratamento e classificação.

A expensas de posterior justificação, que abordaremos na próxima secção, podemos avançar a hipótese genérica de que o volume transferido dos países americanos nos anos a que podemos aceder (1885, o primeiro, 1925, o último) se situa à volta dos 75 % do total. Nesta hipótese, a importância paga pela casa aos beneficiários de remessas americanas poderia alcançar os $0,75 \times 148.300.000 = 111.225.000$ pesetas durante os 53 anos referenciados, quer dizer, à volta dos 2.000.000 anuais. O confronto deste valor com o dos gráficos 507 e 508, ambos procedentes do 504, permite precisar a predição. Assim, durante os quinquénios 1906-1910 e 1911-1915, em que o valor dos pagamentos se situava no nível dos 3.700.000 pesetas, pode ser razoável propor o valor de 2.800.000 pesetas como mais representativo.

O passo imediato é projectarmos esta estimação a nível galego. Para tal fim, é preciso construir um *multiplicador* verosímil capaz de projectar, sequer hipoteticamente, a actividade da casa Pérez. Somos conscientes do grau de artifício que tal propósito comporta, mas contodo, cabe argumentar que qualquer estimação é melhor do que nenhuma e que em nada tolhe o respeito pelo dado empírico desde que explicitadas as hipóteses que baseiem a conjectura. Abordaremos em seguida tal exercício.

O valor anual médio de pagamentos, de 2 ou 3 milhões de pesetas, que cabe atribuir à casa Pérez, cai bastante por baixo do esperável, se tomamos como elemento de contrastação a estimação proposta por Villares (1982: quadro III.22, pág. 406) para a casa de banca Soto de Chantada. O valor

defendido pelo professor Villares oscila em torno de 1,27 milhões de pesetas como promédio anual no período 1893-1931, com um total de 55,8 milhões transferidos. Torna-se difícil para nós atribuir à *Banca Soto* umha capacidade de captação de fluxos de transferência ultramarinas equivalente a 50 % dos tramitados pola casa Pérez.

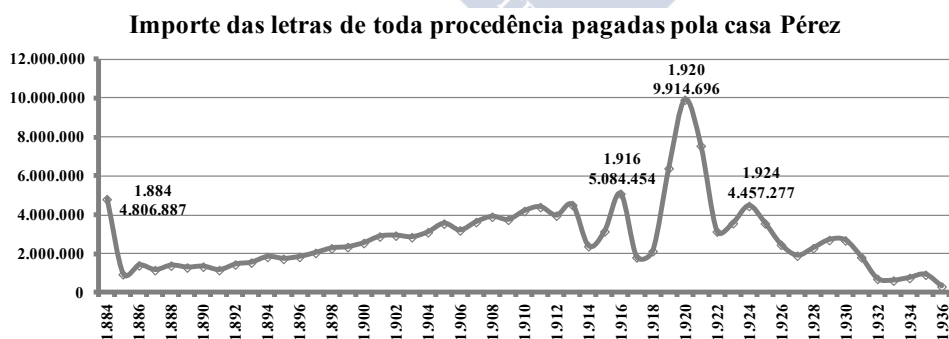
Non escasseiam as estimações formuladas ao longo do tempo sobre a magnitude dos fluxos de transferências ultramarina recebidas na Galiza. O valor que lhes podamos conceder é, naturalmente, incontrastável e limitado à solvência que concedamos ao seu autor.

Umha compilação minuciosa das principais estimações coetâneas sobre a magnitude das remessas recebidas na Galiza é a oferecida por Vázquez González (1988: quadro 5.6). O quadro que propom, abre um amplo leque de hipóteses que vam dos 50 aos 175 milhões anuais para a Galiza e dos 100 aos 800 milhões destinados ao conjunto do Estado.

Deixando à parte as estimações referentes ao último quartel do XIX, que poderíamos qualificar de timoratas à luz do volume de pagamentos efectuados pola casa Pérez na mesma época, as estimações relativas aos dous primeiros decénios do século XX apontam para valores de 50 a 70 milhões anuais e mesmo de 100 a 175 nos primeiros anos 30.

QUADRO 505

Principais estimações das remessas chegadas da América em milhões por ano



(Valores em milhões de pesetas, exceptuados os três primeiros referidos à Galiza – século XIX – expressados em milhões de reais)

Ano	Galiza	Espanha	Fonte
1859	1,2		1
1867-80	5,0		2
1881	2-3		3
1904	40-50		4
1906	48	96	5
1907	70		6
1908		171,9	7
1909		212,9	8
1910		376,9	9
1912		> 500	10
1913		300	11
1914	50-60		12
1920		800	13
1922		541	14
1929	100		15
1933	175		16

1 CONDE DE SAN JUAN, “Emigraciones voluntarias”, en *Galicia. Revista Universal de este Reino*, num. 15, 1861. Este valor refere-se à cidade da Corunha e arredores.

2 COMISIÓN ESPECIAL PARA ESTUDIAR LOS MÉDIOS DE CONTENER EN LA POSIBLE LA EMIGRACIÓN POR MÉDIO DEL DESARROLLO DEL TRABAJO, *Memoria presentada al Ministro de Fomento*, Madrid, 1882.

3 *Idem*.

4 AUGUSTO GONZÁLEZ BESADA, *La emigración*, Madrid, 1905.

5 EDUARDO VINCENTI, *Estudio sobre la emigración. Guías especiales para América y Argelia*, Madrid, 1908. Os dados referem-se ao Banco Español del Río de La Plata.

6 Dado proporcionado por M. M. Munguía. Tomado de Ramón Villares Paz, *Indianos...*

7 Dados do BANCO HISPANO AMERICANO, citados por Rafael Maria de Labra em *La personalidad internacional de España*, Madrid, 1912.

8 *Idem*.

9 *Idem*. Labra dá o valor de 250,8 milhões remetidos polo B.H.A. a que o autor (A.V.G.) adicionou 126,1 milhões de pesetas transferidos polo BANCO ESPAÑOL DEL RÍO DE LA PLATA, segundo o C.S.E., *La emigración española transoceánica (1.911-1.915)*, Madrid, 1916.

10 Dado proporcionado por Abad num artigo da revista *Cuba en Europa*, número 65, 1912; citado por C.S.E., *La emigración española transoceánica (1.911-1.915)*, página 400.

11 Dado proporcionado por Calvet na revista PROGRESO, Barcelona, 1913; citado por C.S.E: *La emigración española transoceánica (1.911-1.915)*, op. cit. p. 400.

12 VIDA GALLEGA, número 63, 1914.

13 RIVAS MORENO, *Los ahorros del emigrante*, Vigo, 1926.

14 EL REGIONALISTA, de Chantada, 26 de agosto de 1923. Citado por VILLARES PAZ, *La propiedad de la tierra...*, p. 397.

15 L. PEÑA NOVO, “El dinero del emigrante”, en R.G.E. número 11-12, 1959.

16 JAIME SOLÁ, citado por VILLARES PAZ, *Indianos...*

Sobre fontes similares às que servem de suporte ao quadro anterior, merece ser citada a opinião da investigadora Blanca Sánchez sobre a emigração espanhola no período 1880-1930²⁴.

“Ya en la Comisión Especial de 1882, el Ingeniero-Jefe de Montes de Pontevedra había calculado de dos a tres millones de reales el importe anual de las remesas en la provincia. El mismo Vincenti había sacado a colación en el debate parlamentario sus estimaciones para el año 1906, que consistían en 96 millones de pesetas que el Banco Español del Río de la Plata había girado a España. De esos 96 millones, Vincenti calculaba que 48 millones correspondían a Galicia. Por su parte, Rísquez Alfonso y Ordoñez mencionaba para 1908, 65 millones de pesetas en giros desde Argentina, mientras que el Ministro de Agricultura, González Besada, estima hacia 1904 una remesa de 40 a 50 millones de pesetas en Galicia, cantidad que a Marvaud le parece “manifestamente exagerada”. Lamentablemente, ninguno de ellos hace explícitos sus métodos de cálculo ni sus fuentes.”

Poderíamos acrescentar mais alguma aproximação a esta questão desde uma abordagem mais especulativa como é a análise das vicissitudes da Balança de Pagamentos espanhola.

A abordagem da questão das transferências procedentes da emigração em perspectiva macroeconómica tem referência obrigada na obra de Joan Sardá (1988) relativa à política monetária e às flutuações experimentadas pela economia espanhola durante o século XIX²⁵. A obra mencionada presta atenção às mudanças experimentadas pela Balança de Pagamentos espanhola nos anos finais do XIX e, embora não chegue ao grau de detalhe preciso para cifrar o volume de remessas implicado na secção de transferências, aborda o problema da sua ordem de magnitude como movimento compensatório dos desequilíbrios manifestados na balança externa. Julgamos de interesse resumir as considerações de Sardá (1988) relativas à década 1880-90, poquanto coincidem com o momento em que Olímpio Pérez toma a decisão de iniciar o registo sistemático dos pagamentos de remessas nos livros auxiliares de Letras a pagar.

24 Sánchez Alonso, Blanca (1995): *Las causas de la emigración española, 1880-1930*, Alianza Editorial, Madrid, pág. 84.

25 Sardá, Joan, (1998): *La política monetaria y las fluctuaciones de la economía española en el siglo XIX*. Editorial Alta Fulla, Colección “Classics del Pensament Econòmic Català”. Barcelona. A obra original data de 1948, ano de acesso de Sardá à cátedra de Economia Política y Hacienda Pública da Universidade de Santiago de Compostela.

Sublinha Sardá que, durante o referido lapso temporal, a onda investidora de construção ferroviária estava definitivamente esgotada, coincidindo com umha conjuntura internacional depressiva. Chama a atenção o autor para o facto de que, a partir do ano de 1882, e em consequência da conversão e unificação da Dívida Pública empreendida por Camacho, se iniciava umha onda de repatriação de dívida externa espanhola²⁶. O volume da dívida resgatada durante o período 1882-1891 poderia ter ascendido, de acordo com as estimações de Sardá, a 1.122 milhões em termos correntes e a 785 milhões de pesetas em valor efectivo, umha vez descontado o efeito da depreciação experimentada pelos títulos no referido período.

O tradicional défice comercial que caracterizava a balança espanhola, unido ao final da onda de investimentos ferroviários e ao mencionado movimento de repatriação de dívida externa, acabariam por provocar fortes exigências de pagamentos aos detentores estrangeiros que Sardá avalia em 2.000 milhões durante o período 1882-1891.

Sardá procede a explorar os possíveis movimentos compensatórios que poderiam financiar estas saídas de numerário, entre as quais só pode citar as remessas ultramarinas, a repatriação de capitais e, muito marginalmente, como reconhece, as receitas por turismo. A conclusão de Sardá é que os fundos afluentes por remessas e repatriações poderiam atingir os 150 milhões anuais, valor que o autor considera congruente com as estimações efectuadas por Jiménez Fernández²⁷ e com os 75 milhões repatriados cada

26 A reforma Camacho 1881-1882 comportou a substituição de subscritores estrangeiros por espanhóis na posse de títulos de dívida pública. O interesse da operação radicava no facto de que o pagamento de juros se realizava em francos ou libras esterlinas, em Paris e Londres, com o conseguinte asseguramento contra a tendência à depreciação da peseta. A contrapartida desta vantagem foi a saída de importantes fluxos de ouro que contribuíram para deteriorar gravemente, junto com o défice comercial, o saldo de reservas de ouro no Banco de España na década 1880-1890. A situação criada comprometeu seriamente o serviço da dívida pública e contribuiu mesmo para a sua expansão. A solução a esta situação propiciou o estabelecimento da pauta aduaneira proteccionista de 1891, que conseguiu finalmente gerar um excedente comercial em benefício dos três grupos interessados na manutenção do proteccionismo: a indústria têxtil catalá, a siderurgia basca e a agricultura cerealista castelhana. Umha análise clarificadora das circunstâncias económicas que presidiu às reformas de Camacho pode encontrar-se em:

García-Iglesias, M^a Concepción (2005): *Ventajas y riesgos del patrón oro para la economía española (1850-1913)*, Estudios de Historia Económica, nº 47, Banco de España.

27 Jiménez Fernández, *Estudio crítico de la crisis monetaria*. A referência de Sardá cabe ser atribuída a José María Jiménez y Rodríguez, economista andaluz nascido em

ano segundo as estimações de Barthe²⁸. Finalmente, as saídas de ouro colmariam a diferença até completar os requerimentos totais²⁹. É manifesto o papel encomendado às remessas externas de simples variável de ajuste.

Para além das estimações compiladas por Vázquez (1988: 96) e do enquadramento macroeconómico de Sardá (1998: 206) há outras hipóteses de contrastação da balança de transferências que talvez pode ser oportuno lembrar. A começar pela investigação do professor Carles Sudrià, em explícita homenagem ao trabalho de 1948 do seu mestre Joan Sardá. O objecto do professor Sudrià é a análise da Balança de Pagamentos espanhola no período 1914-1920³⁰. Outra referência é a oferecida pelo laborioso, profuso e com frequência confuso cronista do acontecer económico da Espanha, José G. Ceballos Teresi. No decurso da sua indagação acerca dos factores determinantes da taxa de câmbio da peseta no período 1901-1918³¹, aborda Ceballos os factores explicativos do sinal da balança comercial: o sinal da balança comercial, a taxa de cobertura ouro dos bilhetes em circulação encaixada no *Banco de España*, o sinal dos orçamentos públicos e mesmo o clima de tranquilidade política e social. A reflexom de Ceballos conclui com a adopção de umha posição eclética: todos e cada um dos factores tenhem incidência similar e complementar na fixação da taxa de câmbio. Depois de

Grazalema em 1859. Em 1875, acedeu por oposição ao *Banco de España*. Publicou artigos em revistas especializadas da época como a *Gaceta de la Banca* e *El Economista*. Em 1905, ganhou o prémio “Conde de Toreno” em concurso extraordinário convocado pela “Academia de Ciencias Morales y Políticas” com a obra *Estudio crítico de la crisis económica* onde analisa o problema da taxa de câmbio. O trabalho foi publicado em 1905. 28 Barthe y Barthe, Andrés (1905). *Estudio crítico de la crisis monetaria*. Tipografía Jaime Ratés, Madrid. Esta memória foi premiada pela Real Academia de Ciencias Morales y Políticas na quinta convocatória do “Premio Conde de Toreno”.

Tanto Barthe como o mencionado Jiménez y Rodríguez merecem breves menções no *Diccionario de Pensamiento Económico en España (1500-2000)*, de Luís Perdices de Blas e John Reeder. Editorial Síntesis, Fundación ICO. Madrid, 2003.

29 A exportação de prata e ouro da Galiza no período 1861-1886 foi objecto de investigação específica por parte da professora Maria Jesus Facal da Universidade de Vigo, com base nos arquivos dos banqueiros compostelanos Manuel Pérez Sáenz e Simeón García.

30 Carles Sudrià, Universidad de Barcelona (1990): “Los beneficios de España durante la gran guerra. Una aproximación a la Balanza de Pagos española, 1914-1920”, *Revista de Historia Económica*, año VIII, nº 2.

31 Ceballos Teresi, José G (1931). *La realidad económica y financiera de España en los treinta años del presente siglo*. Tomo tercero, pags. 515 a 529. Talleres Tipográficos “El Financiero”. Madrid.

assinalar de passagem o traço notável da marcada estabilidade da cotação da peseta no período considerado³² nom obstante o sinal adverso de todos e cada um dos factores explicativos enumerados, conclui Ceballos optando por conceder o papel preponderante ao sinal do saldo comercial.

Após comentar a série de saldos comerciais registados no período 1901-1918, e assinalar a significativa mudança operada no seu sinal: negativo em 1901-1914 (-958,3 milhões de pesetas), positivo em 1915-1918 (+1.722 milhões de pesetas), conclui a sua argumentação atribuindo às remessas da emigração o protagonismo como factor reequilibrador do défice anterior à guerra referido.

“Téngase en cuenta, finalmente, que, como consecuencia de la pérdida de las colonias, se verificó una gran repatriación de capitales, quedando después como normal una importación del ahorro de españoles residentes en América, que se evaluaba por personas conocedoras de ese volumen de importación *en unos 500 millones de pesetas al año* [sublinhado, J. L. F.].

Ello determina sólo por este concepto, que en los catorce años, 1901 a 1914, entraron en nuestro país 7.000 millones de pesetas; y aun reduciendo esta cifra lo que se quiera (...) siempre resultaría en definitiva que el saldo contrario de nuestra balanza mercantil en esos catorce años, como antes hemos dicho, por suma de 958,3 millones de pesetas, quedó cubierto con gran exceso por esas entradas de dinero de América, bastando sus excedentes a cubrir todas las partidas adversas de la balanza internacional de pagos, como los 40 millones del cupón de la Deuda exterior, compras y pagos del Estado en el extranjero, fletes, seguros, etc. Y ahí queda bien patente el por qué de modo automático y por su solo impulso fue subiendo el cambio exterior de la peseta hasta la par, no obstante los otros factores adversos anteriormente apuntados”

O papel explicativo do fluxo de transferências ultramarinas para justificar o comportamento da balança de pagamentos e da taxa de câmbio

32 Umha análise pormenorizada da taxa de câmbio da peseta frente à libra esterlina, o franco francês e o dólar partindo da teoria da paridade do poder de compra no período longo 1868-1995 é oferecida por Aixalá Pastó, José (1999): *La peseta y los precios. Un análisis de largo plazo (1868-1995)*, Prensas Universitarias de Zaragoza, Saragoça. Repassa Aixalá Pastó as principais teorias acerca dos factores explicativos da evolução da taxa de câmbio. O mercado de bens, no longo prazo; o mercado de activos financeiros, no médio prazo, e as expectativas sobre a evolução da economia no curto prazo. Finalmente, opta pela teoria da paridade do poder de compra como principal regulador do valor da moeda nacional. Os resultados tirados da rigorosa investigação a que submete a evolução dos preços internos, externos e das taxas de câmbio da peseta em relação com o franco, a libra e o dólar nom só nom som conclusivos como conduzem a reconhecer que a peseta se valorizou sistematicamente até 1949 em flagrante contradição com a lógica dos preços relativos, Aixalá Pastó (1990: 97).

desempenha, com evidência, o papel de variável oculta de todo aquilo que nom pode ser explicado a partir dos registos estatísticos habituais.

A conclusom prática que cabe tirar das especulaçõs de Sardá e Ceballos Teresi acerca da magnitude das remessas recebidas aponta para um volume de transferências que se move numha ampla gama de 75 a 150 milhons anuais, segundo a hipótese de Sardá, e que chega aos 500 milhons na de Ceballos. A primeira para os anos finais do XIX, a última para os anos prévios à Primeira Guerra Mundial.

Quanto à Galiza, duas poderiam ser, em princípio, as hipóteses mais dignas de crédito, como som as devidas a Eduardo Vincenti e a Augusto González Besada. Eduardo Vincenti (1857-1924), coetáneo do período do auge do fluxo de remessas ultramarinas, deputado permanente pola província da Ponte Vedra desde 1886 até o seu falecimento, alcaide de Madrid (1905-1906), vice-presidente ocasional do Conselho de Ministros e genro e aliado político de Eugénio Montero Ríos, parece reunir umha indiscutível margem de credibilidade. A mesma precisom que caracteriza a sua estimaçom – 96 milhons de pesetas, com data precisa: 1906 – e a via de transferência apontada – *Banco Español del Rio de la Plata* – dotam-na de especial credibilidade, porquanto sugere a disposiçom de informaçom directa procedente da entidade bancária citada. O valor proposto para a Galiza – 48 milhons em 1906, canalizados através do BERP – é, além disso, surpreendentemente congruente com os 40-50 milhons apontados por outra personalidade rutilante da política galega da época, Augusto González Besada, para o ano 1904. Augusto González Besada (1865-1919), membro de umha das famílias mais poderosas da Ponte Vedra; filiado ao Partido Conservador e deputado por várias circunscriçõs, tanto galegas como foráneas, foi Ministro da Fazenda em duas ocasiõs, como também da Governaçom e Fomento, e chegou a desempenhar mesmo a presidência do Congresso e de outras altas instituiçõs da Espanha da Restauraçom. A sua preeminência permite qualificá-lo igualmente de informador fidedigno.

Se damos por boa a estimaçom de 96 milhons de pesetas transferidas para Espanha em 1906 só através do *Banco Español del Rio de la Plata*, a hipótese de que a metade deste fluxo poderia ter como destino a Galiza parece plausível. Se repararmos ademais na estimaçom oferecida no quadro 502, que fixa em 40,5 % o contributo da Galiza à emigraçom espanhola no longo prazo, nada tem de aventurado postular que os 96 milhons atribuídos

às remessas destinadas a Espanha em 1906 poderiam comportar entradas da ordem dos 40 milhões para a Galiza ($96 \times 0,405 = 38,9$), congruente com os 48 milhões, como apontado por Eduardo Vincenti.

O valor de 40 ou 50 milhões anuais transferidos para a Galiza através do *Banco Español del Río de la Plata* no primeiro decénio do século XX poderia ser, portanto, umha estimação razoável, que talvez haveria que duplicar para incluir o resto de entidades bancárias ultramarinas implicadas. Hipótese congruente com o nosso exame dos livros de *Letras a Pagar*.

Contamos, em resumo, com umha estimação congruente com a opinião de Eduardo Vincenti, que situaria as remessas recebidas na Galiza em 1906 em torno dos 80 milhões de pesetas. Nesse ano, o volume de pagamentos de qualquer procedência da casa Pérez foi de 3.200.434 pesetas (Quadro 504), dos quais à volta de 2,4 milhões terão tido procedência ultramarina. Neste caso, o *multiplicador da actividade de transferências* da casa Pérez poderia rondar as trinta e três vezes: $80/2,4 = 33$, o que equivale a admitir que a casa compostelana canalizaria em torno dos 3 % dos fluxos ultramarinos recebidos na Galiza. É razoável tal assunção?

A delimitação de um intervalo verosímil para um multiplicador da actividade financeira da casa Pérez nom é umha tarefa inabordável, embora tenha sempre um carácter conjectural. O problema de assinalar o leque em que poderia mover-se o multiplicador galego de remessas da casa Pérez é de índole *heurística*, a disciplina que se ocupa da arte de resolver problemas mediante o livre jogo da prova e a refutação³³. Dous som os parâmetros que vamos utilizar para delimitar o campo de variabilidade do multiplicador: *a população sujeita à influência do banco Pérez*, e *a quota de mercado ou capacidade de penetração detida pola casa em tal circunscrição*. Naturalmente, deve existir umha relação inversa entre ambos os parâmetros: quanto maior a área de influência suposta, menor a quota de mercado sobre a mesma.

33 A heurística como procedimento de indagação de soluções a um problema tem duas figuras de referência no matemático húngaro George Polya (1887-1885) e no epistemólogo húngaro Imre Lakatos (1922-1974).

G. Polya, 1957 (1945): *How to solve it. A new aspect of mathematical method*, Anchor Books, USA.
I. Lakatos, 1986: *Pruebas y refutaciones. La lógica del descubrimiento matemático*, Alianza Universidad, Madrid.

Duas pequenas obras, directas e provocativas, que convidam ao exame e manipulação de problemas concretos à procura da melhor solução.

A delimitação de um e outro parâmetro é umha opção arbitrária. Umha razoável aproximação ao primeiro pode ser a de seleccionar a população dos municípios que integravam os *Partidos Judiciales* de Santiago (*Boqueixom, Conjo, Enfesta, Santiago, Vedra*), Padrom (*Dodro, Padrom, Rianjo, Rois, Teio*) e Negreira (*Ames, Abanha, Briom, Negreira, Santa Comba*). Como é sabido, os municípios de *Conjo* e *Enfesta* fôrom absorvidos polo de Santiago em 1930 e 1970, respectivamente.

É fácil pôr de manifesto o inevitável viés de arbitrariedade que comporta esta ou qualquer escolha. Estamos a excluir municípios como os de *Valga, Catoira* ou *Ponte-Cessures*, pertencentes ao *Partido Judicial* de Caldas de Reis, ou como o de *Muros*, cuja gravitação sobre a casa Pérez é um traço manifesto na história da companhia. Além do facto de que qualquer escolha deve ser confrontada com o grau de penetração do banco na mesma, circunstância que relativiza qualquer opção, a vantagem de adoptar o *Partido Judicial* como circunscricão é a sua capacidade para conectar o nosso problema com as investigações sobre saldos intercensuais, como as de Barbancho (1967) e Taboada (1996)³⁴, preferidos polos demógrafos para indagar no fenómeno migratório.

A magnitude e ponderação da área compostelana, definida polos três *Partidos Judiciales* conexos de Santiago, Padrom e Negreira em termos de população residente, era a seguinte:

População	1900	1920
Espanha	18.616.630	21.388.551
Galiza (GZ)	1.980.515	2.124.244
A Corunha	653.556	708.660
Comarca compostelana (CC)	110.709	115.301
% CC/GZ	5,59	5,43

Em definitivo, 5 % ou 6 % dos habitantes da Galiza tinham nela residência. A partir de aqui poderia nom ser demasiado ousado atribuir à comarca a mesma proporção no fluxo migratório galego e no fluxo de transferências veiculado através de ordens de pagamento. Som hipóteses metodológicas de carácter tentativo abertas a umha contrastação empírica.

34 López Taboada, J. A. (1996): La población de Galicia, 1860-1991, Fundación Caixa Galicia, Santiago.

Em todo o caso, a relevância do factor territorial na cobrança de remessas é um traço indiscutível. Demonstra-o a frequência de operações de endosso interbancário dirigido para as entidades pagadoras. A residência do destinatário da remessa tinha importância decisiva para determinar o banco pagador, quer por gestom directa do processo aviso/pagamento, quer mediante operação de endosso substitutiva do aviso. O padrom distributivo da recepção das remessas ultramarinas polas diversas instituições bancárias operantes na Galiza era, provavelmente, muito mais simples e concentrado que o padrom distributivo dos pagamentos, que estava obrigado a adaptar-se à residência dos beneficiários. A rede capilar dispersa de casas de banca e agências que cobriam o território galego, alimentadas por umha incessante actividade de endosso, garantiam a adequada circulação das transferências.

A abertura de sucursais emissoras americanas em território galego – caso da sucursal do *Banco Español del Rio de la Plata* em Vigo em 1910 – nom terá alterado notavelmente o padrom distributivo da rede financeira galega senom apenas a forma de esta se alimentar mediante um novo canal de acesso. Seria de grande interesse o conhecimento da actividade de transferências da sucursal viguesa do BERP e a rede de entidades receptoras dos seus endossos em magnitude e localização.

Como é lógico, os Pérez partilhavam negócio bancário na comarca compostelana com entidades competidoras, como *Hijos de Simeón García y Cia*, embora seja bem conhecido o facto de esta entidade ter orientado a sua actividade para o negócio comercial³⁵. Existiam, na época, numerosas casas de banca e agências de carácter local espalhadas por toda a Galiza, fortemente ancoradas na localidade onde estavam sediadas. No seu círculo imediato, concentravam serviços de intermediação de todo o tipo e, com certeza, os de transferências ultramarinas destinadas à comarca. Casos como os da *Banca Miñones* de Corcubión ou a *Banca Soto* de Chantada e tantas outras como as estudadas por García López (2003), assi o testemunham. Sabemos da existência da *Banca Fabeiro* em Negreira com estreitas relações com bancos americanos sacadores, especialmente

35 Facal Rodríguez, M^a J. (2005): "Los orígenes del Banco Simeón. Evolución de los negocios de Simeón García de Olalla y de la Riva (1857-1983) ", Comunicaçom ao VIII Congresso da Asociación Española de Historia Económica, Compostela, Setembro 2005.

cubanos. Obviamente, o peso da casa Pérez no pagamento de livranças ultramarinas, era partilhado na sua área de influência com estas entidades competidoras até um ponto difícil de precisar.

Combinemos, sem mais delongas, os dois parâmetros discriminantes escolhidos para compormos umha *matriz de multiplicadores* descritiva do peso da casa Pérez no conjunto da Galiza.

O exercício, de carácter heurístico, permite concluir que, se a quota de população que cabe atribuir à casa Pérez se move no intervalo [5 %, 6 %] da população galega, e o nível de controlo sobre esta área se movia no intervalo [40 %, 80 %], a quota de mercado da casa na Galiza se situaria no intervalo [2 %, 4,8 %]

Quota de mercado na Galiza em tanto por um: $\pi \phi$			
Quota população: $\pi \downarrow$	Quota fidelização: $\phi \downarrow$		
	0,8	0,6	0,4
0,050	0,040	0,030	0,020
0,055	0,044	0,033	0,022
0,060	0,048	0,036	0,024

Em consequência, cabe prognosticar um intervalo do multiplicador da actividade financeira da casa no intervalo de [21, 50]. Muito aberto mas sujeito a hipóteses potencialmente razoáveis e potencialmente refutáveis.

Multiplicador galego da quota: $1/(\pi \phi)$			
Quota população: $\pi \downarrow$	Quota fidelização: $\phi \downarrow$		
	0,8	0,6	0,4
0,050	25,0	33,3	50,0
0,055	22,7	30,3	45,5
0,060	20,8	27,8	41,7

No intervalo de multiplicação [20, 50], optámos por valores próximos do valor inferior, 20, congruente com a hipótese de atribuir unha presença forte à casa Pérez (80 % da operativa bancária) sobre um conjunto demográfico significativo que pode ser cifrado em 6 % da população galega mais próxima da cidade de Santiago: 120.000 a 130.000 habitantes.

O fluxo anual de 2 a 3 milhões de pagamentos anuais efectuados pela casa a partir de 1905 comporta volumes na ordem dos 40 a 60 milhões, se aceitamos o multiplicador 20. A estimação de Augusto González Besada (*La emigración*, 1905) ou a de *Vida Gallega* n.º 63, 1914, (Quadro 505) ajustam-se perfeitamente a esta hipótese. A custo poderíamos admitir a hipótese de Eduardo Vincenti (*Estudio sobre la emigración. Guías especiales para América y Argelia*, Madrid, 1908), uma vez que se refere unicamente ao contributo parcial do *Banco Español del Río de La Plata*.

Nom podem ser descartadas as avultadas estimações referidas a 1929 e 1933, ambas congruentes com o extraordinário nível alcançado pelos pagamentos no período, mas, a carência de livros de *Letra a Pagar* relativos a este período impede avançar hipóteses orientativas.

Pouco mais podemos avançar na estimação do montante íntegro das remessas tramitadas pela banca galega em ausência de trabalho empírico adicional capaz de reduzir o âmbito de incerteza em que nos movemos. Um trabalho sistemático sobre o movimento dos livros maiores da banca galega da época seria altamente esclarecedor.

5.4 A pesquisa nos livros auxiliares de registo de livranças a pagar conservados na casa Pérez

Um exame pormenorizado dos livros auxiliares de *Letras a pagar* é ineludível, como já foi argumentado, para determinar o peso das remessas americanas no conjunto de livranças atendidas pela casa Pérez procedentes dos movimentos registados nos livros Maiores e reflectidos no quadro 504. Outras particularidades das livranças, como o país de procedência, a entidade emissora, a importância remetida, procedem também desta fonte, que tem o seu complemento insubstituível nos livros de CCC que explicitam com formato de livro diário as condições mutuas que regulavam a operativa da casa Pérez, tanto com a banca americana emissora de ordens de pagamento como com a banca galega implicada em operações de endosso de remessas. A dificuldade com que tropeçou esta investigação foi o carácter fragmentário dos livros de *Letras a pagar*, ineludíveis para dirimir o peso das remessas americanas no total de pagamentos e as suas características.

As CCC registam ordenadamente todas as operações cruzadas com cada correspondente do banco, das quais som parte importante al livranças remetidas por estes para o seu pagamento, que som debitadas nas contas e compensadas por crédito dos valores oferecidos em contrapartida. A importância das CCC reside em que permitem indagar no escorregadiço assunto dos lucros derivados do tráfego de remessas. As operações de encerramento anual das contas fixam com precisom as retribuições mútuas da casa e o correspondente na gestom do tráfego financeiro do ano. A inspecção dos assentos cruzados entre os Pérez e os seus correspondentes constitui um elemento de grande interesse para conhecermos as particularidades da gestom do fluxo de remessas e a índole de contraprestações oferecidas polos pagamentos requeridos. A dimensom lucrativa do tráfego de remessas e as práticas bancárias habituais na sua gestom constituem, em definitivo, a função dos registos das CCC. Tanto os livros auxiliares de *Letras a pagar* que nos foi possível localizar como as CCC constituem, portanto, fontes documentais imprescindíveis para o estudo dos fluxos ultramarinos de remessas, mas só no caso dos registos de *Letras a pagar* procederemos a examinar toda a informação localizada enquanto o estudo das CCC se limitará aos dous volumes correspondentes ao exercício de 1907. A razão é que o cotejo dos livros de *Letras a pagar* se torna imprescindível para discernir a procedência das ordens de pagamento consignadas no Quadro 504, enquanto reputamos suficiente um exame rigoroso num ano que cabe qualificar de representativo para termos umha ideia precisa da dimensom lucrativa do tráfego e dos usos financeiros estabelecidos.

A colecção de livros auxiliares de CCC deparou-nos a oportunidade de correlacionar algum dos assentos neles consignados com os seus correspondentes apontamentos nos livros auxiliares de Letras a Pagar e também com os assentos correlativos nos livros Maiores. Consideramos pertinente pôr em destaque estas conexons como confirmação afortunada da sólida coerência contabilística que preside aos diferentes registos criados pola casa para assegurar a plena disposição da informação requerida a qualquer momento, tanto em relação com os correspondentes do negócio de transferências ultramarinas como para atender as possíveis reclamações dos seus beneficiários.

Esbarrámos, por acaso, com um assento no livro de CCC, datado de 29 de dezembro de 1906, relativo às livranças comunicadas polo *Banco Español*

del Rio de la Plata, que nos conduziu ao seu assento correspondente no livro auxiliar de *Letras a pagar*, que cobre as operações do período 19-07-1906 a 26-01-1907. Comprovámos neste o registo de umha série de doze ordens de pagamento com data de entrada de 3 a 6 de dezembro de 1906 e ordens de aviso consecutivas numeradas de 51.274 a 51.285 num total de 3.270,95 pesetas e importâncias variáveis de 50 a 1.050 pesetas. A praça de emissão resenhada é Montevideo e entidade sacadora o *Banco Español del Rio de la Plata* através da sua sucursal de Madrid. O livro de *Letras a pagar* faz constar, naturalmente, o nome e apelidos dos beneficiários, ainda que não a sua residência ou paróquia. No mesmo livro auxiliar, podemos comprovar que a totalidade das livranças referidas foi cobrada de imediato embora uma delas tenha demorado até abril de 1907.

O livro auxiliar de CCC correspondente ao ano de 1907, volume I, folha 41, abre o registo de assentos relativos ao *Banco Español del Rio de la Plata de Madrid*, *s/cta* com o seguinte apontamento, o primeiro do ano:

Janeiro 2: Varios, s/g m/c, giros 51.274/86 → dia: 2 → (números): 65 → (importe) 3.270,95 pesetas³⁶

O tecnicismo de *dias* decorridos e *números* atribuídos som parâmetros úteis para efeitos de liquidação dos juros imputados pelo *método Laffite*, que foi objecto de atenção no Apêndice 31.

As operações compensatórias ou contrapartidas entregadas pela banca americana emissora das ordens de pagamento instrumentavam-se mormente mediante simples transferências através do *Banco de España*. O procedimento habitual eram o crédito directo na conta dos Pérez no *Banco de España* por quantidades redondas comunicadas e registadas no livro de CCC. É habitual rubricar este tipo de assentos com a abreviatura “s/abc” que interpretamos como “o seu crédito em conta”. Alguns créditos alcançam notável quantia, como os que podemos observar nos registos de CCC do *Banco Español del Rio de la Plata s/c* na primeira quinzena de 1907, com montantes de 100.000 pesetas e 140.000 pesetas. Não são infrequentes também as operações de compensação instrumentadas em forma de remessas de *letras a cobrar* na comarca de Santiago ou a *negociar* noutra praça.

³⁶ Os dias consignados no assento são os decorridos desde o primeiro de janeiro, a rubrica contabilística *números* resulta da operação requerida pelo *método Laffite* (Apêndice 31) para a liquidação semestral dos juros a pagar: $(2 \times 3.270,95) / 100 = 65$.

O tráfego compensatório das remessas ultramarinas constitui um estímulo patente em favor da internacionalização da actividade bancária, como se observa na progressiva presença de títulos americanos na carteira do banco e, através dele, dos clientes interessados na sua aquisição.

Também é possível localizar operações compensatórias onde a entidade pagadora espanhola, a casa Perez, exerce uma posição activa e requer do sacador americano operações compensatórias predeterminadas. Seleccionamos, a título ilustrativo, um par de cartas da casa Pérez dirigidas às sucursais madrilena e parisiense do *Banco Español del Rio de la Plata*. Ambas datadas em Santiago em 27 de agosto de 1921 e procedentes do livro copiador de cartas rubricado com o número 41.

Banco Español del Rio de la Plata, Madrid.

Muy Sres n/: Confirmamos n/carta de hoy. Remitimos a Vds un cheque n° 14764 de \$ 3.500 m/l a su favor y s/Buenos Aires que rogamos liquiden con abono en cta del líquido.

Agradecemos a Vds se sirvan anotar para girar las siguientes sumas:

Fr. 100.000 (cien mil) a cargo de su casa de París.

L.E. 5.000 (cinco mil) a cargo de su casa de Londres.

\$ 10.000 (diez mil) a cargo de su casa de Buenos Aires, avisándonos por telegrama (sublinhado no original) el cambio a que hayan efectuado esta operación. Mucho hemos de agradecer procuren hacerlo al mejor cambio posible.

Después de negociadas estas sumas, les rogamos que por medio de transferencia del B.E. nos envíen el aproximado a nuestro favor.

Anticipamos gracias y quedamos suyos afmos. s. s.

Banco Español del Rio de la Plata, Paris.

Muy Sres n/: Confirmamos n/carta del 24 (acuse de recibo de um resguardo de valores: J.L.F.).

Por la presente participamos a Vds que con esta fecha damos orden a su casa de Madrid para que giren a cargo de Vds FR. 100.000 (cien mil) que rogamos atiendan con cargo a n/cta.

Suyos affmos s.s.q.e.s.m.

Pela primeira operação, H.O.P. girava um cheque à cobrança de 3.500 \$ à sucursal do BERP em Madrid com cargo à sede central do BERP em Buenos Aires para que lhe fosse creditado na conta que mantinha na sucursal. Na mesma carta, H.O.P. dava ordem à sucursal madrilenha do BERP de proceder a transferir-lhe via *Banco de Espanha* os saldos que mantinha nas sucursais do BERP em Paris, Londres e na própria sede central de Buenos Aires. Trata-se de umha operação de provisão de fundos com cargo aos saldos que os Pérez mantinham creditados na rede internacional do BERP.

A taxa de juro aplicada para a liquidação dos créditos mútuos gerados pelas operações cruzadas entre os correspondentes era, em princípio, comum para ambos os correspondentes. Interessa destacar que um banco sacador eminente como era o *Banco Español del Rio de la Plata* devia cuidar-se de prover pontualmente um fluxo de remessas compensatórias estável, em magnitude e cadência ao de ordens de pagamento emitidas, a fim de minimizar os custos financeiros que comportaria qualquer desfasamento significativo no ritmo de compensação. A taxa de juro mútua acordada para remunerar as posições credoras mútuas era habitualmente moderada; no caso do *Banco Español del Rio de la Plata* nem superava 1 % dos saldos transitórios pendentes. O manifesto cuidado que presidia ao mecanismo ordem de pagamento / crédito compensatório dota de bastante irrelevância a taxa de juro acordada para regular o tráfego financeiro; qualquer operação de sobre-compensação ou provisão antecipada de recursos permitia reverter o sinal dos juros a liquidar no final do período.

Para além dos juros devidos polos créditos transitórios gerados pelo fluxo de remessas e compensações, o interesse lucrativo do tráfego de remessas para a entidade pagadora residia nas comissões pactuadas pelo serviço de pagamento prestado, esse si, favorável em qualquer caso ao banco pagador. O custo de prestação de serviços, embora variável segundo o pacto de correspondência acordado era, porém, notavelmente moderado. As comissões aplicadas ao *Banco Español del Rio de la Plata* situavam-se em torno de 1/2000 para os pagamentos de carácter ordinário e de 1/400 para os de índole indirecta. O leque de remuneração delimitado para o serviço, 0,05 % a 0,25 %, oscila entre 1/100 e 1/20 de 5 %, taxa que podemos considerar representativa do nível de juros prevalecente na altura. A casa Pérez levava umha contabilização minuciosa dos pagamentos segundo

o carácter directo ou indirecto da operação. Durante o ano de 1907, a que nos vimos referindo, o montante dos débitos registados frente ao BERP, basicamente ordens de pagamento, ascendeu a 3.034.792 pesetas e comportou um volume de comissões por serviço de apenas 1.699 pesetas: 1/1.786 do volume operado.

Parece razoável concluir que mais do que juros e comissões, as vantagens mais prezadas do tráfego de remessas para o banco pagador provinham do seu favorável impacto em termos de expansão e internacionalização da actividade bancária e do acesso a novos âmbitos operativos como a negociação com activos financeiros em carteira ou a especulação sobre divisas em cooperação com os aforradores locais. Um estudo das contas de ordem de valores em depósito abriria, decerto, interessantes perspectivas neste campo.

A nossa conclusão sobre a moderação do lucro retirado pela rede bancária do fluxo de remessas tramitado deriva de um exame documental limitado aos movimentos registados no livro de CCC do ano de 1907. Ano para o qual contamos também com documentação precisa procedente de um dos livros auxiliares de Letras a Pagar. Uma avaliação completa do problema dos lucros bancários extraídos do fluxo de transferências exigiria, com certeza, estender o âmbito temporal da indagação, especialmente aos anos que registam picos máximos de transferências, bem delimitados no Gráfico 507. Contudo, não parece razoável admitir grandes mutações na operativa bancária ou nas taxas mútuas pactuadas, nem há razão para considerar o ano de 1907 pouco representativo, com estas cautelas não parece temerário manter a hipótese de umas margens de lucro operativo moderado, na falta de ulterior investigação.

Figemos referência aos vínculos existentes entre os débitos registados nas CCC e os apontamentos consignados nos livros auxiliares de Letras a Pagar para controlar a gestão dos pagamentos. Daremos mais uma prova dos vínculos que conectam os documentos contabilísticos de registo do fluxo de transferências ultramarinas. Neste caso, o livro auxiliar de *Letras a pagar* que cobre o período 15-11-1924 a 18-07-1925, último dos volumes que nos foi possível encontrar e estudar, e o correspondente livro *Maior* de 1924.

O livro *Letras a pagar* mencionado contém uma nota à margem datada de 31-12-1924 em que se faz constar o montante das livranças

pagas e avisadas durante o ano decorrido: 4.457.276,86 e 5.061.143,12, respectivamente, que coincidem obviamente com os valores que figuram no quadro 504 correspondentes ao ano de 1924, extraídos do correspondente Maior. A comprovação, de novo casual, confirma que a sequência: movimentos de ordens a pagar aceites e liquidadas, livro *Maior* → destrinça das mesmas mediante o livro auxiliar de *Letras a Pagar*, se existirem, é a única abordagem possível quando nos enfrentamos a uma contabilidade bancária, a não ser a opção por métodos rigorosos de amostragem bem formulados.

Abordamos já a análise sintética dos livros auxiliares de *Letras a Pagar* que vêu precedida de um árduo labor de transcrição, manipulação e organização mediante as funções matriciais disponíveis nas folhas Excel e posterior interpretação de resultados.

Um primeiro assunto que mereceria esclarecimento é o do formato físico das denominadas genericamente letras a pagar. Não tivemos sucesso na localização de algum exemplar residual de uma ordem de pagamento pendente de execução no arquivo dos Pérez, motivo pelo qual não podemos avançar uma opinião sobre o seu formato material: letra de câmbio formal, ordem de pagamento mais ou menos formalizada ou simples aviso de remessas com indicação da importância justificante da dinâmica de débitos e créditos mútuos. Em todo o caso, cada livrança ou letra continha informação completa para preencher o conjunto de características que individualizavam e justificam cada ordem de pagamento, objecto de registo e controlo minucioso, nos livros auxiliares de *Letras a Pagar*. Na falta de confirmação documental do formato físico empregue, consideramos provável que a letra de câmbio *stricto sensu* fosse perdendo protagonismo como instrumento de ordem de pagamento, não obstante o seu destacado papel no tráfego comercial durante o último período do século XIX. Se parece confirmar-se que a letra de câmbio formal, como instrumento essencial do direito cambiário, sobreviveu um tempo mais ou menos longo como veículo das ordens de transferência, como demonstram outras investigações sobre o tráfego de remessas ultramarinas³⁷ Parece

37 De especial valor, tanto documental como metodológico, é, na nossa opinião, a obra: García López, José Ramón (1992): *Las remesas de los emigrantes españoles en América. Siglos XIX y XX*, Ediciones Júcar, Fundación Archivo de Indios, Gijón. O estudo contém um fac-símile de letra de câmbio de 1891 como instrumento de transferência procedente de Havana.

claro, porém, que a complexidade e formalidade do instrumento cambiário, tivo que dar lugar a umha instrumentação mais ligeira baseada na confiança entre os correspondentes bancários mediadores. Parece razoável suster, em definitivo, que as “letras de pagamento” à que fai referência o encabeçamento dos livros auxiliares de registo, devem ser simples títulos ou notas enviados a modo de ordem de pagamento sob a autoridade e responsabilidade do banco emissor ultramarino, nos quais se fariam constar com maior ou menor precisom os dados do remetente e do beneficiário. Os requisitos do direito cambiário relativos à letra de câmbio, como timbres, prazos de pagamento e protesto com toda a sua complexa casuística devem ter experimentado um processo de simplificação rápido e radical embora nom nos tenha sido possível comprovar este assunto na nossa pesquisa documental. Contodo, umha simples inspecção do formato adoptado polos assentos justificativos do tráfego nas CCC aponta para a simplicidade da instrumentação: “s/g m/c” (seu giro a meu cargo) ou “devolução s/g” sugere tratarem-se de simples ordens de pagamento de carácter reversível e sem especial formalidade.

Os livros auxiliares de *Letras a pagar* fam parte do depósito documental custodiado polo *Banco Gallego*³⁸, em cujas dependências desenvolvemos o trabalho de documentação. Como já foi repetido, apenas conseguimos localizar seis livros auxiliares avulsos da série completa que levava a casa para efeitos de controlar o bom fim das livranças recebidas.

O primeiro livro que pudemos localizar tem data de início de 1 de janeiro de 1885 e vem rubricado com o número 1. Em 1890, a casa tinha aberto já um livro rubricado com o número 9 e, no ano seguinte, mais um com o número 11. Em algum ano posterior, que nom fômos capazes de precisar, a numeração correlativa foi abandonada e os últimos livros encontrados já nom a levam.

38 A amável deferência da gerência do banco facilitou-nos o pleno acesso aos arquivos dos Pérez distribuídos, na altura, entre o sótão da sede matriz da Praça de Cervantes e um armazém situado nas marinhas corunhesas, onde se guardava a maior parte da documentação em notável desordem e desleixo de qualquer cautela de conservação.

QUADRO 506

Livros auxiliares “Letras a pagar” localizados. Período coberto: 1885-1925.

Denominação	Datas inicial e final		Numeração atribuída	Dias cobertos	Operações registradas	Pagamentos em pesetas
“Nº 1. Letras a pagar”	1-01-1885	25-09-1885	1→2.366	268	2.366	1.504.629
“Nº 9. Letras a pagar”	23-05-1890	6-09-1890	28.183→30.070	107	1.881	1.089.671
“Nº 11. Letras a pagar”	6-07-1891	11-05-1892	35.062→40.045	311	4.990	2.225.020
“Letras a pagar”	9-08-1906	29-01-1907	46.471→51.950	174	5.500	2.456.521
“Letras a pagar”	4-07-1911	30-12-1911	24.490→30.490	180	6.001	3.135.866
“Letras a pagar”	15-11-1924	18-07-1925	167.295→173.724	246	6.008	4.904.428
Total				1.286	26.746	15.316.135

A numeração atribuída às livranças é a atribuída polos Pérez e pretendia seguir a ordem dos avisos. É possível observar, contudo, discrepâncias entre os códigos numerais atribuídos e o número de operações registradas. A existência de livranças anuladas, repetidas, não pagas ou mesmo pagas sem prévio aviso constituem as causas principais dos desajustes apontados. Também oferece alguma dificuldade a conexão das séries de avisos e pagamentos que aparecem superpostos e dispersos nos livros auxiliares, dificultando a confrontação da informação que contêm, com frequência complementar.

O esforço de transcrever e classificar 26.746 operações, (valor a pagar, procedência geográfica, banco emissor ou endossante) que comporta pagamentos no valor de 15.316.135 pesetas e cobre um lapso temporal de 1.286 dias de actividade não nos impede reconhecer a sua insuficiência para esclarecer e especificar as exigências que comporta a actividade de pagamentos por ordem de outrem que resume o Quadro 504. A informação reunida cobre escassamente 9 % do período temporal 1885-1925 e 12% dos pagamentos nele efectuados. Do primeiro dia do ano de 1885 até o final de 1925 decorrem quase 15.000 dias (14.975), dos quais podemos aceder a 1.286: 8,6 %. O volume de pagamentos documentados, 15.316.135 pesetas só atinge 12 % do montante de 131.124.319 pesetas pagas entre 1885 e 1925, de acordo com o Quadro 504. A estas limitações há de acrescentar-se a distribuição temporal da informação localizada, abundante nos períodos

1890-1892 e 1906-1911 e escassa no resto do período submetido a análise.

Primeiras operações de remessas registadas pela firma Hijos de Pérez Sáenz S.R.C.: 13-15 de dezembro, 1884

Procedência	Sacador	Ordem (perceptor)	Por conta de (remetente)	Valor em \$	Valor em pts.
Havana	H. Upmann	Maria Lois	Tomás de la Calzada	16,00	80,00
		Juana Losada		26,00	130,00
		Juan Gerpe		200,00	1000,00
		Baltasar Recarey		63,30	316,50
		Manuel Carbia		64,00	320,00
		Manuel Codeso		197,78	988,90
		Ig ^o Baloiras		66,00	330,00
		Ramon Blanco		57,00	285,00

As primeiras operações registadas no livro auxiliar rubricado com o número 1 correspondente ao ano de 1885, no qual comandavam já a casa Pérez os herdeiros de Manuel Pérez, Olímpio e Cândido, sob a denominação social de *Hijos de Pérez Sáenz S.R.C.* As ordens procediam na sua totalidade de Havana e correspondiam a operações emitidas naquela cidade nos dias 13 e 15 de dezembro de 1884. O remetente, *Tomás de la Calzada*, era um afortunado home de negócios sevilhano dedicado, entre outras actividades, a intermediar operações de transferência de remessas de procedência cubana na sua condição de agente de H. Upmann. As livranças registadas foram sacadas por *H. Upmann y Cia*, sociedade do negociante alemão Herman Upmann estabelecido em Havana em 1840 e fundador da nomeada fábrica de charutos do mesmo nome no ano de 1844³⁹.

39 Os irmãos Herman y August Hupmann, fundadores da prestigiosa fábrica de cigarros H. Upmann, chegaram à ilha de Cuba em 1843 procedentes da cidade de Bremen, antigo porto hanseático e ponto de entrada, na altura, de grande parte do tabaco e o vinho para a sua comercialização na Europa Central. O Capitão-Geral da ilha na altura, Leopoldo O'Donnell, concedeu-lhes logo licença para fabricar e vender cigarros. Em 1844, inauguravam em Havana uma pequena tabacaria sob a denominação H. Upmann.

A firma aproveitou o auge do tabaco a nível mundial e o crescente prestígio alcançado pelo tabaco cubano na segunda metade do século XIX. Em 1890, construíram um espectacular edifício industrial em Havana como centro do seu negócio tabaqueiro. Em 1894, faleceu Herman na Alemanha deixando três filhos, dos quais os dois mais velhos retornaram a Havana a fim de continuarem com o negócio sob a tutela do tio August, que regressou posteriormente à Alemanha confiando o negócio aos sobrinhos. Foram estes os que procederam a ampliar o negócio estendendo-o às actividades financeiras. Para tal fim, abriram uma casa de banca e outros negócios mercantis. Em

O câmbio aplicado na altura era, como se observa, de 5 pesetas por peso cubano⁴⁰.

As últimas operações que nos foi possível documentar nos livros auxiliares procedem da República Argentina, sendo o banco sacador também um agente significativo na história financeira daquele país⁴¹.

Últimas operações de transferências ultramarinas registadas por Hijos de Olimpio Pérez, S.R.C.: 2-3 de Julho, 1925

Procedência	Sacador	Ordem (perceptor)	Por conta de (remetente)	Valor,
Buenos Aires		Pilar M. Teres		840,14
Bahía Blanca	<i>Banco de la Nación Argentina</i>	Manuela Iglesias	<i>Credit Lyonnais Madrid</i>	250,00
1º de Mayo		Bernardo Varela		300,00
Rosario		Mª Concepción		4.138,20

No decurso das pesquisas à procura de exemplares de livros auxiliares de pagamento de remessas, pudemos localizar um par de livros auxiliares cuja missom era o registo de ordens anuladas ou pendentes de pagamento por falta de comparência dos beneficiários⁴². Ambos os dous cobrem um extenso lapso temporal demonstrativo da sua minguada utilidade. Ordinariamente, o cobro de remessas nem costumava demorar. É claro que se tratava de operações muito esperadas, destinadas como estavam,

1904, inauguráram um emblemático edificio em Havana como sede do banco. A crise económica dos anos 1920 levou a banca Upmann à falência ao tempo que a firma houve de se submeter a penhora por acumulação de incumprimentos. Finalmente, a fábrica de tabacos foi vendida em 30.000 dólares a finais do ano de 1922 à empresa britânica *Frankau S. A.*

40 É possível consultar um interessante resumo do sistema monetário cubano, incluído o período colonial espanhol em:

Horta y Pardo, Constantino (1916): *La moneda y los sistemas monetários de todas las naciones*, La Habana, Biblioteca Hispano-Americana de Ciencias Comerciales. Na secção dedicada ao sistema cubano, o autor atribui a descoberta de “esta hermosa, hoy culta y próspera República” “al inmortal nauta galiciano Cristóbal Colón”. A pegada do ilustre ponte-vedrês Celso García De La Riega (1844-1914), bom conhecedor de Cuba e apóstolo da teoria do Colom galego parece ter deixado aqui o seu vestígio.

41 O *Banco de la Nación Argentina* foi fundado a finais de 1891 por iniciativa do Presidente Carlos Pellegrini começando a operar com sede em Buenos Aires. As razões que abonáram a sua criação remetem para uma das crises periódicas experimentadas pelo sistema financeiro argentino e a necessidade de evitar o colapso da actividade exportadora em que a República baseava a sua economia. O *Banco Nacional* antecedente, fundado por iniciativa do Presidente Avellaneda em 1872, entrara em falência naquela altura.

42 *Giros anulados provisionalmente, 8-11-1907/11-10-1948; Letras a pagar pendientes desde 1910, 25-01-1925/8-07-1929.*

com frequência, a cobrir necessidades persistentes e talvez peremptórias. Só nalgum caso pudemos observar demoras de certa consideração, como também a existência de operações de retrocesso a resultados de remessas não reclamadas (Vide nota *d*, Quadro 504).

Resumimos no seguinte quadro os resultados mais relevantes que pudemos tirar da análise dos livros auxiliares de Letras a pagar.

QUADRO 507

Valor documentado das remessas pagas segundo a área geográfica de procedência

	Dias naturais cobertos	Galiza	%	Espanha	%	América	%	Outras proce- dências	%	Total trans- ferido	%
1885	268	417.425	27,7	61.178	4,1	990.783	65,8	35.244	2,3	1.504.629	100
(...)											
1890	107	190.112	17,4	29.631	2,7	862.377	79,1	7.551	0,7	1.089.671	100
1891											
1892	311	610.449	27,4	73.825	3,3	1.489.985	67,0	50.762	2,3	2.225.020	100
(...)											
1906											
1907	174	552.255	22,5	102.269	4,2	1.767.524	72,0	34.472	1,4	2.456.521	100
(...)											
1911	180	450.156	14,4	196.036	6,3	2.448.284	78,1	41.391	1,3	3.135.866	100
(...)											
1924											
1925	246	459.877	9,4	150.657	3,1	4.026.531	82,1	267.364	5,5	4.904.428	100
	1.286	2.680.273	17,5	613.596	4,0	11.585.482	75,6	436.784	2,9	15.316.136	100

A conclusão mais destacável para os nossos propósitos é o predomínio indiscutível das transferências de procedência americana: $11.585\,482/15.316.136 = 0,76$ com oscilações seculares contidas nos extremos 65,8 % (1885) ↔ 82,1 (1925).

Outra conclusão de notável interesse que em seguida veremos é o notável equilíbrio dos envios procedentes das Repúblicas do Prata – Argentina e Uruguai – e as de origem caribenha, Cuba sobretudo, mas também Porto Rico. A evolução deste equilíbrio pode ser contrastada no Quadro 508.

QUADRO 508

Importe documentado das remessas americanas segundo a procedência

	Repúblicas do Prata	%	Caribe	%	Resto da América	%	Total	%
1885	333.385	33,6	604.861	61,0	52.536	5,3	990.783	100
(...)								
1890	402.710	46,7	445.891	51,7	13.775	1,6	862.377	100
1891								
1892	566.590	38,0	870.083	58,4	53.312	3,6	1.489.985	100
(...)								
1906								
1907	1.121.325	63,4	541.853	30,7	104.345	5,9	1.767.524	100
(...)								
1911	1.774.977	72,5	529.024	21,6	144.283	5,9	2.448.284	100
(...)								
1924								
1925	1.912.256	47,5	2.050.293	50,9	63.982	1,6	4.026.531	100
	6.111.243	52,75	5.042.006	43,52	432.233	3,73	11.585.482	100

A comparaçom entre os fluxos de procedência galega e os provenientes do resto do Estado parece apontar para umha notável desconexom da economia galega com a do resto do Estado com o consequente predomínio das transaçoms, comerciais e persoais, formuladas em circuito curto. Os três primeiros decénios do século XX terão contribuído a paliar a desconexom apontada com o estímulo do processo modernizador que vigorou sob o reinado de Alfonso XIII (1902-1931), se acreditamos nas conclusoms de investigaçoms recentes sobre tal período, das quais temos feito referência⁴³.

A pugna entre as procedências cubana e argentina e a prosperidade relativa de umha e outra área económica ultramarina suscitam questoms historiográficas de índole tanto económica como antropológica ou cultural, se queremos incluir a actividade das colónias galegas residentes além-mar e o seu eco sobre a construçom da consciência colectiva galega.

A evoluçom da conjuntura económica cubana e argentina parece confirmar a sequência de várias ondas de prosperidade que teriam

43 García Delgado, J.L. (2002), *La modernización económica en la España de Alfonso XIII*, Madrid, Editorial Espasa Calpe, Colección Austral.

contribuído para encorajar a maior ou menor propensão de transferências das respectivas colónias emigrantes para a pequena pátria originária.

A economia cubana gozou de um notável grau de prosperidade a partir do ano de 1880 em que foi abolida a escravatura, que foi seguida mesmo de episódios de importação activa de contingentes de mão-de-obra sazonal procedentes das Astúrias, Galiza e as Ilhas Canárias. Não é possível esquecer a expansão do negócio exportador animado por entidades como o *Banco Colonial* e o *Banco Español de la Isla de Cuba*, ambos em mãos de comerciantes espanhóis, a partir das operações de financiamento da guerra colonial, (Moreno Fraginals, 2001). O crescimento da produção de açúcar, tanto em Cuba como em Porto Rico e na República Dominicana, foi espectacular durante os primeiros anos vinte do século XX, estimulado pela crise da produção açucareira europeia provocada pela guerra de catorze (Moreno Fraginals, 2001, 486 e seguintes). Os efeitos desta onda de prosperidade são patentes no Quadro 508.

Quanto à República Argentina, o país experimentou um ciclo de inegável bonança entre os anos 1895 e 1913 com ondas de prosperidade acentuadas nos períodos 1918-1921 e 1924-1929, Rock (1988).

O predomínio cubano parece ter prevalecido nos anos finais do século XIX com um forte ressurgir na década dos vinte do século XX. Argentina protagoniza, em troca, o fluxo de transferências durante os primeiros anos do século XX, prévios à Primeira Guerra Mundial.

Embora o Gráfico 507 combinado com os dados fragmentários extraídos dos livros auxiliares de *Letra a Pagar* esbocem um quadro mais complexo das flutuações do fluxo de pagamentos levado a cabo pela casa Pérez, o relatório familiar elaborado pelos seus gerentes em 1947 põe em destaque (Apêndice 12, § 31)⁴⁴ a actividade registada no ano de 1913, que razões que

44 O relatório comemorativo do centenário da casa, “*Hijos de Olimpio Pérez 1847-1947*” incluído como Apêndice 21, confirma no §31 o carácter extraordinário do ano de 1913: “*En el año 1913 fué extraordinaria la afluencia de emigrantes que regresaban a España, unos para instalarse definitivamente en su patria y otros para pasar una temporada. Con este ingreso de personas en Galicia venía el ingreso de dinero y por cientos se presentaban a cobrar todos los días en nuestras ventanillas giros que traían de Argentina, de Brasil y sobre todo de Cuba. De no haberse declarado la guerra europea, al poco tiempo hubiera sido una época de gran prosperidad. No obstante, recogimos gran fruto de aquellos momentos pues muchos de nuestros paisanos no pudieron regresar y emprendieron negocios en su país natal*”

nom alcançamos a entender foi consagrando na memória familiar como o *annus mirabilis* do negócio das transferências ultramarinas.

Rematamos esta indagação sobre as remessas ultramarinas com um breve relatório sintético da importância relativa dos bancos e agências financeiras implicadas no negócio que têm no Apêndice 51 um tratamento mais extenso.

1885 O ano que inicia a série dos livros auxiliares tem um claro viés caribenho, tanto em ponderação relativa, que duplica a das Repúblicas do Prata, como no protagonismo das entidades sacadoras. As mais activas de Cuba eram, na altura, *J.A. Bances* e *J. M. Borges y Cia.* seguidas a certa distância por *N. Gelats y Cia*, *L. Ruiz y Cia* e *H. Upmann y Cia*. Quanto aos envios de Buenos Aires, tinham marcada preeminência como entidades sacadoras o *Banco de Londres y Rio de la Plata*, e *Miguel Santos y Cia*. As entidades sacadoras cubanas tinham como correspondentes mais destacados em Espanha e endossantes, portanto, à casa Pérez, *José Pastor y Cia* e a *Herce y Cia* na Galiza, *García Calamarte e Hijos* em Madrid e *Tomás de la Calzada* em Sevilha. O sevilhano *Tomás de la Calzada* era um correspondente já conhecido de Manuel Pérez Sáenz nas suas relações financeiras com a casa *H. Upman y Cia*. Quanto à casa Calamarte, foi um dos correspondentes históricos de referência dos Pérez na cidade de Madrid. Calamarte será finalmente adquirida pelo Banco Pastor em 1942, dentro da estratégia desenvolvida pelo banco corunhês naquela altura para transcender o âmbito operativo galego. As remessas argentinas emitidas pelo *Banco de Londres y Rio de la Plata* e por *Miguel Santos y Cia* eram intermediadas também por *José Pastor y Cia*, facto que mostra o eminente papel jogado pelo banco corunhês no tráfego de remessas num período tam recuado como este.

1890-1892 A julgar polos dados que pudemos tirar dos registos de pagamentos correspondentes ao período 1890-1892, a tendência marcada pola procedência das remessas parece estar a virar já para Montevideu e Buenos Aires, embora *J.M. Borges y Cia* continue sendo o emissor mais activo e mesmo, ainda que com menor actividade, *Miguel Santiago y Cia*. Contudo, o segundo e terceiro posto em emissões efectuadas passa a ser ocupado já por bancos montevidéanos: o *Banco de Londres* e o *Banco de Comercio*, principalmente. O primeiro começara a operar nos meados do XIX em Río de la Plata e daria lugar posteriormente ao *Banco de Londres*

y *América del Sud*. O segundo poderia proceder, talvez, do BCHA: *Banco del Comercio Hispano Argentino*, fundado em 1884. Entre as entidades mediadoras em Espanha destacam agora *Vidal Quadras* e *Pastor Ojero*, sobre todo em operações com Cuba, e também *Enrique Sáinz e Hijos*, bastante activo tanto na intermediação com Cuba como com o Uruguai e a Argentina.

1906-1907 O protagonismo de Buenos Aires no livramento de transferências é manifesto já no biénio 1906-1907, segundo deduzimos por amostragem praticada no livro auxiliar correspondente. O *Banco Español del Rio de la Plata* (BERP: 1886) domina em forma esmagadora o fluxo de transacções, sem esquecermos o *Banco Nacional de la Argentina* e mesmo o *London and River Plate Bank*, que às vezes aparece transcrito na sua tradução espanhola (BLRP). Destacam também o *Banco de Galicia y Buenos Aires* (BGBA), o *Banco Británico de América del Sur* (BBAS), o *Banco de la Nación Argentina* (BNA), o *Banco Francés del Rio de la Plata* (BFRP) e o *Banco de Italia y Rio de la Plata* (BIRP: 1872). Muitos destes bancos aparecem referenciados em (Regalsky, 1994)⁴⁵, que oferece uma ampla relação de bancos nacionais e regionais na Argentina num período tão crucial para o desenvolvimento da República como o de 1880-1914. Concretamente, no biénio 1906-1907 que agora centra a nossa atenção, a Argentina atravessava uma situação de prosperidade. Regalsky (1994) assinala que o comércio exterior da República aumentou em mais de três vezes no período de 1900 a 1913. Também podemos encontrar na obra referida informação útil sobre banca e conjuntura económica noutras repúblicas americanas, nomeadamente Cuba, origem destacada de tráfego de remessas com a Galiza. Já comentámos que *N. Gelats y Cia*, o *Banco Español de la Isla de Cuba*, *H. Upmann*, *J. Balcells* eram os principais sacadores de ordens de pagamento na Ilha.

1911 O ano de 1911 é de indiscutível predomínio portenho nos registos do banco H.O.P. O BERP protagoniza o mapa de transferências, acompanhado de longe pelo BNA, LRPB e outros, algum deles de carácter provincial, segundo comprovamos em Regalsky (1994). A muita distância da

45 Regalsky, Andrés M. (1994): "La evolución de la banca privada nacional en Argentina (1880-1914). Una introducción a su estudio" em Pedro Tedde e Carlos Marichal (coord.), (1994): *La formación de los bancos centrales en España y América Latina (Siglos XIX y XX)*, vol. II: Suramérica y el Caribe, *Banco de España*, Estudios de Historia Económica, nº 30, 1994.

Argentina, Cuba continua com as remessas emitidas por *N. Gelats y Cia*, acompanhada agora pela *Caja de Ahorros del Centro Gallego*, *Digón Hermanos*, e *H. Upmann*, em Havana. Som significativos também os fluxos procedentes de Galiano (*Banco Nacional de Cuba*), Santa Clara (*Banco Español de la Isla de Cuba*), Sagua e outras localidades.

Entre 1880 e 1914, a Argentina experimenta um acelerado processo de crescimento económico decorrente da sua rápida transformação em economia exportadora e também da própria expansão experimentada pelo seu mercado interno. A crise financeira desatada em 1890 provocou situações de pânico entre os depositantes, que acabaram por levar muitos bancos à crise. O *Banco de Londres*, de propriedade britânica e o BERP de propriedade argentina fôrom excepção graças à sua sólida estrutura patrimonial. Podemos datar aqui o início do sucesso e expansão internacional do BERP. O período 1900-1912 foi de rápida recuperação e forte ritmo de crescimento. No ano de 1914, em que principia a Primeira Guerra Mundial, é de aguda crise na Argentina, comparável à que tinha experimentado em 1890. A contracção económica, que começava a apontar já em 1912, precipitou-se com a deflagração da guerra na Europa. Este enquadramento do trânsito secular, que segue Regalsky (1994), permite-nos delimitar com precisão a mutação em curso que em breve acarretará consequências nos tráfegos de transferências: 1911 tem um claro cariz argentino, 1924-1925 evidencia já a vantagem cubana, embora em termos *ex aequo*.

1924-1925 A década de vinte é de predomínio cubano com destacada presença do *Royal Bank of Canada* junto com o *National City Bank of New York* e *N. Gelats y Cia*. O RBC marca com força a sua presença encabeçando o ranking de entidades sacadoras, como pode observar-se no Apêndice 51. O contexto em que a reorientação geográfica dos fluxos aponta de novo para Cuba eleva a capacidade de intermediação de dois bancos norte-americanos, o canadiano RBC e o norte-americano NCB. A razão económica subjacente à mudança é a superposição da crise que assola a economia argentina com a onda de prosperidade que experimenta Cuba em consequência do ascenso da cotação do açúcar nesses anos. Guy Pierre, 1994⁴⁶, oferece outros elementos interpretativos de interesse sobre

46 Guy Pierre (1994).: "La supremacía del National City Bank en el sistema bancario del Caribe y su impacto en al crecimiento económico de la región (1900-1940)." em Pedro Tedde e Carlos Marichal (coord.), (1994): *La formación de los bancos centrales en España y América Latina (Siglos XIX y XX)*, vol. II: Suramérica y el Caribe, Banco de España, Estudios de Historia Económica, nº 30, 1994.

essa conjuntura, embora não proporcione informação sobre a banca espanhola e as agências financeiras autóctones, também prezadas tradicionalmente pelas colónias de emigrantes. Em qualquer caso, *N. Gelats y Cia* e *Caja de Ahorros y Banco Gallego* desempenham um papel activo neste período como emissores de remessas.

O fim da Segunda Guerra Mundial contribuiu para amplificar extraordinariamente os movimentos especulativos sobre o açúcar. Em 1920, as oscilações alcançaram cotas extremas, que chegaram a provocar pânico financeiro em Nova Iorque. A turbulência teve o seu epicentro em Cuba, onde se estima que puderam ter falido 50 bancos no período 1920-1921. A conjuntura foi aproveitada pela banca internacional para reforçar a sua presença na região. O NCB foi o ganhador absoluto do subsequente processo de recomposição, acompanhado pelo RBC e algum outro banco de capital autóctone, como o *Banco Popular de Puerto Rico*. Tanto o NBC como o RBC começaram a interessar-se pela região caribenha nos primeiros anos do século, a partir das relações de correspondência estabelecidas com banqueiros locais. Os países caribenhos conseguiram finalmente superar a crise e a partir de 1922 começou um novo ciclo comercial e bancário que acabou por consagrar o NBC e o RBC como entidades líderes na Ilha. Em consequência desta mudança, é possível observar a sua invasão de uma actividade também ligada aos hábitos e fidelidades da clientela como a gestão do aforro emigrante e a emissão de remessas. A composição das livranças geridas pelo H.O.P. no período 1924-1925 confirma plenamente a situação de controlo alcançada nesta área tradicionalmente restrita a banqueiros locais de procedência espanhola.

Temos feito uso já no decurso da nossa exposição da ominosa missiva remetida para a casa Pérez pela sucursal barcelonesa do *Royal Bank of Canada*, no dia 6 de abril 1922. A carta, recolhida no Apêndice 23, constitui uma ameaça pouco velada das consequências que podiam seguir-se pela perda de confiança na solidez de H.O.P. por parte da banca emissora de ordens de pagamento.

A avaliação da magnitude, procedência e consequências dos movimentos de transferências das colónias galegas ultramarinas é um tema permanente aberto à investigação, em espera permanente de novos contributos que permitam reduzir o grau de incerteza em que nos movemos. Talvez a eventual abertura dos arquivos do *Banco Pastor*, agora que a entidade passou infelizmente à história, possa abrir novas perspectivas à

investigação e contribuir a enquadrar quantitativamente tam cativante fenómeno.

O rastejo massivo da documentação notarial constituiria umha via complementar na indagação sobre a distribuição geográfica de capitais repatriados e o seu uso para a aquisição de propriedades e activos de todo o tipo, como a participação em empreendimentos empresariais. Via complementar, em qualquer caso, porquanto nunca poderá fornecer séries temporais básicas para enquadrar factos e acusar flutuações. Na longa trajetória histórica da casa Pérez, só pudemos localizar algum caso representativo da importância do factor persoal como chave interpretativa do papel da emigração sobre a economia local. É o caso dos dos irmãos José e Ramón García Mouriño, emigrantes retornados com fortuna, posteriormente associados a Olímpio Pérez na promoção do Manicómio de Conjo. Casos singulares, como os da Fundação Fernando Blanco de Lema de Cee e similares ficam pendentes de umha avaliação global de carácter económico que permita iluminar tam decisivo capítulo da história contemporânea da Galiza.

No próprio banco Pérez, acabamos por desistir por razom de tempo de qualquer sondagem nas contas nominativas que acompanham cada balanço em qualidade de contas de ordem. Nom é descartável que conttenham informação valiosa relativa a esta área de investigação. A presença de valores americanos poderia abrir, por exemplo, umha interessante via de indagação.

O fenómeno migratório, na sua dupla característica circunstancial de válvula de escape da pressom demográfica e de estímulo económico e fonte de mudança estrutural e modernização, tem chamado a atenção dos publicistas. A tarefa está longe de ter alcançado conclusons definitivas mas, algunha publicação recente⁴⁷ abre perspectivas inovadoras sobre os conflitos de interesses implicados no negócio da emigração, que venhem enriquecer o complexo panorama esboçado pola questom migratória na Galiza.

47 Para a análise do contexto social do fenómeno migratório e dos interesses que moviam o negócio da emigração, consideramos de evidente valor rememorativo e interpretativo obras como: Luca de Tena, Gustavo (1993): *Noticias de América. O relato da grande emigración americana na prensa da Galicia e de ultramar*, Editorial Nigra, Vigo.

Veiga Taboada, Manuel (2003): *O pacto galego na Constitución de España. A orixe das ideas predominantes en Galiza a través das páxinas de Faro de Vigo (1898-1923)*, Edicións A Nosa Terra, Vigo.



VI

O contexto do negócio: a casa Pérez no sistema bancário galego





6.1 Um breve olhar retrospectivo: dos veleiros de Manuel Pérez às medidas modernizadoras de Olímpio Pérez

Numha investigação como esta, que pretende tender um arco secular de longo percurso como o descrito pola banca Pérez, desde os anos oitenta do século XIX, em que Olímpio Pérez substitui o seu pai na direcção do negócio, primeiro em associação com o seu irmão e a título exclusivo deste a morte deste em 1901, até a guerra civil espanhola, parece inescusável esboçar um mínimo enquadramento sintético da casa no contexto bancário em que se inseria e nas mutações experimentadas por este. A Lei Cambó de 1921, falecido já Olímpio Pérez, é umha baliza inescusável na longa trajetória apontada.

Vinhemos caracterizando, indistintamente, de banco ou casa de banca o estabelecimento dos Pérez da praça compostelana de Cervantes. A vacilação denominativa nom fai mais que traduzir a imprecisom inerente a um negócio que começou gravitando em torno do tráfego comercial para ir desenvolvendo progressivamente a sua raiz estritamente financeira. A mudança vai-se confirmando com a substituição de mercadorias físicas como objecto de tráfego por activos financeiros, bem patente na sucessom dos balanços da casa. Um caso singular de negócio bancário como o da Casa Simeón, vizinha e semelhante em origem, mostra às claras a possibilidade de permanência inalterável do esquema primitivo baseado na aquisição, comercialização e financiamento de um conjunto de mercadorias físicas – alimentares na casa Pérez, de indumentária na casa Simeón – sem por isso a instituição abandonar as características definitórias da actividade

bancária. Devemos a Alonso (1984)¹ umha proposta denominativa útil das distintas modalidades de banca num período de desenvolvimento incipiente no negócio. Propom Alonso reservar a denominação de banco às firmas que tivessem adoptado o formato de sociedade anónima e de casa para as que tenham mantido um esquema de sociedade familiar. A proposta confirmaria denominações como *Banco de Vigo*, *Banco de La Coruña*, *Banco Pastor* ou *Banco Viñas-Aranda* de Vigo, mas *Casa Olímpio Pérez* ou *Casa Simeón García* para negócios de tam marcada índole familiar, como estes dous últimos. A distinção evocada pode justificar a nossa preferência pola referência da casa Pérez, mas somos conscientes da consequência da inconveniência de um excesso de uso desta opção; assi, o *Banco Pastor* deve ser qualificado de tal antes de 1925, ano em que decidiu adoptar a forma de sociedade anónima, e a casa Pérez acabou por se tornar um banco muito antes da sua transformação em sociedade anónima em 1957. Afinal, qualquer denominação arrasta umha inevitável componente de pragmática aproximação.

Pretendemos examinar nesta secção a estrutura do tecido bancário galego nos primeiros anos vinte do século XX, através das fontes documentais dimanantes da Lei Cambó e das instituições dela nascidas, como o Consejo Superior Bancario. O propósito desta pesquisa é tentarmos aprofundar na surpreendente estratégia *familiarista* da casa Pérez e a sua tenaz recusa a abrir o capital da companhia e a tender umha rede de sucursais com prejuízos evidentes em termos de crescimento e potenciação.

Umha revisom sucinta da trajectória da casa Pérez permite reconhecer três cenários principais no historial da instituição: a) o período formativo protagonizado por *Manuel Pérez* (1847-1880) b) a fase central protagonizada por *Olímpio Pérez* (1880-1915) e finalmente c) a fase que poderíamos qualificar de estagnação de *Hijos de Olímpio Pérez*, conduzida por Marcelino Blanco de la Peña e Julián Pérez, que podemos dar por culminada em 1957, ano em que se produz a extemporânea e inevitável conversom do negócio em sociedade anónima.

A primeira fase tem o perfil inequívoco da actividade mista e personalista desempenhada, no nosso caso, polo *comerciante-banqueiro* Manuel Pérez

1 J. A. Alonso (1984): “La Banca y la economía de Galicia en el primer tercio del siglo XX” na obra colectiva J.L. García Delgado (edit.), *España, 1898-1936: Estructuras y Cambio*, Universidad Complutense, Madrid.

na área da navegação peninsular de cabotagem primeiro e ultramarina depois. A segunda é a da transformação do negócio comercial em casa de banca, com progressiva orientação para o tráfego das transferências ultramarinas e o investimento e gestão de valores, concomitante com o envolvimento em iniciativas empresariais emergentes. A terceira fase revela, segundo a interpretação que pretendemos sustentar, uma progressiva inadaptação do formato familiar tradicional ao contexto bancário coetâneo, caracterizado pela expansão geográfica das firmas através de uma rede própria de sucursais e pela progressiva concentração corporativa. Esta fase de maturação da actividade bancária é uma consequência óbvia da exigência acrescentada de contar com dimensão corporativa e capital adequado à magnitude do risco financeiro assumido e da incerteza inerente ao mesmo. O *Banco Pastor* foi capaz de perceber a mudança estrutural em curso com bastante antecedência, como demonstra a sua conversão em sociedade anónima em 1925. A tardia decisão de conversão de H.O.P. em sociedade anónima postergará esta até o ano de 1957. Prova inequívoca da marcada inércia auto-referencial que caracterizou a história da casa.

Se o aparelhamento de veleiros e a especulação em preços de mercadorias entre mercados, com frequência distantes, constituem o núcleo do negócio na sua primeira fase, e o investimento em carteira, muito especialmente na nascente indústria eléctrica galega, pode considerar-se o sinal da segunda, o período central, protagonizado por Olímpio Pérez, pode ser interpretado como a etapa de consolidação do negócio familiar, racionalização da sua gestão e adaptação aos requerimentos da banca do novo século. A constituição do Fundo de Previsão para flutuações de valores em 1902, dotado com provisões periódicas contra resultados, constitui uma declaração de intenções de índole técnica como tentativa de adaptar o negócio familiar às exigências da actividade bolsista e especulativa. A instalação da câmara couraçada Fichet em 1906 é uma decisão inequívoca das novas exigências, provenientes, neste caso, dos requerimentos levantados pela gestão de títulos próprios ou em regime de custódia. Anteriormente, os títulos eram encomendados à sucursal do *Banco de España* de Santiago, que abriu escritório na cidade em 1884, simultaneamente às sucursais de Lugo, Ourense e Ponte Vedra e um ano depois da abertura da sucursal viguesa. A generalização do tráfego de transferências através da rede de sucursais tendida pelo *Banco de España* representou, como já comentámos, um passo decisivo na modernização

do tráfego comercial que acabou por dar fim ao império da letra de câmbio como instrumento de circulação e cancelamento de dévedas.

Nada caracteriza melhor o carácter zelosamente familiar da firma compostelana que os meticulosos processos de transmissão patrimonial *mortis causa*, tam equitativos na execução como funestos do ponto de vista do imperativo de desenvolvimento do negócio. A tomada de posse do banco de Olímpio como responsável máximo do mesmo por ocasião do falecimento do pai nom pudo ser mais precária. Um flagrante exemplo do modo em que a razão familiar prevalecia sempre sobre a económica. Olímpio era simplesmente um *primus inter pares* com os dous irmãos co-herdeiros.

A herança conjunta legada aos três filhos sobreviventes do primeiro matrimónio de Manuel Pérez Sáenz – Olímpio, Cândido e Celestina Pérez Rodríguez – nom superou as 700.000 pesetas, embora o capital resultante do acervo hereditário do defunto tenha superado o milhom de pesetas (Apêndice 22). Olímpio Pérez começou a sua aventura bancária com apenas 233.000 pesetas, a terceira parte das 700.000 pesetas que herdou por parte da mãe e do pai, umha vez falecido este. É certo que os três co-herdeiros nom manifestárom o menor sinal de quererem separar os seus patrimónios respectivos, como poderia ter acontecido caso vivessem num ambiente social mais dinâmico. O facto – altamente significativo da democracia equitativa e confiança que presidia às relações entre os parceiros da companhia familiar – tivo a afortunada consequência de permitir que Olímpio Pérez pudesse operar, sem restrições conhecidas, com o triplo do seu capital. Só as vicissitudes familiares de mortes e partilhas circunstanciais irám excluindo partes do património familiar comprometido no negócio do giro, como excluiu o quinhom da segunda esposa de Manuel Pérez em 1880 por ocasião do seu testamento.

Do ponto de vista mercantil, a morte de Manuel Pérez saldou-se, com efeito, com o corte de 326.719 pesetas do património bancário dos irmãos Pérez Rodríguez correspondentes à madrastra destes, Ramona García Pérez. A morte de Cândido em 1901 comportará umha nova punção patrimonial.

A muito elogiada disposição testamentária de Olímpio de incorporar a sua nutrida descendência à direcção do banco em forma mancomunada, a fim de garantir o automatismo e harmonia familiar na transmissão

mortis causa, cumpriu certamente as previsões pretendidas, entre as quais nom figuravam, infelizmente, directrizes acerca das tarefas pendentes de potenciação do negócio.

6.2 A banca Pérez no quadro das vicissitudes económicas da época

A história moderna da banca espanhola tem início em 1856 com a promulgação das Lei de Bancos de Emisión e a das Sociedades de Crédito. A primeira, promovida pelo primeiro governador do *Banco de España*, Ramón Santillán, consagrava o princípio de pluralidade de bancos emissores e autorizava a abertura de umha sociedade anónima dirigida a tal fim em cada província. Ao abrigo do novo quadro legislativo, nasciam na Corunha o *Banco de La Coruña* (1858) e a *Sociedad Anónima de Crédito Gallego* (1875), promovida esta última pelo *Banco de La Coruña*, como resultado do decreto de março de 1874 e posterior lei de julho de 1876, que reservava agora a exclusividade do direito de emissão ao *Banco de España*. O último a integrar esta listagem corunhesa foi a *Caja de Ahorros y Monte de Piedad de La Coruña* (1876)². Manuel Pérez Sáenz contava-se na altura entre os promotores da *Sociedad Anónima de Crédito* que iria servir de matriz à *Caja de Ahorros y Monte de Piedad* e, em definitivo, a todas as Caixas que se fôrom criando em anos sucessivos por toda a Galiza: Santiago, Ponte Vedra e Vigo (1880); Lugo (1887); Ferrol (1902) e Ourense (1909). Em data incipiente de 1864, nasceu também a *Sociedad de Crédito y Fomento de Vigo*, que entraria em falência e consequente liquidação a princípios de 1873.

A Ley de Sociedades de Crédito propiciou a entrada de capital estrangeiro interessado no negócio ferroviário. A nova legislação convertia Espanha num território atractivo para os investidores europeus, especialmente para os franceses. A banca Rothchild e os irmaos Pereire apressárom-se a criar as respectivas sociedades de crédito: *Sociedad Española Mercantil e Industrial* (Rotschild) e *Crédito Mobiliario Español* (Irmãos Péreire). A concorrência das famílias Péreire e Rothschild trasladou-se de imediato a toda Espanha. No início de 1856, competem polo magno projecto que

2 Maixé, J. Carles (dir.); Vilar Rodríguez, Margarita; Lindoso Tato, Elvira (2003): *El ahorro de los gallegos. Orígenes e historia de Caixa Galicia (1876-2002)*, CIEF, Fundación Caixa Galicia. Ver pág. 39 e seguintes. Também García López, A. (2003), pág. 191 e seguintes.

acabaria denominando-se *Compañía de los Ferrocarriles de Madrid a Zaragoza y a Alicante* (MZA) os grandes do sector: A *Sociedad Española Mercantil e Industrial* (Rotschild), o *Crédito Mobiliario Español* (Irmaos Péreire), José de Salamanca (Marquês de Salamanca) – José Campo y Mateu – e, finalmente, do *Grupo del Chemin de Fer du Grand Central*, que acabaria por se fazer com a concessão em virtude das exigências mais moderadas de ajudas públicas. Inaugurava-se, deste modo, o fugaz período de euforia ferroviária em Espanha.

O decénio 1856-1866, que chegou a ser apelidado de “Big Bang do sistema bancário espanhol”, conduzirá em breve à “maior crise bancária do XIX”, desatada em 1866³. Tortella (1973)⁴ oferece umha listagem dos bancos por ações existentes em 31 de dezembro de 1864, mesmo em vésperas do debacle. Totaliza 58 firmas, junto com duas sucursais do *Banco de España* – as de Valência e Alicante – sustentadas num volume de capital desembolsado de 360,35 milhões de pesetas. Madrid concentrava doze dos bancos com capital desembolsado no valor total de 233,6 milhões: 65% do total. A surpreendente ponderação madrilenha no capital bancário comprometido tem a sua explicação no facto de na cidade se encontrar a sede do *Crédito Mobiliario Español* dos irmaos Péreire, que detinha um capital societário de 114 milhões. O *Banco de España* não superava, na altura, os 40,7 milhões. Quase todos os bancos existentes no momento tinham nascido ao abrigo das leis de 1856. Galiza figurava com apenas três entidades recenseadas com sedes na Corunha, Santiago e Vigo, e capitais de 1,0, 0,75 e 0,6 milhões, respectivamente. No bem nutrido elenco de bancos surgido na década bancária prodigiosa de 1856-1866, duas referências brilham com luz própria: o *Banco de Santander* e o *Banco de Bilbao*, nascidos ambos em 1857 e chamados a converter-se nos dous pilares de referência da banca espanhola depois de terem sabido contornar com sucesso o acidentado curso da história da banca espanhola.

O fracasso do negócio do ferrocarril, junto com a desvalorização dos títulos da dívida pública, estimulada pela tendência ao crescimento das

3 Carreras, Albert; Tafunell, Xavier (2004): *Historia económica de la España contemporánea*, Crítica S. L., Barcelona. Cfr. pág., 146 e seguintes.

4 Tortella Casares, Gabriel (1973): *Los orígenes del capitalismo en España*, Editorial Tecnos, Madrid. Ver página 108, quadro IV-2.

taxas de juro, empurráram a carteira de activos financeiros da banca a severas depreciações. Os depositantes tentáram proteger os seus aforros num movimento que contribuiu para desencadear umha situação que por vezes roçou o estado de pánico. Em 1866, dez anos depois do big bang de 1856, estalou a crise com toda a crueldade. Dos sessenta bancos fundados no decénio, conforme anotam Carreras e Tafunell (2003: pag. 148), apenas umha quinzena foi capaz de sobreviver. A revolução de 1868 complicará mais ainda a dramática situação dos accionistas e credores bancários. A devastação foi de tal magnitude que o sistema financeiro da Restauração nom conseguirá recuperar a normalidade – excepto num breve período de euforia no biénio 1880-1881 – até a onda de choque que se inicia em 1899 com epicentro em Madrid e Bilbao (*vide* González Enciso e Matés Barco, 2007: 368 a 172)⁵.

Um episódio central na história da banca espanhola é, como foi apontado, o Decreto de 19 de marzo de 1874 que outorgou ao *Banco de España* o monopólio de emissom. Ofereceu-se aos antigos emissores – quinze ao todo, dous deles na Galiza – a opção da escolha entre a integração no *Banco de España* e a continuação como instituições independentes de crédito e desconto. Como é sabido, o *Banco de La Coruña* renunciou à oportunidade de integração e promoveu a *Sociedad Anónima de Crédito Gallego*⁶ (1875). Os Bancos de Santander e Bilbao também nom aceitáram a proposta de integração. A criação do *Banco Hipotecario de España*, em 1873, ao abrigo da Lei de 2 de dezembro de 1872, precedeu num ano à confirmação do *Banco de España* como emissor exclusivo. O *Hipotecario* iria emitir generosas quantidades de títulos de dívida, instrumentada em obrigações hipotecárias, que acabariam por ganhar geral aceitação no sistema bancário como valor de refúgio ou reserva. Um simples exame da carteira de valores do banco Pérez confirma esta posição. À parte da função recadatória de excedentes de tesouraria ociosos, por escassez de colocações alternativas adequadas, o *Banco Hipotecario* cumpriu também, desde a sua fundação, um relevante papel de auxiliar do Tesouro Público como fornecedor de

5 González Enciso, Agustín e Matés Barco, Juan Manuel, coord. (2007): *Historia económica de España*, Editorial Ariel, Barcelona. Ver, em especial, a pág. 368 e seguintes.

6 O banco de emissom de La Coruña (1857-1875) foi objecto de umha tese de doutoramento pola professora Maria Jesús Facal Rodríguez (Universidade de Vigo), lida na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Santiago, em 17 de julho de 2003.

antecipações a curto prazo e de depositante de débitos de investidores particulares no processo desamortizador⁷.

Barcelona exerceu um tempo o papel de centro de negócios, coincidindo com o período de exuberância económica das grandes fortunas conhecido como *febre d'or* pela historiografia catalá. É o tempo do florescimento da indústria da lá em Terrassa e Sabadell e da fundação do *Banco Hispano Colonial* (1876), da *Compañía General de Tabacos de Filipinas* (1881) e da fundação da *Compañía Trasatlántica Española*, (1881), por parte de Antonio López y López, primeiro Marquês de Comillas. Os antecedentes desta firma remontam à experiência adquirida em navegação por parte de Antonio López com a sociedade *Antonio López y Hermano*, fundada em Havana em 1847. A *Compañía Trasatlántica* tinha sede em Santander, que partilhava com outra em Barcelona, cidade de residência do seu fundador depois do seu casamento com Luisa Bru Lassús. A *febre d'or* é o tempo dos Güell, os López, os Arnús, Valls, Taberner e Batlló, de longa memória. O mestre Vicens Vives (1967: 674)⁸ circunscreve o período áureo da economía catalá no lapso temporal 1877-1882. Foi este excêntrico cenário económico em relação com a Galiza o que serviu de pano de fundo à operação de transferência *mortis causa* da gerência bancária de Manuel Pérez para o seu filho Olímpio. Foi também o período em que a *Casa Simeón, S.G. y Cia*, decidia criar em Barcelona a sociedade filial NGR (Nieto, García y Riva), em 1877, com o objecto social de “comprar y vender por cuenta propia y en comisión toda clase de géneros del reino y extranjero,....” como documenta M. J. Facal (2005)⁹.

Umha segunda fase expansiva do negócio financeiro em Espanha desenvolve-se nas duas primeiras décadas do século XX, coincidindo com o fim da gerência da casa de banca familiar por parte de Olímpio Pérez e a transmissom aos seus sucessores. O período abre com a perda

7 A. González Enciso, J. M. Matés Barco (coord), (2007): *Historia económica de España*, Editorial Ariel, Barcelona, pág. 366.

8 Vicens Vives, J. (1967, 5ª edição): *Historia económica de España*, Editorial Vicens Vives, Barcelona.

9 “Los orígenes del Banco Simeón. Evolución de los negocios de Simeón García de Olalla y de la Riva (1857-1983) “ Comunicação ao VIII Congresso da Asociación Española de Historia Económica en “La historia empresarial de las instituciones bancarias españolas”. Coordenadores: Gabriel Tortella (Universidad de Alcalá) y José Luis García Ruiz (Universidad Complutense). Compostela, setembro de 2005.

das últimas colónias espanholas de Cuba, Porto Rico e as Ilhas Filipinas. Devemos confessar, porém, que nom fomos capazes de documentar no arquivo histórico da casa o reiterado argumento da historiografia económica espanhola da afluência maciça de capitais de retorno como consequência da perda das últimas colónias¹⁰. É verdade, contodo, que procedemos a renunciar, à partida, ao exame das carteiras de títulos em depósito, classificadas como contas de ordem em balanço. Nom é preciso destacar a hipotética importância desta fonte informativa para aprofundar nos movimentos de capital da clientela do banco. Em todo o caso, a existência de um ciclo investidor de auge económico na virada de século parece nom admitir dúvidas. O ritmo de constituição de novas sociedades, a melhoria nas cotações de bolsa e a reanimação do investimento físico registam umha evolução positiva neste período (Carreras e Tafunell, 2004: 202).

Maior impacto económico que a aludida primavera intersecular pudo ter, na nossa opinião, a reforma tributária e as medidas de estabilização monetária empreendidas pelo Ministro da Fazenda Raimundo Fernández Villaverde durante os governos de Francisco Silvela, 1899-1900 e 1902-1903. O reconhecido esforço de racionalização nom deixou de suscitar forte oposição nos círculos de poder que se considerárom prejudicados, sendo, a tal respeito, significativa a firme oposição das Câmaras de Comércio e outras instâncias representativas do poder económico. A implantação da nova Contribución de Utilidades ou a recarga sobre os juros da Dêveda Pública, devidos a Fernández Villaverde, produzírom benéficos e persistentes efeitos sobre a Fazenda liberal. Entre 1845 e 1899, só quatro orçamentos pudérom ser encerrados com superávit. Em aberto contraste, o orçamento de 1899 encerrava com superávit, tendo-se mantido esta situação inalterada até o ano de 1908¹¹.

10 Torrente Fortuño (1966: 228) alude ao Volume X da *História económica, financiera y política de España en el siglo XX* de Ceballos Teresi, que estima em 2.000 milhões de pesetas o valor das repatriações de capitais ultramarinos junto com a opinião do prolífico cronista do acontecer económico no primeiro terço de século XX de que a maior parte destes recursos fôrom esterilizados por incompetência e mau uso dos mesmos. A estimação de Teresi foi objecto já de atenção na secção 53 desta investigação.

11 Comín, F., Martín Aceña, P., Martorell m. (edit.), (2000): “La obra de Raimundo Fernández Villaverde en Hacienda”, Comín, F. em *La Hacienda desde sus Ministros. Del 98 a la guerra civil*, Prensas Universitarias de Zaragoza, Saragoça.

Em 1899, José Tartiere fundava em Oviedo o *Banco Asturiano de Industria y Comercio*, com um capital inicial de 12 milhões de pesetas, ao tempo que promovia a *Compañía del Ferrocarril Vasco-Asturiano*. Nengum banco galego alcançará tal volume de capital até a ampliação empreendida pelo Banco de La Coruña no ano de 1927, que situou o capital da instituição em 17 milhões de pesetas. O *Banco Pastor* tinha adoptado o formato de sociedade anónima dous anos antes com um capital de 10 milhões. Gijom celebrou em 1899 a sua Gran Exposición Regional; a da Galiza, desenvolvida em Santiago, tivo que esperar mais um decenio, até o ano de 1909.

Em perspectiva económica, o século XX nascia sob bons auspícios, confirmados pola constituição de importantes sociedades e firmas bancárias com boa dotação inicial de recursos. O *Banco Español de Crédito* nasce neste tempo a partir da *Sociedad General de Crédito Mobiliario Español*, estabelecida por Isaac Pereire em 1856. Perdida a vocação ferroviária inaugural, a sociedade terminará orientando a sua actividade investidora para a cobertura do défice orçamental do Estado através de operações de aquisição de dívida e financiamento de empreendimentos públicos. Após as reformas financeiras promovidas polo Ministro Raimundo Fernández Villaverde e o estímulo atribuído à entrada de capitais ultramarinos, a maioria dos accionistas da S.G.C.M.E. concordáram que era chegado o momento de procederem à liquidação da sociedade. Nascia, assi, o *Banco Español de Crédito* no dia primeiro de maio de 1902. O capital social inicial da nova sociedade ascendia a 20 milhões de pesetas. Mais adiante, os sócios espanhóis da firma fôrom adquirindo o pacote accionarial francês aproveitando a favorável conjuntura de pós-guerra nos anos vinte. Em 1921 – ano da promulgação da Lei Cambó – o *Banco Español de Crédito* procedeu a estender a sua rede de sucursais por Espanha fora e a desenvolver umha política de incorporaçõs que alcançou, numha primeira vaga, o *Banco Comercial Español de Valencia* e o *Gijonés de Crédito*.

Bilbau consolida também a sua potência económica e financeira a partir do último decénio do XIX. Constituída no ano anterior, a Bolsa de Bilbao abria as suas sessõs no dia cinco de fevereiro de 1891. O acontecimento nom mereceu nengumha menção na prestigiosa revista de investidores e profissionais “El Economista”, que demorou qualquer referência à nova instituição até o mês de julho desse ano, no qual acaba por inserir um

comentário elogioso do acontecimento. A pujante Vila biscainha contava na altura com apenas 34.421 habitantes recenseados, nom obstante albergar a sede do *Banco de Bilbao* desde 1857 e nela se encontrar umha sucursal do *Banco de España*. Iniciava-se, nestes anos, a rápida expansom da urbe do rio Nerviom, estimulada polas exportaçons de mineral de ferro. Foi este tráfego o que irá desencadear em breve um período de esplendor que chegou a merecer o qualificativo de *fiebre de papel*, em homenagem implícita à *fiebre d'or* catalá. A conjuntura de bonança económica bilbaína do período 1891-1910 foi interrompida por algum episódio transitório de contracçom bolsista severa como a que decorreu entre meados de 1901 e 1906¹². No ano de 1901 constituía-se o banco *El Crédito de la Unión Minera* com capital de 16 milhons de pesetas. No ano seguinte, já repartia um dividendo de 8 % e entre 1906 e 1911 chegou a distribuir, em sequência ininterrupta, dividendos de 12 %. Neste último ano, as açõs da *Unión Minera* alcançárom a cotaçom de 450 %. O reconhecido apego pola bolsa da burguesia bilbaína procede deste tempo. Em setembro de 1914, a *Unión* entrava numha severa crise que a conduziu à cessaçom de pagamentos que mal conseguiu salvar mediante um empréstimo do *Banco de España* no valor de 11 milhons de pesetas. Paralelamente, era fundado em Bilbao o *Banco de Vizcaya* no ano de 1901. O novo banco orientou-se desde o primeiro momento para umha política expansiva, com implantaçom de numerosas agências urbanas e nas vilas próximas à capital e também ao financiamento da actividade industrial. O clima de auto-satisfaçom que reinava no Bilbao da virada de século conduziu a um grupo de investidores bilbaínos a fundar em Sam Sebastián um novo banco com capital de 5 milhons de pesetas e oferta de subscriçom da sua metade a investidores donostiarras. Nascia, assi, o *Banco Guipuzcoano* no mês de outubro de 1899.

Os tempos eram também de bonança no negócio familiar da praça compostelana de Cervantes. Entre 1888 e 1890, a família procedeu à demoliçom de seis casas antigas numeradas de quinze a vinte, confinantes com a casa gótica onde Manuel Pérez fixara morada em 1846¹³. O propósito

12 Torrente Fortuño, J. A. (1966): *Historia de la Bolsa de Bilbao*, Junta Sindical de la Bolsa de Bilbao, Bilbao.

Os breves apontamentos atinentes à conjuntura dos negócios em Bilbao procedem deste livro, escrito por um agente de câmbio e bolsa bilbaíno, entusiasta da sua cidade e fonte de interessantes anedotas.

13 Umha das arcadas da casa, infelizmente sacrificada nas obras, a correspondente ao número 17 da Praça de Cervantes que tinha pertencido aos viscondes de Torres Novaes, pode contemplar-se no

era construir umha mansom condigna com o respeitável estatuto alcançado pola firma gerida por Olímpio Pérez em condomínio com o seu irmão Cândido. A mansom contaria com água corrente privativa e dependências traseiras de serviços que incluíam garagem. O conjunto residencial resultante pretendia simbolizar a solvência e solidez patrimonial dos seus promotores. Foi este lapso temporal também o da implicação financeira da casa na construção do Sanatório Psiquiátrico de Conjo (1890-1902) e do empenho, finalmente fracassado, de promover a variante ferroviária da Tieira para a conexom Santiago-Corunha.

QUADRO 601

Tomadas de participação em empreendimentos industriais anteriores a 1915

Sociedades	Ano de fundação	Capital fundacional	Ano de entrada	Ano de saída	Valor máximo em carteira	Ano do máximo
Ferro Carril da Tieira (projecto)			1885	1911	10.019	1911
Ferro Carril Ourense-Vigo			1895	1895	380	1895
Tranvias de Vigo	1912	2.000.000	1913	1918	3.350	1918
Sdad. General Gallega Electricidad	1900		1910	1940	1.492.950	1940
Gas y Electricidad Santiago	1885		1910	1922	206.000	1922
Electra Popular Vigo y Redondela	1903	2.000.000	1910	1922	617.000	1922
Electra Industrial Coruñesa	1900		1910	1926	26.000	1921
La Hulla Blanca	1910	1.000.000	1910	1940	504.000	1924
Cooperativa Santiaguesa			1910	1916	1	1916
Carburos “Laforet y Cia, S.C.”	1899	400.000	1910	1940	140.000	1940
Guisasola y Cia	1910	250.000	1912	1932	247.351	1916
Vapor “La Necesaria”, A Póvoa			1910	1915	3.600	1910
Vapor “Puebla”, Muros			1910	1916	3.600	1910
Cia. Gallega de Navegación			1910	1918	50.000	1916
Banco de Vigo	1900	5.000.000	1910	1925	50.000	1924
Red Telefónica Vigo			1910	1913	35.000	1912
Abastecimiento Aguas de Vigo	1902	1.500.000	1910	1927	27.500	1927
La Toja	1903	6.000.000	1910	1940	174.500	1930
Villagarcía Industrial			1910	1920/40	139.540	1910
Sindicato Hispano Americano	1912	35.000	1912	1922	2.500	1915

claustro do Edifício Sam Clemente, actual Instituto Rosalia Castro. O arco procede da *Exposición Regional Gallega* de 1909, vide Costa Buján, Pablo e Morenas Aydillo, Julián (1989): *Santiago, 1850-1950. Desenvolvimento urbano, outra arquitectura*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago

É nesta conjuntura da virada de século quando se manifestou um crescente interesse de Olímpio Pérez pelo investimento em empreendimentos industriais e de dotação de serviços públicos, que começavam a multiplicar-se na altura incentivados pola onda de mudança que caracterizou este período. Um breve recordatório dos valores incorporados à carteira do banco por volta de 1910 põe de manifesto os efeitos da onda modernizadora que vigorava na altura. As limitações e dificuldades inerentes ao arranque e desenvolvimento de muitos dos projectos acometidos, a fragilidade financeira da maioria deles e a estreiteza do mercado que visavam atender contribuíram para malograr muitas destas iniciativas quando a onda de optimismo remitiu, no meio das turbulências provocadas pelo final da Primeira Guerra Mundial.

A Grande Guerra europeia modificou prioridades, perspectivas e estratégias. Apesar disto, o período 1914-1918 permitiu abrir um novo cenário de transformações qualificado por alguns como *idade de prata* da economia espanhola, (Carreras e Tafunell, 2004: 223-259). O período, que coincide praticamente com o reinado de Alfonso XIII (1902-1931), é objecto de revalorização actual como etapa decisiva na modernização de Espanha, partindo de dados e argumentos que julgamos como persuasivos¹⁴. No banco dos Pérez, a etapa coincide com a transferência da firma para os herdeiros legítimos de Olímpio Pérez agrupados em torno a Marcelino Blanco de la Peña, esposo de Celestina Pérez Estesio. O cenário da transição familiar aberta com a Primeira Guerra Mundial é complexo devido à coexistência de factores económicos contraditórios.

Espanha beneficiou indiscutivelmente da Grande Guerra, por mais que a distribuição do impacto positivo fosse claramente desigual. O choque benfeitor imediato foi transmitido ao conjunto da economia através da entrada de ouro e divisas na balança externa com a consequente apreciação da peseta¹⁵. Os sectores exportadores registaram resultados extraordinários

14 García Delgado, J.L. (2002): *La modernización económica en la España de Alfonso XIII*, Colección Austral, Espasa Calpe, Madrid. A obra constitui um interessante contributo, de carácter preciso e sintético, sobre um período como o aludido submetido a forte controvérsia ainda, especialmente discordante quando toca aos efeitos económicos da ditadura que encerra o período.

15 A balança de mercadorias que manteve saldos favoráveis praticamente até 1920, com excepção dos défices registados em 1913 e 1914, entrou em défices volumosos em 1920, que continuaram até 1935. *Vide*, Aixalá Pastó, J. (1999: 209, 210): *La peseta y los precios. Un análisis de largo plazo, (1868-1995)*, Prensas Universitarias de Zaragoza.

transitórios que servírom de estímulo aos negócios. A sua queda posterior contribuiu para estimular a oferta interna e com ela o crescimento. A situação foi descrita com perspicácia como de “protección espontánea automática” e “poderoso impulso de sustitución de importaciones” por Carreras e Tafunell (2.003).

Sob umha perspectiva galega, é pertinente destacar a ampliação da fenda económica negativa da Galiza com as Astúrias e o País Basco. As Astúrias atravessam nestes anos o momento de esplendor da indústria da hulha, em virtude da política de substituição de importações deste insumo imprescindível, coberto até ao momento com importações quase equivalentes à metade da procura interna. A suba experimentada polo preço do carvão – que chegou a alcançar o índice 581 em 1918, sobre o valor de referência de 100 em 1913 – provocou a ampliação da oferta nacional de 3,78 a 6,13 milhões de toneladas no período 1913-1918. Este brusco e persistente encarecimento dos preços energéticos comportou um estímulo directo e definitivo em favor da geração hidroeléctrica que a Galiza nom tardou em aproveitar. Por outra parte, o País Basco beneficiou da “inelasticidade da procura siderúrgica britânica”, empurrada pola apreciada qualidade nom fosfórica do mineral vascongado e polas necessidades acrescentadas de minério para fazer face ao esforço bélico. É importante destacar também o impacto benéfico da demanda acrescentada de fretes e serviços navais arrastados pola conflagração. Carreras e Tafunell (2.003: 222 e seguintes) destacam, entre os inconvenientes da conjuntura, a fortíssima distorção no preço relativo das mercadorias que comportou choques assimétricos no tecido industrial e um brusco incremento dos preços de consumo. É preciso acrescentar ainda a queda experimentada polos salários reais e a crise que se estendeu aos segmentos empresariais mais frágeis e improvisados, incapacitados agora para superar as exigências do reajuste de pós-guerra derivadas da contracção da procura externa.

A dimensão e consequências imediatas da conjuntura de pós-guerra marcam um momento decisivo na trajectória do banco Pérez no princípio de século XX. A instabilidade económica e política em que se viu imersa Espanha, que culmina com a instauração da II República e a posterior Guerra Civil, é o novo cenário em que se vai desenvolver o projecto

bancário familiar. Os efeitos do imperativo de reajustamento económico e a fragilidade institucional farão-se sentir com especial intensidade a partir de 1915, ano do falecimento de Olímpio Pérez. A delegação das responsabilidades societárias em Marcelino Blanco, assistido por Julián Pérez, era razoável em termos de harmonia familiar e segurança patrimonial, mas logo em breve irá mostrar as limitações derivadas da relação entre a capitalização da sociedade e a acumulação de riscos e incertezas que acabaram por deteriorar os níveis de solvência da mesma. A crise de confiança que se abateu sobre a casa entre os meses finais de 1921 e 1923 não abalou aparentemente a estratégia comanditária do negócio familiar e não serviu mais que para estimular as reacções defensivas que podemos inscrever nessa categoria da antropologia económica, que tem sido descrita como *economia do rentista*¹⁶.

Numa sociedade em comandita, coexistem, como é sabido, dois tipos de sócios: os *comanditados*, que administram e respondem de forma ilimitada pelas obrigações da sociedade, e os *comanditários*, que não intervêm na sociedade. A participação destes últimos limita-se a usufruir o rendimento da quota-parte comprometida no capital da sociedade. Este é o esquema que permite interpretar adequadamente o papel desempenhado por Marcelino Blanco e Julián Pérez Esteso no banco a partir do ano de 1915.

As consequências económicas da Primeira Guerra Mundial, benéficas ou depressivas, continuam a ser uma questão controvertida na literatura económica, embora sejam inegáveis os efeitos estimulantes da procura externa sobre a actividade económica e financeira. Como contrapartida, assinala-se o carácter transitório da bonança, os desajustes provocados no período de pós-guerra pela queda da procura externa e a consequente

16 Bukharin, Nikolai (1974): *Economía Política del rentista*, Editorial Laia, Barcelona. Nikolai Bukharin foi um destacado teórico marxista, estudioso e bom conhecedor tanto da escola austríaca de pensamento económico (Böhm-Bawerk, Menger, Von Mises) como das correntes teóricas dominantes na época (Walras, Cassel, Wicksell, Sombart ...) e militante de primeira hora. Estas circunstâncias de nada valeram para evitar ser processado e finalmente assassinado por ordem de Estaline em 1936. A obra citada foi rematada e publicada em Moscovo durante a Primeira Guerra Mundial. No opúsculo, Bukharin critica com perspicácia o giro subjectivista que se está operando na reflexão económica da época – a perspectiva marginalista – ao tempo que explica como o viés teórico da escola histórica alemã revela a emergência de um novo estamento social: “O número destes indivíduos cresce ininterrompidamente... os rentistas... A sua actividade económica exerce-se essencialmente no plano da circulação, sobretudo nos títulos de valor e as transacções bolsistas... os possuidores de valores a juros fixos... tendem a aumentar constantemente” (op. cit., Introdução).

instabilidade nos preços relativos e mesmo a possível *esterilização* dos capitais procedentes do superávit comercial mediante o entesouramento dos excedentes gerados.

O superávit comercial nas transacções externas da economia espanhola foi objecto de avaliação sintética por Carlos Sudriá¹⁷ no contexto do exame a que submeteu o estudo de Joan Sardá¹⁸ relativo à política monetária espanhola no século XIX. Para efeitos de caracterizar a conjuntura de pós-guerra, o artigo de Sudriá confirma em grandes traços a hipótese apontada por Sardá (1998: 272-275, 296) que avaliava num mínimo de 5.000 milhões de pesetas o “enriquecimiento de capital de España durante el período de la guerra”:

“(…) el conflicto europeo tuvo repercusiones económicas muy favorables para España. En pocos años permite pagar casi del todo la Deuda exterior en capitales. Se nacionaliza la Deuda exterior y se recupera por los españoles la gran mayoría de las inversiones tenidas por los extranjeros en España...Además de esto, el Banco de España adquiere del extranjero una importante reserva de oro; esta pasa de 674 millones en 1913 a 2.500 millones en 1919...Finalmente se producen algunas inversiones españolas en el exterior (...)”.

Conclui Sudriá a sua investigação com a estimativa de que o benefício obtido pela economia espanhola durante a conflagração europeia poderia situar-se nos 4.500 milhões no período 1914-1920. O mencionado excedente pudo ter sido aplicado aos seguintes usos: a) acumulação de reservas em ouro no Banco de Espanha, (1.829 millones entre meados de 1914 e o remate do ano de 1920) b) recompra de valores espanhóis públicos e privados a investidores estrangeiros, que estima em 500 milhões, c) aquisição de investimentos privados estrangeiros em empresas espanholas ou de companhias estrangeiras radicadas em Espanha, avaliados em 900 milhões e d) colocação dos restantes 1.250 ou 1.270 milhões de pesetas em forma de créditos a governos estrangeiros. A partir deste exercício de estimação tentativa resultam significativas duas conclusões para o autor:

- “Una parte substancial -algo más del 40 por 100- de los beneficios de la guerra quedaron almacenados en los sótanos del Banco de España”

17 Carles Sudriá (1990): “Los beneficios de España durante la gran guerra. Una aproximación a la balanza de pagos española, 1914-1920”, Revista de Historia Económica, ano VIII, nº 2, 1990.

18 Joan Sardá (1998): *La política monetaria y las fluctuaciones de la economía española en el siglo XIX*, Editorial Altafulla, Barcelona.

- “El oro adquirido por el Banco de España no fué utilizado para mejorar -via importaciones- el equipamiento industrial del país, ni fué elemento suficiente para conseguir la incorporación al patrón oro y sería finalmente gastado en la contienda civil. ...Los saldos en efectivo se evaporaron, en buena parte, en las inflaciones post-bélicas”

A conclusom, marcadamente pessimista, de Sudriá acerca dos hipotéticos benefícios económicos extraídos da conflagraçom bélica vem reforçada ainda com o argumento de que os lucros extraordinários e transitórios dos sectores exportadores logo se vírom esterilizados pola apreciaçom da peseta.

A tese da esterilizaçom dos recursos decorrentes da conjuntura bélica europeia e o seu carácter transitório e disperso nom impedem constatar a emergência de um provável clima de euforia financeira durante o pós-guerra, traduzido em vigoroso afloramento de novas iniciativas bancárias durante o lustro 1915-1920. Nascem na altura em Bilbao o *Banco Vasco* e o *Banco Agrícola e Comercial* (1918), emergem em Madrid o *Banco Urquijo* (1918) e o *Banco Central* (1920) além de outros menores, procedentes de famílias bem conhecidas dos Pérez por terem sido correspondentes tradicionais da casa compostelana em Madrid. É o caso do *Banco Calamarte* (García Calamarte e Hijos) e do *Banco Sáinz* (E. Sáinz e Hijos), fundados ambos em 1920, a partir de casas de banca precedentes de dilatada experiência. Nas Astúrias, assistimos ao nascimento do *Banco de Oviedo* (1920, a partir das firmas *Masaveu y Cia* e de *Caicoya y Cia*) e do *Banco Gijónés de Crédito*, (1920, a partir de *Juliana y Cia*). Em 1920, nasce também o *Banco de Cataluña*. O contributo galego a esta onda renovadora do negócio bancário circunscreve-se ao *Banco de La Coruña*, que começa a operar no dia primeiro de fevereiro de 1918.

No que toca à nossa investigaçom, a questom mais relevante levantada pola polémica da conjuntura de pós-guerra é a influência que esta pudo ter na crise de confiança que se abateu sobre *Hijos de Olimpio Pérez S.R.C.* no biénio 1921-1922 e também nas crescentes dificuldades experimentadas polo *Banco de Vigo*, que acabárom por levar o banco à sua extinçom em 1925. Um banco gerido sob umha estratégia de cariz conservador e defensivo, e de recursos próprios limitados, como era *Hijos de Olimpio Pérez*, estava exposto a ataques de credibilidade. O de Vigo, de concepçom moderna e virado para o negócio portuário e industrial, ficou ferido de morte na turbulência dos primeiros vinte. Nom parece fora de razom

postular a hipótese da influência subjacente da turbulência económica de pós-guerra num e outro caso, muito especialmente os desajustes derivados da brusca mutação experimentada no valor de títulos financeiros e corporativos denominados em divisas estrangeiras e mesmo em valores espanhóis expostos a depreciação por causa da mutação da conjuntura.

Em 1920, colapsava o *Banco de Barcelona* (1844-1920). Contamos com umha meticulosa investigação acerca das circunstâncias que concorrerom no caso¹⁹. Em 1918, o banco catalám procedeu a um importante aumento de capital que lhe permitiu situar este em 25 milhons de pesetas, totalmente desembolsado, com um fundo de reservas que ascendia na altura a quase 13,5 milhons. A Memória da instituição correspondente ao exercício de 1918 continha já umha advertência sobre a conveniência de incrementar as reservas “a fin de estar preparados para las contingencias de la paz”. A partir de 1919, manifestam-se dificuldades crescentes, devidas, segundo um comentarista coevo bem informado, a operações especulativas em moeda estrangeira e à exposição a operações creditícias com garantias frágeis, num contexto de cariz depressivo: deterioração da balança de mercadorias, colapso das actividades de serviços como fretes e serviços bancários, queda de preços, rápida depreciação de activos financeiros. Sem esquecer a complexa situação da política espanhola na época. A onda revolucionária de 1909-1917 culmina com a memorável greve de *La Canadiense*, em Barcelona, que tivo enorme eco na consciência do proletariado espanhol do momento, animado, aliás, polo eco dos episódios revolucionários que tinham lugar na Rússia.

A problemática que a banca se viu obrigada a enfrentar nos anos vinte parece ter provocado umha marcada penúria de liquidez, com a consequente desaceleração da actividade creditícia. Muñoz, (19881: 57 e seguintes) descreve com eloquência a situação: faltavam pesetas e sobravam divisas em maos de particulares, cujo preço nom fazia mas que baixar. As restrições creditícias contribuían para propagar a crise à economia real, a penúria de liquidez incrementava a desconfiança nas relações interbancárias pressionando sobre o preço do dinheiro. As tentativas de emissom de dívida a um juro de 6% fracassárom, assinala Juan Muñoz,

19 Muñoz, Juan (1988): *El fracaso de la burguesía financiera catalana. La crisis del Banco de Barcelona*, Ediciones Endymion S. A., Madrid.

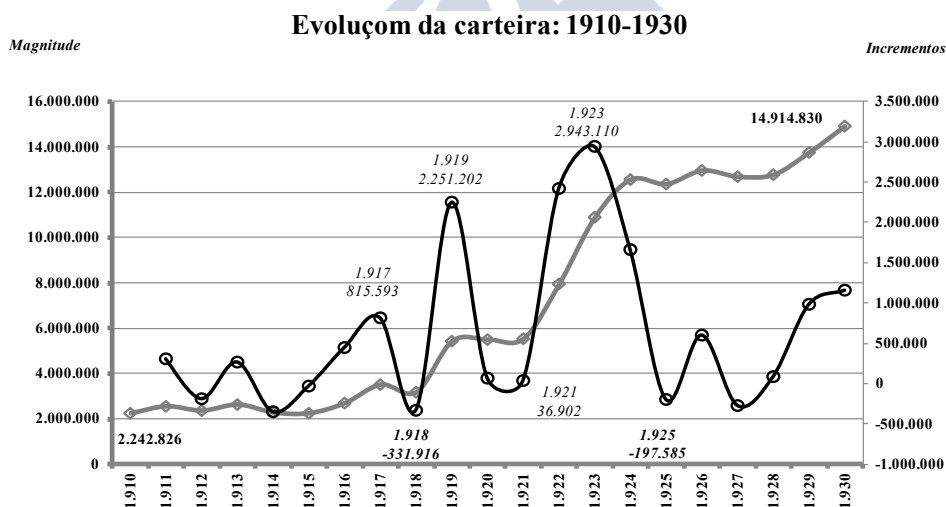
e os índices bolsistas retrocederom severamente. No final de 1920, a Cámara de Barcelona denunciava a desaparición de moeda fraccionária em circulação e exigia solução urgente ao Ministério da Fazenda.

A crise de confiança sobre a solidez e solvência, que só a duras penas conseguiu superar *Hijos de Olimpio Pérez* (Apêndice 23), inscreve-se neste contexto. Devemos reconhecer, todavia, que as causas da fraqueza manifestada nas diversas instituições financeiras obedeciam também a causas específicas, alheias à conjuntura, como teremos ocasiom de argumentar na análise da falência e extinção do *Banco de Vigo*, em 1925.

Pode ser ilustrativo examinar a evolução da carteira de valores de *Hijos de Olimpio Pérez* na conjuntura que estamos a analisar como indicador sensível dos desarranjos valorativos do período de pós-guerra.

GRÁFICO 601

Evolução da carteira de valores de H.O.P. no período 1910-1930



A carteira de valores, que partia de 2,2 milhões em 1910, salta para um valor próximo dos 5,5 milhões de pesetas em 1919, seguido de umha breve pausa que se resolve numha rápida escalada a partir de 1922 que situará o valor à volta dos 11 milhões em 1923, 12,5 milhões em 1924 até atingir um valor próximo dos 15 milhões no início da década de trinta. A decidida expansom do valor da carteira de títulos é um traço

característico da evolução da casa Pérez posterior ao falecimento do patriarca Olímpio Pérez em 1915. A análise das flutuações na dinâmica de crescimento da carteira, quer dizer, o comportamento da sua curva derivada ou incremental, tem um interesse muito especial porquanto permite revelar os ciclos curtos de crescimento sistemático da mesma. A observação da dinâmica incremental põe de manifesto a aparição de fortes oscilações no decénio de 1914 a 1925, que só cabe interpretar como reacções de carácter especulativo sobre os valores no intento de tomar posições ou tentar desprender-se dos títulos consoante a mudança de perspectivas. Cabe delimitar três ondas especulativas de carácter central; uma primeira inscrita em plena guerra, 1914-1918, com máximo em 1917; uma segunda de marcada brevidade, 1918-1921, com máximo em 1919; e uma terceira de forte intensidade, que se desenvolve no período 1922-1925, com máximo em 1923.

A primeira, com efeitos contidos, não parece ter afectado demasiado a *Hijos de Olimpio Pérez*, embora tenha comportado uma notável reactivação das subscrições em 1917 e desvalorizações ou liquidações apressadas em 1918, que provocaram uma notável contracção da carteira. O nervosismo que presidiu ao fim da conflagração explica que as duas ondas seguintes, 1918-1921 e 1922-1925, que se saldaram com espectacular crescimento da carteira de H.O.P. não obstante a notável inquietação observável em 1921-1922 e sobretudo em 1925 onde se produz uma nova contracção da carteira, tenha coincidido com uma profundíssima depreciação dos valores cotados em bolsa, especialmente na de Bilbao, mais sensível às incertidões abertas sobre os valores industriais. Torrente Fortuño (1966: 291 e seguintes) dedica um capítulo inteiro a descrever a conjuntura bolsista em Bilbao no período 1918-1925. Nos meses finais de 1918 começou a fazer-se patente uma situação de “escasez de disponibilidades” que os círculos do negócio tentaram paliar argumentando que o futuro de “Bancos, Navieras, Hornos, Felgueras, Resineras, y Papeleras” luzia despejado. No final do ano de 1919, um grupo de personalidades implicadas no mercado bolsista formulou um apelo para lançar um sindicato de defesa dos investidores em bolsa com propostas concretas para regular as operações bolsistas a prazo e a concessão de créditos com garantia de valores. O alarme emitido coincidia com máximos em cotação e contratação. Em 1929, produziu-se finalmente o colapso das cotações e transacções. Menciona Torrente Fortuño as falências

e cessações de pagamentos dispersas e quase simultâneas do *Banco de Barcelona* e a *Casa Pedro Romero y Hermano* de Ourense em 1921, seguidas pelas do *Banco de Castilla* (1923), *Banco Matritense* e *Banco de Villanueva* (1924) e um rosário de declarações de falência em 1925: *Banco de Vigo*, *Crédito de la Unión Minera* (Bilbau), *La Agrícola* (Pamplona), *Banco Vasco* (Bilbau), encerrando a série o *Banco de Sabadell* (1926).

A análise das contas de *Hijos de Olimpio Pérez* durante a conflagração europeia e imediato pós-guerra nom revela nengum impacto derivado do estouro da bolha especulativa e a queda da actividade industrial se nos guiamos pola série de lucros formulados nestes anos. O aumento de capital empreendido em 1915 e 1916 no valor de um milhom de pesetas admite umha interpretação puramente interna relacionada com o falecimento de Olímpio Pérez em março de 1915. A brusca contracção dos benefícios observada a partir de 1920, junto com a relaxação das exigências de dotação, é um fenómeno que cabe interpretar como a constatação do regresso à situação de normalidade prévia à guerra europeia. O quadro 216 do capítulo II cifra com precisom dous estimadores tam sensíveis à conjuntura como os lucros formulados e as dotações para contingências da carteira.

6.3 A banca galega no cenário da Lei Cambó. A posição de Hijos de Olimpio Pérez no sistema bancário galego

Francesc Cambó i Batlle (1876-1947), cofundador da Lliga Regionalista, deputado por este partido em várias convocatórias eleitorais a partir de 1907 e máximo dirigente desta organização depois da morte de Prat de la Riba em 1917, terminou por passar a fazer parte do governo de Antonio Maura em duas ocasiões: como ministro do Fomento em 1918 e como ministro da Fazenda em 1921²⁰. Em apenas sete meses como titular da pasta da Fazenda – de 13-08-1921 a 08-03-1922 – Cambó conseguiu deixar um vestígio memorável na história da política financeira espanhola. Devemos-

20 Perdices de Blas, Luis, Reeder, John, eds. (2003): *Diccionario de Pensamiento Económico en España (1500-2000)*, Fundación ICO, Editorial Síntesis, Madrid. As páginas 109-110 do livro contêm umha resenha biográfica do prócer, acompanhada de comentários ao seu legado ministerial de alguns destacados economistas.

Para umha avaliação global do papel de Antonio Maura e dos seus governos na Restauração, consideramos útil referir-nos a Gómez Ochoa, Fidel (1990): “El Gobierno de concentración en el pensamiento y la acción política de Antonio Maura (1918-1922)”, *Revista de Estudios Políticos*, 69.

lhe à breve etapa ministerial de Francesc Cambó, com efeito, a Ley de Ordenación Bancaria (29-12-1921) e o denominado Aranzel Cambó (12-02-1922). A lei tivo a virtude de iniciar a reorganização do sistema financeiro e de confirmar a função de regulador do sistema creditício privado do *Banco de Espanha* e também o seu protagonismo, às vezes excessivo, na configuração da política monetária e cambiária do Governo espanhol. O Aranzel Cambó, de carácter inevitavelmente proteccionista, sobreviverá ao seu promotor até o ano de 1960 não obstante a proliferação de críticas a que foi submetido desde as posições livre-cambistas²¹.

A Ley de Ordenación Bancaria de 1921 – a L.O.B. ou simplesmente lei Cambó – instaurou, de facto, um sistema regulatório moderno para a banca privada espanhola consagrando em consequência o protagonismo do sistema financeiro privado como actor decisivo da política económica espanhola desde aquele momento. Apesar das críticas que acompanharam a lei desde a sua mesma promulgação, vozes tão autorizadas como a de Luís Olariaga²² consagraram a pertinência e solidez do novo quadro regulatório, básico para o desenvolvimento posterior do sector até a sua reordenação já no contexto do pós-guerra espanhol.

A lei Cambó instituiu um organismo de inscrição voluntária, o *Consejo Superior Bancario*, C.S.B., ao qual se encomendavam funções tão importantes como a fixação do capital mínimo exigível para estabelecimentos bancários segundo a categoria da praça em que operava, a relação exigível entre capital e volume de negócio e, inclusivamente, a estrutura adequada do capital circulante a partir da proporção requerida entre activo realizável e passivo exigível. Também entrou a lei a delimitar as taxas de juro máximas a aplicar às contas correntes junto com outros assuntos de inegável importância para dotar de transparência o negócio bancário como o formato e estrutura dos balanços e os mecanismos para a sua fiscalização. A Lei criava também as *Cámaras de Compensación*²³

21 Comín, Francisco et al. (2000): *La Hacienda desde sus ministros. Del 98 a la guerra civil*, Prensas Universitarias de Zaragoza, Saragoça.

22 Para uma avaliação do papel deste mestre do pensamento económico espanhol, consultar (Perdices, 2003, p.p. 657 e seguintes).

23 Faus Mompart, Esteban M^a (2001): *Regulación y desregulación. Notas para la historia de la banca española*, Ediciones Península, Barcelona. A obra, com prólogo de Luís Angel Rojo, é uma meritória introdução à história bancária espanhola da infrequente perspectiva do seu quadro regulatório e normativo.

com objecto de facilitar a liquidação mútua de créditos e débitos entre entidades. A amplitude do quadro regulatório estabelecido ilustra claramente a extrema liberdade que imperava na altura no negócio da banca, próximo em muitos casos da mera anomia operativa ou da pura arbitrariedade só temperada pelo bom critério do banqueiro ou gestor.

Os estabelecimentos bancários estavam sujeitos, é certo, a um quadro regulatório elementar antes da promulgação da L.O.B. Descansava este no vetusto Código do Comércio de 22 de Agosto de 1885, que aspirava a regular a operativa bancária nas secções 7^a, 8^a, 10^a e 11^a do seu Livro Segundo, dedicado especificamente a contratos especiais de comércio. A notável imprecisão e carácter genérico da legislação em vigor propiciou a aparição de um amplo sortido de formas societárias no sector dando lugar a uma heteogénea mistura de sociedades anónimas sujeitas à regulamentação do Código do Comércio, estabelecimentos particulares de banca, sociedades colectivas ou comanditárias e alguma figura societária mais. A mesma dispersão transluzia-se na denominação dos actores da actividade bancária: banco, banqueiro, casa de banca, estabelecimento bancário. Um panorama, em soma, tão confuso como potencialmente perigoso. A crise de 1920-21, que provocou a consabida onda de falências bancárias a que temos feito referência e que tem como paradigma o colapso do *Banco de Barcelona* confirmou a fragilidade do quadro regulatório em vigor.

A profunda insatisfação latente nos círculos financeiros mais informados acabou por desacreditar definitivamente a concepção liberal das relações económicas que presidira até o momento à regulação da actividade económica, comercial e financeira. A *Ley de Ordenación Bancaria* supom, em perspectiva histórica, um ponto de inflexão necessário e irreversível do liberalismo regulatório da actividade económica imperante desde finais do XIX.

Em 1917, reuniam em Madrid representantes da banca madrilena, catalã e basca a fim de estabelecerem órgãos de coordenação aceitáveis para promover a regulação do sector. Daí nasceram duas novas “Asociaciones bancarias”, como imitação da promovida anos antes na Catalunha: a do Centro e a do Norte de Espanha. Os banqueiros andaluzes acabaram por se integrar na Associação Centro, vista a incapacidade para constituírem uma associação própria. A competência do *Banco de Espanha* e da banca estrangeira no negócio bancário face ao sector privado espanhol, apelidada

de desleal, eram as preocupações principais da banca privada espanhola.

O Ministro do Fomento Francisco Cambó partilhava as inquietações do sector bancário privado. Numha carta de maio de 1918 dirigida ao Comité Central, que coordenava as três associações territoriais de Barcelona, Madrid e Bilbao (Faus, 2001: 75,76), o Ministro reflectia assi:

“Es indudable que la Banca privada española no tiene el vigor que fuera de desear y que estima absolutamente indispensable para que pueda presidir un intenso desarrollo de nuestra vida industrial y mercantil.

(...) a Vd me dirijo...para que tenga la bondad de exponerme las medidas que a su entender debiera adoptar el gobierno para vigorizar la Banca privada española.

He de advertirle que no me asustan las medidas inspiradas en un sentido de nacionalismo bancario”

O contexto em que se desenvolveu a lei poderia enquadrar-se num movimento de tomada de consciência colectiva da heterogénea família bancária, empurrada pela liberdade operativa e o sucesso da banca estrangeira na captação de depósitos e no ritmo de crescimento por volta do ano de 1921. O sector bancário experimentava, e tentava ensaiar, pela primeira vez, a sua capacidade de influência corporativa perante o Governo, sob a olhada compreensiva e manifesta cumplicidade do Ministério do Fomento do efémero *gobierno nacional* promovido por Maura, que acabava de tomar posse no mês de março de 1921 para cair prematuramente a princípios do mês de novembro.

No mês de janeiro de 1922, já ao abrigo da L.O.B., procedeu-se à constituição, com carácter provisório, do *Consejo Superior Bancario*, que acabaria por tomar corpo no seguinte mês de março com a eleição dos representantes das zonas Centro, Norte e Barcelona, com dous representantes por zona. Numha das primeiras disposições, emitida no mês de junho desse ano, o C.S.B. procedeu a estabelecer o capital mínimo exigível aos estabelecimentos bancários para poderem operar (Faus, 2001: 97):

“En plazas bancables, un millón de pesetas. En las otras plazas, quinientas mil pesetas, y que cuando opere en varias plazas sea en todo caso de un millón de pesetas y se da un plazo de un año para completar el capital”

Simultaneamente, começou a inscrição ordenada das sociedades de banca no *Registro de Bancos y Banqueros* que em meses sucessivos procederá a estabelecer modelos de balanços, coeficientes de garantia

(relação mínima entre contas credoras e capitais próprios) e rácios de estrutura financeira para regular o equilíbrio entre activos disponíveis e passivos exigíveis, entre outras normas e resoluções.

A Galiza integrou-se na *Asociación de Bancos y Banqueros del Norte de España*. A Gaceta de Madrid, número 167, correspondente ao mês de junho de 1922, inclui a relação das 164 entidades inscritas naquele ano em cada uma das três associações constituídas em representação das áreas Centro, Norte e Barcelona. Na listagem do *Registro de Bancos y Banqueros* (Faus, 2001: 84, 390 e seguintes) figuram oito bancos galegos, inscritos na circunscrição Norte.

QUADRO 602

Instituições bancárias galegas registadas em 1922.

Entidade	Domicílio	Número de inscrição
Banco de La Coruña	Corunha	58
Sobrinos de José Pastor	Corunha	59
Hijos de Olimpio Pérez	Santiago	60
Banco de Vigo	Vigo	61
Hijos de Simeón García y Compañía	Ourense	71
Narciso Obanza	Corunha	92
Viuda e Hijos de Carlos Casas	Riba d'Eu	96
Viuda e Hijos de Juan Fuentes Fernández	Ourense	97

Fonte: Gaceta de Madrid, número 167, 16-06-1922.

Sob a tutela do Ministério da Fazenda, a L.O.B instituía também a *Comisaría de Ordenación de la Banca Privada*, integrada por um *Comisario Regio* e o *Consejo Superior Bancário*. Do livro de registo da mencionada Comissaria, extraímos os dados registais dos estabelecimentos galegos onde consta a sede e o número de inscrição. Completamos em notas anexas as transformações experimentadas com posterioridade à data de inscrição, (Faus, 2001: 397 e seguintes):

QUADRO 603

Dados registais da banca galega na *Comisaría de Ordenación de la Banca Privada*

Instituição		Sessão	Número	Notas
Establecemento Bancario Sobrinos de J. Pastor	Corunha	17.08.1922	056	<i>Transformado en Banco Pastor por acuerdo del C.S. B. de 08.01.25</i>
Establecemento Bancario Hijos de Olimpio Pérez	Santiago	17.08.1922	057	<i>Desde 1957, Banco Hijos de Olimpio Pérez. Desde 1964, Banco de Crédito e Inversiones. En 1987, Banco Gallego.</i>
Establecemento Bancario Hijos de Juan Pérez Fuentes	Ourense	14.10.1922	092	<i>Baja por suspensión de pagos en 1922.</i>
Establecemento Bancario Hijos de Simeón García y Cia	Ourense	14.10.1922	104	<i>Incorporado em Banesto em 1958</i>
Banca Viñas Aranda S. A.	Vigo	25.05.1931	155	<i>Em 1954, Banco de Vigo Viñas Aranda. Desde 1957, Banco de Vigo. Desde 1953, Banco de Galicia.</i>

Fonte: Boletim do C.S.B., número 4, maio de 1929

Para efeitos de caracterizar o peso real das diferentes instituições bancárias e a sua estrutura patrimonial no início dos anos vinte, incluímos a informação oferecida pelo Boletim do C.S.B. número 4 de maio de 1929²⁴ relativa ao ano de 1922. Tem interesse porquanto proporciona a primeira imagem sintética da banca galega elaborada sob critérios homogêneos. A imagem tem o interesse adicional de descrever o quadro de situação do sistema financeiro galego prévio à conversão do Pastor em sociedade anónima e à desapareição do *Banco de Vigo* que terão lugar em 1925.

Resumimos no quadro 604 a informação mais significativa, que será tratada por extenso no Apêndice 61 deste trabalho.

Umha análise sumária do quadro revela que em finais do ano de 1922, sete anos escassos depois da morte de Olímpio Pérez, o negócio familiar dos Pérez tinha perdido definitivamente a corrida para se situar em posição de banco regional de referência, posição que si usufruíam *Sobrinos de J. Pastor*, *Banco de La Coruña* e *Banco de Vigo*, estes dous sob o formato de sociedade anónima.

²⁴ Banco de España, Servicio de Estudios, Biblioteca.

QUADRO 604
Estrutura patrimonial dos principais bancos galegos no final de 1922
(Valores em milhares de pesetas)

Instituição	Tesouraria	Letras	Títulos	Créditos	Activo	Capital	Reservas	Credores	Outros	Passivo
Sobrinos de J. Pastor	6.462	7.550	35.253	12.887	62.152	4.661		53.544	3.947	62.152
Banco de La Coruña	2.367	2.999	20.688	13.356	39.410	10.000	636	27.981	793	39.410
Hijos de Olimpio Pérez	4.660	889	8.213	8.410	22.172	2.000	1.006	18.821	345	22.172
Hijos de Simeón García y Compañía	2.400	257	4.301	2.431	9.389	1.000		8.112	277	9.389
Viuda e Hijos de Carlos Casas	1.311	202	167	4.593	6.273	3.000	300	2.906	67	6.273
Banco de Vigo	7.759	4.675	5.320	18.982	36.736	5.000	1.200	23.620	6.916	36.736
Banca Galega	24.959	16.572	73.942	60.659	176.132	25.661	3.142	134.984	12.345	176.132

Fonte: Boletim do C.S.B., número 4, maio de 1929

A desconcertante renúncia a constituir umha rede de sucursais na Galiza, já para nom falarmos da hipótese de abrir sucursal em América do Sul para a captação do negócio ultramarino, som traços que confirmam o horizonte corporativo assumido pola gerência da casa Pérez de limitar esta ao modelo de banco de vocação local sólido e fiável. A opção implícita polo exercício de banca local, reforçada pola estratégia de adaptação passiva aos episódios sucessórios familiares, com a sua sequela de sucessivas purgas patrimoniais, bloqueou qualquer hipótese expansiva de abertura e capitalização. A resposta desenvolvida pola casa para fazer face à obscura crise de confiança que houve de aturar nos anos vinte revela as limitações da sociedade familiar nuns anos decisivos para a reestruturação do mapa bancário. A discreta listagem de próceres compostelanos que afiançavam a solvência da casa foi apenas a única resposta da firma, junto com o argumento, talvez mais inquietante do que tranquilizador, de que, para além dos valores reflectidos no balanço, a solidez do património familiar constituía umha valiosa garantia adicional. O argumento podia, a custo, convencer os correspondentes bancários da casa, mais interessados, como é óbvio, na solvência contabilística constataável nos balanços do que nos hipotéticos efeitos da solidariedade familiar.

Hijos de Olimpio Pérez nom podia medir-se já na altura com umha firma tam próxima em relações históricas de correspondência como o banco Pastor nem sequer com as inquietas sociedades emergidas no novo século sem referência a qualquer reconhecida estirpe familiar, como era o caso do *Banco de La Coruña* e do de *Vigo*.

Em finais de 1922, *Hijos de Olimpio Pérez* nom superava 13% de contributo ao sistema bancário galego.

Quanto à estrutura patrimonial nos balanços, o sistema bancário galego manifesta no início dos anos vinte algum traço digno de menção. Destacamos a forte capitalização que presidiu ao nascimento do *Banco de La Coruña* e a desmesurada solvência e liquidez que acumulava *Viuda e Hijos de Carlos Casas*. No primeiro caso, por causa do escasso tempo decorrido desde a constituição da sociedade. Surpreende, porém, no segundo caso, a notável dimensão da carteira de créditos que, na altura, detinha a casa de Riba d'Eu.

As políticas de capitalização desenvolvidas polo Pastor e a casa Pérez conduzírom ambas as firmas a resultados semelhantes: umha

modesta capitalização em termos de recursos próprios compensada por financiamento alheio – contas credoras – e, no que di respeito à selecção de activos, umha marcada preferência pola aplicação de crédito à clientela, complementada com a subscrição de títulos, umha política, esta, altamente privilegiada em *Sobrinos de J. Pastor*.

Dentro da epígrafe do recurso a credores como fonte de financiamento destaca outro traço de semelhança entre o *Pastor* e *Hijos de Olímpio Pérez*. Em 1922, nengumha das duas firmas familiares apelava só ao financiamento interbancário, como pom de manifesto a escassa importância da rubrica de “Outros” que inclui o epígrafe de Bancos e banqueiros. A presença relativa desta fonte de financiamento é perceptível já embora a partir de 1924, sobretudo no banco Pastor.

A *alavancagem financeira*, por outras palavras, a opção polo endevedamento como recurso para financiar umha política investidora mais activa e propensa à adopção de riscos, tem a sua contrapartida no rácio de *autofinanciamento* – capital e reservas sobre passivo – indicativo da preferência por umha política de baixa exposição ao risco.

QUADRO 605
Peso relativo dos principais bancos galegos em finais de 1922

Instituição	Tesouraria	Letras	Títulos	Créditos	Activo = Passivo	Capital	Reservas	Credores	Outros
Sobrinos de J. Pastor	25,9	45,6	47,7	21,2	35	18,2		39,7	32,0
Banco de La Coruña	9,5	18,1	28,0	22,0	22	39,0	20,2	20,7	6,4
Hijos de Olimpio Pérez	18,7	5,4	11,1	13,9	13	7,8	32,0	13,9	2,8
Hijos de Simeón García y Compañía	9,6	1,6	5,8	4,0	5	3,9		6,0	2,2
Viuda e Hijos de Carlos Casas	5,3	1,2	0,2	7,6	4	11,7	9,5	2,2	0,5
Banco de Vigo	31,1	28,2	7,2	31,3	21	19,5	38,2	17,5	56,0
Banca Galega	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Boletim do C.S.B., número 4, maio de 1929

QUADRO 606
Estrutura patrimonial dos principais bancos galegos em finais de 1922

Entidade	Tesouraria	Letras	Títulos	Créditos	Activo = Passivo	Capital	Reservas	Credores	Outros
Sobrinos de J. Pastor	10,4	12,1	56,7	20,7	100	7,5	0,0	86,2	6,4
Banco de La Coruña	6,0	7,6	52,5	33,9	100	25,4	1,6	71,0	2,0
Hijos de Olimpio Pérez	21,0	4,0	37,0	37,9	100	9,0	4,5	84,9	1,6
Hijos de Simeón García y Compañía	25,6	2,7	45,8	25,9	100	10,7	0,0	86,4	3,0
Viuda e Hijos de Carlos Casas	20,9	3,2	2,7	73,2	100	47,8	4,8	46,3	1,1
Banco de Vigo	21,1	12,7	14,5	51,7	100	13,6	3,3	64,3	18,8
Banca Galega	14,2	9,4	42,0	34,4	100	14,6	1,8	76,6	7,0

Fonte: Boletim do C.S.B., número 4, Mayo de 1929

QUADRO 607
Estrutura patrimonial dos principais bancos galegos em finais de 1922

Instituição	Activo				Rácio (%) de autofinanciamento (K+R)/(L+T+C)	Passivo			
	Tesouraria	Letras	Títulos	Créditos		Capital	Reservas	Resto do passivo	
		L	T	C			K		R
Sobrinos de J. Pastor	10,4	12,1	56,7	20,7	8,4	7,5	0,0	92,5	
Banco de La Coruña	6,0	7,6	52,5	33,9	28,7	25,4	1,6	73,0	
Hijos de Olimpio Pérez	21,0	4,0	37,0	37,9	17,2	9,0	4,5	86,4	
Hijos de Simeón García y Compañía	25,6	2,7	45,8	25,9	14,3	10,7	0,0	89,3	
Viuda e Hijos de Carlos Casas	20,9	3,2	2,7	73,2	66,5	47,8	4,8	47,4	
Banco de Vigo	21,1	12,7	14,5	51,7	21,4	13,6	3,3	83,1	
Banca Galega	14,2	9,4	42,0	34,4	19,1	14,6	1,8	83,6	

Como podemos observar, *Sobrinos de J. Pastor* exhibe um elevado nível de alavancagem financeira; no extremo contrário, *Viuda de Casas* manifesta umha estrutura patrimonial marcadamente conservadora. *Olimpio*, como *Simeón*, ocupam uma posição mais moderada. O elevado rácio de autofinanciamento manifestado polo *Banco de La Coruña* pode ser atribuído ao carácter incipiente da sociedade em 1922.

A ortodoxia bancária quanto à assunção de riscos descansa no princípio do equilíbrio entre riscos assumidos – que garantem rentabilidade e crescimento – e prudência perante a eventualidade de falência, morosidade e depreciação de activos. Tais perigos estavam muito presentes na experiência bancária dos anos vinte. A crise de confiança experimentada por *Hijos de Olimpio Pérez* no princípio dos anos vinte constituiu um severo aviso que a casa não podia esquecer. A direcção procedeu a acentuar a sua parcimónia habitual na gestão do risco, observável na política de cobertura de activos, complementar das dotações para reservas ordinárias. A política de cobertura dos riscos potenciais iniciada em 1902 mediante dotações anuais ao Fundo de Previsão para contingências intensifica-se significativamente a partir de 1915 e alcança valores inusitados a partir de 1931.

As reservas que figuram no Quadro anterior integram tanto as de carácter ordinário como as dotadas para contingências de depreciação de activos. O peso relativo das contas de reserva em 1922 contribuía para assegurar um rácio de autofinanciamento satisfatório a H.O.P. nesse ano.

6.4 A banca galega no primeiro terço do século XX. Trajectórias particulares

Nos últimos anos, foram aparecendo um conjunto de investigações que facilitam umha aproximação mais precisa ao panorama do negócio bancário galego no primeiro terço do século XX. Especial interesse tem para o nosso propósito o material oferecido polo Arquivo Histórico do Banco de Bilbao sobre a banca espanhola nos anos vinte e trinta, da autoria de J. V. Arroyo Martín²⁵. A procura de umha perspectiva regional, o

²⁵ Referimo-nos especialmente a:

Arroyo Martín, J. V. (2003): *La Banca en España en el período de entreguerras, 1920-1935. Un modelo de modernización y crecimiento*, Fundación BBVA, Archivo Histórico, Bilbao.

empenho em inserir o material empírico reunido no seu contexto histórico e a intenção de praticar um tratamento *serial* orientado a superar o carácter fragmentário que caracterizam umha boa parte das contribuições empíricas para a história financeira som traços que queremos frisar na abordagem desenvolvida desde o arquivo histórico do BBVA.

Na Galiza, contamos com contributos de indiscutível valor sobre áreas concretas da nossa história bancária, entre os que consideramos de ineludível referência as investigações da professora da Universidade de Vigo, María Jesús Facal Rodríguez, sobre o Banco Simeón, a actividade bancária de Manuel Pérez e o perfil biográfico de Olímpio Pérez e, em especial, a tese de doutoramento da professora sobre o *Banco de Emisión de La Coruña, 1857-1875*²⁶. A investigação de Carles Maixé²⁷ sobre as origens de Caixa Galicia, de deplorável actualidade como consequência da dissolução do sistema de aforro galego representado polas Caixas, é, assi mesmo, um importante contributo para um adequado conhecimento da história do sistema financeiro galego.

Um enfoque muito diferente é o que privilegia a pesquisa documental em arquivos notariais ou privados dispersos, umha linha de investigação que caberia qualificar de micro-histórica. É exemplar, neste sentido, a obra do notário Alfonso García López²⁸.

Qualquer das vias apontadas oferece informação e sugestões pertinentes para sondar o heterogéneo tecido histórico das iniciativas bancárias surgidas com anterioridade à guerra civil. Aproveitamos estas fontes para ensaiar umha breve síntese dos estabelecimentos bancários operantes na Galiza nos anos vinte. A documentação contabilística relativa aos bancos Pastor e de Vigo que pudemos reunir, junto com a imagem sectorial projectada

Arroyo Martín, J. V. (1999): *Banca y mercados en España 1920-1960: 1. Galicia*, Fundación BBVA, Archivo Histórico, Bilbao.

Arroyo Martín, J. V. (1999): *La Banca privada en la Cornisa Cantábrica entre 1920-1935*, Fundación BBVA, Archivo Histórico, Bilbao.

26 <http://webs.uvigo.es/cfacal/publicacioneschus.htm>

27 Maixé, J. Carles [dir.] (2003): *El ahorro de los gallegos. Orígenes e historia de Caixa Galicia (1876-2002)*, Fundación Caixa Galicia, Corunha.

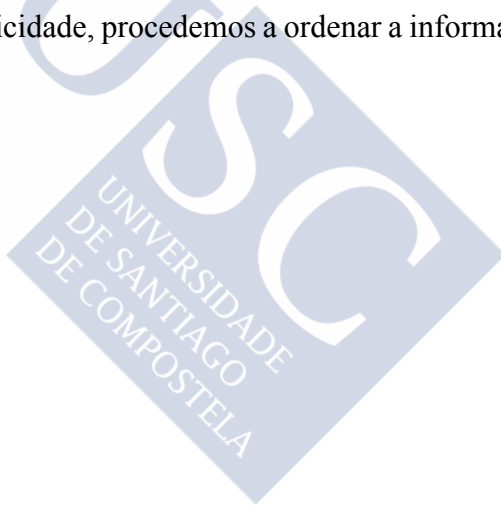
28 García López, Alfonso (2003): *La actividad bancaria en Galicia. Desde el Catastro del Marqués de la Ensenada a la Ley Cambó*, Editorial Lex Nova, Valladolid.

García López, Alfonso (1999): *Una historia de la banca española a través de sus documentos*, Editorial Lex Nova, Valladolid.

pola documentación produzida polo *Consejo Superior Bancario* durante o período de vigência da Lei Cambó, 1922-1946²⁹, constituem a base da presente sección.

Em atención ao carácter sintético da revisom, limitaremos a nosa atención ao círculo de establecementos que chegaron a formalizar a súa inscrición no *Consejo Superior Bancario* ou enviáron a este as series de balanços trimestrais no período 1922-1936 ou procedéron ao envío información aos organismos reguladores que substituíron o Consello: *Dirección General de la Banca*, *Comité Central de la Banca Española* (1941-1948) e *Registro de Bancos y Banqueros* (1947-1994). As institucións galegas incluídas constituem, obviamente, o núcleo relevante do sistema bancario galego nos anos assinalados.

Em honra à simplicidade, procedemos a ordenar a información segundo o seguinte esquema:



29 Patxot, Victoria e Giménez-Arnau, Enrique (2001): *Banqueros y bancos durante la vigencia de la Ley Cambó, 1922-1946*, Banco de España, Madrid.

Banco de La Coruña Corunha Corunha: Cantom Pequeno 6 <i>Incorporado em Banco de Bilbao em 1970</i>	1922*08: 40-B	23*01-36*03: 53/-	41*01-46*12	47*01-70*09
Hijos de Olimpio Pérez Corunha Santiago: Cervantes 15 <i>Muda para H.O.P. S.A. em 1957</i> Hijos de A. Núñez Corunha Betanços: Sánchez Brégua 2 <i>Incorporado em Banco Central em 1959</i>	1922*08: 57-B Nom Nom	23*01-36*03: 53/- 31*06-34*12: 14/- 33*06-34*12: 7/-	41-46*12 41*01-46*12	47*01-64*12 47*01-59*06
Hijos de José Pérez Lorenzo Corunha Noia	Nom			
Suc. de A. Barreiro y Cia Corunha Ferrol: F. Villamil 61 <i>Incorporado em Banesto em 1950</i>	Nom	27*04-33*09: 17/1		50*03
Perfecto Castro Canosa Corunha Cee <i>Muda para Perfecto Castro Canosa S. L. em 1960</i>	Nom	28*01-34*12: 26/1		47*06-80*11
Manuel Miñones Barros Corunha Corcubion <i>Denegada inscrição no R.B. B. em 1949</i>	Nom: 1936			
Marcelino Etchevarría Corunha Betanços: Cantom Grande 36 <i>Muda para Banca Etchevarría S. A. em 1948</i> <i>Incorporado no venezuelano Banesco em 2012.</i>	Nom	33*03-34*12: 7/-		

Ponte Vedra

Banco Jádenes Bárcena S. A. Ponte Vedra Vigo: Colom 10 <i>Incorporado em Banco Santander em 1968</i>	Nom	29*01-34*12; 18/-		47*03-68*03
Pancada Moraes y Cia Ponte Vedra Vigo <i>Muda para Alves Cardoso y Cia em 1930</i>	Estrangeiro	27*07-30*12; 14/-		48*12-49*03
Alves Cardoso y Cia Ponte Vedra Vigo <i>Antes, Pancada Moraes; incorporado em Banco Popular em 1949</i>	Estrangeiro	31*03-31*12; 4/-		48*12-49*03
Banco de Vigo Ponte Vedra Vigo: Garcia Barbón 2 <i>Faliu em 1925</i>	Nom	23*01-24*01; 4/-		
Banca Viñas Aranda S. A. Ponte Vedra Vigo: Colom 23 <i>Em torno a 1920: Viñas Aranda y Cia</i>	1931*05; 155-B	30*03-36*03; 24/-	42*09-46*12	47*01-54*06

Lugo

Viúda e Hijos de Carlos Casas Lugo Riba d'Eu: Praça do Campo <i>Baixa por cessação de pagamentos em 1942</i> Suc. de Francisco Martínez Bengoechea Lugo Riba d'Eu: Armando Pérez 43 <i>Muda para Torres Bustelo y Cia em 1929</i>	1922*08: 63-B	23*01-33*09: 39/-		
Torres Bustelo y Cia Suc de Francisco Martínez Bengoechea Lugo Riba d'Eu <i>Muda para Suc. de Francisco Martínez Bengoechea</i> Suc. de Francisco Martínez Bengoechea, Ramón Bustelo González Lugo Riba d'Eu	Nom Nom Nom: 1936	27*01-27*07: 3/- 29*09-34*12: 21/-		50*03
Viúda de Marcelino Enríquez, María Josefa Par-rondo Lugo Riba d'Eu <i>Incorporado em Bonesto em 1944</i>	Nom	33*09-34*12: 5/-	43*09-43*12	

Das três etapas documentais resenhadas – as referidas ao C.S.B., à D.G.B. e ao R.B.B. – a mais significativa é a primeira, porquanto permite provar a relativa precocidade a submeter-se à disciplina sectorial comum, indicativa da sua maturidade corporativa na sequência da Lei Cambó. Complementar desse cenário é o que se abre com posterioridade à guerra civil espanhola, documentado no R.B.B. O tecido bancário diversifica-se agora com a abertura de sucursais de banca foránea, tanto de proveniência espanhola como de fora do Estado. É possível observar, também, no quadro, alguns episódios significativos de incorporação ou diluição corporativa da banca autóctone por influxo da foránea no incessante processo de depuração e concentração que acabou por provocar a definitiva extinção da banca regional que teve como último episódio a incorporação do *Banco Pastor* no *Banco Popular*, sediado em Madrid, em 2012.

Começamos pela sequência de inscrição dos bancos no registo oficial. O *Banco Pastor*, que sucedeu a *Sobrinos de J. Pastor*, aparece registado com código numérico próprio no ano precursor de 1922; igual que o *Banco de La Coruña* e *Hijos de Olimpio Pérez*. Dous bancos menores da província corunhesa, *Hijos de A. Nuñez* de Betanços e *Hijos de José Pérez Lorenzo* de Noia, acedem a registo em 1925. A província da Ponte Vedra nom codifica negumha sociedade em 1922. O *Banco de Vigo*, seguramente em dificuldades operativas graves já na altura, nom parece interessado em atingir homologação registal e o *Viñas Aranda* nom causa alta até 1931. Lugo contribui com *Viuda e Hijos de Carlos Casas* à primeira onda de homologações e Ourense com *Hijos de Simeón García* e com *Hijos de Juan Fuentes Pérez*, de muito fugaz vigência este último pola desgraçada coincidência do acto da inscrição com o de falência definitiva. Quanto à ordem de registo, o mais madrugador foi o *Banco de La Coruña*, que recebeu o código numérico 40. À *Viuda e Hijos de Carlos Casas* é atribuído o número 63, enquanto as entidades ourensanas som deslocadas para ordinais à volta da posição 100.

Quanto aos processos das incorporações documentadas, iniciam-se com *Viuda de Marcelino Enríquez*, *María Josefa Parrondo* de Riba d'Eu, casa incorporada em *Banesto* no ano de 1944. Já nos cinquenta, encontramos *Sucesores de A. Barreiro y Cia* de Ferrol (1950: *Banesto*) e *Hijos de A. Núñez*, de Betanços (1959: *Banco Central*). Mais recente é o caso do *Banco Jáudenes Bárcena S. A.*, de Vigo (1968: *Banco Santander*)

e mais recente ainda o caso do *Banco de La Coruña*, incorporado no *Banco de Bilbao* em 1970.

Sofrem processo de falência, normalmente depois de se terem submetido a assembleia de credores, *Hijos de Juan Fuentes Pérez* de Ourense em 1922, em datas quase simultâneas à sua inscrição no C.S.B. A seguir, o *Banco de Vigo*, em 1925, e *Viuda e Hijos de Carlos Casas*, também de Riba d'Eu, em 1942. Os procedimentos de incorporação ou de falência irreversível prolongam-se, por vezes, através de processos de mutação na denominação social identificativa ou de reestruturações acionistas de diversa índole.

Completamos a descrição anterior no Apêndice 62, onde tentámos elaborar uma listagem completa das casas de banca de carácter local operantes na Galiza no período 1922-1946, a partir da informação proporcionada por Patxot e Giménez-Arnau (2001). A informação oferecida por esta fonte procede de um minucioso rastreio de anuários financeiros e imprensa económica coeva. A sua utilidade reside na heterogeneidade das fontes primárias consultadas.

Cremos pertinente prestar alguma atenção ao exame da estabilidade relativa e dinâmica expansiva do núcleo bancário galego, que podemos caracterizar como básico. É especialmente ilustrativo comparar as trajetórias divergentes de *Hijos de Olimpio Pérez* e o *Banco Pastor*, dous bancos semelhantes quanto à índole familiar com estreitos laços históricos de cooperação. Nesta mesma constelação, cabe situar a casa *Simeón*, embora neste caso com a muito marcada peculiaridade da sua orientação comercial e da particular política de expansão adoptada. Trata-se, em qualquer caso, de três exemplos paradigmáticos de banca familiar com sólida base de implantação na Galiza.

Em marcado contraste com estes três empreendimentos familiares, o *Banco de La Coruña* e o *Banco de Vigo* nascem sem referência familiar originária e com formato de arranque de sociedade anónima. Tentaremos precisar em seguida as coincidências e divergências corporativas que é possível inferir do exame dos respectivos registos contabilísticos, complementados com alguma referência accidental as fontes bibliográficas citadas, particularmente aquelas como a de Alfonso García López que permitem acrescentar algum dado pertinente de carácter personalista ou biográfico.

Umha ficha sintética das vicissitudes que comportou a criação e desenvolvimento histórico do núcleo bancário galego revelado nos anos vinte permite-nos visualizar em perspectiva ampla a trajetória particular das firmas incluídas.

QUADRO 609

Mudanças corporativas, expansom e eclipses

Instituiçom	Ano de fundaçom	Mudanças corporativas	Expansom geográfica. Sucursais
Hijos de Olimpio Pérez	≈1847	Manuel Pérez Sáenz (1847-1880) Hijos de Pérez Sáenz, S.R.C. (1880-1902) Olimpio Pérez (1903-1910) Olimpio Pérez e Hijos, S.R.C. (1911-1915) Hijos de Olimpio Pérez (1916-1919) Hijos de Olimpio Pérez, S.R.C. (1920-1957) Banco Hijos de Olimpio Pérez, S.A. (1958-1964) Banco de Crédito e Inversiones (1965-1987) Banco Gallego (1987-1993) 1993: aquisição de 100 % por Banco 21 *1998: confirmaçom da denominaçom social Banco Gallego e entrada da Caixanova no accionariado *2013: Incorporaçom da instituiçom no Banco de Sabadell polo preço de 1 euro	*1910: Vila-Garcia *1957: Muros
Hijos de Simeón García	≈1854	Simeón García, periodificaçom da direçom corporativa: *Simeón García, Santiago: 1857-1889 *Viuda e Hijos de S.G., Santiago: 1890-1906 *Hijos de S.G., Santiago, Barcelona, Madrid: 1906 *Em 1984, o Banco Simeón é incorporado no Banco Exterior, que passará a integrar-se no Grupo Argentaria em 1991*O grupo público Argentaria vende a sua participaçom maioritária no Banco Simeón à Caixa Geral de Depósitos em 1995	1872-1980: Santiago 1879: Ourense 1882-1982: Vila-Garcia 1884: Corunha 1885-1982: Vigo 1889: Oviedo 1923: Madrid, Lugo 1930: Bilbao 1948: Leom, Burgos 1961: Valhadolid
Banco Pastor	≈1776	Jaime Dalmau y Cia (1776-1825) Dalmau y Pastor (1826-1848) Pastor Hermanos (1860-1866) José Pastor y Cia (1868-1890) Sobrinos de José Pastor (1891-1925) Banco Pastor S.A. (1925-) *Em 30 de março de 2012, o Banco Pastor fusiona-se com o Banco Popular conservando a sua denominaçom na Galiza	1922: Vigo, Lugo, Ourense, Viveiro 1925: sete sucursais, todas na Galiza 1932: trinta e cinco sucursais na Galiza 1941: trinta e sete sucursais na Galiza, abertura de sucursal em Madrid mediante incorporaçom de <i>García Calamarte y Cia</i>

Banco de La Coruña	1917-1918	Banco de La Coruña (constituição: 8-12-1917, início operações: 1-02-1918) Banco de Bilbao, por incorporação (29-12-1970)	1918: Ferrol 1920: Lugo 1921: Santiago 1923: Vila-García, Betanços 1926: Cee, Noia 1927: Vigo e outras até totalizar 13 1928: Ourense e outras até totalizar 21 1931: Totaliza 25 sucursais na Galiza 1955: Madrid 1967: Alcança as 62 sucursais
Banco de Vigo	1900	Banco de Vigo (1900-1925)	1905: Vila-García 1923: Ponte Vedra, Ourense, Santiago, até totalizar 16 sucursais

Fontes: Documentação corporativa (H.O.P. Pastor, Coruña, Vigo); *Banco de La Coruña, 1918-1968*, edição comemorativa; García López (2003); Elvira Lindoso (2006); “*Los orígenes del Banco Simeón: Evolución de los negocios de Simeón García de Olalla y de la Riva (1857-1983)*”, M^a J. Facal Rodríguez (2005), Universidade de Vigo. Informação recente.

É significativo o facto de os bancos da Corunha e Vigo terem nascido em data comparativamente tardia, já com formato de sociedade anónima. O facto de o Pastor ter demorado a decisão de alterar o seu estatuto de sociedade anónima até 1925 e *Hijos de Olímpio Pérez* até 1957 põe de relevo as resistências que suscitava tal radical mudança de cultura empresarial. As obrigações inerentes ao novo formato, especialmente a exposição à publicidade das contas e da política de cobertura de riscos e distribuição de dividendos, atentavam contra a discricionariedade e reserva informativa em que se baseava a gestão familiar do negócio.

Caso extremamente peculiar é a trajetória seguida pelo negócio da família Simeón. Também no seu formato societário; o complexo financeiro e comercial sob controlo familiar determinou que os Simeón se resistssem à adopção do formato de sociedade anónima até os anos setenta, (M^a Jesús Facal, 2005):

A finales de 1971 con un capital social de 75 millones de pesetas y unos activos de 297.678.394,26 pts (en) HSG los socios y socias decidieron transformarla en sociedad anónima, en ese año ya contaba el grupo con seis SA (Banco Simeón, Almacenes Simeón, Banco Riva y García, Federación Financiera, Riva y García División Comercial, Riva y García División Industrial)³⁰.

30 Facal, M^a Jesús (2005), “Los orígenes del Banco Simeón: Evolución de los negocios de Simeón García de Olalla y de la Riva (1857-1983)”. [PDF - 970 Kb] Comunicación al VIII Congreso de

O grupo Simeón é um caso singular de estabilidade na direcção familiar e de continuidade na vocação estritamente comercial desde os mesmos inícios do negócio. O comércio grossista de tecidos subordinava a actividade financeira a umha função complementar, à maneira de cúpula unificadora da rede empresarial arborescente em que baseou o grupo a sua estratégia de crescimento.

A simbiose entre comércio grossista disperso e cobertura bancária centralizada impregnou toda a estrutura societária e a cultura empresarial da firma. Ainda em 1946, *Hijos de Simeón García y Cia de Santiago* via-se obrigado a defender perante o Director General de Banca y Bolsa a índole inequivocamente bancária do seu negócio e a argumentar as razões de nom ter procedido a desagregar ambas as actividades, comercial e financeira. A fusom de ambas, apontava o relatório da casa, impedia singularizar adequadamente a informação contabilística específica que se lhe requeria na sua condição de firma bancária.

No opúsculo monográfico de M^a Jesús Facal (2005) dedicado ao banco Simeón, de onde procede esta informação, oferece-se a seguinte destriñça de actividades do capital social de *HSG y Cia de Santiago e Vila Garcia* em 1948:

	Santiago	Vila Garcia
Capital social, pesetas	2.200.0000	1.400.000
Grossista em mercearia e paquetaria	300.000	400.000
Grossista em tecidos	700.000	
Operações bancárias	1.200.000	1.000.000

A firma imputava 1.400.000 pesetas (39 %) à actividade comercial e 2.200.000 (61 %) à financeira. O facto de ter tido de recorrer a técnicas de imputação contabilística para delimitar a dimensão real do negócio bancário, cem anos depois da criação da companhia, é umha prova concludente da extrema singularidade do grupo.

O modelo de crescimento seguido polos sucessores de Simeón García alicerçava na associação sistemática do capital da família Simeón com

capitais locais como fórmula de expansom geográfica e alavancagem dos capitais próprios. Outro sinal altamente original da singular trajectória do grupo.

García López (2003: 258) resume claramente este traço característico da estratégia de expansom do grupo:

El esquema general de funcionamiento de Simeón García consistía en una sociedad matriz, de la que eran únicos socios los miembros de la familia, y tenía su domicilio social en Santiago. Su razón social fué, sucesivamente: *Simeón García de Santiago*, *Viuda e Hijos de Simeón García de Santiago* e *Hijos de Simeón García de Santiago*, todas ellas sociedades regulares colectivas.

Esta matriz actuaba de promotora de otras sociedades domiciliadas y operativas en diferentes localidades, como La Coruña, Orense, Villagarcía, Vigo, que se constituían con socios locales, comerciantes en el ramo de tejidos, conocedores e introducidos en el sector textil local.

Las participaciones en el capital de estos socios eran siempre minoritarias (generalmente no más de 30-40 por 100 entre todos ellos), con el fin de tener asegurado el control de estas sociedades por parte de la casa matriz.

(...) cuando fallecían (os socios locais) desaparecía la condición personal sobre la que se había formalizado y mantenido el contrato de sociedad y, por lo tanto, se procedía a su rescisión y se liquidaba a los herederos del fallecido tanto la participación en el capital como el saldo de su cuenta en la sociedad (...) estos pagos (...) se efectuaban en plazos que podían alcanzar los tres años en algunos casos (...)

(...) Otra de las características comunes a todas las sociedades filiales estudiadas era la inclusión de una cláusula en el contrato de sociedad por la cual la sociedad criada se comprometía a efectuar las compras de géneros en las fábricas de Barcelona o Alcoy que fueran designadas por la matriz, al tiempo que se aceptaba el pago de una comisión, la usual de hasta el 2%, por las compras efectuadas.

As fábricas que forneciam o sistema estavam societariamente vinculadas à família e financiadas por umha cúpula bancária comum submetida também a controlo familiar.

Em perspectiva actual, o modelo do grupo Simeón pode ser interpretado como um prenúncio das fórmulas modernas de integraçom horizontal ou vertical de unidades empresariais diversas materializadas ou nom em relaçons de franquia que tenham no grupo Inditex um cânone singular de assombroso sucesso.

A casa Simeón de Santiago comunicava ao *Consejo Superior Bancario* em 1922 um capital social de apenas um milhom de pesetas, metade do declarado por *Hijos de Olimpio Pérez* e só um terço do reconhecido por *Viuda e Hijos de Carlos Casa*, como pode apreciar-se no quadro 604. O mesmo valor de capital figurava ainda em finais de 1928, conforme consta do Boletim do C.S.B. de maio de 1929 (Apêndice 61).

As informações remetidas polo grupo Simeón aos organismos de fiscalizaçom da banca espanhola obscureciam, em certa maneira, a autêntica dimensom do grupo. A intrincada complexidade do grupo desafia qualquer aproximaçom superficial devido à sua proteica estrutura. Umha correcta avaliaçom da magnitude do grupo requer umha abordagem congruente com as suas características. M^a J. Facal (2005) incorpora um quadro que resume o capital comprometido à altura dos anos vinte, o que constitui a melhor aproximaçom à avaliaçom da sua magnitude real. Cumpre nom esquecer, contodo, a heterogénea composiçom dos diferentes capitais sociais que integrava o grupo num esquema mercantil e financeiro comum.

Capital social do grupo Simeón nos anos vinte

Establecimientos	1923	1930
Santander	125.000	500.000
Vila-Garcia	600.000	600.000
Oviedo	675.000	675.000
Santiago	1.250.000	1.750.000
Ourense	1.500.000	2.000.000
Madrid	1.750.000	3.000.000
Vigo	1.750.000	1.750.000
Corunha	2.000.000	2.000.000
Riva y García	5.000.000	12.000.000
	14.650.000	24.275.000

Fonte: M^a J. Facal (2005)

Embora o perímetro de consolidaçom do grupo poda ser objectável porquanto integra sociedades com individualidade própria coordenadas em maior ou menor medida pola participaçom acionista da família Simeón, o certo é que o conjunto do grupo dispunha nos anos vinte de um capital social indiscutivelmente superior ao de quase todos os seus competidores coetâneos na Galiza. Só equiparável em dotaçom ao *Banco de La Coruña*,

que nascera em finais de 1917 com um capital escriturado de 10 milhões de pesetas, considerável no seu contexto geográfico. O capital escriturado pelo Banco Pastor por ocasião da sua conversão em sociedade anónima (1925) ascendeu a 17 milhões de pesetas. É certo, contudo, que, a diferença do grupo Simeón, os dois bancos corunheses tinham como objecto social exclusivo o negócio bancário e também que a unidade de critério na gestão dos negócios era muito mais fraca no grupo Simeón. Em todo o caso, a peculiar estrutura do grupo não lhe impediu exercer legitimamente o negócio bancário e superar sem especiais dificuldades as exigências legais do exercício do negócio bancário até depois da guerra espanhola.

Para uma avaliação da peculiar complexidade organizativa do grupo Simeón e as questões que suscita, remetemos, de novo, para o juízo de M^a Jesus Facal (2.005):

“El grupo empresarial de HSG controlaba sociedades en 4 zonas bancarias, sin embargo no realizó ningún amago de unificarlas en una sola, ni de constituir un banco de dimensión nacional; en contrapartida dispuso de 5 bancos locales: RyG de Barcelona, y las HSGYC de Ourense, Santiago, Villagarcía y Vigo ¿habrá que preguntarse por una falta de visión de sus dirigentes?. No tengo respuestas a estas preguntas, sería necesario indagar en la información contable disponible”.

A perplexidade da investigadora traduz a singularidade do caso.

Arcaísmo e localismo som, como temos reiterado, notas que caracterizam a história do projecto bancário dos Pérez, em aberto contraste com os três projectos bancários modernos surgidos do magma financeiro galego de finais do XIX: o *Banco de Vigo* (1900), o *Banco de La Coruña* (1917) e o *Banco Pastor*, com a reconfiguração acometida para converter a companhia familiar em sociedade anónima em 1925.

Consideramos pertinente examinar as trajetórias destas três sociedades como contraste da empreendida por *Hijos de Olimpio Pérez* desde o final da Grande Guerra até o final da guerra civil espanhola. O distintivo sinal familiar que singularizou a história começou a dissolver-se em 1958 com a conversão de *Hijos de Olimpio Pérez S.R.C.* (1915-1957) em *Banco de Hijos de Olimpio Pérez, S.A* (1958-1964) e perdeu a referência antroponímica em 1965 quando esta se decidiu pela anódina denominação de *Banco de Crédito e Inversiones S. A.* (1965-1998) e finalmente pela de *Banco Gallego*, que acabou adjudicado em arrematação competitiva ao *Banco Sabadell* em 2013.

6.5 O perfil corporativo da banca galega no primeiro terço do século XX. Consolidação do protagonismo corunhês, fracasso viguês, declínio compostelano

Um exame, mesmo sucinto, do *Banco de Vigo*, tem interesse inegável. A curta trajetória da iniciativa, o marcado perfil promotor, de precoce banco de investimento, a composição acionista e, sobretudo, o seu colapso irremissível aos vinte e cinco anos da sua constituição, suscitam questões intrigantes que podem servir de orientação sobre a relação banca-empresa nas primeiras décadas do século XX.

Para efeitos de contextualização, procederemos a abordar igualmente as trajetórias tracejadas pelo *Banco de La Coruña* até o ano de 1925 em que desapareceu o *Banco de Vigo* e emergiu o *Banco Pastor* como sociedade anónima. O *Banco de La Coruña* perduraria até 1970, ano em que foi incorporado no *Banco de Bilbao*, e o *Pastor* até 2012, incorporado no *Banco Popular*.

A documentação manejada para esta pesquisa no círculo bancário de H.O.P. assenta, na medida do possível, em fontes documentais originárias ³¹.

A análise comparativa das estratégias seguidas pelas três entidades em consideração organiza-se em volta de três eixos interpretativos:

- Titularidade e composição da base acionista.
- Evolução dos benefícios, política retributiva e da dimensão patrimonial.

³¹ A informação contabilística de *Hijos de Olimpio Pérez* procede, como o resto dos documentos que me foi possível localizar, dos arquivos da casa custodiados pelo *Banco Gallego*. A correspondente ao *Banco de La Coruña* do *Archivo Histórico* do *Banco de Bilbao Vizcaya* com sede em Bilbao e a relativa ao *Banco Pastor*, posterior à data da sua conversão em sociedade anónima, da documentação disponível na Biblioteca do *Banco de España*. Devo agradecer a cordial disposição das instâncias implicadas em facilitar o acesso à documentação original. Devo especial gratidão a José Victor Arroyo Martín, responsável pelo arquivo bilbaíno, pela sua amável disposição. Os dados do *Banco de Vigo* procedem integralmente da amável provisão de documentos fragmentários do meu director de tese e incansável perscrutador de documentação histórica de interesse económico, o professor João Carmona Badia. Não me foi possível, porém, aceder à documentação do *Banco Pastor* prévia ao ano de 1925 por denegação expressa da instituição a abrir o seu arquivo histórico à investigação.

A documentação consultada do *Banco de La Coruña* limitou-se à análise dos balanços e contas de resultados da instituição sem que o tempo programado para a tarefa me aconselhasse abordar o exame dos livros maiores e o resto da documentação que custodia a sede histórica do *Banco de Bilbao*.

- Estratégia de investimentos e composição da carteira de participações e empreendimentos acometidos.

Dividiremos a análise em duas breves secções temporais por motivos de conveniência: 1900-1925 e 1925-1936, separadas pelo ano crucial em que desaparece o *Banco de Vigo* e o Pastor se transforma em sociedade anónima.

O primeiro período, 1900-1925, tem especial relevância porque se inscreve no cenário político do trânsito da economia tardo colonial para as tentativas de promoção de uma economia homologável com a dos países europeus. Os mesmos que iam confrontar-se em seguida na Primeira Guerra Mundial, enquanto em Espanha crescia a conflitualidade social que ameaçava o sistema nascido da Restauração.

A casa Pérez foi afectada neste período pelo falecimento de Olímpio Pérez, em 1915, com o consequente processo de mudança na gerência da instituição. O primeiro obstáculo que esta se verá obrigada a defrontar foi o ameaçante movimento especulativo que se abateu sobre a firma nos anos de 1921 e 1922. Um episódio conectado com as turbulências decorrentes do final do conflito europeu.

❖ **Banco de Vigo (1900-1925).**

A fugaz trajectória do banco viguês é o primeiro facto que se impõe a qualquer aproximação ao mesmo. Nascido por consenso de um reduzido grupo de homens de negócio vigueses, o novo banco decantou-se, num primeiro momento, por uma política de generosos investimentos em carteira com alta concentração de risco em poucas firmas, sujeitas, além disso, às vicissitudes do ciclo dos negócios e com incerto período de maturidade. Finalmente, a instituição colapsava sem tentar acometer previamente uma decidida política de expansão através da ampliação da rede de sucursais, centrada, em todo o caso, na área de influência do banco: a comarca viguesa, Ponte Vedra e Arousa. O colapso do *Banco de Vigo* provocou a abertura de um engudelhado processo judicial do qual ficam numerosas referências na imprensa e, com certeza, nos arquivos dos Tribunais.

Nascia o *Banco de Vigo* em 24 de maio de 1900, em virtude de escritura outorgada perante Segundo Plá de Huidobro, notário domiciliado em Vigo

e ex-deputado nas Cortes³². A escritura fundacional põe às claras a origem dos promotores da iniciativa: um grupo de comerciantes e proprietários bem estabelecidos na cidade que resumimos no Apêndice 63.

O projecto inicial do Banco deixa transluzir com clareza os propósitos que o orientavam. Além da habitual referência de amplo espectro acerca das actividades previstas como objecto de tráfego da sociedade, a Escritura constitucional – que se reporta, além de aos Estatutos Sociais, ao Código do Comércio como norma incontornável na época – enumera como objecto específico previsto a criação de todo o tipo de empresas, sem excluir as de seguros de qualquer género, (art. 14), e, no que respeita às garantias admissíveis, não esquece enumerar as de conhecimentos de embarque, facturas e apólices de seguro ou mercadorias em depósito, (art. 18), como também as de navios em propriedade ou em construção devidamente segurados, (art. 19). Um projecto de negócio manifestamente virado para a actividade portuária e de seguros.

Nada mais ilustrativo da orientação industrialista e portuária pretendida que a constituição, por deliberação do Conselho de Administração de 23 de setembro de 1908, dos “Almacenes de Depósito del Banco de Vigo”. A Escritura, formalizada perante o “abogado, notario de Vigo”, Casimiro Velo de la Viña, em 24 de abril de 1910, delimita minuciosamente as condições de admissão e custódia das mercadorias em depósito fixando, a tal fim, a relação de mercadorias admissíveis e tarifas aplicáveis às mesmas. A listagem tem interesse porquanto permite lançar luz sobre o tipo de mercadorias objecto de tráfego comercial naquela altura no porto viguês. Vigo atravessava nestes anos iniciais do século XX uma etapa de franca transformação económica, baseada no processamento de produtos pesqueiros e na actividade comercial e naval, por cujo motivo não pode surpreender a inclusão de produtos tais como as conservas, o estanho, aduelas, folha de lata e *soda* cáustica, (hidróxido de sódio, Na OH). Sem

32 Os títulos de “Abogado de los ilustres Colegios de Lugo, Santiago y Coruña”, “Ex-diputado a cortes” e “Notario público” figuram na capa da escritura do Testimonio de Exhibición da escritura de constituição do Banco de Vigo lavrada em 19 de dezembro de 1910. No entanto, Segundo Plá de Huidobro, não figura, que tenhamos notícia, na nómina de deputados galegos registada na obra *Parlamentarios de Galicia. Biografías de Diputados e Senadores (1810-2001). Tomo I*, editada pelo Parlamento da Galiza e a Real Academia Galega. Aparecem, sim, Plá y Cancela, Benito, deputado em quatro ocasiões entre 1843 e 1868, casado com Josefa Huidobro, compostelana de nascimento. Tiveram dois filhos, um deles, talvez, o notário que escreveu o *Banco de Vigo*.

tam-pouco faltarem as típicas mercadorias necessárias para o consumo alimentar massivo de umha cidade em expansom (bacalhau, farinhas, óleos, licores...) nem os insumos e equipamentos industriais requeridos polo sector manufactureiro: cimento, ferro, cobre, maquinaria... Todos eles objecto de especificaçom precisa segundo o tipo de embalagem, peso, medida e tarifa de depósito aplicável.

O depósito e consignaçom de mercadorias junto com o tráfego comercial foram, em tempos, actividades também da casa Pérez. Constituírom, de facto, o núcleo do negócio de Manuel Pérez desde 1845 e talvez algo antes. Nos balanços relativos aos anos 1845-1858 e nos conhecimentos de embarque do período 1850-1874 abundam as referências aos armazéns de Ponte-Cessures e Vila-Garcia: mercadorias em depósito ou ambulantes; as participaçons em *quechemarins* e bergantins som rubricas habituais. O *Banco de Vigo* nascia com a perspectiva de desenvolver o conjunto de actividades que servira de base às casas de comerciantes-banqueiros que se concentravam na faixa litoral galega na segunda metade do século XIX.

O banco de Vigo nascia por coordenaçom de conveniências comerciais convergentes, longe da endogamia gerencial da casa Pérez, por nom mentar o seu formato de sociedade anónima, insólito no sistema bancário galego da época.

Algo se torceu no projecto inicial do banco viguês já no início. Vários indícios apontam em tal direcçom. O precoce desinteresse da família Curbera, que tinha impulsionado a constituiçom da firma e presidido ao primeiro Conselho de Administraçom através da pessoa de José Ramón Curbera Puig, é um facto que consideramos significativo. Aponta também para esta fragilidade a dificuldade da instituiçom para suscitar o interesse inicial dos subscritores. Das 5.000.000 de pesetas emitidas em açons de 500 pesetas, 2.000.000 pesetas figurárom na conta de activo de accionistas como capital pendente de desembolso até finais do ano de 1918 e é só no ano seguinte quando começa a diminuir este saldo. Conservou-se um balanço formulado em 31 de agosto de 1925, com a sociedade em pleno processo de liquidaçom, onde se regista ainda um saldo activo de 94.850 pesetas a título de desembolsos pendentes de capital. O capital pendente nom desembolsado poderia ser mesmo superior ao valor anterior, umha vez que o expediente de liquidaçom cifra em 4.750.000 pesetas o capital desembolsado, o qual comportaria o montante de 250.000 pesetas para subscriçons pendentes de desembolso.

Umha subasta efectuada em data próxima à constituição da sociedade parece corroborar a hipótese de umha certa debilidade dos apoios já em datas incipientes. Em 25 de julho de 1904, convoca-se concurso público para a aquisição de ações do *Banco de Vigo*, perante o advogado e notário da cidade Casimiro Velo de la Viña. Comparecerom no acto Marcelino Barreras y Casellas, Francisco Lago Álvarez e José Curbera Fernández. O primeiro em qualidade de presidente interino do Banco e os outros dous na condição de vogais. Submetiam-se a licitação 38 ações do banco de procedência nom especificada, talvez umha execução de garantias por incumprimento de compromisso. Umha renúncia ao desembolso do primeiro dividendo passivo equivalente a dez por cento do valor subscrito (art. 8 dos Estatutos), por exemplo. Tal incumprimento estava penalizado com 5 % anual polo tempo de mora em favor da sociedade (art. 9). A licitação do pacote disponível tivo lugar com a publicidade requerida. É surpreendente que a segmentação do tipo de saída estabelecido na subasta: 53 pesetas por ação para 32 das mesmas e 210 para as 6 restantes. Finalmente, “después de varias ofertas hechas por los concurrentes” fôrom adjudicadas as 32 ações oferecidas à taxa menor, ficando sem demanda as mais caras. O adjudicatário das 32 ações transmitidas resultou ser o sócio fundador Julián Tizón Blanco. Nom é fácil entender os motivos da discriminação em preço estabelecida na subasta, mas é evidente que em data tam precoce eram cursadas operações de transmissão com forte desconto sobre o valor nominal.

Os anos finais do banco desenvolvem-se num cenário de marcada turbulência especulativa. Pode observar-se a acumulação de ordens de subscrição de valores denominados em marcos, provavelmente por conta de clientes com intenção especulativa que, nom seria raro pudessem partilhar, em maior ou menor medida, a apetência de marcos com os órgãos gestores da sociedade. Nas vésperas do colapso definitivo do negócio, umha circular emitida em 1924 encabeçada com a rubrica “Cuentas corrientes en marcos” punha em conhecimento dos clientes do banco³³:

33 Nom é fácil, nem muito significativo para os nossos propósitos, submeter a análise a flutuação das taxas de câmbio em vigor, marcos desvalorizados/marcos velhos ou marcos em curso/pesetas; muito instáveis, em qualquer caso. Umha investigação sistemática dos saldos em marcos guardados em Espanha na sequência da primeira guerra mundial e o impacto sobre os mesmos do colapso das cotações seria de suma utilidade para ponderar o impacto da hiperinflação sobre os patrimónios bancários e dos particulares naquela altura. Nom temos conhecimento de umha investigação

Participamos a Vds, que los Bancos en Alemania con quienes sosteníamos relaciones, nos comunican que no pudiendo contabilizar cifras menores de UN BILLÓN equivalente al patrón actual, se ven imposibilitados de continuar sosteniendo cuentas cuyos saldos presenten cifras inferiores, toda vez que carecen de valor, y en vista de ello nos vemos en la necesidad de proceder a cancelar por las mismas causas las cuentas de esa moneda que figuraban en nuestros libros.

Na mesma circular, comunicava-se aos depositantes o novo saldo disponível após a conversom obrigatória dos saldos registados em balanço em *Reichsbanknote Zwanzigtausend Mark* – bilhetes de 20.000 marcos – emitidos pola autoridade monetária de Berlim em 1923, para fazer face ao desbocado processo hiperinflacionário provocado polas implacáveis cláusulas penalizadoras do Tratado de Versalhes.

Pudemos detectar indícios documentais da especulação desatada em valores e divisas europeias, quer seja instrumentados em depósitos de natureza especulativa, quer como garantia pignoratícia do risco financeiro assumido. Pudemos contemplar ainda algum invólucro residual de bilhetes de marcos austríacos de elevado valor facial, resto extemporâneo do naufrágio desta divisa e da cobiça especulativa do subscritor.

A hipótese da eventual origem especulativa da falência do banco deveu ser opiniom estendida durante o complicado processo da fiscalizaçom que precedeu ao colapso definitivo da sociedade. Um crítico tam severo com a gestom histórica do Banco como Bernardo Bernárdez Romero, a quem nos referiremos em seguida, aponta no seu relatório como partícipe da Comissom fiscalizadora por conta dos accionistas:

Y llega el año 1921 que decide la ruina de la Institución por el alcance e importancia de operaciones de crédito en moneda extranjera que el Banco ya no podía resistir. Sólo uno de los créditos ocasionó pérdidas por 1.052.987 pesetas.

semelhante, é possível constatar mesmo que a taxa de câmbio peseta/marco fica fora da informação subministrada por A. Carreras e X. Tafunell coords, (2005) nas *Estadísticas Históricas de España, siglos XIX-XX*, volume II, quadro 9.19.

Nas apressadas relações nominativas manuscritas que pudemos localizar, atinentes ao processo de liquidaçom do *Banco de Vigo*, pudemos examinar umha lista de 144 conta-correntistas em marcos sem data nem informação precisa acerca da taxa de câmbio aplicada. Em qualquer caso, parece razoável concluir que a loucura especulativa deveu alcançar elevadas proporçons na Galiza e no resto de Espanha nos inícios dos anos vinte.

A alusom, propositadamente imprecisa, impede indagar nas circunstâncias que terão rodeado a operação aludida – compra de marcos a prazo, financiamento em divisas, crédito a cliente com garantia em marcos, ou operações similares – nem a titularidade da falência. A referência serve, em todo o caso, para sublinhar o potencial destrutivo do tráfego e posse de marcos nos turbulentos anos do pós-guerra europeu.

Falta-nos documentação para avaliarmos o impacto da crise especulativa do marco no património do banco viguês; nom é descartável mesmo que o impacto principal da severa depreciação experimentada polos activos denominados em marcos fosse encaixada mormente por depositantes particulares mas, nom parece razoável minimizar o provável impacto das garantias possuídas polo banco nesta moeda.

Os efeitos da desordem monetária de pós-guerra terão acelerado a falência definitiva da firma bancária viguesa mas, a deterioração do património societário parece ter-se forjado nos anos anteriores impelida pola progressiva depreciação da carteira de participações e a acumulação de créditos falidos.

Chama a atenção um episódio protagonizado por Wenceslao González Garra³⁴ durante o processo de liquidação do banco viguês. Trata-se de umha operação instrumentada com o apoio da *Caja de Ahorros y Monte de Piedad Municipal de Vigo*. González Garra estava representado, na altura, na Comissom Gestora da crise do *Banco de Vigo*, nom obstante ser um devedor destacado do mesmo. Em carta datada de 12 de fevereiro de 1924, González Garra comunica ao *Banco de Vigo* a impossibilidade em que se encontra para devover as 7.676.661 pesetas a que ascendia na altura a sua dívida com o banco. A importância referida procedia de um empréstimo superposto a um adiantamento concedido a título de provisão para umha viagem a Londres ao qual se fôrom somando cargos sucessivos por juros de mora e diferenças de câmbio. As entregas por conta da dívida contraída eram de pouca quantia. O crédito originário da dívida resultante ascendia a 4.500.000 pesetas, que lhe fora concedido por deliberação do Conselho de Administração de 10 de julho de 1919. Umha importância claramente desmesurada para os recursos próprios do banco.

34 Descrito como “importante propietario y naviero, miembro del partido conservador” e deputado por Cambados nas legislaturas 1920-23 e 1923 en *Parlamentarios de Galicia. Biografías de deputados e senadores (1810-2001)*. Volume I, Parlamento da Galiza e Real Academia Galega.

A negociação da embaraçosa situação, em momentos tam críticos para o Banco de Vigo, incluía como contrapartida compensatória básica a cessom ao Banco de 9.600 ações da *Sociedad General Gallega de Electricidad* de 500 pesetas nominais³⁵. A linha argumental defensiva esgrimida pelo empresário ante o banco consistia em reclamar deste a cessação nas suas pretensões de reaver o empréstimo visto tratar-se de um negócio falido bem conhecido pela direção do banco. O episódio tem o seu ponto de intriga. Wenceslao González Garra aparece assinando o balanço do *Banco de Vigo* em qualidade de Presidente do seu Conselho de Administração em data tam próxima à liquidação final da sociedade como o 31 de dezembro de 1923³⁶. Os balanços de 1915 a 1919 – formalizado este último em data de 18 de fevereiro de 1920 – aparecem assinados ainda por Tomás Mirambell Maristany na condição de Presidente do Conselho da Administração do banco.

O incidente do desrespeito das obrigações contraídas por González Garra confirma as dificuldades sobrevindas à banca nos anos vinte por causa dos problemas experimentados por alguns dos seus clientes como consequência do colapso dos negócios. Seria interessante conhecer a evolução dos negócios marítimos de González Garra e outros importantes consignatários como indicador da queda nos fretes durante a crise dos vinte na Galiza.

35 Carmona, João e Alonso, Luís: “La configuración del tejido empresarial de Galicia (1880-2002)” en García Ruiz, J.L. e Manera Erbina, C. (dirs.), (2006): *Historia empresarial de España. Un enfoque regional en Profundidad*. LID Editorial Empresarial, Madrid. Na secção redigida polos professores Carmona e Alonso, informa-se que o armador aousano W. González Garra era proprietário da concessom que permitira constituir a nova SGGE no ano de 1921, mediante o processo de fusom da primitiva SGGE, com a EPVR e a *Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago*. Vide pág. 294.

36 A preeminência institucional de González Garra em datas tam próximas à falência do Banco vê-se corroborada por umha relação manuscrita, sem data de redacção, em que González Garra aparece como titular de 2.650 ações de um total de 3.464 correspondentes a 22 accionistas referenciados. Mais surpreendente ainda é a valoração em folha anexa da totalidade das ações avaliadas polo seu nominal de 500 pesetas, com excepção das correspondentes a Garra que avalia as suas no valor conjunto de 20.000 pesetas, equivalente a 7,55 pesetas por ação. A equação aplicada supom a admissom de umha forte depreciação no pacote de González Garra em aberto contraste com a avaliação aplicada ao resto dos accionistas. Nom é fácil explicar a preeminente posição de González Garra na direção do banco, aparentemente incoerente com a mora da dívida que tinha contraído com ele. Desconhecemos as compensações mútuas que podam ter mediado em tam difíceis circunstâncias e o historial das relações do industrial com o banco que pudessem deitar luz sobre a confusa situação observada.

Na elucidação das causas que conduzirom à desapareçom do *Banco de Vigo*, é relevante o vivaz relatório redigido por Bernardo Bernárdez Romero³⁷ na sua condiçom de síndico da comissom fiscalizadora dos accionistas da sociedade. O relatório enumera com intençom e desenvoltura a série de circunstâncias dolosas que concorrérom para tornar inviável a instituiçom.

A Comissom de Liquidaçom concluía o seu parecer fixando umha diferença de 8.577.614,59 pesetas entre passivos e activos registados: 26.875.907,40 contra 18.298.292,81. As perdas contabilizadas elevárom-se até 8.958.715,87 pesetas depois de acrescentar as registadas nas sucursais de Ourense, Santiago e Ponte Vedra e nas agências de Vila-Garcia, a Estrada, Riva d'Ávia, Chantada, Monforte, Verim, Tui, a Guarda, a Póvoa, o Barco de Vale d'Eorras e o Carvalhinho. Por volta dos nove milhons, em definitivo. A posiçom perante terceiros nom era tam dramática se atendemos ao facto de que o passivo considerado incluía o capital desembolsado (4.750.000 pesetas), as reservas estatutárias (500.000 pesetas) e as reservas de previsom (800.000 pesetas), que nom som exigíveis. Descontando estas rubricas, a fenda patrimonial ficaria reduzida a 2.908.715.87 pesetas, equivalente a 60% do capital desembolsado.

É pertinente assinalar que, em só vinte anos, o *Banco de Vigo* abriu catorze sucursais ou agências, enquanto a banca Pérez apenas abriu a de Vila-Garcia em 1910, ainda em vida de Olímpio.

A liquidaçom do *Banco de Vigo* deu passo a umha notável operaçom imobiliária, a aquisiçom do magnífico edificio que servia de sede ao banco viguês, obra do arquitecto Manuel Gómez Román, por parte do *Banco Pastor*. O valor do edificio foi estimado em 1.506.175,83 pesetas (1.362.417,43 polo terreno e edificaçom e 143.758,40 adicionais pola cámara couraçada *Lips*). A importância finalmente desembolsada nom passou de 1.415.000 pesetas.

O aludido relatório de Bernárdez Romero, dá conta de reiteradas irregularidades na trajetória da sociedade que apontam para umha origem

37 Trata-se de um expressivo relatório elaborado por Bernardo Bernárdez Romero no seu *Tratado de viguismo o resumen histórico comentado de los diez últimos años de la Monarquía española: 1921 a 1931*, Editorial Roel, 1921, Vigo. O jornal ABC de 31/07/1932 contém unha resenha da obra, onde destacam as ilustraçoms de Solís Ávila. Podem dispor de umha fotocópia da secçom dedicada à falência do Banco de Vigo, oferecida polo zelo documentário do professor J. Carmona.

precocidade dos desequilíbrios patrimoniais, mais ou menos mascarados durante a etapa de funcionamento da mesma, que afloram em forma flagrante com ocasião da sua insolvência definitiva. O implacável relatório destaca graves episódios de indisciplina na gestão patrimonial e na prática contabilística que contribuíram para degradar a solvência da sociedade e conduzi-la à situação de quebra irreversível. O colapso definitivo sobreveio em 1924, em meio de uma grande inquietação pública, amplificada por meios de comunicação como *El Progreso* de Ponte Vedra e *El Pueblo Gallego* de Vigo”.

Em data incipiente da vida da sociedade como a do ano 1906, produziu-se a quebra de Gorostola³⁸ com um saldo bancário devedor de 2.239.997,79 que passou a ser classificar-se pelo *Banco de Vigo* como Partidas por Formalizar para evitar reconhecê-la como perda irreversível. Em 1919, quando o Banco levava perdido já uma parte substancial do seu capital originário decidiu acometer a compra do lote urbano destinado a albergar a sua sede social. No ano seguinte solicitava o desembolso do resto do capital subscrito com a intenção de completar os 5.000.000 pesetas nominais escrituradas: dinheiro bom em cima de dinheiro mau, comentou com intenção o analista. Uma prática detestada, escusado dizer, por qualquer financista. Destaca também o relator com manifesta satisfação um sarcástico comentário inserido na Memória correspondente ao exercício 1912 de tom, há de ser reconhecido, pouco habitual em tal tipo de relatórios.

“El Consejo propone en ella [a Memória] la reducción del capital social en un millón de pesetas a fin de sanear la situación. Censura a los Consejeros anteriores por la manera de llevar la Cuenta de “Pérdidas y Ganancias” pues lejos de obtener estas se han experimentado aquellas”.

Nesta data, comenta o relator do informe forense, o capital social ascendia a menos de três milhões, o qual comporta o reconhecimento explícito de uma perda superior à terceira parte do capital escriturado. E continua o comentarista:

38 A empresa comercial Gorostola y Cía, com sede em Vigo, fora constituída em 1899 com capital social de 125.000 pesetas. L. F. Abreu Sánchez (2002): *Iniciativas empresariales en Vigo entre 1866 y 1940*, Universidade de Vigo.

La Junta General de accionistas ¡no aprobó aquella discreta proposición! y siguió la contabilidad, cada vez con más compromiso y responsabilidad en el sistema censurado.

A situação descrita lembra inevitavelmente o colapso precedente experimentado por *Hijos de Francisco Deza* de Vila-Garcia, declarado no mês de Agosto de 1921 que foi objecto de comenário já. Nom faltárom roubos em Caixa, como o reconhecido na Memória de 1909, por importe de 202.534,62 pesetas.

O impacto da crise de pós-guerra no sistema financeiro galego acrescenta com este episódio mais umha evidência a somar à falência de *Pedro Romero y Hermanos* de Ourense – novembro de 1921 – e a de *Viuda e Hijos de Juan Fuentes*, também de Ourense, em Fevereiro de 1923. É inevitável relacionar este cenário de extrema fragilidade bancária com as turbulências que houve de suportar *Hijos de Olimpio Pérez S.R.C.* nos meses finais de 1921 e sucessivos.

As Memórias conservadas do *Banco de Vigo* prestam especial atenção ao grau de desenvolvimento alcançado pola sociedade. Um exercício, escusado lembrar, sem correlato na casa Pérez. É habitual observar nas Memórias anuais do banco viguês, por exemplo, o índice da actividade financeira agregada consistente na agregação a final de ano dos movimentos debitados e acreditados no livro maior e a sua destrinça nos diversos itens do Activo (Caixa, *Banco de España*, Correspondentes, Valores, Contas com sucursais, Efeitos a cobrar, Créditos em cota corrente) e do Passivo: (Depósitos, Efeitos a pagar) que constitui um bom indicador de actividade. As Memórias anuais som extraordinariamente minuciosas também na descrição das flutuações dos valores em carteira, elemento de juízo imprescindível para o seguimento do risco assumido nas suas participações empresariais. Estamos em presença, em resumo, de umha planificação contabilística de orientação analítica que pode ser qualificada de moderna, em manifesto contraste com a planificação contabilística observável na banca Pérez.

A evolução dos resultados – qualquer que seja a opinião que mereça o rigor com que fôrom formulados – aparentam umha relativa estabilidade embora se podam deduzir sinais claros de debilidade desde 1909, acentuados nos anos da conflagração europeia. A espectacular mudança de conjuntura a partir de 1916 é um prolegómeno incidental ao afundamento definitivo.

QUADRO 610
Banco de Vigo: formulação e aplicação de resultados

Ano	Geraçom de benefícios				Distribuiçom de benefícios				
	Resultados	Amortizaçoms	Distribuível B = R-A	Distribuídos D	Saneamentos S	Reservas estatutária E	Remanescente Z= B-(D+S+E)		
	R	A							
1904 (I)	135.348	2.703	132.645		132.495		150		
1905 (I)	59.649	2.499	57.150		55.078		2.072		
1906	135.919	5.207	130.712		123.494		7.218		
1907	166.516	2.829	163.688	75.000	30.000	50.000	8.688		
1908	220.286	2.707	217.579	120.000	56.175	25.000	16.404		
1909	230.638	2.571	228.067	132.696	50.000	25.000	20.371		
1910	116.130	5.294	110.837	72.866	25.000		12.971		
1911	142.658	4.982	137.676	65.972	62.000		9.704		
1912	123.889	4.740	119.149	67.672	45.000		6.477		
1913	115.625	4.503	111.122	60.000	45.000		6.122		
1914	145.493	4.277	141.216	60.000	20.480	45.000	15.736		
1915	92.384	4.070	88.314	60.000		20.000	8.314		
1916	141.193	4.127	137.065	60.000		60.000	17.065		
1917	300.640	3.951	296.689	150.000	50.000		46.689		
1918	384.336	18.846	365.490	180.000	150.000		35.490		
1919	776.419	3.062	773.358	348.270	300.000		125.088		
Total	3.287.123	76.368	3.210.757	1.452.476	(a) 1.144.722	(a) 275.000	(b) 338.559		
Aplicaçom %			100,00	45,24	35,65	8,56	10,54		

Fonte: Memórias do Banco. Cifras em pesetas. O sinal (I) alude às magnitudes referidas ao primeiro semestre do exercício.

a) As dotaçoms a Reservas estatutárias alcançom os 300.000 pesetas em 1917, em concordância com a obriga estatutária de dotar esta conta polo 10% do capital efectivo (art. 30) que alcançava as 3.000.000 pesetas desembolsadas nesse ano.

A partir de 1917 as dotaçoms efectuem-se em conceito de Reservas de Previsom segundo Estatutos, nom obstante preferimos subsumi-las no conceito mais verossímil de saneamentos exigidos polos activos deteriorados. De facto, em 1919 o saldo das reservas estatutárias mantinha-se em 300.000 pesetas estabelecidas enquanto o de Reservas de Previsom nom superava as 200.000. O resto procedente dos anos prévios, até alcançor 1.144.722 pesetas, fora aplicado já à cancelaçom de activos depreciados.

b) O rubro de remanescente qualifica simples transferências de lucros do exercício para reforçar os do ano seguinte.

Só contamos com informação fragmentária para os anos seguintes devido ao acelerado deterioro da situação.

O balanço de 1925 do *Banco de Vigo*, é um documento e confecção manifestamente apressada, mecanografado sem indicação de procedência e de escasso grau de formalidade. Contém partidas eloquentes do grau de deterioro alcançado pela sociedade. Proliferam as partidas contabilizadas no Activo sob rubros como “por formalizar”, “em gestom de cobro” ou “em suspenso”, demonstrativas de de perdas mascaradas. O seu saldo conjunto ascendia a 3.450.995,82 pesetas: 69% do capital escriturado de 5.000.000 pesetas. Mas, como temos comentado, o desembolso completo nunca foi conseguido. A ausência de qualquer propósito de rigor valorativo é manifesto na manutenção dos saldos representativos das Reservas estatutárias e de Previsom por valor de 500.000 e 800.000 respectivamente que deveriam ter sido anulados havia tempo para sanar os activos depreciados.

A imperturbável política de distribuição de benefícios dirigia ano por ano a metade dos lucros formulados à retribuição do capital sem a menor consideração à iminência do colapso por descapitalização aguda e prolongada.

Os estatutos do *Banco de Vigo* estabeleciam generosas previsons retributivas a gestores, pessoal e accionistas no seu artigo 32: remuneração fixa do 6% sobre lucros aos membros do Conselho de Administração, outro tanto para o pessoal mais um 2% para o Director Gerente e 6% para os empregados: 14% em total para a administração e quadro de pessoal. O 86% restante distribuía-se a razom de 40% a fundos de reserva e amortização e 46% para dividendos e remanentes de exercício. Umha distribuição 60 % – 40 % entre as dotações a remuneração e a autofinanciamento imprudente se coincidir com umha disciplina relaxada em assunto tam crucial num processo de decolagem empresarial como é umha correcta valoração de activos. Significativamente, nom era infrequente o Conselho de Administração – que tinha entre os seus membros importantes accionistas das sociedades participadas – renunciar aos 6 % anual que lhe reconheciam os Estatutos como também a modulação da remuneração por dividendos em atenção às dificuldades da conjuntura. Assi, em 1909 destinam-se 120.000 pesetas a dividendos equivalentes a umha remuneração ao capital desembolsado (3.000.000 pesetas: 6.000 açons de 500 pesetas) de 20

pesetas por acção que equivalem aos 4 %. Nos exercícios do período 1910 a 1916, ambos incluídos, a remuneração ao capital desembolsado baixa aos 2 %: 60.000 pesetas sobre 6.000 acções desembolsadas de 500 pesetas nominais enquanto se multiplicavam as dificuldades que atravessavam as empresas participadas.

O rebote benfeitor do período de pós-guerra começa a manifestar-se no exercício de 1917 em que os dividendos distribuídos sobem para 150.000 pesetas – 25 pesetas por acção de 500, equivalentes aos 5 % de remuneração – e confirma-se em 1918 em que a proposta de dividendos a distribuir ascende para 180.000 pesetas – 30 pesetas por acção, 6% de remuneração – que se repete no ano seguinte sobre um capital desembolsado próximo já às 3.850.000 pesetas. Tenta abordar-se o reforçamento patrimonial como demonstra a emergência do saldo de reservas voluntárias no passivo da sociedade, que faz a sua aparição por primeira vez no exercício de 1918 com 50.000 pesetas ao tempo que se culmina o de reservas estatutárias com o saldo de 300.000 pesetas, equivalente ao 10% do capital desembolsado até o momento. Em 1919 o saldo de reservas voluntárias saltava às 200.000 pesetas e, a partir de esse momento, é manifesto o esforço de capitalização desenvolvido para fazer frente ao deterioro latente. É significativa, em tal sentido, a reclamação do reembolso total do capital subscrito e a refundição dos fundos de reservas voluntárias e de provisões e dotação extraordinária ao mesmo até o saldo de 500.000 pesetas num vão intento de compensar a inevitável degradação patrimonial. Em 1925 este fundo de cobertura atingia a cifra de 800.000 pesetas, claramente insuficiente para fazer frente aos saneamentos requeridos.

Na Memória de fim de exercício 1910 assoma um parágrafo significativo da importância económica que foram ganhando as transferências ultramarinas, a consequência da afortunada conjuntura comercial que atravessava o país do Prata:

Cumple al Consejo hacer mención, por ser en este momento el asunto financiero más importante de esta ciudad, del establecimiento en la misma de una Sucursal del *Banco Español del Río de la Plata* y celebramos que su venida fomente los intereses generales de esta población.

A lassitude normativa da época e a falta de regulamentação específica do negócio bancário, confiada ainda ao venerável Código de Comercio, propiciou o surto de práticas financeiras pouco ortodoxas, subordinadas à soberana conveniência da gerência. A transformação directa da margem financeira bruta gerada em lucro disponível, sem a atenção devida ao imperativo de preservação da integridade patrimonial da sociedade, era umha doença comum da prática bancária da época até o pleno despregamento das cautelas emanadas da Lei Cambó.

É pertinente terminar esta resenha da lecionadora trajetória do *Banco de Vigo* com umha referência à sua política investidora, orientada desde o princípio para a participação permanente em empresas emergentes do âmbito local. Deixando à parte as participações iniciais na *Compañía Ibérica de Electricidad*, *Electra del Besaya* ou na murciana *Sociedad Minera Lomo de Bas*, e das consabidas aplicações de recursos à compra de dívida pública e similares, a carteira do *Banco de Vigo* mostra umha marcada preferência polos valores locais, especialmente dos destinados ao fornecimento de serviços públicos e ao ramo de seguros, representado pola *La Alborada*, sem esquecer as actividades de subministro à indústria conserveira como no caso paradigmático de *La Metalúrgica*.

QUADRO 611
Carteira estratégica do Banco de Vigo

Banco de Vigo	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Açcons	1.341.832	1.383.430	1.348.330	1.348.330	...	1.254.655	1.254.655
S.A.E.C.F.M.	566.682	466.330	276.480	276.480	...	276.480	276.480
S.A.A.A.V.	662.800	804.750	959.500	959.500	...	922.000	922.000
C.S.L.A.	112.350	112.350	112.350	112.350	...	56.175	56.175
S.E.P.V-R.					...		
S.A.T.E.V.					...		
S.A.L.M.					...		
Obrigaçons							
Ayto. Vigo					...		
S.E.P.V-R.					...		
S.A.T.E.V.					...		
Total	1.341.832	1.383.430	1.348.330	1.348.330	...	1.254.655	1.254.655
Fundos Próprios	2.991.950	2.995.750	2.995.750	2.995.750	...	3.045.750	3.095.750
%	44,85	46,18	45,01	45,01	...	41,19	40,53

Fonte: Memórias do Banco de Vigo.

Siglas:

S.A.E.C.F.M C-V: *Société Anonyme d'Éclairage, de Chauffage et de Force Motrice de La Corogne et Vigo*

S.A.A.A.V: *Sociedad de Abastecimiento de Aguas de Vigo*

C.S.L.A: *Compañía de Seguros La Alborada*

S.E.P.V-R: *Sociedad Electra Popular de Vigo y Redondela.*

S.A.T.E.V: *S.A. Tranvías Eléctricos de Vigo.*

S.A.L.M: *S.A. La Metalúrgica de Vigo.*

1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
1.310.597	1.310.597	1.320.637	1.303.637	1.283.157	1.283.117	166.175	133.175	66.175
276.480	276.480	276.480	276.480	256.000	256.000			
922.000	922.000	922.000	905.000	905.000	905.000			
56.175	56.175	56.175	56.175	56.175	56.175	56.175	56.175	56.175
						100.000	67.000	
		10.040	10.040	10.040	10.000	10.000	10.000	10.000
55.942	55.942	55.942	55.942	55.942	55.942			
						517.364	138.500	129.000
						13.364		
						208.500	62.500	129.000
						295.500	76.000	
1.310.597	1.310.597	1.320.637	1.303.637	1.283.157	1.283.117	683.539	271.675	195.175
3.095.750	3.095.750	3.095.750	3.095.750	3.095.750	3.140.750	3.160.750	3.250.000	3.300.000
42,34	42,34	42,66	42,11	41,45	40,85	21,63	8,36	5,91

❖ *Banco de La Coruña.*

Submeteremos brevemente a consideração agora um banco peculiar tanto pelas circunstâncias que presidírom o seu nascimento como pela conjuntura económica em que começou a operar. Nasceu o banco corunhês de um movimento colectivo empenhado em dotar de um estabelecimento bancário moderno à cidade da Corunha, para além do tradicional *Banco Pastor*, de propriedade familiar. O novo banco abria as suas portas no 1º de Fevereiro do ano 1918 numha conjuntura de optimismo altista propiciada polo final da Grande Guerra. A iniciativa de lançar um banco com forte compromisso local, e mesmo localista, nascia do um difuso sentimento que prendera na consciência das classes médias urbanas em favor do progresso social e o decoro da cidade de residência. A difusa consciência de auto-reconhecimento colectivo e projectivo à qual nos referimos, de cariz inequivocamente regeneracionista e localista, parece fazer parte do imaginário social da época. Em Vigo, por exemplo, onde Bernardo

Bernárdez Romero, o aceirado crítico da falência do Banco de Vigo, tinha redigido o seu *Tratado de viguismo* em 1921 e o compostelanismo monterista que inspirara a renovação urbana de Santiago tinha cumprido já na altura uma boa parte dos seus propósitos. O carácter popular e massivo que presidiu o processo de arrecadação de fundos e vontades em favor do novo banco confirma amplamente a elevada sensibilidade cívica imperante em prol de qualquer iniciativa de dignificação da cidade.

Nascia um banco corunhesista, com vocação expansiva e regional desde, em chocante contraste com as coordenadas em que se moveu sempre a banca dos Pérez. A perspectiva regional constitui, em todo o caso, uma característica singular da nova iniciativa bancária; o *Banco de Vigo*, em contraste, desenvolveu a sua curta existência no eixo Vigo – Vila-Garcia, malgrado a atropelada política de aberturas praticada a partir da inauguração da sucursal ourensana em 1919. As linhas de desenvolvimento que apontavam no novo banco apontam pareciam marcar traços singulares no cenário bancário galego dos vinte³⁹.

O *Banco de La Coruña* desenvolve, com efeito, uma vigorosa política expansiva desde o mesmo momento do seu nascimento⁴⁰. O novo banco rematava o ano inaugural de 1918 com uma sucursal aberta em Ferrol à qual seguiriam em seguida as de Lugo (1920), Santiago (1921), Vila-Garcia e Betanços (1923); O Carvalho, Cee e Noia (1926); A Estrada, Melide, Ponte d'Eume, Vigo, Vilalba e Mondonhede (1927); Ortigueira, Padrom, Ourense, Verim, Ribeira, A Rua-Petim, Lalim e Momforte (1928); O Barco e Sárria (1929), junto com Cedeira em 1930 e Ordes em 1931. O ano da promulgação da II República marca o ponto mais alto do vertiginoso processo expansivo do banco, num cenário económico extremamente hostil caracterizado pela contracção dos negócios e a crescente desconfiança do capital e do empresariado sobre o curso dos acontecimentos que abalavam

39 Para a elaboração de este esboço fizemos uso das Memórias explicativas dos exercícios 1918, segundo semestre a 1941 assim como dos Balanços e Contas de Perdas e Ganhos 1918-1935 e o de 1939. Também consultamos os livros de Actas do Banco. O grosso da documentação procede do Libro Mayor de Inventarios y Balances que possui o Archivo Histórico del Banco de Bilbao Vizcaya na sede histórica do Banco de Bilbao na sua cidade. Devo agradecer a cordial colaboração e atenção dispensada a José Víctor Arroyo Martín, responsável do mesmo.

40 *Banco de La Coruña. Bodas de oro, 1918-1968*. Edição comemorativa, A Corunha, 1918. O livro, de conteúdo maioritariamente miscelâneo contém alguma informação de interesse relativa aos anos fundacionais.

o país. Neste ano, o Banco contava com vinte e seis sucursais em Galiza, umha cifra insólita no contexto bancário galego.

O *Banco de La Coruña* foi em grande medida umha criatura de Dionisio Tejero Pérez um capitám de empresa de origem castelhana com importantes contributos à economia galega⁴¹.

A matriz original do banco residiu um tempo na *Agrupación Popular Coruñesa*, umha associação cívica criada na primavera de 1917 por iniciativa do alcaide corunhês Manuel Casás, com o apoio de alguns notáveis locais como o próprio Tejero e as famílias Pastor e Rubine. A associação cívica nascia com um forte compromisso de contribuir ao desenvolvimento da cidade e ao fomento do equipamento urbano em serviços colectivos e comunicaçõs. Um profundo e sentido corunhesismo, inevitavelmente retórico nas suas proclamaçõs e aspiraçõs, cumha entoaçom muito da época, presidiu o impulso fundacional. É muito óbvio o carácter sócio-político e vindicativo – para político podíamos dizer – que impregnava a fundaçom e intençõs mobilizadoras da nova plataforma promotora. A *Agrupación Popular Coruñesa* respondia a um novo espírito vindicativo que pouco tinha a ver com associaçõs tradicionais bem arraigadas na cidade como eram o *Círculo de Artesanos* ou a *Reunión Recreativa e Instructiva de Artesanos*⁴².

Manuel Casás Fernández, estudante de Direito em Santiago e troiano – aparece expressamente citado em *La Casa de La Troya* – alcaide da Corunha nos períodos 1916-1917 e 1925-1927, presidente do *Círculo de Artesanos* entre 1913 e 1919, sexto presidente da *Real Academia Galega* e incansável promotor de iniciativas em favor da sua cidade e também da cultura galega, deixou escritas umhas breves memórias, escritas em clave irredutivelmente corunhesa, de certo interesse para a interpretação do espírito da época⁴³. Na capítulo dous das mesmas, oferece-nos umha visom do clima que vigorava na cidade; umha mistura de aspiraçõs insatisfeitas e entusiasmo reivindicativo. O memorial intitulado, “Programa de

41 Lindoso Tato, Elvira (2006): “Dionisio Tejero Pérez 1856-1941. Un castelán en Galicia” em *Empresarios de Galicia*, Xoán Carmona Badía (coord.), volumen I, Fundación Caixa Galicia, CIEF.

42 Yagüe López, Pilar (2003): *El Círculo de Artesanos en la vida literaria y cultural de A Coruña, 1884-1912*. Deputación Provincial da Corunha.

43 Daviña Sáinz, Santiago (editor), (1999): *Nuestro diario íntimo. Memorias del Alcalde Manuel Casás Fernández. (Al servicio de La Coruña y de Galicia)*. Ayuntamiento de La Coruña, Concello de A Coruña.

aspiraciones coruñesas en 1916”, redigido para ser apresentado em Madrid, nom menciona qualquer intençom de promover um novo banco na cidade, mas si um conjunto de aspiraçons mais ou menos factíveis entre as que nom faltava – nada menos – a do estabelecimento de umha linha aérea regular Corunha-Nova Iorque. O memorial reivindicativo nascia sob a legitimidade de umha “magna Asamblea” empenhado em promover “un simpático resurgimiento de una ciudad entonces adormecida”, em palavras do seu ilustre promotor.

Contamos com a relaçom completa dos 489 accionistas comprometidos na criaçom do novo banco. Vinte e cinco deles apenas controlavam o 51% do capital subscrito, encabeçados por Dionisio Tejero que, com 2.070 participaçons, concentrava o 20,7% das 10.000 aççons do capital nominal constitutivo por valor de 5.000.000 de pesetas. Só três accionistas mais ostentam quotas superiores aos 3 % do capital: Raimundo Molina y Couceiro e Julio González Valerio, subscriptores de 335 aççons cada um, e Miguel Sánchez Barros que ostentava justamente 3 %, equivalente a 300 aççons. Dionisio Tejero vai ser nomeado presidente da instituiçom, com Molina de vice-presidente e Julio González e Miguel Sánchez entre os vogais.

Nascia o banco, pois, sob o patrocínio indiscutido de Dionisio Tejero e umha amplíssima base accionarial, infrequente neste tipo de iniciativas. Tem especial interesse a delimitaçom geográfica da base accionarial promotora. O exame da dispersom geográfica dos accionistas mostra a clara preeminência da comarca corunhesa.

QUADRO 612Distribuição geográfica do capital constitutivo do *Banco de La Coruña*.

Localidade	Accionistas	Distribuição do capital		
Área corunhesa:				
Corunha	404	82,62	82,62	82,62
Betanços	4	0,82	83,44	83,44
Cambre	3	0,61	84,05	84,05
Carral	3	0,61	84,66	84,66
Culheredo	2	0,41	85,07	85,07
Celas de Peiro	1	0,20	85,28	85,28
Bergondo	1	0,20	85,48	85,48
Arteijo	1	0,20	85,69	85,69
Área ferrolana:				
Ferrol	20	4,09	4,09	89,78
Júbia	3	0,61	4,70	90,39
Recemel	2	0,41	5,11	90,80
Ares	1	0,20	5,32	91,00
Cabanas	1	0,20	5,52	91,21
Mugardos	1	0,20	5,73	91,41
Pontesdeume	1	0,20	5,93	91,62
Resto da Província:				
Ordes	4	0,82	0,82	92,43
O Carvalho	1	0,20	1,02	92,64
Negreira	1	0,20	1,23	92,84
Arçua	1	0,20	1,43	93,05
Melide	1	0,20	1,64	93,25
Corcubiom	1	0,20	1,84	93,46
Malpica	1	0,20	2,04	93,66
Mugia	1	0,20	2,25	93,87
Ponteceso	1	0,20	2,45	94,07

Localidade	Accionistas	Distribuição do capital		
Vimianço	1	0,20	2,66	94,27
Província de Ponte Vedra:				
Vila-Garcia	3	0,61	0,61	94,89
Vigo	2	0,41	1,02	95,30
Província de Lugo:				
Sarria	2	0,41	0,41	95,71
Vilalba	2	0,41	0,82	96,11
O Valadouro	1	0,20	1,02	96,32
Lajosa	1	0,20	1,23	96,52
Ortigueira	1	0,20	1,43	96,73
Resto de Espanha:				
Madrid	8	1,64	1,64	98,36
Cádiz	3	0,61	2,25	98,98
Santander	2	0,41	2,66	99,39
Trubia	1	0,20	2,86	99,59
Zaragoza	1	0,20	3,07	99,80
Amsterdam	1	0,20	3,27	100,00
	489	100		

É significativo é a baixa incidência da convocatória no resto das províncias galegas: inexistente na de Ourense e muito escassa em Ponte Vedra. O eco da iniciativa no resto de Espanha e mesmo em Amsterdam pode explicar-se por vinculações familiares e comerciais dos sócios promotores. A imagem que podemos tirar do mapa de partícipes é o da escassa articulação económica regional e claro predomínio das pulsões localistas e a preeminência destacada da capital de província. A amplitude da convocatória e o seu formato assemblear é um traço claramente inovador. Nada a ver com a origem familiar da banca existente: Simeón, Pérez, Pastor. O formato da iniciativa tem mais a ver com outras coetâneas como a do *Banco Guipuzcoano* (1899) e mesmo a do *Banco de Vigo* (1900).

Examinaremos o banco sob uma dupla perspectiva: a da evolução dos resultados, como barómetro valorativo da conjuntura económica de

pós-guerra, e a da magnitude e configuração da carteira de investimentos e a correspondente política de cobertura frente às depreciações em curso, como indicador da orientação da estratégia do novo banco frente às oportunidades e riscos de mercado.

Antes de entrarmos a analisar ambas as questões parece pertinente destacar dois traços notáveis que singularizam ao *Banco de La Coruña* no contexto galego. Um deles é a adopção do formato de sociedade anónima e o outro a notável qualidade da planificação contabilística adoptada pela nova instituição bancária em contraste com o arcaísmo técnico do controlo contabilístico praticado, já assinalado, da casa Pérez.

Sirva de mostra a boa prática observável na agrupação de receitas e despesas segundo natureza na demonstração de resultados: receitas provenientes da carteira de valores, comissões por giros e ordens de pagamento, resultados de operações de câmbio de moeda, rendas imobiliárias. O mesmo nas despesas, onde ficam individualizadas as imputadas a gastos gerais, a juros destinados à remuneração de passivos, a dotações a amortizações ou a créditos duvidosos. O grau de precisão é incomparável com o observado na banca tradicional operante.

Quanto à estratégia de desenvolvimento corporativo, merece ser destacado o empenho em assegurar um adequado nível de capitalização, bem como a clareza que preside a política de cobertura de riscos financeiros segundo o dobre mecanismo de dotação contra resultados e cancelação directa de activos deteriorados.

Nascida em 1918 com um capital nominal de cinco milhões de pesetas, no final do ano 1920 a sociedade tinha conseguido completar já o desembolso íntegro do capital escriturado passando a duplicar o importe nominal escriturado até os dez milhões de pesetas. Os tempos não eram, aliás, propícios e haverá que esperar até 1930 para poder reclamar com sucesso um novo desembolso de dividendos passivos que permitiu situar o capital desembolsado em 6.250.000 pesetas. Uma cifra que se manterá sem modificações até a guerra civil.

A dotação a reservas estatutárias ficou estabelecida no 20% das utilidades líquidas, quer dizer dos benefícios formulados deduzidas as cancelações directas de créditos duvidosos de cada exercício, impostos sociais e demais cargas corporativas.

Examinemos em forma sucinta a dinâmica evolutiva das contas patrimoniais da sociedade.

QUADRO 613
As contas patrimoniais do Banco de La Coruña

Ano	Capital			Reservas constituídas			
	Nominal	Accionistas	Desembolsado	Estatutárias	Voluntárias	Flutuaçom	Genêricas
1918	5.000.000	3.000.000	2.000.000				54.091
1919	5.000.000	2.000.000	3.000.000	98.890			136.114
1920	5.000.000	22.550	4.977.450	148.890			236.114
1921	10.000.000	5.000.000	5.000.000	242.090			337.314
1922	10.000.000	5.000.000	5.000.000	288.090			348.314
1923	10.000.000	5.000.000	5.000.000	382.090	377.314		
1924	10.000.000	5.000.000	5.000.000	476.090	406.314		
1925	10.000.000	5.000.000	5.000.000	570.090	435.314		
1926	10.000.000	5.000.000	5.000.000	1.128.403			
1927	10.000.000	5.000.000	5.000.000	758.090	493.314		
1928	10.000.000	5.000.000	5.000.000	854.090	529.314		
1929	10.000.000	5.000.000	5.000.000	954.090	579.314		
1930	10.000.000	3.750.000	6.250.000	1.054.090			629.314
1931	10.000.000	3.750.000	6.250.000	1.250.000		725.893	79.510
1932	10.000.000	3.750.000	6.250.000	1.250.000		725.893	79.510
1933	10.000.000	3.750.000	6.250.000	1.250.000		869.893	79.510
1934	10.000.000	3.750.000	6.250.000	1.250.000	122.495	826.908	74.000
1935	10.000.000	3.750.000	6.250.000	1.250.000	122.495	826.908	139.000

Fonte: Livros de contabilidade do Banco de La Coruña, Archivo Historico do BBVA, Bilbao.
Elaboração própria.

É interessante examinar a dinâmica de dotaçom a reservas de livre dotaçom e o seu uso para cancelar créditos duvidosos e activos depreciados porque é um bom indicador da percepçom do grau de deterioro patrimonial e, afinal, da conjuntura dos negócios.

Temos feito mençom da funcionalidade do sistema contabilístico adoptado pelo *Banco de La Coruña*, presente, por exemplo, na clara distinçom entre património permanente – capital desembolsado mais reservas estatutárias – e fundos de reserva contra a depreciaçom e contingências dos activos possuídos. Aos efeitos descritivos, pode ser útil qualificar o conjunto de reservas constituídas para estes fins como *reservas precautórias*, as quais compreenderiam os fundos de reserva *voluntários*, para fazer frente a *flutuaçoms* de valores ou, simplesmente, para cobertura de riscos *genêricos*. A funçom destes fundos precautórios era servir de

reserva contingente para acometer os ajustes valorativos necessários para garantir o pleno valor dos activos em balanço. Em ordem a este objectivo, o banco mantinha ainda um mecanismo prévio de defesa, de aplicação imediata, consistente na *cancelação directa de activos danados contra resultados* correntes, o qual se aplicava cada ano, a fim de exercício, antes de formular as utilidades netas. Esta primeira linha defensiva prolongava-se quando era preciso com o uso discrecional dumha conta transitória: “*Remanente procedente de Ejercicios anteriores netos de impuestos*”. A calculada arquitectura patrimonial despregada revela umha prudente actitude precautória frente às ameaças valorativas, tam habituais na turbulenta conjuntura de pós-guerra dos vinte e trinta.

A política de capitalização e precaução frente a erosom de activos fica resumida no quadro 614.

QUADRO 614

Reservas constituídas polo *Banco de La Coruña*

Ano	Estatutárias	Voluntárias	Para flutuação	Genéricas	Precautó- rias	Cancela- ções	Capital desembolsado
1918				54.091	54.091		2.000.000
1919	98.890			136.114	136.114		3.000.000
1920	148.890			236.114	236.114		4.977.450
1921	242.090			337.314	337.314		5.000.000
1922	288.090			348.314	348.314		5.000.000
1923	382.090	377.314			377.314		5.000.000
1924	476.090	406.314			406.314		5.000.000
1925	570.090	435.314			435.314		5.000.000
1926	1.128.403						5.000.000
1927	758.090	493.314			493.314	46.098	5.000.000
1928	854.090	529.314			529.314	105.837	5.000.000
1929	954.090	579.314			579.314	140.741	5.000.000
1930	1.054.090			629.314	629.314	35.598	6.250.000
1931	1.250.000		725.893	79.510	805.403	72.657	6.250.000
1932	1.250.000		725.893	79.510	805.403	70.000	6.250.000
1933	1.250.000		869.893	79.510	949.403	126.294	6.250.000
1934	1.250.000	122.495	826.908	74.000	1.023.403	129.832	6.250.000
1935	1.250.000	122.495	826.908	139.000	1.088.403	250.000	6.250.000

A política de capitalização directa por recurso aos accionistas suscritores era progressiva mas decidida. O exame da evolução do saldo de reservas mostra uma significativa inflexão no ano 1926, no qual o banco procedeu a uma ampla reestruturação das reservas constituídas e a pôr em marcha uma severa política de cancelações directas. Contudo, o saldo de reservas estatutárias conseguia alcançar finalmente as 1.250.000 de pesetas em 1931, equivalentes aos 20 % do capital desembolsado estabelecido nos estatutos.

A partir de 1927 se reestabelece progressivamente o primitivo esquema tripartito de reservas precautórias sem descuidar o mecanismo de cancelação directa dos activos julgados irre recuperáveis na data de cerramento de cada exercício. É manifesto o crescimento experimentado pelo saldo de reservas precautórias, que chega a alcançar valores próximos ao das estatutárias. Em 1935, o conjunto das contas de reserva superava o 37% do capital. Em comparação com o desempenho observado nas contas de reservas para contingências do *Banco de La Coruña*, a estratégia defensiva do *Banco de Vigo* frente ao deterioro dos activos não só aparenta muita mais opacidade como também maior subordinação às exigências de remuneração do capital.

O instrumento de cancelação directa de activos ou receitas depreciadas do *Banco de La Coruña* permitiu fazer saneamentos por valor de 977.057 pesetas durante o período 1927-1935, com um máximo de 250.000 neste último ano. O impacto desta punção de lucros foi sendo absorvida contra os resultados de cada ano sem prejudicar demasiado as políticas de remuneração e dotação a reservas precautórias⁴⁴.

44 A estrutura simplificada da conta de resultados do Banco de La Coruña segue a seguinte pauta:

Ano	1928
Utilidades (Resultado bruto)	2.861.016
Gastos	2.152.633
Cancelaciones	105.837
Impostos	102.546
Utilidades netas (Resultado neto)	500.000
Remuneraciones	350.000
Dotação Reservas Estatutárias	100.000
Remanescente a Reservas precautórias	50.000

Resumimos finalmente a evolução dos lucros formulados polo *Banco de La Coruña* e a política retributiva aplicada no período que podemos considerar de operativo, 1920-1935.

QUADRO 615

Banco de La Coruña: Resultados e distribución

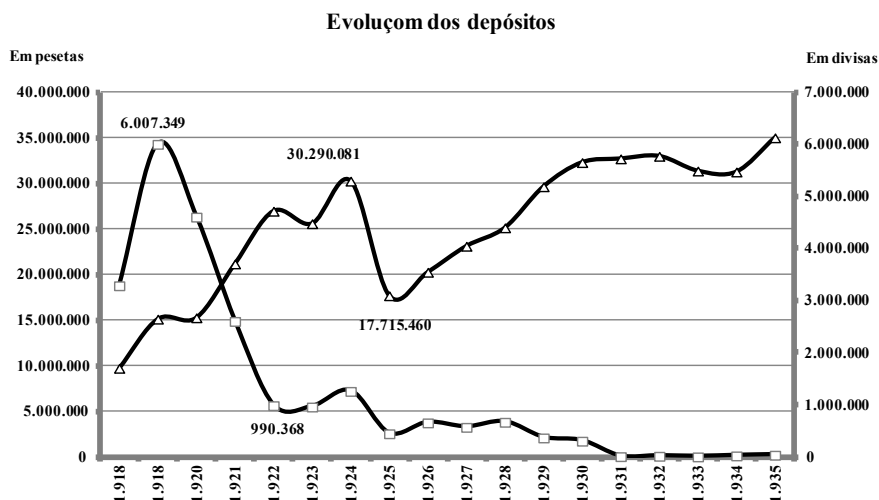
Anos	Lucros			Distribución		
	Brutos	Impostos	Netos	Reservas estatutárias	Remuneração capital	Remanescente
1920	545.101	41.788	503.313	42.000	196.000	265.313
1921	603.641	51.457	552.185	46.000	348.600	157.585
1922	573.989	103.989	470.000	94.000	347.000	29.000
1923	576.796	106.796	470.000	94.000	347.000	29.000
1924	563.402	93.402	470.000	94.000	347.000	29.000
1925	568.847	98.847	470.000	94.000	347.000	29.000
1926	576.242	106.242	470.000	94.000	347.000	29.000
1927	593.121	113.121	480.000	96.000	348.000	36.000
1928	602.546	102.546	500.000	100.000	350.000	50.000
1929	612.625	112.624	500.001	100.000	350.000	50.000
1930	661.213	111.213	550.000	110.000	430.000	10.000
1931	651.741	121.741	530.000	85.910	278.000	166.090
1932	519.697	109.697	410.000		266.000	144.000
1933	466.491	106.491	360.000		286.000	74.000
1934	423.360	73.360	350.000		285.000	65.000
1935	464.689	64.689	400.000		350.000	50.000

Um exame sucinto da evolução dos depósitos e da carteira da firma corunhesa permite precisar um bocado mais o cenário económico em que se moviam a banca galega nos primeiros vinte e trinta do século XX.

Dous factos merecem ser destacados. O primeiro é a febril especulação em moeda estrangeira e títulos denominados em divisas alcança a sua culminação em 1918 com um saldo superior aos 6.000.000 de pesetas. Em 1922 o saldo nom chegava ao milhom de pesetas, devido fundamentalmente à intensa devaluación experimentada polo marco. O outro traço significativo é a queda súbita no volume de depósitos confiados ao banco entre 1924 e 1926, em datas coincidentes com a quebra do *Banco de Vigo*.

GRÁFICO 602

Banco de La Coruña, depósitos em pesetas e em moeda estrangeira.



Umha perspectiva complementar é a que podemos obter do exame de algumas epígrafes significativos do Activo como carteira de títulos e efeitos, carteira de créditos, e saldo de valores em custódia. A evolução destas rubricas mostra indícios úteis para a interpretação do clima empresarial e da preferência pelo aforro como reacção defensiva perante a instabilidade reinante.

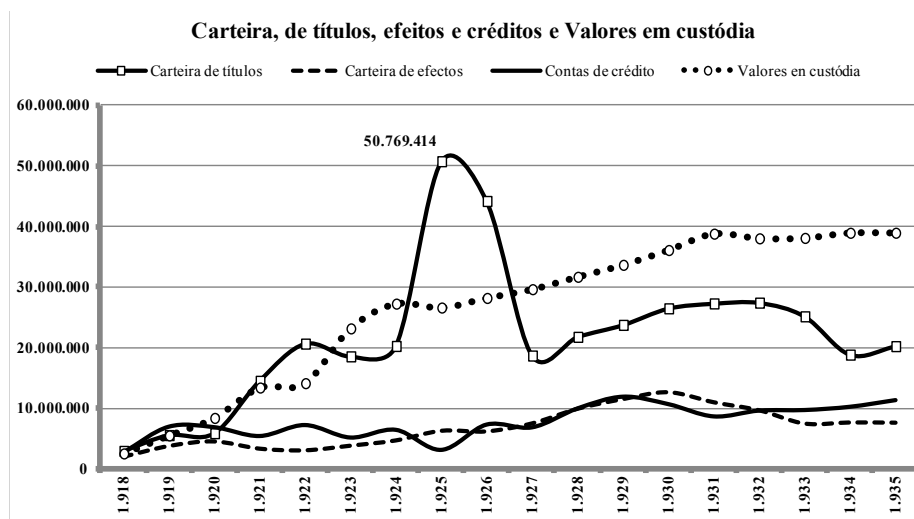
A carteira de títulos de toda condição cresce e desce num processo em campana no breve lapso de tempo 1924-1927, o facto põe de manifesto a existência de umha bolha especulativa que cabe relacionar com o esvaziamento observado nas contas de reserva precautórias observado em 1926. Em todo o caso, o banco prosseguiu mantivo a sua política investidora, mais prudente agora, privilegiando a subscrição de títulos de dívida pública. A carteira de efeitos e de créditos era, em câmbio, modesta como corresponde ao tipo de clientela onde não abundava a componente empresarial.

Consideramos significativa a crescente importância observável no saldo de valores em custódia, que já tínhamos constatado nos balanços de H.O.P. Em ambos os casos, constitui um sinal manifesto da emergência de um segmento da pequena burguesia urbana habituado a colocações em renda fixa e variável como instrumento de aforro preferido. Umha indagação

mais rigorosa do fenómeno deveria oferecer claves interpretativas da fronteira de comportamentos que separa o aforrador do Antigo Regime – foros e bens fundiários – e do aforrador moderno, adicto aos títulos públicos privados com cotação em Bolsa.

GRÁFICO 603

Banco de La Coruña, Investimento em carteiras e Valores em custódia



❖ Banco Pastor.

A trajetória do *Banco Pastor* é um paradigma da capacidade de adaptação às circunstâncias históricas cambiantes. A instituição desempenhou nas diversas circunstâncias históricas um papel sucessivo de banqueiro-comerciante, de instituição financiadora ou mediadora no negócio da emigração; foi capaz de abordar no momento oportuno (o da racionalização e concentração bancária, operado depois da Lei Cambó) o trânsito de sociedade familiar a sociedade anónima, para acomodar-se finalmente e aproveitar adequadamente o *estatu quo* bancário estabelecido no franquismo. A sua fusão final no *Banco Popular*, operada em 2012, parece assegurar à veterana instituição coruêsa uma saída razoável da situação de severo deterioro patrimonial derivado da crise desatada em 2008.

A época áurea do *Banco Pastor* coincidiu desde logo com a do *status quo* bancário estabelecido por Ordem ministerial de 19 de outubro de

1939, Lei de Ordenação Bancária de 31 de dezembro de 1946 e posterior Lei de Registo de Bancos e Banqueiros que reguláram em forma estrita a normativa de acesso à profissão e a prática operativa dos bancos⁴⁵. A excelente sintonia de Pedro Barrié com o Regime vencedor contribuiu a fortalecer a centenária instituição corunhesa e a dotá-la de centralidade regional, contribuindo desta maneira a facilitar de passo a consolidação de um potente grupo industrial próprio.

O Pastor mantivera activas relações financeiras com a banca Pérez já em tempos de Manuel Pérez. A relação viu-se intensificada na virada do XIX ao XX pelo vínculo estabelecido com a casa Pérez como receptor, aceite e pagador das remessas canalizadas através da rede comercial do *Banco Pastor* em América do Sul.

Nos anos vinte, a divergência estratégica entre as duas casas de banca é já mais notória. Em aberto contraste com o inveterado localismo que lastrou o negócio da casa Pérez, o Pastor abordava na altura a abertura de sucursais em Vigo (1921), Viveiro, Lugo e Ourense (1922), Ferrol (1923) e Monforte (1924) como preâmbulo à sua conversão em sociedade anónima. O dia primeiro de Janeiro de 1925, *Sobrinhos de José Pastor SRC* mudava a sociedade anónima sob a presidência de Ricardo Rodríguez Pastor, o qual subscrevia 3/5 das acções emitidas cedendo a vice-presidência a Pedro Barrié de la Maza que adquiria os 2/5 restantes. O acto solemnizou-se no mês de abril com a abertura do magnífico edifício que os arquitectos Antonio Tenreiro e Peregrín Estellés principiaram em 1919 e conseguiam entregar em 1922. Não demorou a nova sociedade na tarefa de acrescentar ao seu património imobiliário e simbólico com outro edifício singular: a antiga sede do *Banco de Vigo* da autoria do eminente arquitecto viguês Manuel Gómez Román (1923). Dois símbolos da renovada vocação galega do banco corunhês. A estratégia regional recebia confirmação adicional com a abertura de uma extensa rede de sucursais espalhadas por todo o território galego, nada menos cinquenta e cinco entre os anos 1927 e 1928. Principiava na altura a era Barrié (Corunha, 17 de Dezembro de 1888, 14 de Março de 1971), protagonizada pelo futuro conde de Fenosa.

45 Um excelente resumo de esta tradição é, na minha opinião, o artigo de Pablo Martín Aceña "Los retos de la industria bancaria en España", Colección Mediterráneo Económico, núm. 8, Caja Rural Intermediterránea, Cajamar.

Nascia o Pastor como sociedade anónima com um capital desembolsado de procedência estritamente familiar de 8.2500.000 pesetas, incrementado até os 11.000.000 em 1928. Cifras insólitas na Galiza; o *Banco de La Coruña* que nascera em 1918 com 2.000.000 pesetas, apenas alcançara os 5.000.000 em 1925 e 6.500.000 em 1930, sem chegar a superar tal importe no decurso dos anos trinta. O *Banco de Vigo* viu-se obrigado, como sabemos, a manter umha auto-carreira quase permanente de 2.000.000 das 5.000.000 de capital fundacional escriturado, sem chegar a completar nunca o desembolso total do capital escriturado.

A evolução das contas de reserva do *Banco Pastor* confirmam um crescimento sustido até alcançar o saldo de 6.000.000 de pesetas em 1931-1932. Umha nova escalada situou o saldo em 8.000.000 de pesetas no ano 1935. A perceptível interrupção do ritmo ascendente das reservas nos primeiros trinta coincide com a criação de um “Fondo para fluctuación de valores” o qual merece umha breve reflexom polo seu carácter sintomático.

O flamante governo da República decidia nomear delegado do Consejo Superior Bancario a Augusto Barcia Trelles (Vegadeo, 5 de Março de 1881, Buenos Aires, 19 de Junho de 1961) em 22 de abril de 1931. O dia 18 de novembro suscitou-se no Conselho o inadiável problema da deterioração dos balanços da banca consequentes com a queda generalizada da cotação dos valores possuídos e das exigências de retribuição do capital e a gerência. O sector bancário reclamava o estabelecimento de umha normativa regulatória homogénea e obrigatória.

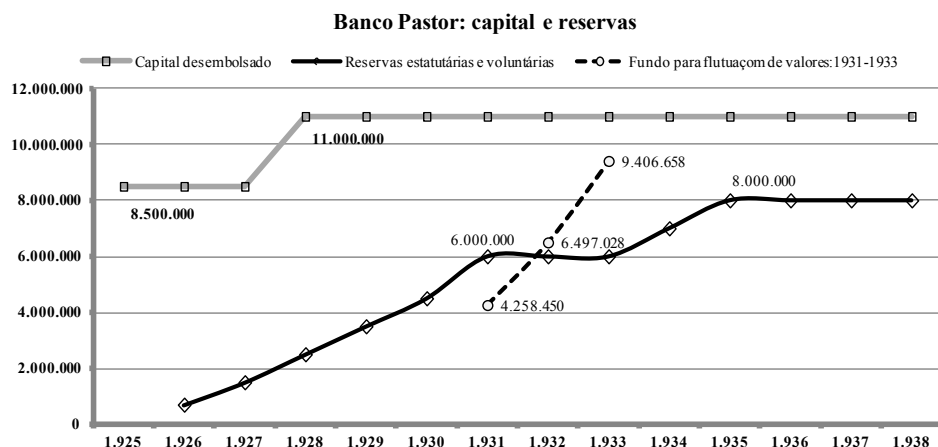
A prática habitual na altura descansava na hipótese da absorção dos ajustes de carteira requeridos contra resultados, como umha componente mais no reparto das utilidades do exercício. O exame das contas do *Banco Pastor* confirma tal prática. A resolução do C.S.B. autorizava a adiar a absorção contra resultados das diferenças valorativas requeridas mediante através de umha “Cuenta de Rehabilitación” destinada a recolher as diferenças valorativas, sujeita a amortização. A nova normativa estabelecia preceitos cautelares para a dotação desta conta transitória e limitações ao reparto de dividendos enquanto persistir o desajuste pendente⁴⁶.

46 Faus Mompert, Esteban M^a (2001): *Regulación y desregulación. Notas para la historia de la banca española*. Ediciones Península, Barcelona. Pág. 110,111.

O Pastor habilitou um fundo transitório de flutuação de valores durante o triénio 1931-1933, dotado com provisons esporádicas e inalmente cancelado em 1934 por estimar que a carteira tinha alcançado a valoração requerida. O impacto real do deterioro experimentado foi notável a julgar polo facto de que o seu importe chegou a superar o saldo das reservas estatutárias mais as voluntárias.

GRÁFICO 604

Banco Pastor: evolução do capital desembolsado e das contas de reserva.



Nas notas de acompanhamento das contas anuais que se conservam na Biblioteca do *Banco de España*, achamos um breve relato justificativo da estratégia de saneamento seguida pelo Pastor.

O passivo do balanço do ano 1931 registra por primeira vez um saldo de 4.258.450 pesetas em conceito de Fundo para flutuação de valores. Na memória de acompanhamento dá-se conta, em forma concisa, da situação que se pretende afrontar, que é atribuída ao clima político e aos efeitos da crise mundial do vinte nove:

El año 1931 se caracterizó por la reducción de todos los negocios y la depreciación de los valores en las bolsas nacionales, ello no es solo achacable a los trastornos que es natural se produzcan al implantarse un nuevo régimen político, pues la crisis es general en todo el mundo y aun se puede asegurar que nuestro país resulta privilegiado.

O Fundo escalou até as 9.406.658 pesetas que é o saldo registado em 1933.

Abrigamos la esperanza de que estos fondos podrán pasar algún día a reservas ordinarias, ya que se nota mejoría apreciable en las cotizaciones de fondos públicos. En otros valores, sean las obligaciones hipotecarias de ferrocarriles -de las que este banco posee importantes lotes por haberlas siempre considerado como inversiones de primera categoría- y acciones y obligaciones de industrias prósperas no sucede lo mismo pero a poco que renazca la paz social y que el Estado de ejemplo de actividad mejorando y ampliando el “outillage” nacional cambiará radicalmente el aspecto de estos valores, muchos de ellos exageradamente depreciados.

A sociedade confiava na possibilidade de libertar parte das reservas de saneamento mediante a melhora das cotações. Faltavam três conflituosos anos apenas para o início da guerra civil.

Os lucros gerados pelo *Banco Pastor* mostram umha progressom uniforme, congruente com a prudente capitalizaçom e cobertura contra contingências. Merece ser destacável o empenho em estabilizar o montante destinado a remuneraçoms e dotaçoms a reservas mediante a habilitaçom de umha conta de reserva transitória de manobra de uso discricional. Este mecanismo permitiu estabilizar a remuneraçom ao capital desembolsado em torno aos 10 % ou 12 % até o ano 1931 na qual as remuneraçoms chegam a absorver a totalidade dos resultados e escalam até os 24 % sobre capital desembolsado. Superada a forte inquietaçom que parece ter inspirado a medida, podemos observar, em seguida, o reinício da política das dotaçoms destinada a afrontar o deterioro de activos, que se interrompe bruscamente no trinta e seis ao tempo que se disparam as perdas.

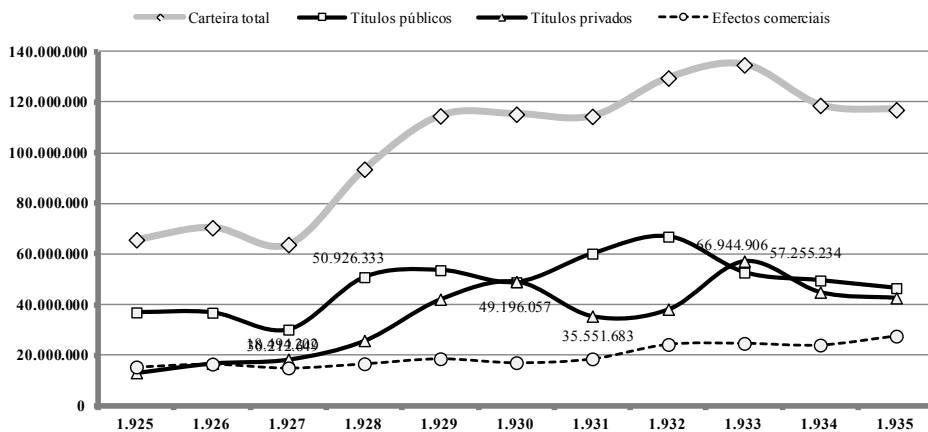
Temos feito referência à prudência que parece ter presidido a selecçom de valores na carteira de investimentos financeiros. A política de activos do banco corunhês aponta para umha estratégia ponderada de equilíbrio entre títulos de dêveda pública e os valores privados, sem por isso desatender a actividade de desconto de letras segundo o ritmo de demanda por parte do investimento residencial ou o empresarial. É manifesta a prioridade concedida à carteira de valores públicos por motivos de segurança, embora os valores privados pareçam ir ganhando protagonismo durante o quinquênio 1925-1930, bruscamente interrompido com motivo da instauraçom da II República, com posterior recuperaçom em 1933.

QUADRO 616**Banco Pastor: Lucros e distribuição**

Banco Pastor	Utilidades do Exercício	Remunerações e Impostos	Dotações e reservas	Remanescentes e ajustes
1925	1.603.776	869.699	700.000	34.077
1926	1.873.010	1.000.755	800.000	72.255
1927	2.309.822	1.187.512	1.000.000	122.311
1928	2.583.072	1.348.459	1.000.000	234.613
1929	2.749.226	1.392.389	1.000.000	356.837
1930	2.832.912	1.204.607	1.500.000	128.305
1931	2.651.866	2.651.866		
1932	2.262.901	686.399	1.576.502	
1933	2.132.650	799.522	1.333.128	
1934	2.288.674	1.129.074	1.000.000	159.600
1935	2.376.020	1.130.450	1.245.000	
1936	1.279.722			
1937	-973.195			
1938	-1.587.232			

GRÁFICO 605

Banco Pastor: uma política selectiva na carteira financeira.

Banco Pastor: composição da carteira

Os saldos de crédito do Banco Pastor registrados em balanço diferenciam os concedidos em moeda estrangeira. A evolução deste saldo permite observar a elevadíssima ponderação de créditos em divisas nos anos 1925, 1926 e 1927. Nestes três anos, a ponderação dos créditos em moeda estrangeira sobre a totalidade de crédito registrado alcança a notável proporção de 18,5%, 27,9% e 19,1% para derrubar-se em 1928 até 0,4 % e estabilizar-se depois em volta dos 2 % a 5 % até a deflagração da guerra civil.

É oportuno destacar de novo o crescimento meteórico do saldo de valores em depósito como também e em contas correntes e a prazo. Sinal certo do progresso da capacidade de aforro das classes médias. No decênio 1925-1935 os valores em depósito no Banco Pastor se multiplicam quase por 5 e as contas de depósito quase por 3. O crédito concedido, embora se mantenha em cifras muito mais modestas multiplica o seu saldo também durante o período em quase 4 vezes. Ainda descontando o efeito da inflação, a imagem que se desprende desta evolução aponta para uma conjuntura de mudança social e progresso.

QUADRO 617

Banco Pastor: Lucros e distribuição

Banco Pastor	Valores em depósito	Depósitos	Créditos
1925	33.764.217	55.875.827	16.138.762
1926	43.951.188	64.416.378	20.156.889
1927	52.441.785	75.989.646	23.148.496
1928	66.779.586	89.639.197	27.895.170
1929	83.836.585	113.475.677	38.160.267
1930	97.985.790	138.532.841	47.831.336
1931	108.004.831	141.584.022	47.279.510
1932	121.282.033	158.541.263	54.762.942
1933	127.560.558	152.354.455	56.441.717
1934	162.452.695	147.912.537	55.296.906
1935	160.707.924	156.119.437	60.977.817

❖ **A evolução da banca galega no primeiro terço do século XX: um breve sumário**

O impacto da conjuntura dos negócios impregna os comentários dos respectivos relatórios anuais destinados aos accionistas. Um exame cuidadoso destes é um bom guia para qualificar o clima dos negócios, nomeadamente no que afecta aos valores em carteira. . Especialmente significativos ao respeito som os comentários incluídos nas Memórias do *Banco de Vigo*.

Durante os primeiros anos da instituição viguesa, som habituais as informaçõs referentes às dificuldades que atravessavam as participadas: *Societé Anonyme d'Eclairage et force motrice des Villes de la Corogne et Vigo*, *Sociedad de Abastecimiento de Aguas de Vigo*, *Compañía de Seguros La Alborada* que nutriam a carteira da banco até o ano 1911. Em breve viriam somar-se a estes valores sociedades como *Electra Popular de Vigo y Redondela, S.A. Tranvías Eléctricos de Vigo* e *La Metalúrgica de Vigo*. Umha carteira bastante representativa do Vigo industrial do primeiro quarto de século, onde se evidencia o peso das empresas operadoras de serviços públicos ou empresariais. As sucessivas Memórias prestam especial atençom aos saneamentos praticados em sociedades como *La Alborada*, devido à permanente erosom experimentada polo valor. A partir de 1906, e com especial insistência no período 1909-1916, multiplicam-se os comentários sobre a atonia e mesmo a paralise da actividade mercantil e pesqueira. Insiste-se também neste período na ausência de dividendos procedentes das participadas como habitual preocupação. Unha informaçom relevante quanto à importância alcançada polo tráfico de remessas ultramarinas com destino à Galiza é a abertura da sucursal do *Banco Español del Rio de la Plata* em Vigo no ano 1910, ao qual temos feito referência.

O tom dos comentários muda radicalmente de cariz no triénio 1917-1919, os comentários transmitem agora optimismo polo crescimento da actividade portuária e a notória melhoria do negócio comercial. Significativamente, em 1918 o banco procedia a adquirir o cêntrico lote urbano destinado a acolher a sede da sociedade. No fim de 1919 o capital desembolsado nom superava ainda as 3.840.250 pesetas e as reservas as 500.000 pesetas: 300.000 a título estatutário e 200.000 de carácter voluntário. Quatro anos depois, em 1923, ao borde já da quebra definitiva, o banco mostrava a sua

incapacidade para completar o desembolso íntegro do capital escriturado e o nível de reservas nom superava as 1.250.000 pesetas: 500.000 com carácter estatutário e o resto classificadas como reservas de previsom em espera de aplicação, a pesar da manifesta depreciação latente acumulada desde os primeiros vinte. A aparente lassitude da política de saneamento de activos danados exercitada polo *Banco de Vigo* coincide com umha política retributiva generosa. Ainda em 1919, 14 % dos lucros depois de impostos eram destinados à remuneração da gerência e os accionistas sem que seja possível detectar nas Memórias consultadas especiais sinais de inquietação pola situação patrimonial latente. Observa-se em câmbio umha intensificação da política de abertura de sucursais que cabe interpretar em chave de intento atropelado de reverter a situação.

Os livros de actas do *Banco de La Coruña* contemhem alguns apontamentos relativos ao contexto económico de pós-guerra em que nasceu a instituição. Escassez e especulação no fornecimento de produtos alimentares, peste mesmo assomam no relato da gestom, superpostos aos sinais de bonança comercial e transformação urbana que também caracterizam o momento. A situação se resiste a umha interpretação simples e unilateral. Som óbvias necessidades sociais que assediam as classes populares, mas coexistem com a formulação de ambiciosos programas de renovação urbana e dotação de serviços.

O Livro de actas referido ao período 1918-1923 facilita informação (acta de 12-09-1918) da severa escassez de subministros e do desabastecimento de pam na cidade da Corunha que levárom à direcção a autorizar um crédito em conta corrente por importe de 300.000 pesetas ao comerciante da cidade Genaro Fernández, destinado a comprar farinha em condições estritamente pactuadas. O empréstimo vinha garantido por vários comerciantes e patrocinado, segundo informam a gerência, pola Comissom de Subsistências “em vias de formação”. Em 25 de outubro do mesmo ano, o banco concedia 100.000 pesetas ao Concelho para atender as necessidades derivadas de epidemia reinante. A situação parece ter ido melhorando no imediato pós-guerra a julgarmos polas iniciativas públicas acometidas no período. No encerramento do ano 1919 dá-se conta de uma entrevista solicitada pola alcaldia de Lugo a fim de solicitar um crédito de 300.000 pesetas destinado a comprar da empresa fornecedora de electricidade *Compañía de. Alumbrado Eléctrico de Lugo* junto com um empréstimo complementário de 1.500.000 pesetas para a construção

de um hospital. A acta de 1 de Março de 1920 confirma a subscrição da totalidade do empréstimo emitido pelo Concelho de Lugo por importe de 1.600.000 pesetas, valorado a um tipo do 91% e com uma taxa de juro do 5%. A operação condicionava-se à cancelação simultânea do crédito previamente concedido por valor de 300.000 pesetas.

A evolução da rentabilidade da banca galega durante o primeiro terço do século, oferece uma interessante perspectiva tanto para a contrastação da trajectória seguida por *Hijos de Olimpio Pérez* como, sobretudo, como indicador judicioso da conjuntura dos negócios.

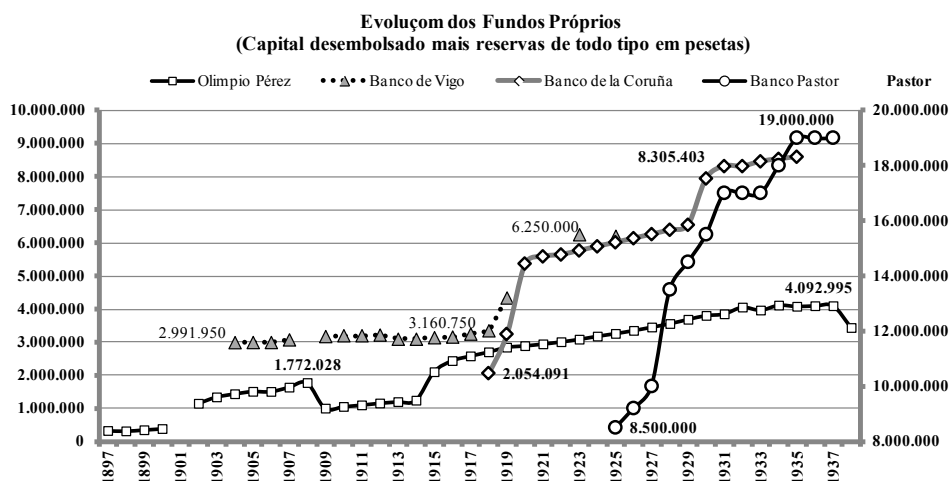
A partir informação recolhida no Apêndice 64, procedemos a elaborar o Gráfico 606 que ilustra a evolução do valor patrimonial – capital mais reservas de todo tipo – dos principais bancos galegos. Por motivos de conveniência, a leitura dos resultados do *Banco Pastor* leva-se ao eixo direito e o resto deve ler-se no esquerdo.

A magnitude do património da banca Pérez mantem-se, como pode observar, em valores relativamente modestos como também a sua dinâmica evolutiva, que transcorre sem grandes alterações embora acuse a contracção patrimonial derivada da reformulação da sociedade familiar que deu lugar a *Olimpio Pérez e Hijos, S.R.C.* (1910-1915), decidida por Olímpio Pérez por ocasião da morte da sua esposa.

O núcleo bancário galego do primeiro terço do século XX conta com dois bancos apenas cuja origem se remonte ao XIX: *Hijos de Olimpio Pérez S.R.C.* e o *Banco Pastor*, embora careçamos de dados seriados do Pastor anteriores à sua conversão em sociedade anónima. Em 1900 nascia o *Banco de Vigo* e em 1918 o *Banco de La Coruña*. A irrupção do Pastor como sociedade anónima demora-se até 1925, mas em forma muito vigorosa como podemos observar no gráfico representativo das respectivas magnitudes patrimoniais.

GRÁFICO 606

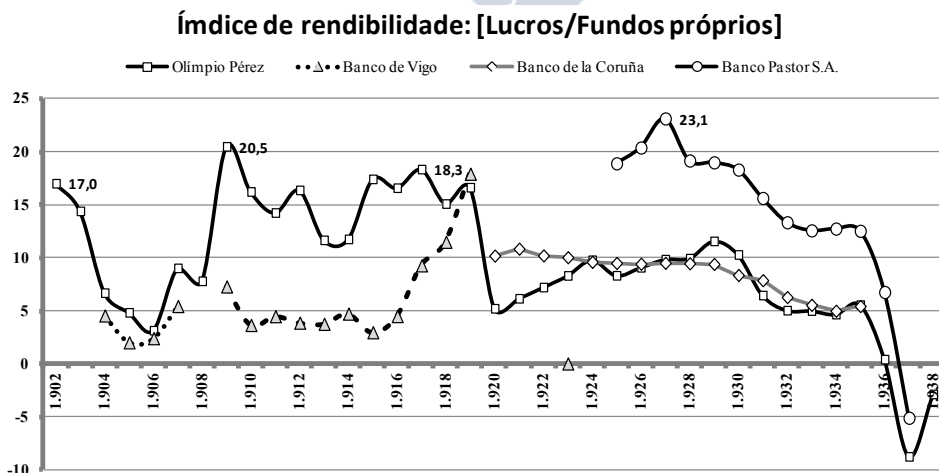
Base financeira: a evolução dos fundos próprios.



A marcada disparidade observada na dotação relativa de recursos próprios em cada um dos bancos que configuram o sistema bancário galego da época muda radicalmente quando se examina a sua rentabilidade respectiva em termos de lucros gerados pelos fundos próprios comprometidos. Este é indicador realmente relevante a efeitos de comparação do desempenho de cada sociedade e também como indicador eminente da conjuntura dos negócios. Este é o índice que representamos no Gráfico 607.

GRÁFICO 607

Rendibilidade dos fundos próprios comprometidos pelos bancos galegos.



A excelente posição alcançada pela casa Pérez no concerto da banca galega coetânea é manifesta. A casa Pérez chega a superar mesmo o rácio dos 20 % de rendimento sobre fundos próprios e não baixa dos 10 % até a final da guerra europeia, e não no período 1904-1908. A interrupção da linha de rentabilidade de H.O.P. experimenta uma brusca contracção no final de guerra europeia e alcança o seu ponto álgido em 1920 em que toca os 5 % de rentabilidade. A casa compostelana consegue remontar a situação nos primeiros anos vinte do século para alcançar um novo teto de rentabilidade em volta dos 10 % no período 1924-1930 que, finalmente, experimenta um declive progressivo impulsionada pela crise dos primeiros trinta que dá passo ao colapso financeiro provocado pela guerra civil.

A linha de rentabilidade de H.O.P. aponta para um pulso económico fraco no primeiro decénio do século XX e um forte impacto negativo sobre as contas de resultados como consequência do final da guerra europeia. No intermédio emerge com força o efeito benéfico da conflagração europeia sobre os resultados bancários. O perfil de rentabilidade do *Banco de Vigo* confirma amplamente este comportamento embora aponte um considerável atraso em incorporar os efeitos benéficos da conflagração europeia, atribuível talvez ao peso e comportamento da sua carteira de participadas.

A trajectória descrita pela rentabilidade do *Banco de la Coruña* e do *Banco Pastor* complementa o quadro de situação a partir dos anos vinte. Os resultados do *Banco de la Coruña* ajustam-se estritamente aos de H.O.P. a partir de 1920, embora neste caso o banco corunhês fique isento do esforço de reajustamento que houve de afrontar o banco compostelano no período 1919-1924. A irrupção do *Banco Pastor* na cena é espectacular em termos de rentabilidade. Embora a sua curva de rentabilidade não possa eludir o deterioro da situação económica provocada pela crise dos trinta e agudizada pelos prolegómenos e consequências da guerra civil, o desempenho lucrativo é incomparavelmente melhor do que o dos seus competidores. A curva de lucros sobre recursos descreve, com efeito, uma trajectória semelhante à do resto da banca galega mas o rácio de rentabilidade parte de valores superiores aos 20 % e não baixa dos 10 % até o mesmo início da guerra civil: 1936.

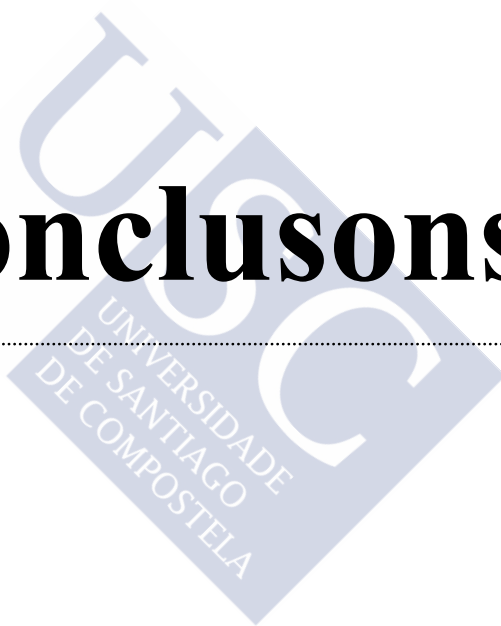
A relativa modéstia patrimonial da banca Pérez e a sua inveterada aversão à qualquer mudança corporativa e mesmo à expansão territorial não comporta prejuízos significativos em termos de capacidade de geração de

resultados e remuneração dos fundos próprios comprometidos. No clássico dilema do investimento financeiro: rentabilidade versus segurança, a casa Pérez optou sempre por esta segunda opção. A decisão travou sem dúvida o crescimento potencial da companhia, mas não o rendimento do capital comprometido, e de facto parece ter contribuído a optimizá-lo no meio prazo. O conservadorismo que caracterizou a estratégia gerencial da casa, parece inscrever-se na óptica do prudente rendista que tenta preservar o seu património no longo prazo e confia mais no rendimento seguro que nas eventuais mais-valias de uma política investidora mais agressiva. Uma estratégia que cabe julgar talvez de razoável num século de mudanças bruscas e imprevisíveis.

Não faltam sombras na prudencial *estratégia de rentista* que caracteriza a casa Pérez. A direcção personalista, a oposição à abertura de sucursais, o rechaço de qualquer forma societária que comportasse o abrandamento do controlo familiar e as crises patrimoniais periódicas por motivos sucessórios foram pesadas cargas que impediram o desenvolvimento do projecto bancário e acabaram por contrair as suas expectativas e a malograr, em definitiva, a sua independência futura. Mas, se o objectivo implicitamente perseguido foi a maximização do rácio Resultados/Fundos Próprios, este, foi sobejamente atingido em termos comparativos. Apenas o *Banco Pastor* foi capaz de melhorar o desempenho no valor deste índice, talvez, não por casualidade, o banco mais sólido e duradouro do grupo examinado.



Conclusons





A investigação da trajectória da casa Pérez desde os seus primórdios até a guerra civil espanhola, cobre um vasto lapso de tempo de quase noventa anos: de 1847 a 1936. Dentro deste, a nossa atenção centra-se no período protagonizado por Olímpio Pérez, desde o ano de 1880 em que assume a direcção da empresa familiar de banca por falecimento do seu pai e fundador da companhia, Manuel Pérez Sáenz, e prolonga-se além da sua morte, acontecida em 1915, quando o banco deverá enfrentar as turbulências derivadas do fim da guerra europeia e os reptos da modernização económica operada em Espanha. Dentro destes, algumas mudanças institucionais tão significativas para o curso do negócio bancário, como a Ley de Ordenación Bancaria de 29-12-1921, ou Lei Cambó.

A focagem adoptada para o estudo de um processo tão longo e complexo aconselhou a aplicar duas perspectivas diferentes e complementares: uma de carácter eminentemente *descritivo* e outra de natureza estritamente *analítica* e interpretativa.

A primeira focagem é a que inspira os dous primeiros capítulos, que tentam contextualizar o cenário social em que a casa foi desenvolvendo o negócio, em meio das profundas mutações experimentadas pela economia espanhola no período considerado. Partilham este mesmo enfoque descritivo importantes intervalos dos capítulos cinco e seis, dedicado o primeiro a examinar o problema das remessas ultramarinas e o segundo a contextualizar o banco Pérez no sistema bancário galego da época.

Dentro das secções mencionadas, tributárias do qualificado como *enfoque descritivo e contextualizador*, cremos oportuno destacar os seguintes contributos:

1. O propósito de periodificação da trajectória temporal da casa Pérez através de três cenários consecutivos e, dentro deles, a descrição das actividades que orientáram o negócio da casa em tempos de Manuel Pérez Sáenz (1847-1880). Dedicámos a esta descrição umha parte substancial do capítulo segundo. A orientação eminentemente comercial nesta fase temporal do negócio familiar permite observar, sob umha perspectiva especificamente financeira, um assunto de tanto interesse como o da actividade comercial da economia galega no período oitocentista.

2. A intenção de inscrever as flutuações experimentadas polo fluxo migratório galego no quadro das mutações experimentadas polas economias americanas de acolhimento. A este respeito, devemos reconhecer umha certa insatisfação nos resultados da aproximação pretendida, tanto por causa de umha relativa limitação da literatura económica americana relativa ao período examinado como pola escassa informação disponível acerca das actividades e relações económicas desenvolvidas polas colónias da emigração ultramarina. O capítulo cinco desta tese, dedicado a examinar o assunto das remessas ultramarinas, tenta salvar as mencionadas dificuldades sem esquecer um assunto de especial relevância historiográfica como o do contributo das sociedades ultramarinas na emergência do protonacionalismo galego.

3. O enfoque descritivo a que nos referimos ocupa um espaço considerável também no capítulo sexto, dedicado a contextualizar a posição da casa Pérez dentro do sistema bancário galego do primeiro terço do século XX. Queremos pôr em destaque a descrição do desenvolvimento da casa Pérez em relação com o processo de amadurecimento da banca espanhola que tem como prelúdio a promulgação das Leis de Bancos de Emissão e de Sociedades de Crédito do ano de 1856.

A *focagem analítica* concentra seguramente os resultados mais substantivos e relevantes do presente estudo porquanto aborda temas de tanta importância na historiografia económica galega como a configuração das redes de relação interbancária, o papel e dinâmica evolutiva das carteiras de valores como indicador da modernização económica em curso, o elusivo problema da estimação das remessas ultramarinas e, finalmente, a estrutura do sistema bancário galego no decisivo período do primeiro terço do século XX. Tentámos abordar todas estas questões partindo de umha análise pormenorizada das fontes documentais primárias

do arquivo histórico da casa Pérez, submetendo-as a um tratamento de tipo analítico e empírico orientado a extrair conclusões significativas tanto para a interpretação da trajetória da casa como para uma melhor compreensão da evolução da economia galega contemporânea.

Nesta perspectiva, queremos destacar especialmente os seguintes resultados:

1. A descrição da rede de transações estabelecidas pelo banco Pérez com os seus correspondentes no período 1904-1940 pelo seu valor indicativo da dinâmica bancária, que podemos observar no gráfico 304 e análise concomitante. Esta perspectiva de carácter diacrónico complementa-se com o estabelecimento de uma tipologia compreensiva do volume do negócio interbancário segundo a localização geográfica dos correspondentes. Esta abordagem de tipo sincrónico, referida ao ano de 1907, permite precisar a envolvente financeira da casa. Concretamente, a distribuição das suas relações financeiras sob a dupla perspectiva geográfica – Galiza/resto do Estado/estrangeiro – e institucional – banca/sociedades/particulares – que revelam, em conjunto, o grau de articulação alcançado pelo banco Pérez ao mesmo tempo que ilustram as conexões internas e externas que prevaleciam na economia galega a princípios do século XX.

2. A magnitude, composição e evolução da carteira de valores e a dimensão dos portfólios de valores em custódia por conta dos particulares como indicadores do processo de reorientação da actividade bancária e da economia privada para o investimento especulativo como sinal do processo de modernização.

A composição da carteira proporciona também elementos de análise da emergência de novos sectores industriais na Galiza – como a indústria eléctrica ou os serviços urbanos – oferecendo, em consequência, sugestões valiosas relativas às mutações em curso na economia galega.

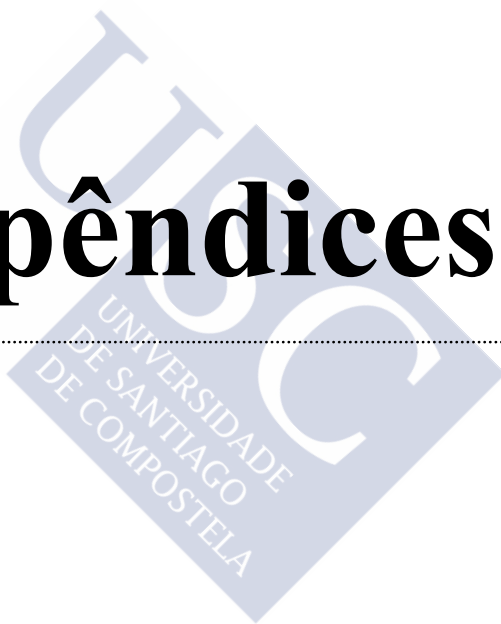
3. A fixação do volume de transferências ultramarinas recebidas na comarca compostelana através do banco Olímpio Pérez durante o longo período inter-secular 1884-1936 assim como a proposta metodológica para projectar os resultados obtidos a nível da Galiza constituem um resultado que julgamos importante para o debate de um assunto de tanta transcendência

histórica e social. Achamos ainda razoável destacar a metodologia adoptada para a abordagem da árdua questão da avaliação do volume das remessas recebidas. A tal fim, partimos do registo contabilístico das *letras a pagar* - que resume qualquer tipo de livranças e ordens de pagamento na série de livros Maiores - e do seu confronto com as fontes auxiliares disponíveis. O procedimento de ancorar a estimação do fluxo de remessas a uma conta precisa e específica da contabilidade ordinária tem a vantagem de evitar abordagens metodológicas mais impressionistas e incertas.

4. Finalmente, queremos destacar o esforço de contextualização desenvolvido no esboço da tipologia de comportamentos bancários observados na Galiza a partir do exame das respectivas contabilidades e dos quadros resumo proporcionados pelos boletins oficiais do Consejo Superior Bancario. Com a análise comparativa oferecida sob critérios de contabilização homogénea e o exame da informação específica disponível dos diversos bancos, tentámos abordar uma descrição interpretativa do sector bancário galego no período crucial do primeiro terço do século XX.



Apêndices





APÊNDICES I.

Apêndice 1.1	509
A linha sucessória da família Pérez.	
Apêndice 1.2	515
“Notas históricas de la fundación y proceso de la Casa de Banca Hijos de Olímpio Pérez. 1847-1947”.	

APÊNDICES II.

Apêndice 2.1	527
Valoração e composição do capital legado por Manuel Pérez Sáenz	
Apêndice 2.2	537
Dificuldades económicas em Galiza a finais do ano 1914	
Apêndice 2.3	541
Fragilidade económica pós-bélica: sombras de suspeita. Sombras de suspeita sobre a solvência de H.O.P, S.R.C.	
Apêndice 2.4	545
Balanços de transição: <i>Hijos de Manuel Pérez, 1885-1900</i>	

APÊNDICES III.

Apêndice 3.1	549
Procedimento de liquidação das contas mútuas com correspondentes e juros recíprocos: CCC, 1.907. Método Laffite..	
Apêndice 3.2	553
A rede de correspondentes de de Olímpio Pérez em 1907	

APÊNDICES IV.

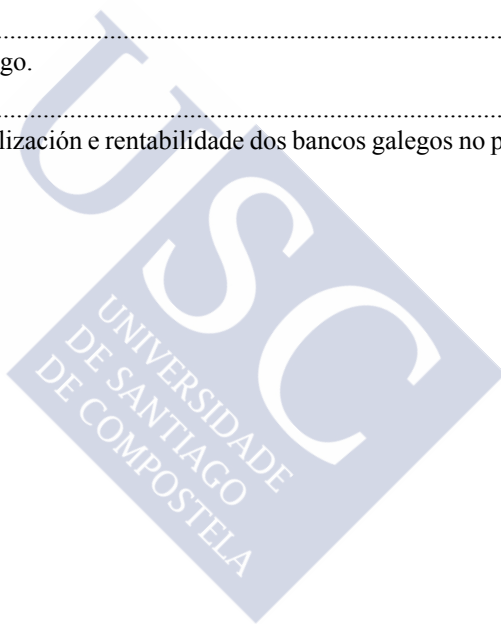
Apêndice 4.1	565
A empresa privada galega e espanhola na carteira de valores do banco de Olímpio Pérez e sucessores	
Apêndice 4.2	573
Concentração da empresa eléctrica galega no primeiro terço do século XX e relações pessoais de negócio.	
Apêndice 4.3	579
Negociações para a transmissão das instalações do Salto do Pindo, na Ria de Corcubión.	

APÊNDICES V.

Apêndice 5.1	583
Características das remessas tramitadas.	

APÊNDICES VI.

Apêndice 6.1	603
As magnitudes contáveis do núcleo central da banca galega na década dos vinte	
Apêndice 6.2	607
A rede bancária galega no período 1922-1946.	
Apêndice 6.3	615
A trajetória do Banco de Vigo.	
Apêndice 6.4	617
Panorama sintético da capitalización e rentabilidade dos bancos galegos no primeiro terço do século XX.	



APÊNDICE 1.1

A linha sucessória da família Pérez.

A importância central da rede familiar e a linha sucessória dos Pérez como condicionante fio condutor do negócio, muito especialmente no tocante às vicissitudes patrimoniais provocadas pelas subseqüentes sucessões *mortis causa*, e também a política de distribuição de resultados entre os membros proprietários da firma, aconselha a fixar sinteticamente a árvore genealógica da família e também a sua relação com as mudanças experimentadas na razão social que a individualizava. Vertemos neste apêndice a informação que pudemos ir recolhendo de diversas fontes documentais, especialmente as do próprio arquivo bancário consultado para a elaboração do trabalho.

A íntima dependência entre a sucessão familiar e a orientação e mudanças experimentadas pelo negócio bancário que protagonizáramos aconselha a apresentar conjuntamente ambas as dinâmicas.

LINHAGEM FAMILIAR

Os avós de Olímpio Pérez

❖ Ascendência de ANTONIA RODRÍGUEZ ARIJÓN.

- **JACOBO RODRÍGUEZ ARIJÓN** e **MARIA SUÁREZ IZÁS**, ambos naturais da paróquia de Sam Juliám de Coirós (Laracha, Corunha)¹, som os pais de **FRANCISCO RODRÍGUEZ ARIJÓN** [??? - 9/03/1856] e de **ANTONIO RODRÍGUEZ ARIJÓN**, presbítero da confraria de Nossa Senhora da Conceição, de Santiago.
- **FRANCISCO RODRÍGUEZ ARIJÓN** [**/**/*** - 9/03/1856] casado com **RITA LIÑARES PALLAS** (Santa Maria de Queixas, Cerceda) som os pais da filha única **ANTONIA RODRÍGUEZ ARIJÓN Y LIÑARES** [19/05/1814 - 6/02/1852]. **FRANCISCO RODRÍGUEZ ARIJÓN** era na altura viúvo de **MARIA PADÍN** e, falecida **RITA LIÑARES** casou de novo com **ANTONIA CEPEDA**, ambos os matrimónios sem descendência. **FRANCISCO RODRÍGUEZ ARIJÓN** dirigia um negócio de provisão de cera destinada ao culto e ao uso doméstico junto com outras actividades comerciais, no qual deu emprego ao jovem imigrante camerano **MANUEL PÉREZ SÁENZ**.
- **ANTONIA RODRÍGUEZ ARIJÓN** [19/05/1814 - 6/02/1852] casou com **MANUEL PÉREZ SÁENZ** [29/05/1807 - 12/03/1880] na paróquia santiaguesa de Sam Bieito do Campo no dia 15/05/1837 oficiando na cerimónia o presbítero **ANTONIO RODRÍGUEZ ARIJÓN**, tio da contraente. Compareceram como testemunhas **EUSEBIO PÉREZ** e **FRANCISCO RODRÍGUEZ ARIJÓN**, pais dos contraentes.

1 Outros investigadores apontam para Sam Juliám de Coirós (Betanços).

❖ Ascendência de **MANUEL PÉREZ SÁENZ**.

- **EUSEBIO PÉREZ DEL MOLINO** e **LUCIA SÁENZ RUBIO**, som os pais de **MANUEL PÉREZ SÁENZ [29/05/1807 - 12/03/1880]** e de **LUCÍA PÉREZ SÁENZ**. Procedia Eusebio de Ortigosa de Cameros (Rioja), vila de longa tradição no negócio lanígero em tempos da Mesta e posteriormente no fabrico de tecidos e a sua esposa Lucía de Rasillo de Cameros, vila próxima da anterior e provável lugar de nascimento dos filhos do matrimónio. **LUCÍA PÉREZ SÁENZ** instalou-se também na Galiza fixando residência em Vila-Garcia junto com o seu marido **MATEO GARCIA DE LA RIVA**, de ascendência também camerana. Tivérom quatro filhas.

Os pais de Olímpio Pérez e a sua descendência❖ Matrimónio e descendência de **MANUEL PÉREZ SÁENZ** e **ANTONIA RODRÍGUEZ ARIJÓN** e enlances matrimoniais dos filhos.

- O matrimónio de **MANUEL PÉREZ** e **ANTONIA RODRÍGUEZ** tivo sete filhos: **CELESTINA PÉREZ RODRÍGUEZ [19/05/1838 - 12/09/1881]**; **OLIMPIO PÉREZ RODRÍGUEZ [15/04/1841 (b) - 7/03/1915]**; **CESÁREA PÉREZ RODRÍGUEZ [28/12/1842 - 20/11/1847]**; **ISIDORA PÉREZ RODRÍGUEZ [5/04/1845 - 14/12/1847]**; **CÁNDIDO PÉREZ RODRÍGUEZ [8/03/1847 - 23/02/1901]**; **FRANCISCO PÉREZ RODRÍGUEZ [19/11/1849 - 2/06/1854]**; **CARMEN PÉREZ RODRÍGUEZ [**/**/* - **/**/*]**.
- Os enlances que me foi possível documentar em diversas fontes som os seguintes:
 - **CELESTINA PÉREZ S. RODRÍGUEZ JOAQUIN DE ANDRÉS RODRÍGUEZ [**/**/* - 22/09/1875]**.
 - **OLIMPIO PÉREZ S. RODRÍGUEZ ASUNCIÓN ESTESO IRIGOYEN [**/**/* - 3/09/1908]**.
 - **CÁNDIDO PÉREZ S. RODRÍGUEZ JOSEFA DEZA GARCÍA [**/**/* - **/**/*]**
- Depois de ter ficado viúvo de **ANTONIA RODRÍGUEZ ARIJÓN** em 1852, **MANUEL PÉREZ SÁENZ** contraiu novo matrimónio com umha sobrinha de **RAMONA GARCÍA PÉREZ** no dia 10/10/1860 que faleceu sem descendência em 1884.

Matrimónio e descendência de Olímpio Pérez❖ Matrimónio e descendência do matrimónio **OLIMPIO PÉREZ RODRÍGUEZ** e **ASUNCIÓN ESTESO IRIGOYEN** e posteriores enlances matrimoniais da mesma.

- **OLIMPIO PÉREZ RODRÍGUEZ** e **ASUNCIÓN ESTESO IRIGOYEN [**/**/* - 3/11/1908]** (nascida em Santiago de **JULIÁN ESTESO MOYA** -Pozo Amargo, Cuenca- e Narcisca Irigoyen Fernández-Tápia de Casarego, Astúrias) contraírom matrimónio na igreja de Santa Maria Salomé de Santiago no dia 1/06/1872.
- O matrimónio tivo longa descendência -doze filhos, polo que sabemos- dos quais constam dez no testamento de Olímpio Pérez:

Celestina Pérez Esteso [19/05/1878 - **/**/1955]; María Pérez Esteso [**/**/1841 - **/**/1915]; Manuel Pérez Esteso [**/**/* - **/**/1947]; Julián Pérez Esteso [**/**/* - **/**/*]; Antonia Pérez Esteso [**/**/* - **/**/*]; Narcisa Pérez Esteso [**/**/* - **/**/*]; Carmen Pérez Esteso [**/**/* - **/**/1971]; Ramona Pérez Esteso [**/**/* - **/**/*]; Santiago Pérez Esteso [**/**/1888 - 27/07/1916]; Miguel Pérez Esteso [**/**/* - **/**/*].

O matrimónio tivo outros dous filhos homónimos do pai e falecidos antes que ele: Olimpio Pérez Esteso [**/**/ - 1877 - **/**/1891] e Olimpio Pérez Esteso [19/08/1892 - 7/08/1914].

- Com excepção de María, da qual nom encontrei referências, celebrárom enla-
ces matrimoniais:
 - **CELESTINA PÉREZ ESTESO**
MARCELINO BLANCO DE LA PEÑA [**/**/1874 - **/**/1964].
 - **MANUEL PÉREZ ESTESO**
MARÍA BLANCO ITUARTE
 - **JULIÁN PÉREZ ESTESO**
CARMEN ARMADA QUIROGA, Condessa de Canalejas.
 - **ANTONIA PÉREZ ESTESO**
ANTONIO DE LA RIVA LARA
 - **NARCISA PÉREZ ESTESO**
ANDRÉS DÍAZ DE RÁBAGO Y AGUIAR (filho de Joaquín Díaz de Rábago).
 - **CARMEN PÉREZ ESTESO**
FELIPE GIL CASARES, [16/10/1877 - 3/08/1953].
 - **RAMONA PÉREZ ESTESO**
ÁNGEL SÁENZ-DÍEZ DE LA RIVA (neto de Simeón García).
 - **SANTIAGO PÉREZ ESTESO**
MARÍA CURBERA VICUÑA
 - **MIGUEL PÉREZ ESTESO**
MARÍA CABEZA SIERRA

LINHAGEM CORPORATIVA

Manuel Pérez Sáenz (1847-1880).

A casa de banca estaria em vigor no período compreendido entre 1847, em que a tradição familiar fixa o seu início, e o ano de 1880, em que falece o seu fundador. Existem provas documentais de que Manuel Pérez Sáenz vinha operando activamente desde os anos trinta como comerciante e armador.

Manuel Pérez Sáenz en liquidación (1880-1884)

Seguindo os hábitos mercantis da época, esta foi a denominação da casa desde o falecimento de Manuel Pérez Sáenz (19/03/1880) até a formalização da firma sucessora no dia 1/01/1885, depois do falecimento da segunda esposa de **MANUEL PÉREZ SÁENZ**, **RAMONA GARCÍA PÉREZ** e partilha da herança indivisa de **MANUEL PÉREZ** com a família desta e os filhos da irmã Ramona que tinha falecido já em 1881.

Hijos de Pérez Sáenz S.R.C. (1885-1902)

Esta é a nova denominação da firma familiar em regime comanditário entre os irmãos **OLIMPIO PÉREZ RODRÍGUEZ** e **CÁNDIDO PÉREZ RODRÍGUEZ** até a mudança de denominação ocasionada pelo falecimento de **CÁNDIDO PÉREZ** em 1901.

Olímpio Pérez (1902-1910).

É a nova denominação da firma de propriedade plena de **OLIMPIO PÉREZ RODRÍGUEZ** depois do falecimento de **CÁNDIDO PÉREZ RODRÍGUEZ** no início de 1901 e após liquidada a herança do património comanditário.

Olimpio Pérez e Hijos, S.R.C. (1910-1915)

Esta foi a prudente redenominação decidida por **OLIMPIO PÉREZ RODRÍGUEZ**, depois de ter visto falecer a sua esposa em 1908 e o seu filho Olímpio em 1914, com o propósito manifesto de propiciar uma sucessão automática e sem encargos extraordinários por imprevisto na firma. O contrato de constituição da nova razão social (29/12/1909) previa a sua alteração automática para Hijos de Olímpio Pérez S.R.C. no momento do falecimento de **OLIMPIO PÉREZ**.

Hijos de Olimpio Pérez S.R.C. (1915-1957).

A longa persistência da denominação evidencia a estabilidade da firma mas também a sua inércia e progressiva inadaptação ao meio numa época de profundas mudanças.

Banco de Hijos de Olimpio Pérez, S.A (1958-1964)

O certificado de Acta de transformação (23/10/1957) reconhece: “Empujados por la fuerza de las circunstancias, todos comprendemos que es conveniente convertir nuestra Sociedad Regular Colectiva en Anónima y así se acordó...” Previamente, tinha sido decidido aumentar o capital social até os 26.000.000 de pesetas.

Banco de Crédito e Inversiones S. A. (1965-1998)

Em 1960, o **Banco de Hijos de Olimpio Pérez, S.A.** procede a adquirir a maioria do capital do **Banco de Crédito e Inversiones S. A.** com sede em Barcelona. Em 1964, é formalizada a absorção desta última entidade por parte do **Banco de Hijos de Olimpio Pérez, S.A.** com decisão simultânea de adoptar para a firma esta última denominação. Em 1998, passa à órbita do **Banco Central** e adopta a denominação de **Banco Gallego** cujo destino actual, em plena crise financeira, é a sua subasta (2013) ao melhor licitador.





APÊNDICE 1.2

*“Notas históricas de la fundación y proceso de la Casa de Banca Hijos de Olímpio Pérez. 1847-1947”*¹.

MANUEL PÉREZ SÁENZ 1847-1884².

- 1) *A principios del siglo diecinueve vino a establecerse en Santiago DON FRANCISCO RODRÍGUEZ ARIJON con una fábrica de cera. Tenía entonces esta industria gran importancia porque, tanto en las casas particulares como en los templos y otros edificios, servía de alumbrado; y para el culto se empleaba mas generosamente que hoy. Pero especialmente el consumo era muy grande porque los deudos y amigos de los enfermos iban con hachas acompañando el Santo Viático y en los enterramientos, que eran de noche, también iba gran número de personas portando cirios encendidos. Asi se explica que Don Francisco hubiese tomado un amplio solar en la calle del Rosario, donde instaló un secadero y varias dependencias y almacenes apropiados a la industria.*
- 2) *No conforme con la prosperidad de tal negocio, emprendió otros de compra-venta de artículos e hizo comercio de importación y exportación, para lo cual poseía algún velero; por lo menos consta como propietario del Bergantín “Protegido”. También fletaba en unión de otros amigos barcos de mayor calado.*
- 3) *En el año 1842 aparece comprando la casa de Cervantes, llamada de la lámpara, sin duda porque la deficiencia del alumbrado público induciría a los propietarios mas acomodados a instalar luces que sirviesen de guía a sus moradores y a los vecinos. En esta casa, del siglo XIV, fue donde mas tarde estableció la Banca DON MANUEL PÉREZ SÁENZ comentándose su estilo en artículos varios, escribiendo uno muy interesante Bernardo Barreiro en “Galicia Diplomática” en el número 19 de Mayo de 1889, el (sic) poco tiempo de ser derribada.*
- 4) *Hacia el año 1825 llegó a Santiago, en compañía de otros riojanos D. Manuel y ofreció sus servicios a Don Francisco Rodríguez Arijón. Todos los muchachos procedían de la tierra de Cameros, provincia de Logroño, Traían cultura comercial y eran especialmente preparados, por maestros idóneos, en contabilidad y caligrafía. Debíó de agradar la presencia del chico a Don Francisco y le admitió enseguida y, aún cuando no consta, es de suponer, dadas las costumbres de*

1 Transcriçom do documento fotocopiado que me foi possível obter, a falta do livro comemorativo original tradicionalmente custodiado na sede matriz de Santiago e actualmente em poder da Direcçom do “Banco Gallego.” Respeitamos a redacçom e ortografia original (uso um tanto arbitrário de maiúsculas e pontuação) salvo modificaçoms em aras da claridade. Também respeitamos a sequência dos parágrafos aos quais asignaremos numeração correlativa em caracteres romanos para a sua melhor especificaçom e referência.

2 Segunda portada do documento, alusiva aos começos da firma.

la época, fuese al propio tiempo su pupilo. Don Francisco no tenía mas que una hija, Antonia (a juzgar por las cartas que se conservan debía también ser lista y redactaba y escribía correctamente).

- 5) *Surgió, porque también entre los negocios nacen idilios amorosos, la mutua simpatía y terminó el enamoramiento en matrimonio llevado a cabo en la parroquia de San Benito del Campo en 15 de Mayo de 1837, delegando el párroco, para dar la bendición a los contrayentes, en Don Antonio Rodríguez Arijón, tío y padrino de Bautismo de la novia. Quizás por ser hija única viviese algún tiempo el nuevo matrimonio con Don Francisco Rodríguez Arijón, pero habiendo contraído este segundas nupcias, conjeturamos que Don Manuel Pérez Sáenz y su esposa formaron hogar a parte. Lo que interesa para la historia de nuestra Banca es saber que en el año 1845 trabajaba con negocios propios Don Manuel, si bien parece entenderse de la correspondencia, seguía administrando los asuntos de Don Francisco Rodríguez Arijón. Por de pronto, existía perfecta armonía entre todos y las cartas de Don Francisco seguían puestas de letra de su yerno.*
- 6) *Don Manuel Pérez Sáenz se dedicó igualmente al comercio de importación y exportación para lo cual tenía una flotilla de dos “quechemarines”, el “Brillante” y el “Tres Hermanos” y un bergantín, “Olimpio”, fletando al mismo tiempo otros barcos que hacían viajes por varios puertos de Europa y América.*
- 7) *Al principio tenía capital escaso Don Manuel y así se lo dice en carta del 30 de enero de 1845 a su amigo y corresponsal Don Bruno Herce, de La Coruña, lamentándose no tomar mayor participación en algunas operaciones. Algún alivio sentiría, en este aspecto, hacia finales del año 1846 en que ingresó, además de la legítima por parte de madre que habría ya recibido su esposa, un importante legado que dejó a Doña Antonia su tío y padrino fallecido en dicho año.*
- 8) *De todos modos, el tráfico era grande en relación a aquellos tiempos y poco a poco, con letras de cambio, préstamos y depósitos, se iba perfilando el negocio de Banca. En el año 1847 el incremento fue notable acaso comenzó entonces la exportación de ganados a Inglaterra, que dio algunas pérdidas pero fue una de las causas mas determinantes del depósito bancario y por tanto de las operaciones inherentes a este negocio. En efecto, para comprar reses se enviaban por las aldeas “trinquillones” que concertaban el precio y conducían los animales al puerto de Carril, pero el cobro lo efectuaban los aldeanos en Santiago. Como muchos no querían ir cargados de dinero –en bastantes años monedas de oro– preferían dejarlo en poder de Don Manuel, que extendía los correspondientes resguardos, terminando por emplear los fondos en valores del Estado.*
- 9) *La emigración, fue otro de los elementos importantes para fomentar las operaciones bancarias. Los mismos corresponsales o Agentes de embarque extendían giros a cargo de nuestro antecesor y a su vez Pérez Sáenz despachaba pasajes y giraba sobre América. Tal importancia tenía este negocio que las letras de cambio aparecieron impresas por las casas de Cuba y de otros puntos de Europa y*

América con el nombre de Manuel Pérez Sáenz. Admira como desde una ciudad del interior se traficaba por el mar con tanta actividad y cuantía. Denota ello la importancia que tuvo Santiago en el desenvolvimiento del comercio gallego.

- 10) *A la vez que en el comercio, también en la industria tomó parte nuestro fundador y así se ven negocios no solo en la Región si no fuera de Galicia en que actuaba Don Manuel Pérez Sáenz: Forjas de Cataluña, Minas y hierro de Renueva, en Vega de Rivadeo, y otras que constan a través de los libros y cartas. Asimismo se dedicó a construcciones y contratas locales, tales como el Cementerio General (precisamente inaugurado en 1847), Plaza de Abastos y algunas carreteras.*
- 11) *En 6 de febrero de 1852, prematuramente, puesto que no tenía más que 38 años, falleció D^a Antonia Rodríguez Arijón dejando tres hijos, Celestina, Olimpio y Cándido, y en el 1856 murió su padre D. Francisco Rodríguez Arijón, quedando ya, por tanto, bajo la dirección absoluta de D. Manuel Pérez Sáenz todo el capital de la Casa y por eso las cifras fueron creciendo y se intensificó la intervención en diferentes negocios privados y públicos. Así vemos que D. Manuel Pérez Sáenz formó una sociedad con otros amigos para acudir a la subasta de la construcción del célebre Puente Taboada sobre el río Deza, en la carretera de Santiago a Orense.*
- 12) *En tanto trabajaba con algunos empleados, Don Manuel decidió educar a sus hijos en la carrera mercantil y especialmente quiso preparar a su hijo mayor Don Olimpio que, luego de instruirse convenientemente con maestros locales pasó a Bilbao para hacer estudios de contabilidad bancaria, perfeccionándolos más tarde en Londres, aprendiendo al propio tiempo la lengua inglesa tan necesaria para el intercambio de mercancías al que tanta importancia daba en la Casa.*
- 13) *Como todas las personas de relieve en una localidad, Don Manuel Pérez Sáenz no pudo sustraerse a ciertas cooperaciones de carácter social y aun político. Los recibos y otros papeles correspondientes a sus cargos de contador, tesorero, etc., se conservan en nuestro archivo, siendo lamentable la humedad primero y luego una destrucción por el fuego, consumiese gran parte de la correspondencia y otros papeles de interés que nos hubieran dado una idea más cabal de la historia de la casa y también de sucesos locales referidos a menudo en cartas reveladoras del carácter amistoso e íntimo de la correspondencia de aquella época relativamente tranquila, pues, las frecuentes las frecuentes revueltas políticas, casi nunca alcanzaban a los pacíficos ciudadanos que en las poblaciones sostenían el comercio y la industria.*
- 14) *Como dato curioso de este período ponemos a la vista las cartas, los telegramas, las cotizaciones, sobres de cartas que del extranjero, de la Habana principalmente, venían rodando por los distintos puertos y ciudades de Francia y otros países. También aparecen conocimientos de embarque, despachos de Aduanas, facturas y, aunque no formando parte de la colección porque no es posible, se pueden examinar libros de contabilidad, copiadores, registros, etc. etc.*

- 15) *En 12 de marzo de 1880 falleció Don Manuel Pérez Sáenz y su viuda (en segundas nupcias había contraído matrimonio Don Manuel con Doña Ramona García) y sus tres hijos, Celestina, Olimpio y Cándido, dirigieron circulares a sus corresponsales y clientes con fecha de 19 de marzo comunicando que continuaban los negocios de Don Manuel bajo la denominación de “Manuel Pérez Sáenz, en liquidación”, durando esta situación cuatro años.*
- 16) *Fallecida Doña Celestina se constituyó en 17 de diciembre de 1884 la Sociedad Regular Colectiva de “Hijos de Pérez Sáenz” siendo sus únicos componentes los dos hermanos Olimpio y Cándido. Siguieron los negocios tomando cada vez mas auge y no hubo cambios notables en al orientación de sus actividades.*
- 17) *La exportación de ganados a Inglaterra continuó en este período y el giro de América y para América, no solo en pesetas si no por medio de letra extendidas en Libras esterlinas y Dólares, se incrementó mucho. El número de Esterlinas en los bancos de Londres les indujeron a la inversión para la propia cartera y para la de los clientes en valores emitidos en Libras, si bién correspondientes a Empréstitos de las Repúblicas Americanas. Desde los títulos Argentinos hasta los de Honduras y Guatemala tenían depósitos con láminas de los mas variados países. También poseían valores Rusos, Japoneses, Chinos, etc. etc. De vez en cuando llegaban abultados pliegos de Londres con franqueo tan elevado que en más de una ocasión se dirigieron los Directores de los Bancos ingleses a nuestros antecesores, pidiendo los timbres de una libra y otras cantidades que acaso se usaban solamente en los envíos de títulos a Santiago, ya que en otras partes los Banqueros compraban Valores en Londres pero los dejaban depositados en los establecimientos británicos.*
- 18) *Suceso notable entre los años 1888 y 1890 fue el derribo de las seis casas que desde antiguo poseían y la edificación en su lugar de dos magníficas casas gemelas construidas con materiales ricos y con una amplitud y comodidad capaces de llamar la atención de los santiagueses que desde el siglo dieciocho, época de los grandes palacios compostelanos, no habían visto levantar mansiones semejantes. La instalación de agua con manantiales propios era en aquellos momentos completamente desconocida en nuestra ciudad. Se pensó preferentemente en acomodar en los bajos un local digno de la Banca y así desde aquel momento tuvieron un aspecto moderno y propio las oficinas.*
- 19) *Durante este período, aparte las operaciones privativas de la casa, tomaron “Hijos de Pérez Sáenz” participación en varios asuntos de Santiago y regionales. Tales por ejemplo “Sanatorio de Conjo”, “Ferrocarriil a la Tieira” (que al fin no se llevó a cabo si bien los fondos acumulados con sus intereses no produjeron perjuicios sino más bien beneficio), “Fábrica de Gas y Electricidad de Santiago” y otros. Merece anotarse también tomaron buena parte de las acciones de “Carbueros Laforet”, de Arcade, donde se instalaron (sic) con un horno eléctrico, gran novedad en aquel momento, pués nadie pensaba en negocios químicos en España.*

- 20) *Como en los anteriores períodos se conservan interesantes cartas, libros y registros de letras, cotizaciones, resguardos y otros. Recogemos en esta carpeta unos cuantos modelos.*
- 21) *El 23 de febrero de 1901 acaeció la muerte de Cándido y por escritura de disolución de la Sociedad “Hijos de Pérez Sáenz” conforme a las estipulaciones consignadas, y con la entrega a sus herederos de su participación en el capital y fondo de reserva, efectuados por documento público del 22 de Marzo de 1901, queda desde entonces la Casa al solo nombre de nuestro padre. En tanto no se normalizaron los asientos de liquidación no se pasaron circulares y así oficialmente empezó a regir la Banca bajo la denominación OLIMPIO PÉREZ desde (el) 1° de enero de 1902, comunicándose con aquella fecha la transformación a todos los Bancos y clientes.*
- 22) *Como la larga enfermedad padecida por Don Cándido le había impedido tomar parte activa en la dirección de los negocios no hubo variación alguna en la casa, pues aun en al aspecto económico no sufrió merma de elementos, pues ingresando Don Olimpio en el activo fincas y valores propios no figurados anteriormente e los libros de “Hijos de Pérez Sáenz”, se compensó y aumentó la responsabilidad contable.*
- 23) *En el período que comentamos, aparte la progresión siempre ascendente que ha llevado la Banca desde su fundación, no hubo operaciones trascendentales. La industria del fomento y conservas de pescado tomó mucha importancia en estos años y, como vendían sus productos en el extranjero, los efectos de (sic) Libras y de Francos, sobre todo, crearon unos saldos elevados a favor de la Casa en los Bancos de Paris y Londres. Por correo y por telegramas con clave se hacían transferencias importantes de (sic) cuenta de Olimpio Pérez de una a otra capital, interviniendo generalmente el Crédit Lyonnais ya que esta Institución tenía sucursales en Paris, Burdeos y Londres, centros de contratación para el mercado de conservas.*
- 24) *En el año 1906 se instaló en los sótanos la cámara acorazada fabricada por la Casa Fichet de Paris, de renombre universal, mandando al efecto personal especializado para montarla. Como los títulos hasta entonces se depositaban en el Banco de España, se aumentó el trabajo y con el trabajo los empleados pues el Banco oficial se encargaba de cortar y facturar los cupones al cobro, pero eran tan lentas las devoluciones de los depósitos que se compensó con creces la nueva preocupación y la clientela estimó en todo su valor la mejora introducida al observar el orden y rapidez consiguiente a este nuevo servicio. El acierto quedó demostrado por haberse pedido en pocos años cuantos armarios podían caber dentro de la Cámara para las necesidades de tan importante Sección.*
- 25) *No faltaron en estos años cooperaciones para negocios varios convenientes para la casa, pero sobre todo beneficiosos para la región. Por varias veces se suscribieron Acciones y Obligaciones de empresas Eléctricas, Cerámica, y para*

el Ferrocarril al puerto de Villagarcía Industrial. A petición de D. Luis Harguindey tomó una parte importante tomó una parte importante también en la Sociedad Torán y Harguindey que se había fundado para construir en Madrid el magnífico Palacio de Comunicaciones, recogiendo, por cierto, una utilidad muy apreciable al terminarse la obra. Más que para hacer un negocio por amor a Santiago, compró terrenos en las proximidades del Paseo de La Herradura en compañía de cuatro o cinco amigos para que allí pudiese instalarse la Exposición Regional de 1909, produciéndole este importante Certámen una importante pérdida que el dio por bien empleada por servir a la ciudad. Y mayor hubiera sido su satisfacción si hubiese alcanzado la memorable fecha en que merced a la cesión que de dichos terrenos se hizo a la Universidad Literaria pudo recabarse de los Gobiernos el apoyo para fundar la gran Residencia que hoy ocupa aquellos lugares y a la que tanto impulso ha dado el actual Ministro de Educación Nacional.

- 26) *Durante esta etapa y ya anteriormente se ocupó Don Olimpio de asuntos sociales y aun a veces, a pesar de su aversión a la política, aceptó, casi a la fuerza algunos cargos públicos; pero su principal mérito fue el dedicar todos sus afanes a la familia y a sus actividades mercantiles. Fuera de su profesión tomó con especial cariño solamente algunas obras benéficas, especialmente la Caja de Ahorros y Monte de Piedad, la Cocina Económica, el Manicomio de Conjo y también los Asilos a los que procuraba favorecer en todo lo posible.*
- 27) *Se consideraba feliz con verse rodeado de su familia y nunca fue ambicioso en sus ganancias, fijando siempre normas de prudencia y austeridad en las comisiones. Sin embargo, rechazaba con energía cualquier sugerencia de abarataamientos vergonzosos que algunas veces formaba (sic) la competencia y no tenía reparo en decir a sus clientes se fuesen a buscar las ventajas propuestas, ya que “no trabajo para perder”. Este equilibrio de generosidad y justicia elevaron su prestigio profesional y moral a tal altura que en todas las clases sociales de Santiago y en la Región era estimado como una de las personas más competentes y discretas que podían resolver dudas y problemas económicos a las entidades y sobre todo a las familias.*
- 28) *La muerte de su esposa Doña Asunción Esteso ocurrida en 3 de Noviembre de 1908 fue de un peso tan grande en su ánimo que ya no pensó desde entonces sino en preparar las cosas de tal manera que, al ocurrir su fallecimiento, pudieran continuar sus hijos desenvolviendo los negocios de la Banca y a tal fin dirigió todos sus consejos y toda su experiencia y, de acuerdo con sus asesores jurídicos, dio en una fórmula maravillosa. Se quedó como jefe supremo al unir a todos sus hijos a los negocios y fue moldeando a su semejanza el criterio de los que le habían de suceder definitivamente algún día.*
- 29) *En efecto, el día 29 de Diciembre de 1909 se firmó la escritura de OLIMPIO PÉREZ E HIJOS y con la misma fecha se pasaron las correspondientes circulares. En una se despedía Don Olimpio de sus corresponsales y amigos y ponía la*

nueva sociedad al amparo de la protección Divina. En al otra se daba cuenta de la formación de la entidad sucesora, una sociedad regular colectiva, en la que entraba a formar parte Don Olimpio y sus hijos. Duró esta razón social hasta principios de Marzo de 1915 en que se murió nuestro venerable padre y jefe.

- 30) *En estos años las operaciones fueron creciendo y las relaciones importantes que sosteníamos con los fomentadores de las Rías bajas y otros motivos empujaron a los Gerentes a la fundación de nuestra sucursal de Villagarcía de Arosa, creada en 1910. Se pretendía defender las posiciones adquiridas en tantos años de trabajo más bien que buscar nuevos horizontes.*
- 31) *En el año 1913 fue extraordinaria la afluencia de emigrantes que regresaban a España, unos para instalarse definitivamente en su patria otros para pasar una temporada. Con este ingreso de personas a Galicia venía el ingreso de dinero y por cientos se presentaban a cobrar todos los días en nuestras ventanillas giros que traían de Argentina, de Brasil y especialmente de Cuba. De no haberse declarado la guerra europea, al poco tiempo hubiera sido una era de gran prosperidad. No obstante recogimos gran fruto de aquellos momentos pues muchos de nuestros paisanos no pudieron regresar y emprendieron negocios en su país natal.*
- 32) *El cambio de monedas extranjeras en cheques, billetes y monedas de oro comenzó con bastante importancia en este año de 1913 continuando en todo el período bélico y postbélico.*
- 33) *Fueron tiempos de grandes progresos en la industria pesquera y originó este desarrollo la concesión de muchos créditos y algunos muy importantes que nos dieron por largo espacio no pocas preocupaciones y temores. Afortunadamente muchos de ellos se aseguraron con fincas rústicas y urbanas, que no cubrieron en muchos casos la totalidad e los saldos deudores. Hubo, no obstante, importantes compensaciones con las ventas de labradíos y pinares verificadas en época reciente y sobre todo, aunque esta partida no procedía de conservas pero sí de negocios análogos, la hipoteca de barcos mercantes que pesaron a (sic) nuestro activo por adjudicación del crédito de una casa que dio en quiebra. Como en el año 1914 estalló la guerra europea dio lugar este suceso tan trágico a la elevación de los fletes y sobre todo tomaron tal valor los barcos que los vendimos con gran utilidad cobrando tantas veces el importe en que nos habían sido adjudicados que no tuvimos negocio más brillante hasta el presente. Sobre este asunto y sobre otras incidencias no es oportuno dar detalles pero es curioso anotar como este negocio vino providencialmente a nuestras manos, pues teníamos especial interés y era deseo de nuestro padre vender los barcos a quién los quisiera por solo el valor del crédito y, a pesar de que concurrieron a la subasta algunos navieros de fuera de la región, nadie quiso cubrir el tipo desinteresado que se había puesto.*
- 34) *Fuerte impresión produjo el gran conflicto bélico que hasta entonces resultaba el mayor de la historia. Fondos que teníamos en el extranjero nos fueron reem-*

bolsados con gran dificultad por lo que respectaba a Francia, no así Inglaterra que nos reintegró todo cuanto le pedimos. Los Bancos franceses se acogieron a la moratoria que les concedió su gobierno y con ello se produjo una contracción monetaria que afectó a España, pero particularmente a los que teníamos importantes sumas en el Mercado parisién. Esto se agravó con la suspensión de pago de los cupones de los Empréstitos de las Repúblicas Americanas emitidos en libras. Aunque de tiempo inmemorial nuestro padre había dividido el riesgo de inversiones entre valores nacionales y extranjeros y había recomendado la misma política a sus clientes, el público, sin embargo, halagado por el mayor interés que producían los títulos del exterior, había convertido gran parte de sus ahorros en esta clase de deudas. Adicta la clientela supo soportar y comprender que por nuestra parte hacíamos cuanto nos era posible para cobrar los cupones en alguna parte. Varios de los Empréstitos eran Diplomáticos y por tanto se podía acudir a varias capitales europeas, pero la guerra corrió por todo el continente y hasta Suiza, en cierto modo, quedó bloqueada, con lo que se complicaron las transferencias internacionales y en unos años no se percibieron los réditos de los títulos extranjeros. Este contratiempo se salvó porque los tenedores eran poseedores, a la vez, de valores españoles y generalmente terratenientes y agricultores que veían acrecentadas las cotizaciones de sus productos.

- 35) *También dentro de nuestra zona tuvimos que restringir los créditos y pedir letras que pudieran ser descontadas, libradas y aceptadas por nuestros deudores. No se trataba solamente de salvar el momento sino de prevenir el futuro. Quienes no habían presenciado las horribles catástrofes que conmueven a la humanidad actualmente, era natural que viesen con pánico indescriptible el comienzo de la guerra europea, anunciada en tantos años de paz, sí, pero de continuo y ascendente rearme de las principales naciones del mundo.*
- 36) *Don Olimpio, que venía decayendo desde la muerte de su esposa, se vió más deprimido en esta época por dos desgracias; una de carácter familiar, la desaparición de su hijo más joven, que levaba su nombre, y fué devorado en pocos días por una terrible fiebre, falleciendo el 7 de Agosto de 1914; y otra de carácter mundial, la gran guerra europea que en aquel mismo mes invadía muchas naciones.*
- 37) *Aun seguía atendiendo con su habitual amabilidad a sus antiguos amigos y clientes, poco a poco cedía el trabajo a sus hijos y empleados; y sin especial afección se le vio perder energía y agilidad en principios del año 1915. Por eso sorprendió mucho que un ataque cerebral extinguiese su vida en el día 7 de Marzo de dicho año.*
- 38) *Conforme a la previsión expresada en una cláusula de la estructura de constitución de “Olimpio Pérez e Hijos” fue suficiente que, reunidos los Gerentes, declarasen por acta notarial que habiendo fallecido Don Olimpio pasaba a denominarse desde entonces la casa, “Hijos de Olimpio Pérez” y así se hizo público por nuestra circular del 20 de marzo.*

- 39) *En 1º de enero de 1916 pasaron a Gerentes también nuestros hermanos Santiago y Miguel, dándolo a conocer por circular el mismo día. Por desgracia, nuestro querido hermano Santiago apenas si llegó a la plenitud de su ejercicio, pues en 17 de julio de 1916 entregó su alma a Diós, víctima de un terrible accidente.*
- 40) *Esta etapa es, por reciente, la que está en la memoria de todos. No obstante, hemos de hacer alusión a unos cantos sucesos, algunos de ellos desagradables por cierto.*
- 41) *Al subsanarse los inconvenientes de la guerra y posguerra, vimos crecer grandemente las cifras de nuestro Balance y el movimiento general ascendía extraordinariamente y en los giros de América alcanzamos el máximo en los años 1919, 1920 y 1921. Luego la crisis de Cuba inició un descenso en este importante capítulo no recuperado todavía en los momentos actuales. Proporcionado a tal ingreso de dinero extranjero crecieron los depósitos de Libretas y las inversiones en títulos, aumentando también de este modo los Resguardos de valores nominales de nuestra clientela. La compra-venta de oro tuvo un gran movimiento en los ejercicios 1917 y 1918 y siguientes, llegando a circular a la par las monedas de España. Lamentamos con este motivo no poder exhibir el monetario que tenemos depositado en el Banco de España, de Madrid, en cumplimiento de disposiciones oficiales.*
- 42) *En el año 1921 se presentó una crisis local, a causa de determinadas quiebras, que nos trajo gran trastorno y preocupación que salvamos fácilmente. Más dura fue la campaña insidiosa y concreta contra nuestro crédito del año 1925, pues en toda la historia de la Casa no se recuerda nada análogo. Por providencia de Dios, nuestros propios elementos y la cooperación de todas clases aportada por amigos y casas comerciales, triunfó en lance tan desagradable nuestra Casa.*
- 43) *Como consecuencia de liquidaciones de estas quiebras y por haber adquirido en el año 1918 la casa número 14 de Cervantes, hoy reedificada, formamos el actual bloque urbano que ocupa casi toda la plaza y donde tenemos instaladas las oficinas y viviendas de muchos familiares.*
- 44) *En el año 1917 vendimos los barcos “Arosa” y “Vigo” que, como decimos anteriormente, nos dieron el negocio más lucrativo hasta el presente. En otras participaciones tuvimos que esperar pacientemente la coyuntura y hoy hemos recogido el fruto de nuestras inquietudes de otros tiempos. En el libro de estadística podemos ver las evoluciones de los distintos negocios, algunos, muy pocos gracias a Dios, totalmente perdidos y otros en plena producción y con brillante porvenir.*
- 45) *Figuran entre los que hoy producen: Minas de carbón en las que hemos interesado un capital considerable. Se han liquidado favorablemente Carbueros de Arcade, Minas de Silleda y otros de menor cuantía. También hemos recibido de las conservas importantes beneficios y de los diversos negocios de Valverde y Compañía. En vagones frigoríficos hemos sacado un magnífico resultado. Es-*

pecial mención merecen los asuntos eléctricos porque algunos, por ejemplo la “Sociedad General Gallega de Electricidad”, han dado dividendos apreciables y además como su cotización ha sido elevada y con el derecho de suscripción que se ha concedido, según norma corriente en los últimos años, a los antiguos accionistas y a la par, produce un beneficio notable. En este aspecto hemos tenido también utilidades extraordinarias (a las que hemos de añadir el seguro de suscripción e las ampliaciones) con la participación elevada que tomamos en la constitución de FENOSA. Según el augurios de todos los técnicos, será esta empresa una de las más remuneradoras de España por el precio mínimo a que se obtendrá cada caballo instalado. Por otra parte su administración será económica y fácil ya que venderá a los distribuidores y por tanto tendrá pocos clientes y solventes todos.

- 46) *Otras empresas de indole varia en lasque tenemos parte, ofrecen ahora buén aspecto y es de esperar que produzcan en breve; tales como la “Constructora Ferroviaria”, “Metrópolis, Compañía de Seguros”, “Hotel Compostela” y “Fuerzas Electroquímicas”.*
- 47) *En Valores varios tenemos participaciones de menor cuantía que casi sin excepción han salido bién. Por su poca cuantía y por su número, unas 35 clases, no las mencionamos y solamente por ser propias para la cartera de una Banca citaremos las acciones del Banco de España, del Banco de Crédito Local de España y las del Banco Exterior de España, en todas las cuales y particularmente en este última entidad hemos recibido un nterés muy remunerador pero sobre todo con la elevación de la cotización tenemos un margen grande de utilidad.*
- 48) *Claro está que en todas las épocas de la Casa y cuanto más se ha perfilado su tipo bancario en mayores cifras nos hemos interesado. Se ha participado siempre en cantidades muy crecidas en los empréstitos del Estado y, como es natural, casi el cuarenta por ciento de nuestro activo está constituido por valores llamados de padre de familia. Nuestro carácter de empresa particular nos ha dado una flexibilidad de actuación que no tienen los grandes Bancos, pero no hemos abusado de esta libertad y hemos frenado muchas veces nuestra iniciativas por responder a nuestra solvencia y liquidez. Si ello nos ha restado utilidades y acaso, por momentos, sufrimos críticas de poco emprendedores, nos ha llenado de prestigio profesional y nos ha dado fama de prudentes. Si alguna vez hemos ido a alguna operación de riesgo lo hemos hecho en pequeña cuantía y parece que Dios nos hizo ver que era camino equivocado aun en pequeñas proporciones, porque afortunadamente hemos perdido la totalidad de nuestras aportaciones y nos sirvió de norma para no repetir la suerte. Cuando en los años de la guerra europea se especuló tanto con los marcos, tuvimos siempre cuidado de cubrir las posiciones de los clientes, y así tuvimos tranquilidad y cumplimos nuestro deber profesional, aunque hayamos dejado de ganar mucho dinero.*
- 49) *Como antes decimos, a excepción del giro de América todos los títulos han aumentado en proporciones admirables y sobre todo nos complace ver que hemos*

hecho un aumento muy grande en cuentacorrentistas a la vista, en libretas a plazo y en depósitos de valores.

- 50) *Varios de los negocios en que hemos tomado parte y de los que ya se ha dicho algo, tenían carácter social, y por tanto no se interrumpiría la tradición de coadyuvar la Casa a obras destinadas al beneficio público. Pero, además, lo mismo particularmente los socios que la Entidad, han trabajado y cooperado económicamente en diversas actividades sociales y de sana política. Así, hemos contribuido para la fianza de la carretera a Carballo; para la fundación de la Caja Regional Gallega del Instituto Nacional de Previsión; para la Casa de Ejercicios; para el Seminario, para la Archicofradía del Santo Apostol y para otras muchas Asociaciones de tipo religioso y benéfico. Y de un modo especial hemos cooperado con donativos de muchas clases y con el oro de nuestras cajas y de nuestras alhajas al Gran Movimiento Nacional. No es este el lugar de detallar todos los sacrificios de sangre a que hemos contribuido con todos los varones de las familias que estaban en edad competente, porque tratamos de una entidad bancaria y otros muchos abnegados españoles han dado su sangre y su vida a esta noble tarea. Sin embargo, nos parece oportuno hacerlo constar como demostración de que, lo mismo nuestros antecesores que los que hoy componemos esta entidad, hemos puesto siempre los intereses materiales a aquellos otros intereses espirituales que nuestra fe de católicos y españoles nos obliga a defender primordialmente.*
- 51) *Como complemento de estas breves notas y con la elocuencia que dan siempre los números, se encuentran una colección de estados comparativos formados en muchos años, datos muy curiosos del movimiento de las cuentas principales.*
- 52) *Además, los libros de contabilidad, el libro de Actas y los registros de giros, efectos negociados y otros documentos aportan tanta luz a la marcha siempre progresiva de nuestra Banca que huelga exponer aquí más detalles, por otra parte reservados.*
- 53) *Sí hemos de decir, puesto que se deduce de los estados que trimestralmente publica el Consejo Superior Bancario, y, como síntesis de nuestra situación comparada con los otros Bancos y Banqueros que, midiendo la importancia de cada entidad inscrita por el volumen de sus Balances, ocupamos entre los 104 bancos anotados el número de orden 37 desde hace más de 3 años; atendiendo solamente a los bancos locales, de 81 ocupamos el 6º puesto. Finalmente, entre las bancas que son Sociedades Regulares colectivas o particulares, entre 39 anotadas ocupamos el puesto 3º.*
- 54) *Al llegar la fecha de celebrar nuestro Centenario, según nuestra tradicional costumbre hacemos resaltar nuestro agradecimiento en primer lugar a Dios Nuestro Señor y en segundo término a nuestros Fundadores, a nuestros empleados, a nuestros clientes y amigos, más especialmente a aquellos que en momentos difíciles, confiando en nuestro honor y en nuestro trabajo, prestaron su ayuda*

moral y material a la Casa. Por el eterno descanso de los que han fallecido y en tantos aspectos coadyuvaron con nosotros, se aplican sufragios y limosnas en diferentes iglesias de Santiago. También para la felicidad espiritual y temporal de los que hoy componemos esta Sociedad, para la de nuestros apoderados y empleados en todos los grados y por la prosperidad de las sociedades y clientes que fomentan nuestros negocios bancarios, se aplican misas y oraciones en estos días solemnes para nuestra Entidad.

- 55) *Ninguno de los presentes veremos otro Centenario, no sabemos lo que dispondrán las doctrinas y legislaciones imperantes en el mundo, desconocemos las evoluciones que tomarán las sociedades mercantiles y bancarias. Tales circunstancias nos impiden vislumbrar el porvenir de la Casa en un futuro más o menos lejano pero en cambio sabemos que hemos llegado a esta fecha memorable por la constancia de nuestro trabajo, la honradez de nuestra actuación y la unión que hemos sostenido en todas las vicisitudes, sujetándonos unas veces a la ingrata labor de calafatear nuestra nave si atacaban los temporales y otras abriendo gozosos nuestra velas al viento favorable que la empujaban en veloz carrera por el mar de los negocios.*
- 56) *En donde quiera que desenvolvamos nuestras actividades y las que en lo sucesivo ocupen a nuestra próxima generación y otras futuras, siempre podrán llevar la enseña que los Fundadores de nuestra Casa han impreso en nuestro espíritu y que hemos seguido fielmente: Honradez, Trabajo, Unión.*

LAUS DEO

VALOR E COMPOSIÇÃO DO CAPITAL LEGADO POR MANUEL PÉREZ SÁENZ

Acervo hereditário de Manuel Pérez Sáenz, falecido em Santiago, 12-III-1880.
O testamento fora outorgado perante o notário Jacobo Andrés Cabo no dia 13-II-1850

Relaçom patrimonial 1880		Valores em reais de velhom		Pesetas	Liquida- çom
Metálico		492.236	11,9	123.059	123.059
Joias	54 talheres				
	2 colherons				
	6 colherinhas				
	6 copos				
	@374/4. de peso total da baixela	22.340	0,5	5.585	5.585
	36 cuitelos		7.480		
	2 trinchantes		1.630		
	1 cuitelo				
	colherinhas		380		
	2 candelabros		2.400		
	3 candelabros		800		
	1 bandeja, candeeiro, paliteiro		1.460		
	1 estojos com 12 talheres, refrescos		800		

APÊNDICE 2.1

1	pulseira e três médios adereços	ouro e diamantes	1.370		
1/2	adereço	prata e diamantes	520		
1	par de brincos	ouro, brilhantes e pérolas	340		
1	relógio e corrente para senhora	ouro	750		
2	relógio e corrente para home	ouro	1.100		
5	pares de brincos		640		
1	rosário	ouro	600		
3	rosários	prata	70		
2	pares de botons de punho, de botons e 1 colar		200		
2	anéis	ouro e brilhantes	1.080		
8	anéis		420		
2	relicários e ...	prata	300		
Efeitos públicos			689,692	16,7	172.423
100	Obrigações Tesouro	n. 2000 q. 97,8%	195.600		
110	Bonos Tesouro	n. 2000 q. 94,9%	208.780		
	Títulos Déveda Pública 3% interior	q. 16,25%	40.300		
	Títulos Déveda Pública 2% amortizável interior	q. 37,40%	96.492		
	Títulos Déveda Pública 2% amortizável exterior	q. 40,00%	43.200		

Mobiliário	Títulos Caminhos de ferro	q.34,500%	80.040	11.726
	Açoens Carreteras Abril (?)	q.79,00%	25.280	
	1 sofá de mogno e damasco carmesim		3.000	1,1
	18 cadeiras de mogno e damasco carmesim		1.780	
	5 espelhos com moldura dourada		800	
	2 consolas com mármore		2.000	
	1 guarda-louças de mogno		1.000	
	2 cómodas de mogno com mármore		560	
	2 lavabos com mármore		400	
	1 relógio com caixa de mogno		400	
	2 mesas de jogo de pau-santo			
	1 cama da mogno			
	2 camas de nogueira		940	
	4 camas de ferro		600	
	4 armários			
	1 crucifixo com fanal			
	3 crucifixos de flores de (...)			
	5 crucifixos com imagens			
	2 púcaros		2.150	
	1 jogo de bandejas e cafeteira		130	
	1 caixa em madeiras diversas com insectos do Brasil		400	

2	veladores, umha mesinha, um sofá de cerejeira	500
34	tapetes e cuspeiras	360
	quadros	500
48	cadeiras de palha e umha poltrona de guta-percha	320
5	mesinhas de cabeceira	300
12	mesas	240
1	mesa <i>elástica</i> para sala de jantar	320
1	<i>peso de cruz</i> com as suas pesas de ferro e 2 romanas	500
1	baixela de porcelana fina, outra de uso, serviço de cristal	1.300
1	máquina de coser	360
701	varas de ferro galego	4.206
302	varas de <i>estopinha</i> galega	1.208
32,5	varas de ferro de 10 palmos de largo	136
21,5	varas de ferro burgaziel	86
95	varas de lenço galego	475
78,5	varas de tecido de fio	628
72	lençóis de cama em folha de ferro galego, 72 id. (...)	4.320
20	jogos de cama grandes e (...) bordados	1.600
24	lençóis de cama em uso	480
5	jogos de cama com rendas	300

6	jogos de cama, vários tipos	240
37	lençóis, vários tipos	560
74	toalhas, vários tipos	300
3	atoalhados adamascados	400
4	atoalhados <i>de gusanillo</i>	200
8	toalhas de mesa e 51 guardana- pos, em uso	180
24	fronhas para almofadons e almo- fadas	192
15	cobertores de diversos tipos	1.200
21	cobertores e umha manta de viagem	840
3	colchons de molas e 12 de lá e cerdas	1.200
6	enxergons	48
2	jogos de cama	140
168	varas de lenço galego	1.008
2	pares de candelabros de metal	240
1	candeiro de teto em bronze e cristal	200
5	candeiros a petróleo e um can- deiro	80
4	caldeiras, umha çacarola de cobre e demais utensílios de cozinha	1.300
13	candeiros, três palmatórias, dous braseiros e um aquecedor	200
3	baús, um toucador e quatro gomis	280

77	libras de linho galego fiado	616			
	1 cofre de ferro	2.000			
	1 secretária em mogno	500			
	1 papelêira em mogno	500			
	1 mesa de escritório	80			
	caixinha de mogno em forma de cômoda	100			
	1 sofá, banquetas e outros utensílios de escritório	400			
	1 Dicionário de Comércio, idem geográfico de Madoz				
	Hª Espanha de Lafuente, outras obras e vários mapas	1.200			
	jogos de colgaduras para varandas e janelas	400			
Navegaçom		15.000	15.000	0,4	3.750
3/4 <i>quechemarim Manuel</i> , matrícula de Muros			547.561	13,2	136.890
Bens raízes	Casa nº 16 moderno, 7 antigo, da Praça de Cervantes	120.000			
	Casa nº 14 moderno, 5 antigo, da Praça de Cervantes	120.000			
	Casa nº 2 da Rua de Altamira	80.000			
	Casa nº 3 da Rua de Altamira	80.000			
	Casa nº 4 da Rua de Altamira	80.001			
	Armazém A Factoria, S. Jiám de Requeixo, Valga	60.000			

**Liquidação da herança de Manuel Pérez Sáenz,
Santiago 24-3-1881**

Património liquidado	Rs. Vn.	Pesetas	%
Metálico	492.236	123.059	11,9
Joias	22.340	5.585	0,5
Efeitos públicos	689.692	172.423	16,7
Móveis	46.903	11.726	1,1
3/4 <i>Quechemarin</i> “Manuel” de Muros	15.000	3.750	0,4
Bens de raiz	547.561	136.890	13,2
Créditos e aççõs	2.321.236	580.309	56,1
Total património	4.134.968	1.033.742	100,0
Património prévio às 2 ^{as} núpcias	1.521.215	380.304	36,8
Bens comuns 2 ^a núpcias com Ramona García Pérez	2.613.752	653.438	63,2
Total património	4.134.967	1.033.742	100,0
Património prévio às 2 ^{as} núpcias		380.304	36,8
Metade dos bens comuns do casal		326.719	31,6
Capital próprio legado	2.828.091	707.023	68,4
B.I. bens imóveis gravados		136.890	
B.I. bens móveis gravados		881.376	
Capital comum alheio ao reparto		-326.719	
Matéria colectável		691.547	
Liquidação, 1%		6.915,47	
Legado, Lucía Pérez Sáenz	250	10,00	
Legado, María García Pérez e irmãs	200	11,00	
Legado, criados	50	5,00	
Imposto de sucessõs e legados	500	6.941	7,441
Herança dos três filhos vivos		699.581	
Património à morte de M ^a Antonia Arijón		227.277	32
Património acrescentado até o 2º matrimónio		153.027	22
Património <i>acrescentado</i> durante o segundo matrimónio		653.438	
Património <i>próprio</i> acrescentado no 2º matrimónio		326.719	46
Massa ilíquida da herança		707.023	100

Legados		500	0,1
Impostos		6.941	1,0
Massa líquida para os três filhos		699.581	98,9
Massa distribuída		707.023	100





APÊNDICE 2.2

DIFICULDADES ECONÓMICAS NA GALIZA EM FINAIS DO ANO DE 1914

Revista de Economía y Hacienda, 10 de outubro de 1914, páginas 970, 971.

Sección financiera.

El conflicto económico en España.

La situación en Galicia.

Uno de nuestros suscritores, que ocupa una posición preeminente en los negocios de Galicia, ha tenido la atención, que agradecemos, de enviarnos las siguientes notas acerca de la repercusión del conflicto europeo en la región gallega, que ofrecemos con interés.

Crisis de crédito- La declaración de guerra produjo en esta región trastornos y daños, quizá mayores que en otras, a pesar del silencio con que se sufren sus efectos.

El pánico y la alarma, exagerado e irreflexivo, hizo acudir en avalancha sobre las ventanillas de las Casas de banca, Cajas de Ahorro y Agencias que tiene establecidas los Bancos Español de Crédito, Hispano-Americano y Río de la Plata, a cuantos tenían en ellos mil pesetas disponibles, pasando los fondos rápidamente en parte al Banco de España y el resto a las gavetas de sus dueños, dejado así inutilizados a los Bancos para funcionar y en moratoria de hecho.

Por la misma causa no se pueden negociar los cheques que en la Banca regional recibe de América sobre Londres y París, para reembolsarse de las letras que pagan por cuenta de los Bancos de Ultramar, por valor de muchos millones de pesetas. Faltando este ingreso y retirados los depósitos, las Agencias y Casas de banca han quedado en pocos días agotadas de numerario, viéndose obligadas a pasar avisos a sus clientes y corresponsales pidiendo el reintegro inmediato de sus descubiertos y anunciando que no admiten préstamos, descuentos ni papel comercial más que al 8% y al cobro.

Ha desaparecido, pues, el crédito de la noche a la mañana, y como sin el no se puede vivir, aunque por ahora solo alcanza el trastorno a la industria y el comercio, de seguir así, las consecuencias serán terribles si no se acude con tiempo al remedio.

En esta región no existen grandes industrias ni Casas comerciales que requieran capitales de movimiento muy considerables; pero son en gran número las que necesitan de 250 a 300.00 pesetas para el desenvolvimiento normal de su negocio, que hasta ahora les ha sido facilitado por la Banca y en parte por el Banco de España; pero como aquella no está hoy en situación de seguir prestando su concurso, por las razones ya expuestas, y el Banco está limitado por sus Estatutos y organización, el número de Casas en riesgo es considerable.

Gracias a la relativa solidez de la economía regional, no ha ocurrido todavía ninguna catástrofe; pero las distancias se acortan, el peligro es inminente y urge acudir al remedio, como se ha hecho en otras provincias menos resignadas que éstas.

La industria conservera- De la importancia que esta industria ha llegado a alcanzar, puede juzgarse por los datos siguientes: pasa de cien las fábricas de conservas de sardinas y otros pescados y seguramente son más de doscientas las que preparan la sardina en salazón y la venden en tabales, dese Ribadeo a Vigo. El valor de su producción excede los cien millones de pesetas al año, exportándose más de un 60 por 100 de esta cifra a todas partes del mundo.

Esta industria transforma exclusivamente productos del país, desde la sardina y el aceite, hasta las puntas con que se clavan las cajas y los tabales; por esta razón, al amparo de esta industria se desarrollan las de fabricación e iluminación de envases, las de cajones y tabales, y un enorme tráfico comercial, todo el paralizado, porque tratándose de una industria exportadora, ni puede cobrar lo que acredita de las naciones beligerantes, ni encuentra quien le facilite numerario para seguir trabajando.

Es lamentable la precaria situación que atraviesa una industria tan digna de consideración y apoyo.

Otras industrias- Las restantes industrias, importantes por su número y diversidad, sufren también los efectos de la crisis bajo diferentes formas.

Los balnearios, que tiene aquí gran importancia, se han visto muy poco concurridos este año.

La minería, que empieza a tomar incremento en Galicia, donde por sus grandes yacimientos de hierro está llamada a adquirir extraordinario desarrollo, está en manos de Empresas extranjeras que se dedican tan solo a exportar el mineral. Por su carácter de industria de exportación ha tenido que paralizar por completo sus trabajos, encontrándose en este caso las minas de Vivero, La Rúa, San Clodio, y Monforte, y están a punto de cesar su explotación las de Villadrid, en cuyo caso el cese será total.

Navegación- La que aquí se hace en tráfico con Inglaterra, Francia, Holanda, Noruega y América sigue su curso casi normal; únicamente está interrumpida la de Alemania y Bélgica. Así es que esta industria es la que menos afectada resulta por las actuales circunstancias, en la que a esta región se refiere.

Conclusiones- Son pues, varios los factores que a consecuencia de esta guerra colosal, sin precedente, han provocado en Galicia una hondísima crisis, que sufre en silencio, con malestar y amarguras mucho mayores de lo que aparenta. Las causas fundamentales de esta crisis son los siguientes:

1. La desaparición súbita del crédito en los Bancos.
2. La falta simultánea del dinero de América.

3. La paralización casi absoluta de la industria conservera y de la minería.
4. La reducción del tráfico y, en consecuencia, del trabajo y de los jornales.

Para sortear la crisis es necesario adoptar, a mi juicio, las soluciones siguientes:

1. Que el Banco de España facilite a los Bancos y banqueros de la región y a los sindicatos que estén en condiciones para ello el numerario preciso para que puedan atender debidamente a su clientela, restableciendo la admisión de papel comercial a plazo.
2. Que sus sucursales y agencias coadyuven a esta labor procediendo con la libertad y el patriotismo que las actuales circunstancias exigen, sin recelos, temores ni trabas, porque, así por la formalidad natural del comercio de este país como por su solvencia real, no existen apenas riesgos ni aun en estos momentos.
3. Que el Banco de España admita los valores de negocios locales con garantía, aunque sea transitoriamente. Y entendemos que aunque sea temporalmente debería prescindirse de la doble firma de garantía.
4. Independientemente de las anteriores medidas, el mismo Banco, depositario hoy de casi todo el numerario existente, debería restablecer en toda la nación el crédito por medio por medio de sus Sucursales, Agencias, Bancos y banqueros, admitiendo el papel comercial hasta noventa días, como antes de la guerra, ya que el riesgo no es mayor que entonces, en lo que a operaciones nacionales se refiere; lo que sería suficiente para que el comercio y la industria pudieran continuar su marcha.

El Gobierno está en el deber de ocuparse seriamente de estos problemas, y autorizar al Banco si fuese preciso, para emitir mayor número de billetes.

El actual Ministro de Hacienda, Sr. Bugallal, es un gallego ilustre, conocedor de las necesidades de su región, y Galicia entera le deberá uno de los mayores servicios si por su iniciativa puede solucionarse la difícil situación que nos ha creado la guerra europea.

Marcelino Suárez.
La Coruña, 4 octubre 1914



APÊNDICE 2.3

FRAGILIDADE ECONÓMICA PÓS-BÉLICA: SOMBRAS DE SUSPEITA SOBRE A SOLVÊNCIA DE *HIJOS DE OLIMPIO PÉREZ S.R.C.***a) Rumores de insolvência e pedido de apoios nos meios financeiros**

Banco Sáinz.

1 Madrid 13 de Septiembre 1921

Estimados amigos: Hemos sido favorecidos por su muy atta carta confidencial del 9 del corriente y no hemos de agregar que su contenido ha merecido nuestra preferente atención, pudiendo asegurarles no hemos dado crédito por un momento a los rumores a los que aluden, que se producen siempre en cualquier Plaza cuando las suspensiones de pagos se repiten.

Buena prueba de ello es la de que, como habrán podido observar, nuestras operaciones con Vds. no han tenido ningún entorpecimiento con este motivo ni la inmejorable opinión que Vds. de antiguo nos merecen ha sido modificada en lo mas mínimo.

Gustosos lo comunicamos así en ocasión oportuna a nuestros amigos de América, reinterándonos como siempre de Vds. Muy affmos. Amigos, s.s.

Q.B.S.M Banco Sáinz
Consejero Gerente

Hijos de Olimpio Pérez

Santiago 16 de Septiembre 1922

Banco Sáinz, Madrid.

Muy Sres. Nuestros y amigos:

Formulamos la presente para dar a Vds. expresivas gracias por su carta del trece del corriente. En todo momento hemos de procurar corresponder a la confianza que nos dispensan.

Efectivamente, sus operaciones con nosotros en nada se han mermado y mucho se lo estimamos. También podrán Vds. ver que, en justa correspondencia, por nuestra parte les destinamos la mayoría de nuestros encargos.

Les saludamos afectuosamente y les reiteramos nuestra consideración personal y quedamos sus atentos s.s. y amigos q.e.s.m.

b) Estende-se a inquietação nos meios bancários

The Royal Bank of Canada

Barcelona 6 de abril 1922

Incorporated 1869

Capital paid up \$ 20 000 000

Reserves \$21 000 000

Sres. Hijos de Olimpio Pérez, Santiago.

Muy Sres. nuestros;

Desde hace bastante tiempo venimos confirmando a Vds. Un número muy importante de giros a su cargo emitidos por nuestras Sucursales en Cuba y en otros puntos de las Américas Central y del Sud.

Nuestra Oficina Central en Montreal nos ha pasado instrucciones recientemente a fin de que las libranzas sobre España sean limitadas únicamente a las que van a cargo de un número de Bancos relativamente reducido y residentes en las principales plazas, no figurando el nombre de su apreciable firma en la lista propuesta. No obstante es muy probable que nuestra Oficina no tendrá ningún inconveniente en que continuemos con el arreglo que tenemos con Vds. si es que pueden facilitarnos una información relativa a su posición financiera y lo consideraríamos como favor especial con la mas estricta confianza nos remitieran copia del último balance efectuado por Vds., detallando el Activo y Pasivo así como también el capital empleado en sus negocios.

Desde luego, esta información la acogeríamos con la debida reserva y para el uso exclusivo de este Banco.

En la espera de sus gratas noticias somos sus afms. s.s.

P.P. The Royal Bank of Canada.
Confidencial

Hijos de Olimpio Pérez

Santiago 11 de abril 1922

The Royal Bank of Canada, Barcelona.

Muy Sres. Nuestros:

Correspondemos a su grata de 6 del cte. agradeciéndole la confianza de Vs. Al pedirnos en el orden estrictamente confidencial y reservado una información relativa a nuestra posición financiera para poder Vs. Indicar a su Central en Montreal figure nuestro nombre en al restringida lista de Corresponsales que señala para las libranzas s/España.

Desde luego y por los muchos clientes que tenemos en América, especialmente en Cuba y Argentina, nos interesa que las Sucursales de esa respetable Institución continúen utilizando nuestros servicios.

Nos explicamos las dudas y recelos nacidos de la agudísima crisis económica que afecta a las finanzas del mundo y la necesidad que todos tenemos de extremar las precauciones y por eso no tenemos inconveniente en anticipar algunos datos, sin perjuicio de remitir en breve copia del Balance cerrado a 31 de Diciembre último, que estamos preparando para presentar a Hacienda y liquidar el impuesto de utilidades.

El capital escriturado de nuestra sociedad es de

Pesetas	2.000.000 (dos millones)
Pesetas	886.511,87 (ochocientos ochenta y seis mil quinientas once con cincuenta, en Reservas y Previsión)
Pesetas	1.500.000 (un millón quinientas mil, importe del capital privado de los socios, consistente en propiedades urbanas y rústicas, valores públicos e industriales y saldos en cuenta corriente. Todo ello valorado muy bajo pues podemos afirmar que excede con mucho de los dos millones).

Estas cifras han sido dadas por nosotros oficialmente a la Asociación de Bancos y Banqueros del Norte de España para cumplimiento de los preceptos de la reciente Ordenación Bancaria, habiendo ofrecido todos los datos justificantes para comprobarlas. En la Gaceta Oficial del 4 de Marzo pasado se nos otorgaron tres votos para la elección de Vocales del Consejo Superior Bancario.

Nuestra labor de setenta y cinco años, la compenetración que tenemos con nuestra clientela, como lo demuestra la cifra de valores en custodia que es de unos cincuenta millones de pesetas y la organización de Corresponsales en la Región nos permiten encarecer a Vds. que continúe nuestro nombre figurando entre los de sus Corresponsales y para que, a ser posible, nos consideren como centro para las operaciones de giro que sus Sucursales de América expidan sobre Galicia.

Reiteramos nuestra gratitud por la deferencia y quedamos a sus órdenes aftoss.s.q.e.s.m.

The Royal Bank of Canada.

Barcelona 19 de abril 1922

Incorporated 1869

Capital paid up \$ 20 000 000

Reserves \$21 000 000

Sres. Hijos de Olimpio Pérez, Stgo de Compostela.

Muy Sres. nuestros;

Nos es grato expresarles nuestra gracias por su carta confidencial de 11 del cte. en la que nos proporcionan alguna información respecto de la situación financiera de su estimada casa. Confiamos que no tendrán inconveniente en mandarnos, a su mayor comodidad, una copia de su balance al 31 de Diciembre ppdo.

Entretanto, quedamos de Vds attos s.s. q.e.s.m.

P.P. The Royal Bank of Canada.

c) Umha contraofensiva de carácter local: circular de apoio divulgada polo círculo próximo de *Hijos de Olimpio Pérez*.

(Data de circulaçom desconhecida)

Sr. D.....

.....

Sorprendidos de la injustificada alarma que en una parte del público se ha producido por consecuencia de la sórdida campaña contra una respetabilísima entidad bancaria de Santiago de indiscutible solvencia y honorabilidad, creemos deber nuestro ineludible salir al paso de la difamación siempre odiosa y perturbadora.

La honrosa historia de la casa “Hijos de Olimpio Pérez” de Santiago y Villagarcía y el concepto insuperable que nos merecen todos y cada uno de los socios que la integran, son garantía, más que suficiente, para la tranquilidad que disfrutamos todos los que, desde hace muchos años, vienen confiando sus intereses a la custodia y administración de dicha entidad, pero nos extraña que una parte de los depositantes y cuentacorrentistas, menos conocedores que nosotros de la absoluta responsabilidad de la misma, hayan prestado oídos a reticencias propagadas por personas incapaces de medir y calcular las funestas consecuencias de tales campañas, quizá con fines inconfesables.

Si algo significan para usted nuestras modestas firmas y como nosotros se considera usted obligado a restablecer el imperio de la justicia, llevando de paso la tranquilidad a aquellos de sus convecinos que, de algún modo esté ligados a la mencionada casa “Hijos de Olimpio Pérez”, encarecidamente demandamos su apoyo valioso para contrarrestar la injusta y a todas luces tendenciosa campaña –tan perjudicial para toda la región- ofreciendo a todos la seguridad y garantía de que sus intereses están salvaguardados absolutamente.

Anticipándole gracias y con toda consideración, quedamos de usted affmos. s. s. q. e. s. m.

Hijos de Simeón García y Cia., Riva Hermanos, Segundo García de la Riva, Lalinde Martínez y Cia., Domingo Carro y Cia., Ventura Villar, Daniel Sáenz de la Riva, Pedro Santos, Juan Harguindey Pérez, José Cotos, José Harguindey Pérez, Ramón Mosquera, Dolores Iglesias, Cimadevila y Porto, Ricardo Bermejo, Ildefonso Gallego, Raimundo López Pol, Andrés García Boo, Eloy Artime, Pino Rodríguez y Cia., Esteban Ceinos, Manuel Garabal, Jaime Pardo, Eduardo Fernández, Lesmes Gutiérrez, Luís Rodríguez, Ignacio Leiceaga, Manuel Neira Torrado, Peregrina Neira Torrado, Francisco Ron Mato, Felipe García y Cia., Alejandro Labarta, Ildefonso Tristán, Buján y Cia., Viuda e Hijos de Bacariza, Secundino Cebreiro, José María Carreira, Manuel Ignacio González, Gerardo Puertas, Antonio Pérez Serrano, José Vázquez Pérez, Manuel Vázquez Pérez, Andrés Mosquera Codesido, Jesús Raposo Rivadulla, Elías García y García, Antonio Rius, Jesús Gamallo, Daniel Lozano, Víctor González, José Ortiz, Eloy González, Marcelino Núñez, Modesto Daviña, Vicente Martínez, Benito Pérez Corral.

APÊNDICE 2.4

BALANÇOS DE HIJOS DE MANUEL PÉREZ.

Crescimento e reorientaçom finisseccular do negccio: 1885-1900.

Balanços sintéticos	1.885	1.886	1.887	1.888	1.889	1.890	1.891	1.892	1.893	1.894	1.895	1.896	1.897	1.900
Activo	837.941	893.587	1.227.037	1.193.181	1.414.559	1.598.068	1.572.362	1.645.451	1.836.843	2.176.653	2.219.798	2.648.765	2.302.209	3.857.374
Caixa e Bancos	227.584	206.384	353.671	199.019	184.083	86.044	136.656	172.856	145.149	334.883	133.563	131.871	133.689	277.042
Carteira	610.357	683.855	738.866	791.123	975.494	1.233.398	1.157.080	1.193.969	1.433.630	1.614.856	1.836.921	2.357.895	1.978.770	3.298.827
Efeitos a cobrar	316.361	238.339	268.766	93.132	81.203	113.009	133.531	93.279	84.229	55.240	47.841	89.381	82.348	119.020
Efeitos a negociar	42.807	92.587	55.894	48.302					21.019				26.149	
Títulos	251.189	352.929	410.637	645.286	888.641	1.117.381	1.020.542	1.097.682	1.325.373	1.559.615	1.789.080	2.268.514	1.896.422	3.153.658
Créditos			4.336	6.999						103.600	156.000	159.000	189.750	278.005
Outros activos	268.766,35	3.348	130.165	196.040	254.982	278.626	278.626	278.626	253.314	123.314	93.314			3.500
Ajustes	3.568,26								4.750					
Passivo	837.941	893.587	1.227.037	1.193.181	1.414.559	1.598.068	1.572.362	1.645.451	1.836.843	2.176.653	2.219.798	2.648.765	2.302.209	3.857.374
Capital e Fundos Reserva	250.000	268.116	275.756	283.547	289.838	295.721	298.758	304.195	312.483	263.226	273.273	285.914	324.705	383.241
Capital	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000
Reservas		18.116	25.756	33.547	39.838	45.721	48.738	54.195	62.483	13.226	23.273	35.914	74.705	133.241
Credores	493.254	527.306	898.725	821.508	1.067.644	1.177.191	1.091.706	1.156.374	1.367.290	1.725.927	1.768.059	2.147.608	1.577.322	2.823.041
Contas correntes credoras e depósitos à vista	1.421.164	1.543.848	1.499.611	1.428.070	1.632.268	1.676.877	1.706.978	1.716.772	1.950.268	2.439.426	2.406.892	3.068.022	2.578.827	2.823.041
(Contas correntes devedoras no activo)	-927.909	-1.016.542	-600.886	-606.562	-564.624	-499.685	-613.272	-560.398	-582.978	-713.499	-638.833	-920.414	-1.233.014	
Outros													231.509	
Outros passivos	94.687	98.165	52.556	88.126	57.077	125.156	181.899	184.882	157.070	187.500	178.466	215.243	400.182	651.092

<i>Efeitos a pagar</i>	94.687	98.165	52.556	88.126	46.132	81.752	116.397	158.852	110.386	149.772	178.466	200.838	340.346	506.964
<i>Efeitos a negociar</i>					10.945	20.213	9.873	6.782		4.913		14.405	16.679	
<i>Cupons</i>						23.191	55.629	19.249	46.684	32.815			43.157	84.128
<i>Ajustes</i>														
Expansom finissecular	22	23	32	31	37	41	41	43	48	56	58	69	60	100
Caixa e Bancos	27	23	29	17	13	5	9	10	8	15	6	5	6	7
Carteira	73	77	60	66	69	77	73	73	78	74	83	89	86	86
Créditos				1						5	7	6	8	7
Outros activos			11	16	18	17	18	17	14	6	4			
Activo = Passivo	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Recursos Próprios	30	30	23	24	20	19	19	19	17	12	12	11	14	10
Credores	59	59	73	69	76	73	69	70	74	79	80	81	69	73
Outros passivos	11	11	4	7	4	8	12	11	9	9	8	8	17	17

Livros Maiores de *Hijos de Manuel Pérez.*
Letras e operações cruzadas com o *Banco de España.*

Movimentos nos Maiores	1.885	1.886	1.887	1.888	1.889	1.890	1.891	1.892	1.893	1.894	1.895	1.896	1.897	1.900
Letras	1.885	1.886	1.887	1.888	1.889	1.890	1.891	1.892	1.893	1.894	1.895	1.896	1.897	1.900
Letras a cobrar														
<i>Recebidas no ano</i>	3.611.414		2.924.392	2.328.052	1.949.414	1.941.867	1.825.554	1.598.961	1.577.673	1.697.272	1.473.150	875.043	1.071.355	1.829.086
<i>Cobradas no ano</i>	3.295.053		2.655.625	2.234.920	1.868.212	1.828.858	1.692.023	1.505.681	1.493.443	1.642.032	1.425.309	785.662	989.007	1.710.065
<i>Saldo fim de ano</i>	316.361		268.766	93.132	81.203	113.009	133.531	93.279	84.229	55.240	47.841	89.381	82.348	119.020
Letras a pagar														
<i>Avisadas no ano</i>	1.040.849		1.211.603	1.479.011	1.337.956	1.418.360	1.277.677	1.607.570	1.656.405	1.987.074	1.916.727	2.040.826	2.383.565	3.117.861
<i>Pagas no ano</i>	946.162		1.159.047	1.390.885	1.291.824	1.336.609	1.161.280	1.448.718	1.546.019	1.837.302	1.738.261	1.839.987	2.043.219	2.550.897
<i>Saldo fim de ano</i>	94.687		52.556	88.126	46.132	81.752	116.397	158.852	110.386	149.772	178.466	200.838	340.346	566.964
Sucursal Banco de España.	1.885	1.886	1.887	1.888	1.889	1.890	1.891	1.892	1.893	1.894	1.895	1.896	1.897	1.900
Conta, na sucursal do <i>Banco de España</i>														
<i>Receitas no ano</i>		2.650.054	2.824.842	3.004.738	3.075.068	2.884.096	2.872.964	2.898.508	2.384.893	2.291.821	2.667.506	2.872.454	1.829.086	
<i>Disposições no ano</i>		2.348.080	2.696.628	2.924.383	3.043.953	2.808.224	2.779.871	2.824.565	2.371.193	2.242.130	2.640.334	2.853.519	1.710.065	
<i>Saldo fim de ano</i>		301.975	128.214	80.355	31.115	75.872	93.093	73.943	13.700	49.691	27.171	18.935	119.020	
	1.885	1.886	1.887	1.888	1.889	1.890	1.891	1.892	1.893	1.894	1.895	1.896	1.897	1.900



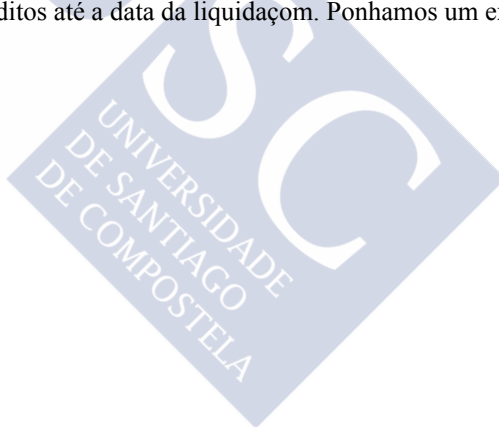
APÊNDICE 3.1

Procedimento de liquidação das contas mútuas com correspondentes e juros recíprocos: CCC, 1.907. Método Laffite.

O titular e gestor da conta mútua lançará a débito (Deve) qualquer empréstimo concedido ao seu correspondente, que há de ser finalmente satisfeito por este: “*seu giro a meu cargo: s/g m/c*”, “*a minha remessa sobre Paris: m/r Paris*”, “*o meu adiantamento em numerário: m/r numerário*”. E lançará a crédito (Haver) quaisquer adiantamentos do correspondente a seu favor, que o converte em obrigado perante o mesmo: “*meu giro ao seu cargo, m/g s/c*”, “*a sua remessa sobre Santiago: s/r Santiago*”, “*a sua entrega: s/ entrega*”

As regras do negócio exigem, como é natural, cobrar os juros correspondentes aos montantes adiantados por cada parte, salvo acordo em contrário.

O *método directo* de liquidação consiste no procedimento habitual de capitalização do fluxo de débitos e créditos até a data da liquidação. Ponhamos um exemplo:



Liquidação de conta corrente recíproca: método directo							
Débitos				Créditos			
Data	Dias restantes: di	débitos: qi	$\Sigma(qi*di)$	Data	Dias restantes: di	créditos: qi	$\Sigma(qi*di)$
01-01-01	180	100	18.000	17-01-01	164	250	41.000
03-01-01	178	25	4.450	28-01-01	153	542	82.926
17-01-01	164	150	24.600	10-02-01	140	20	2.800
31-01-01	150	500	75.000	13-02-01	137	75	10.275
07-02-01	143	34	4.862	21-02-01	129	546	70.434
12-02-01	138	20	2.760	03-03-01	119	58	6.902
25-02-01	125	125	15.625	11-03-01	111	12	1.332
07-03-01	115	73	8.395	08-04-01	83	97	8.051
18-03-01	104	346	35.984	15-04-01	76	286	21.736
22-03-01	100	964	96.400	30-04-01	61	400	24.400
08-04-01	83	4	332	04-05-01	57	785	44.745
17-04-01	74	246	18.204	06-05-01	55	59	3.245
26-04-01	65	43	2.795	08-05-01	53	14	742
02-05-01	59	18	1.062	24-05-01	37	32	1.184
07-05-01	54	9	486	15-06-01	15	432	6.480
13-05-01	48	38	1.824	18-06-01	12	21	252
19-05-01	42	300	12.600	19-06-01	11	735	8.085
04-06-01	26	66	1.716	28-06-01	2	63	126
20-06-01	10	93	930				
30-06-01		3.154	326.025			4.427	334.715
Taxa: j = 0,05		Juros: (j/360)* Σ - qi*di	45,28	Taxa: j = 0,05		Juros: (j/360)* Σ - qi*di	46,49
Saldo capitais (a creditar):		1.273	1,21	Saldo juros (a debitar):			
Verificação:		4.427	45,28			4.427	45,28

Nota: *di* representa os dias que faltam para a data de liquidação final prefixada.

O procedimento directo tem a seu favor a transparência operativa inerente a qualquer operação da capitalização. O seu inconveniente reside em que requer a fixação prévia de uma data final predeterminada para a liquidação dos saldos de capitais e juros. O correspondente banqueiro não pode proceder sem notável embaraço técnico ao encerramento antecipado e liquidação da conta recíproca em qualquer momento, à vontade. As técnicas contabilísticas usuais ofereciam melhores alternativas. Uma delas era a conhecida como *método de Laffite*, que foi utilizado normalmente por Olímpio Pérez e os seus sucessores. O referido método, permite superar as limitações impostas pelo procedimento directo mediante a oportuna alteração da escala temporal, consistente em estabelecer a contagem de dias *a partir da data do primeiro assento*, introduzindo no final um procedimento de restauração do esquema de liquidação directa que constitui o fundamento.

Ilustremos o procedimento com o mesmo exemplo anterior.

Liquidação de conta corrente recíproca: método indirecto ou de Laffite							
Débitos				Créditos			
Data	□i	débitos: qi	Σqi*δi	Data:	□i	créditos: qi	Σqi*δi
01-01-01	0	100	0	17-01-01	16	250	4.000
03-01-01	2	25	50	28-01-01	27	542	14.634
17-01-01	16	150	2.400	10-02-01	40	20	800
31-01-01	30	500	15.000	13-02-01	43	75	3.225
07-02-01	37	34	1.258	21-02-01	51	546	27.846
12-02-01	42	20	840	03-03-01	61	58	3.538
25-02-01	55	125	6.875	11-03-01	69	12	828
07-03-01	65	73	4.745	08-04-01	97	97	9.409
18-03-01	76	346	26.296	15-04-01	104	286	29.744
22-03-01	80	964	77.120	30-04-01	119	400	47.600
08-04-01	97	4	388	04-05-01	123	785	96.555
17-04-01	106	246	26.076	06-05-01	125	59	7.375
26-04-01	115	43	4.945	08-05-01	127	14	1.778
02-05-01	121	18	2.178	24-05-01	143	32	4.576
07-05-01	126	9	1.134	15-06-01	165	432	71.280
13-05-01	132	38	5.016	18-06-01	168	21	3.528
19-05-01	138	300	41.400	19-06-01	169	735	124.215
04-06-01	154	66	10.164	28-06-01	178	63	11.214
20-06-01	170	93	15.810				
30-06-01	180	3.154	241.695			4.427	462.145
<i>Correcção por datação indirecta:</i>			567.720	<i>Correcção por datação indirecta:</i>			796.860
180*Σqi				180*Σqi			
Σki*di			326.025	Σki*di			334.715
Taxa: j = 0,05	Juros: (j/360)*Σ- qi*di		45,28	Taxa: j = 5%	Juros: (j/360)*Σ- qi*di		46,49
Saldo capitais: (a creditar)	1.273	1,21		Saldo juros: (a debitar)			
Verificação:	4.427	45,28			4.427	45,28	

Nota: δi representa os dias decorridos desde o do primeiro assento, que se toma como base.

O fundamento algébrico do método Laffite é simples. No procedimento de cálculo directo, os juros correspondentes a débitos ou créditos obedecem à fórmula de capitalização de cada assento:

$$\text{Juros} = \sum(qi \cdot di \cdot j / 360) = (j / 360) \cdot \sum(qi \cdot di).$$

Sendo $(j / 360)$ o tipo de juro diário a aplicar a cada assento.

Se supomos umha sequência de liquidações semestrais, como era prática habitual, partiremos da identidade:

$(d_i + \delta_i) = 180$, que equivale a constatar que, para cada data particular, o número de dias contados desde a abertura da conta mais os dias que faltam até o dia final do semestre soma sempre 180.

Em consequência:

$$(j/360) * \sum(q_i * d_i) = (j/360) * \sum q_i * (180 - \delta_i) = (j/360) * [180 * \sum q_i - \sum(q_i * \delta_i)]$$

Em suma, o procedimento Laffite consiste em efectuar o apuramento por *dias decorridos* mediante o artifício final de calcular a expressom $[180 * \sum q_i - \sum(q_i * \delta_i)]$ que restitui a pretendida fórmula de cálculo $\sum(q_i * d_i)$:

$$\text{Juros} = (j/360) * [180 * \sum q_i - \sum(q_i * \delta_i)]$$

Surpreende o esforço de cálculo que vinham obrigados a executar os estabelecimentos bancários para poder subministrar aos seus correspondentes o apuramento dos juros vencidos e liquidar a conta na data prefixada ou em qualquer outra requerimento pola outra parte. O resultado dos cálculos era remetido ainda para a sua comprovação aos correspondentes interessados. A caligrafia, o respeito pelo algoritmo contabilístico e a precisom no cálculo aritmético eram instrumentos indispensáveis do negócio em qualquer estabelecimento bancário da época. Nom podemos deixar de nos admirarmos hoje pola precisom e diligência exercitada no minucioso processo registal e liquidatório.

APÊNDICE 3.2

A rede de correspondentes de Olímpio Pérez em 1907

O exame pormenorizado dos dous volumes que compreendem as CCC do ano 1907 constitui a base documental do capítulo terceiro da presente tese que tem como propósito estabelecer a estrutura de relaços da casa Pérez num ano como este que pode ser considerado como representativo da madureza do banco sob a administração de Olímpio Pérez. A relação completa de correspondentes do banco de Olímpio Pérez remete-nos aos dous volumes intitulados “*Cuentas Corrientes con Corresponsales. Año de 1907. Tomos I e II*”. Contámos 318 correspondentes no referido ano, de muito diversa categoria.

Cada conta -correspondente particular- ocupa fôlio duplo para registar os respectivos débitos e créditos. A organização do livro de CCC nom segue qualquer classificação lógica, limitando-se esta à abertura de contas sucessivas para cada um dos correspondentes ou as suas diversas contas sem ordem aparente, prosseguindo o registo fôlios mais adiante à medida em que se esgota o espaço inicialmente previsto. A ordem dos registos adicionais ano adiante segue, inevitavelmente, um padrom aleatório. A ausência de qualquer sistemática na organização das contas dificulta notavelmente a sua consulta. O procedimento, justificado com toda probabilidade por imperativo de economia de espaço, nom só dificulta a leitura actual dos livros senom também a gestão administrativa no seu momento como demonstra a presença entre as páginas do livro de CCC de autênticos guias de navegação através dos dous volumes que compoem o registo completo do ano.

A fim de procedermos a umha apresentação adequada da informação contida, útil para a sua análise, decidimos transcrever a informação constante no livro segundo do ano de 1907, que recolhe o movimento anual íntegro da totalidade dos assentos Deve e Haver que têm de ser transferidos para o livro-maior mediante o procedimento contabilístico de somas e saldos. Posteriormente procederemos a classificar a totalidade dos correspondentes segundo tipologia pertinente para a melhor compreensom da rede de relaços da casa Pérez nos inícios do século XX. A tal fim, decidimos optar pola segmentação tipológica que achamos mais ilustrativa: Galiza (banca, sociedades, particulares), Resto do Estado (banca, sociedades, particulares), Resto do Mundo (banca, sociedades, particulares). Posteriormente, procedemos a ordenar as contas por ordem decrescente do volume anual movimentado por cada correspondente. Para efeitos de ordenação e quantificação, demos preferência aos movimentos devedores (crédito concedido pola casa aos seus correspondentes: D, embora seja necessário assinalar a estreita correlação existente entre movimentos devedores e credores.

Os comentários que julgamos pertinentes para cada conjunto de correspondentes fôrom objecto de comentário no capítulo III.

Consignamos a continuação a relação completa de correspondentes ordenados segundo o critério tipológico exposto.

TIPOLOGIA DAS CCC DO ANO 1907

Débitos no ano		Galiza	Resto Espanha	Mundo
Banca espanhola	5.387.894	1.999.109	3.388.785	
Banca estrangeira	6.154.542		2.848.125	3.284.968
Sociedades	2.442.930	1.268.712	1.174.218	72
Particulares	6.324.812	6.244.600	80.211	21.377
	20.310.178	9.512.422	7.491.339	3.306.417

Contas implicadas		Galiza	Resto Espanha	Mundo
Banca espanhola	48	12	36	
Banca estrangeira	27		4	23
Sociedades	48	26	20	2
Particulares	188	162	18	8
	311	200	78	33

É preciso pontualizarmos que as contas implicadas nas operações com correspondentes se reduziram em quatro caso não termos incluídas as sucursais bancárias da banca estrangeira operante em Espanha. Também é pertinente apontar que reduzimos apenas a quatro as contas dos bancos estrangeiros com sucursal em Espanha embora as contas efectivamente consignadas no livro das CCC de 1907 ascendem a onze por causa das diversas cidades da geografia espanhola em que a banca internacional contava com sucursais ou pelas diversas modalidades das contas implicadas: “m/c” (a minha conta na sua sede), “s/c” (a sua conta na minha sede). A inclusom destas variantes incrementaria o número de contas do ano 1907 em mais sete, até totalizar 318.

Procedemos agora a apresentar a listagem dos correspondentes de Olímpio Pérez da Galiza, no resto do Estado e no resto do mundo separando à parte as contas de correspondência da banca estrangeira operante em Espanha.

CORRESPONDENTES DE OLÍMPIO PÉREZ EM 1907

Galiza		Deve	Haver	Localizaçom
Hijos de Francisco Deza	B	600.723,53	535.328,52	Vila-Garcia
José Riestra, s/c	B	468.778,64	482.939,74	Ponte Vedra
Luis G. Reboredo Isla	P	369.121,60	440.254,81	Vila-Garcia
Habilitación del Clero	P	418.930,99	418.930,99	Santiago
Entregas de Subalternos de Tabacos	P	376.192,12	376.192,12	Santiago
José Martínez Fernández y Hno	S	307.824,43	347.390,05	Ribeira
Banco de Vigo	B	327.869,47	344.135,84	Vigo
Sucesores de Viuda e hijos de José Sierra	P	290.968,60	325.474,29	Ponte-Cesures
Abelardo Mieites Gómez	P	77.285,02	303.822,77	Póvoa
Emilio Colomer	S	214.068,88	259.962,49	Ribeira

Galiza		Deve	Haver	Localizaçom
Sobrinos de José Pastor /cta	B	247.983,19	242.707,95	Corunha
Manuel Lojo Gelpi	P	237.014,76	215.117,10	Póvoa
Sobrinos de José Pastor, m/cta	B	185.292,01	197.760,63	Corunha
Enrique Codesido	P	161.028,75	166.318,94	Santiago
Viuda de F Barreras Centrich	P	147.648,09	165.045,36	Póvoa
Andrés del Rio Ferrer	P	135.932,74	159.628,49	Ribeira
Ramón García Mouriño	P	94.132,26	149.960,23	Santiago
Silverio Pereira, c/especial	P		149.579,30	Ribeira
Vilas Colomer Martínez	P	238.547,36	148.092,80	Ribeira
Ferrer Hermanos	S	64.649,32	138.221,07	Porto-Sim
Portals Hermanos y Sobrinos	S	113.464,95	135.218,82	Muros
Maldonado y Domínguez	P	107.198,43	113.019,25	Palmeira
Juan Harguindey	P	194.599,52	112.880,45	Santiago
Novo y Sierra	S	96.267,88	112.793,67	Ponte-Cesures
José Barreras Barreras	P	46.258,73	112.061,95	
José Colomer	P	92.297,87	110.715,74	Póvoa
Siaba e Iglesias	P	15.508,02	109.274,22	Muros
José Pérez Lorenzo	P	92.677,02	106.135,38	Noia
José Benito Echeverría	P	101.978,10	104.425,46	Ponte Vedra
Victoriano Martí	P	40.702,41	100.089,29	Póvoa
J Caamaño y Cia	S	97.765,37	98.317,78	Noia
Manuel F González	P	12.228,00	97.354,28	Santiago
Habilitados de Centros Docentes	P	91.876,04	92.310,03	Santiago
Viuda de José Ferrer	P	115.078,72	90.053,62	Póvoa
José García Mouriño	P	49.467,77	87.150,33	Santiago
Manuel F González, Santiago, c/LE	P		84.000,00	Santiago
Manuel Otero Bárcena	P	87.537,01	83.708,15	Santiago
Joaquin Vieta Ros	P	73.396,70	83.167,66	Muros
Abelardo Dubert Siaba	P	81.616,03	73.801,83	Muros
Ramón Gil	P	68.997,50	72.000,00	Vigo
Gerardo Roa	P	71.804,00	71.804,00	Ponte-Cesures
Salvador Colomer y Hermana	S	64.680,82	70.900,78	Palmeira
Santiago Martínez	P	98.156,87	67.952,87	Santiago
Abelardo Romaní	P	21.184,54	67.665,67	Muros
Hijos de Marchesi Dalmau	B	62.899,99	64.093,77	Corunha
José Romaní e hijos	P	27.648,85	60.138,55	Esteiro
Marcelino Carrero	P	40.653,20	60.045,88	Cabo da Cruz
Ramos y Pazos	P	56.809,40	56.862,65	Padrom

Galiza		Deve	Haver	Localizaçom
Daniel Paz Ourense	P	44.666,00	56.464,19	Padrom
Laureano Salgado	P	72.828,50	56.161,37	
Silverio Pereira	P	178.351,78	46.614,25	Ribeira
Miguel Padin	P	54.923,36	44.910,40	Vila-Garcia
Testamentaria de Carmela Garcia Serra	P	43.953,70	43.953,70	
Salgado y Cia	P	38.565,90	41.926,74	Caldas de Reis
Pablo Roura	P		41.773,15	Porto-Sim
Hijos de Simón Borrueal	P	36.378,85	39.948,48	Vila-Garcia
Lázaro Fernández	P	27.851,15	38.438,46	Póvoa
Abelardo Dubert, Depositario del vapor Muros-Noia	P	10.001,75	37.759,50	
Electra Popular de Vigo y Redondela	S	51.420,82	37.600,00	
Santos Lago	P	36.322,25	36.478,70	Muros
Santiago Harguindey	P	35.569,49	35.948,93	Santiago
Andrés H del Rio	P	30.486,25	32.991,61	Palmeira
José Riestra, m/c	B	40.765,21	32.915,66	Ponte Vedra
Hijos de Juan A Dans y Cia	S	31.898,00	32.035,11	Ferrol
Joaquín Martínez García	P	23.400,00	29.480,21	Santiago
J Romani Mariño	P	14.916,80	29.122,54	Muros
Asunción de Andrés Pérez	P	34.279,70	28.015,10	Santiago
Martínez Fernández y Cia	S	739,00	27.869,49	Ribeira
Félix Mª de Selgas	P	24.149,95	26.515,51	Caldas de Reis
Manuel Miñones Bouzas	B	28.963,61	26.315,62	Corcubiom
Francisco Blanco	P	32.763,09	25.637,65	Muros
José Iglesias Pachón	P	77.834,71	25.382,66	Corunha
Antonio Salgado López y Cia	S	3.275,00	25.000,00	Póvoa
Depósito Judiciales	P	22.731,99	24.729,15	
Viuda de José Vieta	P	8.671,18	24.602,31	Muros
Francisco García	P	30.241,71	24.508,84	Padrom
Domingo Antonio López Gallardo	P	19.996,90	23.427,02	Santiago
Sociedad de Gas y Electricidad	S	22.958,64	22.958,64	Santiago
Juana Barreiro Muñiz	P	3.412,65	22.907,90	Rianjo
Marcelino Castro, Briom	P	14.933,53	22.690,68	Briom
Ramón Montenegro	P	22.235,80	22.399,85	Póvoa
Administración del Gran Hospital	P	21.802,10	21.803,15	Santiago
Soler e hijos	S	26.576,50	20.629,99	Lugo
Benigno Roura	P		20.500,00	
Antonio Soler y Hermano	P	21.250,00	20.278,18	Póvoa
Antonio Domínguez	P	19.109,02	20.148,02	Ponte-Cesures

Galiza		Deve	Haver	Localizaçom
José García Mouriño, c/oro	P		20.000,00	Santiago
Herce y Cia	B	18.342,85	18.372,10	Corunha
Luciano Soler	P	11.946,25	18.125,61	Corunha
Manuel Rodríguez Blanco	P	14.675,06	17.690,50	
Ventura Ferrer Casellas	P	42.010,23	17.418,78	Póvoa
Angel Sanmillán	P	19.913,75	16.596,55	Santiago
Cayetano Atán	P	20.185,57	16.290,57	Cruzeiro de Ró
Félix Jacinto Vez	P	15.759,87	15.768,25	
José Vázquez	P	14.800,00	14.800,00	Santiago
Manuel Casulleras Macazaga	P	14.929,65	13.342,94	
Manuel Valenciano	P	31.000,00	12.874,25	Santiago
Hijos de Simeón García y Cia	B	12.440,52	12.298,42	Ourense
Enrique G del Valle	P	9.100,00	12.250,00	Santiago
Sociedad de Gas y Electricidad, obligaciones	S	57.985,00	12.000,00	Santiago
Miguel Pedrussio	P	45.502,70	11.740,25	Santiago
Ramón Fuentes Sánchez	P	11.590,90	11.590,90	
Manuel de Andrés Pérez	P	10.540,55	11.034,87	Santiago
Laforet y Cia	S	10.250,00	10.250,00	Vigo
Viuda e Hijos de Juan Goday	S	10.000,00	10.000,00	Vigo
Decano de la Facultad de Medicina	P	1.250,14	9.877,50	Santiago
José Ferrer Rutlla	P		9.611,34	
Avelina Barros, Viuda de Sierra	P	9.282,40	9.569,00	
Eleuterio Muras	P	8.567,50	8.876,19	
Hijos de José García Reboredo	S	8.620,17	8.639,85	Vila-Garcia
Ramón Gómez Nogueira	P	8.307,82	8.317,01	Riva d'Ávia
Carlos Vinagre Ben	P	5.200,00	8.200,00	Porto-Doçom
Serafin Torrado, Vigo	P	8.000,00	8.048,88	Vigo
Ceferino L Maestú	P	7.304,13	7.910,17	Vigo
Eduardo Gasset	P	5.671,48	7.615,31	Póvoa
Luis Porteiro Viña	P	6.173,75	7.446,05	Póvoa
Félix Romaní Mariño	P	6.725,00	6.725,00	
Teresa Rosende Cobas	P	4.617,00	6.500,00	
Joaquín Caamaño Cespón	P	1.000,00	5.805,64	
José M ^a Rivademar	P	39.931,38	5.787,15	Santiago
Lotería de Navidad	P	8.433,25	5.751,00	
R Pardo y Cia	P	4.550,00	5.718,62	Ponte d'Eume
Viuda de Andrés de la Riva	P	6.795,04	5.631,63	Padrom

Galiza		Deve	Haver	Localizaçom
M. Bárcena y Franco	S	4.784,85	5.303,04	Vigo
Juan Harguindey Pérez	P	36.460,30	5.065,85	Santiago
La Necesaria	S		5.000,00	Póvoa
Salvador Hermo Doson	P	4.163,30	4.323,60	Póvoa
Jesús Cabeza, Cesures	P		4.099,25	Ponte-Cesures
Cofradía de la Concepción	P	5.964,85	3.986,60	Santiago
Manuel Castromil	P	5.186,80	3.811,80	Santiago
E y F Lago	P	1.850,60	3.782,84	Vigo
Manuel Caamaño	P	3.756,80	3.616,44	Negreira
Juana Mora y Santiago Blanco	P	17.573,75	3.328,50	
Pedro C. Porteiro	P	1.247,50	3.185,11	Póvoa
Félix Roig Portals	P	539,00	3.062,00	Porto-Sim
Ramona Casulleras Galiana	P	1.000,00	3.018,50	Santiago
Félix M ^a de Selgas, c/cto	P	5.191,55	3.000,00	Caldas de Reis
Matilde Ojea Román	P	1.000,00	2.991,40	
Eliseo Leis Suarez	P	2.935,71	2.914,10	
Josefa Deza García	P	3.135,31	2.838,95	
Vila-Garcia Industrial	S	9.763,47	2.500,00	
José Fraga Méndez	P	500,00	2.496,65	
Leoplodo de la Maza	P	2.461,37	2.120,00	
Manuel Calderón Neira	P	954,00	2.050,77	Ferrol
Roque Fraga Vilarinho	P	4.044,72	2.044,72	
Ángel Sáenz-Díez	P	51.500,00	2.000,00	Vigo
Joaquin Otero Bárcena	P	5.901,73	1.895,00	Santiago
Viuda de José M ^a Galbán	P	1.871,89	1.871,89	Vila-Garcia
Segunda Mariño Viuda de Roig	P	2.249,65	1.816,80	Porto-Doçom
Pedro Misani, Santiago	P	10.139,69	1.592,20	Santiago
Francisco Leis Y Cia	P	1.584,85	1.584,85	Negreira
Viuda e Hijos de Carlos de Casas	B	3.983,31	1.446,45	Riba d'Eu
Salvador Soler Paz	P	9.858,05	1.255,30	Palmeira
Juan Duque	P	666,10	1.154,30	Vila-Garcia
Alejandro Portals	P		1.100,90	Muros
Enrique López Méndez	P	400,00	1.000,00	Muros
Roman Labarta	P	1.155,30	905,30	
Antonio Fernández	P		686,78	Muros
Marcelino Blanco de la Peña	P	3.659,05	667,55	Santiago
Hijos de A Núñez	B	1.067,16	619,91	Betanços
Ramón Villoch	P	575,60	528,90	Póvoa

Galiza		Deve	Haver	Localizaçom
Leopolda García Ferreiro	P	600,00	500,00	Negreira
Aquilino Mosquera de Díaz	P	12.127,87	493,50	
Manuel Vidal Ferreiro	P	440,20	440,20	
Testamentaría de José A Eleizegui	P		418,06	
Francisco Morales Cruz	P	410,60	410,60	
Roman Romani	P		367,15	Porto-Doçom
Adolfo Romani Cruz	P		322,01	
Testamentaría de M ^a Luisa Sanjurjo	P	2.094,25	308,00	
Félix García Somoza c/cto	P	9.998,63	306,50	
Manuel Vieites Vieites	P	277,26	277,26	
Juan Roura	P	14.961,86	222,75	Porto-Sim
Ramón González	P		197,55	Porrinho
Testamentaría de 'Francisco de A Rodríguez	P		159,49	
Ulpiano Buhigas	P		134,60	Vila-Garcia
Azucarera Gallega	S		128,13	Caldas de Reis
José M ^a Artola en liquidación	S		108,75	
Juan J Louro	P		52,01	
Rogelio Roig Mariño	P	741,90	51,35	Porto-Doçom
Laureano Salgado, préstamo a 5%	P	193.344,78		
Juan Haguindey, c/LE	P	132.241,15		
Viuda e Hijos de José Harguindey	P	69.522,85		
Arcillas de Dena	S	40.934,80		Dena
Santiago Harguindey, Santiago, c/LE	P	33.504,00		Santiago
Sociedad de Gas y Electricidad, c/cto	S	30.631,67		Santiago
Hijas de J Casas Chico	P	15.000,00		
Convento de la Enseñanza	P	9.500,00		Vigo
Vicente Fernández Soler	P	6.119,97		Póvoa
Victoriano Fernández Soler	P	5.836,64		
Eduardo, Santiago, Rosario, Asunción Rivadulla	P	4.000,00		Santiago
Francisco Santamaría Cáceres	P	3.504,00		
Salvador Aranda	P	3.262,73		
Angel Souto Calvo	P	2.700,00		
Fernando Garcia Arenal	P	2.500,00		
Viuda de Soler Domenech	P	1.867,58		Póvoa
Ricardo Romani Ferrer	P	1.023,40		
Josefa Reguera Malvar	P	1.002,00		
Sierra y Rubio	P	622,80		

Galiza		Deve	Haver	Localizaçom
Aguas del Lerez	S	135,00		Ponte Vedra
Juan Tapias en liquidación	S	17,27		
Entidades e agências bancárias (B)	12	1.999.109,49	1.958.934,61	20,53
Sociedades (S)	26	1.268.711,84	1.382.827,66	13,76
Particulares (P)	162	6.244.600,49	6.421.924,55	65,71
Total	200	9.512.421,82	9.763.686,82	100,00

CORRESPONDENTES DE OLÍMPIO PÉREZ EM 1907

Espanha		Deve	Haver	Localizaçom
Banco Hispano Americano, Madrid, c/mútua	B	1.129.768,68	1.128.199,81	Madrid
Compañía Arrendataria de Tabacos	S	593.954,28	571.908,96	
García Calamarte y Cia, Madrid, m/c	B	432.343,30	431.115,30	Madrid
Sánchez Ribera y Cia, S en C, Madrid, s/c	S	281.195,89	281.956,73	Madrid
García Calamarte y Cia, Madrid, s/c	B	277.339,83	273.013,28	Madrid
E. Sainz e Hijos de Madrid, s/cta	B	263.675,98	265.774,59	Madrid
Banco Hispano Americano, Barcelona, c/mútua	B	245.112,92	247.971,76	Barcelona
Banco de Vizcaya, Bilbao	B	207.280,32	206.174,94	Bilbao
Banco de Bilbao, Bilbao	B	143.351,09	141.053,64	Bilbao
Banco Español de Crédito, Coruña	B	131.808,68	136.265,14	Corunha
Banco Español de Crédito, Madrid, s/c	B	120.539,25	125.831,77	Madrid
Jover y Cia, Barcelona	S	107.673,80	102.851,23	Barcelona
Banco de Comercio, Bilbao	B	80.924,58	83.623,24	Bilbao
Hijos de E Adrados, Madrid, m/cta	S	78.856,15	70.926,15	Madrid
García Calamarte y Cia, Barcelona, s/c	B	56.175,00	58.384,80	Barcelona
Banco de Cartagena, Cartagena	B	45.777,97	47.158,94	Cartagena
Ruiseco Alfaro y Cia, S en C, Madrid	S	42.823,42	45.890,04	Madrid
Banco Guipuzcoano, San Sebastián	B	30.032,77	32.931,20	San Sebastián
García Calamarte y Cia, Barcelona, m/c	B	28.175,00	28.000,00	Barcelona
Banco Mercantil, Santander	B	27.282,84	29.101,04	Santander
Hijos de Pastor Ojero y Cia S en C, Madrid, s/c	S	26.473,16	27.950,28	Madrid
C. Jacquet e hijos, Bilbao, s/c	P	23.614,95	36.176,19	Bilbao
Germán Lange, Madrid	P	22.567,26	22.567,26	Madrid
Banco de Gijón, Gijón	B	22.417,80	21.186,71	Gijom
J Salzedo Hijo y Cia, Madrid, s/cta	B	21.023,57	22.708,09	Madrid
Sociedad Catalana General de Crédito de Barcelona, s/cta	B	17.556,09	16.745,26	Barcelona
Banco Hispano Americano, Málaga, m/c	B	15.685,91	15.700,85	Málaga
Maribona y Hermano, Avilés	S	14.461,45	13.879,26	Avilés

Espanha		Deve	Haver	Localizaçom
Banco de Crédito, Zaragoza	B	13.127,92	13.218,85	Saragoça
Banco Castellano, Valladolid	B	13.024,63	15.723,81	Valhadolid
Banco de Castilla, Madrid	B	11.958,32	14.906,23	Madrid
Banco Hispano Americano, Málaga, s/c	B	11.512,93	13.414,59	Málaga
Hijos de V Calderón, Palencia	P	10.886,52	16.062,10	Palência
Amaro Duarte, Cadiz	P	8.867,71	7.624,35	Cádis
Jover y Cia, Valladolid, s/c	S	8.119,65	10.009,56	Valhadolid
Banco de Vitoria, Vitoria	B	7.383,10	8.173,83	Vitória
J de Alvaré y Cia, Avilés	P	6.041,00	3.099,60	Avilês
Banco Hispano Americano, Zaragoza, s/c	B	5.818,49	6.738,74	Saragoça
Vidal Quadras Hermanos, Barcelona, m/c	B	5.592,42	5.196,75	Barcelona
J Salzedo Hijo y Cia, Bayonne, s/cta	S	5.436,45	9.285,89	Bayonne
Banco de Préstamos y Descuento, Barcelona	B	4.758,10	6.744,85	Barcelona
La Gresham, Madrid	S	3.978,15	3.989,62	Madrid
Banco Hispano Americano, Zaragoza, m/c	B	3.750,84		Saragoça
Banco de Burgos, Burgos	B	3.745,00	2.112,05	Burgos
Banco Asturiano de Industria y Comercio , Oviedo	B	3.265,52	5.687,61	Oviedo
Masaveu y Cia, Oviedo	B	3.125,00	3.922,35	Oviedo
Sobrinos de Fernández Llamazares, León	S	2.930,80	2.848,10	Leom
Vidal Quadrs Hermanos, s/c	B	2.637,95	2.465,40	Barcelona
Pedro López e Hijo, Córdoba	P	2.373,04	2.327,05	Córdova
Diez Vergara y Cia, Jerez	P	2.289,27	2.065,24	Jerez
Hijos de Magin Valls, Barcelona	S	2.221,62	2.009,53	Barcelona
E. Sainz e Hijos de Madrid, m/cta	S	1.828,29		Madrid
Llaguno y Cia, Madrid	S	1.756,65	1.784,20	Madrid
Herederos de Antonio Freixas, Barcelona	S	1.703,00	2.362,42	Barcelona
Banco de Sabadell, Sabadell	B	1.465,16	2.255,00	Sabadell
Herrero y Cia, Oviedo	B	1.347,56	1.200,00	Oviedo
Seguros, Póliza Flotante	P	1.073,95	210,95	
Sanromá e Hijo, Tarragona	P	975,64	742,51	Tarragona
Aztizia y Eguiguren, Azpeitia	P	767,80		Azpeitia
Mariano S Munesa, Madrid	P	621,27	1.221,34	Madrid
Hijos de Pastor Ojero y Cia, S en C, Madrid, m7c	S	500,58		Madrid
Sánchez Ribera y Cia, Madrid, m/c	S	276,29	197,40	Madrid
Villarroya y Castellano, Zaragoza	P	108,60	564,70	Saragoça
Hijos de Luca de Tena, Sevilla	S	28,80		Sevilha
Trenor y Cia, Valencia	P	17,00	811,38	Valência

Espanha		Deve	Haver	Localizaçom
Luis Dreyfus y Cia, Barcelona	P	7,00		Barcelona
Banco de España, abonarés pendientes	B		1.384,37	
Hijos de E Adrados, Madrid, s/cta	S		3.452,84	Madrid
Andrés de Isasi, Bilbao	P		1.066,76	Bilbao
José G del Valle, Madrid	P		17,00	Madrid
Gullermo Rolland e Hijo, Madrid	S		312,00	Madrid
J de Alvaré y Cia, Avilés, m/c	P		647,00	Avilés
Fernández Villa Hermanos, Burgos	P		295,51	Burgos
Banco Hispano Americano, Granada	B		391,70	Granada
Entidades e agências bancárias (B)	36	3.388.784,52	3.414.476,49	73,12
Sociedades (S)	20	1.174.218,43	1.151.614,21	25,00
Particulares (P)	18	80.211,01	95.498,94	1,89
Total	74	4.643.213,96	4.661.589,64	100,00

CORRESPONDENTES DE OLÍMPIO PÉREZ EM 1907

Banca internacional, sucursais espanholas	Deve	Haver	Localizaçom
Banco Español del Rio de la Plata, Madrid, s/cta	1.416.262,53	1.423.908,15	Madrid
Banco Español del Rio de la Plata, Madrid, m/cta	730.925,84	743.845,36	Madrid
Credit Lyonnais , Barcelona, s/cta	176.841,66	210.296,79	Barcelona
Credit Lyonnais, Barcelona, m/c	20.299,87	12.315,85	Barcelona
Credit Lyonnais , Madrid, s/cta	152.542,54	186.167,38	Madrid
Credit Lyonnais , Madrid, m/cta	98.514,62	98.585,65	Madrid
Credit Lyonnais , Sevilla	120.036,27	118.158,46	Sevilha
Credit Lyonnais, Valencia	24.873,26	29.400,70	Valência
Guillermo Vogel y Banco Alemán Transatlántico, Madrid, s/c	50.998,56	52.685,04	Madrid
Banco Aleman Transatlático, Barcelona, s/c	36.125,01	40.816,98	Barcelona
Comptoir National D'Escomptes, Paris, San Sebastián	20.704,95	23.188,73	Sam Sebastián
Total	2.848.125,11	2.939.369,09	

CORRESPONDENTES DE OLÍMPIO PÉREZ EM 1907

Banca internacional, sedes estrangeiras		Deve	Haver	Localizaçom
Credit Lyonnais , Londres, m/cta	B	1.364.465,00	1.437.070,36	Londres
Credit Lyonnais de Paris, m/cta	B	364.847,17	322.839,65	Paris
Credit Lyonnais de Paris, s/cta	B	42.954,95	50.245,71	Paris
Credit Lyonnais, Londres, s/c	B	20.354,59	20.752,71	Londres
Comptoir National D'Escomptes de Paris, Paris, m/c	B	1.157.681,57	1.064.208,43	Paris
Comptoir National D'Escomptes de Paris, Paris, s/c	B	20.329,22	22.180,22	Paris
Comptoir National D'Escomptes, Paris, Londres	B	10.210,40	6.670,40	Londres
Kais Koin Priv Oesterreichische Laenderbank London	B	61.808,75	48.757,60	Londres
Banco Español del Rio de la Plata, Paris	B	57.858,41	56.635,35	Paris
Banco Español del Rio de la Plata, Buenos Aires	B	3.947,30	3.947,30	Argentina
Banco Español del Rio de la Plata de Paris, s/c	B	1.995,00	1.995,00	Paris
Banco Alliança, Porto	B	21.883,05	21.152,75	Portugal
José Piñeiro y Cia, Rosario de Santa Fé	B	149.754,01	143.136,72	Argentina
José Piñeiro Gil, Costa Rica	B	13.893,75	13.893,75	Costa Rica
Jesus Esparis Castro, La Habana	B	3.017,50	1.004,50	Cuba
José Esparis Castro, La Habana	B	1.004,50	1.027,75	Cuba
Salvador Fernández/Benito Brea, Sao Paulo	B	1.997,75	1.997,75	Brasil
Novelli y Cia, Londres	B	1.891,20	2.358,37	Londres
Banco Lisboa e Açores, Lisboa	B	1.833,40	1.833,40	Portugal
Credit Franco Portugais, Lisboa	B	1.627,00	9,75	Portugal
Badel Freres y Cia, Paris, s/c	B	999,45	1.014,16	Paris
Badel Freres, Paris, m/cta	B	472,25		Paris
Juan Tarrío, La Habana	B	960,00	1.318,05	Cuba
Manuel García Sánchez/Juan Tarrío, La Habana	B	503,70	1.522,70	Cuba
Jules Gomme y Cia, Bayonne, m/c	B	72,20		Bayonne
Jules Gomme y Cia, Bayonne	B		716,03	Bayonne
R Bickner Efecter, Berlin	B	43,44		Berlim
Pinto da Fonseca Irmão, Porto	B	6,00		Portugal
Nefville Freres, Paris	B	5,77		Paris
Hickman y Cia, Londres	B		878,02	Londres
Victor Menéndez, Matanzas	B		1.545,05	Cuba
Alejandro Turnes Barbeito, La Habana	B		98,02	Cuba
Cupones 3% Uruguay, renovación de hojas	B		66,00	Uruguai
Total	33	3.306.417,33	3.228.875,50	



APÊNDICE 4.1

A empresa privada galega e espanhola na carteira de valores do banco de Olímpio Pérez e sucessores

Como complemento da análise estrutural da carteira de valores, parece-nos útil descermos ao nível das empresas objecto de atençom particular a fim de tentarmos avaiar as possíveis ligaçoms do banco com determinados valores, dentro das actividades privilegiadas na selecçom da carteira em apreço. Também pode ser relevante tentar avaiar a rapidez da resposta investidora perante o nascimento de novas iniciativas empresariais e do grau de fidelidade manifestado perante os diversos valores, medido em termos de permanência e volume do valor em carteira.

Consignaremos, a tal fim, a totalidade dos títulos privados possuídos polo banco dos Pérez durante o período 1910-1940 em que centrámos a análise da actividade investidora em carteira.

Como marcadores de referência de cada valor, incluiremos, junto com o ano de constituicòm da sociedade, o seu capital fundacional, na medida em que nos foi possível localizar o dado. Também consignamos o valor máximo registado na carteira polo valor examinado – o ano em que alcança o valor máximo – e o seu índice percentual comparativo com o resto dos valores máximos alcançados polos outros valores. Deve notar-se que o índice percentual proposto tem carácter diacrónico, porquanto compara os valores máximos alcançados por cada título em carteiras com o valor superior independentemente do ano de valoraçom. Também resenharemos os anos extremos de apariçom e desaparecimento de cada valor na carteira. Nom faremos, em troca, distincòm da índole dos valores possuídos – açoms, obrigaçoms, participaçom e outras particularidades, como direitos especiais ou datas da emissom, pouco relevantes para os nossos propósitos.

Os valores empresariais galegos possuídos ascendem a quarenta e um referências no período examinado, 1910-1940. Algumas das iniciativas fracassárom *ab initio*, como o já comentado projecto da variante ferroviária pola Tieira para a linha Madrid-Corunha, que conseguira mobilizar as forças vivas compostelanas a finais do XIX, ou o projecto do eléctrico Santiago-Noia, ou, ainda, a fugaz companhia eléctrica compostelana Cooperativa Santiaguesa. Alguns valores aparecem agregados, facto que impede a sua avaliaçom singular; é o caso dos vapores *Tres Hermanos*, *Ribeiriña* e *Punta Doncella*. A iniciativa *Villagarcía Industrial* aparece referenciada no período 1920-40, inicialmente mediante obrigaçoms e açoms, junto com um terreno, rubrica com que figura na massa patrimonial de imobilizaçoms, embora prefiramos continuar a considerá-lo como valor em carteira.

É manifesta a preferência dos Pérez polos valores privados galegos frente aos espanhóis, como tivemos ocasiom de evidenciar. A carteira de valores privados galegos contém referências predilectas tanto em importância comprometida (*Castromil*, *Sociedad Gallega de Electricidad*, como valores mais destacados) como em fidelidade temporal ao valor (*Carbueros Laforet*, *La Toja*, a própria *Sociedad Gallega de Electricidad*, *La Hulla Blanca*).

Os valores privados galegos em *Olimpio Pérez e Hijos* e em *Hijos de Olimpio Pérez*

Galiza, valores privados	Ano fundaçom	Capital fundacional		Intervalo de referencia	Valor máximo	Índice	Ano de máximo	
Transportes								
Ferro Carril da Tieira (projecto)				1885	1911	10.019	0,5	1911
Ferro Carril Ourense-Vigo				1895	1895	380	0,0	1895
Tranvía Eléctrico a Noia (projecto)				1926	1930	50.100	2,3	1926
Tranvias de Vigo	1912	2.000.000	[1]	1913	1918	3.350	0,2	1918
Tranvías de La Coruña	1901		[3]	1920	1940	50.000	2,3	1940
Wagons Frigoríficos MOB	1922 ?			1922	1940	650.000	29,4	1939
Castromil S.A.	1917			1929	1940	2.210.000	100,0	1933
Electricidade								
Concesionaria Hidráulica Gallega				1926	1929	66.700	3,0	1928
Sdad. General Gallega Electricidad	1900		[2]	1910	1940	1.492.950	67,6	1940
Gas y Electricidad Santiago	1885			1910	1922	206.000	9,3	1922
Electra Popular Vigo y Redondela	1903	2.000.000	[1]	1910	1922	617.000	27,9	1922
Electra Industrial Coruñesa	1900		[2]	1910	1926	26.000	1,2	1921
Fábrica Coruñesa de Gas y Electricidad	1917		[2]	1918	1923	41.000	1,9	1918
La Hulla Blanca	1910	1.000.000	[1]	1910	1940	504.000	22,8	1924
Luz Eléctrica Carballino				1913	1927	12.500	0,6	1927
J. Valverde y Cia	1910	5.000	[1]	1919	1940	434.350	19,7	1940
Pego Negro				1925	1926	20.000	0,9	1926
Hidráulica Gallega				1930	1930	60.000	2,7	1930

Distribuidora Gallega de Electricidad	1935	500.000	[1]	1930	1938	64.000	2,9	1938
Distribuidora de Electricidad Vigo -Rural				1933	1940	111.000	5,0	1934
Cooperativa Santiaguesa				1910	1916	1	0,0	1916

Química, Siderurgia, Indústria mineira

Carbueros “Laforet y Cia, S.C.”	1899	400.000	[1]	1910	1940	140.000	6,3	1940
Guisasola y Cia	1910	250.000	[1]	1912	1932	247.351	11,2	1916
Minas Manuel & María Luísa, Lalin				1926	1930	80.000	3,6	1928

Navegação

Vapor “La Necesaria”, A Póvoa				1910	1915	3.600	0,2	1910
Vapor “Puebla”, Muros				1910	1916	3.600	0,2	1910
Vapor “Tres Hermanos”				1919	1927	679.500	30,7	1927
Vapor “Ambos”				1925	1928	(*)		(*)
Vapor “Ribeiriña 1 e 2”				1925	1930	(*)		(*)
Vapor “Punta Doncella”				1929	1930	(*)		(*)
Cia. Gallega de Navegación				1910	1918	50.000	2,3	1916

Banca

Banco de Vigo	1900	5.000.000	[1]	1910	1925	50.000	2,3	1924
---------------	------	-----------	-----	------	------	--------	-----	------

Seviços Públicos

Red Telefónica Vigo				1910	1913	35.000	1,6	1912
Abastecimiento Aguas de Vigo	1902	1.500.000	[1]	1910	1927	27.500	1,2	1927

Actividades Diversas

Editorial Compos- tela				1938	1940	25.000	1,1	1940
La Toja	1903	6.000.000	[1]	1910	1940	174.500	7,9	1930
Hotel Compostela	1926		[3]	1926	1940	222.500	10,1	1940
Villagarcía Indus- trial				1910	(**)1920\40	139.540	6,3	1910
Ramal Porto Vila Garcia				1916	1916	19.500	0,9	1916
Sindicato Hipano Americano	1912	35.000	[1]	1912	1922	2.500	0,1	1915
Sociedad Fefiñanes				1918	1922	16.944	0,8	1919
Alimentação e Transforma- ção agrária								
Gándara, Haz, Rábago y Cia	1923	350.000	[1]	1923	1930	166.000	7,5	1928

(*) Valores contabilizados em forma conjunta, que alcançam a sua importância máxima em 1927.

(**) Até 1920, registam-se obrigações; a partir desse ano e em diante só remanescem os terrenos, contabilizados como Imobilizações.

(***) Registo de valor mínimo, presença fugaz que classificamos como pertencente ao sector eléctrico por aparecer referenciado como activos adquiridos pela SGGE no ano de 1996 (cfr. Apêndice 61)

[1] Abreu Sernández, Luísa Fernanda (2002), *Iniciativas empresariales en Vigo entre 1866 y 1940*

[2] Carmona Badia, Joam, “Galicia en el desarrollo del sector eléctrico español”, in *La industrialización y el desarrollo económico de España*, volume III

[3] Carmona Badia, Joam (2000), *A “gran empresa” en Galiza: un primeiro achego aos cambios no grupo das maiores empresas non financeiras entre 1930 e 1973*, X Xornadas de Historia de Galicia

O número de títulos empresariais espanhóis reúne cinquenta e nove menções nos três decénios examinados.

Os valores privados espanhóis em *Olimpio Pérez e Hijos* e em *Hijos de Olimpio Pérez*

Espanha, valores privados		Ano fundaçom	Intervalo de referência	Valor máximo	Índice	Ano de máximo		
Transportes								
Ferrocarriles del Norte de España		1858	[1]	1910	1932	433.400	65,8	1929
Ferrocarrile a Canfranc				1910	1922	10.810	1,6	1912
Ferrocarril Madrid-Zaragoza-Alicante		1856	[1]	1910	1940	355.940	54,0	1932
Ferrocarril Almansa-Valencia-Tarragona				1910	1911	1.862	0,3	1910
Ferrocarril Tudela-Bilbao				1914	1923	3.600	0,5	1919
Ferrocarriles Andaluces		1869	[1]	1918	1922	67.030	10,2	1918
Ferrocarril M.Z.O.V.		1880	[1]	1927	1940	83.200	12,6	1928
Metropolitano Alfonso XIII		1917	[1]	1925	1940	135.800	20,6	1940
Constructora Ferroviaria S.A., Sociedad		1927	[1]	1929	1940	659.000	100,0	1930
Electricidade								
Electro Hidráulica del Turia				1910	1922	47.000	7,1	1922
Electra Valenciana y Volta		1913	[1]	1923	1940	57.500	8,7	1928
Unión Eléctrica Madrileña		1911	[1]	1929	1929	13.500	2,0	1929
Cooperatva Fluido Eléctrico Barcelona		1920	[1]	1930	1931	3.500	0,5	1931
Catalana de Gas y Electricidad		1843	[1]	1931	1931	500	0,1	1931
Mengemor, Cia Anónima		1904	[1]	1940	1940	53.000	8,0	1940
Saltos del Alberche		1926	[1]	1940	1940	42.500	6,4	1940
Química, Siderurgia, Indústria mineira								
Minero Siderúrgica de Ponferrada		1918	[1]	1920	1927	13.500	2,0	1924
Fábricas de Mieres		1879	[1]	1925	1930	24.960	3,8	1925
Metaúrgica Duro Felguera, Sociedad		1900	[1]	1940	1940	55.500	8,4	1940
Altos Hornos de Vizcaya		1902	[1]	1940	1940	60.900	9,2	1940
Cia General de Carbones				1920	1940	29.500	4,5	1921

Rio Tinto Co. Ltd., The	1873	[1]	1922	1923	1.000	0,2	1922
Huillas Coto Cortés			1922	1940	175.500	26,6	1927
Española de Minas del Riff, Cia	1908	[1]	1940	1940	50.000	7,6	1940
General de Asfaltos y Portland Asland	1901	[1]	1940	1940	82.500	12,5	1940
Unión Vidriera Española	?	[1]	1910	1940	3.800	0,6	1911
Española de Petróleos S.A., Cia.	1929	[1]	1929	1940	92.000	14,0	1930
Unión Española de Explosivos	1896	[1]	1940	1940	121.500	18,4	1940
Navegación							
Marítima Nueva Montaña			1917	1918	8.550	1,3	1917
Marítima Santanderina			1917	1929	7.500	1,1	1917
Marítima Vaso Cantábrica			1917	1929	7.500	1,1	1917
Marítima Unión			1917	1925	40.500	6,1	1919
Transmediterránea	1916	[1]	1920	1923	1.500	0,2	1923
Naviera Sota y Aznar	1906	[1]	1920	1925	26.250	4,0	1920
Marítima Nervión	1907	[1]	1920	1925	37.500	5,7	1920
Española de Construcción Naval, Sociedad	1908	[1]	1921	1928	24.900	3,8	1924
Banca							
Banco Hispano Americano	1900	[1]	1910	1920	196.500	29,8	1919
Banco Mercantil de Santander			1928	1940	60.000	9,1	1940
Sindicato Emisor de España			1928	1940	20.000	3,0	1940
Servicios Públicos							
C.N. Telefónica de España	1924	[1]	1933	1940	60.000	9	1940
Actividades Diversas							
Confederación. Hidrográfica del Ebro			1928	1930	13.000	2	1930
Cia. Española de Colonización			1916	1940	13.000	2	1926
Norte Africano	1907	[1]	1921	1940	7.000	1	1921

Empresa Protectorado de Marruecos	1930	1930	25.200	4	1930
Cia. Golfo de Guinea	1929	1940	59.000	9	1940
Peninsular Engineering Co. Ltd	1920	1923	62.500	9	1920
Lem Valverde y Cia	1925	1940	134.000	20	1940
"El Financiero"	1923	1940	4.500	1	1927
Agencia EFE	1939	1940	5.000	1	1940
Construcciones y Pavimentos	1911	[1]	5.000	0,8	1933
Alimentaçon e Transformaçom agrária					
Sdad. General Azucarera	1903	[1]	45.500	6,9	1940
Azucarera La Bañeza	1931	1934	115.000	17,5	1932
Ebro Azucars y Alcoholes S.A.	1911	[1]	57.000	8,6	1940
Cia. Arrendataria de Tabacos	1887	[1]	7.700	1,2	1926
Industrias Agrícolas de Epila	1910	[1]	114.000	17,3	1926
Pescaderías Cántabras	1923	1940	154.000	23,4	1940
Unión Resinera Española	1910	1940	44.400	6,7	1940
Hutchinson Industrias del Corcho	1924	1934	38.000	5,8	1924
Cia. General del Corcho	1929	[1]	32.500	4,9	1930

[1] Carreras, Albert e Tafunell, Xavier (1993), "La gran empresa en España 1917-1974. Una primera aproximación", Revista de Historia Industrial nº 3.



APÊNDICE 4.2

CONCENTRAÇÃO DA EMPRESA ELÉCTRICA GALEGA NO PRIMEIRO TERÇO DO SÉCULO XX E RELAÇÕES PERSOAIS DE NEGÓCIO

A Sociedad General Gallega de Electricidad S.A. e os antecedentes de Fenosa

O interesse do banco *Hijos de Olimpio Pérez* no negócio eléctrico e a confluência no mesmo com clientes destacados e correspondentes bancários num negócio como este emergente, expansivo e muito exigente de recursos financeiros constituem um quadro de situação justificativo da progressiva implicação da família Pérez no negócio eléctrico que ia culminar na sua participação na criação de Fenosa.

A modo de enquadramento geral, pode ser útil revisar o historial do sector através da relatório oferecido pela própria *Fenosa* por ocasião do XXV Aniversário da fundação da sociedade: 1943-1968.

Extractámos, a tal fim, os eventos que julgámos mais significativos para os nossos propósitos, segundo a relação ordenada de acontecimentos 1874-1967 em “**Fechas y hechos para una historia de la energía eléctrica en Galicia**”, apêndice de “**El desarrollo eléctrico en España y en Galicia**” que faz parte do opúsculo comemorativo aludido. A transcrição tem por limite o ano de 1943, em que se constitui a *Fenosa*. Pomos em destaque as menções existentes a *Hijos de Olimpio Pérez* e ao seu factótum na época, Marcelino Blanco de la Peña.

❖ *Fechas y hechos para una historia de la energía eléctrica en Galicia.*

1874 Xifré y Dalmau construyen en Barcelona, para La Maquinista Terrestre y Marítima, la primera central eléctrica de España.

1900 Se construye en Madrid la Sociedad “General Gallega” para “la explotación del Salto de Agua de Segad (Caldas de Reyes) en el río Umia y del Salto de la Fervenza, cerca de Ferrol, en el RÍO Beelle”, así como “la creación o adquisición de otras fábricas de electricidad movidas por fuerza hidráulica o por vapor, y su explotación”; igualmente para la “explotación de cualquier otra industria o negocio que se relacione con su objeto principal y todas las operaciones mercantiles relacionadas con el desarrollo de esta industria”.

Presidia la Sociedad D. Ernesto Presser Dauphin, acompañado en el Consejo por los señores D. Ricardo Silveira González, como vicepresidente, y D. Adolfo Barle, D. Gastón Bertier Descaves, D. Augusto Comas Blanco, D. Nicolás Palácio Lahoz, D. Ricardo Rodríguez Pastor, D. Bernardo Mateo Sagasta y Echeverría y D. Laureano Salgado Rodríguez, como Consejeros.

La Sociedad “General Gallega de Electricidad” se constituye con un capital social de 2.000.000 de pesetas.

1901 Con la puesta en marcha de la Central de Segad comienza el período de explotación de la Sociedad.

La utilidad líquida del primer ejercicio contable fue de 124799,96 pesetas.

1902 La Sociedad inicia este ejercicio con 2700 abonados.

1903 El número de abonados se eleva a 3820.

Asume la presidencia de la Sociedad D. Gastón Bertier Descaves. Es nombrado vicepresidente D. Ricardo Silveira y González.

1904 Continúan las obras que extienden la red de explotación de la Sociedad. Comienza el montaje de la red de subestaciones de transformación.

1905 La Sociedad “General Gallega” hace una emisión de Obligaciones que le permite saldar la cuenta de crédito que tenía abierta con el Crédito Gallego.

1906 La explotación se ve afectada por los rigores de un estiaje que hizo aumentar considerablemente los gastos de combustible.

1907 La Sociedad “General Gallega” hace un estadio para denunciar un Salto en el río Tambre.

1908 La más grande sequía registrada en Galicia durante los últimos veinticinco años afectó considerablemente al rendimiento de la explotación.

Con tal motivo el Consejo renunció a percibir las 10000 pesetas de remuneración estatutaria.

Dimite por grave estado de salud, el consejero y expresidente de la Sociedad, D. Ernesto Presser. Es sustituido en el Consejo por el ingeniero industrial D. Demetrio Salorio Rubine.

1909 Es adjudicada a la Sociedad “General Gallega de Electricidad” el suministro de ENERGÍA a las obras que en el Arsenal de El Ferrol realiza la Sociedad Española de Construcción Naval. Se llega a un acuerdo para evitar competencias con la sociedad “Electra Industrial Coruñesa”.

La Sociedad registra el mejor resultado financiero obtenido desde su fundación. El beneficio líquido FUE de 209871,22 pesetas.

1911 La Junta General Extraordinaria celebrada el día 10 de marzo acuerda trasladar el domicilio social desde Madrid a La Coruña.

D. Demetrio Salorio Rubine pasa a presidir el Consejo de Administración de la Sociedad “General Gallega de Electricidad”. En al Memoria de este ejercicio figuran como escrutadores de su balance los señores D. Pedro Barrié y Pastor y D. Fernando Salorio Rubine.

1912 La Sociedad “General Gallega” llega a un acuerdo con la “Electra Industrial Coruñesa” para una atención mancomunada de servicios a sus respectivos mercados.

Fallece el que fué presidente de la Sociedad, D. Gastón Bertier Descaves.

1918 La “Sociedad General Gallega” adquiere activa participación en la fundación del Banco de Crédito Industrial.

1921 En unión de las Sociedades “Electra Popular de Vigo-Redondela” y “Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago”, la “Sociedad General Gallega de Electricidad” celebra importantes reuniones con el concesionario del Salto del Tambre, D. Antonio González Garra, llegándose por las tres Sociedades y el concesionario al acuerdo de solicitar de las entidades bancarias “**Hijos de Olimpio Pérez**”, “Banco de Vigo” y “Sobrinos de José Pastor” un crédito de 600.000 pesetas destinadas a las obras de dicho Salto.

1923 Las sociedades “Electra Popular de Vigo-Redondela” y “Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago” se funden con la “General Gallega de Electricidad”. Con este motivo se leva el capital social a la cifra de 20000000 de pesetas.

Pasa a ocupar la presidencia de la Sociedad así constituida el señor D. Ricardo Rodríguez Pastor, designándose para la vicepresidencia a D. Wenceslao González Garra, con la siguiente relación de consejeros: **D. Marcelino Blanco de la Peña**, D. Joaquín Buch Carsí, D. Iván García Tomé, D. Emilio Martínez Baladrón, D. Ramón Laforet Cividanes, D. Ignacio Soler Damiáns, D. Luis Figueras Dotti y D. Demetrio Salorio Rubine como Vocal-Secretario.

D. José de la Gándara Cividanes es nombrado Director Gerente.

1926 La Sociedad alcanza la cifra de 28480 abonados, a los que atienden con una producción de 25381012 kilovatios-hora. Se adquieren los bienes de la antigua “Cooperativa Santiaguesa”.

1927 Se comienza a dar servicio a Villagarcía de Arosa con energía procedente de la Central del Tambre, que empieza a funcionar, pese a quedar pendiente la construcción del edificio destinado a oficinas.

Comienza a darse suministro a Vigo, a la tensión de 10000 voltios.

1928 Con energía procedente de la Central del Tambre se empieza a suministrar a todo el mercado de la Sociedad en la provincia de Pontevedra.

La Sociedad adquiere una participación en el capital social de las denominadas “Electra Pontevedra-Marín” y “Hulla Blanca”, ambas de Pontevedra. Con este motivo son nombrados consejeros los señores D. Vicente Riestra Calderón y D. Narciso Nores.

1929 Se inicia la construcción de la Central del Pedrido, que serviría de estación transformadora de conexión con la Sociedad “Fabricas Coruñesas de Gas y Electricidad”.

1930 Se adquiere la totalidad de las acciones de la Sociedad “Eléctrica de Orense”. Con este motivo es autorizado el Consejo de Administración para elevar el capital social a 40000000 de pesetas.

Se adquiere una importante participación en el capital social de “Fábricas Coruñesas de Gas y Electricidad”. Con esta participación se llega a un porcentaje del 90%, aproximadamente, de la producción y distribución de energía eléctrica en las cuatro provincias gallegas.

Es nombrado consejero de la Sociedad “General Gallega de Electricidad” el señor D. Luis Cornide de Quiroga, mientras que son designados para el Consejo de “Fábricas Coruñesas” los señores D. Demetrio Salorio Rubine y D. José de la Gándara Civitanes, Director-Gerente este último de la Sociedad “General Gallega de Electricidad”.

1931 Al mismo tiempo que se llega a una producción total de 41204834 kilovatios-hora, se procede a la adquisición de “Eléctrica de Sarria”. El número de abonados es, a finales de este año, el de 38885.

Para sustituir al consejero D. Ignacio Soler Damians, que había dimitido por incompatibilidad con otras actividades mercantiles, es nombrado consejero D. Pedro Barrié de la Maza.

Se llega a un acuerdo con “Electra del Viesgo” para respeto de zonas de distribución e intercambio de energía.

1932 Renuncian a sus cargos, por incompatibilidad con otras funciones, el Presidente D. Ricardo Rodríguez Pastor y el Consejero D. Ignacio Soler Damians.

El señor Blanco de la Peña pasa a ocupar accidentalmente la presidencia de la Sociedad.

1934 Son designados consejeros los señores D. José M^a Mora Ruiz y D. José Bartolomé Varela.

1935 Una Junta General Extraordinaria autoriza la emisión de 10000000 de pesetas de obligaciones o bonos. Al mismo tiempo se autoriza al Consejo de Administración para llevar a cabo la absorción de las sociedades filiales, lo que así se efectúa con “Hulla Blanca”, “Eléctrica de Orense” y “Eléctrica de Pontevedra-Marín”.

La distribución de gas proporcionó beneficios en este ejercicio debido a una tienda que para propaganda se instaló en una céntrica calle viguesa, con la que se consiguió un aumento de 292 abonados.

El malestar político se reflejó en una serie de huelgas y sabotajes que afectó sensiblemente a la explotación.

D. Manuel Arceo Guerra sustituye en el Consejo de Administración a D. José de la Mora, que había presentado la dimisión.

1937 En la Memoria de este año se da cuenta del número de empleados de la Sociedad fallecidos en acción de guerra. La Sociedad se encuentra con 108 de sus empleados movilizadas en los distintos frentes.

Los abonados al final de este año son 62581, atendidos por una producción de 64200707 kilovatios-hora.

Es designado presidente del Consejo de Administración el señor D. Pedro Barrié de la Maza.

1940 El número de abonados alcanza la cifra de 70889.

Los servicios de explotación se ven afectados por grandes dificultades para la adquisición de materiales básicos para nuestra industria. Ello repercute en el número de averías que causaron el natural quebranto en la explotación.

1941 Continuaron las dificultades para el suministro de material y maquinaria, afectando al índice de averías padecidas.

Es elevado el capital social a 125.000.000 de pesetas.

Por enfermedad de D. José de Gándara, en el mes de abril, se nombra Gerente con carácter provisional al Consejero D. Demetrio Salorio Rubine.

1943 Es autorizada la unificación de las veintitantas tarifas que la Empresa tiene en aplicación como consecuencia de las absorciones efectuadas, si bien no se autoriza la elevación de las mismas que también se había solicitado.

El número de abonados de la Sociedad “General Gallega de Electricidad” alcanza la cifra de 85531, atendidos por una producción de 87.928.088 kilovatios-hora.

Fallece el Consejero D. Manuel Arceo Guerra, que es sustituido por D. Andrés Pardo Hidalgo.

El 23 de agosto de este año es constituida la Sociedad “**Fuerzas Eléctricas del Noroeste, S. A.**”, con un capital social de 5.000.000 de pesetas. El 24 de noviembre del mismo año se celebró una Junta General Extraordinaria en la que se acordó elevar el capital social, cuando el Consejo lo estimare pertinente, hasta 100.000.000 de pesetas.

Esta nueva Sociedad se hace cargo de la continuación de las obras del Salto de las Conchas, iniciadas pocos meses antes por Sociedades fundadoras de “FENOSA”: “Banco Pastor”, “**Hijos de Olimpio Pérez**” e “Industrias Gallegas”. Estas fueron bendecidas el 25 de septiembre de 1943 en acto al que asistieron el Secretario General Técnico del Ministerio de Industria, D. Luis Pombo Polanco, el Director General de Industria y otras personalidades. El Consejo de Administración de “Fenosa” queda inicialmente CONSTITUIDO por D. Pedro Barrié de la Maza, como Presidente; **D. Marcelino Blanco de la Peña, como Vicepresidente**, y D. Andrés Pardo Hidalgo como Vocal-Secretario. Figura como Director-Gerente de la Sociedad, el señor D. Benigno Quiroga López-Vázquez.

En la primera Memoria de “Fenosa” se informaba de la presentación del proyecto de aprovechamiento integral del río Miño en su tramo español, así como la compra de las concesiones en dicho río, propiedad del ingeniero D. Pedro García Faria. Estas concesiones en el tramo del río que va desde Puertomarín (Lugo) a Peares (Orense), preveían el establecimiento de tres importantes Saltos con una potencia total de 70741 CV. Con ello, y una ampliación de la capacidad de su embalse, se podría llegar a una instalación de 100.000 CV y una producción anual de 300.000.000 kwh.

O relatório cronológico do processo de configuração do sector eléctrico galego no século XX prolonga-se até o ano de 1968, em que se comemoram os 25 anos da criação da sociedade. O período 1943-1968 centra-se na descrição das cotas produtivas alcançadas pela *SGGE* e por *Fenosa* e das correspondentes alterações administrativas acontecidas até a absorção daquela por esta no ano de 1955. O ano da inauguração do Salto dos Peares e da concessão do condado de Fenosa a Pedro Barrié.

A *SGGE* alcançava, na altura, uma produção de 283,9 GWh (milhões de KWh) com um lucro, no ano de 1954, de 31,3 milhões de pesetas. A produção de *Fenosa* situava-se em 540 GWh. A equação de câmbio acordada na operação de absorção da SCCE por Fenosa foi de três por dois: 1.500 pesetas nominais da *SGGE* por 1.000 de Fenosa em ações de ambas as companhias totalmente desembolsadas.

No período 1943-1968, registámos alguns acontecimentos de interesse para os nossos propósitos de sublinhar o protagonismo de *Hijos de Olimpio Pérez*, representado por Marcelino Blanco de la Peña, e outros sócios próximos da instituição, como os proprietários compostelanos Emilio García Martínez-Baladrón e Rafael Gil-Casares Pérez, e mesmo o empresário ponte-vedrés Vicente Riestra Calderón, um correspondente tradicional da banca Pérez na Ponte Vedra.

Marcelino Blanco era casado, como sabemos, com Celestina Pérez Esteso, filha de Olimpio Pérez, enquanto Rafael Gil-Casares – que figura nos anos sessenta como Vice-Presidente e Administrador-Delegado do Banco *Hijos de Olimpio Pérez* – era cunhado dos Pérez Esteso por casamento do seu irmão Felipe com outra das seis filhas de Olimpio, Carmen.

No ano da absorção da *SGGE* por *Fenosa*, 1955, passaram a integrar-se no Conselho de Administração da Fenosa Wenceslao González Garra, Emilio García Martínez-Baladrón e Vicente Riestra.

Em 1963, falecia o Vice-Presidente de Fenosa, Marcelino Blanco de la Peña, sendo substituído pelo Conselheiro Rafael Gil-Casares Pérez, Vice-Presidente e Administrador-Delegado, na altura, do Banco *Hijos de Olimpio Pérez*.

APÊNDICE 4.3

Negociações para a transmissão das instalações do Salto do Pindo, na Ria de Corcubion

A 12 de julho de 1904, inaugurava-se o Salto do Pindo sob o patrocínio e financiamento de Ricardo Rodríguez Pastor, presidente, na altura, de *Sobrinos de José Pastor* e primo de Pedro Barrié y Pastor, pai de Pedro Barrié de la Maza.

O projecto de aproveitamento hidroeléctrico está localizado num lugar geográfico privilegiado: a queda d'água da desembocadura do rio Jalhas, no fundo da Ria de Corcubion, numha prega lateral do Monte Pindo que olha para o Cabo de Fisterra.

O Salto foi inaugurado com toda a solenidade na vila do Ézaro, aonde se dirigiu por tal ocasião umha comitiva de jornalistas embarcada no Porto da Corunha no vapor Marquês de Amboage. O Salto tinha umha queda de 114 metros, segundo recolhem os jornais da época.

Entre os papéis do arquivo de *Hijos de Olímpio Pérez* pudemos achar umha carta manuscrita datada de 1901, remetida por Ricardo Rodríguez Pastor a Ramón N. Soler, de Lugo. O escrito permite comprovar o processo de reflexões, notas exploratórias e tentativas de negociação usuais na época entre próceres dos negócios para tentarem avaliar a factibilidade e conveniência do empreendimento a fim de configurarem um grupo promotor em investimentos de tal envergadura. Neste caso, um empreendimento eléctrico. É sugestiva a menção ao carácter restrito do empreendimento, limitado, segundo se deduz, a apenas cinco casas amigas.

Interessa destacar também a índole precursora do negócio na emergente indústria eléctrica enfrentada já na época à desproporção entre a carga dissuasória do investimento inicial requerido e a fraqueza e incerteza da demanda. Foi esta a circunstância que propiciou o nascimento do notável segmento de electro-indústrias do carbureto emergentes, como a *Fábrica de Carburos Laforet* (Arcade, 1899) e a própria *Hidroeléctrica do Pindo* (Cee, 1904) além dos transportes urbanos electrificados: *Corunha* (1913), *Vigo* (1914) e *Ponte Vedra-Marim* (1924).

Coruña, 22 Nov. 1901

Sr. D. Ramón N. Soler. Lugo

Mi distinguido amigo. Tenemos en estudio el negocio de la utilización del salto del Pindo para fabricar carburo de calcio.

La Sociedad de los carburos españoles en Berga [*Sociedad Española de Carburos Metálicos S. A.* (1897), J. L. F.], pagaría ptas. 70 caballo año por 1.000 hasta 3.000 caballos. La Sociedad de Lyon [*Société de Eclairage Chauffage et Force Motrice de La Corogne et Vigo*, Lyon, J. L. F.], concesionaria del salto, pide francos 200.000, a cobrar en acciones. La Sociedad de carburos pide ptas. 600.000 para construir su fábrica en el Pindo, a tomar en acciones de su Sociedad.

Se habrían de reunir 1.100.000 ptas, sean ptas. 500.000 por el Pindo y 600.000 por los carburos. El negocio puede tomarse entre 5 casa amigas, estipulando condiciones remuneradoras, a repartir después el capital entre el público.

Nosotros y la casa Marchesi estamos bastante animados y deseáramos viniera V. con nosotros. El alma del negocio es Saunier, persona con la cual puede tratarse en serio, como V. sabe.

Tengo aquí todos los datos, y si en principio está V. animado le suplico se tome la molestia de venir por acá para enseñarle todo. Está todo estudiado, tanto bajo el punto de vista de la explotación de la fuerza, como de la fabricación del carburo.

La cosa urge pues la Sociedad de los carburos exige resolvamos para buscar fuerza por otro lado, caso de no aceptar nosotros.

S. afm. amigo s. q. b. s. m.

R. Rodríguez Pastor

A resposta de Ramón N. Soler, de 06/12/1901, contém umha negativa cortês mas firme baseada em argumentos financeiros pertinentes à índole especulativa do negócio. Nom discute Soler a conveniência da operação para as Sociedades de Lyon e a de *Carburos Metálicos*, mas, no tocante a novos accionistas cuja participação se solicita, a opinião do capitalista é que a subscrição em firme “de un nuevo negocio, o por mejor decir para la ampliación de esos negocios ya en marcha”, suporia imobilizar o capital solicitado durante o tempo que durasse a instalação sem perspectiva clara de um negócio posterior “seguro y positivo”. Manifestava Ramón N. Soler, com a franqueza requerida, que era difícil assegurar um prémio de desinvestimento sobre as ações subscritas “bién necesaria para que remunerere el riesgo de una suscripción en firme”. “Por tal motivo— conclui antes de se despedir — el negocio no responde al fin de una especulación, quedando reducido a una colocación de capital, y en este sentido no me conviene”. (Sublinhados: J.L.F.). Em boa lógica empresarial, Ramón N. Soler apontava para a inexistência de umha mas-valia proporcionada ao risco assumido.

Umha carta posterior em vários anos, 20/03/1908, em papel timbrado da *Sociedad Anónima Hidro-Eléctrica del Pindo*, onde consta o capital social da firma, 1.200.000 pesetas, e remetida polo Administrador-Delegado da companhia, Francisco Sautier¹, da sua sede corunhesa a Timoteo Sánchez Freire de Santiago, informa-o sobre as negociações em curso entre a *Hidro-Eléctrica del Pindo* e a *Sociedad Española de Carbueros Metálicos* para a venda a esta última das instalações da Ria de Corcubiom. O escrito, assinado por Ricardo Rodríguez Pastor, ia acompanhado de umha nota técnica que continha a proposta de aquisição formulada pola S.E.C.M. A nota aludida reproduzia outra prévia remetida a Olímpio Pérez por Ricardo Rodríguez Pastor e que era conhecida na altura por Timoteo Sánchez, tal como se comenta no próprio escrito.

Informa a carta de que fora devidamente depositada a totalidade das acções representativas do capital da *Hidro-Eléctrica del Pindo* e da próxima reunião das Assembleias Ordinária e Extraordinária da sociedade a fim de acordar o dividendo do ano de 1907 e eleger novo Conselho de Administração. Remata o escrito comentando o procedimento de liquidação da Sociedade por parte de *Sobrinos de José Pastor* que se prevê encerrar em numerário, com valoração à par, junto com o benefício das obrigações subscritas da S.E.C.M. Um remanescente de 285.000 será liquidado, como se indica, em letras a negociar. A carta de Ricardo Rodríguez Pastor remata com o pós-escrito: “Mucho agradeceré a V. enseñe la presente al amigo D. Olímpio”.

Umha folha solta sem data nem referência mas redigida, com toda a probabilidade, em finais do ano de 1907, parece coincidir com a informação da carta que estamos a comentar. A folha contém precisões sobre o empreendimento industrial levado a cabo e parece confirmar o vaticínio de Pedro N. Soler de que a operação que lhe fora proposta em 1901 nom dava mostras de gerar mais-valias de desinvestimento. A operação que se descreve parece aludir à proposta de aquisição das instalações de Cee por parte da *Sociedad Española de Carbueros Metálicos S.A.*, empresa que acabaria fazendo-se com o empreendimento energético até a sua venda ao *Grupo Villar Mir* no ano de 1992, com alteração da sua denominação tradicional (S.E.C.M.) para que actualmente tem: *Ferroatlántica*². Transcrevemos a folha, polo seu interesse circunstancial para documentar a entrada da S.E.C.M. na exploração químico-energética do rio Pindo.

1 O engenheiro Francisco Saumier Gonbard foi o representante en Galiza da *Societé de Eclairage Chauffage et Force Motrice de La Corogne et Vigo* com sede em Lyon, a empresa que dotara de iluminação a gás à cidade de Vigo no ano 1884.

2 Umha história das instalações electroquímicas do Pindo e Brens contém-se em: De Ramón y Ballesteros, F, (1974), *La fábrica de Cee*, Gráfico Galaico, Corunha. A crónica, de marcado tom literário e laudatório, tem escasso interesse documental.

❖ **Extracto de la proposición de compra de las fábricas del Pindo y Brens.**

1º Esta compra tendrá lugar en forma de cesión por la sociedad del Pindo, de la totalidad del activo de la misma: Concesión, terrenos, conducción, fábricas, etc., etc.

2º Para simplificar, en lugar de entregar as fábricas, etc., entregará libres de gastos, las 2.400 acciones de 500 pesetas que constituyen el capital social, así como las cédulas de fundador, de modo que continúe funcionando la *Sociedad del Pindo* con sus nuevos accionistas.

3º En cambio de esta cesión, la *Sociedad de Carburos* pagará Ptas. 1.808.051,89 que representan el valor de la concesión, terrenos, etc., etc. en 15 de noviembre 1907, según libros. Lo gastado en la instalación del 4º grupo y 2ª línea no está comprendido en esta cifra.

Lo gastado en dicho 4º grupo y 2º línea, mas lo que falte por pagar hasta terminar estos trabajos, se estima aproximadamente en pesetas 285.000. Resultaría así un total de 2.093.000.

4º Estos pagos se efectuarían de la manera siguiente:

Ptas. 1.608.051,89 en efectivo contra entrega de los títulos acciones.

Ptas. 200.000,00 en obligaciones de la *Sociedad de Carburos*, interés 5%, de 500 francos una, con garantía del mismo cambio en la época de reembolso.

Para el saldo, o sea:

Ptas. 285.000,00 aproximadamente, en letras aceptadas.

Ptas. 2.093.051,89

5º La *Sociedad de Carburos* disfrutará desde 1º de Enero 1908 de la explotación de las fábricas. En cambio de esto indemnizará a la *Sociedad del Pindo* (accionistas actuales) de los beneficios que pudieran corresponderles por el primer trimestre corriente mediante una cantidad fija de 40.000 pesetas.

APÊNDICE 5.1

Características das remessas tramitadas

Os livros de registo das operações de aviso e execução das ordens de pagamento recebidas pelo banco conhecido sucessivamente como Hijos de Pérez Sáenz, S.R.C. desde finais de 1884, Olímpio Pérez, a partir do primeiro de janeiro de 1902, Olímpio Pérez e Hijos, S.R.C. desde o primeiro de janeiro de 1910 até o dia vinte de Março de 1915, em que muda para Hijos de Olímpio Pérez, cobrem um dilatado lapso temporal de quarenta e um anos, 1885 a 1925, embora só tenhamos sido capazes de localizar seis dos livros registradores que documentam em forma incompleta a totalidade do período; concretamente, as referentes aos anos de 1885, 1890, 1891-1892, 1906-1907, 1911 e 1924-1925. Trata-se, em definitivo, de seis cortes transversais no fluxo de remessas recebido pela casa Pérez desde 1885 a 1925, de interesse indiscutível para aceder a um melhor conhecimento do fenómeno embora não permitam extrair consequências gerais.

Na análise da série documentada, operação por operação, julgamos de especial interesse a fixação das características mais destacadas dos envios referenciados nos livros registo que pudemos encontrar, a fim de alcançarmos uma imagem mais precisa de período em apreço e de proporcionar, deste modo, uma visão mais precisa dos fluxos tramitados pelos Pérez.

Resumimos a informação básica em seis fichas descritivas de cada um dos livros de *Letras a pagar* que nos foi possível localizar mediante uma amostra aplicada à listagem de dados previamente transcritos e submetidos a homogeneização, em cuja operação incluímos a “restituição” de dados como os do sacador ou o local de emissão quando julgamos que a ausência dos mesmos no texto original era razoavelmente sanável. Naturalmente, tal operação pode ter incorporado erros que, em qualquer caso, não consideramos que tenham introduzido qualquer viés nos resultados.

A estrutura das fichas é idêntica. As duas primeiras tabelas tentam descrever a amostra mediante a sua segmentação em três intervalos percentil (25 %, 50 %, 75 %) que proporcionam dados agregados da totalidade de livranças com valor inferior ao valor que marca cada percentil. Agregamos o percentil 1 (100 %) que reúne a totalidade dos dados e tem como valor separador o valor máximo registado.

Assi, na primeira ficha, registámos 593 livranças com valor inferior a 118 pesetas, que totalizam 46.296 pesetas. O segundo percentil, valores inferiores a 250, inclui um número similar de operações e acrescenta 84.403 pesetas ao anterior; o mesmo com o terceiro percentil até atingir o valor 1 (100%), que tem como valor de corte o da livrança de maior valor (22.364 pesetas, neste caso) e acumula transferências muito superiores às dos percentis precedentes: 1.213.987 pesetas transferidas por livranças superiores às 500 pesetas. Junta-se um quadro dos indicadores habituais de medida da dispersão das amostras.

O seguinte quadro é o de maior interesse descritivo porquanto tenta quantificar as livranças em função da procedência e, em particular, as de procedência americana. Suposta uma manipulação correcta dos dados registados nos livros – som precisas hipóteses razoáveis para preencher as lacunas observadas, atribuíveis à despreocupação na redacção de uns livros que, afinal, tinham apenas valor auxiliar, instrumental – este quadro proporciona-nos uma visão imprescindível de enorme importância dos fluxos ultramarinos nos totais, junto com outros traços significativos; o escasso peso dos envios do resto do Estado, por exemplo.

Finalmente, a última tabela ou quadro da ficha, tem a importância singular de relacionar sacadores, locais de emissão e endossantes habituais como contribuição para um melhor conhecimento da complexa rede do tráfego de remessas ultramarinas. Tentámos resumir neste último quadro uma ampla representação da rede que servia de suporte às livranças. Ao pé do mesmo, fazemos constar o tamanho da amostra que permite julgar a sua representatividade.

❖ Fichas analíticas dos livros de *Letras a Pagar* consultados nos arquivos da Casa Pérez que custodia o *Banco Gallego*

1885. Datas extremas do registo: 1-01-1885/25-09-1885, 268 dias

Distribuição da amostra

Segmentação em função do valor das livranças contabilizadas				Indicadores de dispersão	
Percentil	Valor menor que:	Número operações por intervalo	Valor transferido por intervalo	mín.:	20,0
0,25	117,83	593	46.296,73	média:	635,6
0,50	250,00	529	84.403,40	desvio padrão:	1.327,0
0,75	500,00	534	159.941,92	máx.:	22.364,16
1,00	22.364,20	710	1.213.987,44		
		2.366	1.504.629		

Distribuição geográfica das letras a pagar

Procedência	Operações contabilizadas		Pesetas transferidas num período de 268 dias naturais		Valor médio
Galiza	326	13,78	417.425	27,74	1.280
Espanha	63	2,66	61.178	4,07	971
Europa	54	2,28	21.488	1,43	398
Prata	713	30,14	333.385	22,16	468
Caraíbas	1.094	46,24	604.861	40,20	553
Resto América	99	4,18	52.536	3,49	531
Mundo	10	0,42	9.373	0,62	937
Indeterminadas	7	0,30	4.383	0,29	626
Total	2.366	100	1.504.629	100	635,9
Intensidade diária	8,83		5.614,3		
Europa		18,72		33,24	1,8
América		80,56		65,85	0,8
Resto Mundo		0,72		0,91	1,3

Correspondências bancárias: sacadores principais ordenados em função dos valores transferidos

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operações documentadas	Endossante habitual
J A Bances	137.764	Havana	387	José Pastor y Cia, Herce
J M Borges y Cia	110.819	Havana	152	José Pastor y Cia
BLRP	97.834	Buenos Aires	229	José Pastor y Cia
N Gelats y Cia	64.723	Havana	92	José Pastor y Cia
Miguel Santos y Cia	60.409	Buenos Aires	150	José Pastor y Cia
L Ruiz y Cia	59.057	Havana	110	Calamarte
H Upmann y Cia	56.344	Havana	83	José Pastor y Cia
José Portals	55.924	Esteiro	43	
José Romani y Cruz	46.625	Esteiro	15	José Pastor y Cia
Carabassa y Cia	45.192	Buenos Aires	95	José Pastor y Cia
Salvador Soler y Paz	31.976	Palmeira	21	José Pastor y Cia

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operaçons documentadas	Endossante habitual
Félix Romaní y Cruz	31.733	Muros	14	José Pastor y Cia
Miguel Santiago y Cia	30.648	Buenos Aires	76	José Pastor y Cia
Banco Comercio e Industria	28.495	Rio de Janeiro	53	José Pastor y Cia
Banco Comercial	28.007	Montevideu	38	Sáinz
J Balcells y Cia	27.410	Havana	42	Llaguino Morana
J Conill e Hijo	26.773	Havana	7	José Pastor y Cia
José Colomer	22.009	Palmeira	19	
José Colomer	22.009	Póvoa	19	José Pastor y Cia
Ramón Soler y Hermano	19.398	Lugo	20	José Pastor y Cia
Casabassa y Cia	17.870	Buenos Aires	18	
Siaba e Iglesias	15.217	Muros	7	José Pastor y Cia
Bosch y Cia	14.750	Santiago de Cuba	5	José Pastor y Cia
H Upman y Cia	13.304	Havana	32	Tomás de la Calzada
LRPB	13.032	Buenos Aires	19	José Pastor y Cia
Pedro Ferres	12.720	Montevideu	12	José Pastor y Cia
Carmen García	11.883	Santiago	7	
J Gineros y Cia	11.121	Havana	9	José Pastor y Cia
Manuel Pereiro Rey	10.719	Ourense	61	José Pastor y Cia
Francisco A Riestra	10.319	Ponte Vedra	6	
Muiguel Santiago y Cia	9.745	Buenos Aires	38	
José Crusat	9.679	Palmeira	8	José Pastor y Cia
Castaño e Intriago	8.688	Cienfuegos	18	José Pastor y Cia
García y Cia	7.375	Cienfuegos	15	Sáinz
Maribona Suárez y Cia	7.232	Havana	22	José Pastor y Cia
Banco Alianza	6.550		17	José Pastor y Cia
Francisco Ferrer Casellas	6.382	Muros	6	José Pastor y Cia
J M Borges	6.250	Havana	13	Calamarte
Jover y Cia	5.075	Barcelona	6	
Salvador S y Paz	5.019	Palmeira	5	José Pastor y Cia
CL	5.002	Madrid	9	José Pastor y Cia
CL	5.002	Bordéus	9	José Pastor y Cia
Banca Bellido y Cia	4.789	Matanzas	7	José Pastor y Cia
Lima Mayer Fils	3.913	Lisboa	22	José Pastor y Cia
Lázaro Fernández	3.770	Póvoa	5	José Pastor y Cia
Martins y Cia	3.614	Montevideu	14	José Pastor y Cia
Mas y Cia	2.995	Santiago de Cuba	13	José Pastor y Cia

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operações documentadas	Endossante habitual
Pedro Gómez da Silva	2.903	Lisboa	17	José Pastor y Cia
Juan Martínez	2.748	Cárdenas	11	Herce y Cia
Juan Martínez	2.748	Cárdenas	11	Herce y Cia
Mariano Pérez	2.540	Vigo	4	
José Pastor y Cia	2.086	Corunha	5	José Pastor y Cia
Zaldo Hermanos y Cia	2.085	Veracruz	6	José Pastor y Cia
Carlos de Casas	1.964	Ribadeo	4	José Pastor y Cia
Severo Bastón	1.297	Porto Rico	8	José Pastor y Cia
Leunda Hermanos	1.139	Montevideo	4	José Pastor y Cia
Díez Vergara y Cia	1.110	Jerez	7	José Pastor y Cia
Manuel Ibáñez	1.090	México	6	José Pastor y Cia
Benito Losada	875	San Gregorio	4	José Pastor y Cia
Llaguno Morana Ruiz	554	Madrid	4	José Pastor y Cia
Subtotal coberto	1.258.296		2.159	
% de cobertura	83,6		91,3	

1890. Datas extremas do registo: 23-05-1890/6-09-1890, 107 dias

Distribuição da amostra.

Segmentação em função do valor das livranças contabilizadas				Indicadores de dispersão	
Percentil	Valor menor que:	Número operações por intervalo	Valor transferido por intervalo	min.:	10,0
0,25	100,0	404	24.995,28	média:	579,3
0,50	199,0	536	69.072,97	desvio padrão:	1.547,5
0,75	410,0	468	126.500,43	máx.:	25.047,20
1,00	25.047,2	473	869.102,05		
		1.881	1.089.671		

Distribuição geográfica das letras a pagar

Procedência	Operações contabilizadas		Pesetas transferidas num período de 107 dias naturais		Valor médio
Galiza	104	5,53	190.112	17,45	1.828
Espanha	116	6,17	29.631	2,72	255
Europa	2	0,11	120	0,01	60
Prata	994	52,84	402.710	36,96	405
Caraíbas	594	31,58	445.891	40,92	751
Resto América	52	2,76	13.775	1,26	265
Mundo	18	0,96	7.281	0,67	405
Indeterminadas	1	0,05	150	0,01	150
Total	1.881	100,00	1.089.671	100,00	579,3
Intensidade diária	17,58		10.183,8		
Europa		11,80		20,18	
América		87,19		79,14	
Resto Mundo		1,01		0,68	

Correspondências bancárias: sacadores principais ordenados em função dos valores transferidos

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operações documentadas	Endossante habitual
J M Borges y Cia	161.684	Havana	111	Vidal Quadras
Banco de Londres	127.830	Montevideu	132	Sobrios José Pastor
Banco Comercial	103.867	Montevideu	188	Sáinz
N Gelats y Cia	93.103	Havana	166	Calamarte
Miguel Santiago y Cia	72.441	Buenos Aires	350	Sáinz
L Ruiz y Cia	41.012	Havana	58	Sáinz
J A Bances	33.604	Havana	97	Sobrios José Pastor

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operações documentadas	Endossante habitual
José Portals	31.264	Muros	16	
Carabassa y Cia	28.316	Buenos Aires	104	Sáinz
Banco Español de Rosario y Santa Fé	26.758	Buenos Aires	94	Calamarte
H Upmann y Cia	24.053	Havana	37	P Pastor Ojero
José Romaní Cruz	19.975	Esteiro, Muros	8	
J Balcells y Cia	12.165	Havana	21	Sáinz
Banco de Castilla	11.234	Madrid	46	Sáinz
José Colomer	9.806	Palmeira	4	
Pedro A Moreno	8.750	Noia	5	
Leunda hermanos	8.592	Montevideu	13	Sáinz
Maribona Gra y Cia	8.515	Havana	14	Calamarte
Banco Aliança	8.475	Rio de Janeiro	35	Sáinz
Manuel Pereiro Rey	8.025	Ourense	14	
Banco Comercial e Industrial	7.210	Rio de Janeiro	16	
García y Cia	6.795	Cienfuegos	21	Calamarte, Sáinz
Félix Romaní Cruz	6.443	Muros	6	
BERP	6.312	Montevideu	27	Sáinz
Credit Lyonnais	4.954	Madrid	11	
Andrés Fariña	4.475	Sevilha	28	Sáinz
Batlle hermanos y Cia	4.100	Manila	10	P Alfaro
Aguiar Braga y Cia	3.983	Montevideu	17	Sáinz
Banco Nacional de la República Oriental del Uruguay	3.198	Montevideu	15	Calamarte
Subtotal coberto	886.939		1.664	
% de cobertura	81,4		88,5	

1891-1892. Datas extremas do registo: 6-07-1891/11-05-1892, 311 dias**Distribuição da amostra**

Segmentação em função do valor das 1.881 livranças contabilizadas				Indicadores de dispersão	
Percentil	Valor menor que:	Número operações por intervalo	Valor transferido por intervalo	mín.:	1,0
0,25	100,00	1.223	77.736,65	desvio padrão:	1.043,8
0,50	165,00	1.271	157.594,24	média:	446,0
0,75	350,00	1.213	215.892,29	máx.:	23.398,50
1,00	23.398,50	1.283	1.773.797,18		
		4.990	2.225.020		

Distribuição geográfica das letras a pagar

Procedência	Operações contabilizadas		Pesetas transferidas num período de 311 dias naturais		Valor médio
Galiza	401	8,04	610.449	27,44	1.522
Espanha	213	4,27	73.825	3,32	347
Europa	36	0,72	9.250	0,42	257
Prata	1.815	36,37	566.590	25,46	312
Caraíbas	2.220	44,49	870.083	39,10	392
Resto América	243	4,87	53.312	2,40	219
Mundo	37	0,74	30.534	1,37	825
Indeterminadas	25	0,50	10.978	0,49	439
Total	4.990	100,00	2.225.020	100,00	445,9
Intensidade diária	16,05		7.154,4		
Europa		13,03		31,17	
América		85,73		66,96	
Resto Mundo		1,24		1,87	

Correspondências bancárias: sacadores principais ordenados em função dos valores transferidos

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operações documentadas	Endossante habitual
N Gelats y Cia	274.668	Havana	732	García Calamarte
Banco Español del Río de la Plata	153.496	Buenos Aires	375	Calamarte, Sáinz
J M Borges y Cia	152.641	Havana	230	Vidal Quadras
Miguel Santiago y Cia	140.763	Buenos Aires	655	E Sáinz e Hijos

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operações documentadas	Endossante habitual
Banco de Londres	104.827	Montevideo	267	Sobrinos de José Pastor
Banco Comercial	98.241	Montevideo	270	E Sáinz e Hijos
L Ruiz y Cia	90.713	Havana	228	E Sáinz e Hijos
J A Bances	83.138	Havana	307	Sobrinos de José Pastor
H Upmann y Cia	74.660	Havana	145	J Canduela y Cia
José Portals	62.918	Póvoa	50	Sobrinos de José Pastor
Lázaro Fernández	52.029	Póvoa	24	
José Romaní Cruz	45.085	Esteiro	17	
Banco Alliança	40.802	Rio de Janeiro	178	
Salvador Soler Paz	36.724		21	
J Balcells y Cia	33.678	Havana	83	Sobrinos de José Pastor
Nicolás Castaño y Cia	28.405	Cienfuegos	80	García Calamarte
Credit Lyonnais	25.243	Barcelona	37	García Calamarte
Manuel Pereiro Rey	24.811	Ourense	46	
Félix Romaní Cruz	16.684		11	
Maribona García y Cia	15.140	Havana	14	García Calamarte
José Ferrer y Marles	14.920	Póvoa	17	
Siaba Iglesias	11.119		10	
Banco Comercio e Industria	9.957	Rio de Janeiro	53	García Calamarte
M F Bulnes	9.941	Havana	30	Sáinz
García y Cia	8.217	Cienfuegos	42	
L B Supervielle	8.111	Montevideo	29	Sobrinos de José Pastor
London River Plate Bank	7.737	Buenos Aires	26	Sobrinos de José Pastor
Aguiar Braga y Cia	6.578	Montevideo	21	E Sáinz
Francisco A Riestra	5.303		12	
M Pulido	4.265	Havana	13	Sáinz
Ramón N Soler	4.187		10	
Banco Sabadell, Sucursal	4.150	Buenos Aires	13	Sobrinos José Pastor
J Rafecas y Cia	3.507	Havana	13	E Sáinz e Hijos

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operaçons documentadas	Endossante habitual
Andrés Fariña	3.460	Sevilha	48	Vidal Quadras
J M Tuasson y Cia	3.190		9	
G Castillo	2.985		13	
Banco Español Filipino	2.959		5	
C Jacquet	2.328		14	Sobrinos José Pastor
Luiz Ferreira Alves	2.202		9	
Mamerto Pulido	1.925		9	
Banco de Castilla	1.903		9	
Maribona Pérez y Cia	1.725	Cárdenas	5	Vidal Quadras
E Sáinz e Hijos	1.678	Madrid	10	
Banco España y Rosario	1.423	Rosario	2	
Cuesta Hermanos	1.344	Valhadolid	13	
Díez Vergara y Cia	1.240		11	
Banco de Crédito	454		9	
Union Bank	255		2	
Subtotal coberto	1.681.725		4.227	
% de cobertura	75,6		84,7	

1906-1907. Datas extremas do registo: 09-08-1906/29-01-1907, 174 dias

Distribuiçom da amostra

Segmentaçom em funçom do valor las livranças contabilizadas				Indicadores de dispersom	
Percentil	Valor menor que:	Número operaçons por intervalo	Valor transferido por intervalo	min.:	6,0
0,25	100,0	1.258	73.796,5	média:	446,3
0,50	190,9	1.494	185.946,2	desvio padrom:	1.050,5
0,75	400,0	1.356	360.120,7	máx.:	20.000,0
1,00	20.000,0	1.392	1.830.979,6		
		5.500	2.450.843		

Distribuição geográfica das letras a pagar

Procedência	Operações contabilizadas		Pesetas transferidas num período de 107 naturais		Valor médio
Galiza	583	10,60	552.255	22,48	1.828
Espanha	250	4,55	102.269	4,16	255
Europa	37	0,67	12.275	0,50	60
Prata	3.111	56,56	1.121.325	45,65	405
Caraíbas	1.235	22,45	541.853	22,06	751
Resto América	222	4,04	104.345	4,25	265
Mundo	2	0,04	200	0,01	405
Indeterminadas	60	1,09	21.997	0,90	150
Total	5.500	100,00	2.456.521	100,00	579,3
Intensidade diária	31,61		10.183,8		
Europa		11,80		27,14	
América		87,19		71,95	
Resto Mundo		1,01		0,90	

Correspondências bancárias: sacadores principais ordenados em função dos valores transferidos

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operações documentadas	Endossante habitual
Banco Español del Rio de la Plata	752.235	Buenos Aires	2.213	BEC, Madrid
Banco de Londres y del Rio de la Plata	226.301	Buenos Aires	113	E Sáinz e Hijos
N Gelats y Cia	222.188	Havana	520	Hijos Pastor Ojero, Sánchez Rivera
Banco Español de la Isla de Cuba	65.684	Havana	89	Jover y Cia, Barcelona
Banco de Vigo	48.745	Vigo	80	Banco de Vigo
H Upman y Cia	45.272	Havana	99	Sobrinos de José Pastor
Banco de Galicia y Buenos Aires	44.851	Buenos Aires	185	García Calamarte y Cia
Ferrer Hermanos	44.438	Porto-Sim	22	
L Ruiz	40.829	Havana	73	E Sáinz e Hijos
Banco União do Comércio	31.758	Rio de Janeiro	82	García Calamarte y Cia
Joaquín Vieta Ros	26.851	Muros	33	
Portals Hermanos y Sobrinos	26.462	Muros	24	

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operações documentadas	Endossante habitual
Banco de Vigo, sucursal	24.199	Vila-Garcia	11	
Banco de Vigo, Sucursal	24.199	Vila-Garcia	11	Banco de Vigo
J Balcells y Cia	21.519	Havana	53	E Sáinz e Hijos
Valdés Hermanos	18.985	Batabanó	8	BERP, Madrid
Antonio Soler y Hermano	18.950	Caraminhal	19	
J A Bances y Cia	17.756	Havana	63	Sobrinos de José Pastor
Vda e Hijos de José M ^a Vieta	17.734	Muros	10	
Álvarez Valdés y Cia	17.604	Havana	51	BERP, Madrid
S Balbín y Valle	16.426	Cienfuegos	46	
Banco Nacional de Cuba	12.478	Camagüey	32	BHA, Madrid
Banco Británico de América del Sur	11.908	Buenos Aires	52	García Calamarte Cia
Royal Bank of Canada	11.376	Cárdenas	20	
Abelardo Romaní	11.330	Muros	15	
Abelardo Romaní	11.330	Muros	15	
Costa Braga y Cia	11.110	Rio de Janeiro	18	CL, Madrid
Credit Lyonnais	10.771	Madrid	45	CL, Madrid
Banco Allianca	9.860	Rio de Janeiro	26	Banco Allianca
Irazu y Cia	9.523	Buenos Aires	39	García Calamarte y Cia
Banco Británico	8.732	Buenos Aires	13	E Sáinz e Hijos
Supervielle y Cia	6.962	Montevideu	23	BHA, Madrid
Salvador Soler Paz	6.875	Palmeira	9	
Sobrinos de José Pastor	6.750	Corunha	31	
Banco Español de Crédito	6.783	Corunha	25	
Banco de la Nación Argentina	6.710	Boca	22	
Banco Francés del Rio de la Plata	6.083	Chivilcoy	15	CL, París
London Brazilian Bank	6.016	Buenos Aires	12	CL, Madrid
Nicolás Castaño	5.531	Cienfuegos	13	García Calamarte y Cia

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operações documentadas	Endossante habitual
Nunes de Sá y Cia	4.980	Rio de Janeiro	20	Sobrinos de José Pastor
Hijos de Juan A Dans y Cia	4.577	Ferrol	50	Sánchez Rivera y Cia S C
Vda e Hijos de Carlos Casas	4.041	Riba d'Eu	13	
C Branet y Cia	4.029	Santiago de Cuba	14	Sánchez Rivera y Cia S C
Banco Alemán Transatlántico	3.759	Buenos Aires	23	BAT, Barcelona
Banco de Cartagena	3.664		8	
Manuel Miñones Barros	3.507	Corbubiom	13	
Borges & Irmao	3.369	Porto	16	Banco de Vigo
Soler e Hijos	3.012	Lugo	21	
Banco de Bilbao	2.866	Bilbau	14	
Banco Guipuzcoano	2.560		8	
Digón Hermanos	2.375	Havana	18	BHA, Madrid
José Seisdedos	2.040		8	
Banco de Italia y Rio de la Plata	1.980	Rosario, Santa Fé	8	García Calamarte y Cia
R Pardo y Cia	1.717	Ponte d'Eume	17	
Banco Hispano Americano	1.594		8	
Subtotal coberto	1.963.183		4.489	
% de cobertura	79,9		81,6	

1911. Datas extremas do registo: 04-07-1911/ 30-12-1911, 180 dias**Distribuição da amostra.**

Segmentação em função do valor das 1.881 livranças contabilizadas				Indicadores de dispersão	
Percentil	Valor menor que:	Número operações por intervalo	Valor transferido por intervalo	mín.:	5,0
0,25	100,0	1.415	82.208,0	média:	522,6
0,50	152,0	1.584	188.846,8	desvio padrão::	1.651,0
0,75	354,7	1.501	372.943,4	máx.:	37.000,0
1,00	37.000,0	1.500	2.491.868,3		
		6.001	3.135.866		

Distribuição geográfica das letras a pagar

Procedência	Operações contabilizadas		Pesetas transferidas num período de 107 dias naturais		Valor médio
Galiza	629	10,48	450.156	14,36	716
Espanha	377	6,28	196.036	6,25	520
Europa	42	0,70	14.291	0,46	340
Prata	3.771	62,84	1.774.977	56,60	471
Caraíbas	924	15,40	529.024	16,87	573
Resto América	188	3,13	144.283	4,60	767
Mundo	3	0,05	1.500	0,05	500
Indeterminadas	67	1,12	25.600	0,82	382
Total	6.001	100,00	3.135.866	100,00	522,6
Intensidade diária	33,34		17.421,5		
Europa		17,46		21,06	
América		81,37		78,07	
Resto Mundo		1,17		0,86	

Correspondências bancárias: sacadores principais ordenados em função dos valores transferidos

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operações documentadas	Endossante habitual
BERP	1.333.979	Buenos Aires	2.712	BERP Vigo
N Gelats y Cia	182.947	Havana	232	Sánchez Rivera y Cia
BHA	119.830	Madrid	72	BERP Vigo
BNA	108.754	Buenos Aires	202	BERP Vigo
LRPB	93.343	Buenos Aires	137	Sobrinos José Pastor

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operaçons documentadas	Endossante habitual
CACG	87.344	Havana	122	Sobrinos José Pastor
BNC	68.832	Galiano	135	BHA Madrid
Banco de Cartagena	67.889	Cádiz	36	Banco de Cartagena
BEIC	38.368	Santa Clara	83	BHA Madrid
Banco de Vigo	33.786	Vigo	41	BERP Vigo
Digón Hermanos	30.812	Havana	89	
H Upman y Cia	25.627	Havana	16	Sobrinos José Pastor
Portals Hermanos y Sobrinos	25.121	Muros	25	
BEC	21.336	Corunha	58	BHA Madrid
BPBA	21.061	G Sarmiento	70	BHA Madrid
J Caamaño y Cia	20.928	Noia	10	BHA Madrid
Pedro Romero y Hermanos	19.351	Lugo	39	Sobrinos de José Pastor
José Pérez Lorenzo	18.924	Noia	9	
CL	17.356	Madrid	49	BHA Madrid
S Balbín y Valle	13.976	Cienfuegos	48	BHA Madrid
BBSA	13.308	Sao Paulo	49	G Calamarte y Cia Madrid
BFRP	13.301	Chivilcoy	20	BERP Vigo
RBC	13.151	Sagua	21	CL Madrid
A Dubert Siaba	13.013	Muros	12	BHA Madrid
BAT	12.122	Buenos Aires	34	BAT
BERP Vigo	11.120	Buenos Aires	24	BERP Vigo
Irazu y Cia	10.740	Buenos Aires	28	García Calamarte Cia Madrid
BPE	9.886	Buenos Aires	39	G Calamarte y Cia Madrid
Sobrinos de José Pastor	9.512	Corunha	21	Sobrinos José Pastor
Banco Guipuzcoano	8.632	Vergara	15	Sobrinos de José Pastor
OPH	8.392	Vila-Garcia	25	García Calamarte Cia Madrid
BBAS	8.129	Buenos Aires	16	García Calamarte y Cia Madrid
H Upman y Cia y Cia	7.971	Havana	22	Sobrinos José Pastor

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operaçons documentadas	Endossante habitual
LBB	6.923	Buenos Aires	19	CL Madrid
Banco Allianca	6.098	Rio de Janeiro	17	BHA Madrid
Avelino Montes	5.475	Mérida	10	BERP Vigo
Credit Franco Portugais	5.078	Lisboa	7	BERP Corunha
BROU	4.988	Rocha	15	
BIRP	4.978	Buenos Aires	19	G Calamarte y Cia Madrid
J Balcells y Cia	4.929	Havana	8	E Samir e Hijos
Valdés y Sobrino	4.856	Batabanó	17	BERP Vigo
J Coulthard	4.732	Arca	12	Banco de Vigo
Manuel Miñones Barros	4.263	Corbubiom	7	Sobrinos de José Pastor
Banco Popular	4.103	Quilmes	11	BERP Corunha
J A Bauces y Cia	3.803	Havana	11	BHA Madrid
Manuel Miñones	3.654	Corbubiom	9	BHA Barcelona
Banco de Castilla	3.127	Gijom	6	Banco de Cartagena
Hijo de Juan A Dans y Cia	3.087	Ferrol	21	García Calamarte y Cia Madrid
Donato Artime	2.993	Cruces	10	García Calamarte y Cia Madrid
A J de Souza y Cia	2.768	Pará	6	García Calamarte Cia Barcelona
Borges & Irmao	2.657	Porto	9	B Vigo
Banco de Bilbao	2.524	Bilbau	10	BERP
Jover y Cia	2.415	Valhadolid	6	BERP Vigo
Banco Mercantil	2.382	Reinosa	9	
Supervielle y Cia	2.374	Montevideu	12	BHA Madrid
Banco Comercial	2.259	Montevideu	12	García Calamarte y Cia Madrid
Banco de Vizcaya	2.161	Bilbau	9	
Plácido Castro	2.040	Corbubiom	12	BERP Vigo
R Pardo y Cia	1.785	Pontedeume	10	BERP Vigo

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operaçons documentadas	Endossante habitual
José Riestra	1.690	Ponte Vedra	11	
Banco Castellano	1.505	Valhadolid	8	Banco Alemán Barcelona
Nuevo Banco Italiano	1.350	Buenos Aires	6	García Calamarte y Cia Madrid
S A Martinelli	1.325	Rio Janeiro	7	BHA Barcelona
M Villar y Cia	1.110	Palmeira	6	BHA Madrid
Joaquín Plá Irige	939	Ferrol	10	BHA Madrid
CL	730	Valência	6	
Monasterio Hermanos	550	Cerro Manuelita	6	CL Madrid
B Vigo	472	Vigo, Vila-García	2	BHA Barcelona
E Sáinz e Hijos	125	Madrid	1	Sobrinos José Pastor
Subtotal coberto	2.595.084		4.868	
% de cobertura	82,8		81,1	

(*)BERP: Banco Español del Río de la Plata; BLRP: Banco of London and River Plate; BEIC: Banco Español de la Isla de Cuba; BGBA: Banco de Galicia y Buenos Aires; BBAS: Banco Británico de América del Sur; BNA: Banco de la Nación Argentina; BFRP: Banco Francés del Río de la Plata; BIRP: Banco de Italia y Río de la Plata.

1924-1925. Datas extremas do registo: 15-11-1924/ 18-07-1925, 246 dias

Distribuição da amostra

Segmentação em função do valor das 1.881 livranças contabilizadas				Indicadores de dispersom	
Percentil	Valor menor que:	Número operaçons por intervalo	Valor transferido por intervalo	mín.:	1,9
0,25	125,0	1.365	102.305,1	média:	816,3
0,50	275,0	1.634	313.063,7	desvio padrom:	2.522,0
0,75	710,4	1.507	698.402,3	máx.:	100.000,0
1,00	100.000,0	1.501	3.790.657,1		
		6.001	3.135.866		

Distribuição geográfica das letras a pagar

Procedência	Operações contabilizadas		Pesetas transferidas num período de 107 dias naturais		Valor médio
Galiza	440	7,32	459.877	9,38	1.045
Espanha	188	3,13	150.657	3,07	801
Europa	17	0,28	11.980	0,24	705
Prata	2.285	38,03	1.912.256	38,99	837
Caraíbas	2.740	45,61	2.050.293	41,80	748
Resto América	115	1,91	63.982	1,30	556
Mundo	0	0,00	0	0,00	
Indeterminadas	223	3,71	255.384	5,21	1.145
Total	6.008	100,00	4.904.428	100,00	816,3
Intensidade diária	24,42		19.936,7		
Europa		10,74		12,69	
América		85,55		82,10	
Resto Mundo		3,71		5,21	

Correspondências bancárias: sacadores principais ordenados em função dos valores transferidos

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operações documentadas	Endossante habitual
RBC	797.388	Cienfuegos, Belascoain...	1.091	s/casa, Barcelona
N Gelats y Cia	782.930	Havana	822	Banco Pastor, Corunha
BNA	557.418	Buenos Aires	631	Banco de Bilbao
BGBA	453.581	Buenos Aires	627	Banco Pastor, Corunha
National City Bank of NY	265.053	Havana, Santa Clara...	291	Banco Pastor, Corunha
Banco Pastor	137.180	Galiza	168	Sacador
Pascual Hermanos	129.025	Buenos Aires	218	Banco Calamarte, Barcelona
Banco de Galicia	89.311	Buenos Aires	142	Banco Pastor, Corunha
Banco Comercial de Cuba	89.088	Havana	144	Banco Pastor, Corunha
BROU	86.141	Montevideo	72	Banco Pastor, Corunha
Caja de Ahorros y Banco Gallego	65.790	Havana	75	Banco Pastor, Corunha
Bank of Nova Scotia	63.369	Havana, Santiago	92	Banco Pastor, Corunha
Demetrio Córdova y Cia	51.417	Havana, Belascoain...	98	Banco Pastor, Corunha

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operações documentadas	Endossante habitual
Banco Comercial	50.285	Montevideo	67	Banco Pastor, Corunha
BLAS	41.868	Montevideo	62	Banco Pastor, Corunha
Banco de Bilbao	37.040	Bilbau, Barcelona, Paris	49	Banco de Bilbao
HOP	29.930	Vila-Garcia	62	Sacador
Banco de Comercio	26.619	Havana	30	Banco Pastor, Corunha
Nuevo Banco Italiano	25.304	Buenos Aires, Cerrito	56	Banco Calamarte, Madrid
BBSA	29.136	Buenos Aires, Montevideo	49	Banco Anglosudamericano, Vigo
Moas y Cia	24.395	Batabanó	34	Banco Pastor, Corunha
M García y Cia	23.864	Ranchuelo	43	Banco Pastor, Corunha
BIRP	20.872	Buenos Aires, Bahía Blanca	11	Credit Lyonnais, Madrid
BAT	21.118	Buenos Aires, Córdoba	16	s/casa, Barcelona
Banco Argentino Uruguayo	18.313	Buenos Aires	14	Banco Pastor, Corunha
Banco de Londres	14.408	Buenos Aires, Montevideo	17	Banco Pastor, Corunha
Sobrinos de José Pastor	14.015	Galiza	33	Sobrinos de José Pastor, Corunha
Banco Mercantil	13.854	Astorga, La Bañeza	17	Sacador
R Fernández y Hermano	13.616	Abreus, Cienfuegos	24	Banco Pastor, Corunha
V Mazzano y Son	10.944	Newark	9	Banco Pastor, Corunha
Caja Obrera	9.476	Montevideo	18	Banco Pastor, Corunha
Orjales y Cia	8.162	Abreus, Cienfuegos	16	Banco Pastor, Corunha
Riestra y Cia	7.639	Ponte Vedra	15	Sacador
First National Bank	7.520	Cienfuegos, Camagüey, New York	11	Banco Pastor, Corunha
Banco de Oviedo	5.603	Oviedo	18	Sacador
Banco de Cataluña	5.389	Barcelona	10	Sacador
Vda e Hijos de Carlos Casas	5.355	Riba d'Eu	11	Sacador
Banco Nacional Ultramarino	4.621	São Paulo	14	Banco Pastor, Corunha
Álvaro Sánchez	4.125	Camagüey	11	s/casa, Barcelona
Hijos de A Núñez	2.847	Betancos	2	Sacador

Sacador	Transferências documentadas	Emitidas em	Operaçons documentadas	Endossante habitual
Banco Agrícola de Güínes	2.477	Güínes	14	Banco Pastor, Corunha
Puente Hermanos	1.956	Buenos Aires	14	Credit Lyonnais, Madrid
Subtotal coberto	4.048.442		5.218	
% de cobertura	82,5		86,9	



APÊNDICE 6.1

As magnitudes contáveis do núcleo central da banca galega na década dos vinte

O Boletín do Consejo Superior Bancario número 4, de maio de 1929¹ contém información relevante da estrutura patrimonial do sector bancário, organizada en dúas series resumidas dos balances particulares dos bancos rexistrados na altura. Cada serie contém os balances trimestrais (xaneiro, abril, xullo, outubro); a primeira serie comprende os balances sucesivos do período 1º de xaneiro de 1923 a 1º de outubro de 1927, a segunda a do período 1º de xaneiro de 1928 a 1º de xaneiro de 1929. A información proporcionada cobre, como se observa, unha parte importante do regime de ditadura iniciada con o golpe de Estado de Primo de Rivera de 13 de setembro de 1923 e a súa demisión en xaneiro de 1930, já ás portas da viravolta republicana.

Aos efectos analíticos, decidimos seleccionar os balances formulados polas sociedades bancárias galegas no día primeiro de xaneiro dos anos ímpares 1923, 1925, 1927 e 1929. Transcreveremos as cifras consignadas, cifradas en milhares de pesetas. A fin de facilitar o exame, procedemos a resumir previamente a estrutura percentual ofrecida do activo e do pasivo ofrecidas no Boletín mediante o seguinte esquema de agregación das masas patrimoniais contidas no mesmo:

Balanzo	Contas resumidas	Contas consignadas
Activo	Tesouraria	Caixa e Banco de España, Moeda estradeira, Bancos e Banqueiros
	Carteira	Letras comerciais
		Títulos públicos, outros valores
	Créditos	Devedores con garantía prendaria, à vista, a prazo, en moeda estradeira
	Outros	Imobilizado, instalacións, accionistas, outros
Passivo	Capital	Capital
	Reservas	Reservas
	Credores	À vista, a prazo, en moeda estradeira
	Bancos	Bancos e banqueiros
	Outros	Letras a pagar, aceptacións, outros

As relacións existentes entre o valor patrimonial da entidade, (capital mais beneficios acumulados en contas de reserva), e a magnitude do pasivo, por unha parte, e a distribución dos recursos no Activo entre Carteira e Créditos e, dentro de aquela, entre papel comercial e títulos, som os parámetros que julgamos mais significativos a efectos analíticos.

¹ Banco de España, Servicio de Estudios, Biblioteca.

O confronto das magnitudes entre os bancos resenhados e entre estes e a magnitude agregada do conjunto da banca galega, que consignamos em subtotal, proporciona umha visom sintética da estrutura da banca galega nos anos vinte.

No quadro seguinte resumimos o peso da Zona bancária Norte, que integrava a banca galega e tinha como componentes principais a banca bascongada e a asturiana. A modesta ponderaçom relativa do sistema bancário galego na Zona é manifesto, como também é a hegemonia bancária de Madrid e, muito significativamente, o peso da banca estrangeira que pode equiparar-se praticamente ao da banca catalana



APÊNDICE 61

Balanços resumidos das entidades bancárias galegas, 1.922-1.928. (Cifras em milhares de pesetas)

Entidade	Número inscrici ^o m	Data do balanço	ACTIVO				PASSIVO							
			Tesouraria	Carteira		Outros	Activo	Capital	Reservas	Credores	Bancos	Outros	Passivo	
				Letras	Títulos									
Banco de La Coruña	40	1-01-1923	6.462	7.550	35.253	8.436	4.451	62.152	4.661	53.544		3.947	62.152	
		1-01-1925	23.625	11.698	53.508	17.470	6.001	112.302	5.330	59.237	42.169	5.566	112.302	
		1-01-1927	16.855	16.600	53.850	20.157	29.008	136.470	17.000	700	33.426	20.928	136.470	
		1-01-1929	25.281	16.725	76.836	28.157	25.900	172.899	17.000	3.500	89.204	19.086	172.899	
Sobrinos de J. Pastor	56	1-01-1923	2.367	2.999	20.688	7.284	6.072	39.410	10.000	636	27.981	793	39.410	
1-01-1925		2.399	4.659	20.302	9.337	6.851	43.548	10.000	882	31.170	385	43.548		
1-01-1927		4.476	6.179	44.213	8.345	7.024	70.237	10.000	1.128	20.954	35.086	3.069	70.237	
1-01-1929		8.138	9.981	21.807	10.105	8.028	58.059	10.000	1.383	25.840	18.271	2.565	58.059	
Hijos de Olimpio Pérez	57	1-01-1923	4.660	889	8.213	6.809	1.601	22.172	2.000	1.006	18.821	345	22.172	
		1-01-1925	4.534	987	12.797	6.072	1.749	26.139	2.000	1.176	18.484	3.765	714	26.139
		1-01-1927	3.239	1.649	13.221	6.595	1.641	26.345	2.000	1.348	17.389	5.370	238	26.345
		1-01-1929	6.140	1.644	13.089	6.402	1.640	28.915	2.000	1.556	16.778	8.396	185	28.915
Hijos de Siméon García y Compañía	104	1-01-1923	2.400	257	4.301	428	2.003	9.389	1.000	8.112		277	9.389	
		1-01-1925	2.922	103	4.952	561	1.069	9.607	1.000	8.106	139	362	9.607	
		1-01-1927	1.146	153	5.917	1.030	996	9.242	1.000	7.644	457	141	9.242	
		1-01-1929	2.225	163	6.514	1.849	758	11.509	1.000	9.177	854	478	11.509	
Viuda e Hijos de Carlos Casas	63	1-01-1923	1.311	202	167	1.743	2.850	6.273	3.000	300	2.906	67	6.273	
		1-01-1925	1.230	519	273	1.963	2.990	6.975	3.000	300	2.976	442	257	6.975
		1-01-1927	1.427	923	335	2.102	3.001	7.788	3.000	300	3.809	364	315	7.788
		1-01-1929	1.653		808	2.193	3.048	8.866	3.000	300	4.820	406	340	8.866
Banco de Vigo		1-01-1923	7.759	4.675	5.320	13.115	5.867	36.736	5.000	1.200	23.620	6.916	36.736	
		1-01-1925												
Banca Galega		1-01-1923	24.959	16.572	73.942	37.815	22.844	176.132	25.661	3.142	134.984	345	12.000	176.132
		1-01-1925	34.710	17.966	91.832	35.403	18.660	198.571	21.330	2.358	119.973	46.900	8.010	198.571
		1-01-1927	27.143	25.504	117.536	38.229	41.670	250.082	33.000	3.476	114.212	74.703	24.691	250.082
		1-01-1929	43.437	29.677	119.054	48.706	39.374	280.248	33.000	6.739	145.819	72.036	22.654	280.248

Fonte: Boletín del C.S.B. Num. 4. Mayo 1.929. Biblioteca del Banco de España.

Balancos resumidos da banca espanhola: 1.924-1.928. (Cifras em milhares de pesetas)

Entidade	Número	Data do balanço	ATIVO					PASSIVO						
			Tesouraria	Carteira		Créditos	Outros	Activo	Capital	Reservas	Credores	Bancos	Outros	Passivo
				Letras	Títulos									
Zona A: Centro Meridional	27	1-1-1925	396.794	651.847	534.943	569.260	755.075	2.907.919	563.248	72.228	1.506.006	86.606	679.831	2.907.919
	31	1-1-1927	446.978	675.641	677.416	569.944	835.474	3.205.453	576.530	91.940	1.652.719	154.647	729.617	3.205.453
	38	1-1-1929	719.874	939.832	1.219.171	674.856	895.272	4.449.005	591.252	121.452	2.434.526	545.090	756.685	4.449.005
Zona B: Norte	36	1-1-1925	453.427	438.106	1.079.577	829.535	600.179	3.400.824	472.361	147.891	1.796.100	457.204	527.268	3.400.824
	35	1-1-1927	460.263	397.390	1.037.296	730.547	651.852	3.277.348	435.919	151.399	1.705.007	539.910	445.113	3.277.348
	35	1-1-1929	543.349	345.537	1.434.398	763.370	553.071	3.639.725	449.752	175.373	2.071.466	574.640	368.494	3.639.725
Zona C: Nordeste	44	1-1-1925	185.461	184.333	253.056	261.086	237.966	1.121.902	268.178	36.425	650.760	67.701	98.838	1.121.902
	46	1-1-1927	199.180	198.265	321.240	273.843	244.267	1.236.795	292.014	48.472	677.396	112.377	106.536	1.236.795
	49	1-1-1929	311.908	223.326	507.423	330.972	299.217	1.672.846	334.742	57.338	883.091	206.060	191.615	1.672.846
Nom inscritos	40	1-1-1925	54.713	34.820	67.364	109.589	75.753	342.239	77.717	11.720	215.740	8.162	28.900	342.239
	39	1-1-1927	39.056	21.505	47.532	64.309	559.697	732.099	95.088	8.371	99.674	9.505	519.461	732.099
Estrangeiros	77	1-1-1929	47.017	38.303	65.190	97.041	80.818	328.369	110.130	6.825	141.425	31.293	38.696	328.369
	11	1-1-1925	165.834	141.627	95.696	316.977	353.174	1.073.308	27.550	5.569	629.259	54.299	356.631	1.073.308
	9	1-1-1927	178.002	144.915	117.935	303.797	279.989	1.024.638	34.092	3.226	651.538	53.476	282.306	1.024.638
Banca espanhola	11	1-1-1929	410.081	167.581	180.642	241.557	242.699	1.242.560	35.350	3.366	659.225	241.749	302.870	1.242.560
	158	1-1-1925	1.256.229	1.450.733	2.030.636	2.086.447	2.022.147	8.846.192	1.409.054	273.833	4.797.865	673.972	1.691.468	8.846.192
	160	1-1-1927	1.323.479	1.437.716	2.201.419	1.942.440	2.571.279	9.476.333	1.433.643	303.408	4.786.334	869.915	2.083.033	9.476.333
	210	1-1-1929	2.032.229	1.714.579	3.406.824	2.107.796	2.071.077	11.332.505	1.521.226	364.354	6.189.733	1.598.832	1.658.360	11.332.505

APÊNDICE 6.2

A rede bancária galega no período 1922-1946

Várias som as fontes disponíveis para abordar o exame da extensa rede de correspondentes bancários, agentes de bolsa e seguros, intermediários financeiros e comerciais, gestores administrativos e negociantes em geral; quer dizer, da numerosa relação de profissionais dedicados a labores de intermediação financeira, comercial e administrativa que proliferáram na Galiza desde finais do século XIX até a guerra civil. O labor de correspondência ou corresponsalia com as casas de banca de maior entidade era umha das funções habitualmente desempenhadas por estes profissionais da intermediação e oferta de serviços financeiros de menor quantia. Dous exemplos, ambos da nossa ria natal de Corcubióm, fôrom já objecto de referência: a do infortunado Manuel Miñones, comentado circunstancialmente no capítulo III, e o do afortunado Perfecto Castro Canosa e Sucessores, da vizinha vila de Cee.

Fôrom objecto de reconhecimento já as valiosas contribuições ao conhecimento do tecido bancário galego de algunhas fontes particulares como as relativas à banca espanhola nos anos vinte e trinta, do historiador do *Archivo Histórico do Banco de Bilbao* J. V. Arroyo Martín, e às pormenorizadas investigações das estirpes bancárias galegas acometidas por Alfonso García López. Ambas as duas fontes merecem especial consideração, tanto polo sua qualidade como sobre todo polo facto de terem explorada documentação desconhecida ou de difícil acesso.

O nosso interesse limita-se agora a ordenar a trama básica da rede de agentes e correspondentes operativos no seu âmbito local específico¹.

Relação de comerciantes e banqueiros operantes en Galiza: 1922-1946

Província: Corunha	Razom social	Lapso temporal documentado		
		Inicial	Final	Lapso
Corunha	Narciso Obanza Díaz	1.894	1.942	49
	<i>Sobrinos de José Pastor S. R. C.</i>	1.894	1.925	32
	<i>Banco Pastor S. A.</i>	1.925	2.000	76
	Banco de La Coruña	1.917	1.970	54
Arqua	Pastor García	1.918	1.923	6
	Viuda de Pastor García	1.931	1.931	1
	Ricardo Costoya	1.931	1.931	1

¹ Patxot, Victoria e Giménez-Arnau, Enrique (2001): *Banqueros y Bancos durante la vigencia de la Ley Cambó 1922-1946*, Banco de España, Madrid.

Província: Corunha	Razom social	Lapso temporal documentado		
		Inicial	Final	Lapso
Betanços	<i>Marcelino Etcheverría</i>	1.900	1.934	35
	<i>Hijos de Marcelio Etcheverría</i>	1.922	1.931	10
	<i>Banca Etcheverría- Domingo</i>	1.948	1.964	17
	<i>Etcheverría Naveyra</i>	1.903	1.959	57
Camarinhas	Manuel Sevilleir	1.931	1.931	1
O Carvalho	Hijos de Romualdo Varela	1.918	1.923	6
	Manuel Pompido y Puga	1.918	1.923	6
	Manuel Rodríguez Mes	1.918	1.923	6
	José Neira	1.922	1.931	10
Cedeira	Estanislao García Nebril	1.918	1.923	6
Cee	<i>Perfecto Castro</i>	1.918	1.928	11
	<i>Perfecto Castro Canosa</i>	1.928	1.960	33
Corcubiom	Manuel Miñones Barros	1.918	1.948	31
Ferrol	Hijo de Juan Antonio Dans y Cia	1.918	1.923	6
	Suc. de A. Barreiro y Cia S. R. C.	1.918	1.950	33
	Pedro Maristany y Cia	1.922	1.923	2
Lage	Francisco Santos	1.918	1.931	14
	Fernando Coullado	1.922	1.931	10
Melide	Inocencio Fuciños	1.922	1.931	10
Mugia	Manuel Lastres	1.918	1.923	6
	Francisco M. Balboa	1.918	1.931	14
	José Lacy	1.922	1.923	2
Muros	Abelardo Dubert	1.918	1.931	14
	Secundino P. Pardiñas	1.918	1.931	14
Negreira	Francisco Leis Mayo	1.918	1.931	14
	Julián Negreira	1.918	1.931	14
	Plácido Fabeiro	1.922	1.931	10
Ordes	Manuel García Bermúdez	1.918	1.931	14
	Juan Barreiro	1.922	1.923	2
	Juan Linares Iglesias	1.922	1.931	10
Ortigueira	Sandomingo Hermano y Casariego	1.918	1.936	19
	Leonardo Abella	1.931	1.931	1
	Teodoro Fanego	1.931	1.931	1
Padrom	Pazos y Roa	1.922	1.923	2
Póvoa do Caraminhal	Enrique Barreras	1.918	1.923	6
	<i>Valentín Cerecedo</i>	1.918	1.923	6
	<i>Manuel Cerecedo</i>	1.931	1.931	1
	Francisco Abalo	1.922	1.923	2
	Manuel Carrere	1.922	1.923	2
Ponte Cessures	Viuda e Hijos de Gerardo Roa	1.922	1.923	2
Ponte d'Eume	R. Pardo y Cia	1.918	1.923	6

Província: Corunha	Razom social	Lapso temporal documentado		
		Inicial	Final	Lapso
	García, Prego y Cia	1.922	1.923	2
Pontes de Garcia Rodríguez	Julio Illade Rilo	1.922	1.923	2
	Jesús Cabarco	1.931	1.931	1
Ribeira	<i>José Martínez</i>	1.922	1.923	2
	<i>Viuda de José Martínez Fernández</i>	1.931	1.931	1
	<i>Bautista Martínez</i>	1.931	1.931	1
Noia	Severo González	1.918	1.923	6
	<i>Hijos de José Pérez Lorenzo</i>	1.922	1.934	13
	<i>Banca Pérez Lorenzo</i>	1.931	1.931	1
Santa Comba	Arturo Posse	1.931	1.931	1
Santiago de Compostela	Hijos de Olimpio Pérez S. R. C.	1.915	1.957	43
	Hijos de Simeón García y Cia, Santiago	1.918	1.931	14
Porto Dozom	Ramón Lestón	1.918	1.931	14
	Laureano Davila	1.922	1.923	2
	Joaquín Formoso	1.931	1.931	1
Vimianço	Antonio Vazquez	1.922	1.931	10
Sás	Francisco Esmoris	1.931	1.931	1
	Vicente Muñiz	1.931	1.931	1
	Viuda de Ramón Romero	1.931	1.931	1

Província: Lugo	Razom social	Lapso temporal documentado		
		Inicial	Final	Lapso
Becerreá	Gabriel Blas	1.922	1.923	2
	Hijos de Gabriel Blas	1.931	1.931	1
	Manuel López	1.922	1.931	10
	Antonio Pérez	1.922	1.923	2
	Hijos de Manuel Rodríguez	1.931	1.931	1
Bóveda	Valentín Fernández	1.931	1.931	1
Carvalhedeo	Federico González	1.922	1.923	2
	Federico Fernández	1.931	1.931	1
Chantada	Hijos de Manuel Eiriz	1.922	1.923	2
	Viuda de Benito Soto	1.922	1.931	10
A Fonsagrada	José Fernández	1.918	1.931	14
	Ballino Fernández	1.922	1.923	2
	Desiderio Devesa	1.931	1.931	1
Lourençá	Ignacio de Riego	1.931	1.931	1
Meira	José Eiras Pereira	1.922	1.923	2
	José Magadán	1.931	1.931	1

Provincia: Lugo	Razom social	Lapso temporal documentado		
		Inicial	Final	Lapso
Mondondedo	Suc. de José María González	1.922	1.923	2
	Viuda e Hijos de Pascual Cigarrán	1.922	1.931	10
	José Ramón Rego	1.931	1.931	1
Monforte	Viuda de Andrade	1.918	1.923	6
	Baldomero Rodríguez	1.918	1.923	6
	Hijos de Baldomero Rodríguez	1.931	1.931	1
	Jorge Rodríguez	1.922	1.923	2
	Manuel Andrade	1.931	1.931	1
	Manuel González	1.931	1.931	1
Monterroso	Emilio de Álvarez	1.918	1.931	14
Palas de Rei	Avelino García	1.931	1.931	1
Porto Marim	Antonio Arias	1.931	1.931	1
	Manuel Vázquez	1.931	1.931	1
Quiroga	Mamuel Blanco	1.931	1.931	1
	Germán Vázquez	1.931	1.931	1
	Ignacio R. Cid	1.931	1.931	1
Riba d'Eu	Viuda e Hijos de Carlos Casas	1.918	1.934	17
	Suc. de Francisco Martínez Bengoechea	1.918	1.929	12
	Torres Bustelo y Cia- Suc. de F.M. B. y González	1.929	1.934	6
	Suc. de F. M. B. y González- Torres Bustelo	1.935	1.936	2
Ribas de Sil	José María González	1.922	1.923	2
	José Ramón Barrio	1.922	1.931	10
	Pío López Ojea	1.922	1.931	10
Friol	José Casanova	1.922	1.923	2
Sárria	Dimas González	1.918	1.923	6
	Santiago Sarry	1.918	1.931	14
	Emilio Zaera	1.922	1.931	10
Vilalba	Guillermo Orosa	1.922	1.923	2
	Manuel García Olano	1.922	1.923	2
	Vicente Soto	1.922	1.923	2
Viveiro	Benigno López Muñoz	1.918	1.923	6
	Ramón Rebellón	1.918	1.923	6

Provincia: Ourense	Razom social	Lapso temporal documentado		
		Inicial	Final	Lapso
Ourense	Hijos de Simeón García y Cia, Ourense	1.918	1.958	41
	Hijos de Juan Fuentes Pérez	1.922	1.947	26
	Viuda e Hijos de Juan Fuentes Pérez	1.922	1.922	1
Alhariz	Juan Fidalgo Conde	1.918	1.923	6
	Perfecto Conde	1.931	1.931	1

Província: Ourense	Razom social	Lapso temporal documentado		
		Inicial	Final	Lapso
Bande	Emilio Martínez y Hermano	1.918	1.931	14
	Gumersindo Santalices	1.922	1.931	10
Barco de Vale d'Eorras	Ricardo Gurriarán Hermanos	1.918	1.931	14
	Joaquin Arias	1.922	1.923	2
O Carvalhinho	Hijos de Alfonso Hugalde	1.918	1.923	6
	Marcelino Enríquez	1.918	1.931	14
	Viuda de Marcelino Enríquez- María Josefa Parrondo	1.931	1.944	14
	Cesáreo L. Pinal	1.922	1.923	2
	Adolfo Román Oterino	1.922	1.923	2
Cela Nova	Hijos de Dámaso Moreiras	1.922	1.923	2
Ginzo de Límia	Domingo Romero Cid	1.918	1.931	14
	Manuel Romero Romero	1.922	1.931	10
Mesquita	Hijos de Felipe Fernández	1.922	1.923	2
Leiro	Argimiro Eiján	1.931	1.931	1
Póvoa de Trives	F. F. Rodicio y Hermano	1.931	1.931	1
	Ignacio Romero	1.931	1.931	1
Riba d'Ávia	Ramón Gómez Nogueira- Banca Gómez Nogueira	1.895	1.925	31
	Banca Nogueira- Ramón Gómez Nogueira	1.925	1.953	29
	Banca Nogueira- Carmen Gómez Pérez	1.953	1.971	19
	Viuda de José Gallego	1.918	1.923	6
	Suc. de Paulino Abrales	1.922	1.923	2
A Rua	Belarmino Félix y Cia	1.922	1.923	2
	Hijos de Pedro Gayoso Arias	1.922	1.923	2
	Viuda de Ramón López	1.922	1.923	2
Verim	Hijos de Gregorio Cid Oterino	1.918	1.923	6
	José Cid Oterino	1.931	1.978	48

Província: Ponte Vedra	Razom social	Lapso temporal documentado		
		Inicial	Final	Lapso
Ponte Vedra	Ramón Mucientes- Banca Mucientes	1.894	1.948	55
	José Riestra López	1.918	1.922	5
	Riestra y Cia	1.922	1.931	10
	Manuel Alonso	1.922	1.923	2
Baiona	Salustiano Olaguíber Fernández	1.918	1.931	14
	José Barreiro	1.922	1.931	10
Bueu	Massó Hermanos	1.918	1.923	6
	T. Bolívar e Hijos	1.918	1.931	14
	T. Verdejo	1.931	1.931	1

Provincia: Ponte Vedra	Razom social	Lapso temporal documentado		
		Inicial	Final	Lapso
Caldas de Reis	José Cidón Pérez	1.918	1.931	14
	Juan Salgado	1.918	1.931	14
Cambados	Antonio Quintanilla	1.931	1.931	1
Cangas de Morraço	Antonio Camaño Martínez	1.918	1.923	6
	Viuda de Antonio Botello	1.922	1.923	2
	Benjamín Camaño	1.931	1.931	1
Crecente	Constante Liñares	1.931	1.931	1
Porrinho	José Carrera	1.918	1.931	14
	Viuda de Leandro Diz	1.918	1.923	6
Forcarei	Gumersindo Espina	1.931	1.931	1
	José Penas	1.931	1.931	1
	Manuel Campos	1.931	1.931	1
	Manuel Gutiérrez	1.931	1.931	1
Ogrove	Leopoldo Benavides	1.918	1.931	14
	Ramón Álvarez	1.931	1.931	1
Caniça	Antonio Moura	1.922	1.931	10
	Ezequiel Mesa	1.931	1.931	1
Guarda	José María González	1.918	1.923	6
	José María Sobrino	1.922	1.931	10
	Sucesores de Bredeal	1.922	1.931	10
	Manuel Gómez	1.931	1.931	1
	Nandín y Vicente	1.931	1.931	1
Lalim	Plácido Goyanes Diéguez	1.918	1.931	14
	Amado Taboada	1.922	1.923	2
	José Rivas	1.931	1.931	1
	Manuel García	1.931	1.931	1
Marim	Hijos de Rocafort	1.918	1.923	6
Meanho	José Calviño	1.918	1.923	6
	Manuel Otero	1.918	1.931	14
Mondariz	Baldomero Pérez	1.922	1.923	2
	Hijos de Peinador	1.922	1.923	2
	Odilio Fernández	1.922	1.931	10
Neves	Manuel García Colmar	1.922	1.923	2
Pedreira-A Lama	Casiano Lopo	1.922	1.923	2
	Francisco Muiños	1.922	1.923	2
Ponte Caldelas	José Rodríguez Veitez	1.947	1.948	2
Ponte Areas	Rafael Candeira	1.918	1.923	6
	Rafael Garra	1.918	1.923	6
Ponte Cesures	Novo y Sierra	1.931	1.931	1
	Suc. e Hijos de José Sierra	1.931	1.931	1

Província: Ponte Vedra	Razom social	Lapso temporal documentado		
		Inicial	Final	Lapso
Redondela	Eulogio Padín	1.922	1.923	2
Salvaterra do Minho	Carlos Suares Orge	1.947	1.947	1
Sam Genjo	Alfonso Torres	1.922	1.923	2
	José Benito	1.922	1.923	2
Silheda	Eduardo Vázquez	1.922	1.923	2
	Manuel Fuentes	1.922	1.931	10
Tui	Francisco R. Román	1.918	1.923	6
	Eugenio López	1.922	1.923	2
	José Sarmiento	1.922	1.923	2
	Viuda de Diz e Hijos	1.922	1.923	2
Vigo	Manuel Jádenes	1.896	1.923	28
	Banco Jádenes Bárcena S. A.	1.923	1.968	46
	Banco de Vigo	1.900	1.925	26
	Ramón Arbones y Cia	1.918	1.923	6
	Viñas, Aranda y Cia S. A.	1.920	1.954	35
	Banca Viñas Aranda S. A.	1.920	1.954	35
	Hijos de Simeón García y Cia, Vigo	1.922	1.965	44
	Pancada Moraes y Cia	1.922	1.965	44
	Alves Cardoso y Cia	1.931	1.949	19
Vila Garcia	Hijos de Simeón García y Cia, Vila Garcia	1.918	1.958	41

O material achegado é heterogéneo e nom tem qualquer pretensions de exhaustividade nem de jerarquizaçom. Comerciantes, banqueiros, simples negociantes ocasionais de fugaz dedicaçom coexistem com agentes bancários, alguns sólidos e bem estabelecidos. A relaçom pode servir em todo caso, como amostra de certa utilidade do complexo tecido económico ligado ao tráfico mercantil e financeiro que floresceu na Galiza na primeira metade do século XX. Umha cata circunstancial e sem dúbida incompleta como demonstra a escassez de referências a praças financeiras de indiscutível importância como Santiago, Corunha, Ourense, Ponte Vedra e mesmo Vigo. Lugo nem aparece sequer mencionada enquanto algunhas vilas interiores de menor importância, como Becerreá, Monforte, Forcarei e outras, destacan em contraste em forma desproporcionada.



APÊNDICE 6.3

A trajetória do Banco de Vigo.

A escritura de constituição da Banco de Vigo, formalizada perante o notário Segundo Plá de Huidobro no dia 24 de Maio de 1900, contém a seguinte relação de outorgantes.

Socios fundadores	Estátus		Notas	1º Consello Administración
Alario Romero, Pedro	casado	comerciante		
Aranda Graña, Salvador	casado	comerciante		
<i>Arbones Carballido, Ramón</i>	casado	comerciante		<i>Suplente</i>
Barreras Casellas, Marcelino	casado	comerciante		
Barreras Massó, Federico	solteiro	comerciante	<i>Sócio de “Viuda e hijos de J. Barrerras”</i>	
Barreras Massó, José	solteiro	comerciante	<i>Sócio de “Viuda e hijos de J. Barrerras”</i>	
Cividanes Rodríguez, Josefa	viúva	comerciante	<i>de “Rodríguez Laforet”</i>	
Conde Domínguez, Fernando	viúvo	comerciante		Vogal
Curbera Puig, José Ramón	casado	comerciante		Presidente
Diego Lois, Manuel	viúvo	proprietario		Vogal
Diestro Echániz, Álvaro del	casado	del comercio		
Durán David, Estanislao	soltero	comerciante		Vogal
Esténs Romero, Francisco	solteiro	comerciante		Vogal
Ferreira *, José Julio	casado	comerciante		
<i>Gil Vidal, Ramón</i>	viúvo	comerciante		<i>Suplente</i>
Gómez Curieses, Teodoro	solteiro	comerciante		
Lameiro Saradiaga, Darío	casado	comerciante		
Lameiro Saradiaga, Enrique	casado	del comercio		
Maestú Sequeiros, Ceferino Luís	casado	comerciante		
Massó Ferrer, Esperanza	viúva	comerciante	<i>Viúva de José Barrerras</i>	
Miguel Castro, Julián	casado	comerciante		
Molíns Pascual, Francisco	viúvo	comerciante		
Nandín de Vicente, Prudencio	casado	proprietario		Vogal
Pérez Boullosa, Joaquín	viúvo	Axente Aduanas		
Pérez Sala, Carolina	viúva	comerciante	<i>de “Francisco Tapias en liquidación”</i>	
Ribas Maristany, Juan	casado	comerciante		Vogal
Rodríguez López, Fabriciano	casado	proprietario		Vogal

Socios fundadores	Estátus		Notas	1º Consello Administración
Rodríguez Valdés, Daniel	casado	comerciante	Apoderamento a: Moreno Giménez, Telesforo	<i>Suplente</i>
Sáenz Díez de la Riva, Angel	solteiro	comerciante		
Santoro Rogers, Tomás	casado	propietario		
Sitja Coca, Manuel	soltero	comerciante		
Tapias Puig, Juan	casado	comerciante		
Tizón Blanco, Julián	casado	comerciante		

A preeminência social dos membros eleitos pola Assembleia constituinte para fazer parte do primeiro Conselho de Administração é manifesta, nomeadamente a do seu Presidente, José Ramón Curbera Puig¹.

Fai-se notar também a presença de outras famílias bem conhecidas no âmbito local, que voltaremos a encontrar nos Conselhos de outras sociedades coetâneas de relevância na cidade como som *La Alborada*, *Aguas de Vigo* ou *Tranvías Eléctricos de Vigo*. Nom é fácil fixar o ponto de inflexom temporal ou hiato entre o animoso impulso fundacional e o acelerado deterioro das expectativas que parecem ter-se manifestado em data precoce e acabárom provocando a quebra da sociedade em pouco mais de quantro lustros. O professor Carmona¹ apontou que “A casa Curbera mantivo unha participación accionarial no Banco local que, ao sumar as accións da empresa familiar e as particulares dos tres irmáns, se mantivo entre 3 e 6 % do total do capital ata o estouro da guerra mundial; desfíxose practicamente de toda ela pouco antes do final da contenda, é dicir antes de que comezasen os problemas que levarían á definitiva falencia do banco no ano 1925”.

1 Agustín Curbera Pascual, descendente de umha estirpe catalá assentada em Galiza desde finais do século XVIII casou com Josefa Puig Vieta em Vigo, o 16 de maio de 1823. Tivérom cinco filhos, o terceiro dos quais é José Ramón Curbera Puig. Activo negociante da indústria conserveira e os serviços de consignaçon, é com toda probabilidade um dos o principais promotores da iniciativa. Para umha descripçon ampla e precisa desta importante família de negociantes e promotores, ver Carmona Badía, Xoán (2006): “José Ramón Curbera Fernández 1870-1937” em *Empresarios de Galicia*, Xoán Carmona Badía (coord.), Fundación Caixa Galicia, CIEF.

APÊNDICE 6.4

Panorama sintético da capitalización e rentabilidade dos bancos galegos no primeiro terzo do século XX.

Resumimos a continuación os resultados mais significativos atinentes ao grao de capitalización dos principais bancos galegos na época assim como ao desempeño quanto a xeración de lucros.

Olimpio Pérez	Utilidades líquidas	Capital desembolsado	Reservas			Fundos Próprios
			Ordinarias	Previsom	Total	
1.897	187.907	250.000	74.705		74.705	324.705
1.898	-112.674	250.000	63.438		63.438	313.438
1.899	336.486	250.000	97.086		97.086	347.086
1.900	361.546	250.000	133.241		133.241	383.241
1.901	190.689					
1.902	194.851	1.107.656	19.485	19.485	38.970	1.146.626
1.903	192.654	1.261.779	38.750	38.750	77.501	1.339.280
1.904	95.781	1.338.405	48.328	48.328	96.656	1.435.061
1.905	72.678	1.396.603	55.603	55.603	111.206	1.507.809
1.906	47.144	1.435.952	60.317	8.684	69.001	1.504.954
1.907	147.218	1.553.728	75.038	5.210	80.248	1.633.977
1.908	138.052	1.664.170	88.844	19.015	107.859	1.772.028
1.909	204.707	1.000.000				1.000.000
1.910	170.453	1.000.000	34.111	17.055	51.166	1.051.166
1.911	156.268	1.000.000	65.364	32.682	98.046	1.098.046
1.912	188.917	1.000.000	103.148	51.574	154.722	1.154.722
1.913	139.451	1.000.000	131.038	65.519	196.557	1.196.557
1.914	145.625	1.000.000	160.163	80.081	240.244	1.240.244
1.915	365.387	1.750.000	233.240	116.620	349.861	2.099.861
1.916	403.649	2.000.000	290.646	145.323	435.969	2.435.969
1.917	472.430	2.000.000	385.132	192.566	577.698	2.577.698
1.918	407.046	2.000.000	466.541	233.271	699.812	2.699.812
1.919	472.187	2.000.000	560.979	280.490	841.468	2.841.468
1.920	150.146	2.000.000	591.008	295.504	886.512	2.886.512
1.921	180.718	2.000.000	627.151	313.576	940.727	2.940.727
1.922	216.492	2.000.000	670.450	335.225	1.005.675	3.005.675
1.923	255.838	2.000.000	721.617	360.809	1.082.427	3.082.427
1.924	310.398	2.000.000	783.697	391.849	1.175.546	3.175.546
1.925	270.718	2.000.000	837.841	418.921	1.256.761	3.256.761
1.926	303.542	2.000.000	898.549	449.275	1.347.824	3.347.824
1.927	339.223	2.000.000	966.393	483.197	1.449.591	3.449.591
1.928	353.057	2.000.000	1.037.005	518.503	1.555.508	3.555.508
1.929	425.531	2.000.000	1.122.111	561.056	1.683.167	3.683.167
1.930	390.474	2.000.000	1.200.206	600.103	1.800.309	3.800.309

Olimpio Pérez	Utilidades líquidas	Capital desembolsado	Reservas			Fundos Próprios
			Ordinarias	Previsom	Total	
1.931	248.156	2.000.000	1.249.837	598.289	1.848.126	3.848.126
1.932	203.573	2.000.000	1.290.552	761.148	2.051.699	4.051.699
1.933	197.505	2.000.000	1.330.053	631.904	1.961.957	3.961.957
1.934	191.206	2.000.000	1.368.294	743.519	2.111.813	4.111.813
1.935	226.029	2.000.000	1.413.500	662.942	2.076.442	4.076.442
1.936	16.553	2.000.000	1.424.535	668.460	2.092.995	4.092.995
1.937	-358.618	2.000.000	1.424.535	668.460	2.092.995	4.092.995
1.938	-98.849	2.000.000	1.424.535	10.202	1.434.737	3.434.737
1.939	324.215	2.000.000	1.500.000		1.500.000	3.500.000
1.940	695.854	2.000.000	1.750.000		1.750.000	3.750.000

Banco de Vigo	Utilidades líquidas	Capital desembolsado	Reservas			Fundos Próprios
			Ordinarias	Previsom	Total	
1.901						
1.902						
1.903						
1.904	135.348	2.966.950			25.000	2.991.950
1.905	59.649	2.970.750			25.000	2.995.750
1.906	71.357	2.970.750			25.000	2.995.750
1.907	166.516	2.970.750			105.000	3.075.750
1.908	220.286					
1.909	230.638	2.970.750			205.000	3.175.750
1.910	116.130	2.970.750			230.000	3.200.750
1.911	142.658	2.970.750			230.000	3.200.750
1.912	123.889	2.970.750			250.000	3.220.750
1.913	115.625	2.970.750			125.000	3.095.750
1.914	145.493	2.970.750			125.000	3.095.750
1.915	92.384	2.970.750			170.000	3.140.750
1.916	141.193	2.970.750			190.000	3.160.750
1.917	300.640	3.000.000			250.000	3.250.000
1.918	384.336	3.000.000			350.000	3.350.000
1.919	776.419	3.840.250			500.000	4.340.250
1.920						
1.921						
1.922						
1.923		5.000.000			1.250.000	6.250.000
1.924						
1.925		4.905.150			1.300.000	6.205.150

Banco de la Coruña	Utilidades líquidas	Capital desembolsado	Reservas			Fundos Próprios
			Ordinarias	Previsom	Total	
1.916						
1.917						
1.918		2.000.000			54.091	2.054.091
1.919		3.000.000	98.890		235.003	3.235.003
1.920	545.101	4.977.450	148.890		385.003	5.362.453
1.921	603.641	5.000.000	242.090		579.403	5.579.403
1.922	573.989	5.000.000	288.090		636.403	5.636.403
1.923	576.796	5.000.000	382.090		759.403	5.759.403
1.924	563.402	5.000.000	476.090		882.403	5.882.403
1.925	568.847	5.000.000	570.090		1.005.403	6.005.403
1.926	576.242	5.000.000	1.128.403		1.128.403	6.128.403
1.927	593.121	5.000.000	758.090		1.251.403	6.251.403
1.928	602.546	5.000.000	854.090		1.383.403	6.383.403
1.929	612.625	5.000.000	954.090		1.533.403	6.533.403
1.930	661.213	6.250.000	1.054.090		1.683.403	7.933.403
1.931	651.741	6.250.000	1.250.000		2.055.403	8.305.403
1.932	519.697	6.250.000	1.250.000		2.055.403	8.305.403
1.933	466.491	6.250.000	1.250.000		2.199.403	8.449.403
1.934	423.360	6.250.000	1.250.000		2.273.403	8.523.403
1.935	464.689	6.250.000	1.250.000		2.338.403	8.588.403
1.936						
1.937						
1.938						
1.939		6.250.000				
1.940						
Banco Pastor	Utilidades líquidas	Capital desembolsado	Reservas			Fundos Próprios
			Ordinarias	Previsom	Total	
1.921						
1.922						
1.923						
1.924						
1.925	1.603.776	8.500.000				8.500.000
1.926	1.873.010	8.500.000			700.000	9.200.000
1.927	2.309.822	8.500.000			1.500.000	10.000.000
1.928	2.583.072	11.000.000			2.500.000	13.500.000
1.929	2.749.226	11.000.000			3.500.000	14.500.000
1.930	2.832.912	11.000.000			4.500.000	15.500.000

Banco Pastor	Utilidades líquidas	Capital desembolsado	Reservas			Fundos Próprios
			Ordinarias	Previsom	Total	
1.931	2.651.866	11.000.000			6.000.000	17.000.000
1.932	2.262.901	11.000.000			6.000.000	17.000.000
1.933	2.132.650	11.000.000			6.000.000	17.000.000
1.934	2.288.674	11.000.000			7.000.000	18.000.000
1.935	2.376.020	11.000.000			8.000.000	19.000.000
1.936	1.279.722	11.000.000			8.000.000	19.000.000
1.937	-973.195	11.000.000			8.000.000	19.000.000
1.938	-1.587.232	11.000.000			8.000.000	19.000.000
1.939						
1.940						

Reagrupamos os dados mais significativos, referentes à capacidade de geração de resultados e à solvência patrimonial no seguinte estado.



Lucros					Fundos Próprios				
	O. Pérez	B. Vigo	B. Coruña	B. Pastor		O. Pérez	B. Vigo	B. Coruña	B. Pastor
1.897	187.907				1.897				
1.898	-112.674				1.898	324.705			
1.899	336.486				1.899	313.438			
1.900	361.546				1.900	347.086			
1.901	190.689				1.901	383.241			
1.902	194.851				1.902				
1.903	192.654				1.903	1.146.626			
1.904	95.781	135.348			1.904	1.339.280			
1.905	72.678	59.649			1.905	1.435.061	2.991.950		
1.906	47.144	71.357			1.906	1.507.809	2.995.750		
1.907	147.218	166.516			1.907	1.504.954	2.995.750		
1.908	138.052	220.286			1.908	1.633.977	3.075.750		
1.909	204.707	230.638			1.909	1.772.028			
1.910	170.453	116.130			1.910	1.000.000	3.175.750		
1.911	156.268	142.658			1.911	1.051.166	3.200.750		
1.912	188.917	123.889			1.912	1.098.046	3.200.750		
1.913	139.451	115.625			1.913	1.154.722	3.220.750		
1.914	145.625	145.493			1.914	1.196.557	3.095.750		
1.915	365.387	92.384			1.915	1.240.244	3.095.750		
1.916	403.649	141.193			1.916	2.099.861	3.140.750		
1.917	472.430	300.640			1.917	2.435.969	3.160.750		
1.918	407.046	384.336			1.918	2.577.698	3.250.000		
1.919	472.187	776.419			1.919	2.699.812	3.350.000	2.054.091	
1.920	150.146		545.101		1.920	2.841.468	4.340.250	3.235.003	
1.921	180.718		603.641		1.921	2.886.512		5.362.453	
1.922	216.492		573.989		1.922	2.940.727		5.579.403	
1.923	255.838		576.796		1.923	3.005.675		5.636.403	
1.924	310.398		563.402		1.924	3.082.427	6.250.000	5.759.403	
1.925	270.718		568.847	1.603.776	1.925	3.175.546		5.882.403	
1.926	303.542		576.242	1.873.010	1.926	3.256.761	6.205.150	6.005.403	8.500.000
1.927	339.223		593.121	2.309.822	1.927	3.347.824		6.128.403	9.200.000
1.928	353.057		602.546	2.583.072	1.928	3.449.591		6.251.403	10.000.000
1.929	425.531		612.625	2.749.226	1.929	3.555.508		6.383.403	13.500.000
1.930	390.474		661.213	2.832.912	1.930	3.683.167		6.533.403	14.500.000
1.931	248.156		651.741	2.651.866	1.931	3.800.309		7.933.403	15.500.000
1.932	203.573		519.697	2.262.901	1.932	3.848.126		8.305.403	17.000.000
1.933	197.505		466.491	2.132.650	1.933	4.051.699		8.305.403	17.000.000
1.934	191.206		423.360	2.288.674	1.934	3.961.957		8.449.403	17.000.000
1.935	226.029		464.689	2.376.020	1.935	4.111.813		8.523.403	18.000.000
1.936	16.553			1.279.722	1.936	4.076.442		8.588.403	19.000.000
1.937	-358.618			-973.195	1.937	4.092.995			19.000.000
1.938	-98.849			-1.587.232	1.938	4.092.995			19.000.000
1.939	324.215				1.939	3.434.737			
1.940	695.854				1.940				



Fontes





Fontes primárias

1. Arquivo de Caja de Ahorros de Vigo, Ourense y Pontevedra; CaixaNova. Consultámos a escassa informação remanescente do Banco de Vigo, nengunha de carácter contável. Esta procede do arquivo persoal do professor Xoám Carmona Badía.
2. Arquivo documental do *Banco Gallego*. A documentación relativa à casa Pérez estaba distribuída, no período em que desenvolvim o meu trabalho, na cave da sede matriz da Praza de Cervantes e num local armazém situado nas marinhas corunhesas, onde reside a maior parte da documentación num estado de desordem considerável.
3. Arquivo Histórico do Banco de Bilbao Vizcaya, Bilbao. É a fonte de procedência da informação contável relativa ao *Banco de la Coruña S.A.*
4. Arquivo Histórico Provincial de Ponte Vedra. Conserva umha série de Memórias e Balanços (Report and Balance Sheets) da companhia, “The West Railway Company Limited” correspondentes ao período 1901-1918 como também dados de liquidaçomn fiscal de numerosas empresas radicadas no sul da Galiza.

Outras Fontes

1. Banco de España, Servicio de Estudios, Biblioteca. É a fonte de procedência da informação contável relativa ao *Banco Pastor S.A.* como também dos Boletins do Consejo Superior Bancario e organismos sucessivos criados ao amparo da Lei Cambó, que contemhem a informação relativa à estrutura do sistema bancário espanhol a partir do ano 1921.
2. Revista de Economía y Hacienda. Fundada por Eloy Luis André, que figura na publicação como redactor chefe. Existe umha notável colecçom de números na Biblioteca “Concepción Arenal”, da U.S.C.



Bibliografía





- 1 Abellán, J.L. (1991): *Historia crítica del pensamiento español*, Espasa-Calpe, Madrid.
- 2 Abreu Sánchez, L.F. (2002): *Iniciativas empresariales en Vigo entre 1866 y 1940*, Universidade de Vigo, Vigo.
- 3 Aixalá Pastó, José (1999): *La peseta y los precios. Un análisis de largo plazo (1868-1995)*, Prensas Universitarias de Zaragoza, Saragoça.
- 4 Albarellos, Henrique (2009): *Santiago, 1909. Centenario da Exposición Rexional Galega*, Albarellos Editora, Consorcio de Santiago.
- 5 Alberte Martínez (coord.); Mirás Araujo, J; Lindoso Tato E. (2009): *La industria del gas en Galicia: del alumbrado por gas al siglo XXI, 1850-2005*, LID, Fundación Gas Natural.
- 6 Aldcroft, Derek H. (1998): *Historia de la economía europea (1914-1990)*, Editorial Crítica, Barcelona.
- 7 Alonso Alvarez, L. (2000), “El poder empresarial de Galicia en Perspectiva histórica”. Introduçom ao coleccionável Grandes Empresas, grandes empresarios de Galicia, La Voz de Galicia, Corunha.
- 8 Alonso Álvarez, L. coord. (1992): *Os intercambios entre Galicia e América Latina. Economía e Historia*. Universidade de Santiago de Compostela.
- 9 Alonso Álvarez, L.; Lindos Tato, E.; Vilar Rodríguez, M. (2011): *O lecer das augas. Historia dos Balnearos de Galicia, 1700-1936*, Editorial Galaxia, Vigo.
- 10 Anderson, Benedict (2006): *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, Fondo de Cultura Económica, México.
- 11 Anes Alvarez, Rafael (2005), “El Banco Herrero, siglo y medio de historia”, en VIII Congreso de la Asociación Española de Historia Económica, Santiago, http://www.usc.es/estaticos/congresos/histec05/b23_anes_de_castrillon.pdf
- 12 Anes Alvarez, Rafael y Otazu, Alfonso (1987), *El Banco Herrero, 75 años de historia, 1912-1987*, Oviedo, Banco Herrero
- 13 Arroyo Martín, J. V. (1999): *Banca y mercados en España 1920-1960: I. Galicia*, Fundación BBVA, Archivo Histórico, Bilbao.
- 14 Arroyo Martín, J. V. (1999): *La Banca privada en la Cornisa Cantábrica entre 1920-1935*, Fundación BBVA, Archivo Histórico, Bilbao.
- 15 Arroyo Martín, José Victor (1999): *Banca y mercados en España 1920-1960: Galicia*, Archivo Histórico Banco Bilbao Vizcaya, Bilbao.
- 16 Arroyo Martín, José Victor (2001): *El Banco de La Coruña entre 1918 y 1970*, Archivo Histórico Banco Bilbao Vizcaya, Bilbao.
- 17 Ballesteros, Enrique (1974): *El balance: una introducción a las finanzas*, Alianza Editorial, Madrid.

- 18 *Banco de La Coruña. Bodas de oro, 1918-1968*. Edição comemorativa, A Corunha, 1918.
- 19 Barral Martínez, Margarita (2007): *Montero Ríos e Compostela. Un feudo clientelar*, Consorcio de Santiago, Editorial Sotelo Blanco.
- 20 Barral Martínez, Margarita (2008): “El ocaso del monterismo en el distrito de Santiago de Compostela (1909-1919)”, IX Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea, Universidad de Murcia.
- 21 Barral Martínez, Margarita (2008): “La condición monterista en Santiago de Compostela durante la Restauración (1886-1914)” em “Acción Colectiva y clases acomodadas (Burguesías y clases medias”, Asociación de Historia Contemporánea.
- 22 Barreiro Fernández, coord. (2001): *Parlamentários de Galicia. Biografías de Deputados e Senadores (1810-2001)*, Parlamento de Galicia, Real Academia Galega, Santiago.
- 23 Barreiro Fernández, X. R. (1981): *Historia de Galicia IV. Idade contemporánea*, Editorial Galaxia, Vigo.
- 24 Barreiro Fernández, X. R. (2003): “Da tutela eclesiástica aos inicios da andaina burguesa (1808-1875)” em Portela Silva, Ermelindo: *Historia da cidade de Santiago de Compostela*, Concello de Santiago, Consorcio de Santiago, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago.
- 25 Barthe y Barthe, Andrés (1905). *Estudio crítico de la crisis monetaria*. Tipografía Jaime Ratés, Madrid.
- 26 Bernárdez Romero, Bernardo (1932): *Tratado de viguismo*, Editorial Roel, Vigo, resenha em ABC de 31/07/1932.
- 27 Bujarin, Nikolai (1974): *Economía Política del rentista*, Editorial Laia, Barcelona.
- 28 Cabo Villaverde, Miguel e Míguez Macho, Antonio (2009): “El maurismo en Galicia. Un modelo de modernización conservadora en el marco de la Restauración”, Hispania, Revista de Historia, vol. LXIX, num. 213.
- 29 Carmona Badia, J., Pena Espinha, J. (1985), “As orixens do sector eléctrico na Galiza, 1888-1936”, em Quatro estudos de história económica de Galiza, Monográfico n.º 2, Agália, Revista da Associação Galega da Língua, Corunha.
- 30 Carmona Badia, Joam (1999): “Galicia en el desarrollo del sector eléctrico español 1900-1982”, em Carreras A., Pascual P., Reher D., Sudrià C. (ed.) *La industrialización y el desarrollo económico de España*, Volum II, Universitat de Barcelona, Barcelona.
- 31 Carmona Badia, Joam (2001), “Galicia: minifundio persistente e industrialización limitada” em A. German, E. Llopis, J. Maluquer de Motes, S. Zapata (eds.), *Historia económica regional de España, siglos XIX y XX*, Editorial Crítica, Barcelona.

- 32 Carmona Badía, Xan (1982): “Sobre as orixes da orientación exportadora na produción bovina galega. As exportacións a Inglaterra na segunda metade do século XIX”, Grial Anexo 1 (1982), Editorial Galaxia, Vigo.
- 33 Carmona Badía, Xoán, Nadal Oller, Jordi (2005): *El empeño industrial de Galicia. 250 años de historia, 1750-2000*, Fundación Barrié de la Maza, Corunha.
- 34 Carmona, Joám e Alonso, Luís (2006): “La configuración del tejido empresarial de Galicia (1880-2002)”, em García Ruiz, J.L. e Manera Erbina, C. (dirs.), *Historia empresarial de España. Un enfoque regional en Profundidad.*, LID Editorial Empresarial, Madrid.
- 35 Carreras de Odriozola, Albert e Tafunell, Xavier (2003), *Historia económica de la España contemporánea*, Crítica S.L., Barcelona.
- 36 Carreras de Odriozola, Albert e Tafunell, Xavier, coords. (2005): *Estadísticas históricas de España:siglos XIX-XX*, 3 volumes, Fundación BBVA, Bilbao.
- 37 Carreras de Odriozola, Albert:”La segunda Revolución Tecnológica. La electrificación” em Nadal, J; Carrreas, A.; Martín Aceña, P. (1988): *España, 200 años de tecnología*, Ministerio de Industria y Energía, Madrid.
- 38 Castañeda, Lluís (2001): *El Banco de España (1874-1900). La red de sucursales y los nuevos servicios financieros*, Banco de España, Servicio de Estudios, Madrid.
- 39 Ceballos Teresi, José G (1931). *La realidad económica y financiera de España en los treinta años del presente siglo*. Tomo tercero, pags. 515 a 529. Talleres Tipográficos “El Financiero”. Madrid.
- 40 Comellas, J.L. (2000): *XIX-XX Gloria y crisis en el cambio de siglo*, Editorial Ariel, Barcelona.
- 41 Comín, F. et al. (2000): “La obra de Raimundo Fernández Villaverde en Hacienda”, em *La Hacienda desde sus Ministros. Del 98 a la guerra civil*, Prensas Universitarias de Zaragoza, Zaragoza.
- 42 Comin, F.; Hernández, M.; Llopis, E.; eds. (2002): *Historia económica de España, siglos X-XX*, Editorial Crítica, Barcelona.
- 43 Comín, Francisco (1996), *Historia de la Hacienda Pública, II, España (1808-1995)*, Editorial Crítica, Barcelona.
- 44 Conde Gómez, Diego (2008): “La Escuela de Veterinaria de Santiago de Compostela (1882-1924)”, *Revista Información Veterinaria*, Organización Colegial Veterinaria Española.
- 45 Consello da Cultura Galega (2004): *Actas do I Congreso Internacional “Curros Enríquez” e o seu tempo*, Celta Nova, 13-15 setembro 2001.

- 46 Costa Buján, Pablo e Moreno Aydillo, Julián (1989): *1850-1950, Santiago de Compostela. Desenvolvimento urbano, outra arquitectura*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago.
- 47 Cuellar Villar, Domingo (2009): “Y Stephenson dijo no: los capitales británicos en los ferrocarriles españoles”, Working Paper 07/2009, Universidad Autónoma de Madrid, Fundación de los Ferrocarriles españoles, I.S.S.N: 1885-6888.
- 48 Daniel Seijas Llerena D. (2005): “Um caso de demografia industrial de principios Del siglo XX: Las comarcas de Caldas y O Ullán pontevedrés entre los años 1899 y 1921”, Congreso de Historia Económica, Santiago de Compostela.
- 49 Daviña Sáinz, Santiago (editor), (1999): *Nuestro diario íntimo. Memorias del Alcalde Manuel Casás Fernández*, Ayuntamiento de La Coruña, Concello de A Coruña.
- 50 Díaz Fernández, José António (2007): *El sistema de transportes y comunicaciones terrestres en el desarrollo regional de Galicia*, Tese doutoral dirigida polo professor Rubén Lois González, Universidade de Santiago.
- 51 Eiras Roel, Antonio (1996): *La población de Galicia, 1700-1860*, Fundación Caixa Galicia, Santiago.
- 52 Epifanio e Valeriano Deza (?), sem data: Historia de un desastre mercantil. Quiebra de la Sociedad Regular Colectiva “Hijos de Francisco Deza”. Defensa de los quebrados en los autos de calificación de la quiebra. Imprenta de Galicia Nueva, Villagarcía de Arosa.
- 53 Escudero, Eugenia (2000), “Castromil, el primer eje atlántico”. Coleccionável Grandes Empresas, grandes empresarios de Galicia, La Voz de Galicia, Corunha.
- 54 Facal Rodríguez, M^a Jesus, Carmona Badía, Xoán em Carmona Badía, Xoán, coord. (2009): “José Riestra López, Maqués de Riestra, 1852-1923”, em *Empresarios de Galicia*, volume 2, CIEF, Fundación Caixa Galicia, Santiago.
- 55 Facal Rodriguez, M^a J. (2005): “Los orígenes del Banco Simeón. Evolución de los negocios de Simeón García de Olalla y de la Riva (1857-1983)”, Comunicación ao VIII Congreso da Asociación Española de Historia Económica, Compostela, Setembro 2005.
- 56 Facal Rodríguez, M^a. J (2003): *El efecto de las leyes bancarias de 1856 en Galicia: el caso del Banco de Emisión de La Coruña 1857-1875*, tese lida na Facultade de Ciencias Económicas e Empresariais de Santiago, sob a dirección do professor J. Carmona.
- 57 Faus Mompart, Esteban M^a (2001): *Regulación y desregulación. Notas para la historia de la banca española*, Ediciones Península, Barcelona.
- 58 Fenosa (1968), “El desarrollo eléctrico en España y en Galicia”, Memória comemorativa do XXV aniversario da fundación de FENOSA, 1943-68.

- 59 Fernández Sánchez, José M; Freire Barreiro, Francisco, (1885): *Guia de Santiago*, Imprenta del Seminario Conciliar, Santiago.
- 60 Fernández Vázquez, M^a Teresa (2006): “Juan Harguindey Broussain, 1839-1911. O maior fabricante de coiros galego do século XIX” em *Empresarios de Galicia*, Xoán Carmona Badía (coord.), volume I, CIEF, Fundación Caixa Galicia, Santiago.
- 61 Fortes López, Susana (1974), “Riestra López, José” em *Gran Enciclopedia Gallega*, Silverio Cañada Editor, Santiago.
- 62 Fraga Rodríguez, Xan (2000), *Ponte Vedra-Vigo. Tranvías e trolebuses (1889-1989)*, Espiral mayor, Corunha.
- 63 Frax Rosales, Esperanza (1981): *Puertos y comercio de cabotaje en España, 1857-1934*, Banco de España, Servicio de estudios, Estudios de Historia económica, n 2.
- 64 Frax Rosales, Esperanza (1987): *El mercado interior y los principales puertos, 1857-1920*, Banco de España, Servicio de estudios, Estudios de Historia económica, n 15.
- 65 G. Polya, 1957 (1945): *How to solve it. A new aspect of mathematical method*, Anchor Books, USA.
- 66 Gago Pérez, J. Andrés; Gago Ageitos, Ana M^a (2010): *El hospital de Conxo: una historia de la psiquiatría*, Fundación Pfizer, Imprenta La Ibérica, Santiago.
- 67 Galasso, Norberto (2002), *De la Banca Baring al FMI. Historia de la Deuda Externa Argentina, 1824-2001*, Ediciones Colihue S.R.L., Buenos Aires.
- 68 García Barbancho, Alfonso (1967), *Las migraciones interiores españolas. Estudio cuantitativo desde 1900*, Instituto de Desarrollo Económico, Madrid.
- 69 García Delgado, J.L. (2002): *La modernización económica en la España de Alfonso XIII*, Colección Austral, Espasa Calpe, Madrid.
- 70 García López, Alfonso (1999): *La historia de la banca española a través de sus documentos*, Editorial Lex Nova, Valladolid.
- 71 García López, Alfonso (2003): *La actividad bancaria en Galicia. Desde el Catastro del Marqués de La Ensenada a la Ley Cambó*, Editorial Lex Nova, Valladolid.
- 72 García López, José Ramón (1987): *Los comerciantes banqueros en el sistema bancario español. Estudio de casas de banca asturianas en el siglo XIX*, Universidad de Oviedo.
- 73 García López, José Ramón (1992): *Las remesas de los emigrantes españoles en América. Siglos XIX y XX*, Ediciones Júcar, Fundación Archivo de Indianos, Gijón.

- 74 García Oro, José (coord.), (2002): *Historia de las Diócesis españolas. Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid.
- 75 García-Iglesias, M^a Concepción (2005): *Ventajas y riesgos del patrón oro para la economía española (1850-1913)*, Estudios de Historia Económica, nº 47, Banco de España.
- 76 Giráldez Rivero, Jesús (1997): “Las bases históricas de la actividad pesquera en España”, *Papeles de Economía Española*, nº 71.
- 77 Gómez Ochoa, Fidel (1990): “El Gobierno de concentración en el pensamiento y la acción política de Antonio Maura (1918-1922)”, *Revista de Estudios Políticos*, 69.
- 78 González Enciso, Agustín e Matés Barco, Juan Manuel, coord. (2007): *Historia económica de España*, Editorial Ariel, Barcelona.
- 79 González Ferrando, José María (2006): “Baluceos y primeros pasos de la historia de la contabilidad en España”. *Revista Española de Historia de la Contabilidad*, número 5, diciembre 2006.
- 80 Gonzalez Martín, Xerardo (1991), *Vigo no espello dos nosos avós*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- 81 Gott, Richard (2007): *Cuba. Una nueva historia*. Editorial Akal S. A., Madrid.
- 82 Gramsci, Antonio (1974): “Algunos temas de la cuestión meridional”, fragmentos de 1926, *Antología. Selección, traducción y notas de Manuel Sacristán*. Siglo XXI Editores, Madrid.
- 83 Grandío Seoane, Emilio (1997): “Organización y poder en la CEDA gallega”, en *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea*, t. 10.
- 84 Grial, Anexo 1 da Revista, *Historia* (1982), Editorial Galaxia, Vigo
- 85 Gurriarán Rodríguez, R. (2006): “Marcelino Suárez González, 1866-1949: o príncipe dos negocios”, en Carmona Badia, X. (coord.), *Empresarios de Galicia* (I).
- 86 Guy Pierre (1994): “La supremacía del National City Bank en el sistema bancario del Caribe y su impacto en al crecimiento económico de la región (1900-1940).” en Pedro Tedde e Carlos Marichal (coord.), (1994): *La formación de los bancos centrales en España y América Latina (Siglos XIX y XX)*, vol. II: Suramérica y el Caribe, Banco de España, Estudios de Historia Económica, nº 30.
- 87 Horta y Pardo, Constantino (1916): *La moneda y los sistemas monetarios de todas las naciones*, La Habana, Biblioteca Hispano-Americana de Ciencias Comerciales.
- 88 Hortalà i Arau, Joan (2006): “Crisis y auges en la Bolsa de Barcelona: 1830-2006”, *Cuadernos de Economía*. Vol. 29, 005-068.

- 89 Hoyo Aparicio, Andrés (2007): *Economía y mercado de valores en la España contemporánea. La evolución de la Bolsa antes del big bang español, 1831-1988*, Universidad de Cantabria, Santander
- 90 I. Lakatos, 1986: *Pruebas y refutaciones. La lógica del descubrimiento matemático*, Alianza Universidad, Madrid.
- 91 J. A. Alonso (1984): “La Banca y la economía de Galicia en el primer tercio del siglo XX”, em J.L. García Delgado (edit.), España, 1898-1936: Estructuras y Cambio, Universidad Complutense, Madrid
- 92 Janué i Miret, M; Universitat Pompeu Fabra (2007): “Subdesarrollo y ética económica. La mirada de um científico social alemán a la España de entreguerras”, Revista Arbor, CLXXXIII 726 julho-agosto, 2007. Disponível na Rede.
- 93 Joan Sardá (1998): *La política monetaria y las fluctuaciones da la economía española en el siglo XIX*, Editorial Altafulla, Barcelona.
- 94 John Lynch, David Rock, R. Cortés Conde, Ezequiel Gallo J. Carlos Torre, L. de Riz (2001): *Historia de la Argentina*, Editorial Crítica, Barcelona.
- 95 Kindleberger, Ch. P. (1988): *Historia financiera de Europa*, Editorial Crítica, Barcelona.
- 96 Kindleberger, Charles P. (1991): *Manías, pánicos y cracs. Historia de las crisis financieras*. Ariel Sociedad Económica, Barcelona.
- 97 Lindoso Tato, E. (2006): *Los pioneros gallegos. Bases del desarrillo empresarial, (1820-1913)*, Editorial LID, Madrid.
- 98 Lindoso Tato, Elvira (2006): “Dionisio Tejero Pérez 1856-1941. “Un castelán en Galicia” em Empresarios de Galicia, Xoán Carmona Badía (coord.), volumen I, Fundación Caixa Galicia, CIEF.
- 99 Lindoso Tato, Elvira y Vilar Rodríguez, Margarita (2012), “El pulso empresarial entre el Norte y el Sur de Galicia: el caso de Pastor y Riestra (1776-1936)”, Historia Contemporánea, nº 45, <http://www.ehu.es/ojs/index.php/HC/article/view/7500/6680>
- 100 Lindoso Tato, Elvira, Vilar Rodríguez, Margarita (2008): “La supervivencia de los comerciantes banqueros coruñeses en un marco de creciente competencia. Estratégias y resultados (1840-1936)”, Revista Galega de Economía, vol. 17, núm. 1.
- 101 López Taboada, J. A. (1996): *La población de Galicia, 1860-1991*, Fundación Caixa Galicia, Santiago.
- 102 López Taboada, X. A. (1979): *Economía e población en Galicia*, Edicións do Ruedo, Corunha.
- 103 Luca de Tena, Gustavo (1993): *Noticias de América. O relato da grande emigración americana na prensa da Galicia e de ultramar*, Editorial Nigra, Vigo.

- 104 Lucena, Manuel (2005): *Atlas Histórico de Latinoamérica. Desde la prehistoria hasta el siglo XXI*. Editorial Síntesis.
- 105 Madoz Ibáñez, Pascual, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico*. Edição fac-similar dos tomos dedicados à Galiza.
- 106 Maixé, J. Carles (dir.); Vilar Rodríguez, Margarita; Lindoso Tato, Elvira (2003): *El ahorro de los gallegos. Orígenes e historia de Caixa Galicia (1876-2002)*, CIEF, Fundación Caixa Galicia.
- 107 Maiz, Ramón (1983): *Alfredo Brañas*, Editorial Galaxia, Vigo.
- 108 Maluquer de Motes, J.; Llonch, M. (2005): “Trabajo y relaciones laborales”, em Carreras, A.; Tafunell, X. (coord.): *Estadísticas históricas de España. Siglos XIX-XX*, Fundación BBVA
- 109 Marichal, Carlos (2010): *Las grandes crisis financieras. Una perspectiva global, 1873-2008*, Editorial Debate, Barcelona.
- 110 Martín Aceña, P. (1991): “Desarrollo y modernización del sistema financiero, 1844-1935”, em Sánchez-Albornoz (comp.): *La modernización económica de España 1830-1930*, Alianza Universidad, Madrid.
- 111 Martín Aceña, P. (2005): “La conformación histórica de la industria bancaria española”, *Mediterráneo Económico*, nº 8, Caja Rural Intermediterránea, Cajamar.
- 112 Martín Aceña, P. em Sánchez-Albornoz, N. comp. (1985): *La modernización económica de España 1830-1930*, Alianza Editorial S. A., Madrid.
- 113 Martín Aceña, Pablo (2005): “Los retos de la industria bancaria en España”, *Colección Mediterráneo Económico*, núm. 8, Caja Rural Intermediterránea, Cajamar. Disponível na Rede.
- 114 Martínez Gallego, Francesc-Andreu (2010): “Publicidad y Turismo: La industria del forastero en la Exposición Regional de Valencia de 1909”, *Revista Ámbitos*, Nº 19, año 2010, pp. 161-182.
- 115 Mayoralgo y Lodo, José Miguel de, Conde de los Acevedos (1934): “Movimiento nobiliario 1931-1940”, disponível na Rede em formato pdf.
- 116 Menchén, M^a Teresa (1983): “La neutralidad española ante la guerra de Crimea”, *Cuadernos de Historia Contemporánea*, nº 4, Editorial Universidad Complutense, Madrid.
- 117 Moreno Castaño, Begoña (2006): *La Bolsa de Madrid. Historia de un mercado de valores europeo*, Universidad de Cantabria, Santander.
- 118 Moreno Fraginalls, Manuel (2001): *El Ingenio. Complejo económico social cubano del azúcar*, Editorial Crítica, Barcelona.
- 119 Muñoz, J. (1988): *El fracaso de la burguesía financiera catalana. La crisis del Banco de Barcelona*, Ediciones Endymion, Madrid.

- 120 Murguía, Manuel (1885), *Los precursores*, Latorre y Martínez Editores, Biblioteca Gallega, nº 1, La Coruña.
- 121 Nadal, J., Carreras, A., Martín Aceña, P., Comín, F., Domenech, J (1998): *España, 200 años de tecnología*, Ministerio de Industria y Energía.
- 122 Nadal, J.; Carreras, A.; Sudriá, C.; comp. (1994): *La economía en el siglo XX. Una perspectiva histórica*, Editorial Ariel, Barcelona.
- 123 Nadal, Jordi (2003): *Atlas de la industrialización de España, 1750-2000*, Fundación BBVA, Editorial Crítica, Barcelona.
- 124 Oliver Castañer, Emilio (1898?): *La partida doble. Estudios teórico prácticos de contabilidad comercial al alcance de todos*, Tipografía y Casa Editorial de Viuda de Luís Tasso, Barcelona, dous volumes.
- 125 Parejo Barranco, A.; Sánchez Picón, A. (2007): *La modernización de España (1914-1939)*, Editorial Síntesis, Madrid.
- 126 Patxot, Victoria e Giménez-Arnau, Enrique (2001): *Banqueros y bancos durante la vigencia de la Ley Cambó, 1922-1946*, Banco de España, Madrid.
- 127 Perdices de Blas, Luis, Reeder, John, eds. (2003): *Diccionario de Pensamiento Económico en España (1500-2000)*, Fundación ICO, Editorial Síntesis, Madrid.
- 128 Pereiro Alonso, José Luis (1981), *Desarrollo y deterioro urbano de la ciudad de Vigo*, Publicacións do Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Vigo.
- 129 Pereiro Alonso, José Luís (1996): *Rincones de Compostela. La obra de Manuel Pereiro Caeiro*, Editorial Ronsel, Consorcio de Santiago, Santiago de Compostela.
- 130 Pérez Constanti, Pablo (1926): “Los santiagueses proyectando la reorganización de Galicia, en 1873”, en *Notas Viejas Galicianas*, Tomo II, Imprenta de los Sindicatos Católicos, Vigo.
- 131 Pernas Oroza, Herminia (1999): “Presencia riojana en Compostela durante el siglo XIX. Un acercamiento a través de fuentes censales”, *Berceo* 136, Logroño.
- 132 PernasOroza, Herminia(2001):*Lasclasestrabajadoras en lasociedadcompostelana del siglo XIX*, Consorcio de Santiago, Nigra Imaxe, Santiago.
- 133 Portela Silva, Ermelindo (coord.), VV.AA. (2003): *Historia da cidade de Santiago de Compostela*, Concelho de Santiago, Consorcio de Santiago, Universidade de Santiago de Compostela.
- 134 Pose Antelo, José Manuel (1992): *La economía y la sociedad compostelanas a finales del siglo XIX*, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago.
- 135 PPKO, (2005), *Catalogo de Vigo (Vigo a través de un siglo)*, edición facsimilar do original publicado em 1922; Estudios Vigueses, Vigo.

- 136 Prados de la Escosura, Leandro (2003), *El progreso económico de España (1850-2000)*, Fundación BBVA, Bilbao.
- 137 Regalsky, Andrés M. (1994): "La evolución de la banca privada nacional en Argentina (1880-1914). Una introducción a su estudio" em Pedro Tedde e Carlos Marichal (coord.), (1994): *La formación de los bancos centrales en España y América Latina (Siglos XIX y XX)*, vol. II: Suramérica y el Caribe, Banco de España, Estudios de Historia Económica, nº 30.
- 138 Rock, David (1988): *Argentina 1516-1987. Desde la colonización española hasta Raul Alfonsín*, Alianza Editorial, Madrid.
- 139 Rodríguez Galdo M. X. (1982): "Os efectos demográficos da crise de mediados do século XIX en Galicia", *Revista Grial*, Anexo 1:
- 140 Rodríguez Galdo, M.X. (1993): *Galicia, país de emigración*, F.A.I, Colombres, Astúrias.
- 141 Sánchez Alonso, Blanca (1995): *Las causas de la emigración española, 1880-1930*, Alianza Universidad, Madrid.
- 142 Sánchez López, Francisco (1967), *Movimientos Migratorios en Galicia*, Faro de Vigo, Vigo.
- 143 Sánchez Romero, M. Ángel (2009): *La industria valenciana en torno a la Exposición Regional de 1909*, Tese doutoral, Universidad Politécnica de Valencia, Departamento de Proyectos de Ingeniería.
- 144 Sánchez-Albornoz, N.; Llordén, M., comp. (2003): *Migraciones Iberoamericanas. Reflexiones sobre economía, política y sociedad*, F.A.I, Colombres, Astúrias.
- 145 Santamaría García. A.; García Álvarez, A. (2004): *Economía y colonia. La economía cubana y la relación con España (1765-1902)*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- 146 Sardá, Joan, (1998): *La política monetaria y las fluctuaciones de la economía española en el siglo XIX*. Editorial Alta Fulla, Colección "Classics del Pensament Econòmic Català". Barcelona.
- 147 Seijas Llerena, D. (2005): "Un caso de demografía industrial de principios del siglo XX: Las comarcas de Caldas y O Ullán pontevedrés entre los años 1899 y 1921", Congreso de Historia Económica, Santiago de Compostela.
- 148 Seijas Llerena, D.: "Evaristo Castromil Otero, 1876-1969: O empresario dos coches de liña" em Carmona Badía, X. coord. (2006): *Empresarios de Galicia, volumen I*, CIEF, Fundación Caixa Galicia.
- 149 Sixirei Carlos (1999), Universidad de Vigo: "Los galegos en Cuba en el siglo XIX: cultura y regionalismo", *Revista de Historia Contemporánea*, número 19, Universidad del País Vasco.

- 150 Sudriá, Carles (1982), “Desarrollo industrial y subdesarrollo bancario en Cataluña, 1844-1950”, *Investigaciones Económicas*, nº18
- 151 Sudriá, Carles (1982), “Formas de industrialización y desarrollo bancario en Cataluña y Euskadi (1840-1936)”, en *Industrialización y nacionalismo. Análisis Comparativos*, Barcelona, UAB
- 152 Sudriá, Carles (1990): “Los beneficios de España durante la gran guerra. Una aproximación a la balanza de pagos española, 1914-1920”, em *Revista de Historia Económica*, año VIII, nº 2, 1990, pág. 363-396.
- 153 Sudriá, Carles, Universidad de Barcelona (1990): “Los beneficios de España durante la gran guerra. Una aproximación a la Balanza de Pagos española, 1914-1920”, *Revista de Historia Económica*, año VIII, nº 2.
- 154 Sudriá, Carles; Bartolomé, I.: “La energía hidromecánica y la energía eléctrica” em Nadal, Jordi, director (2003): *Atlas de la Industrialización de España, 1750-2000*, Fundación BBVA, Editorial Crítica, Barcelona.
- 155 Tedde Lorca, P. (2001): “El sistema financiero en la España del siglo XX”, em Morales Moya, A., (coord.), *Las transformaciones económicas. Las claves de la España del siglo XX*, Sociedad Estatal España Nuevo Milenio, Madrid.
- 156 Tedde, Pedro (1985), “El sector financiero y el fracaso de la revolución industrial en España, 1814-1913”, *Información Comercial Española*, nº623
- 157 Tedde, Pedro y Marichal, Carlos, coords. (1994), *La formación de los bancos centrales en España y América Latina (siglos XIX y XX)*, Madrid, Banco de España
- 158 Tedde, Pedro, ed. (1999), *Economía y colonias en la España del 98*, Madrid, Síntesis
- 159 Tojo Ramallo, J.A. (2009): *El alumbrado público en Santiago. Una historia de luces y sombras en la vieja Compostela*, Alvarellos Editora, Consorcio de Santiago.
- 160 Torrejón Sánchez, Juan (2.007): “El comercio exterior y las políticas proteccionistas”, “El nuevo comercio colonial español en el siglo XIX” em González Enciso, Agustín e Matés Barco, J.M. (coord.), (2006): *Historia económica de España*, Ariel, Barcelona.
- 161 Torrente Fortuño, J. A. (1966): *Historia de la Bolsa de Bilbao*, Junta Sindical de la Bolsa de Bilbao, Bilbao.
- 162 Torres Cubeiro, Manuel (2010): “Cuentas del Manicomio de Conxo: 1885-1924. Historia de un préstamo hipotecario”, *Revista Siso/Saúde*, nº 50, 2010.
- 163 Torres Cubeiro, Manuel (2010): *Equivalentes funcionales: Catolicismo, Banca y Psiquiatría privada. La fundación Manicomio de Conxo en Santiago de Compostela (1885-1931)*, IES Campo San Alberto, Grupo Compostela de Estudios de los Imaginarios Sociales, Universidade de Santiago de Compostela. Disponível na Rede.

- 164 Tortella Casares, Gabriel (1973): *Los orígenes del capitalismo en España*, Editorial Tecnos, Madrid.
- 165 Tortella Casares, Gabriel, dir. (1974): *La Banca española en la Restauración*, Madrid, Banco de España, 2 vols
- 166 Tortella, G.; (1994): *El desarrollo de la España contemporánea*, Alianza Editorial, Madrid.
- 167 Vázquez González, A. (1999): *La emigración gallega a América, 1830-1930*, 2 volumes, Tese de doutorado sob a dirección de Carmona Badia, J., Universidade de Santiago.
- 168 Vázquez González, Alejandro (1988): “La emigración gallega. Migrantes, transporte y remesas” em Sánchez Alborno, N. (comp.): *Españoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*, Alianza Editorial, Quinto Centenario, Madrid.
- 169 Veiga Taboada, Manuel (2003): *O pacto galego na Constitución de España. A orixe das ideas predominantes en Galiza a través das páxinas de Faro de Vigo (1898-1923)*, Edicións A Nosa Terra, Vigo.
- 170 Vicens Vives, J. (1967): *Historia económica de España*, Editorial Vicens Vives, Barcelona.
- 171 Vilar Rodríguez, M. (2011): “Balnearios, intereses políticos y desarrollo turístico en el noroeste de España: el caso de A Toxa y Mondariz (1874-1935)”, Cuadernos de Historia Contemporánea, 2011, vol. 33.
- 172 Villares, Ramón (1982): *La propiedad de la tierra en Galicia, 1500-1936*, Ramón Villares. Siglo XXI de España Editores, Madrid.
- 173 Villares, Ramón (1996): *Historia da emigración galega a América*, Tórculo, Santiago.
- 174 Villares, Ramón (2003): “A cidade dos dous apóstolos. 1875-1936” em *Historia de cidade de Santiago de Compostela*, Concello de Santiago, Universidade de Santiago de Compostela.
- 175 Vitale, Luis (1986), *Historia de la deuda externa latinoamericana y entretelones del endeudamiento argentino*, Sudamericana-Planeta, Buenos Aires
- 176 VV. AA. (1992): *Historia de la emigración española a América*, 2 volumes, Historia 16, Quinto Centenario, Madrid.
- 177 Yagüe López, Pilar (2003): *El Círculo de Artesanos en la vida literaria y cultural de A Coruña, 1884-1912*, Deputación Provincial da Coruña.
- 178 Yáñez Gallardo, C. (1994): *La emigración española a América. Siglos XIX y XX*, Fundación Archivo de Indianos, Gijón.
- 179 Zamagni, Vera (2001): *Historia económica de la Europa contemporánea. De la revolución industrial a la integración europea*, Editorial Crítica, Barcelona.